

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

CATOLICISMO E CRUZADA

Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967)

Ianko Bett

Porto Alegre

2015

Ianko Bett

CATOLICISMO E CRUZADA

Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Helder V. Gordim da
Silveira

Porto Alegre

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

B565c Bett, Ianko.

Catolicismo e Cruzada: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967) / Ianko Bett. – 2015.
409 f. : il.

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre, 2015.

Orientador: Dr. Helder Volmar Gordim da Silveira.

1. História da América Latina. 2. Anticomunismo. 3. Comunismo. 4. Revista Catolicismo. 5. Revista Cruzada. 6. Brasil – Anticomunismo. 7. Argentina - Anticomunismo I. Silveira, Helder Volmar Gordim da. II. Título.

CDU 98

Bibliotecária responsável – Robson Ferrão Barcellos – CRB 10/1969

Ianko Bett

CATOLICISMO E CRUZADA

Revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960 – 1967)

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovado em / /2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Helder V. Gordim da Silveira (Orientador)
PPGH Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins
PPGH Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Claudio Pereira Elmir
PPGH Universidade do Vale do Rio Dos Sinos – UNISINOS

Profa. Dra. Gizele Zanotto
PPGH Universidade de Passo Fundo – UPF

Prof. Dr. José Antônio Zanca
PPGH Universidad de San Andrés – UDESA

Porto Alegre
2015

*Às mulheres da minha vida,
Taís e Carolina.*

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos com as pessoas que vivenciaram, sentiram e compartilharam as dificuldades, desafios e alegrias resultantes do doutorado: minha esposa Taís e minha filha Carolina. À Taís, amor de todas as horas, agradeço pelo companheirismo incondicional, pela paciência com que vem aturando minhas chatices de historiador ao longo dos últimos nove anos, por compartilhar projetos, pelo incentivo irrestrito de sempre e por assumir integralmente os cuidados da nossa pequena Carolina quando das minhas inúmeras e constantes ausências. A pequena Carolina tornou-se, sem ter noção disso, fonte de inspiração fundamental para a realização deste trabalho. O seu encanto, doçura e singular brabeza foram combustíveis indispensáveis nesse período. Agradeço pela pontualidade com que, nos últimos três anos, fez a “naninha” de todas as noites, permitindo que o papai pudesse se dedicar aos estudos. Nasceu em meio ao doutorado e hoje já pede para ter um maninho.

Ao meu pai, Seu Belmiro (O Negro), minha mãe, Dona Sonia e meus irmãos, Fabio e Fabiano, minha família e primeira escola, pela formação ética e moral.

Ao professor Helder, por ter acreditado no projeto de pesquisa, pela orientação segura, pela confiança e autonomia concedida ao longo das etapas do doutorado e pelas excelentes aulas no pós, mesmo que elas sempre tenham me levado à exaustão mental.

À Banca da Qualificação, professores Claudio Pereira Elmir e Gizele Zanotto, pelas inúmeras sugestões e contribuições em meu projeto e na minha trajetória de pesquisador. Também agradeço pelas constantes parcerias, convites e intercâmbios acadêmicos.

Aos integrantes da equipe de trabalho do Museu Militar do Comando Militar do Sul - MMCMS, em especial ao Coronel Aires, Tenente Nathalia, Tenente Barcellos, Subtenente Avelar, Sargento Vilmar, Sargento Brum, Sargento Dill, pelo apoio irrestrito. Agradeço por me abrirem as portas da instituição, acreditarem e confiarem no meu trabalho de historiador. Também do meio militar agradeço ao Tenente Coronel Edson Melo e ao Major Aurélio Marco Polo de Lara pelo apoio e incentivo, sem os quais cursar o doutorado não teria sido possível.

Ao PPGH pelo acolhimento e por ter proporcionado todas as melhores condições para o desenvolvimento dos meus estudos; Aos professores, pela qualidade das aulas. À Carla, secretária do PPG, sempre atenciosa e pronta para resolver nossas questões burocráticas.

Aos ex-colegas e agora grandes amigos Bruno e Patrícia, pelos encontros gastronômicos e etílicos sempre agradáveis. Também agradeço à Patrícia pelas correções e sugestões no texto da tese.

Aos colegas do PPG Thiago de Moraes (Fito), Jaime Valim Mansan, Mateus Dalmáz, Danielle Heberle Viegas, Marcelo Vianna, Diego Dal Bosco Almeida, Fernanda Nascimento, Bruno Biazetto e Diego Pacheco, pela amizade e aprendizado. Sentirei saudade das conversas e dos cafés (e das abelhas companheiras) no bar do prédio cinco.

Aos mestres dos estudos históricos que marcaram minha vida de estudante: professor Carlos, do então 2º grau, por ter me ensinado a gostar de história; professores José Martinho Remedi, Mozart Linhares da Silva e Sílvio Marcus de Souza Corrêa, da graduação, por despertarem em mim o gosto pela pesquisa; professora Heloísa Jochims Reichel, orientadora do mestrado com quem aprendi muito sobre o ofício de pesquisador, por ter ajudado a pensar e construir o projeto da tese.

Aos estagiários do Museu Militar, especialmente Marcus Vinícius Barbosa e Daniela Görgen dos Reis, pelo excelente trabalho desenvolvido, pelas trocas de conhecimentos e por confiarem na minha orientação.

À Melina, pela amizade de muito tempo. Agradeço por sempre estar disposta para um bom bate-papo e pela fidelidade nas diversas parcerias (desde festas de crianças até shows de Heavy Metal).

Ao amigo e historiador Enildo de Moura Carvalho, pelo exemplo e pelo incentivo que fez com que a ideia de me tornar um pesquisador fosse concretizada.

Às professoras Patricia Folgeman, Claudia Touris e Elena Scirica, pelas oportunidades de pesquisa e trocas de conhecimentos em terras argentinas; aos colegas Sebastian Pattin e Florencia Contardo, pela sempre cordial receptividade no país vizinho.

Ao Sr. Cosme Beccar Varela, por ter disponibilizado parte das fontes de pesquisa do “lado” argentino, sem as quais este trabalho não seria possível. Agradeço fundamentalmente pela forma com que me recebeu e me confiou seus arquivos pessoais. Agradeço também ao Sr. Homero Barradas, que, através da intermediação de sua Secretária Janice, a qual também sou muito grato, disponibilizou parte das fontes do “lado” brasileiro.

E, finalmente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual esse trabalho não seria possível.

*Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa,
as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente,
sua ligação com o desejo e com o poder.*

*Nisto não há nada de espantoso,
visto que o discurso[...]
não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo;
é, também, aquilo que é objeto do desejo;
e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar –
o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas
ou os sistemas de dominação,
mas aquilo por que, pelo que se luta,
o poder do qual nos queremos apoderar*

(Michel Foucault)

*[...] o estigma parece ser uma arma conveniente
na defesa contra a importuna ambiguidade do estranho.*

*A essência do estigma é enfatizar a diferença;
e uma diferença que está em princípio além do conserto
e que justifica portanto
uma permanente exclusão*

(Zygmunt Bauman)

RESUMO

O principal objetivo desta tese consiste em analisar o discurso anticomunista difundido pelas Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* no contexto da década 1960. A Revista *Catolicismo*, editada desde 1951, foi o berço dos membros que, em 1960, juntamente com Plínio Corrêa de Oliveira e os Bispos D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer fundaram a “Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade” (SBDTFP). Por seu turno, a Revista *Cruzada*, editada desde o ano de 1956, consolidou a gênese para o surgimento da “Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad” (TFP argentina), entidade criada oficialmente em 1967. Mediante análise das fontes em uma perspectiva que compreendeu três níveis teóricos complementares entre si, quais sejam, ao nível das *representações* (Chartier), *discursos* (Foucault) e *imaginários* (Baczko), defende-se a hipótese de que o comunismo consubstanciou-se em um dos principais “inimigos” a ser combatido pelos Grupos de *Catolicismo* e *Cruzada* naquele contexto. A tese apresenta como se deu a inserção do anticomunismo em uma regularidade discursiva que, por sua heterogeneidade, sustentou e promoveu práticas, normatizações e regulações. Essas condições, colocadas em evidência nos momentos de disjunção do campo católico (contexto das Encíclicas Sociais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* e realização do Concílio Vaticano II) em momentos de crise política (contexto dos golpes de Estado da década de 1960), produziram as condições necessárias para a formatação e operacionalidade das mais diversas facetas do *imaginário* anticomunista no Brasil e Argentina na década de 1960.

Palavras-chave: Revista *Catolicismo*; Revista *Cruzada*; anticomunismo; Brasil; Argentina

ABSTRACT

The main objective of this thesis is to analyze the catholic anti-communist discourse that was spread in the journals Catholicism and Crusade in the context of the decade 1960. The Journal Catholicism, published since 1951, was the birthplace of the members who, in 1960, along with Plinio Correa de Oliveira and the Bishops D. Geraldo de Proenca Sigaud and Don Antonio de Castro Mayer founded the "Brazilian Society for the Defense of Tradition, Family and Property" (SBDTFP). For its part, the Journal Crusade, published since the year 1956, consolidated the genesis for the emergence of "Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad" (Argentine TFP), an organization officially established in 1967. Through analysis of the sources in a perspective that included three complementary theoretical levels with each other, namely, the level of representations (Chartier), discourses (Foucault) and imaginary (Baczko), is defended the hypothesis that communism embodied in one of the main "enemies "to be fought by Catholicism and Crusade groups in that context. The thesis presents how was the inclusion of anti-communism in a discursive regularity, which for its heterogeneity, maintained and promoted practices, norms and regulations. These conditions, placed in evidence in moments of disjunction of the Catholic camp (context of the Social Encyclical *Mater et Magistra* and *Pacem in Terris* and implementation of Vatican II Council) in times of political crisis (context of the coups of the 1960s) produced the conditions necessary for formatting and operability of the various facets of the imaginary anti-communist in Brazil and Argentina in the 1960s.

Key words: Journal Catholicism; Journal Crusade; anti-communism; Brazil; Argentina

Sumário

LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE IMAGENS	15
1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Revisão historiográfica e justificativa.....	22
1.2 Referencial teórico	31
1.2.1 Imaginários e representações em enfoque complementar.....	32
1.2.2 O <i>discurso</i> anticomunista católico e a invenção do comunismo.....	38
1.3 Metodologia e as fontes de pesquisa.....	44
2 CATOLICISMO E CRUZADA: A SOCIABILIDADE E O SABER ANTICOMUNISTA NA DÉCADA DE 1960.....	54
Introdução	54
2.1 Notas teóricas do ideário tefepista	55
2.1.2 Revistas católicas e o integrismo católico no Brasil e na Argentina.....	58
a) O Integrismo no Brasil	59
b) O Integrismo na Argentina.....	61
2.2 Cruzada e Catolicismo e o anticomunismo na década de 1960: uma amostragem quantitativa.....	67
2.2.1 A Revista <i>Catolicismo</i>	67
2.2.2 A Revista <i>Cruzada</i>	71
2.3 Catolicismo e Cruzada e a sociabilidade anticomunista na década de 1960	76
2.3.1 <i>Revolução e Contra-Revolução</i>	80
2.3.2 <i>Reforma Agrária questão de Consciência</i>	83
2.3.3 <i>A liberdade da Igreja no Estado Comunista</i>	90
2.3.4 <i>Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo</i>	95
2.4 Catolicismo e Cruzada: Revistas católicas e a construção do saber anticomunista.....	99
2.4.1 Marxismo	102
2.4.2 <i>A questão cubana</i>	110
2.4.3 <i>A questão chilena</i>	117
2.4.4 União Soviética e a expansão comunista pelo mundo	122
3 CATOLICISMO E CRUZADA: DIVERGÊNCIAS, CONFLITOS E O DISPOSITIVO ANTICOMUNISTA NA DÉCADA DE 1960	128
Introdução	128
3.1 Os Confrontos na Revista Cruzada.....	132
3.1.1 “ <i>Contra Critério</i> ”	133

3.1.2 “ <i>La influencia del marxismo está por todas partes</i> ”: A “CGT peronista” na alça de mira da Revista <i>Cruzada</i>	145
3.1.3 <i>Cruzada</i> contra Deputados Demócratas Cristianos.....	157
3.1.4 “Dos pesos e dos medidas”: D. Alberto Devoto na Revista <i>Cruzada</i>	167
3.2 Os confrontos na Revista <i>Catolicismo</i>	171
3.2.1 Revista <i>Catolicismo</i> e a “3ª Via”, nem capitalista nem comunista	173
3.2.2 “ <i>Carta Aberta para além da Cortina de Ferro</i> ”	182
3.2.3 “Por que tanta severidade para uns e tanta condescendência para outros?”: D. Vicente Scherer na Revista <i>Catolicismo</i>	191
3.2.4 A Campanha Antidivorcista da TFP e a CNBB	197
4 AS TRANSFORMAÇÕES DO CATOLICISMO NA DÉCADA DE 1960: REVISTAS CATÓLICAS E O ETHOS ANTICOMUNISTA	205
Introdução	205
4.1 Encíclica <i>Mater et Magistra</i> : da disjunção católica à luta anticomunista na década de 1960	211
4.2 Na esteira do Concílio Vaticano II: <i>Pacem in Terris</i> , crise doutrinária do catolicismo e a radicalização anticomunista	224
4.2.1 A Revista <i>Cruzada</i> no contexto do Vaticano II: “Las aperturas son para el comunismo”	229
a) O “Escándalo en Córdoba”	237
b) “ <i>La reunión más desconcertante de la historia</i> ”	246
4.2.2 A “heresia difusa” e o perigo comunista: A Revista <i>Catolicismo</i> em tempos de transformação doutrinária	251
5 CATOLICISMO E CRUZADA E O ANTICOMUNISMO NO CONTEXTO DOS GOLPES DE ESTADO NO BRASIL (1964) E ARGENTINA (1966).....	272
Introdução	272
5.1 Revista <i>Catolicismo</i> e as tensões políticas no pré-golpe de 1964.....	275
a) O pronunciamento da AC.....	284
b) A interpelação à AC de Belo Horizonte	285
5.2 “Janguismo sem Jango”: O golpe de 1964 nas páginas da Revista <i>Catolicismo</i>	287
5.2.1 A “ <i>coexistência pacífica</i> ” e as portas para a “infiltração” comunista.....	291
5.2.2 Revista <i>Catolicismo</i> e o golpe de 1964	296
5.3 “Una revolución que nos afecta”: A Revista <i>Cruzada</i> e o golpe de 1964 no Brasil	302
5.3.1 O golpe de 1964 e a avaliação da Revista <i>Cruzada</i>	304
5.3.2 Os católicos progressistas e a “infiltração” comunista	309
5.4 A Revista <i>Cruzada</i> e o ataque ao comunismo na Argentina.....	314
5.5 A “Revolução Argentina” nas páginas de <i>Cruzada</i>	325
5.5.1 “ <i>Hacia donde va la Argentina?</i> ”	330

5.6 A Revista Catolicismo e o golpe de 1966 na Argentina	340
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	345
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	369
FONTES DE PESQUISA DO 1º CAPÍTULO	378
FONTES DE PESQUISA DO 2º CAPÍTULO	381
FONTES DE PESQUISA DO 3º CAPÍTULO	384
FONTES DE PESQUISA DO 4º CAPÍTULO	387
ANEXO I TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA COM DR. COSME BECCAR VARELA	389
ANEXO II CATECISMO ANTICOMUNISTA	393

Lista de Tabelas

Tabela 1	70
Tabela 2	70
Tabela 3	74
Tabela 4	75

Lista de Imagens

Imagem 1 Número 109 de <i>Catolicismo</i>	69
Imagem 2 Número 203 de <i>Catolicismo</i>	69
Imagem 3 “ <i>Terminar con Cuba Roja</i> ”	72
Imagem 4 “ <i>Crónica de un País que duerme</i> ”	72
Imagem 5 (<i>Cruzada</i> , setembro de 1967).....	79
Imagem 6 (<i>Cruzada</i> , agosto de 1962).....	79
Imagem 7 (<i>Cruzada</i> , novembro de 1963)	79
Imagem 8 (<i>Cruzada</i> , abril de 1960)	81
Imagem 9 (Lutero, Robespierre e Che Guevara representando o desenvolvimento das “Três faces da Revolução” na Revista <i>Catolicismo</i> , Nº 229, de setembro de 1961).	83
Imagem 10 (Primeira propaganda de RA-QC em <i>Catolicismo</i> - outubro de 1960).....	84
Imagem 11(<i>Catolicismo</i> , março de 1961).....	84
Imagem 12 (<i>Cruzada</i> , julho de 1963)	87
Imagem 13 (<i>Catolicismo</i> , agosto de 1963).....	90
Imagem 14 (Propaganda do livro “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”).....	91
Imagem 15 (<i>Catolicismo</i> , maio de 1964).....	92
Imagem 16 (Matéria sobre o livro “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”).....	92
Imagem 17 (<i>Cruzada</i> , dezembro de 1965).....	97
Imagem 18 (<i>Catolicismo</i> , outubro de 1965).....	97
Imagem 19 (<i>Cruzada</i> , maio de 1966).....	99
Imagem 20 (<i>Cruzada</i> , agosto de 1965).....	101
Imagem 21 (<i>Cruzada</i> , julho de 1960)	103
Imagem 22 (<i>Catolicismo</i> , março de 1962)	106
Imagem 23 (<i>Catolicismo</i> , julho de 1965).....	119
Imagem 24 (<i>Cruzada</i> , agosto de 1967).....	120
Imagem 25 (<i>Cruzada</i> , novembro-dezembro de 1967)	125

Imagem 26 (“ <i>Interpelación a la CGT: es Marxista o Cristiana?</i> ”)	146
Imagem 27 (<i>Cruzada</i> , novembro de 1965)	155
Imagem 28 (“ <i>Interpelación a los Diputados Demócratas Cristianos</i> ”)	158
Imagem 29 (<i>Cruzada</i> , fevereiro de 1965)	164
Imagem 30 (<i>Cruzada</i> , junho-julho de 1967)	168
Imagem 31(<i>Catolicismo</i> , setembro de 1964)	178
Imagem 32 (<i>Catolicismo</i> , fevereiro de 1965).....	184
Imagem 33 (<i>Catolicismo</i> , agosto de 1964).....	187
Imagem 34 (<i>Catolicismo</i> , outubro de 1961).....	216
Imagem 35 (<i>Cruzada</i> , junho de 1964)	238
Imagem 36 (<i>Cruzada</i> , dezembro de 1966).....	248
Imagem 37 (<i>Catolicismo</i> , março de 1965)	259
Imagem 38 (<i>Catolicismo</i> , maio de 1964).....	290
Imagem 39 (<i>Catolicismo</i> , maio de 1964).....	290
Imagem 40 (<i>Cruzada</i> , abril de 1964)	302
Imagem 41(<i>Cruzada</i> , maio de 1966).....	315
Imagem 42 (<i>Cruzada</i> , junho de 1966)	318
Imagem 43(<i>Cruzada</i> , julho de 1966)	326
Imagem 44 (<i>Cruzada</i> , novembro de 1966)	332

1 INTRODUÇÃO

O principal objetivo desta tese consiste em analisar o discurso anticomunista difundido pelas Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* na década de 1960. A Revista *Catolicismo*, editada desde 1951, foi o berço dos membros que, cerca de uma década mais tarde (1960), juntamente com Plínio Corrêa de Oliveira e os Bispos D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer fundaram a “Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade” (SBDTFP). Por seu turno, a Revista *Cruzada*, editada desde o ano de 1956, consolidou a gênese para o surgimento da “Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad” (TFP argentina), entidade criada oficialmente em 1967¹.

O tema “anticomunismo” vem sendo objeto de minhas investigações acadêmicas há pelo menos nove anos. Na graduação, especificamente na monografia de conclusão do Curso de Licenciatura em História (2005), pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e no Curso de Especialização em História Contemporânea (2006-2007), pela Faculdade Porto-Alegrense – FAPA, o tema foi trabalhado a partir das páginas dos jornais de Cachoeira do Sul, cidade do interior do Rio Grande do Sul, no recorte temporal compreendido entre 1963-1965. Essas primeiras investidas de pesquisa se ocuparam de problematizar as estratégias dos clérigos católicos, que publicavam os seus textos nos jornais cachoeirenses, na construção do discurso anticomunista. Levou-se em conta questões que perpassavam o discurso católico, como a construção de um processo de identificação/diferenciação, a construção de uma “identidade nacional” em função de um nacionalismo exacerbado, o etnocentrismo católico e que serviram de suporte para esclarecer sobre as diversas configurações através da qual o “inimigo” (comunismo) foi caracterizado.

Uma ampliação e aprofundamento do tema (relativos às questões teóricas e empíricas) foram dados com o desenvolvimento da pesquisa do Mestrado (2008-2010) no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Essa pesquisa teve como foco analítico o contexto marcado pelos Golpes de Estado do Brasil (1964) e da Argentina (1966), bem como as transformações suscitadas pelas Encíclicas Sociais de João XXIII (*Pacem in Terris* e *Mater et Magistra*) e pela realização do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962 a 1965).

É preciso ressaltar que a tese tem como ponto de partida algumas questões que foram suscitadas na pesquisa do mestrado. Ao analisar o discurso anticomunista católico em jornais

¹ A partir de sua consolidação no Brasil, a TFP expandiu suas ideias e doutrina e serviu de modelo para a criação de outras TFPs pelo mundo. Segundo a historiadora Gizele Zanotto (2007, p. 5), foram fundadas TFPs em 28 países dos cinco continentes.

de grande circulação de ambos os países, observou-se que além da intensa presença de membros da Igreja Católica, também houve um elevado número de manifestações anticomunistas assinadas por grupos ou entidades que atuavam sob inspiração do ideário católico, incluindo nesse bojo os Grupos das Revistas *Catolicismo*, do Brasil, e *Cruzada*, da Argentina. Foi a partir desse trabalho de pesquisa, dos questionamentos proporcionados, bem como da sugestão dos membros da banca da defesa que o projeto de pesquisa para o doutorado foi construído sob o título “Catolicismo e Cruzada: revistas católicas e o imaginário anticomunista no Brasil e Argentina (1960-1970)”.

*

O recorte cronológico estabelecido para a pesquisa (1960-1967)² compreende um período de intensas agitações políticas e sociais em ambos os países focos da análise. Nesse contexto, a América Latina foi marcada por um conjunto de processos que irromperam sob a lógica do conflito. Foi o momento em que atores sociais estiveram envolvidos em acirradas disputas e embates político-ideológicos. No campo político, especificamente, os golpes militares no continente, como o caso do Brasil (1964) e da Argentina (1966), se constituem como fatores paradigmáticos para se pensar na ampla mobilização social, a qual, pode-se dizer, traduziu-se tanto em grupos e instituições alinhados com um pensamento conservador como em grupos que fizeram oposição sistemática a estes.

O cenário internacional desse período se configurou a partir da eclosão dos mais diversos processos que remontam ao fim da Segunda Guerra Mundial e ao surgimento dos Estados Unidos e da União Soviética como duas superpotências econômicas e militares, que, sob a égide da denominada Guerra Fria, polarizaram a escalada de conflitos na busca pelo aumento de suas respectivas áreas de influências.³

A América Latina vivenciou com maior intensidade as tensões da Guerra Fria a partir da Revolução Cubana (1959) e do posterior alinhamento de Cuba com o marxismo-leninista⁴. Esse processo marcou, definitivamente, os embates políticos do continente uma vez que havia

² O projeto inicial previa que o recorte cronológico de pesquisa ocuparia toda a década de 1960. Entretanto, não foi possível encontrar exemplares da Revista *Cruzada* dos anos de 1968 e 1969. Por uma questão de simetria analítica e pelo próprio modelo de análise empreendido optou-se, então, pelo recorte cronológico compreendido entre 1960-1967.

³ Alguns autores defendem que a Guerra Fria “constitui o marco de referência obrigatório para o estudo e a compreensão das relações econômicas e políticas internacionais da época” (Rapoport e Laufer, 2000, p. 69).

⁴ A denominada “crise dos mísseis” em Cuba (outubro de 1962) acirrou a Guerra Fria no continente latino-americano. A instalação de bases de lançamento de mísseis soviéticos na ilha proporcionou um aumento significativo do temor que um conflito nuclear entre as duas superpotências fosse desencadeado no continente.

sido abalada a influência hegemônica estadunidense. De outra parte, a crescente aceitação das ideias socialistas, consideradas alternativas para resolver os problemas da desigualdade social e da pobreza, repercutiram diretamente no crescimento das organizações de esquerda, as quais intensificaram seu poder de influência em diversos setores da sociedade, como trabalhadores, estudantes e, inclusive, católicos.

No Brasil, além do Golpe de 1964, são inúmeros os processos políticos que foram desencadeados na década e que repercutiram nos mais diversos setores da sociedade. Para ficar apenas nos exemplos mais marcantes, pode-se citar o denominado episódio da Legalidade (1961), como também o decreto do Ato Institucional Número Cinco – AI-5 –, em 1968. A Argentina, por seu turno, também vivenciou momentos de instabilidades políticas nesse período. A derrocada de Arturo Frondizi pelos militares (1962), a polêmica eleição presidencial de Arturo Illia, em 1963, o golpe militar que o destituiu (1966) e os episódios do Cordobazo (1969), todos esses processos rodeados pelo “fantasma” do peronismo, são alguns exemplos do crescimento das tensões políticas no país.⁵

No campo católico, as renovações doutrinárias e teóricas do período também contribuíram para polarizar as posturas políticas de membros da instituição católica, cujo efeitos ultrapassaram os muros institucionais e se configuraram em fatores de mobilização da sociedade em geral. As denominadas *Encíclicas Sociais Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963) do Papa João XXIII, a Encíclica *Populorum Progressio* (1967) do Papa Paulo VI, a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), a II Conferência Episcopado Latino-Americano – CELAM (1968) –, foram movimentos que deram a tônica da reestruturação do catolicismo mundial, e, especificamente, latino americano, uma vez que o continente se caracterizava pelos efeitos da exploração da economia mundial, marcado fortemente por sua condição de miséria e seu desejo de alcançar o desenvolvimento econômico e social.⁶

Os trabalhos historiográficos que se ocuparam de analisar as questões político-sociais da década de 1960 sustentam que a interposição dos dois processos brevemente mencionados acima (político e religioso) provocou uma reordenação no que diz respeito ao pensamento e prática política daqueles sujeitos que transitavam na órbita católica, quer sejam membros da Igreja ou membros das instituições leigas⁷. Inicialmente, uma Igreja que apresentava profundas alterações das ordens doutrinária e teórica, que tinha em sua frente uma realidade

⁵ Sobre a “questão peronista” na Argentina, ver: Bianchi (1994 e 2001), Caimari (1994) De Riz (2000), Spinelli (2005), Romero (2006) e Altamirano (2007).

⁶ Sobre o catolicismo brasileiro desse período, ver em: Dias (2008) Beozzo (2005 e 1993), Bruneau (1979), Alves (1979), Moura (1978). Sobre o catolicismo argentino ver em: Verbitsky (2008), Ponza (2008), Ghio (2007), Zanca (2006), Mignone (1987).

⁷ Ver Ponza (2008).

social latino-americana marcada pela manutenção de regimes militares autoritários. No contexto dessas questões, é possível perceber uma verdadeira guinada daquilo que, até então, era conhecido como doutrina social da Igreja, quer dizer, para alguns religiosos (institucionalizados ou não) não bastava apenas colocar em prática um pensamento que evocasse as questões de igualdade e justiça social, mas sim uma nova posição política que se mostrasse combativa frente à violência e opressão dos governos militares (De Riz, 2000, p. 68).

Para que se possa pensar na manifestação anticomunista do período, é preciso levar em conta esse contexto conflituoso, ou seja, os discursos/práticas anticomunistas devem ser analisados *pari passu* com os posicionamentos políticos dos grupos/sujeitos que estiveram mergulhados no bojo das tensões suscitadas a partir dos processos político e religioso, os quais, por vezes, se interpuseram desencadeando uma singular, mas não menos complexa, forma de caracterização dos inimigos ou adversários.

É com essa proposta e levando em conta esses pressupostos que se pretende analisar o discurso anticomunista católico no Brasil e na Argentina, nesse período. Se, por um lado, existiu uma parcela do catolicismo (leigo e hierarquizado) preocupada com as questões sociais, e trazia consigo uma bagagem teórica que lhe permitia reivindicar e lutar por melhores condições de vida para as populações mais pobres, bem como lhe fornecia todo um arsenal teórico que a impulsionou para a oposição aos regimes autoritários estabelecidos, por outro lado, também existiu uma parcela do catolicismo (leigo e hierarquizado) que resistiu às transformações e renovações doutrinárias da instituição e se alinhou aos setores da sociedade na busca pela manutenção dos grupos de poder, inclusive com os governos autoritários, visualizando nas transformações em voga, bem como nos grupos que às aderiram, potenciais caminhos para a “infiltração” comunista nos meios católicos e na sociedade em geral.

É possível afirmar que tanto no Brasil quanto na Argentina, na década de 1960, houve diversos grupos (católicos ou não católicos) que se ocuparam de manifestar abertamente a sua luta contra o comunismo, como também, de denunciar a “infiltração” comunista nos setores do catolicismo vinculados e simpatizantes da guinada social, em voga naqueles tempos. Os principais alvos dos discursos se configuraram nos grupos da Ação Católica (Juventude Universitária Católica – JUC –, Juventude Operária Católica – JOC – e a Juventude Estudantil Católica – JEC), intelectuais católicos, publicações católicas consideradas “progressistas” e também membros da própria Hierarquia católica (Arcebispos, Bispos, Padres).

Uma das instituições brasileiras mais engajada em questionar os “avanços” (grifos meus) do catolicismo no período e denunciar a “infiltração” comunista foi a TFP. A TFP era

uma organização civil anticomunista que tinha como objetivo “combater a vaga do socialismo e do comunismo e ressaltar, a partir da filosofia de Santo Tomas de Aquino e das encíclicas, os valores positivos da ordem natural, particularmente a tradição, a família e a propriedade” (RODEGHERO, 2003, p. 93). A forma através da qual a instituição propagava suas ideias se baseava em comunicações (jornais, conferências, livros, etc.) de seu líder máximo, Plínio Corrêa de Oliveira, e nas manifestações e cartas pastorais de outros dois importantes membros, D. Sigaud e D. Castro Mayer, como também através da Revista *Catolicismo*.

Também na Argentina, nesse período, algumas instituições se destacaram na luta contra a “infiltração” comunista⁸, com destaque para o Grupo da Revista *Cruzada* (editada desde 1956), liderado por Cosme Beccar Varela. Foi a partir desta entidade, bem como de seus membros, que se consolidou a gênese para o surgimento da TFP argentina, a qual foi criada oficialmente no ano de 1967.

Ainda que a pesquisa tenha como base o objeto acima mencionado (discurso anticomunista católico), é preciso ressaltar as possibilidades analíticas que dele podem se desprender. Uma delas diz respeito a aprofundar o conhecimento acerca das possíveis interligações entre os Grupos das respectivas Revistas. Nesse sentido, importa mencionar um segundo objeto de análise que resulta desse primeiro, qual seja, comparar a forma através da qual o anticomunismo foi defendido, praticado e propagado pelas instituições em questão, a partir de ambas as revistas.

Desse modo, essa pesquisa poderá suscitar novas possibilidades de leituras acerca da temática do anticomunismo, uma vez que o trabalho buscará compreender uma das facetas que contribuiu para a construção e estabelecimento do imaginário anticomunista no contexto político-cultural do Brasil e Argentina, a partir dos discursos e representações de viés católico acionados pelo Grupo da Revista *Cruzada* (e TFP Argentina), mediante a perspectiva de uma prática que também foi intensamente acionada pela Revista *Catolicismo* (e TFP brasileira).

⁸ Uma das instituições que se destacou na luta contra o comunismo foi a Federação Argentina das Entidades Democráticas Anticomunistas (FAEDA). Ainda que suas propostas e objetivos fossem distintos, FAEDA e o Grupo da Revista *Cruzada* promoveram uma acirrada luta contra o comunismo e uma campanha bastante efetiva, através da grande imprensa, na denúncia de infiltração comunista nos mais diversos setores e instituições argentinas, principalmente no período da crise institucional que marcou o governo do presidente Arturo Illia (1963-1966) e no governo do General Onganía (1966-1969), a denominada “Revolução Argentina” (BETT, 2010).

1.1 Revisão historiográfica e justificativa

Antes de apresentar a revisão historiográfica pertinente ao tema *anticomunismo*, é preciso mencionar o verdadeiro desequilíbrio existente entre a historiografia brasileira e argentina nesse campo de análise. Enquanto a historiografia brasileira, sobretudo a que se ocupa da análise das práticas político-culturais, vem privilegiando diversas formas de observar o fenômeno anticomunista, a historiografia argentina o tratou apenas enquanto um aspecto a mais na história política do país, quase sempre sendo submerso ou incorporado secundariamente pelas análises do binômio peronismo/antiperonismo. Cabe ressaltar, nesse sentido, que os primeiros estudos que contemplaram uma análise mais aprofundada do anticomunismo argentino são recentes e foram desenvolvidos por pesquisadores brasileiros, os quais serão retomados mais adiante nessa exposição.

Desde a segunda metade da década de 1980, na esteira da redemocratização⁹, a historiografia brasileira vem se dedicando ao estudo do anticomunismo de modo específico e sistemático. Uma quantidade relativamente grande de pesquisadores se debruçou sobre o tema com ênfase, sobretudo, em responder algumas questões que diziam respeito ao conteúdo das manifestações anticomunistas – através dos quais se procura compreender como os comunistas eram representados –; às imagens utilizadas para caracterizar o comunismo e os comunistas e os meios pelos quais as mesmas foram veiculadas; e, aos indivíduos e grupos que deixaram registros de sua inserção na luta contra o comunismo. Baseando-se nestas questões, as pesquisas foram dirigidas para elucidar a prática anticomunista de grupos específicos, como partidos políticos, Igreja Católica, Exército, polícia, órgãos de imprensa, órgãos do governo federal, estadual, organizações criadas exclusivamente para o combate ao comunismo, entidades empresariais ou sindicais, etc. (RODEGHERO, 2002)¹⁰.

Dentro desse conjunto de abordagens, é possível destacar algumas pesquisas clássicas na temática do anticomunismo. A tese de doutorado desenvolvida por Bethania Mariani

⁹ No ano de 1986, José Martins Ferreira defendeu a dissertação “Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército Brasileiro”, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

¹⁰ O tema ainda continua a despertar interesse nos pesquisadores, sob os mais diferentes ângulos de análise, como atestam as teses de doutoramento recentemente defendidas em Programas de Pós-Graduação brasileiros, com destaque para os seguintes trabalhos: “Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)” (GUIMARÃES, 2014); “Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)” (SAMWAYS, 2014); “American Dream e o Pesadelo Vermelho: Americanização e Anticomunismo nas páginas de O Cruzeiro (1947-1950)” (MENDES, 2011); “O anticomunismo nos jornais Correio do Povo, Diário de Notícias e Última Hora, uma perspectiva de análise” (NOGUEIRA, 2009); e “Comunistas em espaços de política na reconstrução democrática do Brasil” (LIMA, 2007).

(1998) analisou as formas discursivas e as representações construídas acerca do Partido Comunista Brasileiro (PCB), na imprensa escrita da cidade do Rio de Janeiro, no interregno de 1922 a 1989. Operacionalizando um referencial teórico-metodológico centrado nas perspectivas da Análise do Discurso sob o domínio da Escola francesa (Michel Pêcheux), a pesquisa enfocou a produção e o funcionamento do discurso anticomunista e buscou descortinar as estratégias de negação do outro, isto é, do ideário comunista e seus adeptos. Ao problematizar os confrontos político-ideológicos travados no período analisado, Bethania Mariani verificou que o discurso sobre os comunistas ao mesmo tempo em que nega o pensamento comunista – o outro –, insere-o no campo do inimigo dos valores ocidentais, reafirma uma identidade brasileira, filiando-a ao imaginário ocidental cristão. A pesquisa demonstrou que o discurso jornalístico-político sobre o PCB pode ser perfeitamente situado na polaridade Bem/Mal, construída em torno da moralidade ocidental-cristã, cuja separação se dá sempre através de campos antagônicos: os sentidos possíveis – aqueles permitidos pelo dispositivo ideológico desta ética-moral –, e os sentidos indesejáveis, aqueles que marcam uma diferença com relação a esta moralidade.

Inserido no contexto histórico-social anterior à denominada “Intentona Comunista”, cabe mencionar o trabalho de Carla Luciana Silva (1998). A pesquisa realizada concentrou-se no período compreendido entre os anos de 1931 e 1934, e, mediante a análise das campanhas anticomunistas (notadamente dos jornais O Jornal, A Federação, Correio do Povo e Correio da Manhã), enfocou as locuções que balizaram a gênese do anticomunismo, suas práticas e suas influências no imaginário social difundido no contexto interrogado.¹¹ Um dos principais argumentos dessa autora é que o anticomunismo é um fenômeno constantemente presente no cenário político brasileiro, devendo ser estudado não somente enquanto uma reação em momentos de instabilidade social. Sua pesquisa apontou que, mesmo existindo o referencial da experiência soviética (1917), a noção do “perigo comunista” permeou o imaginário desde os primórdios da formação nacional. A partir dessa leitura, a autora considera insuficientes as explicações que datam de 1935 (com a Intentona Comunista) como o início do grande temor ao comunismo no país, demarcando a necessidade de se relativizar os marcos históricos de 1930, 1935 e 1937 enquanto momentos nos quais se projetou o amplo apoio social ao autoritarismo no cenário político brasileiro.

¹¹ Essa pesquisa culminou com o lançamento do livro intitulado “Onda Vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros”, no ano de 2001.

A tese de doutoramento do historiador Rodrigo Patto Sá Motta¹² examinou os principais momentos em que a deflagração das manifestações anticomunistas se mostraram mais intensas. Empreendendo uma análise através das práticas e representações anticomunistas, principalmente no que se refere ao seu ideário, ao seu imaginário e à sua iconografia, o autor sustenta que o anticomunismo deve ser focado como peça-chave para o entendimento da deflagração das ditaduras. Motta, ao salientar a ditadura do Estado Novo e o Golpe de 1964 como momentos/contextos de maior intensificação da propaganda anticomunista, procurou desvelar a existência de diferenças e especificidades significativas entre um e outro contexto. De outra parte, o autor problematizou acerca de três principais matrizes através das quais o anticomunismo foi difundido no Brasil, são elas: católica, liberal e nacionalista. No que se refere à matriz católica no combate às ideias comunistas, que é objeto de investigação desta tese, Motta considerou que a instituição no período/contexto da década de 1960, foi uma das forças a mais no combate ao comunismo, sendo reforçado por um tipo de “ecumenismo anticomunista”.

Em relação ao anticomunismo católico especificamente, cabe destacar o estudo empreendido pela historiadora Carla S. Rodeghero. Na sua dissertação de mestrado¹³, a pesquisadora demonstrou a contribuição do catolicismo na construção de um imaginário anticomunista no recorte cronológico entre 1945 a 1964. Valendo-se de documentos oficiais da Igreja, como, por exemplo, Encíclicas Papais e Cartas Pastorais, e também de periódicos católicos do Rio Grande do Sul, Rodeghero buscou captar a especificidade do discurso anticomunista católico frente às demais instituições que também combatiam o comunismo, tais como a Polícia, a Cruzada Brasileira Anticomunista (CBA), os complexos Institutos de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a TFP.

Já na pesquisa realizada no doutorado,¹⁴ Rodeghero inaugura os estudos do anticomunismo para além da fronteira do Estado-Nação brasileiro. Mediante uma análise das visões construídas pela diplomacia estadunidense sobre o anticomunismo difundido no Brasil,

¹² Trata-se do livro “Em guarda contra o 'perigo vermelho': O anticomunismo no Brasil (1917-1964)” publicado no ano de 2002.

¹³ Em 1998, foi publicado o livro “O diabo é vermelho): imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964)”.

¹⁴ Parte da pesquisa foi concentrada no livro intitulado “Capítulos da guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)”, lançado em 2007.

a autora ampliou o espaço de abordagem e buscou problematizar o processo de recepção do ideário anticomunista católico de origem estadunidense entre os clérigos e fiéis brasileiros.¹⁵

De outra parte, a inserção do tema no âmbito da América Latina é bastante recente. Um dos primeiros trabalhos a se ocupar desse enfoque espacial na análise do fenômeno anticomunista é o artigo da historiadora Heloísa Reichel (2004)¹⁶. Adotando como recorte cronológico os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955) e trazendo à tona a repercussão dos conflitos políticos e ideológicos através da grande imprensa do Rio Grande do Sul, a pesquisa demonstrou como as representações negativas construídas em torno do comunismo criaram condições para que o ideário comunista passasse a ser considerado a grande ameaça que a América Latina deveria combater, assim como o ideário nazista havia sido outrora.

Cabe mencionar, ainda, outros dois trabalhos que analisaram o anticomunismo no cenário latino-americano. Trata-se da dissertação de Julio de Azambuja Borges, intitulada “Vizinhos em guarda: o anticomunismo no Brasil e na Argentina durante as ditaduras civis-militares”, e da dissertação “A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966”, de minha autoria, ambas defendidas em 2010, no Programa de Pós Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. Além de priorizar a análise do anticomunismo tendo como enfoque a América Latina, ambos os trabalhos inauguraram a pesquisa do tema em terras argentinas utilizando fontes produzidas nesse país.

O trabalho de pesquisa realizado por Julio Borges analisou, através da metodologia comparada, o papel das argumentações anticomunistas na construção da legitimidade da ditadura militar brasileira, iniciada com o golpe de 1964, e da ditadura militar da Argentina, inaugurada com o golpe militar de 1966. O pesquisador se utilizou de dois periódicos para balizar seu estudo de caso nessa avaliação, quais sejam, o jornal *Zero Hora*, de Porto Alegre-RS, e o jornal *La Voz del Interior*, da cidade de Córdoba, capital da província argentina de mesmo nome. O estudo demonstrou como as especificidades de cada caso emergiram em meio à análise, mostrando que o discurso anticomunista, mesmo estando presente nos dois cenários analisados, seguiu por caminhos diferenciados, especialmente naquilo que o autor denominou de “estratégias de legitimação” das ditaduras em questão.

¹⁵ Dos trabalhos oriundos de suas pesquisas de mestrado e doutorado, a historiadora buscou diferentes abordagens e novas problemáticas sobre a temática. Ver: “Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo” (RODEGHERO, 1999); “Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria”. (RODEGHERO, 2002); “A dinâmica da diferença: uma análise sobre o olhar norte-americano sobre o Brasil no início da década de 1960” (RODEGHERO 2003); “Confrontos no pós-guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre” (RODEGHERO, 2005).

¹⁶ Trata-se do projeto de pesquisa intitulado “O Perigo Vermelho na América Latina e a Grande Imprensa Durante os Primeiros Anos da Guerra Fria (1947-1955)”, publicado em 2004.

Já a dissertação de minha autoria teve como proposta primordial analisar o discurso anticomunista católico que foi difundido na grande imprensa de Porto Alegre (*Correio do Povo* e *Diário de Notícias*) e Buenos Aires (*La Nación*, *La Razón* e *Clarín*), no contexto dos golpes de Estado da década de 1960. Este trabalho se empenhou em demonstrar a intensidade da presença do anticomunismo católico na imprensa dos dois países, as intensas repercussões e os debates travados neste contexto, a participação efetiva da imprensa na divulgação do anticomunismo católico, bem como o arcabouço de representações que foram operacionalizadas para a demarcação das identidades dos comunistas e dos anticomunistas. Por outro lado, foi possível observar que o conflito interno da instituição no período em questão configurou-se como um dos principais vetores das argumentações anticomunistas, as quais foram construídas para representar grupos e sujeitos pertencentes aos quadros da Igreja considerados “dissidentes” ou “progressistas”, fossem eles hierarquizados ou componentes do apostolado dos leigos. Além disso, a pesquisa através das grandes imprensas pôde demonstrar a influência, o apoio e a participação dos católicos nos golpes, bem como as principais reestruturações sofridas pelo discurso anticomunista católico a partir da representatividade da presença dos militares no poder¹⁷.

Em que pesem estes estudos demonstrarem a potencialidade com que o anticomunismo argentino pode ser abarcado pelas análises históricas, é possível constatar carências de análises mais pontuais e específicas sobre a temática, revelando-se um campo de pesquisa ainda a ser interrogado com maior profundidade. Ressalta-se, uma vez mais, que os estudos historiográficos argentinos que contemplaram o tema do anticomunismo, o inseriram apenas com uma variável de menor expressão entre outros aspectos da história política e social argentina.

Conforme mencionado anteriormente, a pesquisa terá como foco principal a análise do anticomunismo difundido pelos Grupos das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*. Neste sentido, também merecem ser contemplados nessa revisão historiográfica alguns dos principais estudos que se ocuparam de analisar essas instituições e seus líderes, cujo desenvolvimento de

¹⁷ Em decorrência da pesquisa empreendida no mestrado, diversos foram os trabalhos pontuais que foram desenvolvidos, sempre com intuito de revisar e ampliar algum aspecto referente a temática do anticomunismo, tais como: “A *revolução vitoriosa* e a derrota das forças comunistas : D. Vicente Scherer e o anticomunismo na grande imprensa de Porto Alegre pós-golpe de 1964.” (BETT, 2014); “Grande imprensa argentina e o anticomunismo católico no pós-golpe militar de 1966.” (BETT, 2013); “Concílio Vaticano II e o anticomunismo católico no Brasil e na Argentina. (2011)” ; “A imprensa e a construção do anticomunismo católico: Brasil e Argentina nos golpes militares da década de 60 (2012)” ; “A *Revolução Argentina* e a questão comunista na grande imprensa de Porto Alegre (BETT, 2013b)” ; “Igreja apreensiva ante infiltração comunista : Radicalização anticomunista católica no golpe militar de 1964” (BETT, 2012b).

suas ações será aglutinado em torno da criação da Tradição Família e Propriedade (TFP), primeiramente, no Brasil (1960) e, posteriormente, na Argentina (1967).

Cabe ressaltar que essa instituição (especificamente a brasileira) já vem sendo abordada na historiografia por diversos autores, especialmente aqueles que estudaram a história político-cultural contemporânea do Brasil¹⁸, bem como por autores que estudaram a história da Igreja Católica ou do catolicismo¹⁹, também do Brasil. São análises que, grosso modo, repercutem a participação da instituição e de seus membros nos mais diversos processos políticos e que se empenham em ressaltar o conservadorismo e o anticomunismo que marcou a sua trajetória, sem, no entanto, privilegiar uma análise mais aprofundada da temática anticomunista.

De outra parte, é possível mencionar que é bastante significativa a quantidade de pesquisas que trataram da TFP ou de seus membros de modo exclusivo²⁰. Dentre esse conjunto amplo de análises, destaca-se a tese de doutorado da pesquisadora Gizele Zanotto²¹. Abrangendo um recorte cronológico que vai de 1960 até 1995, a tese teve como principal objetivo analisar a doutrina, a prática e a crença dos membros da TFP, bem como avaliar o grau de filiação da instituição com o catolicismo. Utilizando um amplo arcabouço de fontes, que vão desde documentos da própria TFP, documentos pessoais e obras literárias de seus membros, até artigos e publicações desses nos mais diversos órgãos de imprensa nacional, o trabalho concentra uma série de informações que permitem descortinar acerca da atuação desse grupo tanto na sua configuração interna, quanto no que diz respeito à sua inserção no cenário político-cultural brasileiro, além de oferecer uma série de dados que contribuem para melhor compreender a dinâmica que propiciou que o modelo da instituição fosse colocado em prática nos mais diversos países dos cinco continentes.

Cabe destacar que Zanotto vem pesquisando a TFP brasileira e a atuação de seus líderes, sob as mais diversas abordagens, desde os primeiros passos de sua formação acadêmica. Na dissertação de mestrado, defendida em 2003, na Universidade Federal de Santa

¹⁸ Ver, especialmente, os estudos de Rodeghero (2003) e Motta (2002).

¹⁹ Especialmente Beozzo (1993), Bruneau (1979) e Alves (1978).

²⁰ No balanço historiográfico realizado por Gizele Zanotto, em 2011, é possível constatar uma diversificada produção acadêmica que tomou a TFP e seus líderes como objeto principal de análise. Ao recuperar o itinerário acadêmico de estudos sobre a instituição, utilizando o método de pesquisa disponível na base de dados da Plataforma Lattes/CNPq, Zanotto (2011) analisou 15 trabalhos produzidos em instituições de ensino superior do país (trabalhos de conclusão de curso, monografias, dissertações e teses) a partir dos anos 1980. Nas considerações dessa avaliação são apontadas algumas questões que indicam as diversas possibilidades de pesquisas possíveis de serem desenvolvidas, cujo destaque se encontra na ausência de trabalhos mais localizados e regionais e na ausência de trabalhos que analisam a vivência de seus membros no cotidiano da instituição.

²¹ Intitulada “Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiosincrasias de um movimento católico (1960 – 1995)”, a tese foi defendida em 2007, na Universidade Federal de Santa Catarina, sendo publicada no formato de livro, em 2012.

Catarina – UFSC –, o tema foi abordado com ênfase na luta anti-agroreformista empreendida por Plínio Corrêa de Oliveira, líder da TFP. Além disso, em diversas pesquisas pontuais, Zanotto demonstra que o tema permite inúmeras possibilidades de análise. É possível mencionar o estudo que se ocupou dos elementos de matizes milenaristas e utópicos presentes no discurso e prática da TFP (ZANOTTO, 2008); a análise dos discursos da instituição de apologia da intolerância (ZANOTTO, 2005); o estudo dos elementos do cotidiano e mecanismos de assujeitamento e normatização de indivíduos que optam por aderir à entidade (ZANOTTO, 2010); e a proposta teológico-política dos membros da instituição para a resolução dos problemas do país (ZANOTTO, 2014). Recentemente, através de seus estudos de pós-doutorado, a historiadora investiu suas pesquisas para além da TFP brasileira, tendo como objeto de investigação a visão da TFP argentina acerca da Guerra das Malvinas (ZANOTTO, 2013) e a formação doutrinária e a atuação contrarrevolucionária da instituição, descortinando sua vinculação ao integrismo católico, suas campanhas doutrinárias no recorte cronológico compreendido entre a sua fundação (1967) e o fim da última ditadura do país (1983) (ZANOTTO, 2014b).

Tratando especificamente da atuação dos principais membros da TFP brasileira, têm-se como referência as pesquisas empreendidas por Rodrigo Coppe Caldeira. Na dissertação de mestrado (CALDEIRA, 2005), o foco de análise recaiu sobre a gênese do pensamento ultramontano na Europa oitocentista e o modo como influenciou o catolicismo brasileiro na primeira metade do século XX, incluindo as reflexões de Plínio Corrêa de Oliveira e sua filiação a esse pensamento. Já a sua pesquisa de doutorado (CALDEIRA, 2009), teve como objetivo principal estudar as fundamentais linhas de pensamento que marcaram a tendência conservadora do catolicismo no contexto da realização do Concílio Vaticano II. Nesse empreendimento, Caldeira retoma a trajetória de alguns expoentes católicos brasileiros, notadamente o grupo que se formou em torno de Plínio Corrêa de Oliveira (e da própria Revista *Catolicismo*), incluindo os Bispos Antônio de Castro Mayer e Geraldo de Proença Sigaud²², descortinando suas atuações e principais ideias empreendidas nas atividades conciliares, cuja caracterização imposta pelo autor permite identificá-los como dois dos principais expoentes do catolicismo conservador brasileiro, os verdadeiros “baluartes da tradição”.

²² A atuação dos dois prelados no Concílio Vaticano II – suas principais intervenções nos temas da liberdade religiosa, liturgia e organização da Hierarquia – também foi objeto de análise de Caldeira (2011), no artigo intitulado “Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II (1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer”.

Em relação à Revista *Cruzada* e à TFP argentina não foi possível encontrar estudos de maior fôlego (teses ou dissertações) que contemplaram as instituições de maneira específica. É possível destacar, no entanto, algumas tentativas de esclarecimentos de suas estruturas e práticas através de artigos científicos produzidos nos últimos anos²³. Além das já mencionadas pesquisas empreendidas por Zanotto (2013 e 2014b), também é possível mencionar alguns trabalhos de pesquisadores que estão se debruçando sobre o tema, desvelando aspectos que permitem compreender a representatividade da atuação dessa entidade no cenário político do país, especialmente aquele circunscrito no interregno de anos compreendido entre 1960-1980²⁴. Dentre esses, destaca-se a produção acadêmica da historiadora Elena Scirica (2012, 2014) que, com diferentes abordagens, investiga as práticas e estratégias que os grupos tradicionalistas, incluindo o Grupo de *Cruzada* e TFP, empreenderam na década de 1960, cuja contribuição para a polarização das posições políticas foi decisiva²⁵.

*

Ainda que a historiografia recente tenha ilustrado diferentes possibilidades de análise do tema *anticomunismo*, também é possível evidenciar algumas lacunas de pesquisas além de carências de estudos mais específicos, principalmente levando em conta o cenário latino-americano. Desta forma, justifica-se a presente pesquisa no sentido em que é pretendido não somente contribuir com o esforço coletivo dos pesquisadores na tarefa de melhor compreender o “fenômeno” anticomunista, como também apresentar alguns resultados de

²³ No ano de 2011, o projeto de pesquisa desta tese foi apresentado no I Workshop Argentino Brasileiro de História Comparada – I WAB –, evento bianual organizado pelo Grupo de Estudos de História de Brasil e Portugal – GEHBP, o qual é radicado na Secretaria de Investigación y Posgrado de la Facultad de Filosofía y Letras da Universidade de Buenos Aires – UBA. Além do intercâmbio de informações e de bibliografias, a participação no congresso abriu as portas para o início de uma inserção acadêmica no país vizinho. Também, marcou um primeiro contato direto com grande parte das fontes de pesquisa da parte argentina (Revista *Cruzada*), as quais foram coletadas junto a um instituto particular de publicações nacionalistas da Argentina denominado “Instituto Antônio Ziny”. É preciso ressaltar a intensa negociação travada com um dos diretores deste instituto para ter acesso à Revista, tendo em vista o caráter fechado dessa instituição. Em 2012, também apresentando trabalho referente à Revista *Cruzada* em evento realizado na Argentina (IV Simpósio Internacional Religiosidad, Cultura y Poder – SIRCP), foi possível ter acesso à outra parte de edições da Revista *Cruzada*, desta feita obtida através de contato estabelecido com o Sr. Cosme Beccar Varela, fundador e líder da Revista *Cruzada*/TFP argentina. A partir de duas reuniões, o Sr. Cosme disponibilizou as publicações e também deixou pré-agendada uma entrevista, a qual foi realizada através de um questionário (Ver anexo I) enviado por e-mail.

²⁴ Stephan Ruderer (2012) empreendeu uma análise comparativa entre os Grupos da TFP argentina e TFP chilena no contexto das últimas ditaduras da Argentina e Chile com o artigo intitulado “Cruzada contra el comunismo. Tradición, Familia y Propiedad (TFP) en Chile y Argentina”.

²⁵ Também dentro da perspectiva de análise dos grupos tradicionalistas da argentina, com ênfase na TFP, cabe mencionar o artigo “Coincidencias y disidencias de los tradicionalistas católicos argentinos en torno a la Guerra de Malvinas”, de autoria do historiador argentino Facundo Cersósimo (2012).

pesquisa a partir de fontes inéditas, operacionalizadas através de um arcabouço teórico diferenciado daquilo já realizado, que permitirão, em seu conjunto, aprofundar cinco aspectos específicos, a seguir apresentados:

a) No Brasil, as pesquisas que contemplaram o estudo da TFP acabaram por não privilegiar uma análise mais apurada do anticomunismo desta instituição e aquele manifestado através da sua publicação oficiosa, a Revista *Catolicismo*. Na historiografia argentina, em que pese a existência de alguns estudos sobre a TFP desse país, também não existem pesquisas sobre a prática anticomunista, tanto da instituição quanto referente àquela estampada na Revista *Cruzada*. Daí, a necessidade de se compreender a prática anticomunista do Grupo argentino mediante a comparação com a prática do Grupo brasileiro e, desta forma, inserir essa temática específica, de forma ainda mais contundente, no universo de pesquisa do país vizinho.

b) As análises mais específicas sobre a TFP apenas citam e apontam a sua propagação nos mais diversos países, sem, no entanto, demonstrar como se deram essas implantações e qual forma de intercâmbio existia entre elas. Por isso, elucidar acerca dos relacionamentos e influências mútuas entre os Grupos católicos da Argentina e do Brasil, com base na manifestação anticomunista, pode contribuir no entendimento da representatividade e da importância das instituições em questão no cenário político e católico de ambos os países, bem como compreender como esses inter-relacionamentos contribuíram na própria arregimentação do discurso anticomunista.

c) É sabido através da historiografia, principalmente brasileira, que membros hierarquizados da Igreja Católica possuíam uma relação bastante próxima com os grupos e entidades anticomunistas. Contudo, ainda é necessário analisar como e qual foi a intensidade desses contatos no que diz respeito à manifestação e defesa ou, ao contrário, a contrariedade em relação ao ideário anticomunista. Neste sentido, é importante compreender as interferências e a participação dos quadros hierarquizados católicos do Brasil e da Argentina no anticomunismo praticado pelas respectivas entidades, possibilitando, com isso, demarcar os conflitos subjacentes a estes processos.

d) Tanto a Revista *Catolicismo* quanto a Revista *Cruzada*, nos aspectos gráficos e organizacionais, ainda não receberam a devida atenção pela historiografia que se debruçou sobre o estudo das respectivas TFPs e/ou dos movimentos e entidades católicas tradicionalistas. Pretende-se, nesse sentido, cooperar com algumas considerações, tendo como fio condutor a manifestação anticomunista, que permitirão descortinar a atuação e representatividade dos periódicos nos respectivos contextos, além de apresentar e analisar

elementos de suas tipologias gráficas (disposição gráfica das matérias e das capas), seus principais articulistas e as formas de distribuição e venda dos mensários.

e) E, uma última questão recai em analisar o anticomunismo das instituições católicas tendo como referência os debates e as disputas suscitadas com as transformações do catolicismo na década de 1960, aspecto que também passou ao largo dos estudos históricos. Nesse sentido, é tarefa essencial compreender o modo como um segmento daqueles setores considerados conservadores, aqui representados pelos Grupos da Revista *Catolicismo e Cruzada*, se posicionaram frente a essas possíveis “dissidências”, quais foram os seus argumentos e como os possíveis adversários foram representados.

1.2 Referencial teórico

Após a definição do objeto de pesquisa – anticomunismo difundido por entidades católicas, através dos respectivos periódicos – é preciso deixar exposto quais foram os principais fundamentos teóricos que balizaram a forma de entendimento do mesmo. Em relação ao tratamento teórico das fontes, buscou-se elementos e contribuições na perspectiva da História Cultural, especialmente as noções de *discursos*, *representações* e *imaginário*, na ótica de três autores específicos, a saber: Michel Foucault, Roger Chartier e Bronislaw Baczko. Além disso, foi necessário chamar a atenção para as expressões *anticomunismo* e *anticomunismo católico*, bem como para a forma com que esses dois termos foram incorporados conceitualmente dando suporte analítico aos objetivos que se pretendia atingir.

Com o desenvolvimento desta proposta pretende-se apresentar os marcos referenciais através dos quais as entidades e suas respectivas publicações foram definidas, ou seja, enquanto instituições que propagaram, representaram e defenderam o ideário anticomunista. Para tanto, dois empreendimentos foram necessários: primeiramente, a necessidade de se resolver (ou apresentar uma linha de pensamento sobre) alguns enlances e tensões teóricas das noções de *imaginários* na perspectiva de Bronislaw Baczko e *representações* na ótica de Roger Chartier; e, em segundo lugar, apresentar como se desenvolveu a incorporação de uma analítica discursiva histórica na perspectiva de Michel Foucault.²⁶

²⁶ A realização dos dois “empreendimentos” em questão surgiu a partir da necessidade de explicitar, com mais exatidão, como foram trabalhadas as noções de *representações*, *discursos* e *imaginários*, tendo em vista que algumas análises (especificamente em relação ao anticomunismo) não determinam com afinco os seus usos, utilizando-as de forma pouco referenciadas e, muitas vezes, interpostas, sem os devidos esclarecimentos de onde começam e terminam seus domínios.

1.2.1 Imaginários e representações em enfoque complementar

Na obra intitulada “Imaginação Social” (1985), o filósofo polonês Bronislaw Baczko²⁷ fornece um estudo relevante no que diz respeito ao desenvolvimento da noção de *Imaginário Social*, a qual, é preciso salientar, insere-se no conjunto de transformações epistemológicas que acompanharam a emergência da História Cultural (Martins, 2005). Dentro da historização proposta pelo autor²⁸, a parte que interessa para esse trabalho diz respeito aos suportes teóricos que podem ser considerados aqueles que proporcionaram maior relevância no desenvolver da sua própria noção de imaginário, quais sejam, a teoria de Emile Durkheim e de Max Weber²⁹.

De Durkheim, Baczko coloca em evidência duas noções que vão dar sentido para a forma como constrói a noção de imaginário, ou seja, a noção de *consciência coletiva* – e o modo como esta interfere e assegura a coesão social – e a noção de *representações coletivas* – e a forma como estas, nas palavras do autor, “exprimem sempre, num grau qualquer, um estado do grupo social, traduzem sua estrutura atual e a maneira como ele reage frente a tal, ou a tal acontecimento, a tal perigo [...]” (1985, p. 306). Portanto, consciência coletiva – e a ideia de pertencimento a um grupo social –, e representações coletivas – entendidas enquanto aquilo que dá sentido e operacionaliza o pertencimento ao grupo social –, ambas, na perspectiva de Durkheim, sintetizam uma parte importante da abordagem referente ao imaginário proposto pelo teórico polonês.

Outra parte referente à abordagem do *imaginário* é encontrada por Baczko no aporte teórico de Max Weber, especialmente a noção de *redes de sentido*, entendidas enquanto marcos de referência pelas quais os agentes sociais baseiam suas condutas, as quais demarcam todo um *sistema de representações coletivas*, que, invariavelmente, produzem e são produtoras de sentido para o grupo social. Para Baczko, então, estas redes de sentido que dão o suporte às ações dos atores sociais sempre serão resultantes do imaginário social.

²⁷ Bronislaw Baczko nasceu em 1924, em Varsóvia. Filósofo, dirigiu o Departamento de História da Filosofia Moderna da Academia Polaca das Ciências, de 1955 a 1968.

²⁸ Ver o subcapítulo intitulado “Elementos para uma História” (Baczko, 1985, p. 299).

²⁹ Não se pode esquecer que a noção de *imaginário* proposta por Baczko também é tributária da noção de *ideologia* na perspectiva marxista, especificamente quando se leva em conta a problemática da dominação. Nestes termos, invariavelmente as noções apresentam algumas similaridades: têm sua eficácia determinada através da crença de um grupo; a condição de aceitação perpassa necessariamente pelo sentido que provocam em quem os recebe; não se configuram em reflexos do real, mas sim do seu “outro”. Entretanto, na medida em que a noção de *ideologia* também possui um sentido “negativo” ou “crítico” (sobre os sentidos da noção de *ideologia*, ver: Thompson, 1999), que confere à classe dominada um status de passividade na produção das ideias, essa perspectiva se afasta da noção de *imaginário*, uma vez que esta última, como poderá ser visto no decorrer desta apresentação, não funciona apenas como um reforço de sistemas de dominação vigentes, mas como uma corrente transformadora, colocando os “dominados” como elementos ativos na produção de imaginários. (ESPIG, 1998)

De forma bastante esquemática, é possível considerar que Baczko fundamenta a sua noção de *imaginário* englobando as noções acima descritas. Na visão do teórico polonês, para se pensar na noção de *imaginário*, é preciso levar em conta a coletividade e as suas especificidades: identidades, hierarquias, posições, crenças, lugares sociais. *Imaginário* social, portanto, se configura como “uma das forças reguladoras da vida coletiva [...] uma peça efetiva e eficaz do dispositivo de controle da vida coletiva e, em especial, do exercício de autoridade do poder. Ao mesmo tempo, ele se torna o lugar e objeto dos conflitos sociais.” (1985, p. 309-310). Para Rodeghero (2003, p. 29), que também trabalhou com a noção de imaginário na perspectiva de Baczko, o imaginário assume a função de ser uma poderosa força de instauração ou legitimação social, além de propor estereótipos e paradigmas apresentados enquanto verdades, definindo posturas como legítimas e desqualificando aquelas consideradas inconcebíveis.

Ao se referir aos “conflitos sociais”, Baczko deixa posto outro fundamento a partir do qual pauta a sua noção de *imaginários*, ultrapassando, de certo modo, a questão simplesmente da coletividade. Ao considerar a ideia de conflito uma mola propulsora e, ao mesmo tempo, resultado da formação de um imaginário, inevitavelmente, o autor está indicando e estabelecendo que as construções identitárias (*nós* versus *eles*) também fazem parte do processo, especialmente operando através de oposições que estruturam aquilo que denomina de força afetiva. Nesse sentido, afirma: “quando uma coletividade se sente agredida pelo exterior [...] ela põe em marcha, como meio de autodefesa, todo o seu dispositivo imaginário, a fim de mobilizar as energias dos seus membros, unindo e guiando suas ações” (1985, p. 310).

Até este momento foi apresentado um dos modos possíveis de se compreender a construção da noção de imaginário na perspectiva proposta por Baczko, especialmente levando em conta a interdependência das noções até aqui trabalhadas, quais sejam: *consciência coletiva*, *representações coletivas*, *conflitos sociais* e *identidade*. Entretanto, à medida que a sua teoria avança para o que ele denomina de “Case-studies” (1985, p. 314), é possível encontrar algumas considerações nas quais o autor parece deixar posto uma “dupla dimensão” na noção de *imaginário social* em relação, especialmente, à noção de *representações*. Parece residir, neste aspecto, algumas tensões e, ao mesmo tempo, algumas saídas para o emaranhado conceitual entre a noção de *imaginário* e *representações* (as quais tentar-se-á superar posteriormente colocando no debate alguns aspectos teóricos de Chartier). Ou seja, Baczko parece deixar implícito que as *representações coletivas* não podem se equivaler aos mesmos suportes encontrados na noção de *imaginário*, pois elas acabam sendo

parte (e apenas uma parte) do todo (*imaginário*) e este todo não pode ser reduzido àquela parte. Em que pese esse duplo dimensionamento, o autor esclarece o fato de que são as *representações* do mundo social que movimentam ou que, de certo modo, comandam o *imaginário*. Em uma palavra parafraseando Baczko: *Quando uma sociedade aciona seu dispositivo imaginário ela o faz através da produção de discursos, nos quais e pelos quais se efetua a reunião de representações coletivas do contexto sociocultural do segmento social em que são difundidas* (grifos meus). Por isso, parece ser imprescindível a necessidade de compreender os meios acionados para a construção do *imaginário*, bem como os meios que fazem com que um determinado *imaginário* possa ser inteligível para aqueles que o recebem. Nesse sentido, então, a ideia é, a partir dos aportes teóricos de Chartier, buscar essas relações fundamentais entre o *imaginário* e a sua forma de inteligibilidade no ambiente social.

*

No trabalho intitulado “O Mundo como Representação”, Roger Chartier (1991)³⁰ pincela alguns comentários sobre as mutações do trabalho historiográfico sofridas após o início dos anos 1970, mostrando que elas tiveram muito a ver especialmente em relação aos princípios de inteligibilidade que governavam os procedimentos dos historiadores. Três eram essenciais, segundo o autor: o projeto de uma história global, capaz de articular num mesmo apanhado os diferentes níveis da totalidade social; a definição territorial dos objetos de pesquisa, geralmente identificados com a descrição de uma sociedade instalada em um espaço particular (uma cidade, uma província, uma região) – que era a condição de possibilidade da coleta e do tratamento dos dados exigidos pela história total –; o primado conferido ao recorte social considerado capaz de organizar a compreensão das diferenciações e das partilhas culturais. Neste sentido, o historiador francês aponta que os historiadores tentaram pensar os funcionamentos sociais para além de um escopo hierarquizado das práticas e das temporalidades sem que fosse dada preferência a um conjunto particular de determinações, buscando nas *representações* uma tentativa para decifrar o funcionamento social. *Representações* e, diga-se de passagem, tudo aquilo que elas carregam consigo: modo pelos quais os indivíduos dão sentido ao mundo que é o deles.

³⁰ Desde de 2007, Roger Chartier é professor do Collège de France onde desenvolve o projeto “Escritas e Culturas da Europa Moderna”.

Assim como Baczko, Chartier também vai fundamentar a sua teoria (não somente, mas também) nos aportes teóricos nas perspectivas de Durkheim e Marcel Mauss³¹, enfatizando a articulação entre três modalidades de relação com o mundo social:

[...] de início, o trabalho de **classificação** e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma **identidade social**, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as **formas institucionalizadas** e objetivadas em virtude das quais "representantes" (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou da classe. (Chartier, 1991, p. 183)

Da articulação das três modalidades acima destacadas, Chartier coloca em questão uma particularidade da sua noção de *representações* que se caracteriza por ser fomentadora de duas vias possíveis na construção de identidades sociais: uma que consiste em considerar as identidades sociais resultantes das *representações* impostas pelos sujeitos que detêm o poder de classificar e nomear e a aceitação ou resistência dos grupos que as recebem. A outra via consiste em considerar as *representações* constructos específicos de cada grupo, ou seja, a capacidade de reconhecer a sua existência a partir de uma demonstração de unidade (Chartier, 1991, p. 183). É a partir dessas duas vias que o historiador francês passará a dar importância à noção de *lutas de representações*, pois é através delas que grupos buscam impor as suas concepções de mundo social, os seus valores e o seu domínio (ou tentativa de) aos seus adversários.

Retomando as categorias de Paul Ricoeur de “mundo do texto” e “mundo do leitor”, Chartier parte em busca daquilo que denominou como determinações históricas de produção de sentido através das práticas de escuta ou de leitura. Coloca em destaque os dispositivos materiais e formais pelos quais os textos atingem os leitores, indicando, nesse sentido, o ato operatório que caracteriza as *apropriações*, central, no seu entender, àqueles que se debruçam sobre a História Cultural. Enfatiza, nesse sentido, a necessidade de se voltar a atenção “para as condições e os processos que, muito concretamente, sustentam as operações de produção do sentido” (1991, p. 180). *Apropriações*, em Chartier, diz respeito, então, “uma história social dos usos e das interpretações, referidas a suas determinações fundamentais e inscritas nas práticas específicas que as produzem”.

³¹ Chartier também é tributário dos aportes teóricos de Marx, Max Weber, Norbert Elias, Michel de Certeau, e Pierre Bourdieu (CARVALHO, 2005).

Aqui, nesse ponto, é necessário retomar algumas questões que podem esclarecer ao menos dois dos pontos de tensão entre os projetos intelectuais de Baczkó e Chartier. Se, para Baczkó, as *representações* são molas propulsoras na construção e transformação dos *imaginários* sociais; se as identidades são definidas por *representações* que dão mobilidades aos conflitos, que também caracterizam os *imaginários*, e estes sim são os objetos de disputa, para Chartier as *representações* são as instâncias maiores dos objetivos de lutas, pois a dominação (ou a tentativa de), na visão do historiador, se dá a partir do modo como um grupo tenta impor as suas *representações* sobre seus adversários, ela (tentativa de dominação) é proposta através das *lutas de representações*. De outra parte, a fundamentação weberiana que Baczkó sustenta a sua noção de *rede de sentido*, pela qual um grupo se faz reconhecer enquanto grupo (sentido em suas práticas), acaba por se aproximar e, ao mesmo tempo, distanciar daquilo que Chartier propõe em sua teoria. Eles se aproximam na forma a partir da qual o reconhecimento dos grupos necessariamente deve ser pautado pela caracterização de sentido dos atores sociais em suas práticas. Entretanto, o distanciamento se configura na medida em que o sentido das práticas para Chartier parte, em primeira instância, do modo como os atores sociais se *apropriam* dos códigos do mundo social para posteriormente o reconfigurar, o que, de certo modo, inverte a proposta de Baczkó, que coloca como a força propulsora da produção de sentido justamente o *imaginário*.

Para além dessas tensões, também existe um componente em comum entre as noções de *representações* e *imaginários* que consiste no status que ambas conferem ao sentido da realidade social. Esse componente em comum surge, obviamente, a partir dos questionamentos (quase inevitáveis) quando o historiador se depara com análises ancoradas nas proposições da História Cultural, bem como a partir da polêmica que esses estudos proporcionaram no âmbito historiográfico³², especialmente para posturas mais radicalizadas: afinal, *imaginários* e *representações* se estabelecem através do real? São oposições ao real? São reflexos do real? É possível a aproximação com o real através dos *imaginários* e das *representações*? Ou, *imaginários* e *representações* são componentes do real? É bem verdade que parte de algumas respostas sobre estes questionamentos já puderam ser observadas quando se acompanha o modo como os autores construíram seus aportes teóricos. Entretanto, em face das disputas e discussões surgidas no campo historiográfico acerca destas questões, tem-se a pretensão de buscar uma sistematização das respostas, aspirando, com isso, não uma

³² Sobre uma das facetas do debate, ver o posicionamento de Ciro Flamarion Cardoso (2000), que coloca Chartier enquanto um dos teóricos que manteve posições “pós-modernas”, e o posicionamento de Francisco Falcon (2000), que estabelece uma diferenciação entre as representações na perspectiva “moderna” e “pós-moderna”, compreendendo tanto Chartier quanto Baczkó como representantes da tradição iluminista (moderna).

resposta definitiva, mas apenas contribuir para alguns esclarecimentos que serão pertinentes para o desenvolvimento analítico da tese.

*

Começando por Chartier e retomando a sua noção de *representações coletivas* ao identificá-las enquanto classificações, divisões e delimitações que organizam as categorias de percepção do real que são, ou que devem ser, apreendidas pelo mundo social, elas (*representações coletivas*) indicam a potencialidade de se pensar, conforme apontou Pesavento (2005, p. 39) “enquanto matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coerciva, bem como explicativa do real.” Nesse enfoque teórico específico, as *representações* indicam as possibilidades de trazer à tona os embates e as disputas político-ideológicas dos grupos, uma vez que, conforme visto anteriormente, são através das *lutas de representações* que esses grupos buscam impor as suas concepções de mundo social aos seus “outros”. Daí a possibilidade de se pensar que as *representações* não são contrárias e nem se opõe ao real, mas elas, conforme Carvalho (2005, p. 151), se constituem através de várias determinações sociais para, em seguida, tornarem-se matrizes de classificação e ordenação do próprio mundo social, do próprio real.

Em relação ao *imaginário*, também é preciso deixar posta a ideia de que ele constitui outro real, e não o seu contrário. Conforme bem salientou Pesavento (2005, p. 50), “o mundo, tal como o vemos, apropriamo-nos e transformamos é sempre um mundo qualificado, construído socialmente pelo pensamento. Esse é o nosso ‘verdadeiro’ mundo, mundo pelo qual vivemos, lutamos e morremos”. Portanto, nesta perspectiva, o *imaginário* existe em função do real que o produz e do social que o legitima, não pode, neste sentido, estar deslocado da realidade uma vez que ele pode ser acionado para transformar a realidade, conforme os exemplos anteriormente trabalhados por Baczko. Daí, a necessidade de se trabalhar com a noção de *imaginário*, evidenciando a sua capacidade de existência real, inscrito em práticas e lutas reais.

Levando em conta que os dois teóricos, ao menos em parte, estão partindo (não somente) da mesma matriz teórica (Durkheim), especialmente na consideração da questão das *representações coletivas*, é possível afirmar que ambos estão chegando ao mesmo lugar percorrendo caminhos diferentes (*imaginário = representações*)? Ou, de fato, conforme coloca Baczko, o *imaginário* acaba sendo uma instância maior em relação às *representações*? Ou, na perspectiva de Chartier, são as *representações* o objeto maior das lutas? Para todas essas perguntas, dependendo da posição que se coloca o prisma teórico, é possível dizer que

cabe tanto a resposta positiva quanto negativa, sem cair em contradição. O que deverá mudar, obviamente, são os resultados de pesquisa, em que lugar se quer chegar. Neste sentido, entende-se que se pode fazer uma história das *representações* na mesma medida que se pode fazer uma história do *imaginário* sobre determinado objeto sem que uma invalide ou contradiga a outra. Entretanto, o esforço analítico da tese está centrado na ideia de propor uma operacionalização que tenha por premissa inicial uma articulação entre as duas noções em questão, entendendo que esta sistemática poderá redimensionar os resultados da pesquisa.

É preciso deixar claro que deve ser ponto primordial haver uma completa interdependência entre a “dimensão” do *imaginário* e a “dimensão” da *representação*. Este aspecto está fundamentado, obviamente, nas assertivas (das quais este estudo compartilha) que colocam o *imaginário* como constitutivo de *representações* e estas sendo constituintes dos *imaginários*. Contudo, é preciso ressaltar, também deve ser considerado o fato de que a forma como está posto/construído algum *imaginário* em determinado contexto social, indubitavelmente, influenciará na dinâmica da construção/embates das *representações* dos sujeitos ou grupos envolvidos, o que, de certo modo, esse movimento também acarretará, possivelmente, na reconfiguração do *imaginário*. Pode-se dizer, neste sentido, que o caminho teórico aqui pretendido se configura em uma via de mão dupla, mas que, por vezes, essas mãos se interligam, cruzam, e reconfiguram o traçado. Antes de qualquer tipo de hierarquização entre as noções apresentadas, bem como qualquer tipo de fusão, a aposta se configura justamente na complementaridade, sem negar, entretanto, as tensões.

1.2.2 O *discurso* anticomunista católico e a invenção do comunismo

Para que se possa adentrar nas próximas questões teóricas a serem desveladas, é preciso recuperar uma das assertivas mencionadas anteriormente (a partir das noções de *imaginário* na perspectiva de Baczko), que o dispositivo *imaginário* quando acionado, assim é feito através da produção de *discursos*, nos quais e pelos quais se efetua a reunião de *representações* coletivas. Do que trata a expressão *discursos*, propriamente? Qual é a sua definição ou suas definições? Afinal de contas, o que é *discurso* e qual é a abordagem específica que será utilizada na tese?

Todas essas questões levantadas indicam que a questão discursiva precisa ser estreitamente balizada sob pena de provocar alguns equívocos interpretativos, especialmente quando se leva em conta a profusão (e confusão) conceitual acerca da noção de “análise do discurso”. Nesse sentido, Dominique Maingueneau (2007, p. 15), em artigo no qual buscou compreender os emaranhados conceituais e metodológicos que envolvem a “análise do

discurso”, adverte que esse rótulo se aplica a trabalhos de inspirações muito diferentes em todo o mundo. Nas suas palavras, “a análise do discurso permanece extremamente variável [...] pois ela representa um espaço que se constituiu progressivamente a partir dos anos 1960 por meio da convergência de correntes oriundas de lugares muito diversos”.³³ Disso resulta que uma das tarefas essenciais aos pesquisadores, que transitarão pela analítica discursiva, consiste em balizar a própria noção de *discurso* que será apropriada.

Entretanto, antes de apresentar qual é a corrente teórica que balizará a noção utilizada na tese, é preciso deixar posto que não se pretende realizar uma “Análise do Discurso” propriamente dita, referida nos termos de uma disciplina que tem por objeto o *discurso*, mas sim, esclarecer – da mesma forma que foi empreendido nas questões das *representações e imaginários* – qual é o domínio que o *discurso* será circunscrito neste trabalho, tendo em vista que esse esclarecimento será crucial para a operacionalização da noção no tratamento das fontes. Ou seja, *discurso* – nas análises das ciências humanas – carrega em si muito mais do que um simples ato de fala ou um simples pronunciamento, mas todo um conjunto de questões de fundo teórico, nem sempre lavado em conta por aqueles que se utilizam da expressão.

De acordo com Maingueneau (2007, p. 18), *discurso* se estabelece enquanto uma “intrincação de um texto e de um lugar social³⁴ [...] não é nem a organização textual, nem a situação de comunicação, mas aquilo que as une por intermédio de um dispositivo de enunciação específico”. Daí a existência de diversos *tipos de discursos*, sempre relacionados a um dado setor de atividade da sociedade – discurso administrativo, publicitário, etc. – com todas as subdivisões que forem necessárias.

A noção de *tipos de discursos*, por seu turno, abarca um princípio de agrupamento de *gêneros discursivos* que deve responder a pelo menos duas lógicas, a saber, a do co-pertencimento a um mesmo “aparelho institucional” e à lógica da dependência de um mesmo “posicionamento”. O discurso anticomunista, nesse sentido, remete à diversidade de gêneros possíveis (jornais, panfletos, revistas) produzidos no interior de campos diversos (político e religioso, no caso desta pesquisa). Essas noções permitem alcançar um aspecto essencial referente ao domínio discursivo, que consiste justamente na definição da identidade dos

³³Esse autor salienta ainda que seu desenvolvimento implica não apenas em uma extensão da linguística, mas também em uma “reconfiguração do conjunto dos saberes”. Complementa afirmando que “apenas uma parte daqueles que foram seus grandes inspiradores nos anos 60 é constituída por linguistas, estando presentes ainda antropólogos (Hymes), sociólogos (Garfinkel, Sacks) e também filósofos preocupados com a linguística (Pêcheux) ou não (Foucault)”.

³⁴Lugar social entendido enquanto um *posicionamento* em um campo discursivo político, religioso, etc.; pode se tratar também de uma categoria de locutores.

discursos que serão analisados no decorrer deste trabalho: o discurso anticomunista católico produzido pelos Grupos/colaboradores/articelistas das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*.

Feita as devidas advertências, já é possível apresentar a tradição do pensamento na qual se pretende focalizar o domínio *discurso* na tese. Utilizar-se-á os aportes desenvolvidos pelo filósofo Michel Foucault, cujo sentido e propósitos dessa incorporação começaram a ser fomentados ainda por ocasião dos resultados do desenvolvimento da pesquisa de mestrado (BETT, 2010), momento em que foi evidenciada a necessidade de um arcabouço teórico que possibilitasse uma maior efetividade no tratamento da complexidade inerente ao objeto daquela pesquisa (discurso anticomunista católico através da grande imprensa).³⁵

A noção de *discurso* na ótica foucaultiana estabelece que este seja constituído a partir de relações de saber e de poder que se inter-relacionam, apresentando regularidades que permitem definir uma rede conceitual própria. Para Foucault (1986), os *discursos* também são práticas sociais, são conjuntos de acontecimentos historicamente produzidos, possuem uma materialidade, a qual interfere no real, transformando e recriando o mundo. Na sua ótica, o *discurso* não trata simplesmente de uma análise linguística, mas de uma interrogação sobre as condições de emergência dos *dispositivos*³⁶ discursivos que engendram ou sustentam práticas. (REVEL, 2005)

Tendo como parâmetro a noção acima descrita, ainda na pesquisa de mestrado (BETT, 2010), verificou-se que os discursos católicos nas grandes imprensas, ao fazerem referência ao comunismo, no contexto da década de 1960, articularam determinados procedimentos que estavam na *ordem do discurso*, ou seja, satisfizeram exigências e qualificações para dizer o que foi dito ou escrito e que imprimiram ou tentavam imprimir uma “verdade” em relação ao que entendiam por comunismo (FOUCAULT, 1971). Por isso a necessidade de se prestar

³⁵ Uma das primeiras objeções surgiu da necessidade de ampliar o entendimento da noção de *anticomunismo católico*. Identificou-se que entender o *anticomunismo católico* apenas enquanto oposição sistemática ao comunismo, não permitia um avançar analítico que desse conta da complexidade das disputas (culturais e políticas) que abrangiam o espectro dos dois países focos da pesquisa, especialmente levando em conta os processos que envolvem a *circulação de ideias*. Deste modo, partindo das evidências da pesquisa do mestrado e das especificidades da pesquisa atual, buscou-se, então, aprofundar e aperfeiçoar o referencial teórico que tentasse dar conta de sistematizar o uso dos conceitos já utilizados pela historiografia do anticomunismo (principalmente *imaginários* e *representações*) incorporando a noção de *discursos* sob o prisma foucaultiano. Por circunstâncias relativas ao formato do atual objeto de pesquisa, entendia-se não ser necessário esse aporte teórico e, por isso, essa operação acabou não sendo contemplada no projeto inicial. Entretanto, a partir da realização das disciplinas do Curso de Doutorado e do desenvolvimento dos artigos, participação em congressos e o (do) aprofundamento em leituras teóricas, bem como – e principalmente – das próprias fontes, viu-se a necessidade dessa incorporação.

³⁶ Na teoria foucaultiana o termo “dispositivo” designa os operadores materiais do poder, suas técnicas, estratégias e formas de assujeitamento. Conforme Revel (2005) os dispositivos são, por definição, de natureza heterogênea (discursos, práticas, táticas). Daí, em consequência, a existência de “dispositivos de poder”, bem como de “dispositivos de saber”.

atenção, conforme explica Veiga Neto (2003, p. 21), “nos variados procedimentos que regulam, controlam, selecionam, organizam e distribuem o que pode e o que não pode ser dito”.

Conforme mencionado em outro lugar (BETT, 2010), esse enfoque teórico/metodológico permitiu visualizar o anticomunismo católico como constituidor/constituído de uma rede discursiva específica que tomou o “comunismo” como um objeto, tratando de, constantemente, em contextos específicos³⁷, atualizar a sua constituição.

Aqui, nesse ponto, talvez seja pertinente recuperar a questão sobre *heterogeneidade/elementos comuns* que a tradicional historiografia do anticomunismo suscitou e levantar um possível redimensionamento analítico que a incorporação do aporte teórico com ênfase no *discurso* poderá proporcionar. Nesse sentido, dois pontos devem ser ressaltados. Em primeiro lugar, considerando a premissa do comunismo enquanto um objeto construído pelos discursos, levanta-se a hipótese de perceber o ato discursivo dos grupos católicos, no contexto específico da década de 1960, como propositores de uma tentativa de reduzir o comunismo nos esquemas explicativos do próprio ideário católico, ou seja, de torná-lo compreensível, inteligível e enquadrando conforme problemáticas específicas desse contexto.³⁸ E, um segundo aspecto, evidenciando a necessidade de questionar o discurso anticomunista católico na sua vontade de ser um discurso totalizante, emissor e pretensioso à verdade, é pertinente verificar de que forma e quais são os dispositivos utilizados pelos discursos no processo de enquadramento pedagógico do comunismo, ou seja, lançando mão de dispositivos de *reconhecimento* a partir das mais diversas práticas.

Daí, a necessidade de se perceber como, em contextos diferenciados (do Brasil e da Argentina), os grupos católicos, através das respectivas Revistas (*Catolicismo* e *Cruzada*), se utilizaram do *discurso* anticomunista para demarcar posições, representando os “nós” e os “outros”, quer dizer, aspecto que constantemente implicou na necessidade de se atribuir

³⁷ A contextualização dos discursos parece ser uma das questões fundamentais nesse empreendimento. Mais do que um cuidado metodológico, essa operação caracteriza uma postura próxima de preceitos ligados à ética da operação historiográfica, qual seja, buscar evitar anacronismos na interpretação dos textos. Por isso, adentrar no mundo linguístico em que os discursos anticomunistas se ancoravam parece ser uma medida mais do que necessária, no sentido em que potencializa o reconhecimento da circularidade e maleabilidade desses discursos, principalmente no ato operativo das suas enunciações.

³⁸ Aqui a inspiração é foucaultiana por quando da análise que o filósofo empreendeu na obra sobre o “parricida” Pierre Rivière. Conforme Durval Muniz de Albuquerque, a apropriação dos discursos de Rivière pela psiquiatria e pela justiça tentam “enquadrá-lo dentro de suas grades conceituais, tentam apagar as suas diferenças, sua singularidade, sua estranheza, tentam torná-lo compreensível e, portanto, domar sua rebeldia” (2007, p. 104).

qualificações do que deveria ser e quais atributos deveria possuir um legítimo anticomunista para fazer frente àqueles considerados comunistas.

Ainda da pesquisa de mestrado (BETT, 2010), o *corpus* documental analisado demonstrou que quando os católicos se utilizaram dos *discursos* para combater o comunismo, o fizeram utilizando inúmeras representações, constantemente se apropriando e fabricando o objeto *comunismo* de uma forma impossível de ser determinado a partir de redes conceituais definitivas e estanques. Demonstraram o comunismo enquanto categoria ambivalente³⁹ e, nesse sentido, contraditoriamente, os próprios *discursos* dos católicos estabeleceram e demarcaram as potencialidades do comunismo.

Ao se trabalhar com as premissas até aqui expostas, verificou-se que a incorporação da noção de *invenção*, também dentro de uma ótica discursiva foucaultiana⁴⁰, permitiu cooperar no esforço de descortinar e tornar ainda mais inteligível a prática anticomunista. De acordo com Durval Muniz de Albuquerque (2011, p. 257), *invenção* deve ser entendida levando-se em conta a “forma como se constituem tanto os objetos quanto os sujeitos históricos”. É preciso concordar com o historiador que não existe nenhum objeto ou sujeito que seja natural, pois a sua construção ocorre na própria história⁴¹. Nessa perspectiva, a noção de invenção busca ressaltar a construção de algo em um dado momento, “pelos homens, pelas relações sociais, que foi construído no campo da cultura, no campo do pensamento, que emergiu a partir de ações humanas”. Ainda, segundo o autor, a noção de invenção serve para:

³⁹ O conceito de ambivalência na perspectiva de Zygmunt Bauman é entendido como uma desordem específica da linguagem pela possibilidade de conferir a um objeto ou evento mais de uma categoria. E a maneira como esta desordem é percebida se reflete no desconforto que sentimos quando somos interpelados pela indeterminação que uma situação pode proporcionar (BAUMAN, 1999).

⁴⁰ Foucault (1986, p. 56) sistematiza a noção de invenção a partir da ideia que os discursos fabricam (inventam) sistematicamente os objetos dos quais se apropriam. Essa questão é explicada pelo filósofo na seguinte passagem: “gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] não mais tratar os discursos como conjunto de signos [...], mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam”.

⁴¹ De acordo com José Carlos Anjos (2004, p. 142), a noção de *objeto construído* em Foucault tem sua fundamentação na epistemologia de Gaston Bachelard. Segundo o autor, vem de Bachelard a noção foucaultiana de que “a pesquisa deve reivindicar um realismo próprio da ciência, uma busca da ‘realidade’ que não se compromete com os fenômenos na forma como se apresentam ao senso comum.” Em Bachelard, complementa José Carlos, “o ‘real’ já sempre está em relação dialética com a ‘razão científica’, precisando ser reconstruído em laboratório”. Na sua ótica, Foucault busca em Bachelard os procedimentos que embargam a nitidez dos objetos que se apresentam como “dados”: “Trata-se, de fato, de arrancá-las de sua quase-evidência, de liberar os problemas que colocam; reconhecer que não são o lugar tranquilo a partir do qual outras questões podem ser levantadas (sobre a sua estrutura, sua coerência, sua sistematicidade, suas transformações), mas que colocam por si mesmas todo um feixe de questões (que são? Como defini-las ou limitá-las? A que subconjuntos podem dar lugar? Que fenômenos específicos fazem aparecer no campo do discurso?). Trata-se de reconhecer que elas talvez não sejam, afinal de contas, o que se acreditava que fossem à primeira vista. Enfim, que exigem uma teoria” (Foucault citado por Anjos, 2004, p. 143).

“[...] destacar o acontecimento, para reforçar essa ideia de que as coisas surgem historicamente num dado momento, a partir de um conjunto de fatores, um conjunto de relações [...] ressaltar a historicidade, tanto dos objetos quanto dos sujeitos, de analisar como eles são construídos, [...] como são produtos de um processo histórico, produtos de uma construção que se dá no tempo”.

Portanto, em uma palavra, é possível afirmar que o comunismo acabou sendo *inventado e reinventado* pelos *discursos* anticomunistas dos católicos que percebiam (ou achavam perceber), no contexto político e social percorrido pela pesquisa (BETT, 2010), a sua “periculosidade” e necessitavam mobilizar a sociedade para enfrentar a sua “propagação”, constituindo, deste modo, as bases para a legitimidade de um imaginário anticomunista⁴².

Tendo como base estas considerações e fazendo os devidos deslocamentos para a atual pesquisa, dois pontos foram cruciais: 1) adentrar na dimensão da necessidade de se abandonar as verdades universais em relação ao fenômeno anticomunista, bem como reestruturar tradicionais modelos explicativos desse tema. Isso implicou em deixar estabelecida uma inadequação/incompletude do próprio conceito de *anticomunismo*, ou seja, percebeu-se que *anticomunismo* não trata tão somente de uma oposição sistemática ao *comunismo* – neste formato pronto, estabelecido, congelado e total – mas o procedimento necessário consiste em visualizá-lo nas constantes redefinições, fabricações e reinvenções, cuja contribuição discursiva é fundamental. Por outro lado, 2) também se faz necessário, a partir da influência dessa primeira consideração, reconsiderar que o *anticomunismo católico* não se restringe unicamente às manifestações dos setores ligados ao campo católico, mas, fundamentalmente, às assertivas discursivas que são remetidas a este campo.

Esse aspecto aponta, necessariamente, para o que deve ser ponto de partida no transcurso metodológico da teoria em questão, qual seja, considerar que os *discursos* e as *representações* anticomunistas possuem uma historicidade⁴³ uma performatividade, nunca se definem em si mesmos, mas que, em sua operacionalidade, estabelecem as bases para a construção do imaginário anticomunista.

A experiência de pesquisa nessa temática, bem como as próprias fontes de pesquisa, contribuíram decisivamente para perceber que os esforços teóricos, até então trabalhados pela

⁴² Perceber o conceito *comunismo* a partir da forma como os anticomunistas se apropriavam, se insere nas premissas defendidas por Skinner de que não há conceitos atemporais, mas eles sempre sofrerão as mais diversas variações em diferentes sociedades. (Skinner citado por Vogt, 2011, p. 101)

⁴³ Conforme Armani (2011, p. 167), afirmar a historicidade das ideias (mas que pode ser estendido para representações e discursos) é “afastar aquilo que seria substancializações da memória e de sua legitimação via dispositivos discursivos que recorrentemente patrimonializam o passado através de uma excessiva memorialização e o jogam para fora da própria história”.

historiografia pertinente ao tema, acabaram não sendo suficientes para dar conta da complexidade que a pesquisa atual exigiu. Não se trata de desconsiderar toda uma produção (cuja qualidade é inquestionável), mas, pelo contrário, o objetivo é congregiar novos aportes aos já trabalhados e buscar cooperar com esse esforço coletivo de se compreender a atuação de grupos que, a rigor, contribuíram para desestabilizar presidentes e para sustentar e legitimar a instauração de regimes autoritários, através da própria institucionalização do *imaginário* anticomunista.

Por isso, e finalizando a demonstração da operacionalidade teórica a ser utilizada na tese, propõe-se trabalhar com aquilo que deve ser considerado uma articulação conceitual possível entre as três matrizes teóricas distintas (*representações, discursos e imaginários*), mas vistas aqui enquanto possibilidades complementares.

Ao esmiuçar cada um desses enfoques, adentrando, inclusive, nas tensões e possíveis contradições, percebe-se que as mútuas contribuições podem resultar no entendimento, grosso modo, de que o *imaginário* anticomunista (católico, no caso dessa pesquisa) não poderia apresentar condições de “funcionamento” sem que fosse constituído por uma série de *representações* e, estas, não ganhariam corpo e significado sem que estivessem reunidas em uma regularidade discursiva ou – parafraseando Foucault 1971 – na *ordem do discurso*, sem que emitissem, em seus enunciados, toda uma *vontade de verdade* em relação ao comunismo e a tudo que a ele era relacionado. Portanto, neste sentido, levou-se em conta aquilo que pode ser considerado uma interdependência entre os três domínios teóricos mencionados, não aferindo, evidentemente, qualquer hierarquização entre eles, muito menos um sentido único e linear de se compreender o processo.

1.3 Metodologia e as fontes de pesquisa

Mediante os aportes teóricos apresentados, que serão operacionalizados no decorrer analítico da tese, e levando em consideração as fontes de pesquisa – que em sua totalidade se configuram em textos (jornalísticos, manifestos), entrevistas, reportagens, obras literárias, cartas pastorais, bem como, e principalmente, as matérias das Revistas editadas pelos grupos de *Catolicismo* e de *Cruzada* – torna-se pertinente esmiuçar alguns procedimentos metodológicos que serão utilizados e que pautarão a articulação das fontes de pesquisa com a teoria. Mesmo que as Revistas não se configurem neste trabalho como objeto da pesquisa e, sim, enquanto fontes, isso não exclui que sejam explicitadas algumas caracterizações, cuja importância fundamental desse procedimento se define pela própria apresentação de como as mesmas atuavam nos respectivos países, em diferentes contextos.

Antes disso, entretanto, cabe uma advertência metodológica: esta pesquisa está concentrada em analisar, unicamente, as questões discursivas das Revistas, de seus autores, editores e articulistas, enfim, exclusivamente os textos *emissores*. Não é objeto da pesquisa o estudo da recepção desses textos, mesmo que se possam formular algumas hipóteses a partir do próprio ato da sua enunciação.⁴⁴ Isso deve ser considerado à medida que, conforme alerta Claudio Elmir (1995, p. 23), “a recepção pode não realizar o desejo daqueles que emitiram determinado juízo sobre alguma questão”. Ou seja, a pertinência dessa diferenciação (entre o discurso emissor e do receptor) consiste em evitar conclusões que levem em conta as “relações que o leitor empírico na sua leitura extensiva não estabeleceu com o texto, ou com as ideias”, com base na leitura que o pesquisador realiza em suas fontes.

Em segundo lugar, deve ser levado em conta que o desenvolvimento analítico não será restrito somente à lógica interna dos textos (discursos, temas, conteúdos, enunciados, representações), mas, também, se concentrará na disposição gráfica, no uso de imagens, bem como na intensidade com que foram divulgados (textos), visando identificar a forma como foram construídas as estratégias argumentativas e as intencionalidades de seus autores, as quais tinham como objetivo, em última instância, conduzir o leitor a uma interpretação específica. Ainda que esses pressupostos permitam observar algumas categorias de análises a serem desenvolvidas no transcurso da pesquisa, é preciso considerar, conforme ensinou Moraes (2007), para além da dinâmica textual e estrutural das matérias, os contextos históricos e as situações concretas em que os dados analisados foram produzidos.

⁴⁴ De acordo com Celi Pinto (1989), a noção de *interpelação* pode contribuir para uma efetiva análise sobre a recepção de um discurso. Cunhada inicialmente por Althusser, a noção prima, justamente, em esclarecer as posições de sujeitos construídas nos discursos, as quais estão em estreita articulação com a efetividade/capacidade de assujeitamentos, quando dois discursos entram em campos de disputas (PINTO, 1989). Em outros termos, o “sucesso” interpelativo se estabelece quando um discurso exerce poder sobre outro, que passa, sem sofrer qualquer tipo de sanção negativa, a se identificar com o discurso do primeiro. No entanto, a capacidade de o poder ser exercido pelo discurso está associada à sua capacidade “de responder a demandas, de se inserir no conjunto de significados de uma sociedade, reconstruindo posições de sujeitos” (1989, p. 36). Desse modo, a condição de permanência de um discurso pode estar relacionada à efetividade com que o poder é estabelecido na condição de criar novos sujeitos ou, nas palavras de Celi Pinto (1989, p. 42), “o êxito da interpelação se revela na capacidade de um discurso ocupar espaços no mundo das significações que constitui os sujeitos aos quais se dirige”. Em outras palavras, um discurso que não interpela é um discurso vazio, que não atinge, que não é “recebido” e “percebido” (grifos meus). Em que pese a importância que está sendo dada aos discursos enquanto “agentes” de interpelações, é necessário esclarecer que o modo como o processo é entendido não se restringe apenas ao sentido do fluxo estabelecido *a partir* (grifo meu) dos discursos, mas sim entende-se que o processo de assujeitamento é equacionado de maneira relacional. Ou seja, é preciso levar em conta a ênfase proporcionada na *articulação* (grifo meu) – entre sujeitos e discursos –, pois, no entendimento de Stuart Hall (2000), da mesma forma que o sujeito pode ser convocado para assumir certas posições-de-sujeitos, ele também necessita investir em tal posição.

Por outro lado, a lógica interna das matérias também será pauta de apreciação. De acordo com Jorge Pedro Sousa (2006), os textos impressos⁴⁵ surgem integrados em um espaço que é organizado em função de princípios de design: o *layout*, cuja finalidade primeira se constitui em atrair o leitor, para, posteriormente, organizar, articular e hierarquizar os conteúdos, ou seja, existe toda uma intenção nessa organização. Por isso, alguns aspectos do *contexto gráfico* serão levados em conta na análise discursiva aqui proposta, de forma a complementar as questões trabalhadas com os textos (conteúdos) propriamente ditos⁴⁶.

Ao se prestar atenção no design e na sua interligação com o texto verbal, deve-se observar, segundo Sousa (2006), como se procedeu a ênfase gráfica dos conteúdos, ou seja, de que forma os editores propuseram aumentar ou diminuir a importância que foi dada a alguma matéria, ou de parte dela, nos periódicos focos da análise. Deste modo, cabe ressaltar que, em algumas passagens da tese, as questões do *contexto gráfico* serão destacadas para demonstrar a forma como elas foram projetadas e qual foi a sua importância na caracterização e arregimentação do *discurso anticomunista*. Dentre essas, serão ressaltadas a dimensão das matérias⁴⁷, a sua localização na página⁴⁸ na própria revista, as matérias de capa (e de contracapa) e suas chamadas⁴⁹, as matérias nas quais o conteúdo do texto foi associado a fotografias⁵⁰ e o destaque que foi dado na grafia, especialmente dos títulos⁵¹.

Como forma de melhor caracterizar a própria atuação dos periódicos em questão, todas as questões acima serão levadas em conta. Conforme apontou René Zicman (1985, p. 90) ao se referir ao tratamento de fontes impressas, “toda pesquisa realizada a partir da análise

⁴⁵ Mesmo que o autor esteja referindo-se a textos jornalísticos, algumas de suas considerações também podem ser aplicadas às análises de revistas, como é o caso desta tese.

⁴⁶ Em diversas passagens do texto da tese a questão do *contexto gráfico* será mencionada de forma a realçar algumas das intencionalidades dos editores das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*.

⁴⁷ Uma matéria que ocupa muito espaço parece ter mais importância do que uma que ocupa pouco espaço. (SOUSA, 2006).

⁴⁸ De acordo com Sousa (2006, p. 710), “uma matéria posicionada no topo da página e/ou à direita parece ser mais importante do que uma que esteja em rodapé e/ou à esquerda. Também é possível que uma matéria seja posicionada ao centro, rodeada de matérias nas margens. Neste caso, a matéria central adquire maior peso simbólico, especialmente se a sua dimensão ultrapassar bastante as matérias posicionadas nas margens”.

⁴⁹ Uma matéria ou somente uma chamada de capa assume, necessariamente, um grau de importância maior do que se fosse relegada para o corpo do periódico. (SOUSA, 2006)

⁵⁰ Jorge Pedro Sousa (2006, p. 714) salienta que as fotografias contribuem decisivamente para enfatizar matérias e para atribuir sentidos de um acontecimento, visto que depende do contexto em que a imagem é obtida e do contexto discursivo no qual a mesma é inserida. Assim, explica o autor: “Indicadores verbais e não verbais (gestos, objectos presentes nas fotografias, espaços entre os personagens, olhares, gestos, etc.) fazem parte do contexto da foto; o espaço onde a fotografia é inserida pode considerar-se o contexto do discurso, englobando o texto que lhe está associado e o design”.

⁵¹ “Os títulos podem ser enfatizados graficamente de diversas maneiras: uso de carregado, *itálico*, cor, MAIÚSCULAS, tamanho e largura dos caracteres (corpo dos caracteres), texto em negativo, etc. Quanto mais enfatizado for um título, maior é a importância da matéria. O carregado, a cor, o sublinhado, o *itálico*, as MAIÚSCULAS, as letras de tipo e corpo diferente, etc. permitem destacar uma matéria ou partes de uma matéria”. (Sousa, 2006, p. 715)

de jornais e periódicos deve necessariamente traçar as principais características dos órgãos de imprensa consultados”. Alguns dados objetivos relativos às atuações das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* serão abordados no primeiro capítulo, entretanto, é pertinente, nesse momento, explicitar de que forma esses periódicos serão entendidos nesta pesquisa, em qual tipologia de imprensa se enquadram.

Retomando a primeira advertência metodológica, de que o interesse desta pesquisa ficará restrito aos *discursos* dos emissores, é importante que seja colocada qual foi a perspectiva de alcance (público) e influência que pode ser depositada nos *discursos* emitidos por *Catolicismo* e *Cruzada*. Não se tem dados concretos que possam demarcar qual foi a tiragem exata (número de exemplares distribuídos ou vendidos) das respectivas Revistas na década de 60, mas, a partir de algumas caracterizações, empreendidas pela historiografia pertinente – que enfocou as formas de atuações de seus Grupos de Editores/colaboradores/articulistas – sabe-se que elas atingiam um público variado e leigo (vendas ou distribuição em praças e ruas públicas) como também atingiam um grupo especializado e restrito, notadamente assinantes dos periódicos ou simpatizantes das suas concepções. Tem-se em mente, nesse sentido, que *Catolicismo* e *Cruzada*, por mais que possuíssem a capacidade (e intencionalidade) de “agendar”⁵² temas específicos em seu público receptor, isso não pode dar a garantia de uma condição de influência plena. É o que alguns teóricos das comunicações denominam de “exposição seletiva”, ou seja, “as pessoas tendem a ler, ver ou escutar aquilo com que de antemão já estão de acordo e as pessoas com quem concordam” (Sousa, 2003, p. 495).

Por outro lado, levando em conta a complexidade que envolve a recepção dos textos, tanto pelas diferentes formas de apropriações quanto pela suposta variedade de sujeitos receptores (como é o caso das fontes desta pesquisa), ainda cabe inserir mais um elemento que coloca em evidência outro processo que dinamiza a relação emissor/receptor, e que pode contribuir na caracterização dos periódicos deste estudo. Trata-se de considerar que todo discurso, necessariamente, por algum motivo, poderá ser objeto de resistência.

⁵² Conforme Sousa (2006, p. 501), a hipótese do *Agenda Setting* ou do *Agendamento*, destaca que os meios de comunicação “têm a capacidade (não intencional nem exclusiva) de agendar temas que são objecto de debate público em cada momento [...] existem efeitos cognitivos directos, pelo menos quando determinados assuntos são abordados e quando estão reunidas certas circunstâncias”. Para Mauro Wolf (2003), essa hipótese ocupou considerável posição dentro das mudanças das “novas tendências de pesquisas” dos *mass media*, as quais tiveram como premissa os estudos dos efeitos de comunicação a longo prazo. Trata-se dos postulados teóricos que indicaram a passagem dos “efeitos limitados” aos “efeitos cumulativos”, implicando considerar a mídia não apenas como transmissora de significados, mas, efetivamente, desempenhando uma função que incide diretamente sobre a construção da realidade.

Se anteriormente foi mencionado que o grau de influência de um discurso é condicionado pela “exposição seletiva”, também é pertinente destacar que essa mesma “exposição seletiva” pode resultar no fenômeno oposto, ou seja, as pessoas, de antemão podem ler, ver ou escutar aquilo com que de antemão não estão de acordo.⁵³ É o que Sousa (2006, p. 495) classifica como *mecanismos de defesa* contra a *persuasão*: “Percebe-se, assim, que os meios de comunicação não são os únicos agentes que influenciam as decisões das pessoas e que, por vezes, nem sequer são os mais poderosos desses agentes”.

No caso das revistas *Cruzada* e *Catolicismo*, esse mecanismo de defesa pode ser perfeitamente perceptível na medida em que diversas matérias causaram desconforto em grupos/sujeitos que responderam, contra argumentaram, não foram passíveis às tentativas de persuasão imposta. Disso resulta que, mesmo que *Catolicismo* e *Cruzada* tenham aglutinado um conjunto de indivíduos tornando-os projetos coletivos, “por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita” (De Lucca, 2005, p. 140), elas também se propuseram a atuar como agentes de informação, opinião, argumentação, buscando persuadir e convencer os receptores (público em geral) das suas teses e interpretações.

Os estudos que se empenham em decodificar os processos de comunicação salientam que os periódicos que apresentam, dentre suas propostas, um continuado esforço em persuadir, acabam sendo portadores de algumas características. Conforme Mauro Wolf (2003, p. 33-42), o sucesso da persuasão, necessariamente, se configura a partir de dois fatores: as características relativas ao público (quem recebe), bem como as características relativas à mensagem. Pelo modelo de análise empreendida, são os fatores relativos à mensagem que interessam na tese. A partir de um conjunto de pesquisas sobre o tema, Wolf apresenta as quatro principais: pesquisas que se concentram em investigar qual é a importância da *credibilidade do comunicador* (pode existir apreensão do conteúdo, mas a escassa credibilidade da fonte seleciona a sua aceitação); a importância conferida à *ordem da argumentação*; à *integralidade das argumentações*; e, à *explicitação das conclusões*. Não é o caso de discorrer acerca dos resultados de todas essas pesquisas, tendo em vista que esse procedimento fugiria dos propósitos desta tese, entretanto, cabe destacar que, em seu conjunto, elas indicam a complexidade (e difícil determinação) que envolve qualquer tentativa de medir efetivamente o resultado da persuasão.

⁵³ Lazarsfeld, Berelson e McPhee, citados por Sousa (2006, p. 499), colocaram em evidência que a *motivação* e o *interesse* podem variar em função das pessoas. Uma exposição prolongada a um determinado tema que vá de encontro das crenças, ideias e expectativas de uma pessoa pode ter por efeito a *resistência à mudança* e o *reforço de convicções*.

Por outro lado, é possível apontar quando as mensagens são investidas da referida intencionalidade, quando apresentam, com certa regularidade, aquilo definido como *procedimentos de persuasão*. Tanto em matérias informativas ou opinativas esses elementos podem ser encontrados. São procedimentos que tendem a facilitar a persuasão, mas que não definem, por si só, o seu sucesso. Van Dijk, citado por Sousa (2006, p. 701), enumera alguns procedimentos: uso de referências que possam sustentar os argumentos e tornar verídicos os relatos; menção das causas dos acontecimentos (que podem ser outros acontecimentos); integração dos diferentes fatos e acontecimentos em um encadeamento de causas e consequências e em estruturas narrativas conhecidas; inserção dos novos acontecimentos em modelos e enquadramentos familiares aos leitores; uso de argumentos e conceitos conhecidos; construção dos textos de maneira a se obterem emoções fortes do receptor; elaboração dos textos de forma que o leitor se convença da superioridade de determinados argumentos, referenciando, mas memorizando, argumentos contrários; e, citação de especialistas e outras fontes credíveis que ajudem a sustentar os argumentos.

Todos os procedimentos supracitados podem ser encontrados tanto na Revista *Catolicismo* quanto na Revista *Cruzada*, especialmente nos textos que transmitiam questões referentes à manifestação anticomunista. Invariavelmente as matérias (tanto as de cunho informativo quanto opinativo) revestiam-se de inúmeras referências (especialmente de outros textos católicos – notadamente Encíclicas Papais); relacionavam acontecimentos de ordem política com causas específicas inseridas na luta anticomunista; utilizaram-se, muitas vezes, de textos apelativos, dramáticos e finalistas; apresentavam as teses dos opositores, desconstruindo *pari passu* suas argumentações, enfim, articularam diversos procedimentos (ao longo da tese esses aspectos serão ressaltados) com vistas a persuadir seus leitores “indecisos”, ao mesmo tempo em que se dedicavam a deslegitimar as argumentações de seus oponentes ou adversários.

Conforme já mencionado anteriormente, não é objetivo deste trabalho verificar se *Catolicismo* e *Cruzada* efetivamente tiveram “sucesso” (convencimento) nesse processo (persuasão), mas importa demarcar a intensidade com que ele foi praticado por ocasião dos *discursos* anticomunistas. No primeiro capítulo da tese, especialmente, serão apresentados alguns dados quantitativos que poderão esclarecer a permanência da manifestação anticomunista nas Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*. São números que atestarão a sua regularidade e a constância, elementos essenciais para o desenvolvimento de um estudo qualitativo que seja pautado em fontes impressas. Nesse sentido, conforme sentenciou Claudio Elmir (1995, p. 23), “a regularidade, a constância da ideia encontrada é muito

importante. E só é possível perceber regularidade na medida em que o pesquisador possa ter acesso a uma série de discursos que é a condição do estabelecimento da regularidade, da repetição”. Portanto, como será possível verificar no desenvolvimento da tese, o anticomunismo foi objeto de uma regularidade discursiva no período examinado, tanto na Revista *Catolicismo* quanto na Revista *Cruzada*.

Uma última intervenção, referente às questões metodológicas, consiste em esclarecer que esta tese não se configura em um trabalho de pesquisa de cunho essencialmente comparativo, em que pese se estar trabalhando com duas Revistas, duas realidades políticas, e dois países. Entretanto, é preciso salientar que algumas ferramentas da metodologia comparativa serão utilizadas, não como guia principal, mas como suporte analítico, até mesmo pela forma através da qual elas podem contribuir para o entendimento do fenômeno anticomunista no Brasil e Argentina, a partir das revistas *Catolicismo* e *Cruzada*.

Desta forma, em relação à metodologia comparada, estar-se-á seguindo as tipologias de Charles Tilly⁵⁴, as quais abrangem uma abordagem comparativa *individualizadora*, ou seja, aquela que identifica “as propriedades comuns a todos os casos examinados (semelhanças) de modo a identificar muito claramente a singularidade de cada caso”, como também uma abordagem *diferenciadora* que consiste em “submeter os diversos casos que estão sendo examinados a um certo conjunto de variáveis – alguns traços ou questionamentos que serão escolhidos para efetuar comparações – de modo a tirar conclusões sobre os diferenciais de cada caso examinado.” (Barros, 2007, p.19)

Assim, buscar-se-á abordar o objeto proposto (anticomunismo católico) mediante a análise das propriedades comuns (semelhanças) encontradas na Revista brasileira e argentina, de forma que se possa identificar a(s) singularidade(s) de cada caso, como também uma abordagem diferenciadora que buscará interrogar o objeto a fim de apreender suas diferenças, em termos de suas práticas e significados, no recorte temático e cronológico específico já mencionados⁵⁵.

Com esses aportes metodológicos buscar-se-á examinar como um mesmo “problema” (anticomunismo) atravessou as realidades do Brasil e Argentina e esclarecer sobre os muito “em comuns” que estas duas sociedades possuíam. Uma das vantagens desse modelo de

⁵⁴ Sobre as perspectivas comparatistas segundo Charles Tilly, ver em Barros (2007).

⁵⁵ Segundo Neyde Thelm e Regina Maria da Cunha Bustamante, o novo rumo assumido pela História Comparada tem possibilitado um olhar mais abrangente, e ao mesmo tempo pontual, acerca dos objetos interrogados. Ainda segundo as autoras, uma análise que rompa e desmistifique generalizações explicativas, mediante o confronto de singularidades e heterogeneidades imersas em situações e/ou casos comuns de investigação, pode contribuir para que o pesquisador se aproxime de forma mais segura e eficiente da problemática que pretende analisar. (Thelm; Bustamante, 2007, p. 08 - 09).

empreendimento, segundo Barros (2007), é a possibilidade que ele oferece ao historiador de perceber as influências mútuas, as inter-relações e as causas externas e internas de um mesmo fenômeno. Contribuirá, portanto, para desvelar não somente os aspectos políticos e sociais, como também culturais, as próprias maneiras de perceber, representar e combater um “inimigo” que andou rondando (aos olhos dos grupos tradicionalistas) a sociedade Latino-Americana: o comunismo.

*

Levando em conta as especificidades das fontes (Revistas dirigidas por Grupos católicos integristas, tendo o anticomunismo como uma das principais pautas publicitárias), o recorte espacial e cronológico (Brasil e Argentina na década de 60), as lacunas de pesquisas ainda abertas, as questões relativas aos marcos teórico e metodológico, bem como o resultado da análise das fontes, a tese foi dividida e organizada em quatro capítulos.

O capítulo de abertura foi estruturado de modo que possa apresentar as Revistas a partir de quatro eixos temáticos específicos: 1) os referenciais teóricos de atuação de seus líderes e articulistas que caracterizaram a prática das próprias Revistas; 2) os aspectos organizacionais e gráficos dos mensários, incluindo uma análise quantitativa da presença anticomunista. E, por fim, uma última investida de cunho qualitativo que foi dividida em duas etapas: 3) a primeira identifica como se deu o desenvolvimento de uma *sociabilidade anticomunista* entre os periódicos (e seus editores/redatores/articulistas) e 4) uma segunda que coloca em evidência a forma como foi empreendido e desenvolvido aquilo entendido como um *dispositivo de saber* anticomunista, ou seja, quais os elementos foram necessários mobilizar na consolidação de uma pedagogia anticomunista com fins a explicar e esclarecer sobre o comunismo e suas possibilidades. Com essa estrutura de análise, o capítulo sustenta a hipótese de que o comunismo (e todas as possíveis vinculações) foi objeto de uma “regularidade discursiva anticomunista” e se consubstanciou em um dos seus principais “inimigos” a ser combatido no contexto da década de 1960 pelos grupos das Revistas católicas.

O segundo capítulo coloca em evidência os confrontos estabelecidos entre os Grupos das Revistas contra aqueles Grupos/sujeitos/partidos que foram considerados seus inimigos, demarcando como se deu a inserção, de forma contínua e sistemática, daquilo que está sendo entendido como *dispositivo anticomunista*. A partir dessa análise específica, demonstrar-se-á como esse dispositivo foi crucial na intervenção de realidades objetivas, notadamente aquelas

marcadas pelos confrontos, dando o suporte necessário para o estabelecimento das bases de sustentação e arregimentação no processo de diferenciação daqueles grupos/sujeito/partidos considerados inimigos, através de uma relação direta com a problemática comunista. Em outras palavras, o capítulo sustenta a hipótese de que a construção da face objetiva dos inimigos e os termos em que foram sustentadas as suas periculosidades e possibilidades foram ancoradas, predominantemente, em uma relação que envolvia o estabelecimento de conexões entre discursos e práticas consideradas de matriz essencialmente comunista.

O contexto da transformação prática e doutrinária do catolicismo na década de 1960 será tratado no terceiro capítulo. Buscar-se-á compreender como o cenário de profundas mudanças, intensificadas com a publicação das Encíclicas Sociais de João XXIII e com a realização do Concílio Vaticano II, influenciou a luta anticomunista. O decurso analítico do capítulo apresenta como o *discurso* anticomunista foi acionado para demarcar posições nas constantes tentativas da imposição de legitimidade de interpretações acerca das “novidades” que advinham da cúpula católica. Buscar-se-á entender, nesse sentido, como foi possível a formatação e consolidação daquilo que está sendo entendido por *ethos anticomunista*, ou seja, a construção do anticomunismo tendo como matriz de apoio a agudização da divisão interna do catolicismo, impulsionada, entre outros fatores, pelas constantes *lutas por representações* colocadas à prova por ocasião das interpretações das Encíclicas Sociais de João XXIII e das deliberações do Concílio Vaticano II. Nestes termos, o capítulo sustenta que a intensificação do distanciamento das interpretações referentes à postura doutrinária do catolicismo, entre *tradicionalistas* e *progressistas*, somente foi possível a partir da inserção das *lutas por representações* como mecanismo primordial da formatação discursiva anticomunista.

Já o quarto capítulo da tese terá como base de análise o contexto dos golpes de Estado da década de 1960 no Brasil (1964) e Argentina (1966), a partir do qual serão analisados os posicionamentos das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, verificando possíveis ressignificações e deslocamentos do *discurso* anticomunista difundido antes e depois dos acontecimentos. Através de uma análise dos momentos de intensificação das campanhas antigovernamentais, evidenciados tanto para o caso brasileiro – no governo de João Goulart – quanto para o caso argentino – no governo de Arturo Illia –, o capítulo apresentará como as Revistas católicas interpretaram esses momentos de polarização política em seus países, de que forma conjecturaram aquele presente conflituoso e quais foram os cenários de perspectivas para o futuro político, sempre levando em conta como a prática anticomunista foi inserida no bojo dessas questões. De outra parte, o capítulo também investe na análise da representatividade dos respectivos golpes de Estado para os Grupos das Revistas Católicas. A partir de uma

análise das interpretações da situação do seu país – e da situação do país vizinho –, o capítulo pergunta qual foi o impacto das rupturas institucionais para além de uma simples classificação de apoio ou contrariedade, sobretudo enfocando as (dês) continuidades impressas por ocasião da construção discursiva anticomunista nos períodos pós-golpes de Estado.

Cada capítulo empreenderá uma análise do anticomunismo de forma diferenciada e independente, dando conta de apresentar os mais diversos elementos através dos quais foi possível a manifestação anticomunista dos Grupos das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, na década de 1960. Em conjunto, os capítulos servirão para sustentar a tese de que o comunismo (e todas as possíveis vinculações) consubstanciou-se em um dos principais “inimigos” a ser combatido no contexto da década de 1960 pelos Grupos de *Catolicismo* e *Cruzada*, sendo o anticomunismo objeto de uma “regularidade discursiva” que materializou condições de emergência de dispositivos discursivos diversos, incluindo aquele que foi inserido na dinâmica dos confrontos estabelecidos entre as Revistas com seus adversários (dispositivo anticomunista); sustentou e engendrou práticas específicas; articulou e promoveu normatização e regulação que implicaram no funcionamento de mecanismos de organização do real por meio da produção do “saber anticomunista” que congregou as mais diversas *representações*, materializando as condições necessárias para a formatação e operacionalidade das mais diversas facetas do *imaginário* anticomunista no Brasil e Argentina na década de 1960.

2 CATOLICISMO E CRUZADA: A SOCIABILIDADE E O SABER ANTICOMUNISTA NA DÉCADA DE 1960

Introdução

O presente capítulo tem o objetivo principal de apresentar as Revistas *Catolicismo e Cruzada* com ênfase em estabelecer uma visão de como o anticomunismo foi estampado nos periódicos, no período compreendido entre 1960 a 1967⁵⁶. Para atingir esse objetivo, o capítulo foi estruturado em quatro eixos temáticos específicos, numa abordagem que sempre levará em conta tanto as especificidades quanto semelhanças das duas realidades (Brasil e Argentina) estudadas no tocante ao combate do “inimigo” que rondou pelas duas sociedades na década de 1960.

Na primeira parte pretende-se percorrer pelos aspectos teóricos das correntes de pensamento ultramontanismo e integrismo analisando a forma com que foram incorporados nos cenários religiosos do Brasil e Argentina, constituindo o ideário de ação dos membros e colaboradores das Revistas. Após apresentar as bases teóricas que deram suporte para a ação prática de *Catolicismo e Cruzada*, o trabalho dará ênfase para a apresentação dos aspectos organizacionais, formas de publicidade, questões gráficas, além de apreender de que forma e com que intensidade o anticomunismo permeou pelas publicações, apresentando dados quantitativos da luta anticomunista projetada nos periódicos. Posteriormente, propõem-se inserir uma análise qualitativa deste mesmo objeto, a qual terá dois desdobramentos analíticos, quais sejam: a forma com que se orquestrou aquilo entendido por uma “sociabilidade anticomunista” entre os periódicos e os dispositivos utilizados para a formatação de uma “pedagogia (saber) anticomunista”.

Em outros termos, a proposta do capítulo inicial da tese é visualizar a presença do anticomunismo nas Revistas católicas por vários ângulos, desde a base teórica de sustentação, inserida na perspectiva “contrarrevolucionária”, até a apresentação de estratégias específicas de manifestação anticomunista, tratando sempre de ressaltar e analisar os principais conteúdos, temáticas e representações, apresentados nos determinados contextos.

A hipótese central que norteará o capítulo consiste em evidenciar que – levando em conta que as Revistas estiveram pautadas pelo pensamento católico tradicional e inseridas na cosmovisão integrista – o comunismo (e todas as possíveis vinculações) se consubstanciou

⁵⁶ O recorte temporal foi estabelecido levando em conta dois aspectos: o fato da proposta analítica estar vinculada às duas Revistas, e, principalmente, pela disponibilidade da Revista Argentina contar com publicações somente até dezembro de 1967.

num dos seus principais “inimigos” a ser combatido no contexto da década de 1960, sendo a luta anticomunista objeto de uma “regularidade discursiva” necessária para a sustentação das mais diversas facetas de um imaginário anticomunista.

2.1 Notas teóricas do ideário tefepista

O principal objetivo desta seção do capítulo é apresentar aspectos teóricos que podem dar sustentabilidade para o entendimento do ideário que pautou a atuação dos grupos de editores/colaboradores das revistas católicas, os quais foram responsáveis por fundar a TFP nos anos sessenta (em 1960, a TFP brasileira e em 1967, a TFP argentina). Ao aprofundar o estudo da instituição, a partir da historiografia pertinente, percebeu-se que diversos autores, invariavelmente, investiram nessa caracterização, o que pode dimensionar a importância deste aspecto para esta pesquisa. Conforme salientou Gizele Zanotto (2007, p. 43-44),

Analisar a percepção de Igreja difundida pelos membros da TFP e considerar as matrizes doutrinárias que lhe servem de referencial de ação, tornam-se importantes elementos de interpretação e compreensão de sua atuação no contexto político, cultural e religioso brasileiro.

A proposta da historiadora ao enfatizar o entendimento dos tefepistas em relação ao modo de viver no catolicismo contribuirá, principalmente, para compreender a prática anticomunista ou, em outras palavras, poderá ajudar na definição dos lugares assumidos pelo comunismo dentro da concepção de mundo (de Igreja e de religião) dos membros responsáveis pela publicação das Revistas católicas.

Antes de seguir adiante, é preciso mencionar que, em que pese o propósito seja de caracterizar o ideário da TFP, necessariamente estar-se-á buscando compreender a forma como esse ideário acabou sendo projetado nas revistas *Catolicismo* e *Cruzada* antes mesmo da consolidação das TFPs, uma vez que as mesmas foram criadas em 1951 (*Catolicismo*) e 1956 (*Cruzada*).

A bibliografia que se debruçou no estudo da TFP (especialmente no Brasil) ou na trajetória de seus fundadores e líderes (Plínio Corrêa de Oliveira, D. Sigaud, D. Castro Mayer), seja no campo da teologia, seja no campo da história, evidenciaram que a instituição foi estruturada sobre a corrente católica denominada de *integrismo* (século XX), a qual se constitui em uma das segmentações originadas da corrente de pensamento denominada *ultramontanismo* (século XIX). Em que pese alguns autores tratem esses dois termos como sinônimos, Zanotto (2007) e Caldeira (2009) adotaram a perspectiva de visualizar o

integrismo enquanto uma vertente derivada do ultramontanismo, pois este acabou sendo a base de outras correntes de pensamento católico como, por exemplo, o catolicismo social.

Para melhor compreender a fundamentação dessas duas correntes (ultramontanismo e integrismo), é necessário passar em revista o contexto do pensamento católico pelo qual elas surgiram, e que foi estabelecido, de um modo mais sistemático, em meados do século XIX. Segundo Rodrigo Caldeira (2009, p. 22), “é no século XIX que se esboçaram as facetas de um pensamento católico profundamente oposicionista à modernidade e que iria marcar profundamente o catolicismo em todo o próximo século e início do terceiro milênio”.

Etimologicamente o termo ultramontanismo vem do latim e designa *ultramontes*, ou seja, aqueles que estão *atrás dos Alpes*, aqueles que estão em Roma, junto com o Papa. Essa postura, além de demarcar uma contraposição ao clero francês que em meados do século XVIII já aderira aos pressupostos liberais, também estabelece, em uma de suas premissas básicas, a completa subordinação à hierarquia, especialmente em relação à autoridade papal⁵⁷. Essa designação permite compreender, em parte, o movimento católico que se forjou a partir da reforma protestante, mas que adquiriu maior densidade a partir de meados do século XIX com o advento do ideário moderno, especialmente os desdobramentos suscitados pela Revolução Francesa, no século XVIII. Foi contra o sentido da modernidade e seus postulados que a veia ultramontana se estabeleceu, buscando toda uma concepção de pensar o catolicismo pautada nas ideias do *Syllabus*⁵⁸, Concílio Vaticano I⁵⁹, bem como a partir da proclamação do dogma da Imaculada Conceição de Maria, em 1854⁶⁰. Nas palavras de Caldeira (2009, p. 31-32), “A situação geral resultava dos diversos movimentos que ascenderam a partir do século XVI. Assinalava-se por pluralidade religiosa, autonomia racional do homem sobreposta à autoridade, ou seja, liberdade de consciência e laicização do Estado”. Essa postura resultou num constante fechamento e reação conservadora da Igreja Católica, uma vez que aumentava a intensidade da percepção de quebra dos postulados tradicionais da instituição.

Em relação ao integrismo - e para uma melhor caracterização da irrupção desse movimento - é necessário recuperar o contexto do pontificado de Pio X (1903-1914), especialmente no que diz respeito aos documentos emitidos que, em seu conjunto, contribuíram para a consolidação do pensamento antimoderno do catolicismo. É possível citar

⁵⁷ Zanotto (2007, p. 14) explica que o ultramontanismo designa “a tendência do catolicismo no século XIX de buscar o fortalecimento do papado, tanto no governo quanto no magistério da Igreja. Por consequência os católicos deveriam ver no Papa o principal líder e mediador entre a sociedade e o mundo espiritual”

⁵⁸ Sumário dos erros modernos.

⁵⁹ Proclamado por Pio IX, o Concílio Vaticano I ocorreu de 8 de Dezembro de 1869 a 18 de Dezembro de 1870.

⁶⁰ Dogma que concebeu a Virgem Maria livre do pecado original.

três proposições nesse sentido: o decreto de julho de 1907, denominado *Lamentabili Sine Exitu* (Erros dos modernistas acerca da Igreja, da revelação e dos sacramentos), a encíclica *Pascendi Dominici Gregis* (das Falsas doutrinas dos modernistas) e a instituição do *Motu Sacrorum Antistitium* (do juramento contra os erros do modernismo) - obrigatório para todos os membros do Clero (CALDEIRA, 2009).

Foi a partir das proposições de Pio X, no sentido de combater a onda modernizante, que o movimento integrista se consolidou no seio do catolicismo. De acordo com Verbitsky (2008, p. 61), Pio X criou comitês de vigilância encarregados de detectar vestígios de modernismo em cada diocese e um corpo de censores para revisar qualquer publicação vinculada com a Igreja. Desse modo, o catolicismo integral se caracterizava como grupo portador da verdade e do zelo na defesa da integridade da fé católica, agindo por meio de uma prática de delação frente aos princípios do modernismo, sendo essa resistência comandada por uma sociedade secreta (*Sodalitium Pianum* – 1915) situada em Roma, sob seu chefe máximo monsenhor Umberto Benigni (CALDEIRA, 2009).

Nesse mesmo sentido, mas com uma visão relativamente diferenciada - especialmente na questão do marco temporal para o momento da irrupção dos ideais integristas - Elena Scirica (2010) aponta para o Concílio Vaticano I (1870) como o ponto difusor do integristismo (a autora também utiliza o termo intransigente), qualificando-o como concentrado numa unidade dogmática que propõe difundir-se em todas as esferas da sociedade. Os católicos inseridos nesta cosmovisão caracterizam-se por negarem a historicidade, detendo-se na mentalidade medieval. Segundo a autora, os católicos integristas “Rechazaron la menor innovación incluso dentro de la Iglesia y se reconocieron como los auténticos defensores de la tradición.” (2010, p. 29)

Portanto, em que pese o integristismo ser uma corrente de pensamento impulsionada pelos ideais ultramontanos, é possível o apontamento de algumas premissas que, por um lado, o incluem no mesmo projeto e dinamismo do ultramontanismo (luta contra os princípios modernos), e, por outro, permitem visualizar algumas especificidades, especialmente nos sentidos e objetivos de suas ações. Rodrigo Caldeira (2009, p. 43) explica e esclarece sinteticamente essa questão:

Enquanto os ideais liberais, durante todo o século XIX, apontavam para a crítica da autoridade do Ancien Régime, os católicos ultramontanos buscavam restabelecer a ordem e a autoridade como anteriormente arranjada à Revolução Francesa; enquanto a ciência e alguns intelectuais, no início do século XX, reivindicavam o princípio da liberdade da crítica frente à autoridade eclesiástica, os católicos integrais exigiam a obediência irrestrita ao papa.

2.1.2 Revistas católicas e o integrismo católico no Brasil e na Argentina

A sumária descrição das noções de ultramontanismo e integrismo católico, efetivada a partir de uma perspectiva mais geral e abrangente, servirá para abrir caminho para o próximo objetivo nessa sistematização que consiste em apresentar algumas assertivas sobre a forma com que o ideário integrista, ao longo do século XX, se consubstanciou nos grupos responsáveis pelas Revistas católicas objetos desse estudo. Pretende-se caracterizar aquilo que pode ser considerado como uma revitalização – já em meados da década de sessenta – dos pressupostos integristas do início do século XX, mas com objetivos diferenciados, suscitados, por um lado, pela inflexão católica ocorrida a partir das Encíclicas Sociais do Papa João XXIII e da realização do Concílio Vaticano II, por outro, pelo crescente processo de secularização e laicização que nesse momento já permeava as sociedades do Brasil e Argentina. Nesse sentido, Zanoto (2007, p. 48) salienta que o catolicismo integral acabou se estruturando a partir do confronto com elementos externos, mas também internos da Igreja, especialmente com outras correntes do próprio catolicismo, como catolicismo social e liberal. Portanto, é possível afirmar que a lógica desse conflito redimensionará a forma combativa dos integristas e alcançará seu ápice na década de 1960.

Dentro dessa proposta, parece pertinente considerar o método de análise conceitual estabelecido por Giorgi e Mallimaci (2012), quando afirmam a necessidade de entender o dispositivo integrista (a análise se refere ao caso argentino, podendo ser estendida ao brasileiro), recusando a sua homogeneidade, mas observando-o como uma ferramenta conceitual que permita dar conta da pluralidade de articulações políticas e religiosas, as quais postulam como elemento comum à intenção global da participação do público no processo de “re Cristianização” da sociedade, em todos seus aspectos. Mais do que uma simples advertência teórico/metodológica, os autores sinalizam para a observação das diversas formas com que o ideário integrista acabou sendo recepcionado, interpretado e colocado em prática pelos mais diversos setores e grupos católicos, bem como apontam que essa pluralidade pode existir até mesmo internamente, dentro de um mesmo grupo. Também a respeito desse aspecto, Scirica (2012) sublinha a necessidade de se considerar as delimitações das continuidades e rupturas do ideário integrista, especialmente no contexto da guinada social (ou à esquerda como quer parte da historiografia) provocada por alguns setores do catolicismo na década de 1960, ou seja, momento em que os integristas radicalizaram suas posturas tendo como base o diálogo e aproximação de grupos católicos com o marxismo.

a) O Integrismo no Brasil

No Brasil, o impulso do catolicismo integral remonta aos anos 20 com a fundação do Centro D. Vital, por Jackson Figueiredo. De acordo com Júnior (2009, p. 10), este instituto exerceu grande influência no desenvolvimento da Igreja e da política, uma vez que buscou, em setores da classe média alta, a formação de uma *inteligensia* católica “capaz de fazer frente ao anticlericalismo, ao ateísmo e à indiferença religiosa das elites republicanas.” O instituto reuniu vários intelectuais católicos como, por exemplo, Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção e, inclusive, Plínio Corrêa de Oliveira, três personalidades que vão se tornar os expoentes do processo de radicalização católica no Brasil:

[...] de um lado, Alceu Amoroso Lima, que tenderia para posições liberais, e de outro, Gustavo Corção e, especialmente, Plínio Corrêa de Oliveira, que, com seu ideário marcado estritamente pela insígnia do contra-revolucionarismo, levariam aos últimos termos os elementos mais marcantes da antimodernidade católica no Brasil (Caldeira, 2009, p. 92).

Além disso, o contexto teológico do início do século XX no Brasil foi marcado pela tentativa de recristianização empreendida pela Igreja Católica, a partir de movimentos impulsionados pela Ação Católica e pelas Congregações Marianas. Conhecida pelos estudos históricos como “neocristandade”, essa nova fase da Igreja Católica brasileira se caracterizou pela organização de grupos de pressão em relação às demandas junto ao Estado, especialmente a questão da educação, visando, estrategicamente, atingir as elites.⁶¹ Este processo de “reconquista do mundo para Cristo”, de acordo com Zanotto (2008, p. 63), foi impulsionado pelo Vaticano ao estar “fundamentado na proposta doutrinária tradicional e ancorada na atuação agressiva do proselitismo leigo”.

Foi nesse contexto de intensificação do apostolado dos leigos e de devoção mariana que se formaram os futuros líderes e colaboradores da Revista *Catolicismo* e da própria TFP, notadamente Plínio Corrêa de Oliveira e dois sacerdotes, então padres à época, Antônio Castro Maier e Geraldo de Proença Sigaud. Em 1933, Plínio assumiu a direção do jornal “O legionário” (1933-1947), publicação oficiosa do arcebispado de São Paulo e das congregações marianas, que se caracterizou pelo combate ao progressismo encarnado no protestantismo, espiritismo, maçonaria e no comunismo.

⁶¹ Conforme Rodrigo Caldeira (2009, p. 89), “o modelo da neocristandade teve seu apogeu entre os anos de 1930 e 1945, período do governo de Getúlio Vargas. Os interesses característicos da Igreja da neocristandade pautavam-se especialmente pela influência católica no sistema educacional, na moralidade católica, no antiprotestantismo e no anticomunismo. A cosmovisão católica que se constituiu durante o período enfatizava a separação e a diferença entre a Igreja e o mundo.”

A Revista *Catolicismo* foi fundada em 1951, pelo então Bispo de Campos, RJ, D. Castro Mayer, o qual articulou e forneceu orientação para a criação do denominado “Grupo de Catolicismo”, composto essencialmente pelos membros e colaboradores do grupo “Legionário”. É possível considerar que a criação de *Catolicismo* respondeu à emergência do ideal tradicionalista e integrista posto em movimento ainda no início do século XX. Esse movimento foi encabeçado tanto por alguns atores que compunham os quadros hierárquicos do catolicismo quanto por atores que se engajaram nos quadros do apostolado dos leigos, inseridos na tentativa da Igreja no processo de recristianização da sociedade. Nesse sentido, a criação da Ação Católica Brasileira (1935), por D. Sebastião Leme, foi o movimento que possibilitou orquestrar, de maneira institucional, a participação dos leigos no apostolado da Igreja.⁶²

Plínio Corrêa de Oliveira foi um dos principais atores desse contexto, especialmente no sentido de sua representatividade enquanto um leigo intensamente engajado no campo de atuação do catolicismo. Conforme já referido, Plínio foi o diretor de “Legionário” e foi responsável por orquestrar um modelo de ação dos leigos concentrando seu ideal em duas obras específicas, a saber, “Em defesa da ação católica” (anos 40) e “Revolução e Contra-Revolução” (fins da década de 50). Leituras, portanto, que dentre seus objetivos, se destacava a vontade de denunciar uma série de “erros” da atuação leiga, centrados especificamente no laicismo, liberalismo e “igualitarismo” (ZANOTTO, 2012).

Após alguns anos no ostracismo, em virtude do radicalismo suscitado pela obra “Em defesa da Ação Católica”⁶³, o grupo de católicos do “Legionário” passou por um processo de revitalização e prestígio que foi consequência das promoções dos padres Mayer e Sigaud às condições de bispo coadjutor de Campos e bispo de Jacarezinho, respectivamente. A Revista *Catolicismo* reuniu, então, importantes representantes do tradicionalismo católico nacional, tornando-se um dos principais veículos de divulgação das ideias de Plínio, D. Sigaud e D. Castro Mayer e outros colaboradores e articulistas. Mais do que simplesmente uma revista de cultura católica, *Catolicismo* serviu como ponto aglutinador do grupo que, em 1960, fundou a

⁶² Conforme Zanotto (2012, p. 20), o movimento da Ação Católica surgiu em resposta à solicitação do Papa Pio XI (1922-1939), através da Encíclica *Ubi Arcano Dei*, de dezembro de 1922.

⁶³ A partir da posse de Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta no arcebispado de São Paulo, em 1943, o Grupo de Legionário passou a sofrer uma diminuição do seu espaço de atuação, muito em função do radicalismo suscitado pela obra “Em defesa da Ação Católica” e o seu brado de alerta contra o “progressismo” em setores católicos. Como consequência, o número de paróquias em que se vendia o Legionário diminuiu, Plínio perdeu o cargo de Presidente da Junta Arquidiocesana da Ação Católica, Mons. Antônio de Castro Mayer, um dos mais importantes colaboradores, passou de vigário geral da Arquidiocese para vigário-ecônomo da paróquia de São José de Belém e o Pe. Geraldo Proença Sigaud, fiador político do grupo e propugnador do livro, foi removido para a Espanha, além de alguns redatores do jornal perderem seus cargos no movimento católico. (CALDEIRA, 2005)

Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), instituição que, juntamente com a Revista (a Revista se tornou órgão oficial da TFP somente na década de 1980), marcou definitivamente o campo de luta “contrarrevolucionária” no catolicismo brasileiro e mundial, sendo a bandeira anticomunista seu principal mote combativo, como será demonstrado no transcurso do capítulo.

Nos anos 1960, especialmente, o processo de combate ao comunismo pelos mais diversos grupos e instituições ganhou novas configurações, muito em função (mas não somente) de todo um processo de intensificação da secularização e laicização e modernização pela qual passou o “mundo” ocidental, além das próprias transformações ocorridas no “mundo” comunista com a vinda à tona dos crimes de Stalin (1956). No âmbito do catolicismo brasileiro, notadamente nos setores tradicionalistas, é possível evidenciar que a forma de combater o comunismo e suas possíveis “conexões” também acabou ganhando uma nova roupagem imbricada com todo um processo de renovação do catolicismo mundial a partir da repercussão (e apropriações) das denominadas “Encíclicas Sociais” do Papa João XXIII, como também da realização do Concílio Vaticano II, processos que, de certa forma, implicaram no temor de uma crescente onda progressista (e ideário marxista) no catolicismo, seja no setor hierarquizado ou leigo.

b) O Integrismo na Argentina

No caso argentino, o impulso fundamental para a arregimentação e consolidação do ideário integrista pode ser remetido para o início dos anos de 1930, especialmente no contexto de derrocada do presidente Hipólito Yrigoyen (1930) pelo Exército, marcado pelo esgotamento da influência liberal, que acabou coincidindo com o apogeu do ideário da *neocristandade*, impulsionado a partir de Roma. De acordo com Ghio (2007, p. 65), o projeto de recristianização do mundo difundiu um ideal de cruzada, visando “devolver a la Iglesia Católica la centralidad perdida com la modernidad”. Até este momento, o catolicismo argentino carecia de maior expressividade junto às decisões política, muito em função da secularização do contexto de preeminência liberal.

A realização dos “Cursos de Cultura Católica” pode ser considerada como um dos fatores que cooperaram para a penetração do pensamento integrista em parte dos intelectuais e clérigos do catolicismo argentino. Criados em 1922, os “Cursos” objetivavam a formação intelectual de diversos dirigentes (homens) de famílias tradicionais. De acordo com Giorgi e Mallimaci (2012), o antiliberalismo, o autoritarismo e o militarismo se configuram nas principais características daqueles que aderiam aos postulados dos cursos. O contexto de

apogeu dos “Cursos” foi o fim da década de 20, momento em que exerceram uma influência decisiva sobre uma nova geração de intelectuais, os quais, de acordo com Ghio (2007, p. 58), “protagonizarían el resurgimiento de un catolicismo fuertemente tributario de las diversas corrientes antidemocráticas que circulaban en Europa.” José Zanca (2006, p. 22) estabelece o grau de importância dos “Cursos” especialmente na forma como congregou diferentes matizes do pensamento conservador à época, formando o que o autor chama de “subjetividade comum”, responsável por cimentar “un conjunto de redes interpersonales que por diferentes caminos construyeron criterios de análisis comunes y una opinión pública católica”. Atuando dessa forma, os “Cursos” forneceram as bases para a recepção do renascimento do catolicismo europeu (neocristandade) fornecendo o terreno de legitimação das intervenções militares na vida política da Argentina:

Ambas corporaciones – el Ejército cristianizado y la Iglesia militarizada – autopercebíéndose como la encarnación de la nacionalidad agredida, de una nacionalidad hispanizante ‘anterior a la Patria misma’, constituirán las instituciones visibles desde donde se intentará reformular la estructura del Estado y de la sociedad. (Ghio, 2007, p. 63)

Edificado sob os conceitos de “humanismo integral” e “revolução Cristã” e orientado na perspectiva conservadora e tradicionalista, o integrismo na Argentina caracterizou a maioria dos católicos até o advento do peronismo, em 1946. Duas instituições tiveram um papel central na consolidação do integrismo no catolicismo argentino: A Ação Católica e a Revista *Críterio*.

A Ação Católica Argentina, criada em 1931, e que tinha como objetivo aumentar e organizar a participação dos leigos na expansão da influência da Igreja Católica, desde o início seguiu uma linha integral, convertendo-se em um veículo de tendências antidemocráticas. Sua administração fortemente centralizada seguiu o modelo italiano, buscando, com isso, evitar a fragmentação que caracterizou a organização dos leigos no início do século XX. Neste sentido, é possível considerar a Ação Católica Argentina como uma organização central de reunião dos leigos, obtendo um aporte substancial de quadros políticos e dirigentes sociais (GHIO, 2007). Horácio Verbitsky (2008) assinala que, nesse período, os quadros da Ação Católica influenciaram, inclusive, as Forças Armadas. Conforme o autor, “formada por una elite disciplinada, la Acción Católica envió a sus cuadros a movilizar las masas, en este caso castrenses. Cada Cristiano debía ser un soldado, con la misión integral de combatir por el Reino de Cristo”.

Criada em 1928, por um grupo de intelectuais oriundos dos Cursos de Cultura Católica, a revista *Critério* ocupou um papel central na formação ideológica dos quadros hierárquicos e dos leigos católicos na Argentina, tendo como base a difusão do ideário antiliberal e antidemocrático. O objetivo primordial da revista era “restituir a la Iglesias su posición privilegiada dentro de la sociedad con fin político preciso: bogar por la construcción de un orden nuevo, que reemplace a la democracia, legitimando el poder de un sector social sobre el resto de la sociedad” (Ghio, 2007, p. 78). Nesse sentido, a revista foi um dos principais meios de influência do integrismo, especialmente em núcleos de oficiais do Exército, profissionais da classe média e alta, bem como em setores da Ação Católica. Conforme apontou Ghio (2007, p. 68), “el contenido de sus artículos es la mas clara demostración del grado de derechización a que se había llegado los medios católicos nacionalistas”.

Um dos principais idealizadores e impulsionadores da Ação Católica Argentina foi o sacerdote Antônio Caggiano, o qual pode ser considerado um dos primeiros expoentes do catolicismo argentino a se destacar nesse contexto de consolidação do ideário integrista. Além de seu trabalho à frente da Ação Católica, Caggiano foi designado, em 1933, Vigário Geral do Exército, promovido a Cardeal em 1946, designado Arcebispo de Buenos Aires e Primado da Argentina em 1959 e, em 1961, foi designado pelo Papa Vigário Castrense (Forças Armadas). É consenso na historiografia que Caggiano tornou-se uma figura chave do catolicismo argentino no século XX, estando estreitamente articulado com as Forças Armadas e com grupos tradicionais e conservadores do catolicismo, pautando sua atuação nos ideais integristas e num arraigado anticomunismo.

Diferentemente do golpe militar de 1930 - que significou o restabelecimento de forças conservadoras, afastadas do poder em função do auge do liberalismo -, o golpe de 1943 foi articulado com um dos objetivos de refundar a Argentina, tendo como base o princípio de legitimidade centrado no corporativismo católico, especialmente em função do crescimento das organizações dos leigos nas duas décadas anteriores. Amplamente apoiado pelo catolicismo, o novo processo político marcou definitivamente a aproximação dos grupos integristas com o poder político, estando à frente de ministérios, secretarias e intervenções federais nas províncias. É importante salientar, ainda, que na campanha para as eleições presidenciais Perón se utilizou amplamente de um discurso que o identificava enquanto um candidato católico e nacionalista, gerando grandes expectativas nestes setores (GHIO, 2007).

Foge dos objetivos deste trabalho aprofundar a relação entre Perón e a Igreja Católica no período, entretanto, cabe destacar que após alcançar a presidência do país, em 1946, se

estabeleceu aquilo que pode ser considerado como uma nova etapa nas relações entre catolicismo e o poder político. As reações dos grupos católicos frente à aproximação do movimento peronista, junto aos sindicatos, desenharam um novo quadro no catolicismo argentino: existiram grupos que se distanciam de Perón, julgando a aproximação com os sindicatos uma forte inclinação ao comunismo e, outros grupos, seguiram junto com Perón, demarcando a adesão do partido justicialista aos postulados do catolicismo social. Entretanto, a postura do governo de Perón em relação ao catolicismo é considerada ambígua. Ao mesmo tempo em que o peronismo se convertia em um canal permanente de participação para militantes católicos, produzia um efeito secularizador, preferindo conservar as lealdades partidárias antes do aprisionamento da hierarquia da Igreja (GHIO, 2007).

A partir de 1950, a disputa da hegemonia ideológica entre o peronismo e Igreja Católica se intensificou, muito em função da confluência entre a “doutrina social da Igreja” e a “doutrina nacional justicialista”. Perón se apropriava abertamente das referências da tradição social cristã, mas prescindia da intermediação da Igreja. Para José Ghio (2007, p. 141), “las referencias al ‘cristianismo’ del justicialismo, en lugar del ‘catolicismo’, indicaban la necesidad de parte de Perón de no reconocer ninguna autoridad institucional que se interpusiera entre él, su doctrina y la masa”. De novembro de 1954 até junho de 1955 várias decisões governamentais⁶⁴ no âmbito do catolicismo agudizaram ainda mais o conflito Perón/Igreja, culminando com a destituição de Perón, em setembro, através de um golpe de Estado com total apoio da alta cúpula do catolicismo argentino.

Segundo Spinelli (2005, p. 53), com o triunfo revolucionário antiperonista, inaugurou-se uma nova etapa no contexto argentino em que se pretendeu erradicar o peronismo da política e da sociedade, buscando estabelecer a ordem política sobre novas bases, que proporcionassem garantias de uma efetiva democracia⁶⁵. Ao reconstruir o panorama político do período pós-Perón, Horácio Verbitsky diagnosticou a incapacidade dos novos governantes e dos grupos que se uniram na frente golpista - incluindo aí a própria Igreja Católica - de subtrair a influência do partido que, majoritariamente, alcançava os mais diversos setores da sociedade argentina. Foi um período em que os católicos se utilizaram de diversos movimentos para ocupar uma posição central nas decisões políticas, ou “recatolizar a

⁶⁴ São exemplos dessas decisões: Supressão da Direção Nacional de Ensino Religioso, regulamentação das subvenções a estabelecimentos educativos privado-católicos, lei que permitia a instalação de prostíbulos, projeto de mudança constitucional referente à separação entre Igreja e Estado.

⁶⁵ Para se ter uma ideia do quão fragmentada se encontrava a sociedade argentina naquele contexto, para ficar somente nos grupos antiperonistas, a historiografia pertinente ao tema aponta a existência de pelo menos três matizes de antiperonismo, quais sejam um antiperonismo tolerante, um antiperonismo radicalizado e um antiperonismo otimista. Independente da linha seguida pelos antiperonistas, um aspecto entre eles existia em comum, ou seja, de que a “desperonização” da sociedade era necessária (SPINELLI, 2005).

sociedade” (Verbitsky, 2008, p. 53), já que haviam perdido consideravelmente seu poder de influência durante a vigência do governo de Perón.

É neste cenário de profundos embates políticos e ideológicos, em parte impulsionados pela questão peronista, que surgiram novas frentes (grupos, entidades e associações) marcadas pelo ideário integrista, que, na verdade, acabaram sendo organizadas por sujeitos que transitaram pelos setores tradicionalistas católicos desde a década de 30, e que acabaram por renovar e receber novo impulso combativo a partir do processo polarizado em torno do peronismo. Em 1955, por exemplo, surge a Revista Combate, profundamente antiperonista; em 1956, a Revista *Cruzada*; Ciudad Católica se constitui em 1959; em 1962, é fundado o Ateneu da República⁶⁶, importante organização que congregou boa parte dos católicos nacionalistas da Argentina, os quais formaram o espectro ditatorial do governo do General Onganía. De acordo com Giorgi e Mallimaci (2012, p. 135), a ditadura “cívico-militar-católica” de Onganía “constituye un acontecimiento propicio para estos grupos de católicos que, socializados políticamente en la matriz del catolicismo integral, se ven seducidos a formar parte de gobiernos de facto.”

É consenso na historiografia argentina⁶⁷, portanto, que o golpe militar de 1966 e seu projeto de assentar as bases em uma “nação católica” foi recebido com muita simpatia pelos católicos, especialmente por setores da alta cúpula da Igreja e grupos integristas, muitos dos quais participavam ativamente dos denominados “cursillos da cristandade”. Para José Zanca (2006) as disputas pelo poder agradaram a muitos católicos fazendo-os a aceitar passivamente a saída militar de 1966, muitos deles, inclusive, participando ativamente do governo. Por outro lado, afirma o autor (2006, p. 234), “dentro de las filas católicas, surgió una nueva generación posconciliar, adherida a un ‘populismo radical’ que se reencontró con la tradición nacionalista desde una perspectiva de izquierda”. De acordo com Touris (2012, p. 420), os setores tradicionalistas e integristas radicalizaram seus posicionamentos reacionários neste contexto, vinculando-se com “grupos de la ultraderecha civil y militar que cuestionaron y denunciaron a los liberacionistas como los responsables de la infiltración comunista en la Iglesia.” Ou seja, além do conflito peronismo/antiperonismo, a questão comunista também passou a estar na alça de mira dos católicos, especialmente a partir da divisão do catolicismo em relação às novas posturas doutrinárias e teóricas colocadas a cabo na década de 1960.

⁶⁶ El núcleo fundador del Ateneo eran antiguos nacionalistas formados en la década de 1930, que habían participado activamente de distintos espacios del dispositivo del catolicismo integral, en particular de los Cursos de Cultura Católica.

⁶⁷ Ver Touris (2012).

Conforme já referido, a Revista *Cruzada* foi criada em 1956 por um grupo de jovens católicos liderados por Cosme Beccar Varela (f)⁶⁸. A sua publicação era mensal e acabou congregando os membros que mais tarde, em abril de 1967, fundaram a Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad, ou simplesmente a TFP argentina. “Cosmin”, como era conhecido pelos seus pares, era filho de Cosme Beccar Varela (p), advogado e empresário, vice-presidente da cervejaria Quilmes e acessor do City Bank (Scirica, 2012). Seu pai participou dos “Cursos de Cultura Católica”, aspecto que pode, em parte, explicar a sua postura religiosa tradicional, tendo em vista que a realização desses Cursos pode ser considerada como um dos fatores que cooperaram para a penetração e difusão do pensamento integrista em parte dos intelectuais e clérigos do catolicismo argentino.

A revista *Cruzada* surgiu imediatamente após o contexto de agitados conflitos que mobilizaram os setores político e católico da Argentina, responsáveis por desencadear, em 1955, a denominada Revolução Libertadora, a qual determinou o fim do governo de Juan Domingo Perón (1946-1955). O grupo de editores de *Cruzada* pode ser considerado como uma das vozes mais ativas na luta anticomunista neste contexto.

Inseridos numa visão de mundo católica tradicional e integrista, promoveram uma intensa campanha contra os mais diversos grupos e instituições do país, que eram vistos como aqueles que poderiam abrir as portas para a tão temida “infiltração comunista”. Conforme as próprias palavras de seu líder, Cosme Beccar Varela (f), a herança política da conjuntura do regime peronista (1946-1955) suscitou o convencimento de que os problemas políticos eram consequências de “un grave apartamiento de la doctrina social y política de la Iglesia Católica”. Daí a disposição combativa da Revista que, desde suas primeiras edições, caracterizou as ações do grupo: “Nos propusimos defender esa doctrina en el plano político, atacando en nuestra revista todos los errores del comunismo, del socialismo y del liberalismo, en especial contra el liberalismo llamado ‘católico’”⁶⁹.

⁶⁸ A Revista *Cruzada* foi editada até 1969, quando foi substituída pela publicação da "Tradición, Familia, Propiedad" como periódico oficial da TFP argentina. Em 1976, passou a se chamar “Pregón de la TFP”, publicada até meados de 1984. Cosme Beccar Verela (f) permaneceu à frente da TFP argentina até 1990. Atualmente, escreve artigos no site denominado “la botella al mar”.

⁶⁹ Entrevista concedida ao autor, em 19 de setembro de 2012. Ver Anexo I.

2.2 *Cruzada e Catolicismo* e o anticomunismo na década de 1960: uma amostragem quantitativa

Após sintonizar teoricamente a postura dos grupos das revistas e suas respectivas inserções nos postulados integristas, a presente seção do capítulo tem como objetivo principal apresentar as Revistas *Cruzada* e *Catolicismo* em seus aspectos estruturais e organizacionais, tratando de privilegiar a análise da disposição gráfica dos textos, das matérias de capa, identificar os principais articulistas, levando em conta as possíveis transformações desses aspectos ao longo da década de sessenta, tratando sempre de focar como e com que intensidade a “questão comunista” (ou simplesmente a luta anticomunista) foi estampada no interregno compreendido entre 1960 até 1967. É mister, nesse sentido, apresentar um levantamento quantitativo da presença do anticomunismo nas revistas, buscando evidenciar a intensidade da disposição das Revistas em publicar artigos e matérias referentes ao tema.

As questões a serem respondidas, nesta parte do capítulo, para atingir os objetivos propostos, estarão vinculadas especificamente com problemáticas internas das Revistas, a saber: a) Qual a importância que foi dada para o combate ao comunismo nas matérias de capa das Revistas? b) Qual a intensidade de matérias de capa que mencionaram diretamente assuntos ligados às questões comunistas? c) Qual a intensidade das matérias que privilegiaram assuntos com a temática anticomunista? d) Quem foram os principais articulistas que mais se empenharam em promover o combate ao comunismo?

2.2.1 A Revista *Catolicismo*

Analisando as edições de *Catolicismo*, ao longo do contexto supracitado, é possível evidenciar uma Revista bastante estruturada, nos sentidos institucional e gráfico, apresentando, nestes aspectos, uma padronização que acompanhou todo o período estudado. Cabe destacar, também, que nesse período não houve interrupção nas edições, apresentando uma regularidade de distribuição, o que também possibilita fornecer argumentos para sua credibilidade perante seus leitores.

Importante mencionar que a Revista *Catolicismo* não abria espaço para publicidade comercial, buscando seu aporte financeiro principalmente nas vendas em bancas ou através das campanhas pelas ruas e avenidas das principais capitais do país, especialmente São Paulo, bem como de suas assinaturas, que se dividiam em modalidades, conforme o perfil do leitor⁷⁰, e que atendiam os mais diversos locais do país.

⁷⁰ As modalidades de assinaturas eram as seguintes: Comum, benfeitor, grande benfeitor, seminaristas e estudantes e exterior.

O número de matérias de uma edição girava, normalmente, em torno de seis a dez, incluindo as seções fixas⁷¹. Entretanto, por vezes, a integralidade da Revista foi alvo de temas e conteúdos específicos, como, por exemplo, as edições que publicavam Cartas Pastorais (D. Sigaud e de D. Castro Mayer), livros e estudos de Plínio ou, até mesmo, matérias que registravam campanhas promovidas pelo grupo e pela TFP (campanha contra a legalização do divórcio, de 1966, por exemplo).

Além dos já mencionados líderes do grupo de *Catolicismo*, diversos e numerosos foram os articulistas que imprimiram suas opiniões no periódico. No ano de 1963, por exemplo, o número de autores chegou a trinta e cinco, número que será, mais ou menos, repetido em outros anos, incluindo nesse bojo textos e documentos de pontífices (Leão XIII, Pio X, Pio XI, Pio XII, João XXIII, Paulo VI), cuidadosamente escolhidos para publicação. De toda essa amostragem, é possível destacar aqueles autores que mais se utilizaram da manifestação anticomunista em seus textos: Plínio Corrêa de Oliveira, D. Sigaud, D. Castro Mayer, Cunha Alvarenga, Fabio Vidigal Xavier da Silveira, Fernando Furquim de Almeida, J. de Azeredo Santos, Plínio Vidigal Xavier da Silveira, A. A. Boreli Machado e Alberto Luiz Du Plessis.

A capa da Revista, no tocante à sua disposição gráfica, também apresentou certa padronização. Em parte das edições, a capa trazia alguma imagem (sacra), com dizeres em Latim, e, muito frequentemente, trazia alguma chamada de matéria contida em sua edição. É possível encontrar, ao longo da década de 1960, também, a capa trazendo (ou iniciando) o texto da matéria de abertura (e de destaque) dessas edições. Nos exemplos elencados abaixo, é possível visualizar o formato da capa da primeira edição da década de 1960 (número 109) e da edição de novembro de 1967 (número 203) e verificar que as mudanças ao longo desse período, no aspecto gráfico, não foram muito significativas:

⁷¹ Fizeram parte da Revista *Catolicismo*, no período estudado, as seguintes seções fixas: “Verdades Esquecidas”, “Ambientes, costumes, civilizações”, “Nova Et Vetera”, “Calicem Domini Biberunt”, “Reforma Agrária Questão de Consciência em 30 dias”, “Outras notas anti-socialistas”, “Revolução e Contrarevolução em 30 dias”, “Escrevem os leitores”.

Imagem 1 Número 109 de *Catolicismo*

Imagem 2 Número 203 de *Catolicismo*



De janeiro de 1960 até dezembro de 1967 foram publicadas 93 edições de *Catolicismo* (do número 109 ao número 204). Numa primeira apresentação de dados sobre a presença do anticomunismo na Revista, as matérias de capas podem ser bastante representativas do esforço empreendido pelo grupo no tocante à sua postura religiosa e política. Nesse interregno de anos, a capa comportou um total de 65 (aproximadamente 70%) matérias com conteúdo anticomunista sendo, desse número, 19 matérias (aproximadamente 30%) em que o anticomunismo ficou explicitado já no próprio o título, sendo, portanto, o principal assunto a ser tratado.

A maior parte das matérias de capa, notadamente as que trouxeram conteúdo anticomunista, foi assinada pelo articulista Cunha Alvarenga, ou fazia parte de edições especiais que traziam o anticomunismo inserido na divulgação das obras de Plínio Corrêa de Oliveira, como também em edições especiais que publicaram Cartas Pastorais de D. Sigaud e D. Mayer. Para facilitar a compreensão da presença numérica do anticomunismo em *Catolicismo*, tendo como base as matérias de capa, a tabela abaixo (Tabela 1) apresenta esses dados em uma amostragem anual, evidenciando a já mencionada regularidade desse quesito na Revista brasileira:

Tabela 1

Ano	Número de matérias de capa com conteúdo Anticomunista.	Número de matérias de capa com título Anticomunista.	Número total de edições
1960	6	2	12
1961	10	3	12
1962	8	4	12
1963	9	1	12
1964	9	2	12
1965	7	1	11
1966	7	2	11
1967	9	4	11

Tabela produzida pelo autor com base na Revista *Catolicismo*

Outro dado relativo à presença do anticomunismo em *Catolicismo* se insere na quantidade total de matérias que veicularam o tema no período. As edições de janeiro de 1960 a dezembro de 1967 publicaram um número total de aproximadamente 657 matérias (incluindo as seções fixas e excluindo as “cartas do leitor”). Dentro desse número, é possível encontrar em torno de 374 matérias que veicularam manifestação anticomunista em seus textos, representando uma porcentagem de aproximadamente 57%. A tabela abaixo (tabela 2) demonstra esses números, por ano, na Revista brasileira.

Tabela 2

Ano	Número de matérias com conteúdo Anticomunista.	Número total de matérias.	%	Número total de edições
1960	29	66	44	12
1961	40	72	55	12
1962	48	91	53	12
1963	51	87	59	12
1964	57	95	60	12
1965	51	78	65	11
1966	45	84	53	11
1967	53	81	65	11

Tabela produzida pelo autor com base na Revista *Catolicismo*

Os dados apresentados na tabela acima indicam que, em que pese a diferença do menor índice de presença anticomunista (1960) para os maiores (1965 – 67) ser de aproximadamente 20%, houve uma certa proximidade no número de matérias sobre anticomunismo no decorrer da década de 1960. É possível considerar essa regularidade como uma característica do Grupo de *Catolicismo* que, de certa forma, não pautou a manifestação anticomunista somente em momentos/contextos de profunda agitação na política nacional, como se poderia supor, por exemplo, em 1961 (Legalidade) ou 1964 (golpe de Estado). De outra parte, também é pertinente ressaltar que, para *Catolicismo*, o golpe de 1964 não representou, em números, qualquer motivo de arrefecimento da luta anticomunista⁷², como se pode verificar em outros setores da sociedade, inclusive na própria hierarquia católica⁷³.

Se houve, no Brasil, conforme defende o historiador Rodrigo Motta (2002), um “surto anticomunista” no interregno 1961-1964, com a profusão de grupos e entidades de cunho anticomunista, certamente os membros da Revista *Catolicismo*, como também da própria TFP, não devem fazer parte dessa estatística, aspecto que coloca em relevo a necessidade de se evitar generalizações analíticas. Para o Grupo da Revista brasileira, o sentido da luta anticomunista esteve pautado em questões mais profundas e, de certa forma, coerentes, obviamente dentro das concepções de religião e mundo de seus membros. Longe de ser uma manifestação oportunista, os dados demonstram que, em *Catolicismo*, o comunismo sempre foi uma ameaça contundente e presente, seja manifestado nas questões políticas do cenário nacional e internacional, seja manifestado em função de disputas internas do próprio cenário religioso.

2.2.2 A Revista *Cruzada*

A Revista *Cruzada*, ao longo da década de 1960, apresentou períodos de certa constância na sua diagramação, especialmente no que diz respeito à confecção das matérias de capa e ao número total de matérias publicadas⁷⁴. Com exceção das edições que contemplaram um número especial, fazendo referência a algum tema específico, as edições regularmente apresentavam um número total que variava entre seis a nove matérias. A capa seguiu com o mesmo padrão (excetuando-se também as edições especiais), ou seja, o nome da Revista na parte superior, trazendo, logo abaixo, o título de sua matéria correspondente, já desenvolvida na própria capa com continuidade, muitas vezes, na página seguinte. Na passagem dos anos

⁷² A manifestação anticomunista no contexto do golpe será tratada com mais vagar no 4º capítulo.

⁷³ Sobre o “silêncio anticomunista” dos católicos no período pós-golpe militar, ver em Bett, 2010 e 2014

⁷⁴ Até a edição de número 21, de dezembro de 1961, as capas eram realçadas com alguma coloração, passando a ser confeccionadas, a partir da edição de março de 1962, somente com a cor preta.

de 1962 para 1963, a Revista recebeu alguns incrementos gráficos, trazendo uma melhor qualidade que permaneceu inalterada até a última edição de 1967. Abaixo, a título de ilustração, a última edição de 1962 e, em seguida, a primeira edição de 1963:

Imagem 3 “Terminar con Cuba Roja”

Imagem 4 “Crónica de un País que duerme”



Com relação à periodicidade, majoritariamente, a Revista era editada ininterruptamente entre os meses de março até dezembro. No entanto, em determinados períodos, até três edições deixaram de ser publicadas, sendo os motivos da interrupção não explicitados de forma direta, mesmo que, por vezes, tenham sido publicadas chamadas solicitando um número maior de assinantes (melhor maneira para a revista se sustentar), indicando que o motivo dessa interrupção pudesse ser a questão financeira. Além disso, cabe salientar, a Revista, conforme o modelo da sua congênera brasileira, não abria espaço para publicidades, sendo financiada pela venda das suas edições nas ruas de Buenos Aires (na Calle Florida) ou em caravanas pelo interior do país, pelos seus assinantes e, quando essas alternativas não supriam todas as necessidades, acabava recebendo aporte financeiro advindo do próprio corpo de editores.

No período compreendido entre março de 1960 até dezembro de 1967, a Revista comportou um número de aproximadamente 43 autores, destacando-se, em quantidade de artigos publicados, os seguintes: Cosme Beccar Varela (24), Carlos Dias Velez (16), Andrés

Asbouth (10), José Luis Bravo (10), Manuel Gondra (8), Jorge Lablanca (7), Plinio Corrêa de Oliveira (7), Alberto Garcia Vieyra (6), Rodrigo de Nájera (5), Augusto José Padilla (5), Juan Carlos Claussen (4), Félix Douforq (4). Cabe destacar que, nesse mesmo período, o número de matérias assinadas como “Editorial” ou “Cruzada” foi de aproximadamente 110. Não é possível determinar com precisão quem foram os principais autores desses textos (possivelmente os editoriais foram escritos pelas principais lideranças do grupo, a saber: Cosme Beccar Varela, Carlos Dias Velez, Andrés Asbouth, José Luis Bravo, Jorge Lablanca)⁷⁵, mas essa supremacia numérica pode indicar a existência de um núcleo fechado e homogêneo, responsável pela manifestação do pensamento da entidade para as mais diversas questões (políticas, sociais, religiosas) e que, necessariamente, acabavam por bem representar os demais membros.

Após essas informações iniciais e, de certa forma, parciais da Revista argentina, que podem subsidiar o entendimento da sua dimensão no tocante à sua organização e representatividade enquanto um veículo de comunicação, informação e doutrinário, o próximo passo a ser dado na análise consiste em articular a estrutura gráfica com a forma com que a questão comunista permeou suas páginas. Em outras palavras, buscar-se-á responder o “como” do anticomunismo divulgado, conforme as questões já apresentadas na parte introdutória da seção.

Assim como na sua coirmã *Catolicismo*, as matérias de capa da Revista argentina podem dar uma ideia significativa sobre o quanto questões relacionadas ao comunismo pesavam em termos de importância para o grupo. No levantamento realizado em todas as edições disponíveis da década de 1960 - que totalizam um número de 55 (cinquenta e cinco) - em 50 (cinquenta) destas, portanto, aproximadamente 91%, a matéria da capa trouxe algum tipo específico de manifestação anticomunista, seja como tema central (por exemplo, a edição número 037, de 1962, intitulada “Terminar con Cuba Roja”), seja como tema subsidiário ao tema central (por exemplo, o número 044, de outubro de 1963, que trouxe na matéria de capa toda uma crítica ao governo de Arturo Illia, relacionando esse com o comunismo). A tabela abaixo (Tabela 3) demonstra, por ano, esses números:

⁷⁵ Conforme entrevista para o autor em 12 de setembro de 2012. Ver Anexo I.

Tabela 3

Ano	Número de matérias de capa com conteúdo Anticomunista.	Número de matérias de capa com título Anticomunista.	Número total de edições
1960	5	1	5
1961	7	4	8
1962	7	1	7
1963	7	4	9
1964	8	1	8
1965	6	2	6
1966	5	3	6
1967	5	2	6

Tabela produzida pelo autor com base na Revista *Cruzada*

Um aspecto relevante a ser mencionado, especialmente a partir da constatação dessa primazia da presença de conteúdo anticomunista nas matérias de capa, é que todas elas eram assinadas pelo editorial, sinalizando, portanto, a vontade de demonstrar que o posicionamento anticomunista era uma prerrogativa de toda a entidade e não simplesmente de algum articulista isolado.

Além disso, outro dado quantitativo que merece ser mencionado, e que pode contribuir nesta aferição da presença do anticomunismo em *Cruzada*, diz respeito à proporcionalidade da totalidade das matérias que mencionaram algum tipo de contrariedade em relação ao comunismo. No interregno de anos já mencionado, é possível fazer um levantamento que indica a presença de um total de 300 matérias (incluindo as seções fixas)⁷⁶ dos mais diversos articulistas e das mais variadas temáticas. Deste total, 200 matérias, portanto, aproximadamente 67% apresentaram em suas linhas algum tipo de manifestação anticomunista. Cabe destacar, ainda, a existência de aproximadamente 19 edições em que todas as suas matérias (ou, em alguns casos, em torno de 90% da revista) mencionavam questões sobre anticomunismo enquanto que, por outro lado, é possível encontrar apenas uma edição (número 064 de agosto-setembro de 1966)⁷⁷ que não trouxe qualquer matéria de cunho anticomunista.

⁷⁶ Estas seções, assim como as “cartas dos leitores”, não apresentaram uma permanência regular nas páginas da Revista, sendo publicadas de uma forma não criteriosa.

⁷⁷ Provavelmente esse “silêncio” em relação ao comunismo se deve ao fato da proximidade com o golpe militar do dia 28 de junho. Após a edição de julho trazer vários elogios à deposição de Illia pelos militares, supõe-se que

Tabela 4

Ano	Número de matérias com conteúdo Anticomunista.	Número total de matérias.	%	Número total de edições.
1960	22	30	73	5
1961	37	54	68	8
1962	29	44	66	7
1963	34	46	74	9
1964	26	43	60	8
1965	19	27	70	6
1966	15	25	60	6
1967	18	31	58	6

Tabela produzida pelo autor com base na Revista *Cruzada*

O alto índice de manifestação anticomunista na Revista argentina, que, se comparado aos números da Revista brasileira, superam em mais de 10 pontos percentuais, possibilitam concluir que, ao contrário do relativo “silêncio historiográfico” sobre o tema, o anticomunismo foi, sim, uma das questões candentes e presentes no cenário político do país, na década de 1960. A relativa regularidade da manifestação anticomunista, ao longo dos anos 60, permite a mesma constatação dos dados apresentados na Revista *Catolicismo*, ou seja, que a luta anticomunista da Entidade argentina não pode ser resumida enquanto um comportamento circunstancial, determinado por situações, acontecimentos ou contextos específicos, mas fazia parte das ações pautadas por toda uma concepção de mundo e religião, como se poderá verificar, especialmente no quarto capítulo, a forma combativa que também era direcionada para o governo militar, instaurado em junho de 1966.

Antes de passar para a próxima parte do capítulo, é preciso mencionar que os dados apresentados nas tabelas indicam a potencialidade com que o tema do comunismo foi tratado nas Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, sendo constantemente alvo das mais diversas construções textuais, pelos mais diferentes autores, nas mais diferentes formas e contextos. Nesse sentido, é importante mencionar que, no que pese a expressividade dos números apresentados, a “questão comunista” não foi o único “problema” que ocupou esses grupos na década de 1960, mas, de fato, questões como liberalismo, reforma agrária, divórcio, universidades, peronismo (específico do caso argentino) e a própria “Revolução”, de um

não faria sentido repercutir questões comunistas quando o objetivo declarado da “Revolução” e a sua proposição se deu em função da “ameaça comunista”.

modo mais geral, também foram alvos de inúmeras inserções. Por outro lado, também é verdade que, por vezes, todas essas questões puderam ser tratadas de modo simultâneo, interligadas umas nas outras, mas com o anticomunismo presente como pano de fundo, tornando mais complexa, justificada e embasada, tanto na teoria, quanto na prática, a luta anticomunista. São esses aspectos que serão apresentados e analisados nas próximas seções do capítulo, os quais possibilitarão, ainda mais, conhecer o “como” do anticomunismo, ou seja, a partir de quais aspectos foi delineada a regularidade discursiva anticomunista, em ambas as Revistas católicas.

2.3 *Catolicismo e Cruzada* e a sociabilidade anticomunista na década de 1960

A presente seção do capítulo apresentará dados sobre a presença do anticomunismo nas Revistas em seus aspectos qualitativos, ou seja, tratar-se-á de colocar em evidência como (a forma) a luta anticomunista se materializou e foi estampada nos mensários a partir do enfoque dos principais temas e dos principais conteúdos com que foi relacionada. O objetivo é complementar a seção anterior, colocando, de certa forma, substância no esqueleto numérico apresentado, além de corroborar com a hipótese de que o anticomunismo se tornou um dos principais mecanismos de defesa contrarrevolucionário na década de 1960 pelas entidades em questão, tanto no Brasil quanto na Argentina, apresentando aquilo que está sendo entendido como uma regularidade discursiva.

Levando em conta a variedade com que o anticomunismo foi manifestado nas Revistas, que vai desde pequenos comentários subsidiários e secundários em matérias que se ocupavam de qualquer outro tema central, chegando até matérias em que o assunto “comunismo” foi destacado como “o” tema, único e principal, seria praticamente irrealizável abarcar a totalidade do discurso anticomunista, seus enunciados, suas representações e suas conotações, presentes tanto na Revista brasileira quanto argentina. Deste modo, a proposta desta parte do capítulo é sistematizar e analisar parte⁷⁸ das formas mais expressivas, contundentes e concretas da luta anticomunista empreendida nas publicações. Não se trata simplesmente de desconsiderar as formas “menores” do anticomunismo, mas é preciso compreender que esses modelos de representações, necessariamente, estarão presentes na análise que se ocupará das formas mais regulares da manifestação anticomunista.

Nas seções anteriores, foi possível verificar que as Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* podem ser consideradas como tendo semelhante base conceitual, tanto no aspecto da

⁷⁸ Na próxima seção do capítulo serão analisadas, em diferente perspectiva, outras formas de manifestação anticomunista.

publicidade (periodicidade, sustentabilidade, gráfica) quanto nas questões teóricas, especialmente a visão de mundo católica integrista. Foi possível verificar, também, que elas se aproximam numericamente no destaque que foi dado nas edições para a luta anticomunista como também no próprio peso que esse aspecto teve no tocante à fundação e desenvolvimento das respectivas TFPs. Disso resulta, evidentemente, uma aproximação entre seus membros e entre as próprias Revistas, ou seja, um grau de *sociabilidade* que implicou numa influência recíproca, possibilitando, de certo modo, agregar maior significado e legitimidade às opiniões defendidas, especialmente nas questões anticomunistas, em cada uma de suas páginas.

A noção de *sociabilidade* está sendo utilizada com ênfase na apropriação dos desenvolvimentos teóricos do historiador Jean- François Sirinelli, cuja definição consagrada salienta a formação de redes de intelectuais que, a partir de um complexo desenvolvimento de comunicação e interlocução, utilizam de lugares (revistas, nesse caso), como ponto de encontro de afinidades e trocas de experiências, fomentadas e assentadas em crenças comuns, sensibilidades ideológicas ou culturais comuns que alimentam e desenvolvem essas redes, aperfeiçoam as relações. Seguindo a concepção do historiador francês, Tania Regina de Luca (2005, p.140) aponta que revistas são portadoras da capacidade de reunirem um conjunto de indivíduos tornando-os projetos coletivos “por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita”. Nesse sentido, Sirinelli (1996, p. 249) chama atenção para as formas de adesão – “pelas amizades que as subtendem, as fidelidades que arrebanham e a influência que exercem” – e de exclusão – “pelas posições tomadas, os debates suscitados, e as cisões advindas” – que caracterizam as revistas. As revistas, nessa perspectiva, assumem a posição de excelência para a análise do movimento e compartilhamento das ideias: “uma revista é antes de tudo um lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade, e pode ser, entre outras abordagens, estudada nesta dupla dimensão”. Com base na noção descrita, salienta-se que a luta anticomunista assumiu um lugar privilegiado no espaço de sociabilidade das relações entre os Grupos da Revista *Cruzada e Catolicismo* que, obviamente, não se limitaram ao combate anticomunista, mas este foi preponderante, especialmente se for levado em conta os números apresentados na seção anterior.

Quando houve a fundação da Revista *Cruzada* (1956), *Catolicismo* já vinha se desenvolvendo com uma experiência publicitária adquirida, não só pela antecedência de sua fundação (1951), mas, também, pelo acúmulo de experiência resultante, por parte de alguns membros, ainda do período do “Legionário”. Perfeitamente compreensível, portanto, que a Revista brasileira servisse de inspiração para a Revista argentina, até mesmo pela significativa

imagem positiva que Plínio Corrêa de Oliveira despertava nos setores tradicionais do catolicismo latino americano, conforme atestam as palavras de Cosme Beccar Varela quando questionado sobre as influências recebidas pela entidade brasileira:

La principal influencia fue personal del Dr. Plinio Correa de Oliveira a quien admiramos mucho por la claridad de sus ideas y por su militancia católica contrarrevolucionaria. Además, fue un gran maestro de cultura católica y de Historia.⁷⁹

Além de uma profunda admiração, exercida por seu líder, os membros de *Catolicismo* (e também da própria TFP) cooperaram para o amadurecimento prático e teórico dos integrantes de *Cruzada*, especialmente a partir do intercâmbio de ideias nas constantes viagens (ao menos uma vez por ano, segundo Cosme) a São Paulo para assistência de conferências e palestras ministradas por integrantes da entidade brasileira, bem como para conversas informais que poderiam se traduzir em trocas de experiências e conselhos, especialmente pelo significado e importância de estar próximo de Plínio “cuya sabiduría contrarrevolucionaria no tenía parangón”.⁸⁰

Essa proximidade, confluência de objetivos e trocas de experiências dos grupos em questão também podem ser perfeitamente verificadas nas páginas das próprias Revistas. Tanto a publicação argentina quanto a publicação brasileira constantemente traziam notícias, matérias, comentários que ora enfocavam algum aspecto da entidade coirmã (ou da realidade do país vizinho) ora publicavam artigos de autoria de membros da revista do outro país (imagem 5). Nesse sentido, por parte da *Cruzada* também podem ser inseridas diversas e constantes gravuras de propagandas e divulgação de *Catolicismo*, servindo, inclusive, como intermediária no processo de assinatura de possíveis leitores argentinos (ou moradores no país), bem como divulgando as obras de autoria de Plínio Corrêa de Oliveira, D. Sigaud e D. Castro Mayer. As imagens abaixo ilustram os exemplos elencados:

⁷⁹ Entrevista concedida ao autor, em 12 de setembro de 2012. Ver Anexo I.

⁸⁰ Entrevista concedida ao autor, em 12 de setembro de 2012. Ver Anexo I.

Imagem 5 (Cruzada, setembro de 1967)



Imagem 6 (Cruzada, agosto de 1962)



Imagem 7 (Cruzada, novembro de 1963)



É a partir dessa verdadeira cooperação entre as entidades que se sobressai uma das formas com que é possível observar a regularidade discursiva anticomunista que se fez presente nos respectivos periódicos. Diversos são os modos com que esse mecanismo foi colocado em prática por parte dos editores, seja interpretando questões políticas da realidade

do outro país, seja na forma de republicação, na íntegra, de matérias que originalmente haviam sido publicadas no periódico vizinho ou, como será o caso específico a ser tratado a seguir, através da propaganda, divulgação, reprodução e comentários de livros e estudos nos quais o assunto “comunismo” foi demonstrado de modo explícito e prioritário, notadamente aqueles de autoria de Plínio Corrêa de Oliveira - e seus parceiros -, a saber, “Revolução e Contra-Revolução” (1959), “Reforma Agrária Questão de Consciência” (1960), “Liberdade da Igreja no Estado Comunista” (1963) e, “Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo” (1965). Em conjunto, as matérias vinculadas com essas leituras preencheram muito dos espaços das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, tornando-se um importante e constante canal de manifestação e construção do anticomunismo.

2.3.1 *Revolução e Contra-Revolução*

Um primeiro exemplo que pode ser atestador dessa regularidade discursiva é encontrado na Revista *Catolicismo*, em sua edição de número 111, de março de 1960. Nesta foi inaugurada uma nova seção que passou a fazer parte do mensário brasileiro denominada “Revolução e Contra-Revolução em 30 dias”. Tratou-se, como a própria denominação indica, de uma coluna que iria repercutir, das mais diferentes maneiras, o ensaio “Revolução e Contra-Revolução” (adiante RCR), de Plínio, publicado na edição de número 100, em abril de 1959. Os editores se preocuparam em explicar, aos seus leitores, os motivos dessa nova seção:

Para ajudar nossos leitores a passar daí - revelação e filosofia – para o terreno dos fatos cotidianos, nos quais se vai travando passo a passo a luta entre os filhos de luz e a serpente [...] parece oportuno que estudemos nestas colunas os acontecimentos atuais, mostrando suas relações essenciais ou acidentais com o grande fenômeno central da Revolução e da Contra-Revolução. (Editorial, Nº 111, 1960)

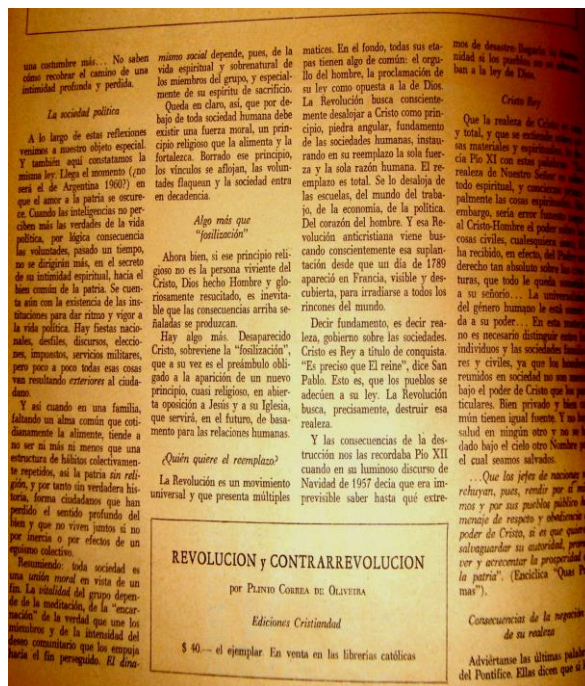
Mesmo que a editoria tenha advertido que “Revolução não é só o comunismo, nem a Contra-Revolução é só o anticomunismo”, a primeira matéria que foi publicada na nova seção, também assinada por Plínio, tratou exclusivamente do comunismo, aspecto que será constante no espaço. Os próprios editores reconheceram a importância de falar sobre o tema naquele contexto: “Por um conjunto de circunstâncias muito explicável nesta quadra histórica, os acontecimentos atuais mais importantes se relacionam com o comunismo, que, pois, estará presente do início ao fim em nossos comentários de hoje” (Editorial, Nº 111, 1960). Na coluna de Plínio propriamente dita, entretanto, ficou sinalizada a importância do comunismo, no tocante à manifestação revolucionária, não somente circunscrita a um contexto específico,

mas, fundamentalmente, à constatação de que uma nova e perigosa frente de manifestação revolucionária se abria naqueles anos sessenta:

A Revolução passa no momento por uma metamorfose transitória [...] Fundamentalmente sombria em seu espírito, violenta em seus métodos e apressada em seu ritmo, sob o signo de Nikita Kruchev - URSS - ela se vem mostrando cada vez mais risonha, pacífica e moderada. (Oliveira, Nº 111, 1960)

Conforme já mencionado acima, a Revista *Cruzada* constantemente divulgava em suas páginas os escritos de Plinio. RCR recebeu uma primeira divulgação na edição de abril de 1960 (imagem abaixo), coincidentemente um mês após o lançamento da coluna em *Catolicismo*.

Imagem 8 (*Cruzada*, abril de 1960)



Contudo, foi no mês de maio de 1961 que uma primeira publicação integral na Revista argentina reproduziu a coluna “Revolução e Contra-Revolução em 30 dias”, de autoria de Plinio e originária de *Catolicismo* (abril de 1961, na edição 124). Nesta é possível identificar um modelo de manifestação anticomunista que implicou em apresentar algumas possibilidades de avanço dos mecanismos da “revolução” que poderiam, conseqüentemente, contribuir para a ampliação do comunismo em escala mundial. Plinio, então, partiu de uma análise da luta “revolucionária” e “contra-revolucionária” na Inglaterra, especificamente entre o setores “mais católicos” e “mais protestantes” da Igreja Anglicana, para, em seguida, abordar também a problemática de uma forma mais geral no tocante aos protestantes, setor

religioso que, para ele, seria bastante vulnerável à “infiltração” comunista. O autor trouxe alguns exemplos onde essa vulnerabilidade teria se manifestado, inicialmente citando um parágrafo de um artigo publicado no jornal *Correio do Povo*, de Porto Alegre: “Em Francia, cerca del 50% de los órganos de imprenta católica se convirtieron en vehículos de las tesis filo-soviética”. Posteriormente, citou um exemplo em que sobressaíram as atuações dos protestantes dos Estados Unidos: “en los EE.UU el primer gran manifiesto em favor del reconocimiento del gobierno comunista de Pekín partió de la Asociación de Iglesias protestantes [...]” (Oliveira, Nº 022, 1961).

Ainda que a coluna supracitada tenha sido um canal de manifestação anticomunista com uma periodicidade constante, majoritariamente na Revista *Catolicismo*, possibilitando condições, como visto no exemplo anterior, de reproduções na Revista *Cruzada*, os enunciados anticomunistas assentados na perspectiva do estudo RCR passaram a ter constante presença nos textos e matérias dos articulistas da Revista argentina. Em diversas passagens, e nos mais variados assuntos, a obra era mencionada direta ou indiretamente como “a” grande referência para tratar do tema, o que implica em aceitar a ideia de uma profunda influência do autor - no tocante ao ideário - em seus confrades argentinos, sem, no entanto, esta ser necessariamente caracterizada como uma estrita dependência, tendo em vista que o ideário foi apropriado e ressignificado de acordo com as problemáticas internas (Argentina). A passagem a seguir, assim como diversas outras, pode exemplificar perfeitamente essa questão. Ao tratar sobre a questão política da Argentina, especificamente sobre o entendimento de que a influência liberal estadunidense estaria repercutindo não somente no país, mas em toda América do Sul, o articulista Augusto Jose Padilla se apoiou na obra de Plinio, destacando, entre outras questões, o lugar assumido pelo comunismo na onda revolucionária:

Plinio Correa de Oliveira ha escrito un pequeño ensayo – incomparable en su tipo - , llamado “Revolución y contrarevolución”. Define el escritor brasileño a la revolución diciendo [...] Su causa profunda es una explosión de orgullo y sensualidad que inspiro, si no un sistema, cuando menos toda una cadena de sistemas ideológicos. De la gran aceptación dada a éstos en el mundo entero derivan las tres grandes revoluciones de la historia de Occidente: la pseudo Reforma, la Revolución Francesa y el comunismo”. (Padilla, Nº 022, 1960).

Imagem 9 (Lutero, Robespierre e Che Guevara representando o desenvolvimento das “Três faces da Revolução” na Revista *Catolicismo*, Nº 229, de setembro de 1961).



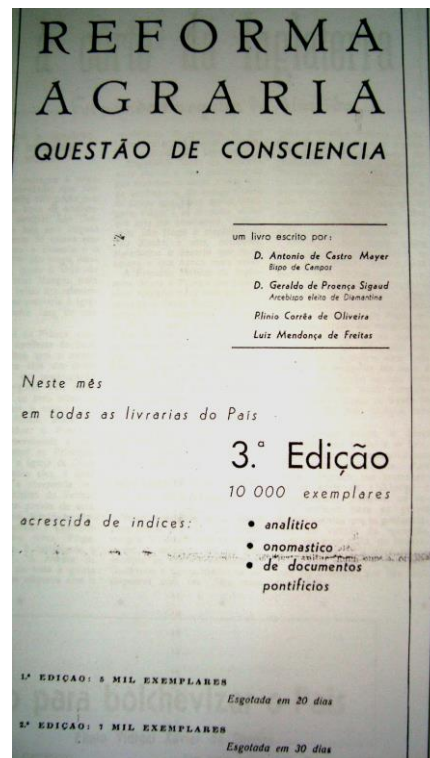
2.3.2 Reforma Agrária questão de Consciência

Já no estudo publicado em outubro de 1960, os principais líderes da Revista *Catolicismo* (e também da TFP brasileira) Plínio Corrêa de Oliveira, D. Sigaud e D. Castro Mayer, juntamente com o economista Luis Mendonza de Freitas, publicaram aquela que seria uma de suas principais obras, considerada nos meios católicos tradicionais um “best seller” no âmbito dos livros “técnicos” sobre o tema da Reforma Agrária. Denominado “Reforma Agrária questão de Consciência” (adiante RA-QC), este livro inaugurou uma série de publicações que repercutiram a luta contra a Reforma Agrária empreendida pela TFP brasileira, não somente na década de 1960, mas, inclusive até a década de 1980⁸¹.

⁸¹ De acordo com Zanotto, (2003, p. 114) além de RA-QC, ainda é possível incluir nas obras anti-agrorreformistas as seguintes publicações da TFP: Declaração de Morro Alto (1964); Sou católico: posso ser contra a Reforma Agrária? (1981); Agitação social, violência: produtos de laboratório que o Brasil rejeita (1984); A propriedade privada e a livre iniciativa no tufão agro-reformista (1985); No Brasil a Reforma Agrária leva miséria ao campo e à cidade (1986); Projeto de Constituição angustia o país (1987); e, Reforma Agrária: terra prometida, favela rural ou kolkhozes? Mistério que a TFP desvenda (1987).

Imagem 10 (Primeira propaganda de RA-QC em *Catolicismo* - outubro de 1960)

Dados mais atuais estimam que a obra teria vendido aproximadamente 50 mil exemplares⁸². Se é possível confiar nos números apresentados na edição do mês de março de 1961 (edição 123 de *Catolicismo*), em menos de seis meses a obra já estava na 3ª edição com aproximadamente 12.000 cópias (5000 na primeira e 7000 na segunda edição) vendidas ou distribuídas (imagem abaixo).

Imagem 11(*Catolicismo*, março de 1961)

⁸² (<http://www.fundadores.org.br/principal.asp?categ=27&pag=7&IdTexto=57>). Acessado em 29/01/2014.

A primeira edição de *Catolicismo* a repercutir RA-QC foi a de outubro de 1960, coincidindo com o mês do lançamento do livro. Desde a capa (publicando o título “*Obra Providencial com que ‘Catolicismo’ se solidariza inteiramente*”) até as primeiras cinco páginas do mensário (de um total de oito) foi dado destaque para o recente lançamento, através de uma matéria de autoria de Plínio, que, a convite do corpo editorial, apresentou a obra aos leitores:

Para convidar seus leitores ao estudo e à meditação diligente dessa obra, *Catolicismo* pediu ao Prof. Plinio Corrêa de Oliveira que, em lugar de sua costumeira contribuição, escrevesse um estudo sobre a oportunidade de “Reforma Agrária – Questão de Consciência” na atual conjuntura nacional. (Oliveira, Nº 118, 1960)

É possível dizer que RA-QC está inserida dentro do ideal preconizado a partir dos entendimentos da cosmovisão revolucionária e contrarrevolucionária. Na concepção de seus idealizadores, a obra seria mais uma arma contrarrevolucionária a ser lançada contra os movimentos revolucionários ou, em outras palavras, que pode perfeitamente traduzir o sentido dessa luta, a obra se enquadra numa perfeita manobra anticomunista a ser lançada contra a propagação comunista, que estaria se aproveitando da onda reformista para atrair corações e mentes, de um modo mais ou menos similar - assim entendiam seus autores - do que havia se passado com Cuba. Na passagem a seguir, Plinio demonstra aquilo que pode ser considerado o cerne do problema na propagação do “reformismo agrário”, sua localização precisa, exemplos históricos que comprovam o seu argumento, bem como o local assumido pelo comunismo nesse processo:

O único gênero de ambientes em que vários Estados, o reformismo vinha conquistando terreno são certos setores da “intelligentsia” brasileira. Intoxicados de literatura socialista, quando não comunista, esses ambientes, constituídos de alguns políticos, jornalistas, escritores ou professores, além de certo número de admiradores e diletantes, se deixaram impressionar. O espírito da Revolução Francesa começou de algum modo nos meios intelectuais do Enciclopedismo. A Rússia teve sua primeira origem na “intelligentsia” esquerdista. E outros exemplos do gênero se poderiam apontar. Ora, essas “intelligentsias” tem sempre meios de impressionar certos elementos do centro até da direita. Nas classes burguesas o reformismo agrário, mais feliz um pouco do que junto às massas, conquistou, pois, aqui e acolá, algum elemento esparso. (Oliveira, Nº 130, 1961)

Se é possível apresentar uma visão geral desta obra, especialmente no contexto de sua publicação, ela fica circunscrita à visão de uma luta intensa entre os defensores da reforma agrária (iniciais minúsculas) “sadia e cristã”, e da Reforma Agrária (iniciais maiúsculas) “socialista e anticristã”. Nesse sentido, o esforço empreendido não era necessariamente se

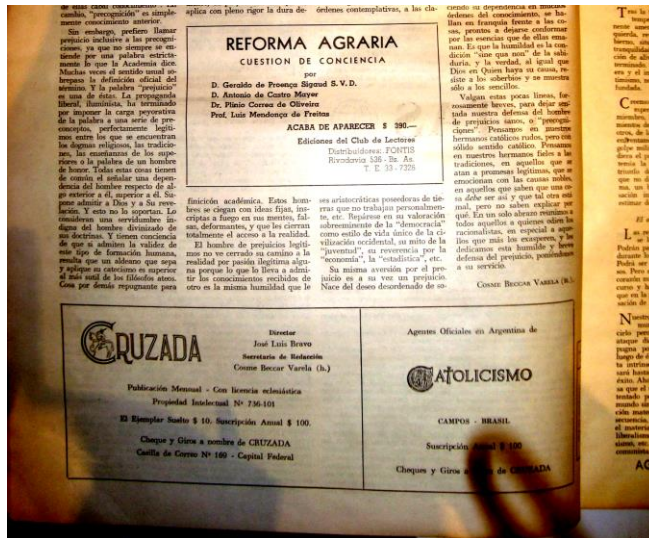
ocupar diretamente do comunismo ou do socialismo, mas atingir os mecanismos que estariam em voga nas formas de encarar o processo. Em outras palavras, servir de um alerta sobre o modo como a desinformação, no tocante ao tema, poderia repercutir no avançar da influência comunista. Plínio Corrêa de Oliveira explicou essa questão:

Mas o que nos parece sua verdadeira originalidade consiste em se ocupar, não tanto do comunismo ou do socialismo, mas dessas formulações “cristãs” ou “moderadas” de projetos, opiniões ou ponto de vistas favoráveis à “Reforma Agrária”, que constituem um subproduto da influência socialista entre nós. (Oliveira, N° 130, 1961)

Após o seu lançamento, o livro de Plínio passou a ser frequentemente comentado na Revista brasileira sendo, inclusive, alvo de algumas matérias de capa (edições 124, 126, 136, 139, por exemplo). Assim, da mesma forma que RCR suscitou a implementação de uma coluna específica em *Catolicismo* (“RCR em 30 dias”), isso também ocorreu com RA-QC. A partir do mês de outubro de 1961, na edição 130, a Revista passou a publicar a coluna “RA-QC em 30 dias” tendo em algumas edições (especificamente a partir de outubro de 1963) um apêndice que levava o subtítulo “Outras Notas Anti-socialistas”. Em conjunto, as duas colunas se encarregavam de atualizar os leitores em relação às repercussões (positivas ou negativas), nas mais diferentes localidades do país, do movimento anti-agroreformista (inclusive embates suscitados), sendo, evidentemente, ressaltado o papel do livro como inspiração aos mais diversos setores ruralistas, ou como obra que foi refutada por seus adversários, além de trazer movimentos e publicações nos órgãos de imprensa em geral, nos quais eram ressaltados aspectos da oposição sistemática ao socialismo e comunismo.

As primeiras referências de RA-QC na Revista *Cruzada* são datadas dos meses de julho e agosto de 1963 (edições 041 e 042). Trata-se de duas propagandas que também informavam o preço da obra e onde poderia ser adquirida no país argentino. Essas primeiras manifestações sobre o livro coincidem com a repercussão, na imprensa argentina, do problema da Reforma Agrária no Brasil, notadamente a partir dos postulados contidos no projeto das “Reformas de Base” do então presidente João Goulart.

Imagem 12 (Cruzada, julho de 1963)



Em duas edições de *Cruzada* (assim como na grande imprensa argentina) foram repercutidas essas questões. A do mês de junho (edição 040) transcreveu algumas das notícias referentes à polêmica, tanto em jornais argentinos (La Prensa) quanto brasileiros (Estado de São Paulo), mencionado onde estaria a principal periculosidade caso as Reformas avançassem:

Para mayor ilustración transcribimos algunos comentarios de la prensa nacional y extranjera al respecto de la delicada situación brasileña; “la Prensa” del 8 de marzo dice: “Los diputados conservadores han denunciado el proyecto de ley de reforma agraria del presidente João Goulart como demagógico y una suspensión de los derechos fundamentales” mas adelante agrega que el proyecto “... ya ha suscitado acusaciones de que los izquierdistas ‘tratan de iniciar una revolución comunista’ [...]”. (Varela, Nº 040, 1963)

A edição de julho (041), por seu turno, trouxe um questionamento de um leitor de *Cruzada* sobre um possível apoio (que foi veiculado através de notícias na imprensa argentina) da CNBB às Reformas de Jango, inclusive, questionando a chancela de expropriação de terras “para fins sociais”, o que, de fato, acabou colocando em relevo o conflito interno do catolicismo brasileiro⁸³, especialmente pela contrariedade externada publicamente pelos Bispos D. Sigaud e D. Castro Mayer à posição da Comissão Central da CNBB. Deste modo, pode-se evidenciar que o problema da Reforma Agrária e sua possível via de abertura para o comunismo também permeava pelas preocupações dos membros da Revista argentina, conforme é possível verificar na passagem a seguir, que encerrou a matéria

⁸³ O anticomunismo suscitado a partir da disjunção interna do catolicismo brasileiro e argentino será tratado no terceiro capítulo.

de junho: “Comentamos nosotros: ‘Cuando veas las barbas a tu vecino cortar, po las tuyas a remojar’” (Varela, Nº 040, 1963).

Cruzada continuou, por mais algumas edições, a difundir o livro RA-QC. Na edição de novembro de 1963 (042), entretanto, a Revista publicou, exatamente no centro de uma de suas páginas, outra propaganda da obra, desta feita com uma elaboração relativamente requintada. Intitulada “Best Seller” (em negrito e em letras garrafais), a forma como foi descrita permite aferir o quanto o texto dos autores brasileiros caiu no agrado do grupo argentino:

Cuando un libro polémico doctrinal obtiene gran venta, admiradores que lo aplauden con fuerza y entusiasmo, opositores sin coraje para refutarlo públicamente; es o que ese libro ha alcanzado las tres características del éxito supremo que raros “best sellers” consiguen [...] (Editorial, Nº 042, 1963)

Mais do que simplesmente difundir e elogiar o texto da obra RA-QC, bem como repercutir os enunciados anticomunistas nela presentes, através de matérias e artigos, o grupo de *Cruzada* também utilizou e se apropriou dos seus ensinamentos, possibilitando inserir os seus postulados no tocante à realidade política argentina. Durante o mês de julho de 1965, por exemplo, foi realizada a “Exposición Rural Argentina”, oportunidade na qual uma Fundação denominada Luis Maria Grignon de Monfort, através de um estande, divulgou o RA-QC. Como não poderia ser diferente, o Grupo de editores de *Cruzada* cooperaram e participaram ativamente nos 15 dias da Exposição organizando, inclusive, um “folleto explicativo del problema ‘Reforma Agraria en la Argentina’” bem com um audiovisual, que foi projetado nas instalações do estande.

Na Revista *Cruzada*, a repercussão da Exposição ocorreu na edição do mês de novembro de 1965, através de uma matéria (“*Reforma Agraria – falsa solución a un problema inexistente*”) assinada pelo articulista Ernesto Burini. Nesta é possível destacar alguns aspectos que ajudam a compreender o quanto a questão “Reforma Agrária” também suscitava preocupação nos setores tradicionais do catolicismo argentino⁸⁴, bem como, dentro desse contexto, o quanto implicou na estruturação de práticas anticomunistas (discursivas e não discursivas) - tendo como base o livro dos autores brasileiros - além de fornecer uma quantidade expressiva de representações em relação ao comunismo. Nesse sentido, Burini definiu a importância do estande na exposição:

⁸⁴ Em maio e junho de 1966, nas edições que antecederam o golpe militar, foram publicadas diversas passagens, inclusive objeto de matéria de capa, que tratavam, entre outras questões, da infiltração comunista na argentina a partir de leis estatizantes, sendo as obras RCR e RA-QC constantemente mencionadas. Essa questão específica será tratada com mais vagar no quarto capítulo.

La aparición del stand en la Exposición Rural llamó la atención de todo el público: por primera vez, una entidad orientaba la muestra en un sentido doctrinario, para la difusión de los principios de la Civilización Cristiana. El audio-visual – exhibido ante cientos de personas por día – tuvo la rara virtud de provocar definiciones en cada espectador; logró poner en evidencia las últimas y necesarias consecuencias de la Reforma Agraria: el comunismo igualitario (Burini, N° 059, 1965)

Se, por um lado, a presença de RA-QC na Exposição pode ser considerada mais um dos mecanismos que permitem visualizar o grau de *sociabilidade* entre as duas instituições quando o que estava em jogo, ao fim e ao cabo, era a ameaça comunista; por outro, cabe destacar uma particularidade deste evento que foi a apresentação das teses de Plinio e seus colaboradores para além dos frequentes ou esporádicos leitores da Revista *Cruzada*, uma vez que a visibilidade proporcionada por um estande, em uma feira de negócios agrários, implica, necessariamente, em um espectro de difusão muito mais amplo e diferenciado, tendo sido, inclusive, abençoada pelo representante maior do catolicismo argentino, Arcebispo D. Caggiano: “Su Eminencia felicitó efusivamente al equipo de CRUZADA, poniendo de manifiesto la necesidad de defender la Doctrina de la Iglesia amenazada por el Socialismo” (Burini, N° 059, 1965).

Além da divulgação do livro aos seus possíveis novos interlocutores, tanto através da obra em si, como do folheto explicativo e do audiovisual, o grupo de *Cruzada* também distribuiu um questionário que tratava dos “múltiplos aspectos que comporta un plan de Reforma Agraria”, tendo como questão fundamental o “sagrado direito” da propriedade privada. O questionário teria sido respondido por mais de três mil pessoas, dentre as quais 80% (números apresentados na matéria) seriam a favor das teses defendidas pelo grupo: “que el sagrado derecho de propiedad privada debe ser defendido como fundamento de nuestra civilización [...] que este principio es la valla infranqueable del marxismo” (Burini, N° 059, 1965). Entendiam e defendiam, portanto, que vacilar na defesa da propriedade privada seria cooperar para a expansão comunista: “Resulta evidente entonces como ayudan a la implantación del comunismo aquellos que – con probada malevolencia – pretenden la supresión de hecho de la propiedad privada individual por medio de leyes estetizantes” (Burini, N° 059, 1965).

2.3.3 A liberdade da Igreja no Estado Comunista

O estudo de Plínio Corrêa de Oliveira intitulado “A liberdade da Igreja no Estado Comunista” (adiante LIEC) também se configurou num importante mecanismo de divulgação permanente do anticomunismo e pode ser elencado como mais um exemplo a ser analisado da forma como as Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* se aproximavam e compartilhavam experiências na luta contra o comunismo.

Originalmente publicado como matéria de capa da Revista *Catolicismo*, em agosto de 1963 (imagem abaixo), o estudo de Plínio objetivou denunciar uma das ações comunistas materializada em “tentar a desmobilização de incontáveis católicos, embaindo-os com a miragem de que podem viver de consciência tranqüila num regime comunista que suprima a propriedade privada mas ao mesmo tempo conceda à Igreja a liberdade de culto” (Oliveira, 1974. p. 2).

Imagem 13 (*Catolicismo*, agosto de 1963)



A obra também se tornou uma importante referência, constantemente mencionada em artigos e matérias, quando o tema era a querela envolvendo Igreja Católica e comunismo. Além disso, por inúmeras vezes, as Revistas faziam questão de publicar o “sucesso” que causou em alguns setores do catolicismo pelo mundo. Em dezembro de 1965, por exemplo, a Revista brasileira ressaltou a sua repercussão mundial, bem como a sua importância naquele contexto:

Atendendo ao interesse despertado no Brasil e no Exterior pelo estudo do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira sobre ‘A Liberdade da Igreja no Estado Comunista’ [...] a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade – Seção Rio de Janeiro fez traduzir em francês, italiano, espanhol e inglês e imprimir em fascículos, aquele momentoso trabalho, cujo o tema está no âmago dos acontecimentos mais importantes de nossa época. (Editorial, Nº 156, 1965)

É preciso destacar que LIEC foi traduzido ao menos em oito línguas (alemão, espanhol, francês, húngaro, inglês, italiano, polonês e ucraniano), tendo um número de aproximadamente 33 edições e 160 mil exemplares, além de ter sido reproduzido na íntegra em diversos jornais e revistas pelo mundo (Oliveira, 1974). Em maio de 1964, coincidentemente na edição de *Catolicismo* que repercutiu o Golpe no Brasil, o estudo foi reeditado, revisado e ampliado, desta feita fazendo eco às questões políticas do momento, aspecto que será tratado com mais vagar no quarto capítulo. Nas imagens abaixo é possível verificar, primeiramente, o modelo de propaganda do estudo (imagem 13); na seguinte, uma página inteira de *Catolicismo* dedicada a repercutir a aceitação do LIEC pelo mundo (imagem 15), trazendo, inclusive, a imagem de um jornal italiano comentando a obra de Plínio; e, na terceira (imagem 14), a capa da edição de maio de 1964, que apresentou a reedição do estudo.

Imagem 14 (Propaganda do livro “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”)

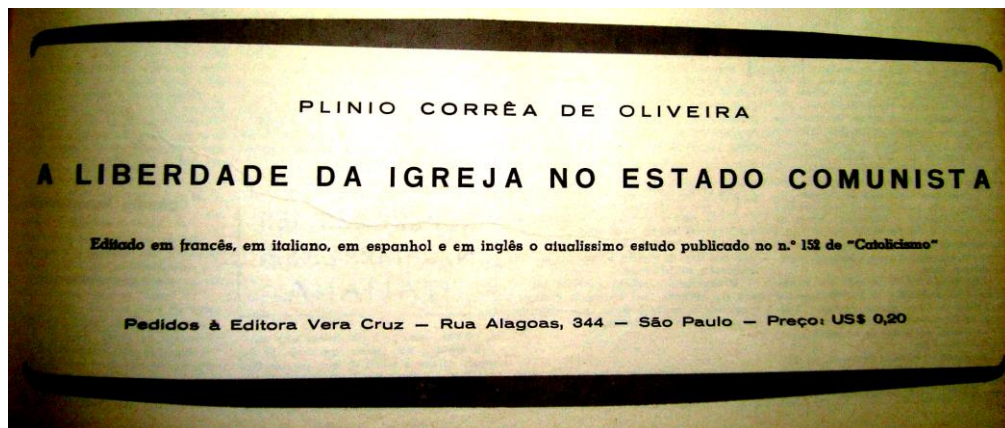


Imagem 16 (Matéria sobre o livro “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”)



Imagem 15 (*Catolicismo*, maio de 1964)



Após decorridos quatro meses do lançamento de LIEC em *Catolicismo*, a Revista *Cruzada*, em sua edição de dezembro de 1963, também publicou o estudo, na íntegra, ocupando quatro páginas do mensário. Mais do que simplesmente traduzir o reconhecimento da importância da obra, essa publicação também representou a abertura do país argentino para mais um estudo sobre o comunismo, tornando-o, assim como na Revista brasileira, referência quase que obrigatória nos assuntos ligados à Igreja e comunismo. Os editores de *Cruzada* apresentaram a obra de Plínio com as seguintes palavras:

Cruzada tiene el honor de publicar en la argentina el presente trabajo del Dr Plinio Corrêa de Oliveira aparecido en la Revista ‘Catolicismo’ del Brasil. Para nuestros lectores es innecesaria toda presentación de este gran pensador. Sus escritos han orientando muchas veces nuestra prédica. Las páginas que reproducimos aclaran, más Allá de toda Duda, la difícil cuestión de las relaciones entre la iglesia y el comunismo. Confiamos en que nuestros lectores las difundirán ampliamente. (Editorial, Nº 046, 1963)

Não obstante da publicação integral do texto de Plínio, em março de 1964, *Cruzada* novamente repercutiu diversas considerações em relação ao tema “comunismo e Igreja” na matéria intitulada “*No hay coexistência possible*”, de autoria de José Luis Bravo. Antes de tratar dessa matéria, é preciso mencionar que outro artigo, publicado na capa da mesma

edição, também imprimiu diversas questões nas quais o tema “coexistência”⁸⁵ foi prioritário. Por ser uma edição que inaugurava as publicações no ano de 1964, o conteúdo do texto da matéria de capa foi considerado pelo autor como uma mensagem sobre as esperanças do Grupo em relação ao ano novo. No subtítulo “Coexistencia Pacífica” pode ser observado o quanto o tema causava preocupação e, ao mesmo tempo, instigava um número cada vez maior de textos que servissem de alerta sobre aquilo que o grupo considerava “optimismo bobo de nuestros contemporâneos”. Para os editores de *Cruzada*, o perigo estava sendo potencializado por alguns católicos que, com sua confiança na paz mundial, a partir da “coexistência”, estariam minando o terreno de intransigência representada pelos “verdadeiros católicos”:

Quien no advierte que tras las palabras suaves que hoy pronuncia el comunismo no hay otra cosa que una táctica fascinación del enemigo a devorar? Quien no percibe que tras las ambiguas formulas socializantes que pronuncia el Occidente, no hay otra cosa que una encubierta capitulación? (Editorial, Nº 047, 1964)

A matéria do articulista Luis Bravo, por seu turno, acabou sendo um complemento, no que diz respeito aos enunciados anticomunistas transmitidos na matéria de capa. Isso porque, além de tratar de maneira mais completa os possíveis problemas que a “coexistência” representava no âmbito da luta anticomunista, ainda buscou todo aporte teórico no estudo LIEC, o que também sinaliza para a já mencionada cooperação entre as entidades, principalmente no tocante ao combate ao comunismo. Essa questão fica latente quando o autor prioriza mencionar a aceitação positiva que a obra estava provocando pelas mais diversas localidades do planeta, citando desde os jornais que publicaram o texto na íntegra até as cartas de “felicitaciones” que Plínio teria recebido de importantes figuras do catolicismo mundial. Ao justificar sua escolha, pela retomada do artigo “del gran dirigente católico Plinio Corrêa de Oliveira”, Bravo corroborou com a difusão das representações sobre o modo com que o comunismo estaria se infiltrando nas fileiras de diversos setores (também do catolicismo) do mundo ocidental:

Este estudio adquiere importancia sobre todo frente a ciertos indicios que parecerían sugerir que Rusia ha inaugurado una táctica nueva para la dominación ideológica y política del mundo. Desde hace un par de años se van “filtrando” – seguramente por obra de los mismos comunistas – noticias de que en Rusia y en sus satélites se está

⁸⁵ A expressão “Coexistência Pacífica” utilizada por Plínio Corrêa de Oliveira no LIEC e que depois foi apropriada pelo Grupo da Revista *Cruzada* não faz referência ao termo da política internacional que se referia à relações entre Estados Unidos e União Soviética no contexto da Guerra Fria. Trata-se, por outro lado, de demarcar, conforme Oliveira (1974, p. 06) a “liceidade [da convivência] entre a Igreja e o regime comunista, em Estados onde esse regime está em vigor”.

implantando lentamente un régimen de libertad de cultos y representativo, eliminando la persecución religiosa y la dictadura policial. (Bravo, N° 047, 1964)

E, por isso, ao fim de sua matéria, mas com uma explícita determinação combativa, defendeu que todos os católicos buscassem as armas que a doutrina da Igreja colocava à disposição para fazer frente ao que acreditava ser o comunismo e uma de suas maiores perigosidades: “[...] secta que hace tambalear em su base a la Cristandad entera” (Bravo, N° 047, 1964).

A partir dessa primeira referência de LIEC em *Cruzada*, diversos foram os textos em que os ensinamentos de Plínio foram direta ou indiretamente utilizados na construção dos argumentos anticomunistas. Entretanto, para mencionar mais um exemplo desses constantes relacionamentos e contribuições, uma matéria publicada em abril de 1965 (“*La Libertad de la Iglesia en el Estado Comunista: eco fidelísimo de los documentos del supremo Magisterio*”), também de autoria de José Luiz Bravo, fornece importantes considerações sobre a utilização da obra por parte dos membros de *Cruzada* e, conseqüentemente, um modelo de prática anticomunista circunscrita para além da materialidade discursiva. Como de costume, a matéria enalteceu a importância da obra e seu autor:

Las varias ediciones en mas de cinco idiomas, inclusive polaco, nos demuestran un real interés. Las personalidades internacionales que se han mostrando interesadas y han concordando con el planteo claro y decisivo que hace el doctor Corrêa de Oliveira convierten a este ensayo en uno de los documentos que creemos pasarán a la historia como un de los aportes más decisivos para la derrota de la Revolución Anticristiana encarnada actualmente en el Comunismo. (Bravo, N° 056, 1965)

Entretanto, além de reforçar a validade do estudo e legitimar seus usos, o texto menciona outro aspecto que atesta efetivamente o quanto o ideário anticomunista, impresso naquilo que se entende por regularidade discursiva, engendrou práticas, imprimiu e regulou posicionamentos e normatizou condutas. O aspecto em questão pode ser abarcado em duas passagens do texto. Inicialmente, a parte que menciona a importância da passagem de Plínio pelo país vizinho:

En noviembre del año pasado el doctor Corrêa de Oliveira fue invitado para dar una serie de conferencias en nuestro país, siendo la última referente a la libertad de la Iglesia en el Estado Comunista. Personalmente, entonces, pudimos conocer muchas de las repercusiones, pero al mismo tiempo tomamos contacto y tuvimos la noción clara de la importancia que tiene este tema. (Bravo, N° 056, 1965)

A passagem acima, portanto, indica claramente aquilo que pode ser entendido como a materialidade de uma unificação de objetivos das entidades no tocante à luta anticomunista e pode iluminar as suspeitas do quanto a presença física de Plínio significava para seus confrades argentinos. O que era oferecido, a partir dessa presença, não se resumia apenas ao arsenal teórico da luta anticomunista, mas, efetivamente, implicava na legitimação de um saber e de um fazer anticomunista que, por conseguinte, foram apropriados, ressignificados e também praticados pelos argentinos.

A outra passagem que indica o constante entrelaçamento entre prática e discurso anticomunista – e que, indiretamente, atesta a positividade do significado da obra para os editores de *Cruzada* – pode ser exemplificada a partir de todo um esforço de Luiz Bravo no tocante em demonstrar (com o texto original, transcrito do número 170, de fevereiro de 1965, da Revista *Catolicismo*) aos leitores de *Cruzada* os conflitos e embates que LIEC suscitou “para além da cortina de ferro”, comprovando, definitivamente, que possíveis alvos se sentiram atingidos e, portanto, esse aspecto, validava, aos olhos do autor, tudo aquilo que estava sendo defendido. Trata-se da publicação de uma carta-resposta, de autoria de Plínio, direcionada ao diretor de periódicos poloneses (*Kierunki e Zycie i Mysi*, de Varsóvia), identificados como de concepção “católicos esquerdista” (movimento Pax – presumidamente órgão da polícia secreta comunista). Aqui o objetivo não é examinar o confronto entre os autores (esse aspecto será tratado no segundo capítulo da tese), mas tão somente fazer constar que o mesmo mobilizou ativamente as publicações brasileira e argentina, inclusive, na última, deixando registrado o esforço em reproduzir e difundir os embates que, em última instância, trataram não somente das relações Igreja/Estado em países comunistas, mas também das possíveis influências do “esquerdismo” em quadros do catolicismo:

[...] Cruzada ha decidido hacer una edición argentina de esta obra – LIEC – agregándole como suplemento la polémica del doctor Plinio Correa de Oliveira con el director de los periódicos [...]. En este numero de CRUZADA adelantamos la respuesta del doctor Plinio Correa de Oliveira a la réplica del señor Zbigniew Czajkoskien, la cual, con su estilo brillante, da su verdadero sentido a la palabra “diálogo”, evidenciando la maniobra que ha dado a esta palabra un contenido hegeliano, de la cual han sido víctima muchos católicos (Bravo, Nº 056, 1965)

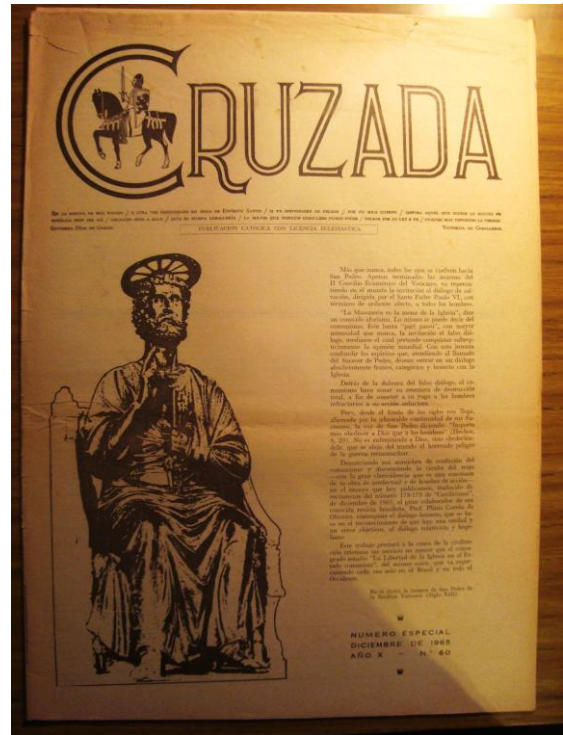
2.3.4 Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo

Em outubro de 1965, a Revista *Catolicismo* ofereceu aos seus leitores mais um estudo de Plínio Corrêa de Oliveira. Intitulado “Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo” (adiante BIID), o estudo foi publicado na íntegra na edição 178-179 da Revista, tendo sua primeira edição em livro publicada em janeiro de 1966. Dessa data até a 5ª edição (em 1974),

BIID teria tido uma tiragem de aproximadamente 45 mil exemplares em português e mais de 22 mil exemplares nas línguas alemã, espanhola e italiana, além de ter sido transcrito integralmente em jornais ou revistas da Espanha, Argentina e Chile.

Assim como as demais obras já analisadas neste capítulo, BIID também se configurou como um importante instrumento de saber anticomunista pautado em apontar, identificar, contrapor e contra-atacar aquilo que era entendido como possíveis manobras que visavam a expansão do comunismo pelo mundo “ocidental e cristão”. No estudo em questão, a “manobra” foi reconhecida como “uma nova tática comunista” que consistia na “bolchevização inadvertida de incontáveis anticomunistas, por meio das palavras-talismã”, que se consubstanciariam através de um “processo de persuasão ideológica subconsciente adotado pela propaganda comunista.” (Oliveira, 1974, p. 2-3). Em outras palavras, o autor identificou que a estratégia posta em prática pelo comunismo em conquistar corações e mentes, naquele contexto, não somente utilizaria “agressão termonuclear, do terrorismo ou da guerrilha” como meio de implantar o marxismo, mas efetivamente, “manobras solertes” de ações ideológicas sobre o ocidente, tendo como parâmetro a palavra-talismã “diálogo”, que poderia alcançar “sucessos mais fáceis e menos arriscados para a seita vermelha” (Oliveira, 1974, p. 2-3).

Na Revista *Cruzada*, o estudo foi publicado integralmente na edição 060, de dezembro de 1965, portanto apenas dois meses após o lançamento em *Catolicismo*. Importante ressaltar que essa edição da Revista argentina foi publicada exatamente no mesmo modelo que a Revista brasileira contendo, inclusive, o mesmo conteúdo e a mesma representação na capa (ver imagens abaixo). Essa forma de atuar de *Cruzada* possibilita agregar ainda mais elementos para a já mencionada relação entre as entidades. Entretanto, é preciso destacar que essa forma de cooperação esteve ancorada em alguns pontos, sendo que aqueles relacionados com a luta anticomunista podem ser considerados como o carro-chefe do processo.

Imagem 18 (*Catolicismo*, outubro de 1965)Imagem 17 (*Cruzada*, dezembro de 1965)

Conforme visto nos exemplos anteriores (RCR, RA-QC e LIEC), o processo de inter-relacionamento entre as instituições, com base na luta anticomunista (*sociabilidade anticomunista*), pode ser perfeitamente verificado através das diversas propagandas publicadas no periódico argentino, bem como pelos seus usos (apropriações) e constantes interpretações. Além desse mecanismo, também presente por ocasião do lançamento de BIID, pode ser elencado outro tipo de prática que consiste no modelo de divulgação e distribuição (vendas) que era adotado pela entidade argentina e que coincidia com o já consagrado modelo adotado pela entidade brasileira, ou seja, distribuição nas ruas (para automóveis), em ônibus coletivos, assim como a venda direta para pedestres. Uma das primeiras matérias em *Catolicismo* que se encarregou de repercutir o sucesso de BIID (edição 183, de março de 1966) traz alguns elementos que ajudam a compreender o esforço posto em prática pelo grupo na tarefa de disseminar, para o público em geral, as “verdades” sobre o comunismo. Destaca-se, nesse sentido, a quantidade de membros, bem como suas mais diversas origens, que foram empregados na campanha de divulgação:

Participaram do ato sócios e militantes da TFP da capital paulista e dos Estados do Ceará, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Guanabara, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul além de representantes dos núcleos de várias cidades do interior do

Estado de São Paulo e da Seção do Distrito Federal. Em número de quase duzentos, êsses jovens se tinham reunido em São Paulo para assistir um tríduo de estudos intensivos na sede central da Sociedade. (Machado, Nº 183, 1966)

De outra parte, tanto em *Catolicismo* quanto em *Cruzada*, chama a atenção o esforço dos seus respectivos editores em publicar a positividade com que os livros eram recebidos pela população, os números de exemplares distribuídos, além de externar, por vezes, posicionamentos dos que aplaudiam, invariavelmente mencionados como grande maioria e, aqueles que rejeitavam, sempre minorias e considerados de forma generalizante enquanto comunistas e/ou progressistas. Qualquer pessoa que não quisesse adquirir ou aceitar a “mensagem” poderia ser devidamente qualificada como comunista. Na passagem abaixo, é possível verificar o mecanismo discursivo de como se deu essa forma de representação:

É de se assinalar que um bom número de pessoas não regatearam aplausos às campanhas de esclarecimento doutrinário à população brasileira que vêm sendo promovidas pela TFP. Um transeunte chegou mesmo a dizer – e nesse ponto interpretava uma opinião que se vai generalizando, cada vez mais, em largos setores da opinião pública – que no dia em que a Tradição, Família e Propriedade interrompesse suas campanhas, o comunismo tomaria conta do Brasil. Compreende-se perfeitamente, diante disso, que elementos comunistas e progressistas de todo matiz não tenham ocultado a sua antipatia e até mesmo o seu ódio, quando lhes era oferecido um exemplar do livro. (Machado, Nº 183, 1966)

Na Revista *Cruzada*, por ocasião da matéria que repercutiu a venda do estudo na Argentina, também foram expostas algumas considerações sobre o quanto a obra foi bem recebida pelo público, servindo como uma espécie de antídoto frente à ameaça comunista:

Muchísima gente recibía con alegría, como a alguien por largo tempo esperado, y adquirirían su ejemplar de la revista con toda esperanza. “En medio de la confusión en que vivimos – decían los que ya habían leído el artículo del Dr. Plinio Corrêa de Oliveira -, estas páginas claras, luminosas, llenas de doctrina, hacen renacer las confianza”. (Editorial, Nº 061, 1966)

Ainda em consonância com a passagem supracitada, também é possível destacar aspectos relativos à proposição de realidade do cenário que a luta anticomunista se projetava para os membros de *Cruzada*. Cabe ressaltar que o período da publicação dessa campanha esteve completamente submerso no processo político que desencadeou o golpe de Estado de junho. Inclusive, o título da matéria estampada na capa (imagem abaixo) da edição 061 de maio de 1966 (“*Una ley Socialista nos acerca al Comunismo*”) demonstra claramente o comunismo como uma das variantes desse processo.

Imagem 19 (*Cruzada*, maio de 1966)

Portanto, a matéria da divulgação do BIID não pode apenas ser considerada de cunho propagandista e publicitário, mas também como mais um esforço para estabelecer uma visão de mundo anticomunista inserida na já conturbada realidade política argentina daqueles tempos:

A despacho de lo que quisiera el comunismo y sus servidores internos, el pueblo católico no se deja engañar por el falso diálogo irenista. Está en pie de guerra contra sus insidias y perversidades. Está dispuesto a defender su fe contra toda clase de errores y a proclamarla íntegra, sin silencios culpables. A ese pueblo católico, al que pertenecen los argentinos de todas las clases sociales, desde la clase más alta hasta la menos dotada de fortuna, “Cruzada” ha llegado y continuará llegando. (Editorial, N° 061, 1966b)

2.4 *Catolicismo e Cruzada*: Revistas católicas e a construção do saber anticomunista

Ainda dentro dos propósitos de se buscar apresentar uma análise qualitativa do anticomunismo das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, deste ponto em diante esse objetivo ainda será perseguido, mas com uma proposta diferenciada. Se no tópico anterior esse mesmo objetivo foi atingido a partir da análise daquilo que foi entendido como uma *sociabilidade anticomunista* posta em prática pelas duas instituições, desta feita o prisma analítico recairá sobre os projetos individuais na luta contra o comunismo. Desta forma, a seção pretende explorar as particularidades, contextos, possíveis agentes potenciais de “infiltração” comunista em cada caso estudado, bem como temas e conteúdos específicos, os quais

permitirão verificar como um problema em comum (comunismo) foi visto e articulado, por vezes, em nome de problemáticas internas, seja no plano político, social e religioso.

Com essa manobra, objetiva-se abarcar um maior número de dados para sustentar a hipótese de que o anticomunismo foi objeto de uma regularidade discursiva, a qual possibilitou condição de emergência dos mais diversos dispositivos⁸⁶, inclusive, aquele que será o principal foco do presente tópico, qual seja, a formatação de um “saber” anticomunista. Buscar-se-á responder como se deu, afinal, a construção, nas respectivas Revistas, daquilo que será entendido por uma “pedagogia anticomunista”, ou, em outras palavras, como as editoriais colocaram em prática seus respectivos projetos no propósito de ensinar e esclarecer, para si mesmas e para seus leitores, sobre as possibilidades do comunismo e quais as principais representações mobilizadas (formas de identificação, infiltração, expansão e convencimento) e, por conseguinte, as formas de combatê-lo.

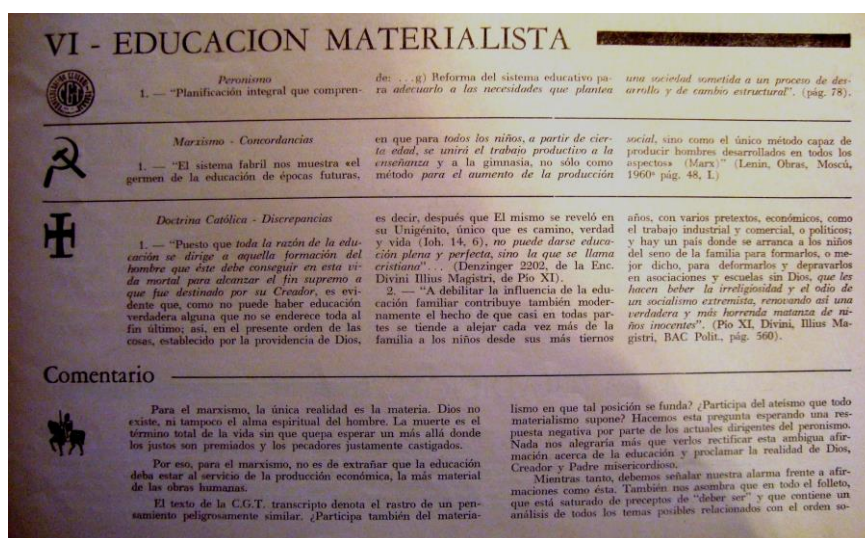
Ao se projetar a análise na direção pretendida, é possível identificar que *Catolicismo e Cruzada* estabeleceram suas ações de um modo operacional semelhante, publicando matérias em que se sobressaíssem temáticas em comum, as quais estavam inseridas na realidade política internacional, mas que, invariavelmente, eram deslocadas para a sua implicação no cenário político e religioso local. Entretanto, em ambas as Revistas, além da especificidade mencionada, também é possível encontrar algumas matérias nas quais o projeto de se iluminar sobre as questões comunistas foi apresentado de forma direta e objetiva, através de verdadeiros manuais anticomunistas. Essas duas variáveis serão tratadas no decurso desta seção e podem esclarecer sobre diferenças e semelhanças no combate ao comunismo posto em prática pelas Revistas.

A Revista *Cruzada*, como já mencionado, apresentou a sua forma de esclarecimento do comunismo, majoritariamente, a partir de matérias que não respeitaram uma racionalização no sentido da sua finalidade estratégica. Ou seja, não é possível identificar um projeto devidamente planejado e coerente no tocante à luta anticomunista. Mesmo não havendo essa estrita racionalização nesta prática, é possível identificar que, no final das contas, a publicação argentina, no seu constante escrever sobre o comunismo - conforme atestam os números apresentados no início do capítulo - engendrou, a partir de uma forma difusa e muitas vezes baseada em circunstanciais situações políticas, diversos modos de demonstrar um saber referente ao comunismo. Um desses modos pode ser observado na edição de agosto de 1965, quando a integralidade da edição tratou sobre a “*Interpelación a los actuales dirigentes del*

⁸⁶ Ver na Introdução da tese aspectos teóricos da noção de dispositivo na ótica foucaultiana.

Peronismo”. Desta feita, a editoria imprimiu um saber anticomunista estritamente ligado, como pode ser verificado no título da edição, às questões políticas internas da Argentina. A querela envolvendo *Cruzada* versus *Peronismo* será tratada com mais vagar no 2º capítulo da Tese, entretanto, a imagem abaixo (Imagem 18) demonstra claramente como se deu uma das formas de transmissão desse saber específico: projeção de um quadro temático (e didático) que colocou lado a lado as semelhanças entre as concepções de mundo comunista e peronista contrastando com aquelas consideradas essencialmente católicas.

Imagem 20 (*Cruzada*, agosto de 1965)



Em *Catolicismo*, por seu turno, além do modelo utilizado pela Revista *Cruzada*, com constantes matérias que repercutiam o “como” do comunismo sob os mais diversos temas e nas mais diferentes circunstâncias, é possível localizar uma atuação anticomunista que recebeu uma maior carga organizativa, sendo centralizada, sobretudo, em práticas que obedeciam uma certa padronização e regularidade. As seções fixas da Revista, vistas no tópico anterior (“RA-QC em 30 dias”, “RCR em 30 dias”, “Outras notas anti-socialistas”), podem ser elencadas como exemplos de mecanismos regulares de divulgação do saber anticomunista. Ainda assim, outras formas de divulgação explícita podem ser encontradas na Revista brasileira. Tratam-se das publicações de documentos oficiais de autoria de D. Castro Mayer (Carta Pastoral sobre “*Os ardis da seita comunista*”, de julho de 1961) e D. Sigaud (Carta Pastoral sobre a “*Seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*”, de fevereiro de 1962⁸⁷, e o texto “*Catecismo*

⁸⁷ Publicada como matéria de capa, a Carta Pastoral foi acompanhada de uma imagem da Fortaleza de Lindos, em Rodes, cujo significado foi explicado pelo editor do mensário: “A luta entre a cristandade e o comunismo se

Anticomunista”, publicado em agosto de 1962). Como será visto adiante, essas publicações verdadeiramente esquadriharam rigorosa e detalhadamente a visão sobre o comunismo destacando, entre outras questões, as suas possibilidades táticas e estratégicas, além de apontar seus possíveis pontos fracos e formas de combatê-lo. Na passagem abaixo, é possível perceber, a partir de três questões, de um total de cento e duas, o teor desse modelo, projetado por D. Sigaud⁸⁸:

I. O QUE É O COMUNISMO E O QUE ELE ENSINA

1 Que é o comunismo?

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na, lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade.

2 Qual é a doutrina que a seita comunista ensina?

A seita comunista ensina a doutrina do mais completo materialismo.

3 Que ensina o materialismo comunista a respeito de Deus?

O materialismo comunista ensina que Deus não existe, e que só existe a matéria. (Sigaud, N° 140, 1962)

Passando em revista pelas edições dos mensários, no período foco da análise, é possível separar temas que se tornaram objetos mais comuns na forma com que os discursos produziram verdades sobre o comunismo e tudo aquilo que dele poderia ser articulado. O marxismo, a “questão cubana”, a “questão chilena”, a União Soviética e a expansão comunista no mundo foram os principais temas tratados nas Revistas católicas, se tornaram objetos de uma regularidade discursiva que, dentre outras resultantes, produziam e articulavam diversas representações que implicaram, decididamente, na instauração de um imaginário anticomunista. Esses temas serão analisados separadamente, possibilitando apresentar as visões impressas em cada Revista, destacando as possíveis implicações nos respectivos cenários (político e religioso) internos.

2.4.1 Marxismo

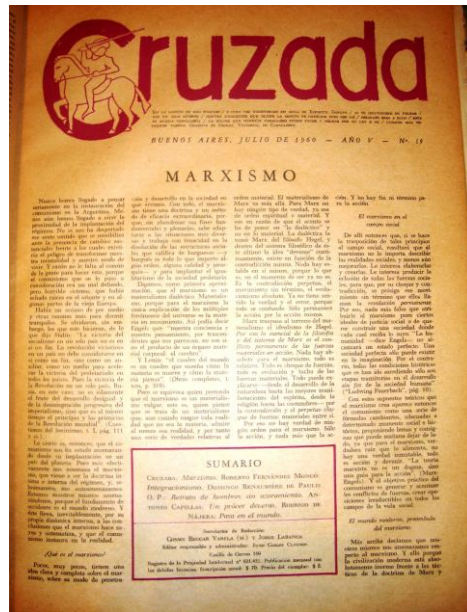
Na matéria de capa da Revista *Cruzada*, edição de julho de 1960, intitulada “*Marxismo*” (imagem abaixo), é possível obter alguns dados que proporcionam um entendimento sobre a forma através da qual a entidade tratou o tema. A mensagem que introduz a matéria é muito clara: os argentinos, de maneira geral, não estariam tendo a

assemelha profundamente à que no passado se travou entre a Cruz e o Islã. A diferença está em que a foice e o martelo simbolizam um adversário mil vezes pior que o crescente. Esse documento [...] é de molde a levantar no país lutadores espirituais que, a exemplo dos gloriosos batalhadores de Rodes, ajudem a defender os últimos bastiões da Cristandade, duramente atacados em todo mundo pelo marxismo” (Editorial, N° 135, 1962).

⁸⁸ Ver Anexo IV o texto “*Catecismo Anticomunista*” na íntegra.

compreensão necessária sobre o perigo comunista no país. A forma representativa desse perigo estaria encarnada de um modo mais substantivo no marxismo: “[...] más efectivamente nos amenaza el marxismo, que viene a ser la doctrina íntima e interna del régimen”. Para o editorial da Revista, a potencialidade da “infiltração” marxista no país residia na modernidade ocidental que levaria, por sua dinâmica interna, “a las conclusiones que el marxismo hace suyas y sistematiza, y que el comunismo instaura en la realidad.” (Editorial, N° 019, 1960).

Imagem 21 (Cruzada, julho de 1960)



É interessante ressaltar a forma como a matéria foi disposta, que permite, já num primeiro passar de olhos, aferir sobre a sua intencionalidade. Além da palavra “Marxismo” dando título destacado na matéria, também foram dispostos os seguintes subtítulos que, em seu conjunto, dão conta de orientar a leitura na direção do sentido proposto para esclarecer sobre o tema: “Que es el marxismo?”; “La lucha de classes”; “El mundo moderno, preâmbulo del marxismo”; “Argentina Marxista”; “Una posición equivocada”; “Nacionalismo marxista”; “Frente a la realidad”; “Se precisam santos”. Além disso, cabe destacar que, a todo o momento o editor se utilizou de citações de obras do marxismo, inclusive do próprio Marx, o que sinaliza justamente para este esforço em produzir os devidos esclarecimentos (efeitos de verdade) sobre alguns aspectos da produção do filósofo.

Na passagem que trata sobre “Argentina Marxista” coube ao editor alertar seus possíveis leitores. Após mencionar sobre alguns dos propósitos do marxismo, em escala mundial: “Al marxismo no le interesa interpretar ni mejorar la realidad social. El fin

imediate [...] es transformar esa realidade [...] el marxismo se há lanzado a la conquista del universo [...] ha sabido usar lemas y slogans, tácticas y métodos [...].” (Editorial, Nº 019, 1960), tratou da sua atuação em escala nacional, demonstrando onde residiria o ponto sensível para a “infiltração” marxista no país: o desconhecimento. A citação abaixo esclarece em que medida essa questão foi tratada:

Pasa que estamos viviendo bajo un equívoco. Bajo el equívoco de creer que porque no gobierne un hombre en cuja frente se le Moscú, el marxismo no penetra no sazona las mentes y las realidades a su gusto y placer; bajo el equívoco de creer que porque el Partido Comunista no es fuerte (estamos seguros?) el marxismo está detenido y proscrito. (Editorial, Nº 019, 1960)

No trecho seguinte, a questão do desconhecimento sobre o marxismo também foi mencionada, desta feita foi indicando as suas possíveis consequências:

[...] lo cierto es que en las dos últimas décadas se está haciendo por el marxismo más de lo que parece, aun cuando quienes lo hagan ni sueñen en serlo. Es el drama del mundo moderno y de sus hombres, que en la medida que trabajan por su mundo crean las condiciones necesarias para la plena aplicación del igualitarismo soviético. (Editorial, Nº 019, 1960)

Também dentro das prerrogativas de se esclarecer sobre a periculosidade e possibilidades do marxismo, o articulista Jorge Lablanca publicou uma matéria que procurava apresentar, conforme determinava o seu título, “*Como actua el comunismo?*”. Um ponto diferenciador dessa matéria, e que pode cair em contradição com a analisada anteriormente, foi o fato do autor relativizar a importância unicamente exercida pelo marxismo, no processo de “infiltração” comunista. Lablanca defendia que, um dos erros dos católicos, naquele contexto, residia em não ler as Encíclicas, especialmente aquela reconhecida como um modelo de “palavra anticomunista”, a *Divini Redemptoris*. Entendia que aí, na não leitura ou na leitura equivocada da Encíclica de Pio XI, residiria a falta de compreensão sobre os motivos do triunfo comunista, uma vez que “Ni esa encíclica condena al marxismo [...] ni abla del marxismo [...] la encíclica se ocupa de la práctica leninista y stalinista que se há extraído del marxismo. Porque el comunismo es ciertamente, el marxismo, pero, es algo más” (Lablanca, Nº 020, 1960). O seu alerta recaiu, justamente, no fato de que qualquer medida anticomunista não deveria, enquanto prática, única e exclusivamente refutar o marxismo, “Por eso, mientras sigamos refutando al marxismo solamente, mientras sigamos mostrando sus errores como y encuanto doctrina, sin comprender ni saber qué es el comunismo, estaremos

peleando y atacando una sombra” (Lablanca, Nº 020, 1960), mas o foco principal deveria ser, justamente, a ação prática do mesmo: o comunismo.

Portanto, a posição de Lablanca aponta para uma forma de saber anticomunista, que também se apropriou do tema marxismo, a partir de um prisma diferenciado, o que não atenuou, de forma alguma, a insistência em se demonstrar a periculosidade do “inimigo”. Pelo contrário, o saber específico elencado pelo autor chamou atenção para aquilo que entendia ser uma debilidade na luta anticomunista, assim definida:

Por tanto, lo que interesa vitalmente al comunismo no es la propaganda ideológica abstracta que sin duda lo favorece, sino la práctica concreta; y mientras todo el mundo pretende destruirlo refutando su teoría y poniendo en evidencia los errores del “marxismo”, los comunistas llevan su acción al terreno práctico, a donde arrastran también a sus mismos adversarios teóricos. (Lablanca, Nº 020, 1960)

Na Revista *Catolicismo*, o tema “marxismo” também foi profundamente difundido, sendo alvo de comentários em inúmeras matérias, quase sempre considerado como a base do ímpeto conquistador de consciências para a implantação do comunismo. Apresentado desta forma, o marxismo foi tratado nos temas da “infiltração” comunista nas universidades, nos setores do apostolado dos leigos, nos próprios quadros hierarquizados do catolicismo, na base teórica de alguns modelos de Reforma Agrária, invariavelmente sendo representado como uma filosofia capaz de “infiltrar” ou penetrar nas consciências dos mais desavisados. Um exemplo desse modelo representativo pode ser encontrado no texto BIID:

Enquanto ele - marxismo - recruta à vontade seus quadros de militantes, penetra e articula as organizações de inocentes-úteis, e executa contra a sociedade, auxiliado por estes elementos, sua faina destruidora contínua e inexorável, a maior parte da opinião pública, que reagiria se tivesse consciência da real gravidade do perigo, fecha os olhos para ele, cruza os braços, e deixa livre curso ao adversário. (Oliveira, 1974)

Entretanto, em que pese a constante presença do tema nas páginas de *Catolicismo*, nenhuma outra matéria tratou dele de forma mais intensa, detalhada e demorada do que a Carta Pastoral de D. Sigaud (“*Seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*”), publicada como matéria de capa da edição 135 (imagem abaixo). Esse documento ocupou todas as onze páginas desta edição da Revista. Foi dividido em quatro partes complementares: “Do marxismo”; “A seita comunista ou marxismo em ação”; “A situação do Brasil”; e “A nossa ação”. Cada uma das partes foi composta de quatro a cinco capítulos que, por sua vez, também foram divididos em três ou quatro seções.

Imagem 22 (Catolicismo, março de 1962)



Por ser uma publicação que, em princípio, teve como destinatários específicos os fiéis da Arquidiocese de Diamantina, MG, e não teve, necessariamente, os propósitos de ser uma matéria de revista, a Carta Pastoral assumiu uma característica gráfica e de conteúdo nem sempre utilizados nos artigos publicados em *Catolicismo*, especialmente quando se leva em conta um texto profundamente didático, de fácil leitura e compreensão que, desde os próprios subtítulos e de forma muito clara, já é possível identificar qual a sua mensagem fundamental. Trata-se, enfim, de um estudo que procurou demonstrar, aos possíveis leitores, os pontos cruciais do marxismo. Interessante mencionar os motivos da construção de uma Carta Pastoral tão detalhada sobre o tema. Na capa da edição eles foram expostos:

Nossa resolução de vos escrever sobre esta seita perigosíssima amadureceu em Nossa alma por ocasião da crise que nossa Pátria atravessou em agosto e setembro do ano passado. Notamos que inúmeros católicos se sentiam desorientados diante da ação dos comunistas e indefesos diante de suas manobras. (Sigaud, N° 135, 1962)

Portanto, a ideia de ensinar sobre o marxismo foi o ponto crucial e determinante. Mais do que isso, a ideia de ensinar foi construída em cima de um acontecimento político e, a partir dele, foi diagnosticada a facilidade com que o inimigo teria influenciado as consciências dos católicos. Por isso, a proposta em demonstrar, esclarecer, identificar a verdadeira face deste, “na certeza de que para grande número de almas que correm perigo bastará conhecerem de perto [...] para o detestarem e o combaterem. Dá-se com o comunismo o mesmo que se dá

com Satanás. No dia em que os homens vissem a sua face real, o abominariam” (Sigaud, Nº 135, 1962).

A estratégia argumentativa utilizada por D. Sigaud em atingir os objetivos de informar sobre o marxismo se deu a partir da exposição daquilo que entendia como fundamental da “doutrina marxista”, ou seja, o modo de pensar daqueles considerados marxistas em contraposição ao modo de pensar de um “verdadeiro” católico. Assim, lado a lado, marxismo e catolicismo pontuaram as mais diversas questões, dentre as quais, é possível separar algumas e sua respectiva visão no marxismo: *verdade* (“para o marxista não há verdades abstratas universais. Nós não conhecemos a natureza íntima das coisas [...]”); *movimento* (“o marxismo contradiz a doutrina católica radicalmente. Diz ele [...] só existe a matéria, mas a matéria está em contínua mudança.”); *ser* (“Nada existe de fixo, de permanente, tudo está em contínua mudança. Não existem essências fixas; existem apenas estados da matéria. [...] Só existe a história materialista.”); *moral* (“Não existe Deus nem espírito. Só existe a matéria. Daí se segue uma consequência muito grave: não existe moral.”); *direito* (“O marxista [...] desconhece o direito. Realmente se não há Deus que estabeleça uma ordem que a criatura deve respeitar, e se o homem não tem alma, o Direito não existe.”); *ação* (“Para o católico a palavra de ordem é: ‘vive como pensas!’. Para o marxista é: ‘pensa como vives.’”). Esse modelo, conforme qualificou o autor, teria uma objetividade prática e imediata:

É necessário conhecer o modo de pensar dos nossos inimigos, para nos defendermos e para argumentar com eles [...] Se ignorarmos os fundamentos do pensamento comunista, como poderemos convencer estes pobres homens que estão no erro? Se ignorarmos a técnica de sua propaganda, como poderemos aliviar o significado real de suas iniciativas? (Sigaud, Nº 135, 1962)

Como pode ser verificado na apresentação das quatro partes que compunham o documento, em duas delas, na 3ª e 4ª (“A situação do Brasil” e “Nossa ação”), também é possível verificar a forma diversificada da divulgação do saber anticomunista que incluía apresentar o como da “infiltração” marxista levando em conta, exclusivamente, o cenário nacional e, também, se propunha a ensinar sobre a forma de combater essa infiltração.

Em relação à “situação do Brasil”, D. Sigaud apresentou sete daquelas que seriam as formas para caracterizar o perigo comunista. A primeira delas tratou daquilo que ele denominou de “Putsch” comunista, ou seja, um golpe armado comunista contra o governo.

Para o autor, o Brasil ainda vivia na iminência da concretização desse processo, uma vez que ainda estavam atuantes algumas das heranças políticas do processo da Legalidade:

Todos nós sentimos que os comunistas queriam se valer da delicada circunstância para tentar escalar o poder. O Rio Grande do Sul assistiu aterrado a invasão das plagas gaúchas por agentes vermelhos nacionais e estrangeiros, que procuraram transformar aquele Estado numa nova Cuba. (Sigaud, Nº 135, 1962)

As demais formas de representação do perigo comunista no Brasil foram listadas na seguinte ordem temática: A conquista lenta, que se configuraria a partir da presença de políticos comunistas (ou colaboradores) no Congresso e Assembleias Legislativas; o reatamento das relações diplomáticas com a Rússia; a “infiltração” marxista nas universidades, nos meios de comunicação, nos sindicatos e, por fim, nas associações católicas. Cabe destacar que, nessas últimas, entre outras considerações, D. Sigaud (1962, Nº 135) publicou aquelas que seriam as ordens do Partido Comunista Chinês, relativas à luta contra a Igreja, e que teriam sido enviadas aos comunistas da América Latina. Em número de nove, essas ordens postas em prática pelos comunistas teriam como metas específicas infiltrar em escolas católicas, espionar, influenciar, persuadir, neutralizar o “veneno religioso” e, por fim, destruir.

Quanto ao saber específico que envolvia questões sobre as formas de combate ao comunismo, a Carta Pastoral apresentou uma série de ações, não sem antes alertar sobre a periculosidade e complexidade do “inimigo”: “Ao programarmos nossa ação contra o avanço da seita comunista, devemos proceder com muita calma, tendo em vista a natureza toda especial da dinâmica do marxismo” (Sigaud, Nº 135, 1962). Essa parte do estudo foi dividida em três capítulos: “Modalidades de ação anticomunista”, “Algumas normas para uma ação anticomunista eficiente” e, “Meios de Ação”. Cada um dos capítulos fornece ao leitor uma gama de lições práticas na luta anticomunista.

Dois aspectos devem ser destacados e podem dimensionar a forma com que o autor se posicionou. Em primeiro lugar, o fato de rechaçar aquilo que entendia como “ação superficial” anticomunista, que limitaria, segundo ele, as argumentações em algumas expressões: “o comunismo é sanguinário; é anticlerical; quer sujeitar o Brasil à Rússia, cria a miséria moral e material, implanta a tirania” (Sigaud, Nº 135, 1962). Para D. Sigaud, a fragilidade dessa “propaganda” se daria, simplesmente, por não atacar “nem a filosofia, nem o sistema político, social, econômico adotado pela seita comunista [...] nem sempre o comunismo é o mesmo em seus métodos”. Em segundo lugar, o esclarecimento daquilo

entendido por “comunismo difuso”, considerado “de longe um perigo maior que o comunismo direto” e que consistia, segundo o autor, “na expansão lenta de uma mentalidade [...] pela eclosão paulatina de formas de trabalho [...] de estilos de vida [...], de modos de ser, [...] de cultura, [...]” (Sigaud, Nº 135, 1962).

O que se pode extrair, então, é que essa visão de mundo anticomunista partia de uma realidade que reconhecia a potencialidade do inimigo, a qual residia justamente no modo como a sua ação era solerte e mascarada, quase imperceptível. Por isso, a necessidade de uma ação anticomunista “precisa em seus objetivos doutrinários e eficiente em seus objetivos concretos” (Sigaud, Nº 135, 1962).

Por fim, os dois últimos aspectos a serem analisados nessa verdadeira pedagogia anticomunista com base no tema “marxismo”, consistem em apresentar a forma com que se desenhou o modelo de identificação dos possíveis simpatizantes e quais as principais medidas (ações) que deveriam ser colocadas em prática para evitar a propagação do comunismo no Brasil. No primeiro ponto, a pergunta a ser respondida recai em saber como, afinal de contas, D. Sigaud pretendeu ensinar seus leitores a identificar um suposto agente ou cooperador do comunismo. Mais do que simplificar a questão, de se identificar um agente do marxismo em toda e qualquer pessoa que não agisse de acordo com a doutrina católica, o autor pontuou alguns comportamentos que, quando percebidos, deveriam servir de alerta. Assim descreveu D. Sigaud:

Mostrai bem aos fiéis as três paixões que alimentam o comunismo: **pela soberba** o homem rejeita Deus, a ordem natural, e quer ser seu próprio criador; **pela sensualidade** o homem rejeita a vida eterna, procura felicidade na carne, no materialismo; **pelo orgulho** o homem não tolera ninguém acima de si, nem melhor, nem mais nobre, nem mais rico; quer o nivelamento, o igualitarismo. (Sigaud, Nº 135, 1962)

Já no tocante às ações práticas e objetivas no combate ao comunismo, D. Sigaud defendeu algumas medidas. Em número de sete, cada uma delas mais parece um preâmbulo daquilo que acabou sendo praticado por ocasião da instauração do golpe de 1964. Isso indica, de certa forma, que o pensamento anticomunista, nos termos apresentados, não era restrito aos grupos católicos tradicionalistas, mas sim, permeava por um conjunto mais amplo do espectro social, político e militar brasileiro. Eis as medidas defendidas pelo prelado (Sigaud, Nº 135, 1962):

1- Criação de uma legislação de repressão ao comunismo: (“os acontecimentos de agosto e setembro de 1961 mostraram à Nação que os vermelhos estão à espreita de uma

ocasião propícia para tentarem um golpe armado, e é necessário criar leis que permitam que o Brasil seja defendido”);

2- Ruptura das relações diplomáticas e comerciais com a Rússia: (“mesmo se as relações comerciais nos trouxessem muitos milhões de dólares, seria interesse nosso abrir mão dos dólares em benefício da civilização cristã”);

3- Proibição de atuação do PCB: (“Nenhum país do mundo lucrou com a legalidade do Partido Comunista”);

4- Expurgos dos possíveis marxistas nos meios militares, estudantis e sindicais (“Nos quartéis agentes comunistas procuram disseminar suas ideias entre os sargentos [...] Nos sindicatos os vermelhos espalham seus erros. Jornais e Revistas estudantis e operárias pregam abertamente o marxismo”);

5- Expurgo nas empresas privadas ([...] a imprensa, o rádio e a televisão [...] companhias de transporte e telefônicas, que de seus quadros sejam afastados os elementos comunistas [...] que nem a peso de ouro elas se prestem à propaganda marxista”);

6- Expurgos nas repartições públicas (“a mais rudimentar prudência e o mais simples bom senso dizem que esses agentes de Moscou não podem ser tolerados nas repartições públicas”);

7- Importância das eleições: “Neste ano de 1962 teremos eleições para o Congresso Nacional [...]. É evidente a necessidade de termos no Congresso [...] homens imbuídos dos princípios da sociologia católica, dispostos a impedir leis comunistas ou comunizantes [...]”

2.4.2 *A questão cubana*

Desde o processo que desencadeou a denominada “Revolução Cubana” (especialmente quando se tornou público o alinhamento ao marxismo-leninismo), a Ilha passou a ser constantemente mencionada, negativamente, como um exemplo de triunfo comunista. Para o discurso anticomunista, das mais diversas vertentes, Cuba se tornou um modelo paradigmático no tocante ao temor comunista, especialmente aquele difundido sobre a possibilidade que outra nação latino-americana pudesse se tornar uma “nova Cuba”. Foi preciso falar sobre Cuba, trazer à tona, esclarecer, divulgar, instruir. O medo da instauração de uma “nova Cuba” no continente permeou o imaginário anticomunista. Discursos e representações sobre o episódio marcaram, definitivamente, a luta anticomunista na década de 1960.

Catolicismo e Cruzada também se utilizaram do expediente cubano para promover, nos mais diversos aspectos, a visão negativa acerca da presença de um país socialista no

continente. Diversas são as matérias que trouxeram notícias, opiniões, conflitos nas quais Cuba ou Fidel Castro foram os protagonistas. Qualquer manifestação de simpatia ou, até mesmo, neutralidade em relação ao regime cubano, muito provavelmente seria caracterizada como de índole comunista. O “perigo que vem de cuba” não admitia nenhum tipo de meio termo. As ações políticas que manifestavam alguma forma de apoio ao Regime prontamente caíam na grande mídia como cooperadores do comunismo, possíveis agentes de “infiltração” e possibilitavam argumentos para processos de desestabilização, conforme atestam os contextos políticos dos presidentes Arturo Frondizzi e Arturo Illia, na Argentina, e Jânio Quadros e João Goulart, no Brasil (Romero, 2006 e Motta 2002).

O grande problema, portanto, foi que o desenrolar do processo revolucionário cubano possibilitava condições para uma aproximação sem precedentes com o “mundo comunista” e, conseqüentemente, um maior poder de influência dos “barbudos” nas nações ocidentais, “essencialmente católicas e cristãs” da América Latina. Por isso, em face desse poder de influência iminente, houve a necessidade de alertar para o perigo cubano, notadamente chamando atenção para a sua influência em setores que já vinham cotejando com o marxismo (inclusive os do próprio catolicismo). Houve, em consequência, a necessidade de falar dos problemas da Ilha, das atrocidades, das prisões, do “paredón”, dos campos de concentração, dos problemas econômicos, enfim, foi preciso mostrar o exemplo negativo de Cuba e ensinar as conseqüências da difusão de seus males.

Para falar do caso cubano, além de inserções no decorrer de inúmeras matérias, a Revista *Cruzada* dedicou três capas exclusivas, contendo os seguintes títulos: “*Iberoamerica: Outra Cuba?*” (maio de 1961), “*Complicidad com el Regimen Cubano*” (setembro de 1961), “*Terminar com Cuba Roja*” (novembro de 1962). A partir do conteúdo dos títulos, é possível aferir sobre quais principais temáticas a serem tratadas em cada uma dessas matérias: o perigo de outra Cuba no continente, simpatia e complacência com os ideais do regime e, na última, a vontade de se exterminar com a influência comunista na Ilha e, assim, salvar o restante dos países das Américas.

Na construção discursiva partia-se, geralmente, de um caráter denunciante sobre os possíveis movimentos internos de apoio, não sem antes enfatizar seu poder combativo e de influência generalizante: “una minoría organizada y audaz está produciendo en todos los ámbitos del país, en todas las capas sociales, en todos los sectores de opinión un movimiento de simpatía hacia el régimen de Fidel Castro” (Editorial, Nº 022, 1961). Entendia-se que o despertar de um movimento de simpatia, de um modo generalizado, seria a causa primeira de aberturas aos setores que ainda resistiam na questão da positividade do processo

revolucionário: Es el primer paso, el necesario para preparar los espíritus hacia las reformas o las revoluciones sociales” (Editorial, N° 022, 1961).

Não bastava, tão somente, denunciar o apoio, mas, também, os editores de *Cruzada* perceberam a necessidade de mostrar como se dava essa colaboração. Duas seriam as principais formas de cumplicidade: por omissão e por ação. No primeiro caso alertava-se para o fato de não se estar atacando “las raíces sociales y morales que permiten la existencia de la fermentación revolucionaria”, além de não se estar utilizando as armas diplomáticas “para crear un vacío en torno de Castro y su gobierno” (Editorial, N° 026, 1961). Já no caso da cumplicidade através da ação, o principal alerta recaiu para aqueles que, de maneira direta ou indireta, estariam contribuindo para “crear un clima de aceptación para la revolución cubana, dándole personería legítima dentro de la comunidad latinoamericanas” (Editorial, N° 026, 1961).

Se, numa parte eram denunciados os movimentos considerados de atuação nitidamente comunista, em prol do regime cubano, em outras eram denunciadas a apatia anticomunista, que também corroborava no processo de identificação das possíveis debilidades frente ao comunismo. Precisou-se alertar, portanto, os compatriotas “de bem” para combater aqueles que se haviam desviado do rumo “natural” da nação:

Lo doloroso es ver que ni una voz, ni un movimiento se levanta en reacción poderosa [...] los pedimos al menos simplemente como hombres, como argentinos, asqueados de que haya sobre esta tierra quien pretenda convencernos de que es bueno e deseable los métodos de fusilamientos y de gradante demagogia empleados por el tirano comunista. (Editorial, N° 022, 1961)

O tema como a “questão cubana” propiciava que os discursos se enveredassem para o caminho de imprimir diagnósticos sobre onde e no que se estaria assentando as principais fragilidades no comportamento de uma resistência à expansão comunista. Portanto, a importância que um tema desses suscitava iria para além do tema em si e implicava trabalhar com questões que deveriam percorrer as bases desse comportamento, considerado inadequado e que, no conjunto, implicariam na “bolchevización de nuestra patria”. *Cruzada* apontou alguns desses comportamentos que, para além disso, dizem muito a respeito do modo de pensar e enxergar a realidade por parte de seus membros, não necessariamente assentadas em questões puramente objetivas (Editorial, N° 022, 1961):

1- Corrupção de costumes: “favorecida por una pésima enseñanza que se infiltra a través del cine, el teatro y la radio y por mal ejemplo [...] de las clases más altas [...]”

- 2- Insegurança provocada pela instabilidade económica: ‘inflación latente lo que provoca un clima de inseguridad y de indefinido malestar en la población’
- 3- Condições de vida dos trabalhadores: “que favorece el espíritu de revuelta que es canalizado por el socialismo y el comunismo hacia la lucha de clases”
- 4- Socialismo no ensino: “instituciones como Fuba, Fua, Femes,[...] que llevan a la ideología socialista a las aulas de la Universidad e de los colegios.”
- 5- Laicismo: “que ha llevado a grandes sectores de la población [...] a apartarse de la iglesia[...].”

A “questão cubana” também mereceu, por parte da Revista *Catolicismo*, as mais distintas considerações nos mais díspares contextos. Diferente do que se passou na Revista *Cruzada*, a Revista brasileira não destacou, de forma exclusiva, o tema em matérias de capa e, poucas vezes (de forma exclusiva), em qualquer outra matéria. Entretanto, cabe destacar que, o tema permeou de forma constante a publicação e, a partir disso, é possível aferir importantes considerações sobre a pedagogia anticomunista baseada nos “problemas” políticos da Ilha.

A primeira matéria do periódico que se reportou sobre o tema apresenta uma diferenciação significativa em relação às matérias analisadas da Revista *Cruzada*, na medida em que ainda não se sabiam os rumos que a Revolução Cubana tomaria. Trata-se de uma parte da matéria de capa da edição 109, de janeiro de 1960, assinada por Plínio Corrêa de Oliveira, a qual, em sua totalidade, versou sobre os mais diversos “problemas” que “se apresentam como importantes e candentes”. O tema preponderante da matéria foi, exclusivamente, do comunismo em suas mais diferentes variáveis (China, URSS) sendo, uma parte, dedicada às questões que envolviam a política cubana. O subtítulo dessa parte específica parece bem sugestivo: “Cuba, paiol da América”. Ainda que não se soubesse, com toda a certeza, os rumos da Revolução Cubana (nessa mesma matéria o autor afirmou: “O ponto capital de todo assunto cubano consiste em saber se Fidel Castro é comunista e está a serviço dos agentes soviéticos”), as considerações não foram nada otimistas:

Cuba sacode o jugo norte-americano, o que é explicável castigo para o mal que os ianques ali fizeram. Mas esse sacudir de jugo não é, infelizmente, um passo para uma justa e louvável dependência, mas para a troca de senhores. E uma troca por um senhor mil vezes pior, pois só um demente poderá achar que o jugo norte-americano é comparável ao comunista, tão completo, tão cruel e tão degradante. (Oliveira, N° 109, 1960)

Aqui, já nessa primeira matéria de *Catolicismo* sobre o tema, é possível perceber que as tensões que envolveram o processo da luta revolucionária na Ilha ecoaram de forma

negativa em função da expectativa (concretizada posteriormente) do alinhamento de Fidel Castro com o comunismo soviético. E, também nessa primeira matéria, ficou demarcado o temor referente a um desdobramento desse (até então) possível alinhamento, qual seja, a influência que o país poderia despertar no cenário político da América Latina, conforme descreveu Plínio: “Claro está que Cuba só pode ser vista como cabeça de ponte, como estopim. Então, qual o termo último? Evidentemente a América Latina, que já é a melhor reserva para a Igreja em nossos dias [...]” (Oliveira, Nº 109, 1960).

Ainda que o período de incertezas em relação às intenções políticas do governo cubano tenha perdurado oficialmente até o mês de abril de 1961, durante todo o ano de 1960 as matérias de *Catolicismo* se aproveitaram da dúvida que pairava no ar para, constantemente, articular discursos sobre “como” o comunismo estaria se instaurando em Cuba, que ao fim e ao cabo, poderia fazer sentido no cenário nacional. Em dezembro, por exemplo, dentro da coluna “RCR em 30 dias”, assinada por Plínio Vidigal Xavier da Silveira, foi dada ênfase para aquela que seria uma declaração do Bispo de Havana Monsenhor Eduardo Boza Masvidal, na qual enumerou os motivos pelos quais a “revolução social que se está verificando em Cuba não é Cristã”. Todas as razões destacadas na coluna implicaram em demonstrar, de forma explícita, que Cuba estaria se direcionando ao comunismo. Desde a parte que menciona sobre a “retirada de Deus” da constituição, fundamentação no incentivo da “luta de classes”, desrespeito à propriedade privada e, por fim, por atacar os Estados Unidos e as Nações ocidentais e manter “amizade muito íntima para ser casual, com a URSS e os países socialistas”. (Silveira, Nº 120, 1960)

Em junho de 1961, após o alinhamento cubano com o comunismo se tornar público, novamente a coluna “RCR em 30 dias”, desta feita com as palavras de Plínio, se reportou à “questão cubana”, trazendo uma mensagem que articulou um modo simples e direto de perceber possíveis processos de comunização em curso. Notadamente, esse tipo de manifestação, até pelo seu conteúdo, parecia ter endereço certo, ou seja, para os posicionamentos decorrentes da política interna do Brasil. Ao apresentar sua “metodologia”, Plínio argumentou:

Na realidade, esta proclamação nada ensinou de novo aos observadores insuspeitos. Poder-se-ia fazer uma equação irrepreensivelmente correta a esse respeito: reforma agrária + reforma industrial + reforma comercial + reforma urbana + reforma educacional = comunismo”. À Luz dessa equação, não poderia caber a menor dúvida de que, já antes de ser proclamada com estardalhaço, a implantação do comunismo [,,]era um fato consumado. (Oliveira, Nº 126, 1961)

Até esse momento é possível perceber que, indubitavelmente, a “questão cubana” adquiriu uma importância sem precedentes, naqueles anos 60, não somente para os grupos tradicionais do catolicismo, mas, de certa forma, para todo o catolicismo reconhecidamente identificado pelos estudos históricos com uma postura conservadora.⁸⁹

Entretanto, ainda é possível destacar mais dois aspectos que podem dimensionar, ainda mais, a forma com que as Revistas se apropriaram dessa “realidade” para construir novas projeções pedagógicas em relação ao comunismo. O primeiro aspecto se insere na afirmação de que foi a partir do desenrolar da “questão cubana” que um dos principais documentos de saber anticomunista, daqueles anos 60, foi produzido, a saber, a Carta Pastoral de D. Castro Mayer “*Prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista*”, publicada na Revista *Catolicismo*, em julho de 1961. O segundo aspecto, por seu turno, fica localizado na forma com que os saberes anticomunistas baseados na “questão cubana” foram mobilizados em momentos políticos específicos, quando tratada como uma argumentação utilizada em contextos de desestabilização política.

Começando pela Carta Pastoral de D. Castro Mayer, esse documento ocupou a totalidade do número 127 de *Catolicismo*. Além da Introdução e Conclusão, o estudo foi dividido em três capítulos, apresentando uma diagramação que permitia saber-se do conteúdo do texto mesmo sem uma leitura muito aprofundada, característica encontrada em documentos dirigidos especialmente para leigos (fiéis da diocese do autor). Isso pode ser verificado quando se observa os títulos de cada capítulo, além de possibilitar perceber o seu caráter estritamente educativo: “Os objetivos ‘humanitários dos comunistas e a colaboração com os católicos’”; “Como reagir contra a tática comunista”; “Causas do alastramento do comunismo”.

A “questão cubana” ocupou lugar central na Carta Pastoral. Desde a introdução, a questão política da Ilha foi tratada como um modelo exemplar de como “funcionaria” um processo de comunização. O documento, na verdade, serviu como um brado de alerta, no qual era preciso explicar aos fiéis o poder do inimigo, especialmente pela forma com que atuou no caso cubano: “houve, pois, estreita colaboração entre os católicos e os revolucionários Fidelcastristas. Na aparência, uns e outros tinham o mesmo objetivo [...] no fundo as intenções eram muito diversas” (Mayer, N° 127, 1961).

Não é o objetivo aqui abarcar todos os pormenores do anticomunismo presentes na Carta Pastoral, tendo em vista que fugiria dos limites analíticos dessa parte do capítulo.

⁸⁹ Sobre setores do catolicismo brasileiro identificados com uma postura conservadora ver Bett (2010), Rodeghero (2003) e Patto (2002).

Contudo, é preciso chamar, mais uma vez, a atenção para o potencial alcance do documento, uma vez que, além da sua publicação na Revista, também circulou, no mínimo, pelos fiéis da Diocese de Campos, RJ. E, por isso, recorreu aos mais diversos modos de ensino sobre o comunismo (como caracterizar, identificar, combater), conforme atestam alguns dos subtítulos presentes nos capítulos: “Aproveitar a lição que nos vem de Cuba”; “Ardil dos comuno-fidelistas em relação aos católicos”; “A grande dificuldade: discernir a presença da influência comunista”; “Conhecendo a doutrina comunista”; “Algumas características dos movimentos influenciados pelo comunismo”; “Como se faz o jogo do adversário”; “Comunismo, a pior das barbáries”. De outra parte, o documento deixa claro o seu caráter e sua vontade de “mensagem-semente”, devendo ser irrigada e, assim, crescer e multiplicar:

Se cada fiel, nos ambientes que frequenta, se valer de todas as ocasiões para manifestar sua repulsa à revolução comunista de Fidel Castro, e para ascender o próximo uma santa indignação contra ela, se todos em conjunto aproveitarem as oportunidades que se apresentarem para dar solene e público testemunho de sua reprovação à perseguição religiosa na ilha, terão feito quanto em si para combater o comuno fidelismo [...]. (Mayer, Nº127, 1965)

Em relação ao segundo aspecto, e para encerrar essa pequena amostragem de como foi construída a pedagogia anticomunista em cima da “questão cubana”, podem ser apresentadas algumas considerações sobre a forma como esse modelo acabou sendo utilizado, por ambas as Revistas, em conjunturas específicas, especialmente naquelas em que as questões políticas assumiriam lugar de destaque nos noticiários do Brasil e Argentina, notadamente nas supostas manifestações de apoio, dos presidentes Arturo Illia e João Goulart, ao Regime Cubano.⁹⁰

A matéria que abriu a edição 044 de *Cruzada*, publicada em outubro de 1963, curiosamente intitulada de “*Sintomas de un Gobierno*”, a qual tratou sobre as primeiras impressões dos editores em relação ao recém-eleito Presidente Arturo Illia, demonstra claramente o que poderia significar qualquer indício de tentativa de aproximação com Cuba, naquele contexto. Repercutindo uma notícia publicada do *La Nación*, na qual o governo eleito teria declarado sua vontade em robustecer as relações com todos os países americanos, o editorial se posicionou:

Se bien resulta difícil entender ese lenguaje palabrero pero inexpresivo que caracteriza al estilo del partido triunfante, creemos que de ello puede deducirse que piensan estrechar lazos con Cuba [...] Se persiste un rumbo peligroso frente al

⁹⁰ Essa questão será mais aprofundada no quarto capítulo da tese, quando serão abordados os contextos de desestabilização governamental que os presidentes Illia e Goulart sofreram antes de serem derrubados pelos respectivos golpes de Estado.

comunismo, y se cree que se podrá neutralizar a base de concesiones. Insistimos en nuestra advertencia de que no será así. Aparte de que presumir de amigo del régimen asesino y corruptor de Fidel Castro es una ignominia en si misma, es una gruesa equivocación táctica creer que de ese modo se detendrá al comunismo. Sólo servirá para alentar a los cómplices locales de la secta a luchar con mayor ahínco por la conquista del poder en nuestro país. (Editorial, N° 044, 1963)

Por seu turno, a Revista *Catolicismo*, no seu editorial que repercutiu a derrubada de Jango (editorial de maio de 1964), também utilizou a “questão cubana” como um dos fatores comprovadores da “esquerdatização” que estaria em curso no Brasil, tendo em vista a atuação de possíveis apoiadores da situação política da Ilha, dentro do governo deposto: “os ex-Ministros San Thiago Dantas e Afonso Arinos. Qual o brasileiro anticomunista que não censurou a atitude desses Srs. Em face do execrável tiranite Fidel Castro?” A mensagem era clara: instigar a vigilância e o constante estado de alerta para aqueles “elementos cuja solidariedade com o esquerdismo, em dias de Jango, a preocupou” (Editorial, N° 161, 1964c)..

2.4.3 A questão chilena

“A questão chilena” é a denominação que será utilizada na análise para demarcar as repercussões das Revistas católicas sobre os processos políticos que submergiram no contexto pós-eleição e mandato do Presidente Democrata Cristão Eduardo Frei Montalva, a partir de 1964, no Chile. Inúmeras foram as matérias que, tanto em *Catolicismo* quanto em *Cruzada*, se utilizaram da oposição ao Presidente Frei para demarcar o quadro de possibilidades do “perigo vermelho” para a América Latina. Neste sentido, assim como Cuba representou, em outro contexto, uma aproximação sem igual com o comunismo, Eduardo Frei passou a ser visto como orquestrador de um modelo de socialização e comunização também sem precedentes (por via democrática), residindo aí, talvez, a grande incidência de matérias, em ambas as Revistas, que trataram da questão política chilena.

Eduardo Frei foi eleito Presidente em setembro de 1964, obtendo aproximadamente 56% dos votos. No pleito eleitoral derrotou o candidato socialista Salvador Allende, permanecendo na presidência até o fim do mandato, em 1970 (COELHO, 2000). Ao contrário do que se possa parecer, o fato de ter vencido um candidato socialista não arrefeceu os ânimos dos setores tradicionalistas católicos que, desde o próprio processo eleitoral, relacionavam a sua postura política como sendo condizente e promotora de reformas sociais de cunho socialista e comunista. Na capa da Revista *Cruzada*, de setembro de 1964, essa questão foi externada logo no início da matéria: “Todos los comentarios sobre las elecciones presidenciales de Chile coinciden en afirmar que el programa del candidato democrata cristiano, Frei,

reproduce casi a letra [...] el programa del candidato comunista Allende” (Editorial, N° 053, 1964).

Essa primeira matéria em *Cruzada*, que se reportou à “questão chilena”, parece ter exercido uma dupla função tática: em primeiro lugar, demonstrar onde estariam surgindo, em setores da própria Argentina, possíveis apoios à forma de governar do Presidente chileno e, em segundo lugar, demonstrar em quais aspectos se poderia observar a comunização chilena e, desta forma, contribuir para a construção, junto aos seus conterrâneos, de uma base de resistência desse tipo de influência comunista. A passagem a seguir explica o primeiro aspecto: “No compartimos de ninguna manera la opinión de quienes, como ‘Criterio’ [...] sostienen que sólo la revolución controlada ‘y en libertad’ puede derrotar a la revolución roja” (Editorial, N° 053, 1964). Essa forma de pensamento poderia, aos olhos do editorial⁹¹, comprometer o futuro da nação, tendo em vista a forma peculiar de agir do “inimigo”:

[...] quienquiera sea el agente de la revolución, el daño consiste en la revolución misma. Y como ésta posee una lógica interna ineluctable, los que pretenden hoy “controlarla” serán superados por quienes no temen llegar hasta las últimas consecuencias. Una vez roto el freno, la marcha no puede sino acelerarse cuando se pone la sociedad en la pendiente de la revolución. (Editorial, N° 053, 1964)

O segundo aspecto da função tática dessa primeira manifestação de *Cruzada* implicou em alertar sobre as possíveis reformas que Frei planejava para o Chile, as quais, importante mencionar, coincidiam com algumas deliberações propostas pelo governo de Illia e que também foram alvos de contrariedades do grupo da Revista argentina:

El programa de Frei incluye, entre otras cosas, una Reforma Agraria que modificará el actual sistema de tenencia de la tierra [...]. La reforma bancaria pondrá en manos del Estado la totalidad del crédito nacional [...]. Las empresas comerciales e industriales serán paulatinamente puestas en manos de los obreros [...]. El partido político será “democratizado”, lo que quiere decir que la clase trabajadora tendrá dominio político [...]. (Editorial, N° 053, 1964)

Bem mais incisiva neste processo de alertar o país argentino sobre o exemplo chileno, foi a matéria do articulista José Antonio Tost Torres, publicada na edição 069, de abril-maio de 1967. Conforme definido pelo próprio autor, um de seus objetivos foi responder à seguinte pergunta: “[...] cómo un Presidente perteneciente a un Partido llamado Demócrata Cristiano, surgido en elecciones libres, por oposición al candidato de la izquierda marxista, puede martirizar a su nación” (Torres, N° 069, 1967). Mesmo que, no contexto de publicação dessa

⁹¹ Cabe destacar que, nesse mesmo número de *Cruzada*, foi publicada uma “carta abierta”, direcionada ao diretor da Revista Criterio, Jorge. Mejia. O conflito entre *Cruzada* e Criterio será tratado no segundo capítulo.

matéria, a política Argentina fosse dirigida pelo Regime Militar do General Onganía, o articulista não se furtou de mencionar aquele que seria seu principal objetivo, o qual esteve ligado diretamente ao posicionamento político de alguns de seus conterrâneos: “[...] alertar a la opinión pública argentina sobre las consecuencias de ciertas opiniones que tienen propugnadores también entre nosotros” (Torres, Nº 069, 1967).

Na Revista *Catolicismo*, a pauta da “questão chilena” passou a ser prioridade somente a partir da edição de julho de 1965, quando a matéria de autoria de AA. Borelli Machado, intitulada “Chile: ‘Fiducia’ interpela e Frei se Cala”, foi publicada na capa da Revista (imagem abaixo). Deste momento em diante, o periódico brasileiro se reportou, através de diferentes maneiras e autores, sobre aquilo que entendiam ser a realidade política do Chile, especificamente as questões que envolviam diretamente o Presidente Eduardo Frei e suas ações políticas consideradas socializantes.

Imagem 23 (*Catolicismo*, julho de 1965)



Nessa primeira matéria, o autor tratou de repercutir a interpelação dos integrantes da Revista *Fiducia* (grupo que fundou a TFP chilena, em 1967) dirigida ao Presidente. Ao mencionar sobre as “ambiguidades” deste, o autor deixou explícito o quanto esse aspecto também interessava para o cenário político brasileiro: “Esta ambiguidade de atitudes não é, aliás, um monopólio dos grupos dirigentes do PDC do Chile. Também os Partidos Democratas-Cristão [...] e do Brasil possuem a mesma lamentável característica” (Machado, Nº 151, 1965). Mais adiante, estendeu o “problema” para o cenário latino-americano: “Só

sobre a nação chilena? O enigma demo-cristão adeja também sobre a Argentina e o Brasil, criando um grave problema no que diz respeito ao futuro de toda a América Latina” (Machado, N° 151, 1965).⁹²

Em junho de 1967, *Catolicismo* publicou aquele que pode ser considerado o mais completo estudo realizado sobre a “questão chilena”, no âmbito dos grupos tradicionalistas. Dezesesseis páginas (de um total de dezoito) do periódico imprimiram a matéria de Fabio Vidigal Xavier da Silveira intitulada “Frei, o Kerensky chileno”, a qual, posteriormente, foi publicada em formato de livro. Cabe destacar que o estudo também foi publicado na Revista *Cruzada*, preenchendo todas as páginas da edição de agosto de 1967 (imagem abaixo).

Imagem 24 (*Cruzada*, agosto de 1967)



Na apresentação, o editorial da Revista argentina indicou a potencialidade e a importância de se tratar sobre o tema, ressaltando o quanto a política chilena poderia afetar o cenário latino americano:

La unidad de religión, historia y sangre que tenemos todos los países latino-americanos, hace nuestro Continente una vasta unidad cultural dentro de la cual, cualquier acontecimiento sucedido en una de sus partes, repercute en todas las demás. Es evidente que el régimen comunista que hoy sufre Cuba no es un fenómeno puramente local sino que tiene aspiraciones de generarse por toda América Latina. Lo mismo sucede con la experiencia democristiana en Chile. (Editorial, N° 071, 1967)

⁹² O conflito entre as Revistas católicas contra membros do PDC será tratado no segundo capítulo da tese.

Antes de trazer considerações sobre o estudo de Fabio Silveira, é preciso recuperar um episódio que envolveu diretamente o articulista e que foi publicado na edição 190, de outubro de 1966, em *Catolicismo*. Trata-se da veiculação de uma matéria que abordou a sua deportação do país chileno, nos primeiros dias de setembro, intitulada “*Porque fui ‘expulso’ do Chile*”. De autoria do próprio Fabio Silveira e narrada em primeira pessoa, essa matéria repercutiu alguns aspectos da sua visão referente ao Chile, reforçando, inclusive, as argumentações que afirmavam estar em curso o início de um processo ditatorial encabeçado por Eduardo Frei. Após ter recebido intimação para se apresentar à Polícia Internacional e ser informado que teria o prazo de 72 horas para se retirar do país, sob a justificativa de ter tratado – em conferências realizadas para agricultores locais – de assuntos de “política interna, o que é proibido a um estrangeiro”, Fabio Silveira enviou uma carta ao então Ministro do interior chileno, Bernardo Leighton, na qual expressou sua indignação, não sem antes corroborar com a visão negativa da realidade chilena e imprimir diversas “verdades” sobre a situação política, com a chancela e legitimidade de quem “presenciou os fatos”:

[...] para quem conhece as condições imperantes no Chile, no regime demo-cristão, é compreensível a posição que, em relação a mim tomou V. Excia. Sob um governo nitidamente esquerdizante, onde se controla a imprensa e o rádio, onde se pretende aniquilar a imprensa oposicionista, onde se faz a fichagem política de estudantes para amedrontar aqueles que querem pensar de modo diferente da Democracia-Cristã, onde pressionam os que não pertencem ao partido ou à política do governo, - é compreensível que, nesse país, se importem estrangeiros esquerditas e se expulsem estrangeiros antimarxistas. (Silveira, Nº 190, 1966).

Por ocasião da apresentação de seu estudo em *Catolicismo*, Fabio Xavier caracterizou a importância do mesmo explicando, inclusive, o título utilizado, aspecto que sinaliza o esforço do autor em transmitir as possibilidades e consequências do então governo chileno no que diz respeito ao seu papel na “comunização” do país:

A finalidade que nos propormos é tornar evidente que a Democracia Cristã chilena e seus homens são esquerdistas e estão conduzindo o Chile para o marxismo. Nesta ordem de pensamento, procuramos mostrar que o Presidente Frei está desempenhando no Chile o papel que teve Kerensky na Rússia: servir de chefe de um governo que, já socialista, faz a transição de uma ordem avessa ao marxismo para uma estrutura social totalmente marxista. (Silveira, Nº 197-198, junho 1967)

Dividido em oito partes, o estudo abordou assuntos que foram desde a “História da democracia Cristã Chilena”, passando pelos “Fundamentos da Revolução Chilena”, a “Política do Governo Eduardo Frei”, chegando até o tópico “Que futuro aguarda o Chile”. A disposição gráfica do texto ficou dividida em vários subtítulos, além de apresentar tabelas e

gráficos, facilitando, sobremaneira, a compreensão do leitor em relação aos objetivos propostos. Dentre as inúmeras passagens, que possibilitam extrair processos de continuada pedagogização anticomunista, é possível elencar alguns exemplos que podem dar uma dimensão do quanto a “questão chilena” significava para o grupo de *Catolicismo*, especialmente pelo temor do surgimento de uma “nova Cuba”. A longa citação abaixo permite verificar que este aspecto foi revestido de inúmeras representações sobre a atuação comunista:

Resta-nos esperar que Nossa Senhora do Carmo, padroeira do Chile, intervenha, estimulando todas as forças vivas que existem no bravo e pujante povo chileno, para que, dentro das vias da legalidade, oponham uma reação inquebrantável aos que pretendem fazer do Chile, através de etapas sabiamente calculadas uma segunda Cuba. Mesmo porque se o detestável desígnio destes últimos se fizer realidade, o perigo comunista nesta parte do mundo terá crescido singularmente de vulto, pois terá à sua disposição, tristemente escravizado, um povo que goza de merecida e incontestável influência junto às nações irmãs da América Latina. (Silveira, N° 197-198, junho 1967)

Não é o objetivo aqui explorar os pormenores da matéria de Fabio Xavier, mesmo porque alguns de seus principais mecanismos de construção do saber anticomunista já foram analisados. Entretanto, é preciso ressaltar que a “questão chilena”, assim como os demais temas já trabalhados nessa parte do capítulo, tornou-se um mecanismo regular de manifestação anticomunista, construindo bases de entendimento (saber) sobre as possibilidades do comunismo por essa “via de acesso”, além de demarcar formas e padrões a serem praticados na luta anticomunista.

2.4.4 União Soviética e a expansão comunista pelo mundo

Para finalizar com essa incursão nos principais temas que desenvolveram uma pedagogia anticomunista nas Revistas católicas, a análise deste espaço vai percorrer pelas considerações apresentadas em relação à União Soviética bem como pelas matérias que trataram sobre a expansão do comunismo e suas consequências, em seus mais diversos aspectos. Tanto em *Catolicismo* quanto em *Cruzada* é possível verificar que escrever sobre as ações políticas da União Soviética e a realidade dos países satélites se tornou uma constante. Era preciso alertar (e ensinar) o mundo ocidental sobre o poderio (por vezes extra-humanos) dos comunistas⁹³ e, neste mesmo movimento, alertar sobre a fragilidade e ações equivocadas dos possíveis novos alvos a serem “escravizados” pelo comunismo.

⁹³ A matéria de capa da edição 113 de *Catolicismo* (maio de 1960), intitulada “*Rússia espalhará seus erros pelo mundo*” é um exemplo significativo dessa vontade pedagógica dos mensários católicos.

Rusia tiene por misión difundir en todo el mundo a la Revolución en su última y más diabólica etapa: el comunismo, y para ello encuentra un occidente materializado, sin reserva morales, que quiere la paz a cualquier precio con tal de salvar su bien estar material. Encuentra a un occidente sin ninguna doctrina que puede oponer, y asimismo lo encuentra inficionado por la Revolución en su primeras etapas [...] Rusia sabe que no se trata de un problema económico. Es algo más que eso. Es un problema moral, y hasta religioso. (Varela, N° 17, 1960)

A passagem acima está inserida num conjunto de considerações que versaram sobre a visita de Nikita Krushev, Premier Russo, a Paris, na França (1960), que foi representada como uma manobra comunista com fins muito específicos, quais sejam, “desconcentrar psicologicamente [...] la opinión de esta parte del mundo. Viene a mostrar que los rusos no son malos, que saben vivir bien, que son simpáticos” (Varela, N° 17, 1960). Não cabe aqui verificar se a visita de Krushev teve ou não intensões específicas, nos moldes apresentados por Cosme Varela, mas tão somente verificar como o autor transformou sua opinião em motivos para externar as mais diversas representações sobre a atuação comunista, sorrateira, disfarçada, com poderes para conquistar corações e mentes: “Occidente se está suicidando [...] Está encantado con una cabeza (Rusia) que sonríe del monstruo total que es el comunismo” (Varela, N° 17, 1960).

Foi com o entendimento de uma completa expansão do comunismo pelo mundo, a partir das ações da União Soviética, aliado ao entendimento das específicas formas de atuação – que, como já visto, se caracterizavam pela “infiltração” desavisada – que o tema da “coexistência pacífica” passou a ser constantemente trazido à tona e denunciado como a última “estratagem” utilizada pelo comunismo internacional para conquistar suas vítimas. Em face dessa interpretação, o futuro projetado não era nada animador: “Puede ser 1960 el año decisivo de la victoria del comunismo. Los jefes de estado, las clases dirigentes, los intelectuales asumen frente a Dios la responsabilidad de permitir [...] la penetración del comunismo y la liquidación de la civilización cristiana” (Editorial, N° 20, 1960). A “coexistência pacífica”, então, passou a entrar na ordem do discurso anticomunista e, de forma bastante precisa, agregou diversas representações que iam desde a atuação prática do comunismo até seus fins últimos. A passagem abaixo, retirada do editorial de *Cruzada* de junho de 1961, exemplifica essa questão:

La coexistencia es una trampa. La esclavitud comunista, que tiene consciencia de llevar esa esclavitud a todos los confines de la tierra, no quiere la paz. Si eventualmente prefiere un estado de no guerra es porque mejor conviene a la expansión de la revolución mundial. La “coexistencia” es, hoy, el mejor medio para liquidar a Occidente (Editorial, N° 23, 1961).

Um dos desdobramentos do desenvolvimento da ideia de coexistência pacífica, naqueles anos 1960, acabou tendo influência na repercussão das relações existentes com clérigos católicos que viviam em países sob o Comunismo. Este parece ser o ponto específico de aplicação do conceito para os grupos de *Catolicismo* e *Cruzada*, conforme ficou explícito no estudo LIEC:

Antes de entrar na matéria, parece-me necessário definir os limites naturais deste trabalho. Constitui ele um estudo sobre a questão da liceidade da coexistência pacífica entre a Igreja e o regime comunista, em Estados onde esse regime está em vigor. Esse tema não se confunde com outro, que é o da coexistência pacífica, no plano internacional, entre Estados que vivem sob regimes políticos, econômicos ou sociais diversos. Nem com o das relações diplomáticas entre a Santa Sé e nações sujeitas ao jugo comunista. Discorrer, ainda que de leve, sobre estes dois temas, que têm cada qual características e perspectivas muito peculiares, importaria em estender por demais o presente estudo. Não os temos, pois, em vista ao longo destas páginas, consagradas exclusivamente a investigar se, e em que condições, pode a Igreja coexistir, verdadeiramente livre, com um regime comunista. (Oliveira, 1974)

Nesse sentido, o Cardeal József Mindszenty, da Hungria, passou a ser tratado como um caso paradigmático (além de outros exemplos, como o Cardeal Wyszynski da Polônia) no tocante à resistência católica frente ao comunismo. Para se ter uma ideia da sua representatividade perante os grupos das Revistas, sua atuação de resistência ao comunismo foi assunto de capa de *Cruzada*, em setembro de 1963 e, em *Catolicismo*, foi tratada com destaque na edição de novembro de 1963, onde foi alvo de uma polêmica entre o articulista Cunha Alvarenga e o intelectual católico Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima). Respondendo à acusação de Tristão, de que Mindszenty seria o responsável pelo conflito entre Igreja e Estado, na Hungria, Alvarenga (Nº 155, 1963) assim definiu a sua posição:

É evidente, portanto, que o conflito entre a Igreja e o Estado na Hungria é fruto da injustiça representada pelo comunismo, que atenta contra os preceitos mais fundamentais da lei natural, além de cercear de todos os modos as legítimas e intransponíveis liberdades da Igreja. Ora, esse Atanasio do século XX [...] dá testemunho vivo contra o tremendo agravo que os algozes comunistas da Hungria fazem a Deus e sua Igreja.

Deste modo, escrever sobre Hungria, Alemanha Oriental, Cuba, Vietnam, Polônia, Iugoslávia, China e a própria URSS se tornou uma prática constante nas Revistas. O ponto comum entre essas matérias foi centralizado na questão da luta empreendida pelos católicos oprimidos pelos comunistas (*“La iglesia del silencio”*, conforme definiu uma matéria de capa de *Cruzada*), mas também houve uma constante em ressaltar as deficiências (econômicas e

políticas) e barbáries do comunismo, além de denunciar o caráter escravocrata imposto pelos comunistas nessas Nações:

Com efeito, a dominação vermelha, alcançada pelo maquiavelismo e baseada na força, conserva sujeitos a um jugo injusto e a um regime social e econômico desumano, antinatural e nefasto, povos na maior parte ilustres por seu papel na cristandade, pelo valor de sua cultura, de sua arte e de seu progresso técnico (Oliveira, Nº 203,1967)

A passagem supracitada é parte de uma matéria que foi publicada na Revista *Catolicismo* e que teve a intenção de se tornar um manifesto anticomunista, empreendido pela TFP, por ocasião da passagem do 50º aniversário da “Revolução Bolchevista” (imagem abaixo). Com algumas alterações, muito em cima da sua adaptação para o contexto argentino, essa mesma matéria também foi publicada na Revista *Cruzada* (imagem abaixo), na edição de novembro-dezembro de 67 (Número 072, intitulada “*Manifiesto de la Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición Familia y Propriedad en el 50º Aniversario de la Revolución Comunista*”), além de ter sido objeto de uma “solicitada” no jornal La Nación, em três de outubro do mesmo ano.

Imagem 25 (*Cruzada*, novembro-dezembro de 1967)



Essa matéria, bem como a especificidade de ter sido publicada nas edições de mesmo mês em ambas as Revistas, se configura em mais um exemplo possível de ser destacado

quando se busca analisar as proposições pedagógicas construídas com base no expansionismo soviético pelo mundo. Ao trazer, para seus respectivos leitores, a lembrança dos 50 anos da Revolução, fica evidente a vontade de se recorrer sobre tema, explicá-lo, decifrá-lo, enfim, esclarecê-lo: “Assim, esse documento importa num incitamento a que o Ocidente se mantenha vigilante na defesa de seus valores ideológicos e de suas fronteiras [...] a cegueira diante do comunismo constituem um convite para que este se atire à guerra” (Oliveira, Nº 203, 1967).

Um dos desdobramentos do manifesto anticomunista lançado pelas TFPs se deu através de encomendas de missas, nas principais cidades de ambos os países, em homenagem ao “descanso eterno das vítimas feitas pelo marxismo, por todo o mundo, nas guerras, revoluções e atentados a que deu causa”, além de outras “intenções”, como o pedido que “Deus jamais permita que o comunismo prevaleça no Brasil” (Oliveira, Nº 203, 1967)., intenção que também foi solicitada para a Argentina. Não é o objetivo do trabalho apreender como teriam sido recepcionadas essas “intensões”, mas tão somente ressaltar esse esforço de que o assunto “expansão comunista” fosse falado, comentado, repercutido, enfim, fosse motivo de constante preocupação tanto por parte dos clérigos, quanto por parte dos fieis. Para além dessa vontade em divulgar questões relacionadas com o comunismo, também é possível apreender outras possíveis intensões que estiveram circunscritas ao manifesto. Além do objetivo de propor ações práticas, através do “esclarecimento das mentes” sobre o comunismo, também importava demonstrar e esclarecer a legitimidade da própria prática anticomunista:

Por anticomunismo entendemos aqui toda atuação que, dentro dos cânones da moral cristã, e alternando judiciosamente o diálogo com a polêmica, vise a refutar a doutrina marxista, a firmar princípios que lhe são opostos, a desfazer as tramas comunistas, a criar obstáculos a ascensão do comunismo nos países livres, e a favorecer a libertação dos povos por êle tiranizados. (Oliveira, Nº 203, 1967)

Por fim, e para dar cabo ao capítulo, ainda dois aspectos, ligados ao expansionismo comunista pelo mundo, merecem ser destacados. O primeiro está diretamente ligado às apreensões em torno do poderio bélico soviético. O manifesto divulgou aquilo que seriam os recentes aumentos em despesas militares, o acréscimo do poder de defesa antimíssil e o equipamento de submarinos com mísseis capazes de atingirem qualquer parte do mundo. Todas essas questões foram levantadas justamente para orientar e alertar o leitor sobre as “ardilosas” manobras comunistas que, se transfigurando na “coexistência pacífica”, estariam desarmando o mundo ocidental frente às investidas comunistas.

Já o outro aspecto tratou de mencionar o expansionismo comunista inserido nos respectivos cenários nacionais. No caso do manifesto em *Catolicismo*, o subtítulo “Pelo Brasil”, dentre outras assertivas, alertou os leitores que, mesmo com o “movimento do dia 31 de março” e o país “ter escapado ao gravíssimo perigo comunista”, o comunismo continuava a ser um perigo para o Brasil, notadamente identificando em “certos círculos burgueses” como os principais setores sujeitos às investidas dos “vermelhos”: “No auge da crise janguista, bem claro se tronou em que setores sociais mais intensa – ou melhor diríamos, mais agressiva – é a fermentação vermelha” (Oliveira, Nº 203, 1967). Na mesma seção do manifesto publicado em *Cruzada*, desta feita sob o título “Por la Argentina”, coincidentemente, o alvo identificado como o de maior possibilidade de arregimentação comunista, também recaiu sobre os “círculos burgueses” argentinos:

E incluso esas componendas no constituirían un peligro tan grave si no existiese [...] un conjunto de complicidades activas y de omisiones inexplicables que propician en círculos burgueses la formación de un ambiente de simpatía a favor de un socialismo intrínsecamente comunizante. (Editorial. Nº 072, 1967)

3 CATOLICISMO E CRUZADA: DIVERGÊNCIAS, CONFLITOS E O DISPOSITIVO ANTICOMUNISTA NA DÉCADA DE 1960

Introdução

O capítulo tem por objetivos apresentar as principais divergências/conflitos, tanto de ordem de doutrina católica quanto de ordem política, presentes nas revistas *Cruzada* e *Catolicismo* ao longo da década de 1960 e analisar a forma através da qual o *dispositivo anticomunista* foi acionado nesses embates. De acordo com Gizele Zanotto (2007), a acusação pública dos inimigos foi uma prática intrínseca da atuação tefepista, centrada na concepção integrista de denunciar e perseguir qualquer ação considerada ilegítima, visando, com isso, impedir qualquer mudança que ameaçasse a integridade da religião católica. Neste sentido e baseado nesta característica marcante dos membros das respectivas Revistas pretende-se, por um lado, mapear quem foram os principais adversários dos grupos de *Cruzada* e de *Catolicismo*, identificar quais foram os principais motivos/posturas que implicaram na deflagração dos embates, e, por outro, analisar como a prática discursiva anticomunista, através de diversos *dispositivos* inerentes, foi inserida nesse bojo.

Se o capítulo anterior demonstrou que, tanto na Revista *Cruzada* quanto na Revista *Catolicismo*, o comunismo se tornou alvo das mais diversas construções textuais, sendo a manifestação anticomunista objeto de uma regularidade discursiva, delineada a partir de aproximações e trocas de experiências entre os periódicos – sociabilidade anticomunista – que também possibilitou a emergência do *dispositivo de saber* anticomunista – ensinar e esclarecer, para si mesmas e para seus leitores, sobre as possibilidades do comunismo –, desta feita a proposta é realizar um deslocamento do direcionamento analítico já efetivado. Buscar-se-á, neste empreendimento, analisar o anticomunismo sob outro aspecto da construção discursiva, qual seja, a forma através da qual o *dispositivo anticomunista* foi inserido na dinâmica dos confrontos estabelecidos entre os Grupos das Revistas com seus adversários, ou aqueles que passaram a ser entendidos enquanto tais, na medida em que foram oponentes em intensas confrontações e discórdias.

Na obra “A Vontade de Saber” (1988), o filósofo Michel Foucault dá uma abrangência maior à definição de *dispositivo* por ele operacionalizada até o início dos anos 1970, quando este ficava restrito às questões do *poder* e do *saber* (a noção de *dispositivo de saber* foi utilizada no capítulo anterior). Nesse novo momento do desenvolvimento de suas pesquisas, a

definição se ampliará para além da questão unicamente discursiva⁹⁴ e passará a ser entendida enquanto uma “rede”, cujo estabelecimento se dá a partir de uma interligação entre “um conjunto de discursos, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas”, enfim, tudo aquilo que faz parte do “dito e o não-dito” (discursivo e não discursivo), elementos que “intervieram em uma racionalidade, em uma organização” (Machado, 1999, p. 140).⁹⁵

Deslocando e se apropriando dessa noção teórica para os pressupostos desta pesquisa, é possível evidenciar, com base nos resultados quantitativos e qualitativos demonstrados no primeiro capítulo da tese, que o comunismo foi objeto de uma regularidade discursiva, constituída e sendo constituinte da formação de uma rede heterogênea que, por definição, abarcou os mais diversos temas, enunciados e instituições, possibilitando condições de irrupção do *dispositivo anticomunista*. Para Foucault, os *dispositivos* (aqui sendo pensado especificamente para a questão anticomunista) possuem uma natureza, respondem a uma urgência e a uma função estratégica (MACHADO, 1999). Em uma palavra, a regularidade discursiva anticomunista passou a ser constituidora de *dispositivos* na medida em que houve a necessidade de separar um de seus elementos constituintes a fim de intervir numa realidade objetiva, cujos embates entre os Grupos de *Cruzada* e de *Catolicismo* foram elementos base dessa constituição.

Passando em revista na totalidade das matérias que fizeram parte dos periódicos, no recorte temporal compreendido entre janeiro de 1960 até dezembro de 1967, é possível elencar um significativo número de exposições demarcadas com a tônica do conflito. Essa particularidade permite apresentar a hipótese que pretende ser sustentada nesse capítulo, qual seja, de que tanto a Revista *Catolicismo* quanto a Revista *Cruzada*, ao utilizarem desse expediente – acionamento e inserção do *dispositivo anticomunista* nos confrontos – puderam estabelecer as bases de sustentação e arregimentação de um processo de demarcação daqueles grupos/sujeito/partidos considerados inimigos, através de um processo imbricado numa relação direta com a problemática comunista. Em outras palavras, precisou-se apresentar (aos leitores e colaboradores) a face objetiva dos inimigos, em quais termos eram sustentadas as suas periculosidades e possibilidades, numa relação que envolvia o estabelecimento de

⁹⁴ Cabe destacar que a noção de *dispositivo* foi substituindo a noção de *episteme* empregada por Foucault naquela que é considerada a primeira fase de sua produção (As Palavras e as Coisas, Nascimento da Clínica, História da Loucura e Arqueologia do Saber). A diferença básica entre as noções é que *episteme* é um dispositivo especificamente discursivo, enquanto o *dispositivo* abarca além da questão discursiva, todo o espectro não discursivo (instituições). (REVEL, 2005)

⁹⁵ Sobre os deslocamentos da noção de *dispositivo* em Foucault, ver Revel (2005), Machado (1999), Foucault (1988).

conexões entre discursos e práticas consideradas de matriz essencialmente comunista, demarcando, portanto, identificações (nós) e diferenciações (outros).

Kathryn Woodward (2000, p. 49), ao analisar os processos de construção identitária, sugere que as identidades, de maneira geral, “são formadas relativamente a outras identidades, relativamente ‘ao forasteiro’ ou ao ‘outro’, isto é, relativamente ao que não é” sendo, na maioria das vezes, empregadas em termos de oposições binárias, implicando que um dos termos da oposição seja valorizado em relação ao outro, um passa a ser “a norma e o outro é o ‘outro’ – visto como ‘desviante ou de fora’”.

Essa ideia pode ser complementada a partir dos termos do sociólogo Zygmunt Bauman (1999, p. 11-22), quando define que o estabelecimento de classificação (aquilo que “somos” em detrimento daquilo que são os “outros”) é essencial nos atos de exclusão – estabelecer fronteiras, separações, divisões. Nesse sentido, argumenta o sociólogo, “cada ato nomeador divide o mundo em dois: entidades que respondem ao nome e todo o resto que não. Estas entidades podem ser incluídas numa classe – tornar-se uma classe – apenas na medida em que outras entidades são excluídas, deixadas de fora”.

Nessa ótica, a proposição de se trabalhar com questões de formação/construção de identidades e diferenças pode proporcionar melhores entendimentos acerca das representações que enfatizam e caracterizam o outro. A partir de Bauman, é possível salientar que, nesses processos, “o segundo membro não passa do outro do primeiro, o lado oposto (desgraçado, suprimido, exilado) do primeiro e sua criação. Assim, anormalidade é o outro da norma [...] a doença é o outro da saúde [...] o forasteiro o outro do nativo [...] ‘eles’ o outro de ‘nós’”.

Tendo por base o arcabouço teórico acima especificado, é possível considerar que *Cruzada* e *Catolicismo* ao adentrarem na confrontação com diversos grupos e instituições acionando o *dispositivo* da manifestação anticomunista, concretizaram, de maneira muito particular e em contextos específicos, o estabelecimento de fronteiras identitárias com vistas a permitir não só um processo com fins de exclusão e desqualificação dos seus adversários, mas, sobretudo, permitir clarificações, classificações e caracterizações dos grupos/sujeitos/partidos que deveriam permanecer do outro lado da fronteira – simbólica e/ou concreta – daqueles considerados autênticos católicos. Será, portanto, a análise da construção das clarificações, classificações e caracterizações, sob a pena do discurso anticomunista (ou acionamento do *dispositivo anticomunista*) empreendida nos confrontos, o objetivo maior a ser perseguido no decorrer do capítulo.

Na Revista *Cruzada*, os embates que serão analisados podem ser enumerados a partir das matérias que se ocuparam de algumas querelas circunscritas, especialmente, em torno de

divergências explicitadas contra o Grupo da Revista *Cr terio*, contra o Partido Democrata Cristão - PDC, contra a CGT argentina com enfoque nos dirigentes peronistas e, por fim, contra membros da Hierarquia católica do país.

Em *Catolicismo*, por seu turno,   possível constatar uma profusão numérica de embates bastante semelhantes   Revista Argentina. Uma considerável parte dos conflitos entraram na mesma tipologia já mencionada para o caso de *Cruzada*, com grandes e contínuas repercussões. Dentre esses,   possível separar os embates que envolveram o Grupo contra membros da Hierarquia católica – inclusive contra a própria CNBB –, contra setores do apostolado dos leigos – principalmente a A o Católica na sua ramifica o da JUC –, os embates contra membros e apoiadores do PDC, além da confronta o pública contra o diretor da Revista *Kiuresnki*, periódico editado em Varsóvia, capital da Polônia.

Será em cima dessa estrutura, no que se refere aos modelos de embates encontrados em *Catolicismo* e *Cruzada*, que o capítulo será organizado. Tendo em vista que parte da tipologia de confrontos apresentam uma mesma base conceitual, o decurso analítico será desenvolvido numa concep o que permita que um mesmo modelo de confronto seja analisado tendo como parâmetro os ângulos específicos de cada periódico, permitindo realçar particularidades e singularidades na arrega tao do discurso anticomunista, com ênfase especial nos contextos específicos (políticos e sociais) de cada um dos países.

O esforço do capítulo recairá em analisar os pressupostos para a presença desse tipo de confronta o nos periódicos, ou seja, a investiga o dos principais pontos de desacordo entre Grupos das Revistas e os grupos/sujeitos/partidos que representavam perigo em termos políticos e doutrinários, sejam eles pertencentes ao campo católico (membros da Hierarquia, outros periódicos ou grupos do apostolado leigo, por exemplo) ou relacionado ao campo político (partidos e agremia es).

Para a realiza o deste empreendimento, o capítulo será dividido em duas partes. A primeira ocupar-se-  dos embates relativos ao Grupo da Revista *Cruzada* e, a segunda, contará com os embates relativos ao Grupo da Revista *Catolicismo*. A ordem estabelecida para a apresenta o e análise dos confrontos foi baseada na cronologia dos acontecimentos. Entretanto, cabe ressaltar, tanto em *Cruzada* quanto em *Catolicismo*, as confronta es se interpuseram cronologicamente, o que denota o grande investimento dos periódicos nessa prática além de evidenciar o poder combativo inerente aos postulados integristas, convergidos na luta anticomunista.

Pretende-se, portanto, com base nessa organiza o, apreender as singularidades discursivas no modo como o perigo comunista foi encarado, em diferentes contextos e por

diferentes atores, a partir da demarcação pública daqueles setores considerados inimigos. O decurso analítico proposto pretende desenvolver subsídios que possam contribuir diretamente para a compreensão de mais uma das facetas que compuseram o complexo conflito político que se desencadeou na década de 1960, tanto no Brasil quanto na Argentina, em que a tônica discursiva anticomunista foi preponderante.

3.1 Os Confrontos na Revista *Cruzada*

O cenário político argentino, do início de 1964, pode ser caracterizado como um momento em que se iniciaram profundas agitações, as quais demarcaram o acirramento e distanciamento das posturas antagônicas em diferentes esferas da sociedade. No campo político, o anúncio do “Plan de Luchas”⁹⁶, pela CGT argentina, ajudou a contribuir para o processo de desestabilização, em curso desde a conturbada eleição de 1963, do governo do então Presidente Arturo Illia, acusado de ser conivente com a “infiltração” comunista em diversos setores da sociedade argentina, inclusive no setor dos trabalhadores. Todo esse processo integrou um conjunto maior de disputas e querelas que acabaram culminando na sua destituição, através de um golpe de Estado, em junho de 1966.

No campo católico, as apropriações e ressignificações das então recentes “Encíclicas Sociais” do Papa João XXIII e de algumas das decisões do Concílio Vaticano II estremeceram o relacionamento entre os católicos considerados conservadores – resistentes e fechados para as “novidades” – e os católicos considerados progressistas – simpatizantes e promotores das mudanças. Os primeiros viam na prática dos segundos um conjunto de ações que implicavam diretamente numa relativização da estrutura hierárquica do catolicismo, abrindo as portas da instituição para novidades que, grosso modo, contribuiriam para o descambar da instituição em práticas que poderiam fragilizar a sua própria existência institucional, com especial ênfase nas apropriações de toda uma gama de novas teorias sociais, sendo a influência da renovação marxista a maior de todas as preocupações.

Os confrontos e debates que foram repercutidos na Revista *Cruzada* estiveram inseridos na dinâmica conflituosa que caracterizou o contexto político da Argentina na década de 1960, estando circunscritos principalmente no interregno de anos 1964-1966. Os embates empreendidos contra a Revista *Critério*, os dirigentes peronistas da CGT, membros do Partido Democrata Cristão e contra o Bispo de Goya, D. Alberto Devotto, responderam, cada um a

⁹⁶ Em janeiro de 1964, a Central Geral dos Trabalhadores (CGT) anunciou seu “plano de luta” (1964-1965), momento em que foi ocupada, pelos trabalhadores, durante várias semanas, a quase totalidade das empresas da Argentina. Segundo Luiz Alberto Romero (2006, p. 141), somente nos meses de maio e junho de 1964, mais de 4 milhões de trabalhadores ocuparam um número próximo de 11 mil fábricas, em toda a Argentina.

seu modo, à circunstância polarizada que demarcou os cenários político e religioso no país, cuja influência mútua foi decisiva no desencadear de todo um processo de arregimentação do discurso anticomunista que, enquanto um *dispositivo*, mobilizou diversos setores, engendrou práticas e corroborou no processo de demarcação dos “amigos” e “inimigos” do catolicismo, na ótica dos grupos tradicionalistas.

3.1.1 “*Contra Criterio*”

A partir de março de 1964, a Revista *Cruzada* deu início àquela que seria uma das suas principais ações de confronto contra instituições consideradas inimigas da Igreja e do catolicismo. Desde essa data até meados de 1965, a Revista *Criterio* passou a figurar nas páginas de *Cruzada* como uma publicação que não poderia ser incorporada no rol das vozes “legítimas” que representavam a “verdadeira” doutrina católica. A primeira matéria a se ocupar integralmente com *Criterio*, desde o seu próprio título (“*Contra Criterio*”), apresentou o cartão de visitas combativo, o qual iria se repetir em mais quatro grandes matérias, das quais, uma delas se traduziu em uma “carta abierta” que, posteriormente, foi entregue ao diretor de *Criterio*, o Padre Jorge Mejía⁹⁷. Nessa primeira matéria, então, é possível identificar a demarcação da fronteira que estabeleceu *Criterio* enquanto uma publicação a ser refutada e combatida: “Nada más penoso que ver a ‘Criterio’ convertida en un enemigo más, tanto más peligroso cuanto más sutil [...]” (Varela, Nº 047, 1964).

Antes de dar início à análise das matérias de *Cruzada* contra a Revista *Criterio*, cabe uma pequena consideração sobre o periódico em questão, de modo que possa ficar esclarecido por quais motivos, afinal de contas, passou a ser considerada uma instituição inimiga do catolicismo, uma vez que, conforme visto no primeiro capítulo da tese, desde sua criação (1928), A Revista *Criterio* passou a ser um dos principais mecanismos responsáveis pela formação, orientação, estabelecimento e concentração de setores integristas na Argentina.

O ponto de ruptura, assim indicam os estudos sobre a publicação, pode ser estabelecido por ocasião da presença em seus quadros, a partir de 1955, do Presbítero Jorge Mejía⁹⁸. De acordo com Pattin (2013, p. 01), “En este nuevo camino [...] la revista incorporó

⁹⁷ Segundo informação contidas na própria matéria.

⁹⁸ J. Mejía assumiu a direção de *Criterio* em 1957 a partir do afastamento, por motivos de saúde – falecendo posteriormente – de Gustavo Franceschi. Licenciado em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico e Doutor em teologia pela Universidad Angelicum de Roma, Mejía sofisticou analítica e conceitualmente a publicação e foi o principal responsável pelo “giro modernizante en los análisis sociopolíticos y renovador en lo eclesial” (Pattin, 2013, p. 01). Para Zanca (2006, p. 164), Mejía representava “las ideas del humanismo Cristiano que, mas allá de los matices, ganó presencia en el pensamiento católico a partir de lo posguerra. El eje de ese programa giraba en torno de un diálogo posible y necesario que la Iglesia [...] debía establecer con el mundo moderno”.

jóvenes intelectuales con perspectivas sensibles a la filosofía política no cristiana [...]”. Deste período em diante, uma guinada de perspectiva passou a caracterizar *Critério*, começando a figurar em suas páginas inúmeros artigos e inúmeros articulistas que estiveram inseridos nas perspectivas renovadoras do catolicismo na década de sessenta. Profundamente vinculada com círculos europeus pró-conciliares, *Critério* se transformou num importante centro difusor de debates teológicos, eclesiológicos e pastorais (PATTIN, 2013). Nesse sentido, então, a nova postura assumida por *Critério*, somada a todo um processo de resistência acerca da transformação do catolicismo, será determinante para a possibilidade de seu enquadramento, por pare do Grupo de *Cruzada*, como mais uma instituição que estaria contribuindo para a propagação do ideário progressista (por isso aberta ao comunismo) na Argentina.

Para que se possa apresentar uma análise mais detalhada sobre quais foram os pontos primordiais que resultaram na postura combativa de *Cruzada* contra *Critério*, a proposta desta seção será passar em revista as publicações, buscando identificar a forma com que se deu a construção das argumentações, como se deu o teor combativo, os pontos mais reclamados que geraram manifestações de contrariedades para, a partir daí, estabelecer como se deu a arregimentação do discurso anticomunista, ou, em outras palavras, como um periódico com uma proposta editorial estreitamente vinculada ao catolicismo, como *Critério*, passou a ser integrado no âmbito das organizações consideradas perigosas, no sentido de sua possível confluência de ideias com questões relacionadas ao comunismo.

Conforme já referido acima, a primeira matéria de *Cruzada* que se ocupou de *Critério* foi em março de 1964, com a autoria de Cosme Beccar Varela. Cabe destacar que não houve qualquer “acontecimento” específico que mobilizasse o início das investidas contra a Revista dirigida por Mejia, mesmo porque a sua mudança de perspectiva editorial já vinha ocorrendo desde os fins da década de 50.

Nesta primeira matéria, especificamente, a crítica foi construída tendo por base o entendimento de como um jornal católico deveria se portar para bem representar os anseios da Igreja Católica, aspecto que *Critério*, aos olhos de *Cruzada*, estaria em falta. Isso foi mencionado logo no início do texto: “Para quienes asumen, como nosotros lo hemos hecho, la obligación de defender ‘la santa Fe católica contra todo aquel que dicese non ser así’, es ya un compromiso de honor el no guardar silencio respecto de la Revista ‘Criterio’” (Varela, Nº 047, 1964). Quais foram os aspectos que mobilizaram, então, essa vontade de expressar contra *Critério*, principalmente quando a matéria se propôs a apresentar o “método de *Critério*” e algumas de suas “práticas”? Em quais aspectos *Critério* estaria, de acordo com o que expressou Cosme, representando perigo para a Igreja e o catolicismo em geral? O que em

sua publicação causava tamanha contrariedade no líder, e em consequência, no Grupo de *Cruzada*?

Retomando um trecho bastante emblemático da matéria de Cosme, “Nada más penoso que ver a ‘Criterio’ convertida en un enemigo más, tanto más peligroso cuanto más sutil [...]” (Varela, Nº 047, 1964), torna-se possível verificar que o tamanho da periculosidade representada por Critério, naquele contexto, dizia respeito, proporcionalmente, às suas ações assentadas em “sutilezas” e “disfarces”, ao modo como sua atuação era vista como manipuladora, se utilizando de artimanhas dissuasórias para disseminar suas ideias. Em outras palavras, Critério estaria se tornando um inimigo em potencial da Igreja, de forma pouco perceptível para os fiéis em geral, residindo nesse aspecto um dos grandes temores de Cosme. Foi nesse sentido, então, que o líder de *Cruzada* propôs apresentar o “Método de Critério”, ou seja, analisar detalhadamente as ações (as práticas e discursos), chamar atenção dos leitores e se autoproclamar (também sua Revista) como agente da missão de esclarecer e revelar, aos fiéis católicos, os erros do periódico em questão.

Como bem definiu o autor, para “comprender la perniciosidad de ‘Criterio’ [...]” se deveria começar por considerar aquilo que, em Critério, “no hay que debería haber, con la imperiosidad de una obligación de primera importancia exigible al periodismo católico”. A definição do “método”, então, ficou colocada, resumidamente, na prática de “[...] no arremeter de frente contra la ortodoxia [...]”, mas se estabelecia no sentido de “estimular las fronteras de la ortodoxia procurando que ellas encierren lo que hoy está claramente fuera [...] Es así que mira con mayor atención a los enemigos de Roma que a sus hermanos en la Fe”. A crítica, nesse aspecto, tomou um duplo direcionamento: primeiro, em relação à sua aproximação com os “inimigos de Roma”, e, em uma segunda direção, para a sua postura contra aqueles “autênticos católicos”, que defendiam a Igreja desses inimigos, setor no qual *Cruzada* obviamente estaria incluída. Nesse segundo caminho, no entendimento de Cosme, o método de Critério se apresentava como maléfico, pois, “se procura con exclusividad borrar, silenciar o por lo menos rebajar en la misma estructura de la Iglesia y su doctrina, todo aquello que niegan o combaten los enemigos” (Varela, Nº 047, 1964).

Após apresentar detalhadamente o “método de Critério” e suas implicações, especialmente considerando os benefícios que seriam fornecidos aos “inimigos” da Igreja, Cosme propôs a definição de como – uma revista verdadeiramente católica – deveria atuar e quais atributos deveria possuir, portanto, reportando-se, explicitamente, em cima daquilo que, supostamente, faltava em Critério. Além disso, chamou atenção para a responsabilidade de uma publicação católica na difusão do pensamento e doutrina da Igreja, enfatizando, em cima

de uma realidade vista como descomprometida com a fé Cristã, a importância e responsabilidade da “boa publicação” naquele contexto:

[...] si los tiempos, como hoy, son, por el contrario, ateos y materialistas; si en la sociedad no rieguen leyes que contribuyen a realizar la santidad de la vida, sino otras que deforman las costumbres o reprimen la verdad y la virtud, si la palabra no es ya utilizada para portar en si la preciosa carga de la verdad sino para confundir la mente, mentir y enseñar el error, entonces el periodismo católico que se enfrenta con todo eso se encuentra en la categoría de lo vitalmente necesario. (Varela, N° 047, 1964)

Os tempos eram “ateus e materialistas”, na definição de Cosme, e as expressões advindas de *Critério* cooperavam por agravar, ainda mais, o sentimento de confusão nos católicos: ao invés de esclarecer e serem portadoras da “verdade” difundiam os “erros” indiscriminadamente. No subtítulo “*Algunos cargos concretos*”, Cosme selecionou diversos articulistas que seriam autores de alguns dos referidos erros. É nessa parte específica, após todo o prelúdio que enunciou *Critério* enquanto uma publicação a ser frontalmente rechaçada, que começaram a serem delineados os primeiros traços de movimentos discursivos que relacionaram o conteúdo publicado na Revista com questões que entravam na órbita comunista, tanto de forma direta quanto indireta. Desde o início desta parte da matéria, é possível identificar o esforço do autor em promover este enquadramento de *Critério*, sugerindo que sua prática estaria respondendo aos modelos e anseios progressistas: “*Criterio* no reúne este carácter moralmente obligatorio del periodismo católico. Sus páginas están dedicadas más que a promover el conocimiento de la verdad, a difundir los postulados de un partido, el progresista” (Varela, N° 047, 1964).

Dos diversos articulistas selecionados por Cosme, todos eles, em algum momento, apresentaram um “deslize discursivo”, no sentido de terem sido explicitadas suas preferências teóricas, as quais, obviamente, foram devidamente exploradas na matéria, como demonstra o exemplo sobre o comentário de cinema: “Los comentarios de cine del señor Potenze son tibios, cuando no directamente dirigidos a apañar cualquier escabrosidad o pirueta ideológica del cine ateo de hoy”. As considerações do articulista Carlos E. Oliveira Lahre sobre o “Congreso de la Educación Católica” também são exemplos:

[...] dichas conclusiones, con las que se complace el articulista, y por ende, *Criterio*, incluyen afirmaciones tan tendenciosas y extemporáneas como ésta: ‘El desarrollo de América Latina exige ... c) una radical transformación de las estructuras socio económicas y políticas. (Varela, N° 047, 1964)

Além de articulistas, Cosme também selecionou conteúdo de editoriais de *Critério*, enfatizando, nesse sentido, que a postura teórica dos articulistas compartilhava, necessariamente, o viés teórico da própria Revista, não tratando apenas como meros casos de opiniões isoladas e independentes. Ao comentar o editorial da edição de número 1445 de *Critério*, afirmou:

Como casi todos los editoriales y comentarios de la revista, el raciocinio se mueve exclusivamente en un plano temporal, de orden contingente y hasta partidista [...] Es un conjunto de juicios en materias puramente políticas, de arte política, con tesis dudosas incluso en ese orden, sospechosamente coincidentes con las sostenidas por los sectores más izquierdistas de a política nacional. (Varela, N° 047, 1964)

Não é demais lembrar que o desde o início do ano de 1964 o clima político argentino foi abalado pelo Plano de Lutas da CGT, oficialmente lançado a partir de janeiro. Os capítulos seguintes (terceiro e quarto) demonstrarão o quanto este acontecimento acabou servindo como uma oportunidade bastante propícia para a consolidação de manifestações anticomunistas por parte da Revista *Cruzada*, especialmente contra grupos e sujeitos que, de algum modo, manifestaram apoio ou se demonstraram neutros em relação ao movimento. Com a Revista *Critério*, a partir do entendimento de que teria manifestado solidariedade com os trabalhadores argentinos, não foi diferente. A citação abaixo demonstra como Cosme se apropriou disso, distribuindo diversas “notas” que trataram de reforçar, com explicações por vezes irônicas, uma possível inclinação à esquerda da Revista.

Tratando el difícil tema de la subversión promovida por la CGT, al anunciar su conocido plan de lucha, entre una serie de lugares comunes sobre representatividad y gobierno, dice ‘Criterio’: “obviamente, pues [...] la petición de la CGT, puede parecer justa” (Nota: He aquí el método escurridizo del progresista: “puede ser”, “podría”, “dícese”: nunca una afirmación derecha), pero imprudente. (Varela, N° 047, 1964)

Mais do que deixar sugestionado o equivocado posicionamento de *Critério* como sendo uma manobra estritamente sintonizada pelo viés progressista, Cosme se reportou ao suposto apoio dado pela Revista como um modelo de ação tipicamente comunista. Ao mencionar o posicionamento do presidente do Partido Comunista (Victorio Codovila) em relação ao Plano de Lutas, a relação “*Critério* Progressista” com o comunismo foi, então, estabelecida:

Victorio Codovila [...] en un discurso pronunciado el 8 de febrero [...] apoya también las “reivindicaciones” obreras violentas que se plantea la CGT y declara que ellas no son más que un paso en la “lucha general por la conquista del poder” (para el P. Comunista), “con vistas al socialismo”. (Varela, N° 047, 1964)

Por isso, sentiu a necessidade de alertar aos leitores e instigá-los na difusão da periculosidade representada pela Revista *Critério* no cenário político e religioso da Argentina: “Creemos que con lo dicho nuestros lectores pueden comprender el verdadero carácter de la revista “*Critério*”. No es, como pretende, una revista católica, y es hora de que sea desmascarada. Invitamos a nuestros lectores a difundir esta alarma” (Varela, N° 047, 1964).

Foi desta forma, então, que a Revista *Critério* passou a figurar nas páginas de *Cruzada*, ou seja, para além de uma simples caracterização de um periódico compreendido enquanto representante atuante do progressismo católico, essa primeira matéria tratou de estabelecer as bases da oposição e das divergências entre as publicações, principalmente, através de enunciados anticomunistas que iriam demarcar a tônica das matérias vindouras, que consideravam estreita a ligação de *Critério* com o comunismo, nas suas mais diversas manifestações.

Deste modo, a matéria publicada em julho de 1964, de autoria de Federico Ristorini, seguindo na mesma linha de Cosme Beccar Varela, também se apropriou de um editorial de *Critério* para colocar em evidência as suas articulações com movimentos que representariam as “faces” comunistas. Desta feita tratou-se de uma publicação que examinou o apoio de *Critério* à Revista *Informations Catholiques Internationales* - ICI, periódico católico francês, considerado uma das principais instituições representativas do progressismo no cenário católico daquele contexto. Portanto, em certa medida, Ristorini redimensionou as articulações entre *Critério* e o comunismo, apresentando, com uma gama considerável de argumentações, aquela que seria a sua conotação editorial, caracterizada como estando em plena articulação com os movimentos vinculados aos preceitos comunistas.

Pode-se dizer que a matéria em questão foi dividida em três partes, complementares entre si especialmente na questão dos *enunciados* anticomunistas. A primeira parte orientou o leitor acerca da discussão mais ampla estampada na matéria, a qual foi estabelecida com base na situação que envolvia a Igreja Católica e o Estado da Polônia, a partir das declarações do Primado Cardeal Wyszynski sobre a “verdadera faz de la situación de la Iglesia en ese país”, que confrontavam com as deformações que “una cierta prensa católica, especialmente francesa, se ha empeñado desde hace tiempo [...]”. A “certa prensa católica” em questão era justamente a ICI, e seus objetivos em deformar a realidade da Igreja e do catolicismo na Polônia seriam promover o país como um exemplo da colaboração católica-comunista, que, ao fim e ao cabo, encobriria “el verdadero sentido de las oposiciones dialécticas entre católicos integristas o reaccionarios y católicos abiertos o progresistas” (Ristorini, N° 051, 1964).

Na segunda parte, o articulista se empenhou em esclarecer aos leitores sobre a própria Revista ICI, sua linha editorial e sua postura teórica, considerada pelo autor como uma das manifestações periódicas “más peligrosas de la mentalidad progresista”. O tamanho do perigo que representava a Revista ICI, no entender do autor, pode ser observado na seguinte passagem: “Esta revista, que hoy se edita castellano en Méjico [...] Sin proponer abiertamente la política de la ‘mano tendida’ [...] sugiere que llevan en la práctica a entregarse y a no hacer nada frente al avance marxista”. Em seguida, Ristorini demonstrou como os “bons católicos” eram tratados nas páginas de ICI, especialmente em função de sua linha teórica de tendências “socializantes”:

Los católicos que sieguen con fidelidad las enseñanzas pontificias, que tienen ideas claras y definidas sobre la perversidad intrínseca del comunismo ateo, sobre la barbarie socialista, sobre la necesidad y la posibilidad de la Cristiandad [...] son tratados en las páginas de esa revista con los calificativos más ofensivos, difundiendo la idea de que sus posiciones están en contradicción con la “nueva línea de la Iglesia”. Todas las tendencias socializantes y revolucionarias encuentran amplio y generoso eco en las páginas de ICI. Es, en definitiva, una revista que propugna un progresismo. (Ristorini, N° 051, 1964)

Após orientar o leitor sobre a discussão mais ampla que envolveu os propósitos da matéria em questão, relacionada à luta católica contra o comunismo na Polônia, e demarcar caracterizações sobre o modus operandi da Revista ICI, evidenciando sua filiação com questões que giravam na órbita comunista, o autor se ocupou em demarcar o lugar que a Revista Critério ocuparia nesse cenário. Obviamente que no próprio título da matéria (“*Informations Catholiques Internationales & Critério*”) já ficaram subentendidas essas articulações, entretanto, no decorrer do texto, e até mesmo pelos anunciados anteriores, elas passaram a figurar com conotações comunistas mais explícitas.

A tonalidade discursiva da terceira parte da matéria, então, se consubstanciou para além de denunciar um mero apoio ou defesa do editorial de Critério à revista francesa, mas, fundamentalmente, tratou de imprimir considerações sobre o que representaria, de fato, essas articulações, na própria prática de Critério. Nesse sentido, fazendo eco aos *enunciados* da matéria de Cosme, Ristorini sublinhou o caráter sempre dúbio com que Critério se apresentava ao seu leitor: “[...] el lector rutinario de Criterio, aunque a veces posea un sano sentido católico y sienta alguna desconfianza hacia la literatura religiosa de origen francés que le brinda su revista, no tendrá elementos de juicio para sacar conclusiones propias”. Também, comparou e relacionou a prática de Critério com a Revista ICI, a qual foi caracterizada como aquela que, durante muitos anos, produzira uma imagem absolutamente falsa do movimento

“Pax”, escondendo a sua verdadeira situação, “esto es, el echo de ser Pax un organismo de aparato comunista para domesticar la Iglesia”, além de ter mantido uma postura ambígua e cúmplice com esse movimento polaco, no qual sua tática foi “presentar a Pax como una corriente dentro de la Iglesia Polaca. Omitiendo sistemáticamente su carácter de oficina del Partido Comunista”. Por fim, Ristorini destacou o que passava em Critério nesse sentido, especialmente sua prática em ocultar a verdade aos seus leitores: “El lector de ‘Criterio’ ignorará por completo la cuestión [...] Creerá que ICI es una revista católica con un pasado intachable. ‘Critério’, abusando de un monopolio de hecho, les niega la información necesaria” (Ristorini, N° 051, 1964).

Essas duas primeiras grandes investidas de *Cruzada* contra a Revista Critério parecem não ter suscitado o efeito esperado. Se o objetivo dos editores e articulistas de *Cruzada* era fazer com que Critério “acusasse” os golpes e, de algum modo, respondesse às acusações, ele não se concretizou da maneira esperada. Isso porque, na “*Carta Abierta al R. P. Mejía*”, publicada em setembro de 1964, foi manifestado um certo desapontamento pelo silêncio de Critério frente às provocações: “hace cierto tiempo, hemos iniciado contra la revista ‘Criterio’ que Ud. Dirige, un ataque [...] Dicha revista ha elegido no contestar esos ataques doctrinarios de um (un) modo claro y directo, sino por medio de rodeos y referencias laterales [...]” (Editorial, N° 053, 1964). Por isso, uma nova tentativa, nesse sentido, foi feita com a publicação da “carta abierta”, a qual, uma cópia teria sido entregue ao próprio interpelado.

O desatinar deste investimento, nesta ocasião específica, se deu a partir de um artigo de autoria do Padre Mejía⁹⁹, publicado na edição sob o número 1459, cujo tema principal se localizou numa reflexão sobre “el cambio de la Iglesia”¹⁰⁰. Portanto, como se poderá verificar a seguir, as divergências foram estabelecidas a partir do confronto de um conjunto de ideias inseridas nos debates estabelecidos em torno dos diversos modelos preconizados em relação às transformações do catolicismo naquele contexto (em meio à realização do Concílio Vaticano II), analisadas com mais vagar no próximo capítulo. *Cruzada*, nesse sentido, definiu os motivos da construção da “carta abierta” com base na convicção da possibilidade de

⁹⁹ Conforme aponta Zanca (2006, p. 178) as publicações de Mejía durante o Concílio não passaram inadvertidas na Argentina, tendo sofrido ataques dos mais variados setores integristas do país. O autor cita o exemplo da acusação sofrida por Carlos Sacheri, presidente da “Ciudad Católica” na qual Mejía foi acusado de ter “integrado el más alto organismo [...] del progressismo internacional”.

¹⁰⁰ O sumário da edição de setembro (053) de *Cruzada*, impresso na capa, trouxe a seguinte “chamada”: “En un reciente número de la revista Criterio – pretendidamente católica – se publicó un artículo de su director, llamado ‘Reflexiones sobre el cambio en la Iglesia’. En dicho artículo se hacen una serie de afirmaciones y se marca una tendencia inequívoca, las cuales son profundamente analizadas en esta ‘carta abierta’, la cual constituye un intento más de entablar un diálogo, diálogo cuidadosamente evitado por aquellos que tanto le preconizan para con los separados.”

enunciar a “verdade”, face às possibilidades de “contágio” das ideias equivocadas publicadas na Revista *Critério*:

Consideramos que Ud. Tiene el triste honor de ser uno de los inspiradores máximos del progresismo en la Argentina. Por eso, otorgamos a su artículo especial importancia. Y así, cumpliendo con un imperativo ineludible de caridad hacia nuestros hermanos en la fe que puedan verse expuestos al contagio de las ideas por Ud. expuestas [...] pasamos a exponer nuestras razones por las que pensamos que sus ideas acerca del cambio en la Iglesia son contrarias a la verdad, inducen a error y deben ser por consiguiente rechazadas. (Editorial, N° 053, 1964)

Seguindo uma metodologia bastante utilizada por parte dos editores de *Cruzada*, a “carta abierta” foi subdividida de forma que os mais diversos aspectos do artigo do Padre Mejia pudessem ser devidamente contrapostos e questionados. Nessa formatação, os títulos (tanto o principal, quanto subtítulos) apresentaram quais seriam as principais questões a serem rechaçadas, propondo, nesse sentido, um condicionamento e um direcionamento de como proceder na leitura do texto. Os oito títulos da matéria foram publicados na seguinte ordem: “Un artículo sobre el Cambio”; “Tres actitudes frente al Concilio”; “Conceptos vagos y equívocos”; “Los verdaderos amigos de la iglesia son los tradicionalistas y no los innovadores”; “Pobreza pero no deshonra”; “Enjuicia al Estado católico medieval”; “Ofensas a la iglesia”; “El cambio Legítimo”. Cabe destacar que todas essas questões estiveram circunscritas no debate acerca dos equívocos interpretativos que o Grupo de *Critério*, representado na figura de seu diretor, estaria sendo porta voz naquele contexto, especialmente aqueles que diziam respeito às questões de doutrina católica difundidas pelas Encíclicas de João XXIII e pelo Concílio Vaticano II. Não é enfoque do capítulo desenvolver todas essas questões, tendo em vista que esse empreendimento será explorado no capítulo seguinte, entretanto, o trecho abaixo permite verificar o quanto essa temática passou a adquirir fundamental importância nesse contexto:

En qué consiste el cambio “anunciado” por Ud? Pretende su artículo identificar esa tendencia al cambio, con la “orientación” del Concilio, o con el “espíritu conciliar”. No señala en ningún momento acto alguno del Concilio que le permite invocar tal espíritu en el sentido que Ud lo hace. Tan solo referencias vagas, apelaciones [...] la misma táctica cuando recurre al calumniado Papa Juan XXIII. Lo cierto es que Ud. Atribuye al Concilio o a Juan XXIII de ninguna manera les pertenece. Es tan solo fruto de sus propias elucubraciones las del “grupo que pertenece” [...].(Editorial, N° 053, 1964)

Conforme já anunciado, as principais questões que interessam neste capítulo se concentrarão na análise de como o confronto estabelecido pela Revista *Cruzada* contra a

Revista *Critério* foi baseado e desencadeou, entre outras questões, no acionamento do *dispositivo* anticomunista. A “carta abierta” também pode ser lida desta forma, até mesmo porque alguns dos seus enunciados anticomunistas já estiveram presentes nas duas matérias anteriores. Soma-se a isso o fato dessa interligação ter sido objeto de uma “exaltação”, ou seja, a “carta abierta” também se propôs a ser entendida enquanto uma continuação das matérias que a precederam, fazendo parte de uma mesma trama discursiva, em que pese sob temas e problemáticas distintos.

Foi partindo de inúmeras questões que apontaram para a ilegitimidade dos “câmbios” anunciados por Mejia em seu artigo, inclusive, por não apresentarem, na visão de *Cruzada*, qualquer embasamento prático e teórico que sustentasse as suas teses – “Sobre quien afirma la necesidad del cambio, pues, recae la responsabilidad grave de señalar con claridad las cosas que deben ser cambiadas y cómo, demostrando la necesidad de ese cambio. A ello le invitamos” –, que passaram a ser delineadas e incluídas as primeiras investidas que demarcaram o acionamento do *dispositivo* anticomunista. Este se apresentou, inicialmente, de uma forma bastante sutil, geralmente relacionando o caráter “impuro” das ideias modernistas ou – como pode indicar a passagem a seguir, tratando do ponto de vista da Igreja Católica sobre a pobreza – contrariando a perspectiva de Mejia:

La verdadera pobreza no consiste en negarse, con falsa humildad a recibir los honores [...] consiste más bien en usar de todas esas cosas, únicamente para mayor gloria de Dios, y no como cosa propia. Y si esa actitud es virtud, no lo es en cambio negar a los obispos y lo que es peor, al Papa, la riqueza y el aparato externo que expresa de un modo imperfecto, sí, pero eficaz, dada la condición humana, la dignidad de su jerarquía. Demuestra una tendencia igualitarista y niveladora que en nada ayuda a la piedad. (Editorial, N° 053, 1964)

Se durante toda a narrativa da “carta abierta” é possível encontrar insinuações que vincularam a Revista *Critério* a questões comunistas, a considerada ambigüidade do artigo de seu diretor, relativa aos “câmbios”, também serviu de mote para insinuar possíveis aproximações com o comunismo. A passagem a seguir pode demonstrar esse aspecto:

Nada nos alegraría más que oírle decir que cuando habla de cambios de estructuras se refiere a la restauración, en aquello que tenga de permanente, de la muy medieval organización corporativa de la sociedad económica. Pero si es ese su ideal, le rogamos aclararlo, pues las ambigüidades en esta materia, en tiempos demagógicos y revolucionarios como los que acorren, son muy peligrosas. (Editorial, N° 053, 1964)

Entretanto, será a partir do texto desenvolvido no subtítulo “*El famoso ‘cambio de estructuras’*” que essa vinculação será verdadeiramente escancarada. Ao se reportar sobre a

suposta defesa, no artigo de Mejia, das transformações estruturais “temporales”, *Cruzada* assim questionou seu oponente, trazendo, inclusive, citações do próprio texto “investigado”, corroborando, desta forma, ao apresentar mais autenticidade e legitimidade na opinião manifesta:

Aquí tampoco aclara cuál es ese cambio; ni a que estructuras se refiere. Sin embargo, que es un cambio en el sentido de la creciente socialización de la vida económico-política, parece desprenderse del hecho de que se acuse a ese cambio de “culpable concesión al comunismo. (Editorial, N° 053, 1964)

Temas invariavelmente recuperados nos discursos anticomunistas, como a questão da “igualdade de classes” e “reforma agrária”, também foram incorporados e serviram de subsídios para, mesmo os “cambios estructurales” de Mejía não terem sido claramente explanados – aspecto também ressaltado por *Cruzada* –, inculcar negatividade no texto de Critério, projetando diretamente em suas palavras aqueles modelos de pensamento considerados de matriz essencialmente comunista. Com relação à reforma agrária, por exemplo, a questão foi proposta nos seguintes termos: “Propondría una reforma agraria que significaría una división de las propiedades rurales actuales, expropiándolas de sus dueños por medio de pagos diferidos a largo plazos [...] o simplemente sin compensación?”. Já sobre o tema da “igualdad de clases”, a indagação foi posta desta forma: “Quieras ver Ud. a los obreros convertidos en dueños y empresarios de las industrias en que trabajan, quitándolas para ello a sus legítimos propietarios?” (Editorial, N° 053, 1964).

Outro tema que acabou sendo recuperado por *Cruzada* e que também, de um modo direto, inseriu o discurso de Mejia nos termos de uma cumplicidade com o comunismo, disse respeito aos imbróglis que envolviam o Cardeal Mindszenty em sua confrontação, de resistência – segundo os setores tradicionalistas – contra o Estado Comunista na Hungria. Essa manifestação foi posta no texto sobre “*Ofensas a la Iglesia*”, oportunidade que as acusações recaíram sobre Mejia por ter “denegrido” a imagem da Instituição Católica. Dentre as acusações, a opinião que teria manifestado em relação ao Cardeal recebeu destaque na passagem abaixo, que iniciou, cabe destacar, por desqualificar o posicionamento do sacerdote:

No es posible que un sacerdote, periodista, culto, profesor de un Seminario, perito del Concilio, ignore lo que los más elementales conocimientos de Historia enseñan, a saber: que desde hace más de cinco siglos, la Iglesia sufre los ataques de una revolución que le ha ido arrebatando por la fuerza y la traición sus derechos. Es que puede acusarse de irreal a un mártir de su oficio pastoral como el Cardenal Mindszenty, por el hecho de que no actúa con la cruel realidad del mundo comunista? (Editorial, N° 053, 1964)

Para finalizar a análise que envolveu os embates da Revista Cruzada contra Critério, ainda cabe uma última palavra. Em maio de 1965, em sua edição de número 057, a Revista *Cruzada* publicou mais uma matéria, sob autoria do editorial, em que o alvo foi a Revista Critério. É bem verdade que desta feita não houve nenhuma manifestação anticomunista direta e explícita como nas matérias anteriores, mas, desde os *enunciados* presentes no corpo do texto e desde o próprio título da matéria (“*Igual que los Modernistas ‘Criterio’ recurre a la táctica del ataque velado*”), que, de algum modo, também eram constantemente objeto de formulações discursivas anticomunistas (tanto a qualificação de “modernistas” quanto a prática de “ataques velados” podem perfeitamente entrar nesse rol de enunciados), pode-se considerar que esta matéria contribuiu decisivamente para agregar negatividade às práticas de Critério e ser mais uma manifestação que atribuiu, indiretamente, é verdade, os seus vínculos e semelhanças às práticas consideradas comunistas.

Se na “Carta Abierta” um dos objetos de repercussão se deu em relação ao “silêncio” de Critério frente às acusações de *Cruzada*, nesta última, além deste mesmo silêncio, também foi dado destaque a uma espécie de “desdém”, de superioridade publicitária como sendo a principal causa dessa postura:

Sin embargo, cuando se trata de la defensa de la verdad, de la defensa de la doctrina, no hay revista por pequeña que sea que no tenga el derecho y el deber de salir a la palestra, ni hay publicación por grande que sea que este exenta de la observación y la crítica. Esta regla elemental parece ser olvidada por “Criterio”, que envolviéndose en sus galas añejas, y adaptando una actitud orgullosa, se niega al “dialogo”, despreciando a CRUZADA como algo inferior e indigno de atención. (Editorial, N° 057, 1965)

Não bastasse essa atitude “superior” de Critério, de não se defender das acusações, somaram-se a isso, de outra parte, conforme anunciado no título da matéria, os seus ataques diretos e velados:

Lo absurdo es negarse al diálogo franco para incurrir en el ataque velado e crítico. O el silencio total o la réplica franca. Pero la respuesta a medias, el mensaje cifrada no corresponden a las exigencias de la época de dramática lucha doctrinaria en que vivimos. Sin embargo, “Criterio” ha adoptado este oscuro método. (Editorial, N° 057, 1965)

A causa de mais essa repercussão foi apontada como sendo um artigo da edição de número 1471, no qual, segundo *Cruzada*, teriam sido atacados “ciertos periódicos” que praticavam uma “acción obstructiva y divisionista [...] llena de juicios condenatorios, una cierta insuficiencia intelectual [...] formulaciones nada acordes con el magisterio de la Iglesia”

(Editorial, Nº 057, 1965). As palavras de *Critério*, citadas por *Cruzada*, podem dar a dimensão por onde perpassou a motivação em expor mais esse ataque, e que foi influenciada, evidentemente, por todo um conjunto de visões anticomunistas já previamente estabelecidas, sempre passíveis de serem retomadas quando fosse oportuno: “cuando se conoce el contexto ideológico de quien insulta o adjetiva, se puede inferir qué significa el insulto o el adjetivo. Así, cuando ‘Criterio’ nos llama ‘obstruccionistas’ quiere decir que nos cruzamos en su camino [...]” (Editorial, Nº 057, 1965).

Na concepção dos editores de *Cruzada*, então, a postura de *Critério* não passava de uma posição ideológica a qual, por sua periculosidade, necessitaria uma amostragem de sua própria licitude. No momento que adotava a estratégia do silêncio, da não confrontação, de “no querer someter a la luz de un examen doctrinario [...]”, tática essa, assim ficou ressaltado na matéria, já plenamente condenada por Pio X, automaticamente se revelava inspirada no ideário considerado “modernista” e “progressista”, duas caracterizações que, conforme vistas no decorrer da pesquisa, invariavelmente, como foi o caso da Revista *Critério*, eram projetadas como tendo uma base de sustentação baseada nos ditames do comunismo. Por isso, talvez, ao fim do texto, a invocação da proteção de “Nuestra Señora de Luján”, “[...] la verdad triunfará. Por más sutil que sea el error, por más habilidosa que sea la táctica empleada para ocultarlo, ese triunfo llegará” (Editorial, Nº 057, 1965).

3.1.2 “*La influencia del marxismo está por todas partes*”: A “CGT peronista” na alça de mira da Revista *Cruzada*

Durante várias passagens da tese, especialmente nos próximos capítulos, será possível observar que o desencadeamento do “Plan de luchas” pela CGT argentina proporcionou, em diferentes contextos e por diferentes autores, a possibilidade de *Cruzada* arregimentar a construção de diversas manifestações anticomunistas relacionadas a esse acontecimento. A primeira manifestação que tratou do tema de modo exclusivo na Revista foi a matéria do articulista Jorge Luis Bravo, intitulada “*CGT Avanzada del comunismo*”, publicada em junho de 1964. É possível afirmar que essa matéria inaugurou um conjunto de outras manifestações que se ocuparam em colocar em evidência toda uma carga de contrariedade da Revista em relação à entidade dos trabalhadores argentinos, especificamente nos seus líderes peronistas, mas que a dimensão da profusão anticomunista daí originada acabou sendo relacionada com os mais diversos setores da sociedade argentina. Em uma palavra é possível afirmar que a “CGT” e o “peronismo” ou a “CGT peronista” passou a ser considerada uma das principais organizações que deveria estar do outro lado – inimigos – do catolicismo e de toda a nação

argentina. Será a análise do anticomunismo interposto nessa confrontação que a presente sessão do capítulo vai desenvolver.

Além da matéria já referida, *Cruzada* estampou esse mesmo modelo de confrontação em mais três outras grandes matérias tendo, inclusive, em agosto de 1965, organizado um “Número extraordinario” com a matéria de capa intitulada “*Interpelación a los actuales dirigentes del peronismo*” e, dentro dessa, uma edição suplementar, que foi intitulada com a interrogação “*Interpelación a la CGT: es Marxista o Cristiana?*” (imagem abaixo).

Imagem 26 (“*Interpelación a la CGT: es Marxista o Cristiana?*”)



A última incursão de grande proporção dessa série de confrontação contra o peronismo foi a edição de novembro de 1965, que trouxe a matéria de capa intitulada “*El gran silencio del peronismo*” e outras matérias que trataram de repercutir o alcance, em diversos órgãos de imprensa, obtido por *Cruzada* nas suas interpelações.

Para além dessas quatro matérias, cabe destacar que em diversas oportunidades e em diversos contextos (do golpe de 1966, por exemplo) invariavelmente essa confrontação foi recuperada e repercutida, redimensionando e atualizando seus significados e suas proposições, corroborando, desta forma, entre outras questões, para o processo de consolidação do *imaginário* anticomunista no cenário político da Argentina.

Antes da análise se deter com exclusividade na questão discursiva já mencionada, cabe abrir um parêntese para algumas questões da diagramação das referidas publicações, na medida em que isso implicou e influenciou a própria forma da divulgação anticomunista,

especialmente nas possíveis contribuições para seus efeitos de verdade e proposições de convencimentos.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado se configura na forma com que os títulos foram expostos nas matérias, principalmente naquelas que ocuparam o espaço da capa. É possível evidenciar, nesse sentido, a intencionalidade em demarcar a “CGT peronista” enquanto mais uma inimiga a ser combatida justamente a partir da constatação de “infiltração” comunista nos seus quadros dirigentes. Por vezes, mesmo quando a confrontação não foi exposta de maneira direta, acabou delimitando em quais aspectos residiam os seus motivos – a influência comunista. Na matéria de junho de 1964, por exemplo, mesmo não sendo matéria de capa, a questão comunista foi colocada numa importância central, conforme se pode verificar na sua exposição do sumário (impresso na capa), cujo complemento textual se deu com os seguintes dizeres: “CGT avanzada del comunismo: En este agudo análisis vemos qué puede significar el slogan ‘cambio de estructuras’. Llegaremos tan fácilmente al paredón? Se impondrá el ‘ceder para no perder?’ (Bravo, N° 050, 1964)”¹⁰¹.

De outra parte, na edição de agosto de 1965, não houve relação direta com o comunismo no título da matéria de capa, contudo, ficou demarcada a própria confrontação: “*Interpelación a los actuales dirigentes del peronismo*”. Ainda assim, a nota suplementar dessa mesma edição trouxe tanto a confrontação quanto a questão comunista diretamente relacionados: “*Interpelación a la CGT: es Marxista o Cristiana?*”. Já no título da matéria de novembro de 1965, que também ocupou a capa da Revista, mesmo não sendo expostas questões comunistas, a sua descrição não somente aponta para o confronto como sugere o efeito positivo das verdades anunciadas nas interpelações e que foram responsáveis por causar “*El gran silencio del peronismo*”.

Outro ponto a ser examinado na questão da diagramação, com vistas a compreender possíveis intenções propositivas de efeitos de verdade e de convencimento, que puderam ter implicado na própria construção e recepção do anticomunismo, deve ser buscado no formato que a interpelação de agosto de 1965 foi estampada na Revista. No primeiro capítulo da tese, essa matéria foi elencada para exemplificar a forma “didática” com que os editores se propuseram a apresentar aquilo que está sendo entendido como uma pedagogia anticomunista (dispositivo de saber). Nesse sentido, a estratégia utilizada foi eleger alguns temas “más importantes del marxismo”, escolhidos a partir de sua permanência no texto de uma

¹⁰¹ A matéria de capa dessa edição repercutiu o denominado “Escandalo en Cordoba”, cuja temática ficou concentrada no episódio que envolveu três Sacerdotes de Córdoba. Nesse episódio ficaram ressaltadas suas posturas “inadequadas” com relação às transformações do catolicismo naquele contexto. Essa matéria será objeto de análise no próximo capítulo da tese. Ver Imagem 23, p. 231.

publicação da CGT – que originou a “interpelación” –, sendo, em cada um deles, apresentada a forma como se diferenciavam as perspectivas do catolicismo, peronismo e marxismo.

Contendo um total de oito temas dispostos na seguinte ordem, “I – Luchas de Clases”; “II – Cambio de Estructuras”; “III – Programa Revolucionário”; “IV – Estatismo”; “V – Igualitarismo y Ditadura Sindical”; “VI – Educación Materialista”; “VII – Necesidad del Socialismo”; “VIII – Odio a la Tradición”, em cada um deles foi apresentada a visão peronista (a partir de trechos de texto retirados do manifesto da CGT), seguida da visão marxista (a partir de trechos de textos marxistas) e da visão católica (a partir de textos pontifícios). Por último, disposta num comentário de fechamento, uma explicação dos editores da Revista *Cruzada* sobre as consonâncias e discrepâncias entre as respectivas visões. Em cada um dos tópicos, juntamente com o texto, foram impressos os símbolos respectivos (logotipo da CGT, para o caso do peronismo; foice e martelo, para o marxismo; a cruz, para o catolicismo e o cavaleiro medieval, para os comentários de *Cruzada*.), talvez como uma forma de bem caracterizar e identificar o sentido daquela comparação.

É possível aferir que a intenção dessa diagramação, relacionada com o conteúdo do texto (que será analisado no decorrer desta seção) foi apresentar, de forma bastante didática, o quanto as perspectivas práticas e discursivas do peronismo e do marxismo estavam se aproximando naquele contexto, as quais, assim demarcou a matéria, se diferenciavam diametralmente da perspectiva do catolicismo. Soma-se a essas aproximações e distanciamentos, o fato de que “el marxismo no está en el programa peronista de un modo claro y categórico, sino bajo varios aspectos que, para ser mejor focalizados, es necesario verlos en un conjunto”. Como bem explicou o editor, ao se reportar sobre esse modelo de matéria apresentado, “Esto sirve para demostrar que la coincidencia del documento – da CGT – con el marxismo, no es meramente incidental y accidental, sino en sus más características” (Editorial, N° 058, 1965).

Ainda sobre a diagramação da “interpelación”, uma última palavra ainda pode ser mencionada: não bastasse a forma didática com que foram formatadas as construções das aproximações e distanciamentos entre as perspectivas marxistas, peronistas e católicas, ao fim da matéria foi apresentado um resumo de cada tópico, buscando amenizar a extensão do texto principal numa estratégia que se preocupou, talvez, em atingir até os leitores menos propensos ao hábito da leitura. As justificativas para essa medida, como também para a extensão do texto, foram postas nos seguintes termos:

El texto de esta interpelación es, sin duda extenso. Sin embargo era necesario poner a la luz lo que estaba oculto en las paginas de un documento también muy extenso; encontrar la línea ideológica en una exposición de apariencia analítica y técnica, para luego compararla con la ideología marxista y con la doctrina católica. Si la interpelación de “CRUZADA” debía tener la mínima seriedad que exige la gravedad del tema, tenía que ser forzosamente extensa. (Editorial, N° 058, 1965)

Já a matéria que ocupou a edição suplementar do número 058, nos termos da sua diagramação, não apresentou significativa alteração quando comparada com outras matérias da Revista *Cruzada*. Entretanto, cabe ressaltar, essa interpelação, questionando os fundamentos da CGT (marxista ou cristã?), também se ocupou dos mesmos temas elencados na interpelação ao peronismo, contida na edição principal, apresentando, contudo, proposições mais reduzidas, com uma tipologia que se aproximava muito mais de um manifesto panfletário do que propriamente de uma matéria de periódico. Parte do texto introdutório, estampado na capa dessa nota suplementar, pode exemplificar essa questão pela forma apelativa com que se dirigiu aos leitores: “Obrero argentino: no permitas que la gritería de los demagogos [...] te quiera obligar a no pensar, te quiera obligar a rechazar nuestra voz sin oporla [...] Los obreros argentinos son católicos, y sus dirigentes están obligados a serlo también” (Editorial, N° 058, 1965b).

Para dar início à analítica discursiva com vistas a apreender em quais termos foi proposta a confrontação contra a CGT e ao peronismo e como se deu o acionamento do *dispositivo* anticomunista neste bojo, cabe destacar um primeiro aspecto, já referido, que será o fio condutor de todas as matérias que se reportaram ao conflito, qual seja: o desencadear do “Plan de luchas” pela CGT foi visto como uma manobra que respondia às práticas consideradas essencialmente comunistas. Foi a partir desse movimento que o peronismo passou a ser um alvo em destaque dos membros da Revista *Cruzada*. Isso fica muito claro, inclusive, nas primeiras expressões da matéria de junho de 1964: “Hay varias formas de hacer comunismo, de mantener latente la lucha de clases [...] de curar un clima de agitación y descontentamiento [...] Esta tarea la está llevando adelante la CGT” (Bravo, N° 050, 1964).

A deflagração desta forma de enxergar a entidade dos trabalhadores argentinos teve seu assentamento na declaração do secretário geral da CGT, datada de 22 de maio de 1964, quando o mesmo teria exposto a necessidade da realização de um “cambio de estructuras”, os quais repercutiriam em questões muito sensíveis para os grupos tradicionalistas: a questão da propriedade privada, nacionalismo da economia, reforma agrária e reforma urbana. A matéria em questão se propôs a analisar cada uma destas mudanças, projetando de que maneira as mesmas entrariam em consonância com os postulados relacionados ao comunismo. Segundo

José Luis Bravo (Nº 050, 1964), neste sentido, o programa anunciado pela CGT implicaria num “cambio de estructura que no es otra cosa que la instauración en nuestro país de una sociedad socialista, contraria a la sociedad cristiana”.

Mesmo que o foco específico que mobilizou a reação de *Cruzada* tenha se concentrado nas transformações propostas pelo “Plan de luchas”, essa mobilização acabou servindo de suporte para que se fossem produzidas derivações acerca de diversos aspectos da sociedade argentina, em que ficaram ressaltadas situações que, de uma forma ou de outra, acabavam repercutindo diretamente no modo como se avaliava a profusão do ideário comunista no país. Uma dessas situações localizou-se na inércia das autoridades (políticas e empresariais) em controlar, abafar e dissolver o movimento da CGT, diagnosticada – inércia – como sendo reflexo de uma “gimnasia revolucionaria que desde hace años y en forma desenmascarada se lleva a cabo en toda América” (Bravo, Nº 050, 1964). Para além dessa localização específica, o autor entendia ser possível ter um parâmetro da intensidade da “infiltração” comunista no país justamente na forma com que a sociedade, em seus mais diversos setores, estaria sendo vítima de um “magnetismo” cada vez mais atuante e dominante, responsável por dissolver as possibilidades de resistências às propostas das anunciadas reformas estruturais. Foi dessa forma que José Bravo (Nº 050, 1964) descreveu o modo como entendia a realidade argentina naquele contexto: “Hay también otros elementos que nos alarman: son las corrientes socialistas o comunistas difusas que se han ido infiltrando durante estos últimos años en todos los estratos sociales, a tal punto, que han debilitando la sana reacción ante sugerencias de esta categoría”.

Toda essa postura de contrariedade em relação ao movimento da CGT, a partir da visão da sua contaminação pelas ideias marxistas, transmitida de modo bastante detalhado pela matéria de José Luis Bravo, ainda iria aumentar em sua proporção combativa. Passados pouco mais de um ano dessa primeira investida, *Cruzada* voltou à carga total, em agosto de 1965, com a publicação das duas interpelações: aquela que ocupou a edição extraordinária (de número 058) “*Interpelación a los actuales dirigentes del peronismo*”, e aquela que foi disposta em um “suplemento especial”, intitulada “*Interpelación a la CGT: es Marxista o Cristiana?*”. A causa principal que teria motivado essas duas interpelações pode ser localizada no conteúdo de mais um manifesto oriundo da CGT, o qual teria sido publicado em março de 1965 sob o título “*La CGT en marcha hacia el Cambio de Estructuras, juzga el pasado, analiza el presente y proyecta el futuro*”. Ou seja, basicamente o mesmo modelo de conteúdo que originou a publicação de junho de 1964.

Consta na matéria da interpelação que o conteúdo do manifesto da CGT (contendo aproximadamente oitenta páginas) foi criteriosamente estudado pelos membros da Revista *Cruzada*, resultando disso um primeiro diagnóstico, colocado ainda nas suas partes introdutórias: de que o peronismo, que se expressava através do programa difundido pela CGT, era incompatível com a doutrina católica e apresentava estreitas relações com a doutrina marxista. Entretanto, algo que o editor não se furtou em chamar atenção dos leitores se concentrou na afirmação que essa aproximação doutrinária, entre peronismo e marxismo, não se traduzia de maneira clara, de fácil percepção, pois nem sempre se revestia das mesmas características e das mesmas formas, residindo aí sua grande periculosidade. No texto foram relacionadas quatro possibilidades:

a) [...] se aceptan los fundamentos filosóficos del marxismo, sin dar elementos para saber si sacan todas las consecuencias que de ellos derivan; b) [...] se acepta la posición económico-social del marxismo, sin que indique si aceptan los fundamentos filosóficos; c) El lenguaje es muchas veces marxista sin que haya pruebas [...]; d) La problemática marxista está allí, más sin que haya una prueba directa de que esto importe una aceptación del marxismo. (Editorial, N° 058, 1965)

É possível constatar, então, que o sentido e a proposição dessa matéria de *Cruzada* se enquadram perfeitamente naquilo que foi trabalhado anteriormente em relação às iniciativas de se ensinar sobre o comunismo (suas possibilidades e seu potencial) e esclarecer sobre os diversos modos através dos quais tomaria forma na sociedade, ou seja, uma verdadeira pedagogia anticomunista que articulou diversos *dispositivos de saber*. *Cruzada* assumiu, enfim, essa tarefa de orientar seu leitor e aos trabalhadores argentinos sobre essa “nova” configuração do inimigo que agora, de um modo ainda mais sorrateiro, portanto mais perigoso, tomava conta das cabeças de um dos principais setores da sociedade argentina. Assim, o documento publicado pela CGT anunciando as “reformas estruturais” era uma prova dessa investida comunista: “[...] todo a lo largo del documento, el marxismo se encuentra en un estado de fundamento o de consecuencia o de lenguaje o de problemática. La influencia del marxismo está por todas partes, aunque en grado y modos diferentes” (Editorial, N° 058, 1965).

É pertinente ressaltar, ainda, que o texto propôs duas hipóteses que dessem conta de explicar aquilo que foi considerado um “fato doutrinário”, ou seja, explicar o sentido da investida marxista nos dirigentes peronistas da CGT. Constata-se, nesse sentido, que as duas hipóteses, mesmo que sob diferentes perspectivas, colocaram o peronismo como vítima, de forma passiva, e nunca como um agente que teve iniciativa em se aproximar do ideário

marxista: “Es efecto de una influencia ideológica, más o menos subconsciente, del marxismo sobre ciertos grupos dirigentes internos del peronismo, o será un ‘camuflaje’ del marxismo para llevar a una posición marxista a masas a quienes el rótulo marxista causa horror?” (Editorial, N° 058, 1965). Independente de qual foi o “marxismo” que, aos olhos dos editores de *Cruzada*, atuou no processo de crescente influência nos quadros do peronismo, uma questão ficava estabelecida de maneira inequívoca: a força e o potencial do ideário marxista, em conquistar corações e mentes naquele contexto, se tornavam motivos mais do que suficientes para estar em constante alerta.

Foi com base nessa perspectiva que as oito temáticas “marxistas”, apontadas a partir do manifesto da “CGT peronista”, foram devidamente analisadas. Era preciso esclarecer, apontar, denunciar o *modus operandi* comunista. A forma como *Cruzada* se utilizou desse expediente para cumprir sua tarefa, poderá ser verificada a seguir, nos exemplos elencados, os quais terão como base os comentários de fechamento, de autoria da própria Revista. É possível verificar que, invariavelmente, as possíveis confluências entre o peronismo e marxismo foram apresentadas seguindo um mesmo recorte metodológico.

O comentário de *Cruzada* sobre o tema da “Luchas de Clases” iniciou se reportando ao modo como o *Manifiesto Comunista* proclamava a luta de classes como um fator essencial no desenvolvimento do processo histórico. Aí se enquadraria um dos principais “problemas” do comunismo, qual seja, fomentar que o proletariado se lançasse em luta contra as “clases ricas”. O manifesto da CGT, na forma como foi apresentado, também fomentaria, em suas páginas, o ódio dos trabalhadores em relação às classes tradicionais: “El folleto se muestra [...] apasionadamente agresivo: no vê ellas – classes tradicionais – ninguna cualidad, ningún servicio prestado al país y ninguna posibilidad de actuar en beneficio del país” (Editorial, N° 058, 1965). O desenvolver dessa postura implicaria numa dupla consequência negativa: o desencadear da revolução social e, em consequência dessa, a debilidade da doutrina católica. Essa questão é apontada muito claramente no texto:

El lenguaje demagógico, apasionad y tendencioso de la CGT resonando en un ambiente saturado de propaganda marxista, si de un lado favorece la lucha de clases y la revolución social deseada por el marxismo, Crea por otra parte un gran dificultad para que sea debidamente comprendida, admirada y puesta en práctica la doctrina tan serena y ecuánime de los Papas. (Editorial, N° 058, 1965)

Em relação ao tópico do “Cambio de Estructuras” o texto explicou que uma efetivação dessa “transformação” seria uma das principais causas da revolução socialista, substituindo estruturas “caducas” por outras, conformes à realidade das forças produtivas. Para *Cruzada*,

isso significaria que, no contexto político e social da Argentina, defender a abolição da propriedade privada acarretaria, necessariamente, na cooperação para o desenvolvimento do processo revolucionário. Por isso, segundo esse entendimento, o tema da propriedade privada invariavelmente entrava na ordem do dia dos “agitadores marxistas”. Foi com essa qualificação, então, que a publicação da “CGT peronista” acabou sendo enquadrada, pois estaria utilizando de uma linguagem inerente àquelas vinculadas com transformações marxistas, definindo o seu programa como “un cambio de estructuras, como un liso y llano cambio del sistema”. O editor, nesse sentido, alertou sobre a habilidade com que a CGT defendia o tema, sem expor suas convicções de maneira explícita, identificando, nessa estratégia, uma ideologia que se aproximava do marxismo: “La habilidad principal de la CGT, consiste en que, cuando habla de hacer reforma, no ya en el sistema sino del sistema, no define que es el sistema [...]. La CGT se guarda de definir exactamente cuales son los cambios concretos que propone [...]” (Editorial, N° 058, 1965). Com base nestas constatações, assim concluiu o editor:

No creemos necesario insistir más para que la similitud entre la posición marxista y la posición de los actuales dirigentes del peronismo resalte con claridad. No es una mera similitud de lenguaje, que ya es de suyo alarmante, sino incluso una similitud ideológica sumamente peligrosa. (Editorial, N° 058, 1965)

Já a confluência de ideário entre o marxismo e a “CGT peronista” no tópico do “Programa Revolucionario” ficou restrita na forma com que o manifesto da CGT teria defendido um programa de nacionalização da economia, que seria posto em prática a partir de algumas reformas estruturais (agrária, urbana, empresarial, bancária e comercial). Para os autores da matéria, o programa, nos termos sugeridos, também ganhava as temidas colorações marxistas: “El marxismo se propone transferir todos los medios de producción a manos del Estado. No se conforma con una negación teórica del derecho [...] sino que produce a planear el apoderamiento de todos los bienes productivos” (Editorial, N° 058, 1965). Por isso, identificar as semelhanças entre a atuação peronista, preconizada no manifesto, com um “exemplo histórico” de atuação comunista poderia aprofundar nos esclarecimentos das possíveis consequências:

Un proceso similar fue seguido en Rusia, donde los primeros jefes del comunismo no tomaran de inmediato las tierras a los grandes propietarios sino que permitieron que fueran distribuidas entre los campesinos. Luego, según confesión del mismo Stalin a Churchill, fue preciso matar a diez millones de estos infelices campesinos, que habían desarrollado peligrosos hábitos de propietarios incompatible con el

régimen existente [...] Las tierras pasaran por último a poder del estado. (Editorial, N° 058, 1965).

Foi dessa forma, então, que todos os demais temas foram tratados na publicação. No tópico “Estatismo”, preconizado pela CGT, ficou definido que se assemelhava com o “colectivismo estatista del marxismo”, assim como a “educación materialista”, vista como “uma consequência necesaria de su ateísmo” ou o tópico sobre o “odio a la tradición”, considerado característica “del espíritu revolucionário marxista” muito inspirador do modelo adotado pela CGT. Todos eles foram desenvolvidos de uma forma que pudessem dar conta de esclarecer em quais aspectos o manifesto da CGT se cosubstanciava num produto influenciado e contaminado pelos postulados marxistas: “La fuerza del peronismo, que controla la CGT, en una sociedad anarquizada como la nuestra, es muy grande. Si esa fuerza estuviera siendo utilizada por el marxismo, el peligro de un triunfo socialista estaría muy próximo” (Editorial, N° 058, 1965).

O objetivo primordial da “interpelación” e o desenvolvimento analítico de todos esses temas podem ser traduzidos no sentido de sua proposição enquanto ferramenta de esclarecimento do “como” comunista. Um “como” comunista que, desta feita, estaria se apropriando de um setor vital para a concretização de seus métodos e objetivos maiores. Por isso, uma chamada, ao fim da matéria, convocando aos leitores:

LEA, DIFUNDA Y APOYE ESTA INTERPELACIÓN.

Ciudadano y obrero argentino

Quieres defender tus derechos y los de tu familia de acuerdo con los principios cristianos que son la base de nuestra Patria? Estas seguro de que el sindicato que te representa tiene el mismo objetivo? Estas seguro de que El no te arrastra sin que lo sepas ni lo quieras, hacia el comunismo, que es la negación brutal de los principios cristianos en que se fundamentan tus derechos? (Editorial, N° 058, 1965).

Após o número de agosto, da *interpelación*, com a sua respectiva nota suplementar, *Cruzada* deixou de publicar dois meses uma nova edição da Revista. Somente no mês de novembro o número 059 foi publicado, repercutindo e dando prosseguimento ao embate contra o peronismo da CGT. Tanto a matéria de capa intitulada “*El Gran Silencio del Peronismo*” (imagem abaixo) quanto as matérias “*Cierto nacionalismo nos ataca*” e “*Repercusiones de una interpelación esclarecedora y triunfante*” se empenharam em demonstrar os efeitos provocados pelas edições que publicaram as interpelações e, nesse sentido, acabaram incorporando uma nova série de argumentações que deram continuidade às acusações de influência marxista nos dirigentes peronistas.

Imagem 27 (*Cruzada*, novembro de 1965)

Por um lado, em que pese o título da matéria de capa acusar o “silêncio” do peronismo em relação às investidas de *Cruzada*, uma publicação no diário *Crónica*, datada de 20 de agosto de 1965, foi emitida pela CGT, a qual fazia menção às acusações, sem, no entanto, responder, de maneira significativa e convincente, pelo menos no entender dos editores de *Cruzada*: “El comunicado se abstiene de refutar los argumentos de Cruzada [...] Termina agregando algunos calificativos que tampoco aportan ningún argumento contra las serias objeciones hechas por ‘Cruzada’” (Editorial, N° 059, 1965c). Por outro lado, o suposto “desdém” do peronismo, em relação às interpelações, foi contrastado com a repercussão positiva destas a partir de uma ampla difusão em diversos órgãos de imprensa da Argentina (resumos foram publicados nos diários *Crónica*, *La Razón*, *La Nación*, diários do interior do país e programas de rádios), cartazes (dez mil), além da distribuição de folhetos e vendas das edições aos arredores de Igrejas e das principais ruas e avenidas da capital federal. Segundo a matéria, houve, também, uma coleta de assinaturas em que “se pedía a los actuales dirigentes del peronismo una respuesta por escrito a la interpelación de Cruzada” (Editorial, N° 059, 1965c), que obteve, segundo dados da própria matéria, em torno de sete mil firmas.

Para além da divulgação das positivas recepções que a interpelação causou na população argentina e nos diversos órgãos de imprensa, bem como a forma com que a resposta peronista foi sumariamente desqualificada, “[...] es ineluctable reconocer que éste – peronismo – [...] no osó abordar directamente los argumentos dados por CRUZADA, los que, por lo tanto continúan en pie” (Editorial, N° 059, 1965c), a edição de novembro também

permite evidenciar, conforme já anunciado acima, que o processo de articulação dos ideais peronistas com os postulados marxistas recebeu novas objeções, dando continuidade e reforço às questões bastante debatidas nas matérias anteriores.

Ao enumerar seis motivos que tornariam a interpelação “indispensável”, pelo seu conteúdo, diversas passagens da matéria dão conta de reforçar que o comportamento dos dirigentes peronistas da CGT (inclusive a forma com que se manifestaram – indiretamente – em relação à interpelação) era um reflexo direto de uma influência marxista. O primeiro motivo descrito ressaltou o disfarce característico do comunismo ao se apoderar de suas “vítimas”:

Quedó probado que la CGT se envuelve en un velo de confusión y de misterio [...] – que – permite que una minoría izquierdista dirija a una gran multitud obrera [...]. Esa multitud no apoyaría a tales líderes si ellos expresasen de un modo claro y habitual sus tendencias hacia al comunismo. (Editorial, N° 059, 1965c)

Em outra passagem, o modo como o peronismo teria repercutido e respondido à interpelação também não ficou imune às caracterizações impostas pelos editores, situando essa prática como uma manobra característica dos dirigentes comunistas:

Así como un dictador comunista mandaría responder a los reclamos de algún grupo obrero por un secretario o un subsecretario, el peronismo juzgó que no desdecía su majestad de sólido coloso suscitando una respuesta que emanara de sus filas, sin comprometer con ello a la dirección central, no embargando a ésta en una imprudente polémica. (Editorial, N° 059, 1965c)

Por fim, dessa matéria ainda cabe um último registro que permite apreender em quais termos se deu a lógica combativa do Grupo de *Cruzada* contra o peronismo, que se enquadra perfeitamente no aspecto já mencionado sobre as possíveis intencionalidades e objetivos perseguidos no constante processo de demarcação do inimigo comunista, suas possibilidades, sua localização, seu modo de agir e sua periculosidade. Ao apresentar o resultado fundamental de ambas as interpelações contra o peronismo, os editores mencionaram que se tratou de

[...] poner al desnudo a los ojos de la nación argentina, como CRUZADA deseaba, el embuste del peronismo, que es una inmensa fuerza dirigida por una oligarquía igualitaria y tiránica, la cual se dirige hacia objetivos muy distintos de los que los obreros peronistas tienen “in mente”. (Editorial, N° 059, 1965c)

3.1.3 *Cruzada* contra Diputados Demócratas Cristianos

“CRUZADA” es una publicación católica, fundada por un grupo de jóvenes en julio de 1956. Tuvo como objetivo desde su fundación la lucha contra la bolchevización del país, que avanza al amparo de una gran confusión ideológica. Para ello se propuso exponer la Doctrina Social y Política de la Iglesia, sin concesiones de ninguna especie, “ni a la derecha ni a la izquierda” (I Macabeos, 2-22).

Durante todos estos años “CRUZADA”, se ha mantenido fiel a estos principios, progresando en la comprensión de los mismos y afinando sus miras. En la defensa de la verdad, “CRUZADA” no ha rehuído jamás el combate del error, allí donde se manifiesta en forma pública. Esta combatividad no ha sido fruto de espíritu partidista alguno, sino guiada por el deseo de servir a la Iglesia.

Es por ello que con títulos suficientes, interpelamos hoy al bloque de Diputados del Partido Demócrata Cristiano, para que diga si es cierto, como lo pensamos y sostenemos, que su proyecto de Ley de Reforma Empresaria, es contrario a la Doctrina Social de la Iglesia y conduce al socialismo.

Creemos que estamos haciendo uso de un derecho, ante fantasiosos de lo sostenido en dicho proyecto, donde se niega una institución tan importante para el buen orden de la sociedad civil, como lo es la de la Propiedad Privada.

Mas al mismo tiempo, cumpliendo una obligación, porque la confusión doctrinaria que dicha afirmación acarrea, debe ser dilucidada en forma pública, como pública fue la afirmación.

Es así que nuestra interpelación se ubica únicamente en e plano doctrinario, y que no nos anima ningún otro ulterior propósito. Por lo tanto, rogamos a los Señores Diputados que su respuesta se ubique en el mismo plano. (Editorial, N° 054, 1964)

Em novembro de 1964, a edição de número 054 da Revista *Cruzada* foi dedicada exclusivamente a publicar uma “*Interpelación a los Diputados Demócratas Cristianos*”. A extensa citação acima foi publicada na capa desta edição (imagem abaixo) e pode ser considerada um cartão de visitas demonstrativo das intenções do Grupo da Revista, desde o modo como procurou transmitir a sua credibilidade enquanto um periódico assentado numa perspectiva católica, até mesmo na forma com que externou sua base de ação assentada primordialmente na luta anticomunista. O leitor que, por ventura, tomasse a Revista em suas mãos, de saída já se abastecia do texto em questão. Nesse primeiro olhar, era possível saber do arrolamento dos deputados demócratas cristãos com as faces comunistas. Investigar, portanto, como se deu e quais foram os termos de mais essa investida do Grupo de *Cruzada*, as condições de emergência de mais essa confrontação e como foi operacionalizada a inserção do *dispositivo anticomunista* nessa querela – que se caracterizou por envolver um grupo de parlamentares argentinos – será o principal objetivo dessa sessão.

Imagem 28 (“Interpelación a los Diputados Demócratas Cristianos”)



Os motivos alegados pelos editores da Revista para o desencadear desse confronto se concentraram no conteúdo de um projeto de lei, de autoria de sete Deputados do PDC¹⁰² argentino, que foi apresentado no legislativo em setembro de 1964. Publicado no “Diario de Secciones” da câmara federal, o referido projeto continha, como sua principal proposta, uma reforma empresarial, a qual, segundo os autores da interpelação, acabaria atingindo questões vitais da sociedade “católica” e “cristã” argentina, especialmente a questão da propriedade privada: “Atacamos el proyecto de Reforma Empresaria de los diputados demócratas cristianos porque introduce un principio económico contrario a la propiedad privada, cuyo valor de derecho natural desconoce” (Editorial, N° 054, 1964). Foi a intenção de alertar, alarmar e orientar os leitores sobre um processo socializante em curso no país que motivou essa interpelação.

Da mesma forma que os embates da Revista contra o Grupo de Critério e a “CGT peronista” foram repercutidos por diversas edições e recuperados em diversos momentos – de crise – do contexto político do país, isso também ocorreu no caso do confronto contra os Deputados do PDC. Após a publicação da interpelação, em novembro, *Cruzada* voltaria a

¹⁰² Após o término da Segunda Guerra Mundial, o PDC surgiu como um movimento político autodenominado distinto dos que até então se apresentaram no cenário político-partidário mundial, passando a conquistar uma relativa força eleitoral tanto na Europa quanto na América Latina. Na América Latina, a DC esteve, para além da Argentina, no Brasil, Chile, Uruguai, Peru, Guatemala e El Salvador, todos com a denominação de PDC. De acordo com Sandro Coelho (2003, p. 203) a característica em comum entre estes diversos partidos foi o fato de “se apresentarem e se entenderem como diferentes das demais agremiações por formularem a ideia da chamada Terceira Via, a qual, resumidamente, se oferecia como alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária”.

publicar uma nova edição no mês de fevereiro de 1965 – alterando uma prática de iniciar as publicações a partir do mês de março – que também repercutiu e deu continuidade ao embate, com o título da matéria de capa bastante sugestivo: “*Bolchevización Blanca: Revolución Democrata Cristiana*”. Além dessa matéria de fevereiro, cabe salientar, por diversas outras oportunidades a interpelação foi recuperada, vista sempre enquanto uma manobra de representação positiva em relação ao esforço do Grupo no combate a qualquer sinal de ameaça comunista no país.

Desde a publicação da edição, os membros de *Cruzada* se dedicaram no processo da sua divulgação. No dia exato do início da distribuição, 30 de novembro, exemplares foram disponibilizados em diversos postos de venda em Buenos Aires, além de uma significativa quantidade que teria sido enviada para cidades do interior. Além disso, a partir do dia 14 de dezembro, diversos cartazes que faziam menção ao conteúdo da interpelação foram fixados na região central da capital, especificamente na “calle Florida” onde, inclusive, durante quatro dias, membros da Revista recolheram assinaturas em apoio à iniciativa, que chegaram ao número de aproximadamente 2600 adesões.

Além do texto introdutório que foi publicado na capa, e que abriu esta seção do capítulo, outros aspectos da diagramação da edição também merecem alguns comentários, justamente por permitirem verificar como se deu a mecânica de inserção das proposições e enunciados anticomunistas. Inicialmente, devem ser destacadas as “chamadas”, localizadas na parte superior das páginas. Elas adquiriram uma importância fundamental, no que concerne aos seus dizeres, proporcionando uma maior orientação e informação ao leitor da edição. Assim, foram postas numa sequência que deixava claro os sentidos e propósitos da interpelação, com destaque para a exposição de um conjunto de enunciados que regularmente ocupavam a dinâmica discursiva anticomunista: “*No hay orden económico legítimo que no se funde sobre la Propiedad Privada*”, “*La Democracia Cristiana propone una ‘Socialización’ que no es otra cosa que Socialismo*”, “*Quien niega la propiedad privada, cae necesariamente en el comunismo*”, “*Un lenguaje sonoro, lleno de falsas promesas, no beneficia a los obreros*”, “*Nadie puede ser a la vez buen católico y verdadero Socialista (Pío X)*”, “*La franqueza, la probidad y la coherencia en los debates públicos, piden una respuesta*” (Editorial, Nº 054, 1964) . O leitor que concentrasse sua leitura apenas nas “chamadas” da interpelação não teria dúvida de que a prática dos parlamentares do PDC estaria sob estreita influência comunista, a partir de uma visão que rechaçava a legitimidade da propriedade privada enquanto um atributo divino, sinal mais do que consistente de que o país poderia estar trilhando firmemente o caminho da comunização.

Ainda referente à diagramação, cabe destacar que a edição foi composta por um conjunto de textos que, assim como as “chamadas”, foram publicados numa sequência a fim de facilitar a compreensão dos leitores, destacando, deste modo, aspectos que indicam o estabelecimento de vontade em organizar a leitura com o intuito de melhor apreender os resultados ou direcionar a leitura para constatações específicas. Na capa, ainda, e de forma a dar continuidade ao texto introdutório, os editores investiram nas principais explicações que levaram à interpelação. Mencionaram o nome dos sete deputados, autores do projeto de lei, as suas intenções e, especialmente, contrariaram a inspiração doutrinária por eles utilizada: “dicen al país que las medidas en él propuestas son fiel expresión de la doctrina social de la Iglesia, en especial, tal como se contiene en la Encíclica ‘Mater et Magistra’” (Editorial, Nº 054, 1964). Na sequência, dois textos se dedicaram a apresentar algumas considerações sobre o tema da propriedade privada, “*El derecho de propiedad privada, principio de lo económico social*” e “*La propiedad privada y la empresa*”, os quais recuperaram diversos trechos de documentos pontifícios que, em síntese, foram utilizados como embasamento para apresentar aquela que seria a verdadeira visão da doutrina católica sobre o tema, rechaçando, portanto, a inspiração anunciada pelos deputados.

Após a exposição da fundamentação da perspectiva doutrinária elegida pelos editores em relação ao tema, os textos se ocuparam do conteúdo do projeto de lei. Os títulos “*Como el proyecto niega y pisotea estos derechos*”, “*Como el proyecto es confiscatorio*”, “*Todo el proyecto culmina en esa estatización de la reforma industrial y agropecuaria*” e “*La Reforma empresaria perjudica a los obreros*” (Editorial, Nº 054, 1964), podem ser um demonstrativo de como e com qual perspectiva os editores refutaram as ideias contidas no projeto. Nesse sentido, os argumentos foram construídos tendo como comparação o próprio texto dos deputados que, como era uma prática recorrente dos grupos tradicionalistas, foi publicado na íntegra e de forma destacada, ocupando quase a totalidade de duas páginas. Por fim, a matéria ainda contou com mais dois textos que apresentaram as “*Consideraciones finales y aclaraciones*” e a “*Interpelación*”, onde foram recuperadas algumas das principais ideias dos textos anteriores, pontuando argumentos defendidos, além de expor a razão de ser da edição: “[...] interpelamos a los Señores Diputados [...] para que públicamente y por escrito, declaren si reconocen o rechazan la procedencia de las objeciones contenidas en el presente documento, y para que en caso de rechazo, expliquen las razones del mismo” (Editorial, Nº 054, 1964).

É preciso destacar, e a própria análise do *contexto gráfico* já sinalizou para esse aspecto, que essa edição da Revista *Cruzada* poderia perfeitamente ser incluída, enquanto

objeto, na mesma base analítica que será desenvolvida no capítulo seguinte quando buscar-se-á examinar como os “desvios” interpretativos das Encíclicas de João XXIII (especificamente, nesse caso, a *Mater et Magistra*) proporcionaram continuadas investidas no campo das *lutas por representações* como um dos principais mecanismos de construção e profusão do discurso anticomunista. Essa questão – interpretação equivocada da doutrina pontifícia – foi um dos principais elementos que mobilizou a investida do Grupo contra os Deputados do PDC. Contudo, como se tem tentado demonstrar, a perspectiva da interpelação também foi assentada na ideia do confronto, que acabou ultrapassando, de certa forma, as questões inerentes aos equívocos interpretativos, atingindo outras faces da construção discursiva anticomunista, localizadas na própria maneira de se perceber o “outro”, aquele que, naquele contexto, estaria comprometendo a saúde católica da nação argentina.

A leitura da disposição gráfica da edição de *Cruzada*, acima desenvolvida, permite, entre outras questões, constatar a existência de uma *ordem do discurso* (FOUCAULT, 1971), em que foram inseridos os mais diversos enunciados que relacionaram o projeto de lei dos democratas cristãos, assentado nos mesmos propósitos dos postulados comunistas. Ou, em outras palavras, permite perceber que o modelo de anticomunismo operacionalizado se localizou em determinados “lugares”, que, no seu conjunto, puderam proporcionar os *efeitos de verdade* no que tange ao relacionamento democracia cristã/comunismo.

Esses “lugares” e a própria dinâmica discursiva operacionalizada podem ser apreendidos em diversas passagens da interpelação, sobretudo naquelas em que o direcionamento do embate se localizou no conteúdo do projeto de lei, especificamente na apropriação e desenvolvimento daqueles pontos mais sensíveis, aos olhos dos tradicionalistas, às iniciativas comunistas. Nesse sentido, o tema da propriedade privada e os assuntos a ele relacionados se tornaram os principais objetos utilizados como demarcadores do relacionamento de ideário democrata cristão com a perspectiva comunista:

El proyecto no se refiere a la propiedad privada sino en términos peyorativos [...] Tal como lo sostiene el comunismo (Div. Redemp. BAC, p. 845), el proyecto afirma que sólo pasando a la empresa al poder de los trabajadores dejará el capital “de ser un factor de explotación” (Editorial, N° 054, 1964).

O texto como um todo possibilitou que diversas proposições anticomunistas fossem acionadas, sendo que muitas se reportaram sobre aquele que seria um modelo de ação “nitidamente” comunista, qual seja, a forma camuflada e indireta com que o texto do projeto apresentou suas intenções, mascarando os seus “verdadeiros propósitos”. Ao propor a

indagação referente ao que o projeto escondia nas suas entrelinhas, a resposta foi enfática: “Nada menos que la negación absoluta de un principio fundamental de la enseñanza católica y la afirmación velada, pero categórica, de una convicción socialista e marxista que pugna por afirmarse a la luz del día” (Editorial, N° 054, 1964).

Cabe salientar que os modelos discursivos que vincularam as ideias do projeto em estreita ligação com o ideário comunista, empregados em diversas partes do texto, invariavelmente foram acompanhados por passagens que traziam citações de textos marxistas, aprofundando, portanto, a questão do esforço em transmitir um *efeito de verdade* às conexões propostas. A passagem a seguir é um dos exemplos de como esse aspecto apareceu no texto:

La conservación de la palabra ‘propiedad’ en lenguaje empleado – no texto do projeto – no nos debe hacer pensar que se retiene algo de la doctrina tradicional sobre el tema. Nada de eso. El mismo Marx empleó conceptos similares: “El rasgo distintivo del comunismo no es la abolición de la propiedad en general, sino la abolición de la propiedad burguesa”. (Manifiesto Comunista, II). (Editorial, N° 054, 1964)

Não será necessário abordar todas as investidas do Grupo de *Cruzada* que demarcaram o projeto de lei dos deputados do PDC como sendo fruto de inspiração comunista, mesmo por que o mecanismo discursivo adotado acabou sendo muito semelhante entre uma e outra sentença. Cabe destacar, entretanto, que os temas correlatos com o da propriedade privada, explorados pelos textos da interpelação, como a estatização da produção industrial e agropecuária, valor da indenização das propriedades expropriadas, modelos de expropriações a serem utilizados, todos eles acabaram recebendo caracterizações que remetiam sua roupagem às colorações comunistas.

Como foi possível verificar a partir dos exemplos elencados, o *dispositivo anticomunista* deflagrado na confrontação com os Deputados do PDC argentino foi operacionalizado de forma direta e constante. Mesmo que o objetivo declarado da interpelação fosse provocar uma resposta dos deputados acerca das acusações de *Cruzada*, a sua “fachada” comunista já estava consolidada. Esse aspecto pode ser exemplificado nas mais diversas passagens que se detiveram nas propostas relativas ao projeto, como aquela que resultou do comentário referente à análise do artigo 32º, que versava sobre as indenizações:

Nótese aquí la vieja táctica socialista de comenzar al ataque a la propiedad privada por los propietarios mayores. Usufructuando del clima igualitario que han logrado crear previamente en la opinión pública, saben que al asalto así iniciado tiene mayores posibilidades de éxito. (Editorial, N° 054, 1964)

Após a publicação da edição da “interpelación”, bem como todo o esforço empreendido pelo Grupo na sua divulgação e propaganda, ocorreram diversas manifestações, tanto de contrariedade quanto de adesões. A notícia da interpelação correu por diversos órgãos (jornais, revistas e rádios) da imprensa argentina. Uma parte da edição de fevereiro de *Cruzada* foi dedicada exclusivamente a concentrar as mais diversas formas com que a interpelação foi recebida por diversos grupos, inclusive pelos próprios “interpelados”, os deputados do PDC. Cabe destacar, entretanto, que mesmo que a edição tenha trazido opiniões de ambos os lados (aqueles que aderiam e os que foram contrários à interpelação), o principal mote da publicação foi dar continuidade à confrontação, reafirmando e reforçando as acusações impostas aos parlamentares. As respostas que eles deram em carta-aberta direcionada ao “povo da nação”, não foram suficientes para que as acusações das suas vinculações com o comunismo fossem retiradas ou relativizadas. Pelo contrário, acabaram mobilizando novas etapas no confronto:

Los siete diputados nacionales del bloque demócrata Cristiano, publicaron el 21 de diciembre próximo pasado un documento que si bien alude cuidadosamente mencionar a “Cruzada”, se refiere a la interpelación que les hiciera nuestra revista [...]. El documento demócrata cristiano no se dirige a “Cruzada”. No sabemos si por temor o táctica. Cualquiera sea la razón, conspira contra la franqueza. Tampoco responde los argumentos doctrinarios de nuestra revista. (Bravo, N° 055, 1965)

Para melhor compreender de que maneira a edição de fevereiro de 1965 redimensionou o embate iniciado pela interpelação de novembro de 1964, agregando novos aportes de enunciados anticomunistas, propõe-se passar em revista a forma como foi estruturada a sua diagramação, desde a sequência com que as matérias foram apresentadas, até a própria escolha do formato dos seus títulos. A edição foi composta com a seguinte estrutura: Uma matéria de abertura, assinada por Cosme Beccar Varela e por Jose Luiz Bravo – respectivamente secretário e diretor da Revista naquele contexto –, que tratou de desqualificar, ponto a ponto, as respostas dos Deputados à interpelação; duas páginas inteiras, que trouxeram as repercussões da interpelação em diferentes setores, enfatizando o “sucesso” publicitário obtido. Neste espaço também foi incluída a publicação, na íntegra, de um texto assinado por 462 estudantes universitários contra os parlamentares do PDC; uma página inteira com as respostas dos Deputados à interpelação e ao texto dos universitários, curiosamente intitulada de “*Los Diputados del PDC no responden a las Graves Acusaciones Doctrinarias*”; uma página que publicou, na íntegra, as correspondências trocadas entre o presidente do PDC, Deputado Enrique de Vedia, e o principal autor do texto dos

Universitários, Félix Esteban Douforq; e, por fim, a última página que se ocupou em atacar a Revista “Esquiú”, publicação dirigida pelo Padre Agustín Luchia Puig, abertamente contrária ao Grupo de *Cruzada*, alertando para o seu posicionamento doutrinário “nocivo”.¹⁰³

O título que foi exposto na capa da edição “Bolchevización Blanca: Revolución democrata Cristiana” (imagem abaixo) remete, de forma muito clara e propositiva, a dois aspetos diretamente relacionados: a relação democracia cristã/comunismo já perfeitamente estabelecida – algo que já havia sido plenamente difundido por ocasião da interpelação –, bem como apresenta a estratégia (“blanca”) que seria adotada para a concretização dos objetivos.

Imagem 29 (*Cruzada*, fevereiro de 1965)



Neste último caso, não se tratava de uma “bolchevização vermelha”, realizada a partir de uma revolução violenta, com o emprego de táticas de guerrilha armada, mas uma “revolução branca”, pacífica, realizada a partir de reformas de dentro do próprio sistema, sorrateiramente, com vistas à implantação do comunismo por meios não tão aparentes, residindo aí a sua grande periculosidade: “El peligro es grave porque la revolución democrata Cristiana es la forma que parece haber adoptado el comunismo en los países cristianos donde no puede triunfar la guerrilla” (Bravo e Varela, Nº 055, 1965). Portanto, longe de ser

¹⁰³ A última matéria da edição de fevereiro foi intitulada “La carta que Esquiú no publicó”. Ocupando a totalidade da capa, tratou-se de mais uma resposta do Grupo de *Cruzada* aos seus opositores. A Revista Esquiú, através de matéria publicada, não somente apresentou solidariedade ao projeto de lei do PDC, como também criticou a “interpelación” de *Cruzada*: “[...] este semanario ha tomado partido de un modo desleal por los autores del proyecto socialista e confiscatorio de Reforma Empresaria. En su numero 244 [...] publica un articulo en el que [...] termina sosteniendo la posición democrata Cristiana y acusando a “CRUZADA” de faltar a caridad, tergiversando las opiniones de ésta” (Bravo, Nº 055, 1965).

considerado apenas uma casualidade, o título da matéria de abertura da edição se configurou numa intencionalidade bastante específica: demarcar, com um efeito de verdade – recebendo novas investidas na matéria que se seguiu –, o enquadramento do PDC argentino enquanto grupo “usado” pelo comunismo nas consecuições de seus objetivos.

A matéria que abriu a edição, desenvolvida sob o título principal, ocupou a totalidade das três primeiras páginas, incluindo a capa. Conforme referido acima, tratou-se de uma série de considerações que desqualificaram, pontualmente, a resposta que foi dada à interpelação pelos Deputados do PDC. Mas não se resumiu a isso. Tratou-se também de uma explícita vontade em repetir e reforçar todas as assertivas desenvolvidas na interpelação, especialmente o caráter comunista da prática dos parlamentares interpelados:

Creemos que después de lo dicho y actuado por la Democracia Cristiana, por medio de sus diputados nacionales, pocas dudas deben quedar ya a los argentinos a quien sirve. No sirve a la civilización Cristiana, ni a la Patria. Sirve a una revolución socialista, desquiciadora del orden y de los derechos, antesala del comunismo [...] Esta revolución demócrata cristiana tiene, además, la terrible nocividad que implica su aptitud para confundir a la opinión católica y dividirla. La paralizan de ese modo y inutilizan como fuerza opositora a su peor enemigo de todos los tiempos, el comunismo bolchevique. (Bravo e Varela, N° 055, 1965)

O espaço que foi destinado para as repercussões da interpelação ocupou quase a totalidade das duas páginas centrais trazendo, inclusive, fotografias dos membros de *Cruzada* no contato com a população por quando da coleta de assinaturas de apoio à sua causa. Neste espaço, também, foi destacada aquela que se tornaria mais uma forma de ataque impetrado contra os Parlamentares do PDC, qual seja, uma manifestação de adesão, datada do dia 4 de dezembro, assinada por 462 estudantes universitários (iniciativa dos membros de *Cruzada*) na qual questionavam as medidas contidas no projeto e, assim como a interpelação, suscitavam uma resposta: “considerando que las acusaciones de error doctrinario lanzadas contra vuestro proyecto son de extrema grave das, nos dirigimos a Uds. Rogándoles quieran responder públicamente y por escrito a esa revista [...]” (Texto, N° 055, 1965).

Foi somente na terceira parte que uma página inteira foi reservada para a transcrição das respostas dos Deputados interpelados (matéria que teria sido publicada no *La Nación* de 21 de dezembro). Elas foram desenvolvidas com base nas sete questões propostas pelos estudantes universitários. Uma a uma, elas foram respondidas. No item sétimo, por exemplo, a resposta se deu nos seguintes termos (todas as respostas iniciaram com formatação em caixa alta e em negrito):

ES CIERTO QUE LA DEMOCRACIA CRISTIANA PROPUGNA UMA SOCIALIZACION O COMUNITARISMO DE FUNDAMENTO E SENTIDO CRISTIANO QUE NADA TIENE QUE VER COM EL ESTATISMO O EL SOCIALISMO COLECTIVISTA Y MATERIALISTA. Por el contrario, constituye contra estos la mejor garantía. La socialización Cristiana se orienta hacia la promoción de los derechos y poderes sociales de cooperativas, sindicatos, familias o grupos familiares o vecinales, que es la línea que nutre al proyecto la Ley de Reforma de la Empresa, línea reconocida, y aceptada y enseñada por Juan XXIII [...]. (Vedia, N° 055, 1965)

Curiosamente, mesmo com todas as respostas nesse mesmo estilo e nessa intensidade, negando enfaticamente qualquer vinculação com o ideário comunista, não foi suficiente para serem consideradas pelo Grupo dos editores, na medida em que o título deixou explícito que “*Los diputados del PDC no Responden a las Graves Acusaciones Doctrinarias*”. Eles não somente responderam, como o fizeram com uma tonalidade argumentativa bastante agressiva, talvez residindo nesse aspecto um dos fatores que podem explicar a mobilização de um novo ataque por parte de *Cruzada*. A passagem abaixo pode ser um demonstrativo da forma como se desenhou o revide combativo dos Deputados:

La precedente es una respuesta constructiva a la actividad negativa de un sector que carece de competencia y autoridad para juzgar la ortodoxia de la Democracia Cristiana. Nosotros no hablamos en nombre de la Iglesia Católica [...] pero exigimos que ningún sector ciudadano pretenda suplantar su magisterio. El pequeño grupo interpelante y la publicación que lo respalda han recurrido a la vieja y diabólica técnica de las citas trucas de textos pontificios sirviendo, tras la fachada presuntamente doctrinaria, los intereses mezquinos y egoístas de grandes capitalistas y de sus abogados y asesores. (Vedia, N° 055, 1965)

Por ocasião da página que publicou a troca de correspondências entre o presidente do PDC, Henrique de Vedia, e o membro de *Cruzada*, Félix Esteban Douforq, se for levado em conta somente o conteúdo das cartas não houve, pode-se dizer, alguma inflexão que trouxesse novidades na formatação do discurso anticomunista, entretanto, deve ser considerada a própria intenção de se publicar, lado a lado, a carta do parlamentar negando qualquer vinculação comunista, e a carta de resposta do membro da Revista, reafirmando todas acusações. Ou seja, tratou-se de mais um movimento inserido na lógica de desqualificar as justificativas apresentadas, reestabelecendo, assim, por outro viés, as considerações que provocaram o embate, intimamente relacionadas com a influência comunista no projeto de lei.

Além disso, outro aspecto bastante significativo chama atenção nessa página: as duas imagens utilizadas para representar os dois grupos em disputas. No lado do texto do Deputado, foi utilizada uma imagem que lembrava o diabo e, no lado do texto do articulista de *Cruzada*, a imagem de um cavaleiro medieval, devidamente trajado. Tratou-se, então, da

recuperação de uma tradicional forma de representação anticomunista que vinculava o comunismo a uma doutrina essencialmente demoníaca, anticristã, contrastando com a representação do cavaleiro, defensor da fé e da religião Católica contra todos inimigos que poderiam representar algum perigo. O PDC argentino, através de seu projeto de lei, se tornava a mais recente reencarnação do mal aos olhos dos redatores de *Cruzada*.

3.1.4 “Dos pesos e dos medidas”: D. Alberto Devoto na Revista *Cruzada*

Conforme visto até o presente momento do capítulo, a trajetória do Grupo da Revista *Cruzada* pode ser caracterizada, entre outras questões, pela constante confrontação de ideias de ordem política e doutrinária com diversos grupos e instituições, especialmente quando se leva em conta um contexto marcado pelo golpe de 1966, bem como pelos embates e disputas políticas suscitadas a partir das renovações do catolicismo na década de 1960.

O caso que será analisado neste espaço trata-se do confronto estabelecido entre o Grupo e o Bispo de Goya, D. Alberto Devoto. O contexto político circunscrito ao embate estava inserido na luta anticomunista empreendida pelo governo militar, instaurado a partir de um golpe de Estado, em 1966, tratando do tema da “subversão” como um dos motes principais do regime. De outra parte, a “origem” do confronto se deu em função de um pronunciamento do Bispo de Goya contra posicionamentos políticos-doutrinários de *Cruzada*, a qual, por sua vez, partiu para o “contra-ataque” argumentativo, inserindo e acionando o *dispositivo anticomunista* de modo explícito.

É preciso destacar que D. Alberto Devoto pode ser considerado pertencente ao grupo de católicos que eram caracterizados como progressistas, participando, inclusive, na formação do grupo dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo (MSTM) na Argentina. Neste sentido, D. Alberto Devoto foi quem deu a conhecer a versão francesa do “Manifiesto de los 18 Obispos del Tercer Mundo” (BETT e SCIRICA, 2014), cuja tradução posterior contribuiu decisivamente para a conformação do MSTM, mesmo que o prelado não tenha se integrado de forma orgânica no movimento.¹⁰⁴

Em meados de maio de 1967, os jornais da Província de Corrientes publicaram um comunicado sob autoria do Bispo de Goya. Lido nas Igrejas que celebraram missas no domingo, dia 14 daquele mesmo mês, o comunicado trouxe as seguintes expressões:

El Obispo de Goya pone en conocimiento de los fieles que el grupo de jóvenes que en estos días han visitado nuestra ciudad bajo la denominación de “Cruzada” no

¹⁰⁴ Ver Touris, (2012)

representan en manera alguna el pensamiento de la Iglesia Católica y que los escritos por ellos distribuidos deforman las enseñanzas de la Iglesia de materia social. (TFP, N° 070, 1967)

A Revista *Cruzada*, na sua edição de junho-julho (número 70) publicou, a partir da própria capa (imagem abaixo), uma extensa matéria com a finalidade de emitir uma resposta ao Bispo de Goya, solicitando, ao mesmo, que se retratasse publicamente.

Imagem 30 (*Cruzada*, junho-julho de 1967)



Intitulada (com letras maiúsculas) “*Respuesta al comunicado del Obispo de Goya contra la revista ‘Cruzada’ y la TFP*” e assinada pelo “Consejo Nacional de la Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad”¹⁰⁵, a presente matéria trouxe, inicialmente, o comunicado na íntegra de D. Alberto, e, na sequência, alguns esclarecimentos, especialmente dando conta de explicar aquilo que foi considerado “defecto de información”, por parte do prelado, em qualificar a TFP e *Cruzada* como sendo a mesma entidade. Nesse sentido, foi exposto que “Los jóvenes que visitaron la ciudad de Goya eran miembros del Consejo Nacional y militantes de la TFP”. (TFP, N° 070, 1967)

Posteriormente, o direcionamento argumentativo do comunicado se estabeleceu em rebater a acusação de que, tanto *Cruzada*, quanto a própria TFP, não representariam o pensamento da Igreja Católica. Ao deixar posto o completo embasamento das instituições nos princípios ensinados pelos Pontífices, argumentou:

¹⁰⁵ O qual pertenciam Cosme Beccar Varela (presidente), Francisco Javier Tost Torres (vice-presidente) e Julio C. Ubbelohde (secretário).

[...] nos vemos forzados a adelantarnos a esta posible interpretación rechazándola enérgicamente y ratificando nuestra total y entera adhesión a la Fe de Nuestro Señor Jesucristo, tal como nos es transmitida por el Magisterio Eclesiástico. (TFP, N° 070, 1967)

Outra questão que a Revista *Cruzada* tratou de rebater incisivamente, recaiu sobre a acusação de que os escritos distribuídos pela entidade estariam deformando o ensino da doutrina social da Igreja Católica. Ao enumerar as leituras distribuídas (ou vendidas) na cidade de Goya, as quais ficaram restritas às obras de Plínio Corrêa de Oliveira, (“Liberdade da Igreja no Estado Comunista”, “Revolução e Contra-revolução”, “Reforma Agrária-Questão de Consciência”), alguns números das Revistas coirmãs *Catolicismo*, *Fiducia* (Chile) e da própria *Cruzada*, o editor questionou D. Alberto Devoto: “En cual de los escritos difundidos por la TFP se realiza esa deformación, y de qué manera?” (TFP, N° 070, 1967). Foi a partir desse ponto da matéria que surgiram os primeiros elementos que relacionaram a postura de D. Alberto com questões que entravam na órbita comunista, uma vez que foi sugerido, de forma muito explícita, que a crítica do Bispo seria em função das publicações, as quais, de modo geral, eram reconhecidas (principalmente as obras de Plínio) como grandes ensaios de conteúdo estritamente anticomunista.

Assim, ao questionar D. Alberto onde residiria a deformação do ensino católico, a Revista *Cruzada* representou o prelado como sendo, no mínimo, imparcial na luta anticomunista, portanto, passível de ser, aos olhos dos editores da Revista, considerado um colaborador indireto da “infiltração” comunista.

[...] en especial, esta Sociedad se propone defender los tres valores fundamentales del orden civilizado [...] contra el comunismo y las ideas socializantes que sirven de introducción al comunismo. Considera Vuestra Excelencia que la defensa de esos tres valores hecha por nosotros ‘deforma la enseñanzas de la Iglesia’? (TFP, N° 070, 1967)

No transcurso da matéria, outras passagens contribuíram para reforçar a representação da complacência, por parte do Bispo, no tocante à sua postura anticomunista. Foi o caso da parte em que *Cruzada* questionou o modo como D. Alberto tratou da reportagem sobre “*comunistas cubanos*”, cuja publicação teria se dado no periódico denominado “*Así*”, considerado de “conocida filiación comunista”. De acordo com Bett e Scirica (2014), “*Así*” surgiu em 1955 com uma proposta orientada a captar a atenção de um público de base popular. Com um tratamento sensacionalista de temas políticos, policiais, desportistas e do

mundo de espetáculos, conseguiu uma ampla difusão.¹⁰⁶ A questão comunista não era uma característica da publicação. Por isso, cabe considerar que a matéria de *Cruzada* buscou, entre outras questões, um efeito que desqualificasse “Así”, uma vez que seus propósitos coincidiam em sugerir a presença comunista nos mais variados setores. Ao exigir a mesma “benevolência” que o prelado manifestou acerca da reportagem de “Así”, na forma com que deveria ter tratado a Revista e a TFP, em Goya, a matéria, em tonalidade explicitamente acusatória, deixou registrado a permissividade do Bispo com as questões comunistas: “Cuanta tolerancia y optimismo muestra Vuestra Excelencia respecto de las noticias que relatan los horrores de la tiranía castrista” (TFP, Nº 070, 1967).

Por seu turno, no subtítulo da matéria “*Dos pesos e dos medidas*” ficou caracterizada, de forma ainda mais contundente, toda uma crítica à postura política de D. Alberto, que não somente insinuava a sua permissividade para com o comunismo, como também o representou enquanto um católico que estaria contra os grupos que se engajavam na luta anticomunista:

Vuestra Excelencia aplica dos pesos e dos medidas: unos para Cuba Comunista, respecto de la cual recomienda prudencia en la aceptación de informaciones condenatorias, y otros respecto de la TFP y Cruzada, ambas dedicadas a la lucha anticomunista. (TFP, Nº 070, 1967)

Uma das estratégias colocadas em prática por parte do Grupo da Revista *Cruzada*, ao responder com veemência o pronunciamento do Bispo de Goya, e promover as mais variadas formas de enquadrá-lo como um representante do modelo de atuação incompatível com a “verdadeira” doutrina católica pode ser encontrada na passagem que trouxe mais um trecho da sua entrevista para o periódico “Así”. Primeiro, a matéria destacou a pergunta feita pelo jornalista: “Es posible el diálogo constructivo entre católicos y marxistas? No existe una incompatibilidad esencial entre las dos posiciones filosóficas?” (TFP, Nº 070, 1967). Em seguida, foi publicado aquilo que seria a resposta de D. Alberto: “Del diálogo no se excluye a nadie [...] por lo tanto tampoco quedan excluidos los marxistas... pero para que el diálogo de hecho sea posible hay que encontrar los puntos en que haya común acuerdo” (TFP, Nº 070, 1967). Posteriormente, o editor de *Cruzada* mencionou o seu ponto de vista sobre as declarações, explicitando de forma direta aquilo que era considerado uma prática de um

¹⁰⁶ O criador dessa revista foi o jornalista e empresário Héctor Ricardo García, cujo primeiro empreendimento gráfico que obteve êxito foi a revista “Así es Boca”. Posteriormente fundou “Así”, que a em meados dos anos sessenta alcançou um pico de vendas de um milhão e meio de exemplares. De forma conexa, em 1963 surgiu o diário *Crónica*, com o propósito de cooptar a porção de mercado cativada pela revista. (BETT e SCIRICA, 2014).

católico progressista que, naquele contexto, traduzia-se diretamente, na visão dos grupos tradicionalistas, como sendo um representante católico colaborador do comunismo:

Vuestra Excelencia, que silenció toda referencia al antagonismo esencial entre catolicismo y marxismo, a que se refería la segunda parte del periodista [...] sin duda no se negará a restablecer en otro comunicado público, nuestro honor católico, tan gravemente ofendido por el comunicado de 14 de mayo. (TFP, N° 070, 1967)

No final da matéria, *Cruzada* imprimiu toda sua ironia contra D. Alberto Devoto, reafirmando a continuidade da postura anticomunista que regia a atuação do grupo naquele contexto – mesmo tendo recebido uma “chamada” contrária de um representante da alta hierarquia católica da Argentina:

Y pidiendo las oraciones y la bendición de Vuestra Excelencia, “Cruzada” seguirá adelante con su prédica anticomunista, y la Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición, Familia y Propiedad continuará su lucha con la conciencia tranquila y confiando en la protección de Nuestra Señora de Luján. (TFP, N° 070, 1967)

Portanto, para o caso da análise empreendida a partir da querela entre D. Alberto Devoto e o grupo da Revista *Cruzada*, foi possível apontar para outra forma de conceber o *dispositivo anticomunista*, desta feita impulsionada pela visão de certa complacência referente à “infiltração” do ideário marxista nos quadros do catolicismo, aspecto que não passou impune, aos olhos dos tradicionalistas, nas constantes caracterizações desses católicos (leigos ou hierarquizados) enquanto pertencentes à ala “progressista”, qualificação invariavelmente pejorativa e que demarcava um modelo de ação política que não deveria ser seguido pelo conjunto de fieis católicos.

3.2 Os confrontos na Revista *Catolicismo*

A segunda parte do capítulo, conforme anunciado na introdução, vai se ocupar da análise das querelas repercutidas na Revista *Catolicismo*. Da mesma forma que foi possível observar para o caso da Argentina, o contexto político da década de 1960, no Brasil, também foi profundamente marcado por uma série de conflitos. Também, os campos político e católico passaram por um processo de distanciamento entre posicionamentos que, naquele contexto, assumiram toda uma conotação polarizada, quando não antagônicos.

A Revista *Catolicismo* pode ser um meio privilegiado para acompanhar como se desenvolveu parte da configuração do ambiente político naquele contexto, tendo em vista que as confrontações desencadeadas no período estiveram inseridas nas problemáticas inerentes às

desavenças suscitadas pelas diferentes perspectivas, tanto aquelas advindas do campo católico quanto do campo político.

Se para o contexto argentino, o início do ano de 1964 demarcou a efervescência de toda uma série de processos conflitivos (desencadeando, inclusive, o golpe de 1966), para o caso do cenário político brasileiro o ano de 1963 será um divisor de águas no que tange ao início do processo de desestabilização democrática do país. O Governo de João Goulart, que nesse ano passou a ter plenos poderes (depois do plebiscito que instaurou a volta do presidencialismo) acabou sendo alvo de uma campanha operacionalizada por diversos setores, incluindo alguns grupos que faziam parte do catolicismo. Tanto setores que engendraram quanto aqueles que apenas apoiaram a sua destituição, em março de 1964, argumentavam, grosso modo, que afastar Jango do poder era uma medida necessária para salvar o país do comunismo.

Em relação ao cenário católico, as transformações da Igreja de Roma foram profundamente repercutidas no catolicismo nacional. Houveram grupos que se apropriaram das mudanças para imprimir e desenvolver, de maneira mais intensa, a valorização da guinada social da instituição, e, por outro lado, houveram setores que viam nas mudanças e nos grupos que as articulavam um processo sem precedentes de apropriações equivocadas da doutrina social da Igreja cujo resultado mais pessimista, assim previam, desencadearia na “infiltração” marxista nos quadros hierárquicos e leigos do catolicismo.

Os confrontos analisados a seguir estarão inseridos, portanto, na lógica conflitiva que marcou o cenário político e católico dos anos 60 no Brasil. Os embates contra a Juventude Universitária Católica – JUC e contra o Deputado Democrata Cristão André Montoro; contra o diretor da Revista Kierunky, jornal católico da Polônia, considerado de perspectiva “esquerdista”; contra o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre D. Vicente Scherer, mobilizado a partir da instauração de um Inquérito Policial Militar – IPM para investigar os quadros da Ação Católica sul-rio-grandense e o confronto contra a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, desenvolvido com base nas divergências acerca da legalização do divórcio, todos esses confrontos, cada um com sua especificidade, foram responsáveis pelo desencadeamento de uma série de articulações discursivas empreendidas sob o prisma do *dispositivo* anticomunista que, assim como observado no caso do periódico argentino, mobilizou diversos setores, engendrou práticas e corroborou no processo de demarcação dos “amigos” e “inimigos” do catolicismo, na ótica dos grupos tradicionalistas.

3.2.1 Revista *Catolicismo* e a “3ª Via”, nem capitalista nem comunista

A coluna “Reforma Agrária Questão de Consciência em 30 dias” da edição 140, de agosto de 1962, deu início a um conjunto de matérias que demarcaram os embates do Grupo de *Catolicismo* contra dois dos segmentos que concentravam membros do catolicismo leigo naquele contexto: a Juventude Universitária Católica – JUC e o Partido Democrata Cristão – PDC. Os primeiros momentos desse confronto se caracterizaram por uma participação indireta da Revista, na medida em que serviu apenas como um veículo que publicou as matérias relativas ao embate demarcando, entretanto, seu posicionamento, que ficou explicitado justamente na forma (especialmente a escolha das matérias e os títulos escolhidos nas publicações) com que as matérias foram publicadas.

Essa primeira matéria tratou basicamente da transcrição de uma “mensagem” de 600 universitários de Minas Gerais destinada à JUC de São Paulo. A “mensagem” solicitava que a entidade paulista respondesse a uma interpelação baseada em nove temas, e que desse conta, na sua resposta, de explicitar o significado da sua posição política de “3ª Via”¹⁰⁷, adotada publicamente naquele contexto. Na perspectiva dos estudantes mineiros, como também do grupo de *Catolicismo*, essa 3ª posição necessitava maiores esclarecimentos, uma vez que levantava a suspeita de sua inclinação ao comunismo:

A JUC diz adotar uma terceira posição. A única defesa desta posição em face das suspeitas contra ela lançadas estaria pois em enunciar pormenorizadamente no que ela consiste. Silenciar sobre isso é inexplicável, sobretudo numa organização de jovens que pretende apresentar uma fórmula nova, e que justamente em razão dessa fórmula nova é acusada de comunista. (REFORMA, Nº 140, 1962)

A semente da desconfiança em relação à “3ª via” e àqueles que aderiam essa posição estava posta. Após um intervalo de mais de um ano da publicação dessa primeira matéria, a confrontação foi recuperada a partir de outubro de 1963, através de uma interpelação direcionada ao deputado Democrata Cristão André F. Montoro¹⁰⁸, por este ter proferido um

¹⁰⁷ A ideia da “3ª Via” não foi um fenômeno exclusivo da década de sessenta. Conforme visto no tópico do confronto entre o PDC argentino e a Revista *Cruzada*, desde a sua fundação (pós 2ª Guerra Mundial), o PDC se apresentou como um movimento político distinto daqueles que até então figuravam no cenário político, apresentando-se como uma “3ª Via”, uma alternativa entre o capitalismo liberal e a doutrina socialista revolucionária. (COELHO, 2003)

¹⁰⁸ Em meados da década de cinquenta, o PDC contou em seus quadros com importantes militantes vindos de um agrupamento oriundo de São Paulo, a Vanguarda Democrática (VD). Tais militantes contribuíram decisivamente na alteração programática, a qual deu um caráter mais preciso para a Terceira Via pedecista. A VD era composta por democratas cristãos fundamentados no pensamento de Jacques Maritain. Jacques Maritain (1882 — 1973) nasceu na França, era católico convertido do protestantismo. Em 1936, publicou *Humanismo integral*, em 1943, *Cristianismo e democracia*, em 1944, *Princípios de uma política humanista*; e em 1959, *O homem e o Estado*. Suas obras fundam muitas propostas políticas da Terceira Via da DC. A DC brasileira era formada por militantes católicos que atuaram em organizações como a Ação Católica Brasileira e a Juventude Universitária Católica

pronunciamento em artigo publicado no jornal “O Estado de São Paulo”, do dia 4 de julho de 1963, em que apresentava adesão à “3ª via”, nos mesmos moldes da JUC. Nesse pronunciamento, o Deputado também teria se referido ao livro RAQC, obviamente assumindo uma postura de contrariedade, e explicitou a sua opção, em relação à Reforma Agrária, no modelo defendido pela “3ª via”, ou seja, “nem comunista e nem capitalista”. Na interpelação, então, o ponto principal da matéria se configurou numa cobrança por uma definição do que significaria, de fato, essa opção: “[...] o que é essa famigerada posição democrata-cristã, nem comunista nem capitalista? [...] No que é ela conforme e no que é contrária ao capitalismo? No que ela é conforme e no que é contrária ao comunismo?” (Editorial, Nº 154, 1963).

Essa nova interpelação foi produzida contra o referido deputado, mas trouxe as mesmas nove questões direcionadas aos membros da JUC, inclusive a interpelação contra a JUC foi referida por diversas vezes no texto. Trouxe também, pode-se dizer, as mesmas insinuações e as possibilidades de se reproduzirem o mesmo efeito de verdade: de que alinhar-se com a fachada da “3ª via”, necessariamente, estaria fazendo eco às premissas comunistas.

Conforme acontecia com as interpelações produzidas pelos grupos tradicionalistas, ou a eles vinculados, como é o caso dos estudantes mineiros, antes de serem enviadas aos seus destinatários, elas passavam por um processo de coletas de assinaturas com vistas a demonstrar que suas causas possuíam significativa representatividade em diversos segmentos da sociedade. Na interpelação direcionada ao deputado do PDC não foi diferente. Entretanto, chama atenção que, nessa oportunidade, houve o registro de um incidente que resultou numa agressão contra um dos membros que executava a coleta de assinaturas, assim narrado na matéria: “Elementos de diversas correntes esquerdistas procuraram dificultar e mesmo obstar violentamente aquele pedido de um esclarecimento sobre assunto de tão grande alcance” (Editorial, Nº 154, 1963). Essa agressão e o próprio assunto da interpelação passaram a ser explorados pela própria Revista *Catolicismo* e por alguns órgãos de imprensa, inclusive canais de televisão de Minas Gerais. De outubro de 1963 até janeiro de 64, de forma ininterrupta e, ainda em setembro de 1964, o tema da “3ª via” acabou se tornando um dos principais assuntos na Revista *Catolicismo*, instaurando o embate contra o PDC, a JUC e as entidades do apostolado dos leigos em geral. Invariavelmente, o tema foi recuperado e difundido, sob as mais diferentes formas, mas todas elas acabaram tendo uma mesma

(JUC). Contava com figuras como Franco Montoro, Antônio Queiroz Filho, Plínio Santos de Arruda Sampaio e outras. (COELHO, 2003)

identidade discursiva, qual seja, a possibilidade de que o alinhamento com a “3ª força” necessariamente suscitaria um maior poder de difusão do ideário comunista, além do fato de chamar atenção para os diversos segmentos – notadamente aqueles que compunham as entidades do apostolado dos leigos – que estariam aderindo ao modelo, fragilizando, portanto, a resistência anticomunista dentro do próprio catolicismo.

Antes de passar por uma análise pormenorizada dos embates em questão, cabe salientar que, a partir desse período, intensificou-se a forma com que os quadros do apostolado dos leigos passaram a ser incluídos, pelos setores tradicionalistas, no rol daquelas entidades consideradas perigosas por quanto das suas possíveis afinidades com o ideário marxista¹⁰⁹. Por isso todo esse processo de confrontação, inaugurado em agosto de 1962, com intensa continuidade a partir de outubro de 1963, pode ser inserido na lógica conflitiva e polarizada que caracterizou os últimos meses do governo de João Goulart, uma vez que sua repercussão acabou ultrapassando o “limite” temporal do 31 de março. As edições de *Catolicismo* publicadas nos meses imediatamente anteriores e posteriores ao Golpe de 64, que também investiram na denúncia da “infiltração marxista” nos setores dos católicos leigos e deram visibilidade para confrontos abertos, tendo como pano de fundo as denominadas Reformas de Base de Jango, serão analisadas no quarto capítulo da tese. Por hora, cabe destacar, entretanto, que o terreno de preparação para essas futuras investidas discursivas anticomunistas, que demarcaram os lugares assumidos pelo anticomunismo no contexto do Golpe, foi pavimentado com base nestas e outras confrontações que o precederam.

A leitura gráfica das matérias que repercutiram o confronto, nas cinco edições de *Catolicismo* (agosto de 1962; outubro de 1963 a janeiro de 1964; e setembro de 1964), pode ser um primeiro ponto a ser analisado, tendo em vista que permite verificar uma das facetas com que a problemática da “3ª via” acabou sendo incorporada ao discurso anticomunista. Na matéria do “RAQC em 30 dias”, de agosto de 62, desde o texto introdutório, que se propôs a informar ao leitor o sentido daquela publicação, demarca, de modo incondicional, o apoio da Revista à causa dos universitários mineiros:

A imprensa de todo o País publicou com destaque a mensagem que 600 universitários de Minas Gerais dirigiram à JUC paulista. Pela cortesia de seus termos e pela importância das questões que ventila, essa mensagem tem recebido elogios de figuras de relevo do jornalismo nacional. Os meios interessados

¹⁰⁹ Nesse contexto, a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC), com seus quadros cada vez mais preenchidos por estudantes oriundos da UNE (União Nacional dos Estudantes), passaram a defender teses cada vez mais esquerditas. Em 1962, boa parte desses estudantes romperam com a hierarquia fundando a Ação Popular (AP) que, durante o Governo de João Goulart, em aliança com o PCB, elegeram os presidentes da UNE. (FERREIRA e GOMES, 2014)

aguardam com animada expectativa a resposta que os jucistas de São Paulo não duvidarão, por certo, em dar aos seus colegas do Estado montanhês. (Reforma, Nº 140, 1962)

Interessante notar que, mesmo que os temas elencados no questionário, direcionado à JUC paulista e posteriormente repetidos na interpelação ao Deputado do PDC, estivessem sob a premissa de um “amistoso” esclarecimento, é possível perceber que, invariavelmente, eles se tornaram muito mais acusações do que propriamente indagações. As perguntas propostas já denunciavam, nesse sentido, a profunda influência comunista na postura da “3ª via”.

Por outro lado, grande parte dos temas projetados no questionário foram aqueles que constantemente eram problematizados e desenvolvidos por ocasião das formatações discursivas anticomunistas, por exemplo, a possibilidade de coexistência entre cristianismo e socialismo, propriedade privada, as reformas (agrária, industrial, urbana, universitária) relação patrão/operários, relação do Brasil com países comunistas, reconhecimento do PCB, influência comunista na UNE. Portanto, mesmo que, textualmente, o objetivo da interpelação fosse provocar possíveis esclarecimentos sobre do que se tratava a “3ª via”, a narrativa possível de ser lida, a partir dos enunciados contidos em cada uma das questões, apontam necessariamente para o reconhecimento da “3ª via” como uma face comunista, de fato.

Esse reconhecimento acabou ganhando novas configurações nas matérias que deram continuidade à divulgação da polêmica: na edição 154, que publicou a interpelação ao deputado Montoro; na edição 155, que também repercutiu o embate, focalizando a agressão do estudante; na edição 156, que projetou um conflito estabelecido entre o Grupo de *Catolicismo* com outro grupo católico, responsável pela edição de um diário da região Nordeste do país¹¹⁰, também sob o pano de fundo da “3ª via”; na edição 157, em que, mais uma vez, o deputado Montoro foi alvo das investidas dos estudantes, por conta das suas respostas à interpelação e, na edição 165, em que na própria matéria de capa, mais uma vez o tema da “3ª via”, foi colocado como uma pauta principal.

O *contexto gráfico* dessas matérias apresentou algumas características que podem revelar o esforço editorial em insistir no relacionamento e na estreita vinculação da “3ª via” com algumas das práticas e concepções consideradas de matriz comunista. Essa análise, portanto (formatação gráfica das matérias), com especial ênfase nos termos e conteúdos dos títulos e subtítulos, permite considerar que o leitor, mesmo não se dedicando à leitura completa das matérias, não teria dificuldade em compreender que a postura da “3ª via”

¹¹⁰ A matéria não mencionou o nome do diário nordestino referido.

necessariamente se apresentava com algumas características que poderiam ser remetidas ao comunismo, como se pode apreender nos exemplos elencados abaixo:

- Na primeira matéria (edição 154), o título (em negrito) *“Para desvendar um enigma: em que consiste a 3ª posição”*, que ocupou toda a extensão da parte superior da página, foi acompanhado pela seguinte chamada: *“Brutal agressão contra um estudante que queria saber mais”*. Abaixo, na mesma página, ilustrando o título *“Brutal agressão”*, foi colocada uma imagem do suposto agredido, em um leito de hospital. Ao lado dessa imagem, o texto da interpelação, na íntegra, sob o título *“A interpelação ao Deputado André F. Montoro”*.

- Na segunda matéria (edição 155), o título *“Murro brutal para responder a interpelação doutrinária: continua repercutindo a injustificada agressão”*.

- Na terceira matéria (edição 156), o título *“3ª Posição: É proibido perguntar”*, seguido de seus subtítulos *“Terceira posição coletivista”* e *“Tentativa de resposta que agrava a situação”*.

- Na quarta matéria (edição 157), o título *“As ambiguidades da terceira posição focalizadas numa resposta irrespondível”* seguido dos seguintes subtítulos: *“3ª Posição e Socialismo”*, *“3ª Posição e Capitalismo”*, *“3ª Posição e Comunismo”* e *“O PDC e as Ideias”*.

- Na quinta matéria (edição 165), cuja publicação se deu na capa da edição (imagem abaixo), foi projetado o título *“A Terceira-Força Católica e seu Exotérico Princípio de Socialização”* tendo, no desenvolvimento do texto, os sugestivos subtítulos: *“Socialização Inspiradora de Reformas e Ideologias Sociais”*, *“Terceira Força e Socialismo”*, *“Terceira Força aliada do Leviatã Totalitário”*. Além disso, na parte inferior da capa, uma nota foi publicada contendo a chamada (em negrito), também sugestiva, *“Enquanto progredia a subversão janguista”*.

Imagem 31(Catolicismo, setembro de 1964)



Outro ponto a ser analisado, além da disposição gráfica, é o próprio conteúdo dos textos dessas matérias, pois a partir deles é possível visualizar a forma com que diferentes temáticas foram apropriadas para dar suporte às assertivas que atribuíam a posição de “3ª via” como sendo variação de uma das possíveis antessalas da instauração definitiva do comunismo. Para o Grupo de *Catolicismo*, por exemplo, o incidente, que redundou na agressão ao estudante mineiro, demonstrava a “verdadeira” face, o “verdadeiro” modo de agir dos sujeitos que aderiam à denominada “3ª via”, a qual assumia um conjunto de enunciados que remetiam ao comunismo:

Queremos chamar atenção dos leitores para o estranho procedimento de certos partidários da ‘terceira força’ demo-cristã: ou se conservam em um mutismo nada esclarecedor de sua posição, ou levam o ardor pela não definição ao extremo de usar violência física contra aqueles que desejam ser esclarecidos [...] a Nação tem o direito de saber para onde a desejam conduzir. (Editorial, N° 154, 1963)

Na matéria do articulista Cunha Alvarenga, que repercutiu o editorial do jornal católico nordestino (edição 156), no qual reprovou o “processo inquisitório” e se propôs a responder ao questionário proposto pelas interpelações, também é possível encontrar outros elementos que foram agregados na arrematamento do discurso anticomunista contra aqueles que aderiam abertamente à “3ª via”. O principal desses elementos disse respeito às constantes disputas pela legitimidade da postura teórica da doutrina social católica que, como poderá ser observado no próximo capítulo, com a publicação de documentos pontifícios e a própria

realização do Concílio Vaticano II, uma série de considerações discursivas e não discursivas foram mobilizadas sob a ótica anticomunista.

Nesse sentido, o jornal católico “nordestino” (assim referido na matéria), no texto do seu editorial, teria relacionado a postura da “3ª via” na mesma base de sustentação teórica daquela que entendia ser a posição própria da Igreja Católica, especialmente no sentido da sua equidistância entre os sistemas capitalista e comunista: “Logo de início, o editorial afirma que mostram ignorância ou má fé os que não veem que ‘a posição não capitalista e não comunista é a própria posição da Igreja’” (Alvarenga, Nº 156, 1963). Para Cunha Alvarenga, a possibilidade de se compreender a realidade da doutrina católica nos termos defendidos pelo jornal católico, naquele contexto, acabaria resultando na tese (equivocada, a seu ver) de que os sistemas capitalista e comunista se consubstanciariam de uma mesma essência, se diferenciando apenas em seus métodos. Esse modelo de interpretação, que poderia desarticular, ainda mais, um conjunto de possibilidades de resistência aos postulados comunistas foi completamente rechaçado pelo autor, entendendo que a teoria da “equidistância” nada mais era do que o desejo de seus defensores de “se aproximarem do socialismo marxista, para o qual adoçam os olhos e estendem a mão, ao mesmo tempo que se afastam de um sistema econômico cujos defeitos podem ser corrigidos [...]” (Alvarenga, Nº 156, 1963).

Cunha Alvarenga não mediu esforços para ressaltar as diferenças entre os sistemas se apoiando, como era de praxe entre setores tradicionalistas, nos textos pontifícios (notadamente dos Papas Pio XI e Leão XIII). Em relação ao sistema capitalista, afirmou: “Tem o regime capitalista elementos fundamentais [...] que decorrem da própria lei natural e que são frontalmente combatidas pelo regime comunista [...] em outras palavras, em sua essência o regime capitalista é justo” (Alvarenga, Nº 156, 1963). Já na sua análise do sistema comunista, também se baseando e citando os textos pontifícios, defendeu que o comunismo “não reconhece ao indivíduo, frente à coletividade, nenhum direito natural da pessoa humana [...] tudo isso que os homens chamam autoridade e subordinação deriva da coletividade como de sua primeira e única fonte” (Alvarenga, Nº 156, 1963). E como ficaria a denominada “3ª via” nesse cenário? De acordo com o articulista de *Catolicismo*, ela se travestia de postulados comunistas, na medida em que os defensores dessa posição desejariam “que através de reformas de estrutura impostas coercitivamente por leis e decretos, a terra e a indústria, isto é, os meios de produção, pertençam sempre a uma comunidade de pessoas” (Alvarenga, Nº 156, 1963). Para o autor não restava dúvida das coincidências entre a “3ª via” e o comunismo, e sua indagação deixa isso explícito: “não é esta uma das razões centrais por que, segundo a

doutrina social exposta por Pio X, o comunismo, como regime econômico, é intrinsecamente perverso?” (Alvarenga, Nº 156, 1963).

Anteriormente foi mencionado o quanto os confrontos estabelecidos sob a denominada “3ª via” acabaram, juntamente com outros tantos, por desencadear uma série de produções discursivas anticomunistas cujos enunciados denunciavam uma “contaminação” dos quadros internos do catolicismo, notadamente no apostolado dos leigos, e que essas querelas acabaram sendo reproduzidas no contexto imediatamente anterior ao golpe de 1964, também sofrendo profunda influência do contexto de mudanças doutrinárias do catolicismo. A análise realizada até aqui demonstra claramente que a matéria de Cunha Alvarenga também pode ser colocada no rol dessas produções discursivas, tendo em vista que ela condensou esses dois cenários (conflito interno do catolicismo e influência marxista nos setores leigos) colocando em pauta a influência dessa “nova” configuração política (da 3ª via) no catolicismo:

Se apesar de se levantarem vozes corajosas para repor a verdade em seu devido lugar, contra traduções e interpretações tendenciosas dos documentos pontifícios, ainda há quem ouse apresentar a “Mater et Magistra” como bandeira dessa “terceira posição” nitidamente socialista, é fácil de imaginar como a confusão criada pelas hostes do esquerdismo católico seria infinitamente maior se lhes deixasse campo livre para sua desenvoltura em “adaptar” os textos às exigências da causa progressista. (Alvarenga, Nº 156, 1963)

Da mesma forma, a matéria da edição 157, de janeiro de 1964, em que o objeto principal se concentrou em rebater aquelas que seriam as respostas do deputado Montoro à interpelação, também incorporou aspectos da disjunção católica daquele contexto, na medida em que, por diversas passagens do texto, o *dispositivo* anticomunista foi acionado para demarcar contrariedade aos argumentos de que as ideias da “3ª via” eram baseadas exclusivamente em documentos pontifícios. Neste aspecto, o texto do abaixo assinado se dirigiu ao deputado da seguinte maneira: “V. Excia se diz inspirado nas Encíclicas. Bom seria que tivesse citado o texto pontifício em que se baseia. Pois o livro ‘Reforma Agrária-Questão de Consciência’, baseado também em documentos pontifícios, assevera o contrário” (As ambiguidades, Nº 157, 1964). Em outra passagem, essa mesma questão também foi abordada, e, em ambas, ficou escancarada e defendida a vinculação das ideias da “3ª via”, defendidas pelo deputado, estando em estreita ligação com o ideário comunista, partindo do pressuposto da ilegitimidade dos seus argumentos: “Declarou V. Excia que sua ‘terceira posição’ não comunista e nem capitalista, é pura e simplesmente a da Igreja [...] Permita-nos afirmar que os Papas não são anticapitalistas. E que, em consequência, o apelo ao pensamento dos Papas não esclarece a posição de V. Excia” (As ambiguidades, Nº 157, 1964).

Conforme mencionado no início deste subcapítulo, a semente da desconfiança em relação aos posicionamentos de parte dos grupos do apostolado dos leigos, que aderiram abertamente à “3ª via”, havia sido plantada. A partir de toda uma conjuntura daqueles anos 60, em que a tônica do conflito foi preponderante, caracterizando o cenário político aqui abordado, a semente da desconfiança paulatinamente se transformava numa certeza: a de que o comunismo, cada vez mais, ganhava espaço entre a sociedade brasileira, inclusive entre os próprios membros do catolicismo.

A “3ª via” e seus adeptos passaram a ser vistos como uma das principais formas de facilitação desse processo. A matéria de capa da edição 165, de *Catolicismo*, trouxe mais um elemento que pode corroborar para o entendimento de como se deu as inserções do *dispositivo* anticomunista na consolidação desse *imaginário*. O anúncio da proposta principal que seria trabalhada na matéria já sinalizava que, mesmo depois da deflagração do Golpe de 64, as interpelações contra a JUC e o PDC ainda faziam sentido para concentrar os esforços na luta contra os setores leigos do catolicismo: “Tentar remediar o silêncio e a confusão e lançar alguma luz sobre os problemas deixados na obscuridade pela terceira-força” (Vita, Nº 165, 1964). A suposta participação dos “simpatizantes” da “3ª via” enquanto segmentos diretamente responsáveis pelas “agitações” e “subversões” no processo que desencadeou no golpe de 1964 tornou-se uma das principais questões exploradas nessa matéria. Em duas passagens isso pode ser claramente verificado. Em primeiro lugar, a nota, publicada na capa, com o seguinte conteúdo:

Enquanto a subversão janguista ia progredindo – até chegar ao auge quando na sede do Sindicato dos Metalúrgicos ferveu a rebelião de praças e graduados da Marinha de Guerra (clichês) – a terceira-força demo-cristã colaborava com a esquerda na tarefa comum da “socialização” e investia contra os defensores da boa causa. (Vita, Nº 165, 1964)¹¹¹

O trecho inicial do texto da matéria também aponta para o mesmo sentido:

Na fase conturbada da vida política brasileira que precedeu à revolução de 31 de março, não faltaram esforços para clarificar a confusão de ideias promovidas pelos agentes da subversão ou pelos inocentes úteis, a respeito dos mais graves problemas político-sociais debatidos em nosso país. (Vita, Nº 165, 1964)

¹¹¹ Cabe destacar que essa citação recebeu um “apoio” gráfico com a inserção de duas imagens (lembrando que isso foi na capa da edição) em que os marinheiros, que se rebelaram, apareciam em posição de protesto. Sobre a revolta dos marinheiros e sua importância na deflagração do Golpe de 1964 ver MOTTA, 2002; GOMES e FERREIRA, 2014.

Como é possível perceber através do decurso analítico até aqui desenvolvido, que teve como base esse primeiro embate da Revista *Catolicismo*, a regularidade discursiva que se apropriou do enunciado da “3ª via” – vista enquanto facilitadora da “infiltração” comunista, dentro e fora do catolicismo – ganhou em densidade, principalmente em momentos centrais da vida política brasileira naqueles anos sessenta. Nesse sentido, seus efeitos, suas proposições de verdade, novas apropriações e reestruturações poderão ser apreendidos em dois diferentes processos, que serão objetos dos próximos capítulos da tese: a disjunção interna do catolicismo e o golpe de 1964. A “3ª via”, o “esquerdismo católico” e o “progressismo”, todas essas denominações foram constantemente apropriadas e passaram a propor significados, alimentando a construção de novas facetas do imaginário anticomunista.

3.2.2 “Carta Aberta para além da Cortina de Ferro”

Conforme visto no primeiro capítulo da tese, em agosto de 1963, a Revista *Catolicismo* oferecia aos seus leitores mais uma obra de autoria de Plínio Corrêa de Oliveira, denominada “Liberdade da Igreja no Estado Comunista” (LIEC). Também foi verificado que essa publicação foi reeditada e ampliada, sendo mais uma vez estampada na capa do mensário brasileiro em maio de 1964, justamente (e propositalmente, como poderá ser visto no quarto capítulo) na edição em que o periódico tratou com prioridade os acontecimentos relativos ao golpe de Estado de março de 1964. Foi a partir da publicação LIEC, notadamente a partir de maio de 1964, que a Revista *Catolicismo*, especialmente através de um de seus principais líderes, Plínio Corrêa de Oliveira, viu-se em uma nova frente de combate contra grupos considerados adversários, desta feita tendo como alvo o Sr. Z. Czajkowski, diretor da Revista “Kierunki”, periódico católico, considerado de “cunho” esquerdista, editado na capital da Polônia, Varsóvia.

O desatinar de mais essa querela foi a publicação, na capa da Revista polonesa (na edição de março de 1964) de uma “carta aberta” direcionada a Plínio, cujas considerações expostas refutavam, em diversos aspectos, o estudo LIEC. Para o líder católico polonês, esta obra serviu de pretexto para grupos extremistas desencadearem uma “nova guerra sob a senha de uma ‘cruzada’ contemporânea, anticomunista [...] um alimento precioso para argumentação deles [...]” (Czajkowski, Nº 170, 1965).

A partir de maio de 1964, em que uma pequena nota mencionou a “carta aberta”, trazendo a imagem de capa do periódico polonês, até fevereiro de 1965, *Catolicismo* publicou diversas matérias que repercutiram a confrontação. Nessa nota, intitulada “*Atrás da Cortina de Ferro*”, foram expostas considerações que indicavam a tonalidade do debate que estaria

por vir, especialmente pela caracterização pejorativa imposta à situação política do país (*cortina de ferro*), bem como pela qualificação imposta aos posicionamentos adversários:

Repercutiu também atrás da cortina de ferro o estudo do Prof. Plínio Corrêa da Oliveira sobre “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”. O importante jornal “Kierunki”, órgão da extrema esquerda “católica” da Polônia, publicou em sua edição de 1^a de março p. p. uma “Carta Aberta ao Dr Plínio Corrêa de Oliveira”, na qual o Sr. Z. Czajkowski procura refutar aquele estudo, em sua primeira redação. (Atrás, Nº 161, 1964)

Além desse primeiro momento, sinalizando para a arregimentação de uma confrontação em curso, a querela envolvendo os respectivos líderes católicos foi desenvolvida em mais cinco edições de *Catolicismo*, a partir de *matérias* que informaram, inclusive, a repercussão do confronto em periódicos católicos franceses. A publicidade dessa “polêmica”, em *Catolicismo*, se deu na seguinte ordem cronológica: Edição 161, de maio de 1964, publicando a nota acima transcrita; Edição 162, de junho de 1964, publicando a primeira resposta de Plínio à “carta aberta” que lhe foi direcionada; Edição 164, de agosto de 1964, publicando a matéria do articulista Cunha Alvarenga (esse articulista desenvolveu diversas considerações sobre a revista ICI e o Grupo “Pax”, ambas relacionadas diretamente com à posição “esquerdista” da revista Kierunki); As Edições 165 e 166, respectivamente de setembro e outubro de 1964, publicando opiniões favoráveis e contrárias oriundas de periódicos católicos franceses; e, por fim, a edição 170, de fevereiro de 1965, publicando a tréplica do diretor da revista polonesa, datada de setembro de 1964, e, na matéria de capa (imagem abaixo), a resposta de Plínio (foi considerada uma “2^o carta aberta para além da cortina de ferro”), datada de janeiro de 1965, respondendo à última carta do Sr. Z. Czajkowski.

Imagem 32 (*Catolicismo*, fevereiro de 1965)

Cabe lembrar que esta seção não tem por objetivo adentrar nos pormenores dessa discussão e percorrer todo o decurso argumentativo dos autores, mesmo porque, em muitas passagens, o debate ficou restrito em torno de questões puramente retóricas – essa análise extrapolaria os limites deste trabalho. Por isso, propõe-se levantar e analisar os pontos da inserção do *dispositivo anticomunista* nesse confronto e como eles, em seu conjunto, puderam contribuir para o processo de desqualificação de todos os possíveis católicos que, de um modo ou de outro, relativizavam ou foram indiferentes à problemática que envolvia a relação Igreja/Comunismo.

Pretende-se, por outro lado, analisar de que forma essas inserções carregavam consigo um arcabouço de novas representações referentes ao comunismo, suas possibilidades, estratégias e consequências. Mesmo que o debate tenha se desenvolvido com um grupo católico localizado em outro país, tem-se por hipótese que o objetivo primordial de toda profusão discursiva produzida em torno dessa polêmica pode ter tido a intenção de clarificar a periculosidade das ideias dos católicos progressistas e suas consequências no processo de “infiltração” comunista, questões que estariam profundamente relacionadas ao cenário político e religioso nacional.

Como visto acima, a primeira manifestação de Plínio em resposta à “carta aberta” que lhe foi direcionada se deu na capa da edição de junho de 1964 e foi intitulada “*Carta Aberta para além da Cortina de Ferro*”. Foi o início de um amplo (e franco) debate, no qual ambas as publicações católicas abriram espaço para as considerações do oponente – aspecto que

pode ser considerado um modelo de atuação que caracterizou a Revista *Catolicismo* nos anos sessenta, ou seja, reproduzir, na própria Revista e na íntegra, as considerações e argumentações dos seus adversários. Tratou-se, portanto, de uma primeira resposta direcionada ao Grupo do Jornal “Kierunki”, especificamente ao seu diretor Z. Czajkowski.

Um primeiro ponto em que se visualiza uma efetiva inserção do dispositivo anticomunista no bojo dessa confrontação pode ser encontrado logo no início da matéria, quando Plínio esclareceu ao seu oponente o que teria motivado o atraso (de praticamente dois meses) na emissão da sua resposta. Nessa passagem chama atenção a forma com que o autor enxergou o processo político brasileiro, demonstrando-se claramente aliviado com a efetivação da derrubada de João Goulart através do golpe de 1964 – que possibilitou aos militares assumirem o comando do país –, como sendo uma antítese da realidade “dolorosa” da Polônia, demarcando, deste modo, toda a positividade no processo que resultou no golpe, e como esse aspecto representava um conjunto de ações consideradas legítimas do ponto de vista anticomunista:

Se lhe respondo com atraso – do que peço me escusar – a razão está nos gravíssimos acontecimentos que recentemente abalaram o meu País. Todos os católicos dignos deste nome estiveram, aqui, muito absorvidos por esses acontecimentos que, graças a Deus, conseguiram evitar para o Brasil a dolorosa situação em que jaz a sua nobre e tão simpática Nação. (Oliveira, Nº 162, 1964)

Também pode ser pertinente recuperar como as *representações* anticomunistas foram operacionalizadas quando da tentativa de caracterizar o comportamento “passivo” de Z. Czajkowski em relação aos chefes comunistas, bem como a forma com que construía suas argumentações para a formatação do seu ideário de católico “progressista”. Para Plínio, a postura assumida pelo seu oponente era resultado de uma influência direta e profunda do comunismo, cuja força, nem sempre manifesta, invadia até a alma da sua vítima, impelindo-a a agir exclusivamente de acordo com os ditames dos “vermelhos”, em detrimento da “verdadeira” postura católica. A passagem abaixo pode sintetizar essas questões, além de deixar estabelecido mais um ponto que diferenciava as duas perspectivas no modo de resistir ao comunismo:

O simples fato de que um católico possa chegar até este ponto, prova que a força de penetração dos regimes comunistas na própria alma dos fiéis pode ser imensa. No Sr., ela o foi. Isto o impede inteiramente de entender bem o sentido dos textos pontifícios que cita para sobre eles apoiar a sua argumentação. Esses textos induzem à paz com toda a sua força. Mas de modo nenhum insinuam que a paz é o bem supremo ao qual o homem deve sacrificar as leis mais essenciais da moral, que lhe

vedam fazer ao comunismo as concessões que este exige da Igreja. (Oliveira, Nº 162, 1964)

A passagem supracitada também deixa muito claro que as investidas de Plínio Corrêa de Oliveira se deram sob a perspectiva do crescimento e mobilização dos setores católicos “esquerdistas”, que, nessa querela, foram personificadas na Revista Kierunki e em seu líder. Esse cenário também foi o fomentador de novas assertivas anticomunistas, arregimentadas com base naquela que seria a “nova tática” comunista naquele contexto, a denominada “coexistência pacífica”, amplamente “denunciada” no LIEC.

A Polônia e todas as questões que envolviam a atuação dos católicos nesse país, inclusive as polêmicas em torno das denúncias do Cardeal Wyszynski – de controle e perseguição religiosa executada pelos comunistas –, estavam no centro das atenções dos grupos tradicionalistas e foram apropriadas e ressignificadas como forma de aumentar o conjunto de caracterizações negativas impostas ao comunismo e aos comunistas. De outra parte, também entraram no bojo dessas denúncias a cooperação de alguns católicos com o regime comunista, aspecto que relacionava diretamente o grupo da Revista Kierunki com o movimento denominado “Pax” (presumidamente considerado um órgão da polícia secreta polonesa), evidenciando e ressaltando, portanto, sua faceta “esquerdista”:

E se, neste caso, tivesse achado útil indicar um exemplo concreto, nenhum teria sido mais típico que o do movimento "Pax", do qual depende o jornal "Kierunki" em que o Sr. colabora. "Pax" é bem vista pelo governo, pode usufruir de grandes propriedades, difunde-se por toda a Polônia. Numa palavra, apesar de eventuais complicações com as autoridades [...] o seu movimento obteve dos comunistas que estão no poder uma situação assaz privilegiada, o que significa que estes têm para com os Srs. sentimentos muito benevolentes. (Oliveira, Nº 162, 1964)

Por isso, pode não ter sido obra do acaso que *Catolicismo* publicou, em agosto de 1964 – em meio à polêmica em curso –, a matéria de capa intitulada “*O Grupo Pax e Informations Catholiques Internationales: Progressistas franceses em conluio com órgão da polícia secreta polonesa*” (imagem abaixo), de autoria do articulista Cunha Alvarenga. Mesmo não fazendo nenhuma menção direta à querela entre Plínio e seu oponente polonês, essa matéria apresentou o *modus operandi* do Grupo “Pax”, demarcando-o, de maneira ainda mais intensa se comparada às investidas de Plínio, enquanto um movimento formado por católicos progressistas e que também, entre outras caracterizações, era considerado um “órgão do aparelho policial” do Estado comunista da Polônia.

Imagem 33 (*Catolicismo*, agosto de 1964)

Incidindo diretamente na cooperação de católicos com o comunismo, reafirmando e confirmando as palavras da “carta aberta” de Plínio, Cunha Alvarenga também chamou atenção para outro aspecto da periculosidade que o movimento “Pax” representava naquele contexto: sua influência e apoio dos movimentos católicos “esquerdistas” de outras partes do mundo: “Com efeito, o perigo do movimento Pax reside [...] no apoio que lhe emprestam os meios esquerdistas católicos do Exterior [...]”. Essa questão, é preciso salientar, esteve diretamente vinculada à problemática da “coexistência pacífica”, com a visão que o desenvolvimento deste ideário poderia diminuir a resistência católica frente às investidas comunistas:

Pax se beneficia da ignorância de certos meios católicos ocidentais com relação ao que tomou habito de chamar “a experiência polonesa da coexistência”, mas também do silêncio forçado dos Bispos, Sacerdotes e leigos poloneses que se recusam a fornecer quaisquer informações sobre a “realidade polonesa” [...]. (Alvarenga, Nº 164, 1964)

Foi exatamente no sentido acima mencionado, ou seja, fazendo eco às denúncias da “nova” tática comunista em promover a consolidação de sua doutrina, através da “coexistência pacífica”, que o jornal católico francês "L'Homme Nouveau", no editorial publicado em junho de 64, saiu em defesa das argumentações colocadas por Plínio na sua “carta aberta”, contrariando os argumentos do seu adversário polonês:

É, assim, indesculpável a posição dos chamados católicos de esquerda que se prestam a esse jogo de falsa conciliação, pretendendo mostrar à grande massa dos fiéis, conforme escreve o Sr. Z. Czajkowski, que, "sendo-se católico, pode-se ao mesmo tempo realizar a concepção socialista do desenvolvimento social e econômico do próprio país". (Jornal, Nº 165, 1964)

É possível observar, até este momento da análise, que o embate entre a Revista *Catolicismo* e a Revista *Kierunki* teve como pauta principal a questão da “Coexistência Pacífica”, sendo a concepção desta uma das principais causas da discórdia. De um lado, os setores tradicionalistas denunciando que a aceitação desse ideário poderia abrir uma nova porta facilitadora da “infiltração” comunista (inclusive, como será visto com mais vagar no 4º capítulo, o próprio LIEC apontou para isso) e, de outro, os setores progressistas que consideravam a colaboração com os comunistas pautada sobre premissas que defendiam o regime socialista como sendo o mais eficaz para o desenvolvimento econômico e social.

Nas argumentações dos progressistas, a atitude negativa dos comunistas em relação à religião poderia ser atenuada no momento em que a Hierarquia católica reconhecesse os valores sociais contidos no regime social e econômico do socialismo, conforme defendeu Czajkowski em uma de suas respostas à Plínio: “Reconhecendo estes valores, não exprimiria ela do melhor modo o universalismo cristão? É de prever que, numa situação tal, um Estado governado pelo partido marxista da classe operária não terá necessidade de limitar a influência da Igreja” (Czajkowski, Nº 170, 1965).

No conjunto de argumentações dos setores tradicionalistas, por outro lado, cada vez mais se empregava a visão de que qualquer situação de provação, por mais intensa que fosse, seria mais digna do que deixar o destino da religião sob a tutela dos comunistas, ou seja, total contrariedade às postulações que entendiam resultar da “coexistência pacífica”. Inclusive, cabe destacar, uma das conclusões do LIEC ganhou ampla simpatia em diversos segmentos dos tradicionalistas: a defesa de que, dentro de um cenário hipotético, até mesmo uma guerra “termonuclear” seria preferível a ter que subjugar a fé católica ao estado comunista.

Interessante perceber, nesse sentido, o quanto a regularidade discursiva produzida em torno das possíveis consequências da difusão da “coexistência pacífica” acabou permeando os mais diversos setores do catolicismo mundial, promovendo e instigando que novas formulações discursivas fossem produzidas. Tornou-se primordialmente necessário falar, argumentar, esclarecer e refutar a “coexistência pacífica” em todos seus aspectos, inclusive nos mais escondidos sentidos que suscitavam novas e problemáticas apropriações.

O jornal francês "L'Homme Nouveau, através do editorial – oportunidade em que mais uma vez saiu em defesa das teses de Plínio contra um jornal opositor (também

considerado de matriz “esquerdista”) –, pode ser um exemplo de como essa regularidade discursiva acabou se tornando objeto de muitas investidas e apropriações, fazendo circular e formatar novos enunciados que, em última instância, adentravam na *ordem discursiva* anticomunista, projetavam novos pontos de objeção que, invariavelmente, eram colocados em destaque por quando do desenvolvimento das argumentações destinadas a rebater as considerações adversárias:

[...] se o triunfo do comunismo significa a perda da fé, é melhor correr o risco de uma guerra atômica do que entregar sem combate o mundo inteiro ao comunismo. Não me faça pois dizer que prego uma guerra nuclear preventiva: amo a paz tanto quanto o Sr., mas receio a exploração do medo pânico da guerra, desse medo que faz dos pacifistas hipnotizados os melhores cúmplices dos belicistas. (Continua, Nº 166, 1964)

Cabe reafirmar que a principal argumentação defendida na passagem acima – antes uma guerra nuclear do que permanecer sob o domínio comunista – foi baseada exclusivamente no estudo LIEC. O próprio Plínio, diga-se de passagem, na última matéria que escreveu em resposta às considerações de Z. Czajkowski, fez questão de reafirmar a sua própria tese, não deixando dúvida de que o cenário hipotético por ele traçado na sua obra ainda fazia sentido, passível de ser utilizado ao menor sinal de ameaça comunista:

Passemos à terceira questão: a da liceidade da coexistência entre católicos e comunistas, sob um regime comunista - solidarizando-se aqueles com o regime da comunidade de bens, ou silenciando a respeito - não mais em tese, mas na hipótese de ser esse o único meio de evitar a guerra atômica. Começo por observar que, segundo o Sr., o mundo está colocado, numa alternativa cruel: se os anticomunistas não aceitarem um regime político-social estabelecido sobre a comunidade de bens, correremos todos para a destruição termonuclear. Em todo caso, se a necessidade de escolher vier a se apresentar, não lhe escondo que a minha escolha está feita. (Oliveira, Nº 170, 1965)

É preciso mencionar que algumas questões principais desta obra de Plínio serão retomadas com maior vagar no quarto capítulo, quando a mesma será analisada a partir da sua inserção no contexto político de sua reedição (golpe de 1964). Por ora, entretanto, ainda cabe destacar a intensidade com que as ideias veiculadas nesse estudo circularam entre os setores católicos e não católicos, partidários ou contrários aos argumentos defendidos, nas mais diversas regiões do Planeta (como atestam as inserções reproduzidas pelos jornais católicos de Paris). No caso do embate com a Revista polonesa, essa questão foi levantada por Plínio, quando, de forma irônica, indagou seu oponente sobre os motivos que o teriam levado a

escrever uma “carta aberta”. Com essa manobra acabou inserindo mais um ingrediente na forma que entendia ser a realidade dos católicos na Polônia:

Foi apenas o interesse do tema de que me ocupei, que lhe deu a idéia de me escrever uma carta aberta, ou será que o próprio texto de meu estudo penetrou na Polônia, repercutiu em certos meios, e em conseqüência inspirou ao Sr. o desejo de lhe opor uma refutação pública? Nesse caso ainda, creio que o Sr. achará natural meu desejo de saber como é que "A liberdade da Igreja no Estado comunista" entrou e se difundiu aí, e de que natureza terá sido a repercussão que ele possa ter causado. (Oliveira, Nº 170, 1965)

Foi deste modo, então, por vezes ironizando, por vezes teorizando sobre questões filosóficas relativas às construções argumentativas do seu oponente que a última matéria da polêmica foi estampada em *Catolicismo*. As palavras de Plínio, de uma forma erudita e escritas em uma linguagem bastante refinada, projetaram algumas considerações que entravam no rol das assertivas anticomunistas, o que evidencia todo um esforço empreendido pelo autor de LIEC em caracterizar o modo como os comunistas, a seu ver, classificavam os católicos:

[...] para os marxistas, os católicos devem ser divididos, nesse particular, em duas categorias: 1 – os que não "deslizaram", aqueles que têm fé numa doutrina historicamente revelada, objetiva e absolutamente verdadeira, e que, pois, rejeitam o relativismo hegeliano; 2 – os outros, que "deslizaram", e para os quais a doutrina católica e a doutrina marxista não são, uma em face da outra, mais do que constelações de teses e de antíteses, contendo cada uma, ao mesmo tempo que as escórias das formulações impuras, a síntese que através delas forceja dialeticamente por vir à luz. (Oliveira, Nº 170, 1965)

É possível perceber, também, como o autor foi inserindo, no desenvolvimento da sua argumentação, todo um complexo jogo de representações que definiam, de maneira muito clara, as práticas inerentes aos comunistas, “Os primeiros são inimigos irreduzíveis, em toda a extensão do termo. Contra eles não se emprega a discussão nem a polêmica, mas o campo de concentração, a prisão ou o pelotão de fuzilamento”, ao mesmo tempo em que sublinhava e condenava as práticas dos católicos que, indiretamente, cooperavam para a realização do projeto comunista:

Os outros são, no fundo, colaboradores, que aceitam a base filosófica do marxismo – isto é, a doutrina relativista – que esgrimindo na aparência contra este, mantêm com ele o jogo absolutamente pacífico do diálogo, e o ajudam, por meio da fricção, a destilar na tese e na antítese de hoje a síntese de amanhã. (Oliveira, Nº 170, 1965)

3.2.3 “Por que tanta severidade para uns e tanta condescendência para outros?”: D. Vicente Scherer na Revista *Catolicismo*.

A trajetória do grupo de *Catolicismo* pode ser caracterizada, entre outras questões, pela constante confrontação de ideias de ordem política e doutrinária com diversos grupos e instituições. Dentre estes, as divergências com membros das hierarquias católicas assumiram um papel de destaque ao longo da década de 1960, especialmente quando se leva em conta um contexto marcado pelo golpe de 1964, bem como os embates e disputas políticas suscitadas a partir das renovações práticas, doutrinárias e teóricas da Igreja Católica na década de 1960, aspectos que serão tratados com mais precisão nos próximos capítulos.

A historiografia que se debruçou sobre as características assumidas pelo modelo de prática institucional das TFP brasileira (ZANOTTO, 2007), (em consequência, características que podem ser estendidas aos membros e colaboradores das respectivas Revistas), indica que as suas relações com alguns setores da Hierarquia católica foram caracterizadas por diversos desentendimentos e disputas. As divergências (políticas e doutrinárias), por vezes, eram mútuas e repercutiram, inclusive, em jornais da grande imprensa.

O caso que será analisado nesta seção corresponde a um conflito entre o Grupo brasileiro e o Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre, D. Vicente Scherer¹¹². A “origem” desse confronto se deu em função dos pronunciamentos do Arcebispo contra posicionamentos políticos-doutrinários do Grupo de *Catolicismo*, que, por sua vez, reagiu, defendeu-se e contra-atacou, tendo o dispositivo anticomunista acionado intensamente e por inúmeras vezes no embate.

É necessário destacar, entretanto, uma peculiaridade desse confronto que se localizou, precisamente, na postura política do prelado: No período em que ocorreu a confrontação, D. Vicente Scherer se caracterizava por ser possuidor de uma postura tradicional, em que se sobressaía seu profundo anticomunismo¹¹³, apresentando, portanto, um comportamento político característico dos setores considerados conservadores. Este embate, se comparado com os analisados anteriormente, sinaliza para mais uma especificidade do Grupo de

¹¹² D. Vicente Scherer, entre 1914 a 1924, cursou o Seminário dos Jesuítas na cidade de São Leopoldo, RS. Complementando sua formação teológica, estudou na Universidade Gregoriana, em Roma. Nesse contexto, acabou sofrendo profunda influência ultramontana, tendo, inclusive, prestado o juramento “anti-modernista”, elaborado por Pio X. Ao final de sua formação foi designado como secretário de D. João Becker, então Arcebispo de Porto Alegre, até 1946 quando foi nomeado Bispo Auxiliar, assumindo o arcebispado no ano seguinte (KASPER, 2012). Conduziu essa função por 34 anos (1947 a 1981), tendo passado por vários e conturbados momentos políticos e institucionais, sendo um protagonista com uma voz bastante ativa. O elevado número de anos em que permaneceu à frente dos assuntos religiosos da região metropolitana de Porto Alegre, também pode ter um peso muito grande quando se questiona o tamanho da sua influência não só religiosa, mas especialmente política, no seio da sociedade do seu tempo.

¹¹³ Sobre as manifestações anticomunistas de D. Vicente Scherer ver Bett (2011).

Catolicismo, qual seja, a sua postura de intransigência aos mais ínfimos sinais de relativização do perigo comunista, mesmo que provindo de setores ou sujeitos marcadamente conservadores.

Para entender o confronto é preciso recuperar a repercussão, iniciada entre dezembro de 1964 e janeiro de 1965, em torno de um IPM (Inquérito Policial Militar). Instaurado para investigar setores do catolicismo sul-riograndense (apostolado dos leigos) e as suas possíveis ligações com sujeitos comunistas, ou até mesmo católicos com posturas marxistas, este Inquérito provocou diversos pronunciamentos do Arcebispo D. Vicente Scherer, presidente da Ação Católica de Porto Alegre, cuja transmissão se dava, principalmente, através da grande imprensa da capital do Rio Grande do Sul. Suscitou, inclusive, a publicação de uma carta endereçada ao Tenente Coronel do Exército Ruy C. Gonçalves, responsável pelo referido IPM. Nesta carta (também publicada nos principais jornais de Porto Alegre), D. Vicente enumerou cinco tópicos em defesa dos membros de sua arquidiocese.¹¹⁴ Foram questões que, de maneira geral, ao mesmo tempo em que faziam uma defesa explícita em relação aos membros pertencentes à sua jurisdição religiosa, no que referia a possíveis relacionamentos com membros da Ação Popular (AP), também explanavam toda a contrariedade do prelado em relação à referida organização, assinalando, mais uma vez, seu profundo anticomunismo.

O contexto político dessa querela envolvendo o Arcebispo e os quadros leigos do catolicismo sul-riograndense pode ser caracterizado pelo fato do governo militar ter dado início à “caça aos comunistas”, investigando aqueles lugares e setores onde, possivelmente, estariam concentrados os focos de “subversão”. Os setores leigos do catolicismo (JUC, JEC, JOC) foram vistos como um foco em potencial. Foi exatamente contra esta ação dos militares que o Arcebispo se manifestou, o que evidencia uma considerada transformação de sua postura política explicitada até então.¹¹⁵

A edição 171 da Revista *Catolicismo* (março de 1965), através de uma matéria do articulista Cunha Alvarenga, repercutiu o episódio que girou em torno do IPM tratando de qualificá-lo enquanto um “lamentável exemplo de concurso prestado à subversão social”. Nesta matéria, Alvarenga separou um trecho “significativo” do relatório do IPM, o qual foi publicado nos principais periódicos do Rio Grande do Sul à época:

Em resumo: a AP ou Grupão é um movimento de esquerda, originado pelo desejo de ação política de elementos da JUC, de tendências socialista [...] infiltrados e dominados por socialistas de extrema esquerda e marxistas [...] Seus processos de

¹¹⁴ Sobre a repercussão do episódio na imprensa de Porto Alegre ver em Bett (2010 e 2014).

¹¹⁵ Ver BETT, 2014.

ação, sua incipiente organização, suas inegáveis ligações político-estudantis com marxistas e comunistas, suas ações no campo da cultura popular, em nada se afastam da linha pura comunista [...] O encarregado deste IPM é de parecer que a inclusão dos nomes de Sacerdotes e instituições religiosas neste IPM se deve essencialmente à participação de elementos da JUC, JEC e Ação Católica na AP. (Alvarenga, 171, 1965)

Foi a matéria de Cunha Alvarenga, acima citada, que provocou a ira do Arcebispo Metropolitano, cuja manifestação de sua contrariedade se deu através de uma carta, direcionada aos editores de *Catolicismo*. A edição de número 175 (mês de julho de 1965) da Revista trouxe duas páginas inteiras destinadas a repercutir esta carta. A disposição gráfica ficou exposta da seguinte maneira: na primeira página da matéria foi publicada a carta do Arcebispo na íntegra, seguida de uma Alocução Semanal do prelado, datada de 11 de janeiro. Por último, ainda na mesma página, ficou disposta a matéria de Cunha Alvarenga, a qual teria sido a grande motivadora da confecção da carta do Arcebispo. Na segunda página, *Catolicismo* publicou a matéria que trazia os dizeres “*Resposta de Catolicismo a uma carta do Exmo. Revmo. Sr Arcebispo de Porto Alegre*”, intitulada (com letras garrafais, maiúsculas e em negrito) “*Ação Popular e Ação Católica*”, dando conta de indicar, já no próprio título, o sentido e o direcionamento das argumentações, uma vez que a polêmica girou em torno da possível “infiltração” marxista nos quadros da Ação Católica de Porto Alegre, através da influência de membros da AP.

A carta de D. Vicente imprimiu severas críticas ao Grupo católico. Os argumentos recaíram sobre o fato de Cunha Alvarenga ter “encampado piamente” as declarações do Coronel Ruy Gonçalves: “A minha surpresa e meu aborrecimento se devem a isso que as declarações do Coronel, referentes à Ação Católica de Porto Alegre são completamente improcedentes” (Scherer, Nº 175, 1965), protestou o prelado. Por outro lado, D. Vicente questionou os motivos que suas Alocuções, escritas em defesa da Ação Católica e frequentemente publicadas em jornais porto-alegrenses, não terem sido privilegiadas no artigo de Cunha Alvarenga. Sobre esse aspecto, disparou: “Será que para Catolicismo mais vale a palavra de um senhor Coronel encarregado de um IPM, do que a palavra, no caso irresponsável, de um bispo católico?” (Scherer, Nº 175, 1965). Antes de solicitar que *Catolicismo* fizesse uma retificação das “falsas acusações”, D. Vicente foi ainda mais incisivo em suas críticas:

O CATOLICISMO parece que tomou por missão varrer o lixo que seus diligentes colaboradores encontram na Igreja, de norte a sul do país. Nada tenho, em si, a ver com isso. Mas, não será um dever de consciência investigar previamente se têm fundamento as críticas que pretendem publicar? Julgo desnecessária sua

interferência no Rio Grande. Procuramos executar um programa positivo de pastoral e não deixamos de corrigir, quando possível, exageros, erros e desvios, infelizmente sempre possíveis numa comunidade de frágeis criaturas humanas, principalmente num período de transição como este em que vivemos. (Scherer, Nº 175, 1965)

Antes de passar para a análise da resposta emitida por *Catolicismo* ao Arcebispo, é preciso reforçar que D. Vicente Scherer, a partir dos discursos das suas “Alocações Semanais” no período, pode ser considerado uma das vozes mais ativas que ecoou denúncias de “infiltração” comunista nos mais diversos setores da sociedade brasileira na época. Os jornais de Porto Alegre (especialmente o *Correio do Povo* e o *Diário de Notícias*) foram os principais canais difusores do anticomunismo do prelado, especialmente a partir de junho de 1961 quando as “Alocações Semanais do Arcebispo Metropolitano” – originalmente transmitidas nas segundas-feiras no programa radiofônico denominado “A voz do pastor” – passaram a serem publicadas nas páginas dos periódicos, todas as terças-feiras. (BETT, 2010)

Deve ser mencionado, também, que as alocações de D. Vicente Scherer não tratavam necessariamente da temática anticomunista, mas, em momentos específicos, especialmente em períodos politicamente conturbados, essas questões acabavam prevalecendo. De outra parte, conforme apontam Bett e Scirica (2014), os protestos de D. Vicente Scherer frente ao IPM e às declarações do Coronel Ruy Gonçalves, bem como as declarações dos redatores de *Catolicismo*, tinham a ver, também, com a defesa de um espaço de atuação especificamente eclesial, por sua intenção em demarcar e resguardar a autonomia da Igreja em sua capacidade de julgar a ortodoxia católica. Por isso o seu desconforto explícito em relação aos editores da Revista que queriam se colocar como intérpretes e avaliadores da missão do catolicismo e suas práticas. Já os membros de *Catolicismo*, inseridos na doutrina contra-revolucionária, estavam imbuídos de sua visão intransigente e de uma conseqüente ânsia de combate frente ao que consideravam – ou construía discursivamente – o avançar da revolução comunista dentro e fora da Igreja.

Portanto, mesmo essa postura reconhecida de um anticomunista fervoroso e bastante atuante e combativo não foi o suficiente para amenizar a severa resposta de *Catolicismo* à sua carta, o que permite aferir a radicalidade do Grupo quando poderia estar em jogo algum questionamento de sua postura, principalmente relacionada ao combate anticomunista.

O primeiro aspecto que foi mencionado pelos editores de *Catolicismo* contra D. Vicente Scherer, girou em torno daquilo que entenderam ser um “contraste”: o tratamento do prelado dado para com os “desvios” de sua arquidiocese em relação à severidade com que

interpretou o pronunciamento de Cunha Alvarenga. Nesse ponto ficou demarcado o estabelecimento de uma desconfiança quanto ao real posicionamento político do Arcebispo:

Esse duro contraste faz subir a nossos lábios uma pergunta melancólica: por que tanta severidade para uns e tanta condescendência para outros? Embora míseros coletores de lixo, não somos também nós ‘frágeis criaturas humanas’ que vivem ‘num período de transição’? (Ação Popular, Nº 175, 1965)

Respondendo às indagações de D. Vicente Scherer, especialmente aquelas que criticaram a postura de Cunha Alvarenga em se apropriar do discurso do Coronel encarregado do IPM, sem “ouvir” a versão do Arcebispo, *Catolicismo* justificou essa medida enquadrando o posicionamento do articulista dentro do contexto do processo que motivou a derrubada do governo de João Goulart, reforçando, inclusive, a visão de que os grupos “esquerdistas” continuavam atuando com a participação de grupos católicos:

E por que havia Cunha Alvarenga de suspeitar, sem mais, da impropriedade das conclusões do Cel. Ruy Gonçalves, quando todo o Brasil está a par do caráter comunojanguista das atividades da Ação Popular? Por que havia Cunha Alvarenga de pôr em dúvida, sem mais, a existência de membros de certos setores da Ação católica macomunados com movimentos para-comunistas, quando para o país inteiro se tornou notória a atuação de extrema esquerda desenvolvida por líderes católicos [...]?(Ação Popular, Nº 175, 1965)

Foi a partir dessa visão, de inquietude referente aos grupos católicos com a atuação considerada de cunho esquerdistas, que *Catolicismo* passou a questionar a posição de D. Vicente Scherer frente a esse cenário. Referindo sobre uma das alocações do Arcebispo, os editores da Revista deixaram sob suspeita o silêncio do prelado para questões consideradas fundamentais no jogo político daquele contexto:

A alocação se divide em duas partes. Em ambas se nota o extremo cuidado de seu respeitável autor em não tomar qualquer posição com referencia a um problema que tanto empolgou a opinião publica: era a AP uma organização comuno-janguista? (Ação Popular, Nº 175, 1965).

Cabe destacar que a historiografia que se debruçou sobre a temática anticomunista, especialmente no contexto brasileiro da década de 1960, salienta que não tomar partido ou demonstrar-se neutro nas questões políticas, invariavelmente poderia ser caracterizado se não como um agente direto do comunismo, mas enquanto, no mínimo, um cooperador para a “infiltração” e propagação comunista¹¹⁶. Parece ter sido essa uma das intenções de

¹¹⁶ Sobre esse aspecto ver Motta (2002), Rodeghero (2003) e Bett (2010).

Catolicismo, conforme atestam alguns pontos da matéria, além do fato de representar as ações de D. Vicente como não condizentes à sua posição de Arcebispo, ao menos na forma como essa posição era entendida e preconizada pelo grupo de *Catolicismo*.

A longa resposta de *Catolicismo* seguiu no sentido de justificar a atitude de Cunha Alvarenga, ao mesmo tempo em que atacava D. Vicente Scherer, especialmente destacando seu neutralismo acerca dos problemas da Ação Católica de Porto Alegre: “Quanto às suspeitas veementes de comuno-janguismo, surgidas contra a Ação Popular em setores ponderáveis da opinião pública, o Exmo. Arcebispo toma uma atitude de quem está a igual distância de as aceitar ou de as rejeitar”. E, insistia em determinar que o prelado assumisse a sua posição, especialmente nas questões relacionadas entre os partidários de João Goulart e membros do catolicismo:

Pedimos vênia a S. Excia. Para ponderar que não parece possível em sã lógica tomar posição [...] em toda esta matéria, permanecendo na inteira ignorância deste ponto sem o qual nada se entende nem se explica: qual era afinal a relação entre AP e o jango-comunismo. (Ação Popular, Nº 175, 1965)

Destaca-se, ainda, o tom agressivo com que as palavras do Arcebispo foram rebatidas, bem como a forma irônica com que algumas das passagens foram desdenhadas pelos redatores do mensário. Ao mencionar “infiltração comunista” no catolicismo, os autores da matéria assim se posicionaram:

Somos os pobres lixeiros da Igreja. Numa época em que numerosos documentos pontifícios atestam a realidade que estoura aos olhos de todos, isto é, a existência de perigosas correntes doutrinárias no seio da Igreja, a luta dolorosa entre todas [...] é assim depreciativamente qualificada por um ilustre Antistite católico. (Ação Popular, Nº 175, 1965)

Essa breve análise do embate entre D. Vicente Scherer e a Revista *Catolicismo* demonstra que, mesmo o prelado tendo uma trajetória reconhecidamente anticomunista, na ótica de *Catolicismo*, esse aspecto acabou não tendo muita importância quando esteve em jogo desavenças que giraram na órbita da desconfiança de “infiltração” comunista nos quadros da Ação Católica, sob a sua responsabilidade, o qual passou a ser visto enquanto um religioso que não estaria atuando de um modo verdadeiramente católico, na medida em que se portava de forma dúbia em relação ao posicionamento anticomunista. Será com uma atmosfera relativamente parecida com essa que o Grupo de *Catolicismo* adentrará em mais um embate na década de 1960. O próximo tópico do capítulo vai demonstrar que o esforço combativo do Grupo era de tamanha intensidade que até mesmo a mais alta entidade católica

nacional entrará para o rol daqueles setores considerados adversários quando se estava em pauta qualquer indício de ameaça comunista.

3.2.4 A Campanha Antidivorcista da TFP e a CNBB

Em julho de 1966, a Revista *Catolicismo* trazia em todas as matérias da edição 187 (inclusive na matéria de capa) a repercussão do movimento antidivorcista iniciado pela TFP através de um abaixo-assinado¹¹⁷, direcionado ao então Presidente da República, Marechal Castelo Branco, aos Presidentes do Senado e da Câmara Federal e ao Episcopado Nacional. O tom dramático da chamada da matéria indica o quanto essa questão pesou em importância para os membros da Revista: “TFP promove triunfal manifestação dos sentimentos antidivorcistas do Povo Brasileiro. Apêlo aos altos Podêres Cíveis e Eclesiásticos em prol da família brasileira”. Naquele contexto estava tramitando no Congresso Nacional o projeto de um novo Código Civil que, entre outras questões, previa a regulamentação do divórcio¹¹⁸. A mobilização da TFP contra o projeto do novo Código foi amplamente repercutida em *Catolicismo*. As duas edições seguintes (agosto e setembro) também imprimiram matérias sobre o tema. No total foram três matérias de capas seguidas – algo inédito, até então, na Revista brasileira – dando ênfase para um mesmo assunto. Nem mesmo no contexto do Golpe de 1964 houve tamanha mobilização acerca de uma mesma demanda. Cabe salientar que a campanha antidivorcista não ficou restrita ao mensário. Diversos canais de comunicação, principalmente aqueles da grande imprensa escrita, também repercutiram amplamente o imbróglio envolvendo a TFP¹¹⁹.

Um capítulo importante dessa nova proposição do Grupo de *Catolicismo* foi trazido na edição 188, de agosto de 1966. A Comissão Central da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu uma nota (no dia 17 de junho) censurando a iniciativa tefepista. A nota da CNBB, transcrita abaixo (de acordo com *Catolicismo*, essa nota teria sido publicada de forma integral ou em forma de notícia em “toda a imprensa do país”), foi o estopim para o início de um conflito aberto entre o Grupo da TFP (e de *Catolicismo*) e a CNBB.

¹¹⁷ Segundo informações da própria Revista *Catolicismo*, esse abaixo-assinado teria sido um dos maiores empreendidos pela TFP com a coleta de, aproximadamente, um milhão de assinaturas.

¹¹⁸ A discussão em torno da aprovação do divórcio remota à década de 50 por quando das primeiras iniciativas. De acordo com Almeida (2010), trata-se de um movimento que demarcou a inserção do Brasil nos preceitos da modernidade, a partir do aceleração dos processos de secularização. O debate em torno da questão do divórcio estendeu-se até meados da década de 1970. Sobre isso, ver: ALMEIDA, 2010.

¹¹⁹ O texto do abaixo-assinado foi publicado na íntegra nos seguintes periódicos: "Folha de S. Paulo", "Diário de Notícias" (Rio de Janeiro), "A Voz do Povo" (Bom Jesus do Itabapoana – RJ), "O Globo" (Rio de Janeiro). Resumos foram publicados em "A Nação" (Florianópolis), "O Estado" (Florianópolis), "Correio do Ceará" (Fortaleza), "Folha" (São Carlos- SP), "Jornal do Comércio" (Recife), "A Notícia" (São José do Rio Preto – SP) "Diário de Pernambuco" (Recife).

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil tomou conhecimento por documento que lhe foi enviado por diversos Arcebispos e Bispos, da atuação de um grupo de católicos que assumem atitudes contrárias às normas pastorais dos seus legítimos e autênticos Pastores diocesanos. Conquanto tais pessoas se agrupem comumente na Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, sociedade civil, e portanto independente da Hierarquia, costumam tomar posições que envolvem diretamente a doutrina e disciplina da Igreja e não representam o pensamento da Comissão Central do Episcopado Brasileiro. Sirva esta nota não só para exortar aqueles católicos à obediência aos autênticos Pastores, como também para acautelar os demais acerca das atividades da referida organização. (A TFP, Nº 188, 1966)

Foi o início, também, para que o *dispositivo anticomunista* fosse acionado contra a mais alta entidade do catolicismo nacional. Compreender como a campanha antidivorcista foi inter-relacionada com a “questão comunista” e como, de outra parte, a CNBB acabou sendo inserida nessa querela são os objetivos a serem perseguidos nessa seção.

Desvelar mais essa incursão discursiva presente em *Catolicismo* poderá contribuir para o entendimento de mais uma faceta do complexo leque de possibilidades com que foi necessário o desencadear do *dispositivo anticomunista* na década de 1960. Era preciso demarcar, demonstrar e esclarecer todas as possibilidades de “infiltração” do inimigo e, assim, alertar a sociedade para a iminência de novas conquistas, assim entendia o Grupo de *Catolicismo*, no campo da luta ideológica.

Para que se possa compreender como o *dispositivo anticomunista* foi acionado contra a CNBB, sobretudo a representatividade que esse dispositivo pode ter alcançado ao ser lançado contra a entidade católica, é preciso compreender, entretanto, de que forma o *dispositivo anticomunista* também foi acionado por ocasião das primeiras publicações da Revista que se debruçaram sobre o projeto do novo Código Civil, especificamente sobre aquele ponto mais sensível: a legalização do divórcio.

Na Revista *Catolicismo*, é possível destacar duas narrativas possíveis de serem lidas que demarcaram, efetivamente, a contrariedade do grupo com relação às resoluções do novo Código. A primeira narrativa se encaixou na visão de que a aprovação seria um golpe contra a instituição da família cristã, católica nesse caso. O novo Código era uma afronta às tradições cristãs do Brasil e potencializaria a possibilidade para o aceleramento da desintegração da família católica.

Com filial respeito, suplicamos igualmente ao Venerando Episcopado Nacional – neste momento de aflição e de perigo como outro não houve para a instituição da família nos quatro séculos de nossa história – que faça ouvir sua grande e poderosa

voz, alertando para a luta contra o atual projeto de Código Civil, o povo tão profundamente cristão de nosso amado País. (Editorial, Nº 187, 1966)

A outra narrativa possível de ser lida tratou do assunto se utilizando dos mesmos artifícios operacionalizados por ocasião do contexto pós-golpe de 1964, cuja visão de uma continuidade da periculosidade comunista, mesmo com a destituição de Jango, ainda era perceptível aos olhos dos tradicionalistas¹²⁰. Desse modo, o projeto do novo Código Civil acabou sendo entendido como mais uma manifestação dos desdobramentos do perigo comunista de outrora – antes do golpe – só que, desta feita e justamente pela detecção de sua presença, o perigo se manifestava de outras formas, menos perceptíveis, mas não menos nocivas, que os redatores de *Catolicismo*, logo após o golpe, denominaram de “janguismo sem Jango”¹²¹:

Foi remetido ao Congresso Nacional, e já está tramitando na Câmara dos Deputados, o projeto de novo Código Civil. Esse projeto, elaborado por uma Comissão instituída em 1963, traz em si os estigmas do ambiente ideológico que o janguismo visava perpetuar, e que a Revolução de 31 de Março banuiu do País. (Editorial, Nº 187, 1966)

O que tornou possível uma dinamicidade maior de toda a contrariedade do Grupo de *Catolicismo* acerca da proposta de um novo Código Civil foi justamente a interposição das duas narrativas acima apresentadas. Em diversas passagens das publicações é possível evidenciar que o projeto seria um artifício desagregador da família brasileira justamente por apresentar as mesmas concepções “ideológicas” dos comunistas¹²². Era difícil para os tradicionalistas entenderem como seria possível ventilar uma ideia concebida pelos mesmos preceitos comunistas num cenário que, em tese, deveria estar imune às investidas dos “vermelhos”: “Consideramos inexplicável que, depois da Revolução de 31 de Março, uma tal propositura tenha sido apresentada ao Congresso, e possa, pois, ser transformada em lei. Esse projeto fere a fundo a tradição cristã da família brasileira”. (Editorial, Nº 187, 1966)

Ficou estabelecido, então, que quem fosse partidário das resoluções do novo Código ou quem se mostrasse contra a campanha antídívorcista empreendida pela TFP, necessariamente se coadunaria com os propósitos comunistas, necessariamente se mostraria

¹²⁰ Esse aspecto será analisado com mais propriedade no quarto capítulo da tese.

¹²¹ Ver quarto capítulo da tese.

¹²² Cabe destacar que muito dos preceitos anticomunistas presentes no cenário político e social brasileiro pautaram suas assertivas na visão de que o comunismo visava à destruição da família e da moral. No período anterior ao Golpe de 1964, por exemplo, é possível evidenciar que, nas representações anticomunistas, arregimentadas por ocasião das “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”, a questão “família” se tornou ponto primordial na conflagração da representatividade da ameaça comunista daquele contexto. (MOTTA, 2002) e (ALMEIDA, 2010)

como mais um cooperador do processo de destruição da instituição “família”, processo plenamente entendido enquanto um anseio dos postulados comunistas:

Digno de relevo ainda, para mostrar o vigor do apoio popular, é o fato de que a campanha da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade logrou seu êxito em meio a uma carga cerrada de veladas restrições e de difamações mesquinhas, quase sempre procedentes de arraiais comuno-progressistas ou divorcistas. Mostravam-se estes, assim, bem cientes de que esta Sociedade opunha intransponíveis obstáculos a seus censuráveis desígnios. (Editorial, Nº 187, 1966)

Para além dessa classificação, também é possível evidenciar que as matérias buscaram caracterizar a prática dos grupos que, de alguma forma, não estariam afinados com os preceitos católicos na busca pela manutenção do *status quo* da organização familiar brasileira. Essa não foi uma manobra exclusiva dessa confrontação, contudo é pertinente demonstrar e ressaltar que a sua utilização ajuda a compreender tamanho esforço desenvolvido pelos redatores de *Catolicismo* com vistas a desqualificar seus oponentes, além de possibilitar a inserção de mais uma assertiva que pode ter cooperado na representatividade dessa contrariedade por ocasião do acionamento do *dispositivo anticomunista* contra a CNBB. A passagem abaixo, ao mencionar conflitos por quando da coleta de assinaturas (abaixo-assinado para a campanha antidivorcista) dos membros da TFP, demonstra como se deu o processo de caracterização dos adversários vinculando-os às práticas comunistas:

Em Belo Horizonte chegou-se à violência física. No dia 4 do corrente, um grupelho de jovens – certa imprensa noticiou bombasticamente que eles eram 2 mil – bloquearam durante uma hora e meia as bancas de coleta de assinaturas da TFP na Praça 7 de Setembro, atirando contra elas bombas de estampidos e outros fogos, com o intuito de atemorizar e dispersar os transeuntes. Este é o modo pelo qual, nos setores comuno-progressistas e afins, se entende a liberdade de opinião do povo: liberdade é só para a esquerda, e como povo só se conhece o punhado de agitadores que o esquerdismo logra fanatizar e arregimentar, bem como os poucos sequazes que estes conseguem levar atrás de si [...] Em São Paulo houve início de semelhante atoarada, que trazia as mesmas características e a mesma marca de fábrica. O DOPS fê-la cessar desde logo, com seu conhecido zelo pela tranqüilidade pública. (Editorial, Nº 187, 1966)

Em outra passagem, a mesma vinculação, com uma caracterização ainda mais evidente. Ser partidário do divórcio ou contrário à campanha antidivorcista entraria no mesmo rol das práticas inerentes às estratégias marxistas na promoção da “luta de classes” e na desintegração da família:

Esta objeção ao abaixo-assinado da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade deixa bem claro o que é o povo para certos setores esquerdistas: uma multidão que se tenta embriagar com demagogia para promover a luta de classes e a desagregação da família, e que se deseja jugular e reduzir

tiranicamente ao silêncio quando ela resiste aos tufões do esquerdismo e se exprime no sentido favorável à Tradição, à Família e à Propriedade. (Editorial, Nº 187, 1966)

Como se pode verificar a partir do exposto, quando da publicação da edição 188 de *Catolicismo*, de agosto de 1966, a querela envolvendo a TFP e a CNBB já estava posta. Pode ser pertinente recuperar a periodicidade com que o embate foi se desdobrando naquele contexto, uma vez que as publicações das edições de *Catolicismo* não coincidiram exatamente com a datação dos acontecimentos. O início da campanha antidivorcista da TFP se deu no dia 2 do mês de junho, sendo que somente na edição de julho foi publicada na Revista. De acordo com os registros¹²³, ainda no mês de junho, o então Presidente da República havia retirado o projeto do Código Civil do Congresso, algo que só foi repercutido em julho na Revista *Catolicismo*. Da mesma forma, o pronunciamento da CNBB, publicado no dia 17 de junho, foi repercutido somente na edição de agosto.

Tendo por base esses registros, pode-se verificar que existiu um período significativo de preparo das matérias, aspecto que ganha em representatividade quando se coloca em questão as intencionalidades de cada publicação. Quando da resposta emitida pela TFP contra o comunicado da CNBB (publicado na grande imprensa no dia 23 de julho), todas as estratégias argumentativas já vinham sendo construídas há pelo menos 30 dias. Já se sabia como e em quais os pontos contra-atacar.

Como referido anteriormente, após a publicação da nota da CNBB, a TFP saiu em defesa própria. Ao mesmo tempo, promoveu um contra-ataque bastante severo contra a entidade dos Bispos. Por outro lado, a questão que envolveu o debate acerca do projeto do novo Código Civil também havia sofrido uma pausa, na medida em que o Presidente da República havia retirado o projeto do Congresso para um “reexame”. Essa manobra foi entendida pelos redatores de *Catolicismo* como sendo profundamente influenciada pela campanha antidivorcista empreendida pela TFP: “por certo figurou o anelo das muitas centenas de milhares de brasileiros que assinaram o apelo antidivorcista da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade”.

Desta forma, assumindo a responsabilidade pela vitória no processo contra a legalização do divórcio, a TFP se viu em plenas condições de responder, publicamente, ao comunicado da CNBB. A Revista *Catolicismo* viabilizou isso. O título na capa da edição de agosto anunciava essa (contra) investida: “A TFP ao Público: Respeitosa defesa em face de um comunicado da Veneranda Comissão Central da Conferência Nacional dos bispos do

¹²³ Da própria Revista *Catolicismo* e do jornal Folha de São Paulo do dia 16 de junho de 1966.

Brasil". Tratava-se de um longo manifesto datado do dia 22 de julho, assinado pelos principais membros do Conselho Nacional da TFP.

No momento da publicação da edição de agosto, o *dispositivo* anticomunista já havia sido lançado contra toda forma de opinião contrária à campanha antivorcista e contra qualquer apoio advindo daqueles considerados "divorcistas", simpatizantes dos postulados do Código Civil. Antes mesmo da publicação do manifesto da CNBB, o *dispositivo* já estava em posição, já havia produzido suas demarcações, inclusive através de matérias publicadas na grande imprensa nacional. Os manifestos que seguiram ao primeiro colocaram, ainda mais, pulsão no acionamento do gatilho contra todos os grupos ou instituições que se mostraram contrários aos postulados tefepistas, inclusive a entidade dos Bispos do Brasil. Após a censura acerca do movimento antivorcista da TFP, vista anteriormente, a Comissão Central da CNBB se manifestou a favor das reformas do novo Código:

A Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em reunião ordinária, ao tomar conhecimento oficial do movimento de opinião pública em torno da defesa dos postulados cristãos, a serem garantidos no projeto do novo Código Civil, não só reconhece a oportunidade da iniciativa do Governo para a atualização das normas jurídicas do País, como não pode deixar de aplaudir a intenção dos homens responsáveis, que desejam um novo Código perfeitamente digno do monumento de fama internacional que até hoje esteve em vigor. [...] declaramos que muito nos conforta a preocupação, que nos parece ser dos poderes da República, de traduzir, no estatuto em preparação, o sentimento do povo brasileiro, em favor dos princípios que garantem o instituto da família, com todas as conseqüências que marcaram, até hoje, a honorabilidade da célula da sociedade no Brasil [...]. Não é, pois, verdade, segundo notícias veiculadas, que a Igreja, como tal, no Brasil, esteja empenhada na defesa explícita de interesses materiais seus, porventura ameaçados no art. 504 do projeto do novo Código Civil. O que, sim, queremos defender, em todas as suas implicações espirituais e morais, é o instituto da família brasileira. (A TFP. Nº 188, 1966)

No comunicado seguinte, segundo matéria da Revista *Catolicismo*, a CNBB teria manifestado em relação ao Movimento de Educação de Base (MEB)¹²⁴. No trecho separado pelos editores foram expostas as seguintes considerações: "a Comissão Central Diretora da CNBB [...] sente o dever [...] de afirmar solenemente que o MEB não pode ser acusado de

¹²⁴ O Movimento de Educação de Base (MEB) foi gerado durante a campanha presidencial de 1960, fruto de um acordo político entre setores da Igreja Católica e a candidatura de Jânio Quadros. O movimento foi criado a partir de um convênio entre o Governo Federal e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB. Enquanto a Igreja entraria com o pessoal, a organização e a execução do trabalho, o governo daria sustentação política e arcaria com os custos do projeto, os movimentos de educação e cultura popular. Vistos como parte da política de agitação e propaganda do Partido Comunista, foram violentamente perseguidos na sua quase totalidade. A repressão buscou provar de toda maneira a prática educacional "perniciosa e subversiva" dos movimentos. Suas ações culturais e educacionais, como, por exemplo, o teatro e a alfabetização de adultos, eram reduzidas à mais pura agitação comunista, e, por isso, merecedores de uma exemplar repressão. (TEIXEIRA, 2012)

subversivo ou comunista, apesar de erros ou falhas naturais em instituições humanas" (Editorial, Nº 187, 1966).

Os três comunicados, foram, então, apropriados e ressignificados pelos membros de *Catolicismo*. A tônica discursiva se deu de uma forma que privilegiou aquilo que consideraram “dois pesos e duas medidas” na manifestação da entidade, fazendo referência às diferenças da linha adotada para os apoiadores do “projeto de Código Civil divorcista, para com os cismáticos, os hereges”, e a outra adotada contra a TFP:

Com isto, ficou posta em difícil situação perante a opinião pública a TFP, não só porque um dos comunicados visava, de maneira severa e taxativa, esta entidade, como porque, em doloroso contraste, os outros dois se referiam de modo ameno e benigno ao projeto de Código que sub-repticiamente introduziu o divórcio em nossa legislação, e ao MEB, por muitos havido como comunistizante. (Editorial, Nº 187, 1966)

Em outra passagem, a mesma referência:

Em outra ordem de idéias, e ainda com vistas à nossa defesa, cumpre acentuar que, diante da investida divorcista, a linguagem da nota da Veneranda Comissão Central é inspirada pela mais extrema benignidade. Veremos que essa benignidade também existe em relação ao MEB, mas falta de todo em todo quando se trata da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade. (Editorial, Nº 187, 1966)

Parecia inexplicável, aos olhos dos redatores de *Catolicismo*, a diferença de tratamento empreendida pela CNBB, ainda mais quando a campanha antidivorcista recebeu apoio de um número considerável de Sacerdotes. Como poderia a mais alta entidade católica do país não atender aos anseios de boa parte do clero no que concernia à condenação da campanha divorcista?

É inexplicável que se tenha contra nossa campanha uma tal animadversão, apesar de sua triunfal acolhida na população, apesar do grande número de pessoas do mais alto relevo político e social que a ela tem aderido, apesar de terem assinado suas listas dezessete Srs. Arcebispos e Bispos, além de incontáveis Sacerdotes seculares, Religiosos e Religiosas.

Como poderia uma instituição que, no processo do golpe de 1964 se manifestou a favor do direito de defesa de “comunistas e corruptos”¹²⁵, não utilizasse o mesmo critério para

¹²⁵ Esse comentário dos redatores de *Catolicismo* apresentou como referência um comunicado da CNBB publicado no jornal O Estado de São Paulo, no dia 3 de junho de 1964, questão confirmada por GOMES e FERREIRA, 2014.

uma entidade “toda voltada ao serviço e à defesa da Tradição, da Família e da Propriedade”? Os redatores do manifesto fizeram questão de demonstrar esse desequilíbrio na postura da CNBB: “Mostramos quanto esse procedimento para com filhos como nós difere do que se tem tido, sob o signo do ecumenismo e do diálogo da salvação, com o divorcismo, os acusados de comunistas e de corruptos, e os irmão separa dos heréticos ou cismáticos”.

4 AS TRANSFORMAÇÕES DO CATOLICISMO NA DÉCADA DE 1960: REVISTAS CATÓLICAS E O *ETHOS ANTICOMUNISTA*

Introdução

Entre os anos de 1962-1965, com a realização do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica Apostólica Romana orquestrou os fundamentos que determinariam a maior transformação teórico-prática do catolicismo em todo o século XX¹²⁶. A emergência de sua realização foi pautada numa agenda de atualização da base doutrinal e pastoral, a qual se permitiu formular uma resposta da instituição frente aos crescentes processos de modernização, secularização e laicização, que viriam a se intensificar em meados da segunda metade do século XX. Ao procurar atingir assuntos que tratavam da ordem da tradição pastoral e litúrgica como também da ordem de uma nova reflexão teológica, os assuntos debatidos nas seções conciliares afetaram sobremaneira a cosmovisão dos católicos, inclinando, decisivamente, a instituição para a perspectiva social, a partir de dois aspectos que nortearam os debates: especial atenção para o valor comunitário e humanista da prática religiosa e, no aspecto teológico, aquilo que Gustavo Morello (2003) denominou “renascimento teológico progressista”.

Além da realização do Concílio, o ambiente católico nos anos 60 também foi profundamente influenciado pela publicação das chamadas “Encíclicas Sociais” editadas pelo Papa João XXIII¹²⁷: em 1961, a *Mater et Magistra*¹²⁸ e em 1963, a *Pacem in Terris*¹²⁹. As próprias decisões conciliares foram influenciadas, em grande parte, a partir da resposta que ambas as encíclicas provocaram nos mais diversos setores do catolicismo fomentando, por assim dizer, atualização e readequação da prática e doutrina católica em função da realidade social daqueles anos de 1960, especialmente na América Latina.

¹²⁶ José Zanca (2006, p. 137) afirma que tanto as premissas quanto as conclusões do Concílio Vaticano II exerceram uma influência determinante em todos os âmbitos do catolicismo. Por outro lado, na sua ótica (se referindo ao campo dos intelectuais católicos) o Concílio “no fue (ni internacional, ni nacionalmente) un evento que iniciara un ciclo de controversias, sino un momento de exposición pública de controversias que tenían ya casi veinte años de existencia”. Para o autor, a singularidade do evento foi estabelecer que a ideia de transformação era legítima.

¹²⁷ De acordo com o historiador Pablo Ponza (2008, lin 4), a gestão do Papa João XXIII deu início ao mais importante processo de renovação doutrinária da instituição em todo o século XX: “Una renovación que no sólo tuvo consecuencias religiosas sino que afectó la cosmovisión y el posicionamiento político de millones de personas en el planeta, incluso hasta la actualidad.”

¹²⁸ A encíclica *Mater et Magistra* (publicada em 15 de maio de 1961) aprofundou uma discussão, que pode ser remetida à Encíclica *Rerum Novarum* (1891), acerca do desenvolvimento da doutrina social da Igreja Católica. A Encíclica de João XXIII abordou dois problemas que estavam no centro daquele momento histórico: os países subdesenvolvidos e o problema do campo. Nesse sentido, trouxe para o debate, de modo bastante preciso, a questão da terra e da reforma agrária. (BETT, 2010)

¹²⁹ Inserida na crise dos mísseis em Cuba, a encíclica *Pacem in Terris*, publicada na quinta-feira santa de 1963, chamou atenção para o tema da paz, especialmente entre os países sob regimes políticos diferenciados.

Pablo Ponza (2008) afirma que o novo direcionamento da postura católica foi resultado de duas variáveis que se complementaram no espaço de aplicabilidade prática do catolicismo. Uma variável interna, que consistiu nos avanços da chamada “Doutrina Social” e que se caracterizava, conforme o autor, como uma espécie de sociologia evangélica, nascida no interior da igreja, a qual recebeu a influência dos desenvolvimentos das modernas ciências sociais¹³⁰. A variável externa se caracterizou pelo esforço da Igreja Católica em se estabelecer enquanto instituição preocupada e ativa com os contrastes e desequilíbrios sociais e econômicos entre países ricos e pobres, buscando, com isso, responder ao avanço da filosofia marxista, “una doctrina que se erigía entonces como la teoría explicativa de los conflictos sociales más avanzada de la época” (Ponza, 2008, lin. 8).

Esses elementos possibilitaram ao Concílio uma reflexão que excedia as fronteiras do pensamento cristão, na medida em que a sua perspectiva teórica foi entendida e aceita, por grupos de religiosos e elementos ligados ao catolicismo, como uma articulação doutrinária entre o marxismo e o cristianismo, ou seja, especificamente “se trató de una convivencia del pensamiento político de algunos núcleos intelectuales cristianos que consideraban perfectamente lícita la cooperación marxista” (Ponza, 2008, lin 6).¹³¹

Entretanto, o processo de reformulação e atualização da atuação teórica e prática do catolicismo, durante (e pós) o Concílio, não passou imune aos movimentos de resistências. De modo sistemático, alguns setores da Igreja não compartilhavam das novidades e rejeitavam qualquer possibilidade de articulação entre catolicismo e modernidade. Conforme destacou Claudia Touris (2012b, p. 153), nesse sentido, “el impulso de renovar las estructuras de la Iglesia por parte de un sector del catolicismo nutrido de una nueva sensibilidad hacia su inserción en el mundo tendría su contraparte en la resistencia de aquel sector que se aferraría al peso de la tradición”.

A cisão interna do catolicismo, no tocante à sua atuação prática (pastoral) frente à modernidade, teve seu início ainda no século XIX por conta da consolidação do movimento ultramontano e, posteriormente, do integrismo. Nesse sentido, de acordo com Caldeira (2011,

¹³⁰ Conforme o autor, “Ya desde 1920 la *Doctrina Social* venía reflexionando sobre la eficacia del sistema democrático de representación partidaria, los contrastes y desequilibrios entre países ricos y pobres” (2008, lin. 8).

¹³¹ A crise do Partido Comunista (1956), com o conhecimento dos crimes de Stalin, permitiu recuperar pensadores esquecidos pelo stalinismo (Gramsci, Lukács, Luxemburgo, Bujarin, Grossman, Bernstein), além de proporcionar releituras de obras clássicas de Engels, Lenin, Trotsky e o primeiro Marx, com a recuperação de seu caráter humanista, assim como sua relação com a filosofia de Hegel, dando maior visibilidade ao marxismo.

p. 1012), é possível compreender o Concílio Vaticano II como um processo que agudizou a divisão interna do catolicismo em pelo menos dois segmentos¹³² relativamente bem definidos:

[...] o chamado progressismo católico, ligado à visão de mundo marcadamente otimista em relação às promessas da modernidade [...] e certo conservadorismo católico, negador de qualquer possibilidade de construção de pontes entre o catolicismo e os valores modernos, entendidos, *grosso modo*, como demoníaco e anticristão. (Caldeira, 2011, p. 1012)

Em conformidade com o exposto acima, José Maria Ghio (2007) salienta que o Concílio Vaticano II foi o movimento que deu início a uma nova orientação ao catolicismo latino-americano, a qual se traduziu em que setores significativos de católicos abandonaram seu tradicional trabalho missionário, para de fato “instalar-se com mayor decisión junto a los oprimidos y marginados, acompañando sus demandas por el cambio de las estructuras de sometimiento e injusticia” (2007, p. 9). Esses setores, na década de 1960, foram caracterizados genericamente como “esquerda católica”, a qual se estendia a um elevado número de organizações do apostolado leigo e do clero jovem e davam ênfase a uma orientação que vinculava prática cristã com as lutas dos setores populares (2007, p. 177)¹³³.

A historiografia que se debruçou sobre os efeitos das reformas conciliares nos quadros internos da instituição católica da América Latina, mostra que, por um lado o Concílio foi entendido de acordo com a tônica das democracias liberais europeias, ou seja, como um movimento que se abriu ao mundo moderno, propôs um diálogo com a modernidade, incluindo uma aceitação do secularismo da sociedade contemporânea como um lugar privilegiado para a propagação do Evangelho. Em outra concepção, passou a ser entendido enquanto um movimento de crítica ao capitalismo liberal, ao imperialismo, trouxe a Revolução Cubana como uma via possível de diálogo entre marxismo e cristianismo. Como consequência desse cenário, é possível identificar a formação daquilo que Ghio (2007, p. 190) denominou como “leitura anti-moderna do Concílio”, ou seja, a formação de dois setores

¹³² É preciso enfatizar que os efeitos das transformações conciliares não podem ser resumidos apenas na divisão entre dois segmentos polarizados (conservadores versus progressistas). José Zanca (2006, p. 148) chama atenção para este aspecto ao referir que, no campo dos intelectuais católicos haviam “múltiplas líneas de clivaje que separaban a los intelectuales católicos [...] la división entre “progresistas” y reaccionarios”, o ‘conciliares’ y preconciliares’, nos parece, a partir de los ejemplos, del todo inadecuada”. Portanto, os termos “progressistas” e “conservadores” não serão utilizados na tese como conceitos absolutos e totalizantes, simplificando a realidade inerente às disputas daquele contexto, mas sim como forma de caracterizar o modo como os Grupos de *Catolicismo* e *Cruzada* interpretavam o seu próprio modelo de ação e o modo de ação daqueles setores considerados seus adversários.

¹³³ Especificamente no caso do Brasil, Carla Rodeghero (2003, p. 92) afirma que, a partir dos anos de 1963 e 1964, intensificou-se a denúncia de que parte do clero e de setores católicos (MEB, JUC e JOC) estava sofrendo influências dos comunistas.

extremistas, quais sejam, um clássico direitista e ultraconservador e outro de esquerda e revolucionário¹³⁴.

Dentro do cenário apresentado, caracterizado evidentemente pela polarização política interna no catolicismo e tendo como um dos fatores de relevo determinante a convergência dos postulados marxistas com a prática cristã, a “questão comunista” se configurou como um dos principais fatores de desacertos entre os católicos na década de 1960.

Conforme pesquisas históricas sobre o tema já apontaram¹³⁵, o comunismo sempre foi considerado um dos principais inimigos da Igreja e desde a segunda metade do século XIX começou a fomentar a preocupação nos católicos. Diversos são os documentos pontifícios que se empenharam em apresentar e condenar o sistema comunista. As Encíclicas *Quanta Cura*, de 1864, *Quod Apostolici Muneris*, de 1878, e a *Rerum Novarum*, de 1891 – as duas últimas editadas pelo Papa Leão XIII – se apresentam entre os primeiros grandes documentos que indicam a condenação ao comunismo.

Por outro lado, desde a década de 1920, a teoria marxista já vinha ganhando espaço na intelectualidade católica, tendo, na década de 1960, uma renovada configuração, especialmente no cenário Latino Americano. Para muitos católicos, nesse contexto, a “questão comunista” passou a ser um problema secundário frente às mazelas e desigualdades sociais. Daí que as práticas sociais exercidas pelos setores “progressistas” da instituição eram, muitas vezes, associadas – e, por vezes, assim procederam – como sendo de inspiração e influência marxista. De outra parte, o combate ao marxismo, em especial pelos setores tradicionais e conservadores da instituição, prosseguia e se revitalizava, conforme as exigências suscitadas pelas problemáticas inerentes de cada contexto.

Essa atmosfera em relação à “questão comunista” na década de 1960 também pode ser percebida nas movimentações conciliares, especialmente aquelas medidas levantadas pelo grupo dos *anti-modernos*, concentrados na estrutura do *Coetus Internationalis Patrum*, organização que reuniu aproximadamente 250 Bispos que se encarregaram de questionar e tentar impedir qualquer novidade na compreensão das relações da Igreja Católica e do mundo moderno e que teve como dois de seus grandes expoentes D. Castro Mayer e D. Sigaud, fundadores e líderes da Revista *Catolicismo* (CALDEIRA, 2011). Dentre as suas principais

¹³⁴ É preciso deixar registrado que este cenário se enquadra melhor para o contexto argentino, especialmente a partir da agudização dos conflitos sociais no período pós-1968, em que o episódio do “cordobazo” é paradigmático para demonstrar o conflito interno do catolicismo. Contudo, no Brasil, essa situação também pode ser visualizada, principalmente quando se leva em conta a figura de D. Hélder Câmara e a sua atuação política, sendo muitas vezes acusado de ser um difusor do ideário marxista no Brasil.

¹³⁵ Ver em Bett (2010), Caldeira (2009) Rodeghero (2003), Motta (2002)

medidas, destaca-se a petição, de dezembro de 1963, que pedia um esquema especial que condenasse a doutrina marxista.

Após expor um panorama geral sobre as transformações do catolicismo durante a década de 1960, já é possível apresentar o objetivo principal do capítulo, que consiste em analisar a recepção das ideias e os debates suscitados na década de 1960, consoantes da guinada social da Igreja Católica, pelas revistas *Cruzada* e *Catolicismo*, buscando apreender, dos embates e disputas estampados nos periódicos, a forma com que a prática anticomunista foi acionada para demarcar posições nas constantes tentativas da imposição de legitimidade de interpretações, em ambas as revistas e nos respectivos contextos políticos e sociais (Brasil e Argentina). Em outras palavras, trata-se de analisar como foi possível a formatação e consolidação daquilo que está sendo entendido por *ethos anticomunista*, ou seja, a construção do discurso anticomunista tendo como matriz de apoio a agudização da divisão interna do catolicismo impulsionada pelas interpretações das Encíclicas Sociais de João XXIII e das deliberações do Concílio Vaticano II.

Se for possível considerar que o contexto de cisão interna do catolicismo, proporcionado pelo “giro social” das perspectivas doutrinárias da instituição, demarcou, conforme defende o historiador Pablo Ponza (2008), a construção de um modelo de atuação caracterizado pelo *ethos revolucionário*¹³⁶, que orientou e influenciou a prática de ações revolucionárias, no caso argentino, de diversos grupos, também deve ser levado em conta – e isso será demonstrado no decorrer do capítulo – que a resistência, manifestada até mesmo antes da irrupção em grande escala desse processo, imposta pelos setores tradicionalistas e conservadores da instituição católica contra qualquer possível mudança de ação prática ou teórica, também caracterizou um modelo de atuação específico e uma prática discursiva específica, que aqui será caracterizada como *ethos anticomunista*.

Cabe destacar, ainda, que o *ethos anticomunista* advindo das divergências políticas do interior da Igreja Católica na década de 1960, a partir dos processos de transformação em curso naquele contexto, ainda é pouco explorado pela historiografia. A divisão interna da

¹³⁶ O autor sustenta que, na Argentina, a renovação conciliar acabou sendo articulada com “las nociones *liberacionistas* propias de la época, impulsando concepciones y repertorios de violencia que fueron legitimados fundamentalmente por un esquema moral crítico de la miseria, la represión y la privación de los derechos políticos que sufría el peronismo.” Segundo o autor, é nesse sentido que se deve buscar o impulso fundamental para o processo de radicalização revolucionária dos grupos. Nas suas palavras, “debemos buscarlos en aquellos lugares donde se alude a una práctica religioso-secular de la organización política, y en aquellos fundamentos que creían en la existencia de una *violencia justa*. Utilizando esta argumentación muchos jóvenes católicos consideraron que debía darse lucha a la dictadura, y que ésta lucha debía tener lugar en el terreno de las injusticias, donde la paz estaría subordinada a la justicia social bajo las formas del socialismo.” (Ponza, 2008, lin 48)

Igreja latino americana aumentou *pari passu* aos problemas da ordem econômica, social e política, fatores que exigiam uma tomada de decisão dos católicos. O diálogo entre a hierarquia e as bases comprometidas nos e com os movimentos sociais, especialmente as organizações do apostolado leigo, estava cada vez mais difícil. A colaboração de religiosos com os setores de esquerda agravou a situação. Nesse contexto, os conflitos internos da Igreja puseram os religiosos na discussão pública como nunca antes. O debate começou a ser foco de atenção jornalística, especialmente devido ao alto grau de controvérsia pelo qual girou os assuntos eclesiais especialmente com a realização do Concílio Vaticano II¹³⁷.

Para concretizar a proposta geral do capítulo, pretende-se assentar a base analítica na forma pela qual as transformações do catolicismo foram repercutidas e ressignificadas nas Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, com especial ênfase na configuração da “questão comunista” (construída, difundida, repercutida) neste cenário de profunda cisão interna que atingiu setores de dentro e fora da Hierarquia.

Na primeira parte, serão descritos e analisados os conflitos e embates que submergiram a partir da publicação da Encíclica *Mater et Magistra* (1961), para, posteriormente, na segunda parte, focar esse mesmo aspecto no contexto das atividades conciliares (1962 – 1965), que foram concomitantes com a publicação da segunda das Encíclicas Sociais de João XXIII, a *Pacem in Terris* (1963).

Pretende-se, com essa estrutura de análise, demarcar a intensificação do distanciamento das interpretações da postura doutrinária, entre setores considerados tradicionalistas e setores considerados progressistas, inserindo as *lutas por representações* (Chartier, 1991)¹³⁸ como mecanismo primordial da formação discursiva anticomunista. Partindo do mesmo viés analítico (repercussão das transformações do catolicismo) em *Catolicismo* e *Cruzada*, tem-se a pretensão de destacar as semelhanças e diferenças que envolveram as práticas discursivas anticomunistas de ambos periódicos, mesmo que estes estivessem sob uma mesma perspectiva em relação ao ideário integrista católico, entretanto, foram movimentados por realidades e conflitos específicos, os quais, em grande medida, foram incorporados para reconfigurar a resistência contra os perigos dos “avanços” do catolicismo naqueles tempos.

¹³⁷ Sobre a repercussão da disjunção interna do catolicismo na imprensa, ver Bett, 2011.

¹³⁸ Ver na Introdução da tese a noção de *lutas por representações*

4.1 Encíclica *Mater et Magistra*: da disjunção católica à luta anticomunista na década de 1960

Em agosto de 1961, portanto aproximadamente três meses após a publicação da primeira das denominadas Encíclica Sociais de João XXIII, a Revista *Cruzada* trouxe, em matéria de capa, uma primeira impressão que demarcou a completa adesão do Grupo referente aos ensinamentos da *Mater et Magistra*:

Nuestra revista saluda con Honda emoción y voluntad de servicio esta nueva consigna y enseñanza de nuestro Papa [...] y se prepara a orientar todas su acciones y palabras de acuerdo con ellas. [...] no quisiéramos que este número de agosto careciera de un claro testimonio de nuestra adhesión a la enseñanza de la Encíclica”. (EDITORIAL, N° 025, 1961)

Na Revista *Catolicismo*, essa mesma manifestação de adesão também foi objeto de capa, na edição de setembro: “[...] esta folha dá ao seu gesto o cunho de um preito de veneração e afeto filiais para com o Vigário de Jesus Cristo, e de admiração pelo documento com que ele acaba de brindar os fiéis”¹³⁹ (Editorial, N° 129, 1961).

Como aponta a historiografia sobre o tema (BEOZZO, 1993 e BRUNEAU, 1979), a Encíclica *Mater et Magistra* acabou tornado pública algumas fissuras do catolicismo, ao passo que suscitou as mais diversas interpretações, usos e apropriações em que o epicentro da discórdia ficou concentrado na questão da cooperação dos católicos para a “construção de um mundo mais justo” com pessoas de outras crenças, incluindo nesse bojo, de modo não explícito, os ateus e, com uma carga problemática maior, os comunistas. Entretanto, a postura de completa adesão de *Cruzada* e *Catolicismo* pode ser entendida, não somente pela forma como o texto de João XXIII foi interpretado, mas, também, pela completa fidelidade e obediência ao pontífice, característica dos grupos inspirados e seguidores da concepção ultramontana.

Mesmo com a explícita adesão demonstrada pelo grupo de *Cruzada*, chama atenção que em duas edições da Revista deste período (mês de julho e do próprio mês de agosto de 1961) foi publicada uma matéria assinada pelo articulista Jorge Lablanca, intitulada “*La Encíclica sobre El Comunismo: Divini Redemptoris*”. Ao contrário do que se poderia esperar, tendo em vista a recente publicação da Carta de João XXIII, bem como a sua repercussão amplamente positiva nos mais diversos setores católicos, a Revista priorizou a publicação de

¹³⁹ Por hora, é necessário destacar que a totalidade desta edição de *Catolicismo* tratou da recente publicação, trazendo aos seus leitores uma versão completa, traduzida para a língua portuguesa, originada do “O’sservatore Romano”, considerada uma edição oficial, entretanto, mais adiante, será demonstrado, de maneira detalhada, quais foram os motivos do esforço empreendido pelo grupo em divulgar essa versão específica.

uma matéria que repercutia os ensinamentos do documento pontifício de 1937, destinada exclusivamente a manifestar a estrita condenação do comunismo. Como entender a publicação dessa matéria, nesse contexto? Por que motivos o Grupo de *Cruzada* escolheu dar voz ao documento de Pio XI, antes mesmo de uma manifestação oficial referente ao documento de João XXIII? Ao se referir sobre a importância da Encíclica de Pio XI, *La Blanca* deixou posto considerações que permitem levantar hipóteses das interrogações supracitadas:

[...] sin embargo, su palabra no fue escuchada, no sólo por aquellos que, responsables de la suerte de los pueblos, no midieron la gravedad de lo que Pio XI llamaba ‘nueva barbarie’ sino por todos los católicos, y especialmente por quienes se dedican a una actividad política [...] es la carta magna de acción del cristiano en la concreta situación presente. (*La Blanca*, Nº 024 e 025, 1961)

Ou seja, através dessa passagem ficou estabelecida, então, a visão de que o comunismo, na década de 1960, havia avançado em suas conquistas, especialmente entre os setores católicos e que não estaria havendo reações práticas a ponto de representar resistências desse avanço.

Esse exemplo demonstra que a então recente Carta de João XXIII, em aspectos pontuais, pode ter frustrado alguns setores católicos. Em primeiro lugar, justamente por nela não conterem condenações explícitas ao comunismo, mesmo que as constantes afirmações dos Grupos defendam o contrário. Iniciando pelo Grupo de *Cruzada*: “Basta con realizar una lectura atenta [...] para encontrar expuesto el pensamiento tradicional de la Iglesia, ajena por completo al socialismo, sea ‘moderado’ o ‘radical’” (Editorial, Nº 045, 1963). Em *Catolicismo*, essa mesma opinião: “o Santo Padre, como é natural, não retifica o ensinamento de seus Antecessores relativamente ao socialismo ou a qualquer outro ponto da doutrina social, mas pelo contrário o recapitula, confirma e desenvolve” (Editorial, Nº 129, 1961).

Em segundo lugar, o sentimento de frustração pode ter emergido tendo em vista o conteúdo da Encíclica ter suscitado as mais diversas interpretações, inclusive aquelas que eram advindas dos setores progressistas do catolicismo, cada vez mais atuantes nesse contexto. O título de uma matéria de *Catolicismo*, do mês de maio de 1962, é sintomático e exemplifica esse aspecto: “*Mater et Magistra: Mais uma Encíclica mal interpretada*” (Santos, Nº 137, 1962).

A questão envolvendo as apropriações “equivocadas” da expressão “socialização” foi tratada de modo prioritário pelo Grupo de *Catolicismo* e de *Cruzada*. Na edição de setembro de 1961 da Revista brasileira, é possível identificar toda a intensidade com que o assunto

preocupava os setores tradicionalistas. Ao mencionar as versões do documento disponíveis na língua portuguesa, o editorial comentou:

[...] segundo várias dessas versões, o Sumo Pontífice teria preconizado a “socialização”. Daí, generalizar-se de norte a sul do País a extravagante ideia de que João XXIII, revendo a posição de seus antecessores, pactuava com o socialismo, pelo menos em suas formas mais moderadas. (Editorial, Nº 129, 1961)

O tamanho do esforço empreendido por *Catolicismo*, na publicação dessa matéria, pode ser medido na própria edição, no modo e propósito com que foi publicada, ou seja, dedicada exclusivamente a difundir uma tradução integral do documento, em língua portuguesa – tarefa relativamente complicada para aquela época – como forma de esclarecer e combater as “explorações” equivocadas, já em curso. Entre algumas dessas interpretações, a matéria destacou as seguintes: uma possível aprovação de uma política agrária socialista, ratificação de uma condenação ao comunismo, sentido de uma aprovação ao socialismo e, por último, o próprio emprego da palavra “socialização”. Todas elas estiveram, cabe destacar, em profunda articulação com as questões que giravam na órbita do comunismo. Os esclarecimentos propostos tinham por objetivo “desfazer um equívoco, que vinha dando uso a numerosas explorações [...] a palavra ‘socialização’ [...] pode ser empregada em um sentido nada a fim com o socialismo” (Editorial, Nº 129, 1961).

Um “problema de semântica”, assim foi caracterizada a forma pela qual a Encíclica, a partir da expressão *socialización*, estaria provocando diversas interpretações equivocadas, aos olhos do Grupo de *Cruzada*. “Esa palabra tiene vários significados, es decir, es un termino equívoco, instrumento ideal para quien este interesado em confundir las mentes”, afirmou Cosme Beccar Varela, em dezembro de 1963, na matéria intitulada “*Socializacion o Socialismo*”. Essa mesma matéria, cabe destacar, estabeleceu uma longa discussão sobre o tema da “Socializacion” apresentando, inclusive, os três possíveis sentidos de serem encontrados na Encíclica *Mater et Magistra*, destacando aquele considerado ilegítimo – associação com o socialismo – e que estaria sendo utilizado pelos progressistas numa manobra destinada a distorcer a imagem de João XXIII. Varela (Nº 046, 1961) defendeu, nesse caso, que “todos los católicos conscientes deben luchar para impedir que el propóstio confusionista de logre”. É, também nesse aspecto, que se localizariam os principais pontos de atração do documento para os setores “esquerdistas”: “La encíclica Mater et Magistra fue en su momento aplaudida por todo el mundo [...] también por las variadas formas de izquierdismo [...] en especial a los llamados progresistas [...]” (Editorial, Nº 045, 1963).

Daí, uma possível finalidade tática das matérias das Revistas que, nesse contexto, constantemente recuperavam ensinamentos de Pontífices tradicionalistas: relembrar aos católicos (tanto os possíveis leitores quanto os confrades de ambos os Grupos) a necessidade de se conter o avanço comunista a partir do embasamento de um documento oficial, chancelado por uma autoridade legítima (de outrora, mas legítima). Aliado a isso, surge, naquele contexto, o agravante de não haver respaldo contundente e oficial na Carta de João XXIII.

Ainda que essa hipótese não seja passível de uma comprovação mais efetiva, o fato é que, ao trazer a público os ensinamentos mais do que peculiares em relação ao comunismo, expostos principalmente na Encíclica *Divini Redemptoris*, em um momento/contexto de anúncio de mudanças da atuação teórico-prática dos católicos, os editores de *Cruzada* deixam exposto um importante mecanismo que propôs assentar e defender uma visão de mundo específica e estabelecer posicionamentos, caracterizados pela manutenção dos aspectos mais tradicionais do catolicismo.

Essa assertiva pode, ainda, receber algum teor de legitimidade quando se observa, a partir da edição de agosto, a existência de uma nova seção na Revista argentina, que recebeu o título de “*Doctrina Pontificia*”. Este espaço existiu por apenas mais duas edições (outubro e novembro de 1961, não sendo publicada em setembro). Curiosamente, reproduzia trechos de documentos pontifícios, notadamente daqueles considerados representantes da ala mais tradicional e com conteúdo bastante significativo – resistência à visão moderna – naqueles tempos de renovação católica. Não se tratou, simplesmente, de negar os recentes postulados de João XXIII, uma vez da inexistência de qualquer referência dos seus escritos nesta nova seção, mas, sim, explicitar que a condenação ao comunismo deveria ser ponto primordial (e fundamental) de qualquer ideia de transformação do catolicismo. O exemplo do publicado, na edição em questão, sinaliza para a já mencionada postura de retração frente às possíveis transformações em curso. O trecho a seguir, publicado na “*Doctrina*” de agosto, é da *Sapientiae Christianae*, de Leão XIII:

Existe, efectivamente, los que piensan que no conviene resistir de frente a la iniquidad cuando es poderosa y dominante, con temor, dicen, de que la oposición enardezca todavía mas a los enemigos. Los hombres que así hablan, no se sabe si están a favor de la iglesia o contra Ella. Por un lado afirman que profesan la doctrina católica, pero al mismo tiempo querrían que la iglesia dejase libre curso a ciertas teorías que están en pugna con ella. (Editorial, N° 025, 1961)¹⁴⁰

¹⁴⁰ Por seu turno, cabe destacar que a “*Doctrina*” do mês de outubro tratou exclusivamente do comunismo, também reproduzindo trechos de documentos Pontífices (especialmente Pio XI e Pio XII), inclusive a clássica afirmação que balizava a postura de muito dos católicos na luta frente ao comunismo: “El comunismo es

Os exemplos elencados acima são um demonstrativo de que mesmo que os Grupos de *Cruzada* e *Catolicismo* interpretassem as movimentações e transformações da cúpula católica com toda a simpatia e positividade nas questões religiosas, quando essas mesmas questões avançavam para a sua difusão no espectro político e social não mereciam as mesmas considerações.

Esse aspecto também é possível identificar nas primeiras matérias de *Catolicismo* e *Cruzada* que versaram sobre as expectativas em relação ao Concílio Vaticano II. Ao mesmo tempo em que existiu – assim plenamente difundida – uma solidariedade ao Pontífice e aos seus objetivos, o cenário político, impregnado pelos movimentos da “Revolução”, sendo o comunismo sua última expressão, demarcava algum grau de, no mínimo, muita prudência. Em janeiro de 1962, escrevendo sobre a “*Perspectiva do próximo Concílio*”, Plínio Corrêa de Oliveira demarcou a sua ansiedade e suas esperanças, trazendo a questão comunista para a centralidade do assunto:

[...] a esperança fundada de que em consequência do concílio venha a cessar a espantosa desorientação que lavra em numerosos ambientes católicos. Essa desorientação vai tomando no Brasil e no Mundo proporções verdadeiramente apocalípticas [...] ela – a luta – só cessará com o esmagamento final da seita comunista. (Oliveira, Nº 133, 1962)

D. Sigaud, em artigo publicado na edição especial sobre o Concílio, em outubro de 1962, à luz de uma comparação de outros Concílios Ecumênicos (Nicéia e de Trento), também depositou toda esperança de que a questão comunista seria tratada com prioridade:

No Vaticano II não há notícia de que alguma heresia especial será condenada. Mas todo liberalismo, todo existencialismo, todo socialismo serão, por certo, alvo das decisões do concílio [...] ele assim terá levantado a bandeira da luta contra o comunismo em todas as suas formas [...] Na santíssima assembleia que está para se inaugurar será decidida a sorte do comunismo e será selada sua derrota total [...] (Sigaud, Nº142, 1962)

O articulista da Revista *Cruzada*, Carlos Alberto Dias Velez, em sua matéria intitulada “*A las puertas de lo Concilio Ecomenico*” também registrou uma dúbia visão presente nesses

intrínsecamente perverso y no se puede admitir en ningún campo la colaboración con el de parte de los que quieren salvar la civilización Cristiana” (Editorial, Nº 027, 1961). Da mesma forma foi a disposição da seção em novembro, conforme assinala o trecho separado de Pio XII: “Pero la iglesia no podría estar con vosotros – trabajadores – si lo que pedís fuere injusto o ilícito el medio de lo que quisieras servicios para conseguirlo, no podría estar con vosotros si os encuadrarais con los enemigos de Dios sacrificando alma, libertad, paz, patria y familia” (Editorial, Nº 028, 1961).

primeiros momentos das transformações católicas em curso, qual seja, total confiança nas futuras ações conciliares, mas com o contrapeso do tumultuado cenário político-social:

Lo cierto es que hoy, más que nunca, así como impera sobre el mundo el reinado de la mentira, del crimen, en una palabra, de la Revolución [...] se yergue la blanca figura del Solitario de la Colina Vaticana [...] Su Santidad Juan XXIII conduciendo a la humanidad por los caminos del Señor. (Velez, Nº 031, 1962)

Todo esse grau de esperanças, mas fundamentalmente de incertezas, no tocante às implicações dos inovadores textos pontifícios aumentou, paulatinamente, à medida que alguns setores, de dentro e fora do catolicismo, se apropriavam e utilizavam dos mesmos textos como forma de estabelecer embasamentos teóricos para a promoção da “guinada social da Igreja”, tendo, muitas vezes, a incorporação de outro suporte teórico ainda mais problemático na visão dos tradicionalistas: o marxismo.

Um exemplo desse tipo de apropriação pode ser visualizado a partir do texto de Plínio Corrêa de Oliveira em matéria de capa (imagem abaixo) destinada a interpretar as “diferentes profundidades” da crise brasileira, desencadeada a partir do episódio da Legalidade (agosto de 1961), o qual imprimiu a visão de que os comunistas seriam os únicos que poderiam obter alguma vantagem em face às constantes confusões de sentidos daquele contexto: “a confusão verbal, a confusão mental, desnorteia um adversário imensamente mais poderoso. E enquanto isso, os comunistas, minoria coesa, avançam silenciosamente nas trevas, em bloco compacto” (Oliveira, Nº 130, 1961).

Imagem 34 (*Catolicismo*, outubro de 1961)



As causas desse diagnóstico eram inúmeras, mas uma delas se tornava mais expressiva naquele cenário e teve a ver diretamente com o efeito – negativo, a seus olhos – que a dubiedade da Encíclica *Mater et Magistra* provocara em prol dos setores comunistas. Em coluna publicada no Diário de Notícias, de novembro de 1961, intitulada a “*Socialização na Mater et Magistra*”, Plínio destacou esse aspecto:

O livro Reforma Agrária- Questão de Consciência” [...] enumera toda uma longa série de textos pontíficos [...] que demonstram a incompatibilidade entre o socialismo e a Religião Católica. Daí o mal estar que o livro causou em certos círculos esquerditas. E por estas razão também houve [...] um imenso brado de júbilo diante da notícia de que a Encíclica Mater et Magistra aprovava a socialização. O comunismo que não ignora as possibilidades de vitória das minorias sôbre as maiorias desprevenidas [...] sentiu-se mais próximo da vitória com este reforço de prestígio do “front” socialista. (Oliveira, 1961)

Em outro contexto, na matéria de capa de agosto de 1962, intitulada “Luta de Classes e Progressismo Católico”, o articulista da Revista *Catolicismo* Cunha Alvarenga, também repercutiu uma dessas apropriações. Tratou-se da entrevista de um sacerdote no órgão oficial da União Metropolitana de Estudantes do Rio de Janeiro. Articulado o pensamento do religioso com os postulados marxistas, afirmou: “Uma das mais salientes características do chamado progressismo católico vem a ser a aceitação da luta de classes rigorosamente no sentido em que os marxistas a entendem” (Alvarenga, Nº 140, 1962).

Diversos são os exemplos de publicações que podem ser elencadas para exemplificar o quanto a utilização da *Mater et Magistra*, por setores “desautorizados”, provocou as mais diversas reações nos católicos tradicionalistas. Na Carta Pastoral de D. Castro Mayer “Castidade, Humildade, Penitência”, publicada integralmente na edição de outubro de 1963 de *Catolicismo*, um de seus capítulos se dedicou a comentar sobre “como se distorcem documentos pontíficos”, a partir daquilo que o prelado caracterizou como “espírito igualitário que paira no ambiente”. O foco dessa distorção recaiu sobre as questões da doutrina social da Igreja, especialmente o modo como a instituição trataria do “espírito comunitário da empresa”, ou seja, relações entre empregadores e empregados, bem como as questões que envolviam o pensamento da instituição acerca dos problemas do campo. Para D. Castro Mayer, as deturpações nada mais eram do que um sinal do “desejo de ver triunfante na Igreja o dogma do igualitarismo, que não tolera superiores [...]” orquestrados pelos “pregoeiros de um pseudocatolicismo revolucionário”. Mais do que simplesmente “educar” seus fiéis, essa parte do documento também buscou um efeito de alerta e de vigilância, conforme bem explicitou o autor: “Pode haver entre vós, com efeito, quem, com a melhor das intenções,

esteja, por sua imprevidência, contribuindo para se firmarem convicções contrárias à doutrina da Santa Igreja” (Mayer, Nº 153, 1963).

Já o líder máximo da revista *Cruzada*, Cosme Beccar Varela, cada vez mais estarrecido frente a essa realidade conturbada que envolvia os católicos, em novembro de 1962 – passados pouco mais de 30 dias do início das primeiras seções Conciliares – já estampava a sua aflição perante a intensificação desse processo, primeiramente alarmando contra o crescente laicismo na sociedade de seu tempo, na medida em que tanto a Encíclica de João XXIII como o próprio Concílio já estariam sendo relegados, a seu ver, a um secundário plano entre as prioridades nas questões político-sociais: “[...] triste es comprobarlo, superada la primera ola de entusiasmo [...] la Encíclica ha pasado al olvido. Algo similar sucede con el Concilio Ecuménico” (Varela, Nº 037, 1962).

Além disso, outro ponto sensível que suscitava alguma reparação disse respeito justamente à forma com que se deveria praticar a doutrina social da Igreja, tão em voga naqueles tempos pós *Mater et Magistra*. Nesse sentido, Varela foi incisivo em demarcar qual deveria ser a verdadeira tônica desse movimento, ou seja, unicamente influenciado e inspirado pela concepção Cristã de vida. Parece que, na sua visão, nem todos estariam de acordo com essas premissas: “Desgraciadamente muchos católicos se creen que la doctrina social de la Iglesia es un lujo dentro de sus obligaciones de cristianos, una especie de especulación para uso y placer de algunos intelectuales” (Varela, Nº 037, 1962).

Desse conjunto analítico apresentado até este ponto, é possível identificar uma das primeiras implicações, resultante do cenário de mudança do catolicismo, no tocante à demarcação daquilo que está sendo entendido por *ethos anticomunista*: a não utilização da “verdadeira” doutrina social da Igreja estaria colaborando para a propagação de outras formas de “socialização”¹⁴¹, inclusive aquelas praticadas por católicos inspirados nas renovações católicas agravadas, por assim dizer, em não cooperar com qualquer resistência ao avançar do comunismo e do socialismo. Na passagem abaixo, tendo em mente essa constatação, Varela propõe uma reação:

¹⁴¹ A tentativa de demonstrar a “verdadeira” doutrina social da igreja passou a ser constante após a publicação da *Mater et Magistra*, justamente pelas inúmeras interpretações suscitadas à questão da *socialização* nela constante. Em abril de 1963, por exemplo, o editorial da Revista *Cruzada* assim trouxe essa questão: “La iglesia pose una doctrina social y política sabia, secular ya puesta a prueba exitosamente [...] Mientras los católicos – que son 97% de todas sus clases, incluso de la dirigente – alaben exterior y ocasionalmente la encíclica Mater et Magistra, pero no se ocupen en estudiarla – junto con otras que la preceden – [...] mientras no traten por todos los medios legítimos a su alcance de crear opinión católicamente informada, y de aplicar aquella doctrina, nada podremos esperar”.

Como podrá venir al Reino de Dios si el hombre no reconoce en su vida pública la Realeza Social de Cristo, que es la consecuencia e el fin de la doctrina social católica?

Nuestro tiempo impone esta obligación con mayor urgencia. Media humanidad se pierde bajo el yugo cruel de un sistema social satánico, el comunismo. La otra mitad padece en menor o mayor medida de un laicismo corruptor, ya sea liberal o socialista. Frente al católico de esta edad se levanta una tarea social formidable: es todo un mundo el que hay que rehacer! Omnia instaurare in Christo! (Varela, N° 037, 1962).

Já a matéria de capa da edição de março de 1963, assinada pelo editorial da Revista e que levou o título “*Crónica de um País que duerme*”, não somente ratificou todos os supostos “desvios” apontados por Varela como implicou, de forma direta e explícita, o comunismo como uma força que se sabia aproveitar da situação de “indecisão” por parte dos católicos. Tudo isso acabou sendo explicitado no texto que seguiu ao subtítulo “*Debilidad del catolicismo*”. Para poder dar maior inteligibilidade ao significado desta parte específica, é necessário passar em revista a forma pela qual toda a matéria foi organizada, especialmente no conjunto de *representações* elencadas, uma vez que a “crônica” em questão se configurou num manifesto anticomunista direcionado, importante frisar, exclusivamente para as questões políticas e sociais internas da Argentina, mas que podem ser perfeitamente estendidas para o cenário brasileiro. O parágrafo que abriu a matéria apresentou quatro “verdades” em relação ao comunismo, desde a sua forma de atuação, sua característica e o poderio que carregava em si:

Primera verdad: el comunismo existe. Segunda verdad: el comunismo opera, principalmente, al nivel de lo político social, por medio de un recurso clave: la dialéctica. Tercera verdad: el comunismo es una armada organizada y preparada, esencialmente clandestina, en permanente movimiento. Cuarta verdad: por su sola presencia el comunismo ha alterado todas las reglas y leyes de la política clásica. (Editorial, N° 038, 1963)

Ainda na parte inicial do texto, é possível encontrar uma estreita ligação, implícita, é verdade, entre o cenário conflituoso do catolicismo e as suas possíveis implicações em relação às investidas comunistas. Ao tratar dessa parte, o editorial assim descreveu: “La dialéctica consiste en procurar introducir o fomentar o agravar cualquier división del cuerpo social o de una institución dada. Es como un extraño cáncer que una vez injertado produce la lucha, entre sí, de las células del organismo [...]” (Editorial, N° 038, 1963). Na visão do Grupo, então, no catolicismo, o câncer – como foi definido o modo de contaminação do comunismo – já estaria promovendo e se aproveitando da luta entre as “células” e se instalando nesse “organismo”.

Ao avaliar os motivos da “Debilidad del catolicismo”, o editorial propôs uma questão repleta de afirmações que podem cancelar a ideia da contaminação mencionada: “[...] queremos averiguar por qué el catolicismo está neutralizado, enmudecido, narcotizado ante la revolución social y política que está a punto de estallar” (Editorial, N° 038, 1963). Os efeitos do comunismo, então, transfigurados na onda modernizante e progressista, praticadas por parte dos católicos daqueles anos sessenta, já seriam cada vez mais latentes e perceptíveis aos setores tradicionalistas. Daí, a necessidade de mobilizar um contra discurso: “El catolicismo argentino no ha escapado de las grandes tendencias de la Iglesia Universal. Y si en esta ha penetrado [...] el modernismo dogmático, jurídico [...] la Argentina no ha escapado a la gangrena de ese error” (Editorial, N° 038, 1963). Assim também pensavam os membros da Revista *Catolicismo*. D. Sigaud, por exemplo, em sua Carta Pastoral sobre a “Seita Comunista”, publicada na edição de março de 1962, já chamava atenção para as estratégias dos comunistas no propósito de se infiltrar nos quadros católicos:

Não seriam inteligentes os mentores da seita comunista se não tentassem paralisar a resistência da Igreja, infiltrando-se nas nossas Associações e procurando servir-se delas para golpear a Igreja com suas próprias armas, de acordo com o princípio: esmagar o inimigo servindo-se do próprio inimigo. (Sigaud, n° 135, 1962)

Esse aspecto também foi tratado pelo mesmo prelado no seu “Catecismo Anticomunista”, de agosto do mesmo ano, quando determinou quais seriam os pontos mais visados pelo comunismo com o objetivo de destruir a sociedade católica: “direito de propriedade, forças armadas, pátria, família e sobretudo a religião” (Sigaud, N° 140, 1962). Um dos grandes problemas deste cenário caracterizado pela fragilidade do catolicismo, de acordo com a ótica do grupo de *Cruzada*, se localizaria precisamente no diagnóstico da completa ausência de forças católicas capazes de, ao menos, frear a incursão modernizante, a qual trazia o comunismo como um de seus anexos mais temido. Na passagem a seguir, essa consideração fica mais clara:

No hay – aquí lo grave – voluntad indubitable de construcción de una patria Cristiana. Pero poco hay – He aquí lo gravísimo – voluntad de oposición, de denuncia, de destrucción de las fuerzas que a la luz o en las sombras conspiran para someter al país al régimen bolchevique. (Editorial, N° 038, 1963)

Uma última palavra pode ser mencionada acerca da disjunção católica – e a consequente luta anticomunista – no cenário político e religioso do Brasil e da Argentina, com base nos efeitos (apropriações) provocados pela publicação da *Mater et Magistra*: as disputas

por legitimidade na construção da realidade político-social se tornaram cada vez mais constantes e passaram a fazer parte do cotidiano dos assuntos públicos. Ao ultrapassar o contexto imediato da publicação do documento pontifício, muitas das disputas foram recuperadas e repercutidas em diversos momentos, ao longo da década de sessenta, muitas vezes em contextos em que sua profusão poderia redimensionar (e polemizar) os embates políticos.

Para exemplificar essa questão, duas situações. Primeiramente, o debate na então TV Tupi, de São Paulo, entre Plínio Corrêa de Oliveira e o Deputado do Partido Democrata Cristão (PDC)¹⁴² Paulo de Tarso, ocorrido em outubro de 1961 e transcrito na íntegra na edição de dezembro de *Catolicismo*. Posteriormente, o exemplo elencado será da Revista *Cruzada* em sua edição de novembro de 1965, onde ficou exposta uma confrontação de ideários entre o Grupo argentino e os quadros da Ação Católica desse país.

No dia 24 de outubro de 1961, o canal 4 da capital paulista, através do programa “O grande júri”, foi o palco onde digladiaram, ao vivo, Plínio Corrêa de Oliveira e o Deputado Federal, ex-prefeito de Brasília, Paulo de Tarso. O tema proposto para o debate foi socialismo e capitalismo e suas compatibilidades com a doutrina social católica. A Revista *Catolicismo*, na edição de dezembro, transcreveu a totalidade do debate com toda a riqueza de detalhes, trazendo, inclusive, diversas notas explicativas complementares e críticas contra os argumentos do Deputado, opositor de Plínio.¹⁴³

Antes do início da transcrição propriamente dita, entretanto, o editor da matéria introduziu o debate e sua especificidade aos leitores do mensário. Nessa parte, é possível perceber o esforço empreendido tanto em direcionar e conduzir o leitor para uma determinada posição, como também, desde aí, ficaram expostos os pontos discordantes entre os debatedores. Esses aspectos podem ser verificados na passagem em que o texto mencionou sobre a importância do tema, circunscrito às questões daquela atualidade, notadamente as repercussões que envolviam o conteúdo da Encíclica *Mater et Magistra*:

Elementos de projeção tem sustentado que, falando a encíclica em socialização, abriu vias para uma reconciliação entre o socialismo e o catolicismo [...] a encíclica de João XXIII reafirma expressamente [...] estar em pleno vigor a afirmação de Pio

¹⁴² Sobre Paulo de Tarso, ver http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/paulo_de_tarso.

¹⁴³ Não é demais lembrar que, nesse contexto, ainda repercutiam, de forma bastante acaloradas, as querelas políticas suscitadas pelo movimento da Legalidade, um evento em que a “questão comunista” permeou consideravelmente pelas disputas políticas. Mesmo que a matéria não tenha mencionado essa questão, não se pode subestimar o quanto esse movimento pode ter influenciado as práticas e discursos dos católicos tradicionalistas nesse contexto de polaridade política e ideológica, conforme o próprio Plínio deixou exposto na matéria de outubro, analisada anteriormente.

XI [...] de que catolicismo e socialismo são termos contraditórios. (Capitalismo, Nº 132, 1961)

Sobre os debatedores, cabe destacar, também foram expostas, nessa parte introdutória, as suas diferenças qualitativas: “O leitor não terá dificuldade em concordar [...] de que os posicionamentos firmes, claros e documentados do Prof. Plínio, contrastavam com as atitudes evasivas ou as opiniões indisfarçavelmente erradas do Deputado [...]”. Ainda, sobre o Deputado, o editorial não se furtou em deixar explícita a sua “posição ideológica”: “[...] ninguém ignora o prestígio político e intelectual do Deputado Paulo de Tarso nos círculos da assim chamada esquerda católica brasileira é um dos líderes mais conhecidos” (Capitalismo, Nº 132, 1961).

Em relação ao debate propriamente dito, deve ser ressaltado o clima de tensão que permeou durante todo o programa, com diversas interrupções, acusações e contestações de ambas as partes, sendo necessária, por diversas vezes, a intervenção do mediador. Em que pese sua extensão, ocupando três páginas inteiras de *Catolicismo*, é possível depreender que o mote central das divergências foi estabelecido pelas diferenças de entendimento da questão social suscitada na *Mater et Magistra*. Inúmeras vezes o Deputado Paulo de Tarso citou passagens da Encíclica como forma de sustentar sua argumentação. Todas elas foram devidamente rebatidas por Plínio. Não cabe aqui apontar a legitimidade das argumentações de ambos debatedores, mas tão somente ressaltar que o contexto católico cada vez mais se tornava conflituoso pós-*Mater et Magistra*, e se desdobrava, sobretudo, no campo da luta anticomunista. A passagem que segue é um demonstrativo da tonalidade desses enfrentamentos, onde cada “lado” expos e defendeu a sua concepção de Igreja Católica, especificamente no tocante aos termos da guinada social da instituição. Ela demonstra que a possibilidade de possuir uma cópia “mais autêntica” do documento pontifício poderia representar uma grande vantagem nessa disputa:

PT (Paulo de Tarso): A ocorrência histórica de socialismos materialistas não deve impedir a existência de uma ordem social cristã que, a meu ver, pode chamar-se socialismo cristão. Mas é um problema de terminologia.

PCO (Plínio Corrêa de Oliveira): ... muito importante

PT: V. Excia. me permita. Depois da Encíclica “Mater et Magistra ...

PCO: E eu lamento que, exatamente uma terminologia errada vá viciando completamente o sentido da Encíclica.

PT: E qual é a opinião de V. Excia. sobre socialização?

PCO: Minha opinião sobre socialização começa por aí que é um vocábulo que não está na Encíclica [...]

PT: Aí V. Excia. está enganado.

PCO: Ah! Não. V. Excia. quer se dar ao trabalho de vir aqui...

PT: V. Excia vai me dar licença se não meu tempo vai escoar.

PCO: Pois não.

PT: Eu tenho aqui a tradução da Editora Vozes com imprimatur por comissão especial do Sr Bispo de Petrópolis.

PCO: E eu tenho a “Acta Apostolicae Sedis”.

PT: Tenho a tradução da Mater et Magistra da Ação Católica Brasileira.

PCO: Tenho a edição oficial. V. Excia. quer examinar? (Capitalismo, Nº 132, 1961)

O exemplo elencado para a revista *Cruzada* data de novembro de 1965, portanto, aproximadamente 30 dias após a renúncia do General Onganía do posto de Comandante Em Chefe do Exército Argentino, acontecimento que corroborou sobremaneira com o processo de desestabilização, já em curso, do governo de Arturo Illia. Nessa oportunidade, a Revista argentina publicou uma extensa matéria, intitulada “*Cual es la doctrina social de la Iglesia?*” com vistas a repercutir o conteúdo de uma “solicitada”, publicada na edição do dia 8 de setembro do jornal *La Nación*, a qual foi assinada por diversos grupos que compunham a Ação Católica Argentina (ACA)¹⁴⁴. Sob o título “*La Iglesia y el cambio Social*”, a solicitada foi dividida em 8 tópicos (propriedade, trabalho, participação na empresa, cogestão, socialização e planificação, funções dos trabalhadores no processo de transformação, igualdade dos seres humanos e educação), cada qual tendo como embasamento, diga-se de passagem, bem referenciado na publicação, as Encíclicas Sociais de João XXIII, especialmente, e principalmente, a *Mater et Magistra*.

No dia 10 de setembro, o Grupo de *Cruzada* também encomendou, para o mesmo jornal, uma publicação que questionava e contrariava o conteúdo exposto pelos quadros da ACA. Como não houve resposta, a Revista argentina, na edição de novembro, reascendeu a polêmica, desta feita, além de reproduzir parte do conteúdo da sua solicitada, também pontuou e esclareceu, tópico por tópico, os equívocos contidos na manifestação da ACA.¹⁴⁵

A imagem que ficou exposta no texto foi a de que, uma vez que as questões propostas não foram respondidas, os grupos da ACA assumiam sua adesão ao programa socialista da CGT peronista: “*Cruzada considera necesario demostrar que la doctrina expuesta en la solicitada [...] no es la doctrina católica, sino la de un socialismo confuso y falso [...] construido con recortes burdamente tergiversados de la encíclica Mater et Magistra*”

¹⁴⁴ As seguintes agrupações da Ação Católica assinaram a solicitada: Consejo Superior de las Jóvenes de Acción Católica, Consejo Superior de la Juventud Estudiantil Católica, Consejo Superior de la Asociación de Hombres, Consejo Superior de la Asociación de Jóvenes, Consejo Superior de Profesionales.

¹⁴⁵ Claudia Touris (2012b, p. 152) defende que, após a realização do Concílio Vaticano II, a questão do disciplinamento dos setores do apostolado dos leigos passou a sofrer cada vez mais intervenções da hierarquia eclesiástica. Esse aspecto, em que pese o texto da autora estar relacionado com o cenário argentino, também pode ser empregado para o caso brasileiro. Como poderá ser visto adiante no capítulo, as Revistas *Cruzada* e *Catolicismo*, por diversas vezes, entraram em confronto com setores desses grupos e chamavam atenção de seus leitores e colaboradores sobre a periculosidade das ações dos leigos, especialmente tratando de denunciar as suas perspectivas marxistas.

(Editorial, Nº 069, 1965). Nesse sentido, o editorial colocou em prática a estratégia de se comparar as passagens da solicitada com os originais da *Mater et Magistra*, proporcionando a divulgação de uma clara tentativa de “falsificação” da doutrina social da Igreja, manobra que, aos olhos do Grupo, abriria “la puerta a interpretaciones de la doctrina católica abiertamente contrarios a la verdad y favorables al socialismo” (Editorial, Nº 069, 1965).

Como se pode perceber, então, após a publicação da Encíclica *Mater et Magistra*, concomitante às primeiras intenções do Concílio Vaticano II, o cenário católico cada vez mais se mostraria dividido e conflituoso, promovendo embates, disputas e debates que transcendiam às questões exclusivamente religiosas e se encontravam nas questões políticas e sociais. “Cuantos espíritus quisieron encontrar en ella – Encíclica - la voz de mando de una revolución social” (Editorial, Nº 041, 1963), exclamou o editorial (em matéria de capa) da edição de julho de 1963, por ocasião de um balanço realizado em função do falecimento de João XXIII. Essa manifestação é sintomática e permite perceber a tônica dos conflitos político-religiosos circunscritos naquele contexto. Esse cenário se agravaria – como as próximas sessões do capítulo pretendem demonstrar – a partir de 11 de abril de 1963, quando da publicação da segunda Encíclica Social de João XXIII, a *Pacem In Terris*, bem como com as primeiras resoluções derivadas do Concílio Vaticano II.

4.2 Na esteira do Concílio Vaticano II: *Pacem in Terris*, crise doutrinária do catolicismo e a radicalização anticomunista

Se na Encíclica *Mater et Magistra* o comunismo foi tratado de modo secundário e indireto (referenciado apenas como sendo condenado por pontífices anteriores), na última carta de João XXIII (Encíclica *Pacem in Terris*) essa questão foi completamente deixada de lado, dando margem, de forma ainda mais intensa, para inúmeras interpretações que agudizaram a tensão entre os grupos considerados “conservadores” e os grupos considerados “progressistas”.

Se após a publicação da *Mater et Magistra* o debate foi suscitado pelas interpretações em relação à palavra *socialização*, bem como sobre a “verdadeira” doutrina social da Igreja, a Encíclica *Pacem in Terris* proporcionou, por exemplo, o entendimento de que Cuba, um país socialista, teria direito a desenvolver a sua experiência política e social, portanto, em certa medida, também significou uma resposta acerca da “liceidade da colaboração, no terreno do social, do político, da justiça, entre cristãos e movimentos históricos vindos de outros horizontes doutrinários e ideológicos” (BEOZZO, 2005).

O elemento comum entre os dois processos se localizou, dentre outros fatores, na forma através da qual a questão comunista acabou sendo ponta de lança para o processo de acirramento das discussões pela legitimidade das respectivas visões de mundo: do lado dos “progressistas”, a possibilidade de um novo *modus operandi* relativo às questões sociais; do lado dos “conservadores”, a visão de que essa nova postura necessariamente estaria insuflando a instituição católica com as lições marxistas.

A primeira manifestação de *Cruzada* acerca da *Pacem in Terris* ocorreu na edição do mês de junho de 1963, em matéria assinada por Cosme Beccar Varela sob o título “*Antigua e Nueva Voz Papal*”. Além de a matéria deixar público o acolhimento e aprovação da nova Encíclica por parte dos membros da Revista – aspecto também observado quando da publicação da *Mater et Magistra* – o texto de Varela pode ser considerado uma explícita defesa do conteúdo do recente documento, com argumentos que se concentraram em apontar que, de fato, o comunismo, se não de modo aberto e explícito, continuava sendo condenado no documento de João XXIII. Em diversas passagens da matéria, é possível perceber essas considerações. Ao mencionar o modo como a imprensa internacional (sem especificar qualquer órgão de imprensa) estaria difundindo o significado da Encíclica, o autor comentou:

La señalan como una retractación de otros documentos anteriores emanados de la misma cátedra, como una defensa de derechos hasta ahora negados por la Iglesia, como un intento de contemporizar con el mundo comunista ... en fin, resulta doloroso inclusive mencionar el acumulo de blasfemias que ha desatado esa prensa para desvirtuar, confundir y, en lo posible, anular los saludos efectos de la Encíclica. (Varela, N° 040, 1963)

Apresentando argumentos contra qualquer possível interpretação de “silêncio” da Encíclica sobre o comunismo, o autor ponderou:

Los ataques al comunismo también son notorios. Sin embargo, no era necesario volver a condenar explícitamente algo que ya sido en numerosas oportunidades, especialmente y de un modo tan claro, en la Encíclica de Pío XI “*Divini Redemptoris*”. En una Encíclica como ésta, de evidente intención positiva, importaba más la afirmación de lo que debe ser que la negación de lo que no debe ser, sobre todo cuando lo que no debe ser ha sido exhaustivamente señalada y nadie ofrece dudas. Nadie puede dejar de ver, sin embargo, una condena del comunismo, al menos implícita en todas y cada una de las palabras de la Encíclica. (Varela, N° 040, 1963)

Adiante, na matéria, Cosme Beccar Varela demonstrou toda a sua indignação pelos equívocos que enxergava nas avaliações de alguns setores em relação aos ensinamentos do documento pontifício:

Como puede entenderse posible una conciliación entre un documento sembrado de referencias a Dios, inspirado en Él, un documento que habla continuamente de una instancia moral objetiva, de la vida del espíritu, de la destinación eterna del hombre, con una doctrina como la marxista que proclama el ateísmo, niega la moral, adora la materia y rechaza la inmortalidad del alma, y aún más, la posibilidad misma de una vida personal, íntima propia y responsable? Cómo puede hacerse a la Iglesia el agravio de suponerla en connivencias con los secuaces de Satán? (Varela, N° 040, 1963)

Na Revista *Catolicismo*, por seu turno, foi somente no mês de dezembro de 1963, portanto passados oito meses após a publicação da última Carta de João XXIII, que uma primeira matéria fez referência exclusiva e de forma direta ao documento. Não se tem dados objetivos que possam explicar esse período de silêncio do Grupo, entretanto, algumas hipóteses podem ser apresentadas. Antes, contudo, é preciso deixar posto que, se a Revista não teceu maiores comentários (nem crítica nem adesão, até dezembro) em relação à *Pacem in Terris*, por outro lado, a sua luta contra os equívocos nas interpretações da doutrina católica não arrefeceram, principalmente a partir das querelas resultantes das repercussões do Concílio Vaticano II.

Dito isso, pode-se encaminhar para a apresentação da primeira hipótese: tendo em vista a questão social da *Pacem in Terris* aperfeiçoar e, de certa forma, radicalizar a proposta da *Mater et Magistra*, e ambas influenciarem sobremaneira as decisões conciliares, o foco combativo do grupo de *Catolicismo*, no contexto de publicação da última Encíclica, privilegiou justamente o que decorria em consequência do Vaticano II, pela própria emergência e importância de sua realização. Uma segunda hipótese não exclui necessariamente a primeira: na edição de agosto de 1963, número 152, foi publicado um dos mais importantes e famosos estudos de Plínio Corrêa Oliveira, “Liberdade da Igreja no Estado Comunista”. Como visto nos capítulos anteriores da tese, essa obra foi constantemente utilizada pelos grupos tradicionalistas como referência para balizar a crítica contra a coexistência entre católicos e comunistas, aspecto que, se não surgido a partir da *Pacem in Terris*, foi, ao menos, amplamente intensificado nesse contexto com as interpretações que suscitou em alguns setores católicos. Então, no lugar de criticar um texto pontifício, especialmente a não explícita condenação ao comunismo, o grupo de *Catolicismo*, na figura de seu líder, pode ter optado por responder às interpretações equivocadas com o conteúdo do LIEC, evitando, deste modo, o constrangimento de expor críticas à mais alta autoridade da Igreja Católica.

Talvez, somente correlacionando as duas hipóteses apresentadas é que possa fazer sentido o modelo de publicação, em dezembro de 1963, elencado para representar a voz do Grupo em relação à Encíclica de João XXIII. Tratou-se de um extenso texto de autoria do Padre Lefèvre, publicado originalmente na Revista Francesa “La Pensée Catholique” e foi intitulado em versão portuguesa como “*A Encíclica Pacem in Terris*”. Antes de analisar o seu conteúdo, cabe reproduzir a passagem na qual *Catolicismo* apresentou os motivos e intenções da publicação, que remetem justamente aos usos – equivocados, aos olhos do editor – que dela faziam alguns setores do catolicismo:

Dadas as interpretações frequentemente temerárias que tem sofrido em nosso meio aquele importante documento do pranteado Pontífice João XXIII, estamos certos que nossos leitores tomarão conhecimento com interesse do trabalho do Revmo. Pe. Lue J. Lefèvre.

Foi justamente nesse sentido que Lefèvre apresentou seu texto e parece ter sido em função disso que *Catolicismo* o elegeu para ser a voz que representasse a opinião do Grupo sobre a recente Encíclica. Tratou-se de alguém que soube denunciar o curso das apropriações indevidas ou equivocadas do documento, ressaltando o quanto estaria sendo mal interpretado, principalmente na questão de suas proposições que supostamente fraturavam as concepções tradicionais do catolicismo: “Delirante entusiasmos entre os que **apressadamente** (grifo meu) proclamam que por seu último Ato João XXIII convulsionou a atualidade. Ar de triunfo não velado entre os que [...] julgaram perceber ‘algo de novo’, leia-se ‘algo de revolucionário’” (Lefrève, Nº 156, 1963).

O texto do Padre Lefrève se consubstanciou numa forma de apelo para que os católicos cientes dos “erros de interpretação de informantes não autorizados”, soubessem ler a Encíclica. Para este prelado, ao contrário do que estaria sendo difundido por esses “informantes”, o documento de João XXIII deveria ser considerado como aquele que, através de suas “páginas doutrinárias”, emitiu respostas “a todos os erros professados por tantos homens que militam na vida política”. Dentre todos esses erros, o autor destacou o comunismo e os seus corolários, centralizando, portanto, a questão da deformidade interpretativa numa relação direta com a questão comunista:

Essa doutrina social e política da Igreja responde ao *comunismo* (dignidade do homem, ser pessoal e filho adotivo de Deus), ao *laicismo* (direito à vida moral e religiosa, direitos da família à educação dos filhos), ao *liberalismo econômico* e ao *coletivismo* (direito ao trabalho e ao justo salário, direito à iniciativa econômica e à propriedade dos bens – compreendidos nestes bens de produção), ao *totalitarismo*

e ao *absolutismo* (direito de reunião e de associação, de emigração e se imigração). (Lefrève, Nº 156, 1963)

Essas primeiras palavras publicadas na Revista *Cruzada* e na Revista *Catolicismo*, que remetem exclusivamente a uma tomada de postura diante de equívocos interpretativos sobre a *Pacem in Terris*, permitem, de saída, separar alguns pontos que podem incorporar na defesa do argumento de que o conflito interno do catolicismo possibilitou uma diferenciada, não exclusiva, forma de construir o discurso anticomunista (*ethos anticomunista*).

Em cima disso, talvez seja pertinente questionar se o “ataque” ao comunismo na Encíclica seria, de fato, notório e explícito, como defendeu Cosme Beccar Varela, quais foram os motivos e intenções das diversas matérias que continuamente se esforçaram em “esclarecer” sobre o comunismo no que dizia respeito a sua incompatibilidade com qualquer tema tratado na Encíclica? De outra parte, mas em consequência dessa primeira questão, também parece pertinente destacar que as *representações* anticomunistas difundidas implicaram não somente em recusar qualquer possibilidade de interseção entre comunismo/catolicismo, mas, especialmente, em enquadrar os defensores da “seita vermelha” como legítimos representantes do mal, aspecto que poderia contribuir para facilitar a compreensão, por parte dos leitores, da “verdadeira” representatividade do perigo que a Igreja poderia estar exposta naquele contexto.

O constante escrever, esclarecer, difundir sobre os dois aspectos mencionados – incompatibilidade catolicismo/comunismo e *representações* anticomunistas – pode ser indício de uma, cada vez mais latente, forma de enxergar a realidade católica daqueles anos 60, nos quais as *lutas por representações* passaram a ser a tônica discursiva, notadamente quando o tema de diálogo ou de confronto era pautado pelas questões que envolviam o processo de transformação do catolicismo. Diversos são os exemplos que podem atestar o modo como se deram estas singulares interpretações da realidade, que não devem ser consideradas como restritas somente aos grupos de *Catolicismo* e de *Cruzada*, mas a um conjunto maior de entidades, inclusive membros da própria hierarquia, pautadas na concepção integrista e tradicional do catolicismo.¹⁴⁶

¹⁴⁶ A “exortación” do Cardeal Antônio Caggiano por quando da comemoração do dia do trabalhador de 1963, publicada nos principais jornais de Buenos Aires, bem como na própria Revista *Cruzada*, é um dos exemplos que podem ser elencados para entender como era articulada a estratégia de imposição de uma visão de mundo católica bem específica, nesse caso, tradicional e conservadora. Ao reproduzir as passagens consideradas mais relevantes do texto, *Cruzada* não poderia deixar de mencionar a parte em que o prelado tratou do comunismo: “Es el más grave peligro que la humanidad haya encontrado jamás en su camino [...] En todas las naciones libres está infiltrado este virus que intoxica las almas [...]”. Já no início da matéria que trouxe o discurso de Caggiano, cabe destacar, o posicionamento do editor com as seguintes palavras, sugerindo, de fato, a existência da

Os exemplos que serão apresentados nas duas próximas subseções podem proporcionar uma noção da dimensão através da qual se desencadeou esse processo no Brasil e na Argentina. Não casualmente, são exemplos que foram publicados praticamente no mesmo período – a partir de fins de 1963 –, o que denota a circulação das ideias e das repercussões que envolviam as questões político-religiosas naquele contexto pós-Encíclicas e de plena realização e encerramento do Concílio.

Começando pela Revista *Cruzada* e, posteriormente, com *Catolicismo*, a proposta é apresentar a análise de como as matérias assinadas por seus colaboradores, articulistas e editoriais, repercutiram as *lutas de representações* nas respectivas publicações. A análise se deterá nos exemplos que entoaram as disputas por legitimidade sobre qual seria a verdadeira realidade (política e doutrina social) do catolicismo, naquele contexto conflituoso da década de 60, especialmente naqueles (grande maioria) que colocaram o perigo comunista, por vezes de maneira direta e explícita, no centro dos embates e dos desvios interpretativos dos postulados doutrinários, estabelecidos pelas publicações que advinham da alta cúpula católica. Por se tratar de textos extensos, mas muito específicos nas suas intenções, propõe-se analisá-los com bastante va gar, com vistas a facilitar a compreensão, de um modo mais objetivo, e adentrar na complexidade de profusões discursivas que envolveram as proposições de realidades constantemente defendidas pelo Grupo de *Catolicismo* e de *Cruzada*.

4.2.1 A Revista *Cruzada* no contexto do Vaticano II: “Las aperturas son para el comunismo”

Na Revista *Cruzada*, a matéria assinada pelo colaborador Federico Ristorini, publicada em outubro de 1963, pode ser o primeiro exemplo elencado a demonstrar de que forma as *lutas por representações* passaram a ter constância no cenário religioso e político na década de 1960¹⁴⁷. Desde o próprio título, “*Prensa y crisis doctrinaria*”, é possível identificar o tema privilegiado pelo autor, que definiu suas argumentações a partir de uma questão previamente

preocupante disjunção interna no catolicismo: “Una de las tareas que no hemos asignado en esta revista es la de señalar con insistencia la existencia de dos grade males que ponen en serio peligro la vida misma de la Nación: el comunismo y la complacencia de muchos católicos frente a sus avances cada día más atrevidos” (Ateísmo, N° 041, 1963).

¹⁴⁷ Cabe destacar que a matéria assinada pelo articulista A. Garcia Vieyra O. P., publicada nessa mesma edição de *Cruzada*, também pode se configurar num desses exemplos de difusão de uma realidade católica com vistas a estabelecer uma visão mais “legítima” do cenário católico daqueles anos 60. Ao transmitir suas impressões sobre o catolicismo argentino, também fez eco aos, já mencionados, brados de alerta em relação aos possíveis desvios teóricos e práticos existentes no âmbito interno da Igreja. Assim, de maneira bastante pessimista, caracterizou o “Catolicismo Actual” daquele contexto como estando impregnado por visões progressistas: “Aquí en Argentina, desde hace unos años, no se puede hablar de la verdadera Iglesia Católica, sin despertar sospechas; no se puede sostener el derecho de enseñar un las escuelas públicas que tiene la Iglesia, sin provocar la oposición de cierto catolicismo humanoide, defensor de los derechos del protestante, o del masón, pero olvidados de los derechos de la población católica” (Vieyra O. P., N° 044, 1963).

estabelecida, qual seja, a crise doutrinária do catolicismo. Não se tratava de uma crise de todo o corpo católico, mas uma crise localizada, específica, setorizada e que teve a ver, necessariamente, com a fidelidade (ou a falta de) aos postulados teóricos e práticos estabelecidos nos documentos pontifícios. Esse aspecto pode ser visualizado na passagem, na qual o autor mencionou a importância de se conhecer a doutrina católica:

El valor de la doctrina, la necesidad de conocer el pensamiento de los Papas, son temas que siempre se repiten en esta publicación, y hay que continuar en ese sentido frente al espectáculo lamentable que ofrecen tantos católicos vacilantes en sus posiciones doctrinarias. (Ristorini, N° 044, 1963)

Também, desde o título, é possível identificar qual seria o local de onde estariam emanando as opiniões responsáveis por confundir os católicos: a imprensa. Novamente, então, na Revista *Cruzada*, conforme visto em matérias analisadas anteriormente, a imprensa se tornou o alvo específico sobre a responsabilidade da confusão doutrinária que atingia parte dos católicos. Novamente, também, não foi especificado ou nomeado qualquer órgão de imprensa. Por outro lado, o colaborador Ristorini explicitou os motivos pelos quais, na sua concepção, a culpa deveria recair sobre os órgãos de imprensa: “Y que en el siglo XX uno de los más peligrosos enemigos de la Iglesia se halla emboscando en las salas de redación de los periódicos donde las potencias ocultas e las propagandas fabrican la opinión pública” (Ristorini, N° 044, 1963). É bem verdade que o autor não deixou explícito quem seriam esses “perigosos inimigos”, mas, como se pode verificar no transcurso do seu texto, indubitavelmente tratava de uma referência aos comunistas (ou aqueles considerados enquanto tais). Essa questão pode ser comprovada através da passagem em que mencionou os católicos críticos da postura integrista: “El integrismo es una palabra que se usa con sentido peyorativo [...] los integristas son todos aquellos a los cuales el modernismo, el progressismo y el comunismo consideran particularmente peligrosos”. Daí que a sua análise sobre o papado de João XXIII, bem como para o recém-nomeado Paulo VI, não menciona nenhum otimismo em relação à profusão dos modelos interpretativos da doutrina católica:

Es así, como se ha deformado el pensamiento de Juan XXIII. Y es así como el nuevo Papa Paulo VI tendrá una autoridad sin mayor eco como Pío XII [...] o una autoridad con gran resonancia en el mundo entero y deformación de pensamiento como Juan XXIII? (Ristorini, N° 044, 1963)

Se a responsabilidade pela confusão doutrinária dos católicos foi depositada sobre a imprensa, tendo em vista a possibilidade desta estar impregnada pelos “inimigos” da Igreja, a

imagem resultante desse processo era a orquestração de uma grande força manipuladora, capaz de convencer não somente os católicos vacilantes como, também, os mais convictos. Esse modelo de interpretação da realidade do catolicismo, amplamente difundido naquele contexto pelos setores tradicionalistas, permite esclarecer o sentido dos embates e disputas incrustrados no ambiente católico, baseado, é preciso insistir, nas disputas pelas interpretações e apropriações dos ensinamentos doutrinários que partiam da cúpula católica.

Uma passagem da matéria de Ristorini, descrita sob o subtítulo “*Utilización de ‘Pacem in Terris’*”, não somente ajuda a entender como os “inimigos” eram representados e permite aferir a intensidade e a dinâmica dos conflitos, como também demonstra o quanto aquele contexto de disputas preocupava este setor dos católicos. Nesta parte específica da matéria, o autor buscou as palavras de um importante representante do integrismo católico argentino, Jean Ousset, diretor da Revista *Verbo*.¹⁴⁸ Para esse católico, de nada adiantaria as palavras do Pontífice, na Encíclica *Pacem in Terris*, assumirem o real e verdadeiro sentido das “novidades”, uma vez que a pré-visão do progressismo (influenciado pela imprensa e articulado com o comunismo) já estaria estabelecida: “Poco importa que la encíclica, lo que ha sido realmente elaborado en el concilio, no contengan esas enormidades anunciadas por la prensa; basta para el éxito de la dielactización revolucionaria que la mayoría crea esas enormidades” (Ristorini, N° 044, 1963), defendeu Ousset, citado por Ristorini.

Da mesma forma que manifestou descontentamento no tratamento dado à recente Encíclica de João XXIII acerca dos “maus usos”, Ristorini também tratou de expor a sua desconfiança em relação às repercussões da imprensa sobre a realização do Concílio Vaticano II. Nesta parte, o autor se apropriou do termo “para-concílio”, utilizado pelo jornal do Vaticano *L’Osservatore Romano*, para identificar os equívocos interpretativos difundidos na imprensa que, em conjunto, estariam “rehabilitando lo que la Iglesia había condenado y condenando lo que la Iglesia había enseñado. Esto no es renovación ni puesta al día, sino subversión sistemática” (Ristorini, N° 044, 1963).

Percebe-se, então, que a questão comunista estava no centro das tensões e das discórdias entre setores tradicionalistas e progressistas. Por isso, a necessidade de se colocar o Papa Paulo VI como um legítimo seguidor da postura tradicional, na qual, sob seu papado, a condenação ao comunismo seria tratada de forma preferencial:

Mientras ciertos grupos cristianos creen [...] que la Iglesia, ‘por su insistencia en la denuncia del comunismo’ cometía ‘un error histórico masivo’, El Papa Paulo VI,

¹⁴⁸ Sobre esse importante personagem do integrismo católico da Argentina ver em Scirica, 2010.

por el contrario, insiste con sus predecesores en la necesidad de oponerse a los errores que inundan la sociedad actual y especialmente el comunismo ateo. (Ristorini, N° 044, 1963)

Os “maus usos” da imprensa na interpretação das transformações do catolicismo suscitadas a partir do Concílio Vaticano II voltaram a ser assunto na edição de novembro de 1963 da Revista, desta feita através do articulista Carlos Alberto Dias Velez. Antes de tratar desse tema, especificamente, o autor, nas palavras introdutórias de seu artigo, o qual foi intitulado “*Iglesia e Comunismo*”, apresentou ao seu leitor um pequeno histórico acerca da reiterada condenação do comunismo por parte da Igreja, realçando, inclusive, alguns ensinamentos da Encíclica *Divini Redemptoris*, principal documento utilizado pelos católicos para tratar dessas questões. Além disso, ainda na parte introdutória, o autor chamou a atenção para o fato de que, mesmo com todos os alertas emitidos pelos documentos pontifícios, o comunismo continuava a conquistar corações e mentes. Eis as causas apresentadas pelo autor para esse triunfo constante do comunismo:

El comunismo se difunde rápidamente ‘porque son muy pocos los que han podido penetrar su verdadera naturaleza’ Y lo que es más grave: un mundo que ha apostatado de Cristo en su vida individual y social está entregado de antemano al juego disolvente del comunismo. (Velez, N° 045, 1963)

Para Velez, então, frente a essa realidade de grande perigo para a humanidade, a realização do Concílio seria, conforme suas palavras “un último llamado que la Providencia hace al mundo para que vuelva su corazón hacia Cristo” (Velez, N° 045, 1963) . Entretanto, voltar aos ensinamentos anticomunistas da *Divini Redemptoris* e reafirmá-los veementemente se tornava um imperativo naquele contexto de múltiplas interpretações. Assim como, reafirmar que a posição da Igreja em relação à condenação ao comunismo permanecia inalterada.

Toda essa preocupação, certamente, esteve pautada na forma através da qual os conflitos internos do catolicismo estavam se desenvolvendo naquele contexto. Para o autor, a imprensa era o centro emissor de onde partiam os principais equívocos, possibilitando, cada vez mais, o crescimento da influência progressista no seio dos católicos, frente àqueles que defendiam posturas tradicionais. E, é preciso reiterar, o comunismo era o problema central desse cenário permeado pelas disputas de legitimidade doutrinária:

Este juicio de la Iglesia – condenación –, decimos, permanece inalterado. Parece Elemental afirmar esto, porque la iglesia no podría cambiar esta proposición sin hacerse traición a si misma. No está demás, sin embargo, recordar-lo, ya que la

prensa liberal y progresista propala hoy la mentira de que aquella ha variado su actitud frente al comunismo. (Velez, N° 045, 1963)

Se a questão comunista passou a ser tratada como o centro das discussões, como parece ficar estabelecido nas passagens supracitadas, é bem verdade que o caminho que poderia chegar a este ponto poderiam ser inúmeros e muito distintos. Contudo, a base ou o centro difusor adveio necessariamente da confusão estabelecida por quando das interpretações das recentes transformações do catolicismo. O Papa João XXIII, ou melhor, o seu legado de ensinamentos também demarcou o sentido dos debates: “Los desvarios arreciaron ahora para desfigurar la persona del Augusto Pontífice, Juan XXIII” (Velez, N° 045, 1963). Para Velez, então, os católicos progressistas além de estarem equivocados em suas interpretações, também estariam se esquivando, propositalmente, de mencionar importantes documentos do Pontífice, em que as questões mais significativas, inclusive a condenação ao comunismo, teriam sido levantadas: “La persona del Pontífice, sus enseñanzas, aún más categóricas fueran pasadas cuidadosamente em silêncio [...]” (Velez, N° 045, 1963).

Ao mencionar a primeira Encíclica de João XXIII, a “*Ad Petri Cathedram*” (1959), o autor deixou exposto que esse “esquecimento”, por parte dos progressistas, fazia parte de um conjunto de manobras articuladas com vistas a questionar o pensamento tradicional de parte dos católicos e promover a imagem de um Papa ultramodernista e revolucionário, e, desta forma, relativizar a questão da condenação ao comunismo: “Sus palabras son tan claras, que no eximen de cualquier comentario. Ellas demuestran una vez más como la posición de la Iglesia frente al comunismo es la misma de ayer, de hoy y de siempre” (Velez, N° 045, 1963).

Em outro momento na Revista, desta feita tratando sobre a “liberdade religiosa”, tema anunciado como uma das pautas prioritárias daquela que seria a próxima sessão conciliar, também ficou evidente que os progressistas eram vistos como um grupo em que sua finalidade última se concentrava em obstruir a resistência das posturas mais tradicionais a fim de proporcionar maior aceitabilidade das mudanças radicais, as quais levariam, mais cedo ou mais tarde, ao comunismo. De acordo com a interpretação de Cosme Varela, os progressistas se configuravam em um grupo muito bem organizado e financiado, uma verdadeira seita que “trata desesperadamente de influir en las decisiones conciliares, [...] centra sus esfuerzos en la obtención de un cambio radical en la postura tradicional de la Iglesia [...]” (Varela, N° 051, 1964). Por isso, a constante necessidade de ressaltar que a visão dos católicos progressistas era radicalmente oposta à visão do Pontífice (nesse caso, Paulo VI), “Evidentemente, el Papa y los progresistas no hablan de lo mismo cuando mencionan la libertad religiosa”, como

também a necessidade de apontar as contradições dos progressistas, talvez como forma de denunciar a influência comunista na construção do seu ideário:

[...] resulta curioso que ellos, que son extremamente celosos en la defensa de la libertad de cultos no católicos en países de enorme mayoría católica como España, ni se acuerdan de denunciar las atrocidades del comunismo contra sus hermanos en la Fe. (Varela, Nº 051, 1964)

O *imaginário* que se consubstanciou a partir da suposta existência de um conjunto de ações progressistas, meticulosamente planejadas para, de alguma forma, desequilibrar, pouco a pouco, a resistência dos “verdadeiros católicos” e, dessa forma, promover condições de implantação definitiva do comunismo, se tornou um importante mecanismo que passou a balizar a construção discursiva da realidade, aos olhos dos articulistas de *Cruzada*. Nesse *imaginário*, o perigo era agravado com base em duas constatações: a primeira era a de que uma grande parte dos católicos sequer estaria se dando conta do perigo que os rodeava:

Desgraciadamente, muchos católicos no parecen tener conciencia de que exista en el mundo una secta radicalmente enemiga de Dios y del orden cristiano que [...] procura por todos los medios destruir ese orden e instaurar a un nuevo sistema de cosas fundado en la negación de Dios. (Varela, Nº 046, 1963)

A segunda constatação, por conseguinte, pode ser encontrada na edição de número 047, de março de 1964, quando uma parte da Encíclica *Pascendi Dominici Gregis*, do Papa Pio X, representante da ala tradicionalista e integrista, foi publicada sob o título “*Padres del Progresismo*”. Conforme atesta a passagem da Encíclica, descrita abaixo, mesmo se tratando de um documento do início do século XX, sua finalidade estratégica, ao ser publicado em *Cruzada* naquele contexto, parece ter ficado muito clara: chamar a atenção de que o “inimigo”, além de debilitar as resistências, também atuava infiltrado nos ambientes católicos.

Pero es preciso reconocer que en estos últimos tiempos ha crecido, en modo extraño, el número de los enemigos de la cruz de Cristo, los cuales, con artes enteramente nuevas y llenas de perfidia, se esfuerzan por aniquilar las energías vitales de la Iglesia, y hasta por destruir totalmente, si les fuera posible, el reino de Jesucristo. (Editorial, Nº 047, 1964)

Além disso, como bem destacou a passagem acima, esse inimigo atuava com novas táticas, inclusive, com a mais indecorosa delas, qual seja, a ocultação. Daí que, a “infiltração” se efetivava de modo imperceptível. Não se podia mais pensar em ficar na defensiva. O momento exigia um contra-ataque:

Guardar silencio no es ya decoroso [...] Lo que sobre todo exige de Nos que rompamos sin dilación el silencio es que hoy no es menester ya ir a buscar los fabricantes de errores entre los enemigos declarados: se ocultan, y ello es objeto de grandísimo dolor y angustia, en el seno y gremio mismo de la Iglesia, siendo enemigos tanto más perjudiciales cuanto lo son menos declarados. Hablamos, venerables hermanos, de un gran número de católicos seculares y, lo que es aún más deplorable, hasta de sacerdotes, los cuales, [...] asaltan con audacia todo cuanto hay de más sagrado en la obra de Jesucristo [...] (Editorial, N° 047, 1964)

Diante do exposto torna-se necessário recuperar a edição de abril de 1964 (número 48) – matéria que será analisada com prioridade no próximo capítulo – na qual foi possível verificar que, no contexto do golpe de 1964, no Brasil, a Revista *Cruzada* privilegiou toda a edição para imprimir opiniões acerca do evento, acionando dispositivos que demarcaram interligações de enunciados específicos, destacando o “como” do progressismo, e que acabaram, em conjunto, implicando muito além de uma simples interpretação da destituição de João Goulart. Não é necessário analisar por inteiro as matérias que trataram da crescente influência dos católicos progressistas no processo de comunista no contexto dos golpes, mas ressaltar que a prática discursiva foi acionada muito em virtude do crescimento das posturas modernizantes, as quais, por sua vez, protagonizaram a agudização dos debates e conflitos no catolicismo. A matéria assinada por Alberto Garcia Vieyra, intitulada “*Sacerdotes para América Latina*” apresentou o quanto e em que aspectos os progressistas causavam preocupação nos setores tradicionalistas:

[...] el progresista destruye la Iglesia y la vida Cristiana del hombre, mediante lo que denomina las “aperturas” al mundo moderno. Las “aperturas son formas de ablandamiento ante enemigos que no se quiere combatir. Las aperturas son para el comunismo, el laicismo, el evolucionismo, etc. (Vieyra, N° 048, 1964)

Ainda nessa mesma edição, a matéria que repercutiu a petição, assinada por 213 Padres Conciliares, a qual tinha como único objetivo suscitar a condenação ao comunismo e ao socialismo, também oferece condições de possibilidades para demarcar a atuação dos grupos tradicionalistas frente ao modo como enxergavam o perigo proporcionado pelos setores progressistas. A matéria publicada na Revista *Cruzada* divulgou, na íntegra, o texto da petição de autoria dos Bispos D. Sigaud e D. Castro Mayer, sendo o conteúdo da petição publicado numa “separata” do número 48, a qual foi distribuída conjuntamente com a edição de número 50, de junho¹⁴⁹. Ao emitir a sua opinião sobre a iniciativa dos prelados brasileiros,

¹⁴⁹ O conteúdo da petição propriamente dito será analisado no tópico seguinte.

o editor da matéria não se furtou em difundir representações negativas que relacionaram a atuação dos progressistas como um caminho que, necessariamente, chegaria ao comunismo:

La tarea del Pastor no se limita a guiar sus ovejas hacia los buenos pastos, sino que empeña también en su protección contra los ataques de los lobos voraces [...] doscientos trece Obispos de la Iglesia han presentado al Concilio una Petición para que se condene nuevamente al comunismo, y lo que es más importante para que se condene las numerosas doctrinas que disfrazándose de católicas, llevan al comunismo. Esta propuesta ha despertado una enorme alarma en las filas de la Revolución y sorpresa en los círculos neutrales de la gran prensa, acostumbrados como están a oír solo las campanas de la izquierda. (Mayer, Sigaud, N° 048, 1964)

Como é possível perceber no decurso analítico até aqui exposto, os conflitos internos do catolicismo argentino foram se intensificando ao passo que o cenário de transformação da doutrina católica, advindo tanto das Encíclicas Sociais de João XXIII quanto do Concílio Vaticano II, passou a ser incorporado e praticado por alguns setores do catolicismo.

Por outro lado, não se pode esquecer que, concomitantemente à agudização do conflito interno do catolicismo, já em fins de 1963, e no próprio ano de 1964, as turbulências de ordem política e social passaram a movimentar ainda mais o país argentino, especialmente com a concretização, a partir de janeiro, do Plano de lutas da CGT, o qual teve repercussões ao longo do ano através de diversas paralisações que abarcaram quase a totalidade dos trabalhadores argentinos.

A edição de novembro de 1963 de *Cruzada*, já submersa nesse cenário de intensificação dos embates políticos e sociais no país, contém significativos aspectos que permitem apreender uma das formas com que foi divulgado o desenrolar do conflito interno do catolicismo, nesse caso específico, tendo o sentido de denuncia, em relação ao problema comunista, explicitado de uma forma ainda sem precedentes na Revista argentina. Tratou-se de uma publicação que foi construída tendo por base um cartaz que divulgava a realização de dois “cursillos”, em cujas programações ficaram expostas diversas matérias consideradas de cunho progressista, e, também, a divulgação de uma nova Revista, denominada *Pais al Día*, na qual, dentre os diversos artigos que foram publicados em sua primeira edição, é possível destacar temas como “*Análisis Marxista del Catolicismo Actual*” e “*Cristianismo, Marxismo y Revolución Socialista*”, temas que, desde o próprio título, fomentaram protestos por parte de *Cruzada*. Por isso, a proposição da matéria em divulgar nomes de alguns daqueles católicos que, até então, eram apenas designados pelo termo generalizante de *progressistas*:

Estos cursillos son organizados por el conocido grupo marxista ‘Epoca’. Entre los oradores se cuentan por igual comunistas notorios y católicos, sacerdotes y laicos,

también conocidos. Junto a Ismael Viñas, habla el padre Juan Pruden [...] al lado de Jorge Abelardo Ramos, diserta el P. Miguel Mascialino. Y completando la lista, los doctores Octavio Fernández Moujan y Carlos J. Zavala Rodriguez, ambos profesores de la Universidad Católica Argentina. (Editorial, N° 045, 1963b)

Após apresentar a forma com que essa denúncia foi exposta na matéria, cabe destacar – e esse é um aspecto decisivo para sustentar a hipótese do capítulo –, como se deu a representação dos católicos considerados progressistas, principalmente o sentido que foi dado na representação de suas práticas por quando das suas implicações diretas com o comunismo:

Existe entre los católicos una corriente que se denominan a si misma como ‘liberal’ o ‘progresista’, cuyo objetivo máximo es establecer una convivencia benévola entre catolicismo y comunismo. CRUZADA ha procurado por todos los medios a su alcance denunciar esta línea [...] Sacerdotes, cuya obligación es colaborar con los Obispos [...] prefieren levantar bandera de modernos y desprejuiciados, contribuyendo con los más feroces enemigos de Dios [...] en la difusión del marxismo. (Editorial, N° 045, 1963b)

a) O “Escândalo en Córdoba”

Dentro desse complexo cenário de lutas e posicionamentos dissonantes, ainda no mês de abril, um episódio ocorrido na cidade de Córdoba passou a chamar a atenção jornalística inclusive, diga-se de passagem, da grande imprensa da Capital Federal, Buenos Aires¹⁵⁰. Tratou-se de um conjunto de reportagens sobre manifestações de Sacerdotes (Nelson Dallaferreira, Erio Vaudagna e José Gaido), publicadas no Diário de Córdoba¹⁵¹, os quais explicitaram vozes discordantes do catolicismo tradicional, que detinha, importante frisar, ampla primazia nos espaços oferecidos pela imprensa¹⁵².

A Revista *Cruzada*, por seu turno, na edição de junho (número 50) publicou uma extensa matéria de capa (e que ocupou toda a capa e contracapa, contendo quatro páginas no total), assinada pelo editorial na qual imprimiu a sua visão acerca da polêmica que envolveu os referidos religiosos.

¹⁵⁰ O tema foi assunto da imprensa portenha do dia 25 de abril até o dia 21 de maio.

¹⁵¹ Tratava-se, de acordo com a historiadora Claudia Touris (2012b, p. 154), de um vespertino de cunho secular, anticlerical e sensacionalista, dirigido por José Agosti.

¹⁵² Sobre a intensidade das publicações que envolveram a alta cúpula católica argentina na grande imprensa do país ver BETT, 2010.

Imagem 35 (*Cruzada*, junho de 1964)

O título da matéria “*Escandalo en Córdoba*” é sintomático da forma negativa com que foram interpretadas as expressões dos católicos em questão, a qual também é atestada pelas primeiras palavras da matéria:

No sin tristeza nos vemos forzados a tomar la pluma para refutar declaraciones de ciertos sacerdotes de la Iglesia. Sus actitudes públicas, las enormes violaciones a la disciplina eclesiástica y lo que es más grave a la verdad católica, nos obligan a hacerlo. (Editorial, N° 050, 1964)

O conflito que emergiu a partir da entrevista dos três Sacerdotes, professores do Seminário Loreto de Córdoba, bem como os discursos produzidos a partir e sobre o acontecimento, podem ser considerados importantes meios para que se possa verificar como se deu, na visão dos católicos tradicionalistas, os termos da construção da discordância interna do catolicismo, em quais aspectos as ideias consideradas progressistas suscitavam uma postura de intransigência e quais os sentidos da prática anticomunista incorporada nesse processo.

Essa polêmica, que não foi a única a ser deflagrada naquele contexto, pode ser inserida num conjunto de embates que foram suscitados a partir da disjunção interna no catolicismo, provocados a partir do surgimento de perspectivas políticas e religiosas diferenciadas, quando não antagônicas, que sobressaíram das apropriações em torno das decisões conciliares.

De acordo com Touris (2012, p. 154) os três sacerdotes utilizaram esse meio como forma de expressar sua inconformidade pela dificuldade de dialogar com seu Bispo,

Monsenhor Ramón J. Castellano. Tratava-se, portanto, de um caso paradigmático que colocou à prova as divergências internas do catolicismo argentino naquele contexto. O confronto ocorrido na Arquidiocese de Córdoba é considerado o primeiro de uma série de conflitos que, sob o impacto das decisões conciliares, produziram uma crise sem precedentes entre o clero renovador e o clero tradicional¹⁵³.

A partir do conjunto de ideias expressadas na entrevista dos Sacerdotes de Córdoba, as quais serão analisadas a seguir, seria previsível que elas não ficariam sem respostas por parte dos grupos tradicionalistas. O debate e a polêmica que se assentou nos dias subsequentes, na grande imprensa de Buenos Aires, dão conta de demarcar o quanto o cenário de disputas internas do catolicismo argentino estava acirrado naquele contexto¹⁵⁴. Os editores da Revista *Cruzada* também, conforme mencionado anteriormente, não deixaram por menos e partiram para o ataque de uma forma bastante incisiva.

A diagramação da matéria em *Cruzada* foi estruturada de tal modo que, após uma pequena introdução, cada um dos três sacerdotes foi tratado individualmente e pontualmente, sendo que as suas opiniões, divulgadas nos jornais argentinos, foram rechaçadas com uma gama variada de argumentações. Não é o objetivo analisar todo o conteúdo impresso na Revista argentina, tendo em vista a grande quantidade de elementos presentes, mas tão somente apresentar em que aspectos as representações anticomunistas foram “encaixadas” nos discursos dos referidos religiosos ou, em outras palavras, de que forma a prática anticomunista passou a ser inserida na centralidade do debate que preencheu as páginas jornalísticas do país.

A entrevista do Padre Erio Vaudagna foi a que mais trouxe elementos polêmicos e, talvez, por isso mesmo, a primeira a ser contestada na matéria de *Cruzada*. Suas palavras, na forma como foram colocadas nos jornais argentinos, iniciaram versando sobre o processo

¹⁵³ Também podem ser citados os conflitos ocorridos em Mendoza (El movimiento de los 27) entre 1965-1966 e em Rosário (Sacerdotes renunciantes) entre 1968-1969. (TOURIS, 2012b)

¹⁵⁴ Para se ter uma ideia de como se configurou o conflito, no dia 19 de maio, respondendo “a recientes criterios expuestos públicamente por algunos sacerdotes” o Monsenhor Castellano, através de uma “homilia” intitulada “No hay más una Iglesia de Cristo” trouxe, como trecho introdutório, palavras que pregaram a unidade no catolicismo argentino: “no hay más que una Iglesia de Cristo, una en la doctrina, una en la caridad, una en el gobierno, por obra del espíritu santo”. O principal argumento trazido na homilia deixou perpassar publicamente o confronto de ideias entre os grupos católicos, especialmente, estes dissensos sendo concebido pelos grupos tradicionalistas como falta de disciplina: “la falta de lealtad y obediencia a la autoridad eclesiástica constituye una falta de sinceridad con el espíritu de la verdad”. Trazendo as reformas conciliares para o debate, o monsenhor afirmou que a renovação proposta deveria ser levada adiante, contanto que não fosse entendida como “un cambio total, una especie de revolución que eche por tierra valores y elementos vigentes en épocas antiguas y recientes”. Segundo o Monsenhor, as renovações conciliares não deveriam permitir que fosse relaxada a postura em relação às possíveis “influencias perniciosas del ambiente y al desgaste inevitable del tiempo”. Nesse sentido, defendeu as reformas como um método para salvar “la humanidad carcomida por el materialismo y sensualismo desbordantes” (No hay, p. 20, 1964).

político-militar que havia culminado no Golpe de 1964, no Brasil. Em primeiro lugar tratou do anticomunismo, articulando-o diretamente na relação Igreja e capitalismo: “el capitalismo en América Latina quiere emplear a la Iglesia para impedir reformas sociales y apela a un anticomunismo fundado en una falsa y interesada defensa de los valores religiosos” (Sugestivos, 1964, p. 13). No decorrer da matéria, fazendo correlação com o exposto, tratou da crise política no Brasil: “mientras se desenrollaba el problema del Brasil y se entonaban loas a la revolución anticomunista, yo y otros sacerdotes pensábamos en los millones de seres humanos, a quienes una vez más se los privaba de toda posible promoción legítima” (Sugestivos, 1964, p. 13). Posteriormente, mencionou considerações em relação às Reformas de Base do Governo de João Goulart e às acusações das mesmas serem de matriz comunista:

[...] en el Brasil, muchos obispos y católicos, estaban con las reformas de base propugnadas por el gobierno derrocado. Junto a ellos y por las mismas medidas, se aliaron los comunistas. Eso bastó para que tanto los planes del gobierno como ese importante sector del catolicismo fuesen acusados de comunistas por el capitalismo internacional a través de todas sus poderosas organizaciones y medios de comunicación. (Sugestivos, 1964, p. 13)

As respostas de *Cruzada*, emitidas em cima dessa primeira parte da entrevista, colocaram a questão comunista na centralidade da repercussão. Em relação à recusa de que forças comunistas estariam influenciando o governo Jango, o editorial lembrou aos leitores a existência da edição de 048, de abril – aqui demarcando a sua própria legitimidade enquanto portadora de uma visão “verdadeira” do processo – a qual foi dedicada exclusivamente a interpretar o conflito no Brasil, para, posteriormente, afirmar que, “Para quienes están mínimamente informados sobre el desarrollo del gobierno de Goulart en la nación vecina, no existe duda alguna de que no es posible eximirlo de fuertes influencias comunistas” (Editorial, Nº 050, 1964). Em relação ao governo de Jango, defendido por Vaudagna por ser portador de uma possível saída do estado de pobreza da população brasileira, o editor comparou essa hipótese com um governo influenciado pela matriz comunista: “equivale a decir que solo en un régimen de fuerte inclinación comunista, en un clima de odio de clases y de confiscaciones, puede mejorarse la suerte del pueblo” (Editorial, Nº 050, 1964).

Por seu turno, em relação à crítica que o sacerdote expressou contra o sistema capitalista, *Cruzada* não só defendeu esse sistema¹⁵⁵, explicando de que forma seria o

¹⁵⁵ O tema Capitalismo versus Socialismo sempre foi tratado de forma prioritária pelo Grupo de *Cruzada*. Na edição de julho de 1964, uma matéria assinada por José Luis Bravo também tratou exclusivamente dessa questão. Intitulada “*El Monstruo capitalista y el Socialismo*”, o eixo central do texto se concentrou em esclarecer os equívocos difundidos por setores “izquierdistas” do catolicismo em relação à condenação do

“verdadero” capitalismo, diferenciado do capitalismo liberal – sempre visto como um dos responsáveis pela difusão do comunismo – como também implicou a posição e o comportamento do Padre Vaudagna, bem como de todos aqueles católicos que estariam atuando de maneira similar, como sendo, inevitavelmente, uma das formas de manifestar colaboração com o comunismo:

No hay Duda de que el enemigo más grave es hoy el comunismo y todas las formas del socialismo difuso que en él terminan inexorablemente. Y como el comunismo progresa en base a una dialéctica de oposición al capitalismo, no hay duda tampoco de que los ataques indiscriminados al capitalismo [...] sólo pueden llevar agua al molino marxista [...] esto no dice el Padre Vaudagna. Se limita a atacar despiadadamente al capitalismo. Del comunismo no habla sino para reírse de sus enemigos. (Editorial, N° 050, 1964).

Já em outra parte da sua entrevista, o Sacerdote tratou de opinar sobre a forma como entendia a realidade argentina, especialmente sobre o plano de luta da CGT e o modo como alguns setores estavam qualificando o movimento de subversivo. Para Vaudagna, a CGT “es la expresión de un estado de maduración mental de dirigentes e obreros argentinos” (Sugestivos, 1964, p. 13), por isso manifestou sua indignação ao fato “ridículo y cómico tratar de subversivo el plano de lucha de la CGT”. Justificou este pensamento dizendo que “todo lo que puede significar denuncia del capitalismo y la burguesía en su forma de explotación, rápidamente se lo define de comunista, disolvente y castrista” (Sugestivos, 1964, p. 13). Na matéria de *Cruzada*, que tratou dessa parte específica do comentário do Padre Vaudagna, o leitor foi convidado a observar outro artigo dessa mesma edição, de autoria do articulista José Luiz Bravo, o qual foi dedicado exclusivamente para tratar da CGT, e que recebeu o sugestivo título “*CGT, Avanzada del comunismo*”. No capítulo anterior foi possível se ter ideia da tonalidade com que essa organização dos trabalhadores argentinos era vista pelos membros de *Cruzada*: “Hay varias formas de hacer comunismo, de mantener latente la lucha de clases [...] de crear un clima de agitación y descontentamiento propicias a la revolución social [...] esta tare ala está llevando adelante la CGT” (Bravo, N° 050, 1964).

Outra questão que deve ser mencionada das declarações de Vaudagna se insere na forma como imprimiu algumas observações acerca das renovações propostas pelo Concílio Vaticano II, especificamente aquelas que, a seu ver, não estariam sendo praticadas, criticando,

capitalismo, manobra entendida como uma forma de amenizar a crítica ao comunismo: “Mas, claramente, los católicos izquierdistas condenan al Capitalismo en si mismo con mayor violencia que al comunismo”. Bravo também explicitou quais seriam os motivos da crítica ao capitalismo: “El progresismo católico y la izquierda combaten este sistema por ló que conserva de tradicional, porque impide la plena implementación del igualitarismo demagógico e sobretudo porque mantiene la propiedad privada.” (Bravo, N° 050, 1964)

portanto, a alta cúpula do catolicismo argentino: “hay un aire nuevo en la Iglesia que viene del concilio, por que entre nosotros aún no se respira” (Sugestivos, 1964, p. 13). Ainda sobre as renovações, o sacerdote afirmou: “[...] el concilio vaticano ha aprobado reformas estructurales, pero aquí no ha pasado nada. Perciera que el Concilio es algo reservado a Roma” (Sugestivos, 1964, p. 13). Cabe citar, ainda, uma última passagem que pode bem caracterizar tamanha crítica manifestada pelo sacerdote com relação à Igreja de seu país:

[...] la iglesia ha conservado su ropaje – muy distinguido – pero fuera de uso. Sin embargo, muchos parecen no haber se dado cuenta y siguen pensando como visten: fuera de época. Naturalmente que no reconocen y en lugar de asomarse a la realidad, se contentan con decir que todos los que no piensan como ellos son ‘modernistas’ o ‘castristas’ sin percatarse que tal ‘modernismo’ o ‘castrismo’ es la tónica del Aula Conciliar. (Sugestivos, 1964, p. 13)

Contra essa afirmação, de uma suposta ausência das transformações conciliares na prática da Igreja argentina, o editorial de *Cruzada* respondeu nos termos abaixo, que demonstram claramente o quanto o tema da renovação passou a ser uma questão altamente sensível aos grupos tradicionalistas:

Nos resistimos a creer que este lenguaje de irreverente insolencia frente a la jerarquía entera de nuestro país, a la que pareciera prometer un verdadero arrollamiento por parte de ‘la Iglesia en marcha’ y en el que se olvidan las más elementales normas de subordinación y respecto por los Sucesores de los apóstolos. (Editorial, N° 050, 1964)

*

O outro Sacerdote entrevistado pelo Diário de Córdoba foi o Padre Nelson Delaferrera. Suas expressões também foram alvos das mais incisivas críticas por parte da Revista *Cruzada* e, conforme ocorrido em relação à entrevista do Padre Vaudagna, também acabou sofrendo um mesmo processo de enquadramento, tendo alguns aspectos da sua fala inseridos nos termos de práticas comunistas, tanto de forma explícita quanto implícita, articulando uma quantidade de representações que, em conjunto, implicaram na construção do imaginário anticomunista com base nos dissensos internos do catolicismo.

A forma como o editorial desqualificou o modo de pensar do religioso merece ser exposta tendo em vista que essa manobra, indubitavelmente, teria como propósito influenciar no processo de apropriação das *representações* anticomunistas difundidas. Assim, para *Cruzada*, o Padre Delaferrera, munido de “toda una construcción ideológica profundamente

perniciosa [...]” (Editorial, Nº 050, 1964), expressou diversos conceitos que, quando colocados em prática, poderiam resultar nas mais graves consequências. A forma pela qual se manifestou, nesse sentido, foi considerada uma prática “sinuosa” e, por isso mesmo, muito mais danosa, tendo em vista que “su veneno es mas sutil y la confusión que produce es más difícil de curar” (Editorial, Nº 050, 1964).

O tema da entrevista de Delaferrera ficou circunscrito primordialmente às questões que envolviam o ensino da Igreja Católica na província de Córdoba¹⁵⁶, precisamente no tocante à crítica da liberdade outorgada pelo Estado, à instituição, em criar e administrar escolas de ensino primário, secundário e universidades. Para Delaferrera, esse modelo de ensino público se travestia numa “vulgar hipocrisia”, pois sua forma de atuação “queda limitada a alguna clase privilegiada [...]”, sendo os próprios católicos “quienes fomenten ese tipo de diferenciaciones por razones económicas [...] que suena a sacrilegio porque golpea a pleno rostro a los pobres” (Editorial, Nº 050, 1964).

Antes de explicitar em quais termos se deram as respostas do editorial de *Cruzada* contra a fala do Sacerdote e a forma como a prática anticomunista foi inserida nessa questão, cabe destacar, por outro lado, como se deu a tentativa de transmitir em que lugar estaria ancorada a legitimidade da prática de ensino pela Igreja, colocada na matéria em termos que se pautaram estritamente no dogmatismo católico. Essa manobra não foi ao acaso, cabe ressaltar, tendo em vista que qualquer crítica emitida, nos termos parecidos com os de Delaferrera, por exemplo, não somente estaria contrariando um setor específico do catolicismo, mas também passaria a ser deslegitimada por contrariar a própria estrutura temporal e sobrenatural da Igreja.

Em dois momentos esse aspecto foi colocado na matéria. O primeiro referindo que a prática de ensino da Igreja seria um legado das palavras de Jesus Cristo aos apóstolos: “La doctrina de la Iglesia sobre el derecho a enseñar está contenida en numerosos textos, siendo el

¹⁵⁶ Em outro lugar (Bett, 2010, p. 92) foi possível constatar que o exemplo da “polêmica” envolvendo a Igreja Católica da Argentina frente ao governo de Córdoba, o qual havia proibido o ensino religioso naquela província, se tornou um importante mecanismo para observar a intencionalidade na diagramação da grande imprensa argentina em contribuir, de certa forma, com as reivindicações dos católicos tradicionalistas, utilizando, para isso, a publicação de notícias anticomunistas. Um dos argumentos transmitidos nos jornais referente à proibição referida transitou na questão da difusão do laicismo, o qual seria um dos fatores responsáveis pela infiltração de ideologias materialistas, sendo a principal delas o marxismo e, por conseguinte a infiltração comunista: “el monopolio de los espíritus es un de los rasgos más característicos del estado totalitario” (Pastoral, p. 22, 1964). No dia 5 de abril de 1964, dando continuidade à divulgação da polêmica, o CL publicou uma notícia que teve como introdução as seguintes expressões de autoria do monsenhor R. J. Castellano, Arcebispo daquela localidade: “palpita un vigoroso espíritu religioso, que hace de balanza a esta nueva tendencia laicista y materialista, que tanto mal produce en esta tierra”, sendo que, nesta mesma página, outra notícia deu a informar sobre “la detención de personas de conocida actuación extremista y del secuestro de abundante material de propaganda castro-comunista que tenían en su poder” (Vigorouso, p. 31, 1964).

primero, y el mayor, aquel en el que Nuestro Señor ordena a Sus apóstolos ir y predicar a todas las gentes” (Editorial, N° 050, 1964). O segundo momento recuperou uma passagem da Encíclica *Divini Illius Magistri*, de Pio XI: “Y ante todo pertenece a la Iglesia de un modo supereminente la educación, por dos títulos de ordenen sobrenatural exclusivamente concedidos a Ella por el mismo Dios, y por esto, absolutamente superiores a cualquier otro título de orden natural” (Editorial, N° 050, 1964).

Após a sumária desqualificação do “reportado”, no sentido de sua impropriedade em tratar de questões relativas aos assuntos católicos, o próximo procedimento do editorial foi explicitar a forma com que esse religioso, ao apresentar uma voz dissonante daquilo que poderia ser considerada uma postura católica legítima, necessariamente atuava em prol de forças “inimigas” do catolicismo, especificamente, nesse caso, o comunismo. Essa questão pode ser perfeitamente observada na resposta que foi dada sobre as “diferenciações econômicas”, apontadas por Delaferrera na sua crítica ao ensino católico. Para *Cruzada*, esse modelo de pensamento representaria “un viejo ideal socialista el de dar nacimiento a una sociedad sin clases, en la que no existen desigualdades sociales, no de fortuna ni de mando” (Editorial, N° 050, 1964). Em seguida, o editorial complementou a sua crítica, inserindo a forma de pensar do Sacerdote naqueles elementos que seriam originários da “verdadeira Revolución anticristã”, posta em marcha a partir da reforma protestante:

Esta aspiración, que el socialismo traslada ahora al plano económico, ha sido la tendencia común a todos los movimientos revolucionarios que componen la grande y única Revolución Anticristiana: igualdad de los Obispos con el Papa en los antiguos cismas; del clero inferior, y aun del laicado, con la jerarquía, en el protestantismo; igualdad de burgueses y nobles en la revolución francesa y por fin, igualdad de pobres y ricos en la Revolución socialista. Es este movimiento nivelador, lo que se ataca en último término es la gloria mismo de Dios [...] (Editorial, N° 050, 1964).

Além do tema “enseñanza religiosa”, *Cruzada* também se reportou acerca de outras manifestações de Dalaferrera, notadamente algumas expressões de sua entrevista que perpassavam, aos olhos do editorial, a forma pela qual o seu pensamento era pautado e influenciado por uma concepção materialista (marxista) de enxergar a realidade. Numa dessas passagens, que causou profundo desgosto nos membros de *Cruzada*, o Sacerdote manifestou o seguinte pensamento: “Recuerden que el orden por el orden castra el hombre de su poder esencial, que consiste en transformar al mundo y a sí mismo. La vida crea el orden, pero el orden no crea la vida” (Editorial, N° 050, 1964). Essa passagem recebeu a seguinte objeção na

matéria, imputando, de maneira direta, o pensamento de Delaferrera vinculado com a filosofia marxista:

Esta esotérica frase es tal vez la más curiosa y sintomática de las pronunciadas por el padre. En primer lugar, nos encontramos con una exaltación de las virtudes prácticas del hombre [...] Marx dijo: “Los filósofos han tratado sólo de interpretar el mundo, de varias maneras; el asunto, sin embargo, es cambiarlo” [...] Y allí en adelante, el comunismo ha exaltado la ‘praxis’ como la suprema expresión del hombre [...].(Editorial, N° 050, 1964).

*

O terceiro Sacerdote envolvido na polêmica em Córdoba e a receber enquadramentos na matéria de *Cruzada* foi o Padre José Gaido. Nessa parte da matéria, as questões consideradas mais relevantes foram pautadas na forma como o referido Sacerdote difundia e defendia a sua visão de Igreja Católica, especificamente tratando das questões filosóficas que vieram à tona naquele contexto de recentes transformações conciliares. Tais questões envolviam o “ser” próprio da Igreja e o seu lugar na modernidade. Para o editorial, as proposições de Gaido estariam “dirigidas a demostrar la necesidad de que la Iglesia cambie y siga al hombre en su devenir histórico” (Editorial, N° 050, 1964). Foi esse ponto específico, portanto, que mobilizou toda a crítica de *Cruzada* contra os conceitos do Padre Gaido. E, a partir desses termos, foi construída, na matéria, a sua caracterização como um legítimo representante do progressismo católico: “[...] la esencia del progresismo consiste en un nuevo concepto sobre lo que es la Iglesia, concepto que se oculta detrás de supuesto replanteo de sus relaciones con el tiempo y el espacio [...]”(Editorial, N° 050, 1964). As declarações deste Sacerdote foram consideradas as “más perniciosas”, o qual teria mobilizado, inclusive, “la autoridad de su formación en varias escuelas de Europa” para defender seu ponto de vista, “contrario al sentido que otorga la tradición” (Editorial, N° 050, 1964).

Além de sua postura progressista, o Padre Gaido também representava perigo, aos olhos do grupo de *Cruzada*, em função de dois aspectos distintos, mas complementares. Primeiramente a sua posição de professor. Ou seja, o fato de ocupar uma posição de Sacerdote com extrema capacidade influência em relação a um setor católico ainda em formação. Quer dizer, uma influência considerada negativa e que atingia o âmago da instituição, já bastante tumultuada em função das transformações em curso naquele contexto. Conforme bem caracterizou a matéria, nesse sentido, “mucho más grave es la forma cómo el Padre Gaido define a la Iglesia. De un profesor de teología en un seminario hay derecho a exigir una

máxima precisó en el lenguaje, sobre todo cuando se está hablando para el gran público” (Editorial, N° 050, 1964).

O segundo aspecto, muito em decorrência e influenciado pelo primeiro, se consubstanciou em função da periculosidade que o pensamento e prática progressistas representavam para o descarrilamento desse ideário na prática comunista. De forma relativamente semelhante com que *Cruzada* criticou os outros Sacerdotes, sempre pautada nas questões discursivas e nas possíveis consequências práticas destas questões, no caso do Padre Gaido, a crítica também ganhou o mesmo peso por se tratar de uma postura que inevitavelmente se transfiguraria em facilidades ao comunismo. Essa questão ficou bastante clara quando o editor se apropriou de uma fala do Padre Gaido, na qual ele imprimiu a sua visão de Igreja Católica, assentada no dinamismo das mudanças constantes, e rebateu com as seguintes expressões:

En pocas palabras, el Padre Gaido ha tenido la virtud de reunir una multitud de conceptos propios del progresismo. El progresismo, a partir de esta fuente envenenada, que es su idea de la Iglesia, deriva todas sus tremendas consecuencias, incluso la colaboración con el comunismo, en forma directa – como en el caso de “Pax”, la organización progresista de Polonia –, o en forma indirecta, mediante la creación de ideologías sociales cercanas al socialismo o propiamente socialistas. (Editorial, N° 050, 1964).

De toda a matéria sobre a polêmica dos Sacerdotes Cordobeses, cabe ainda o registro de uma última passagem da entrevista do Padre Gaydo que pode caracterizar bem a contrariedade de *Cruzada* referente à postura dos religiosos que entoaram e reproduziram – assim foram caracterizados – o discurso progressista. Mais do que isso, a passagem também imprime um sentido de crítica contra outros possíveis setores do catolicismo que não estariam estabelecendo uma frente de combate aos ditames progressistas. Nesse sentido, qualquer postura de neutralidade ou de silêncio frente aos conflitos do catolicismo, inevitavelmente, seria considerada uma ato de cumplicidade:

Creemos que estas nociones difundidas por el Padre Gaido son terriblemente nocivas y contrarias a la enseñanza de la Iglesia. Creemos que ellas son aptas para confundir a los fieles y para confirmar en su error a quienes participan como él de la corriente progresista que hoy mina a la Iglesia desde su interior. Creemos obligatorio denunciar estos errores, puesto que el silencio en este caso sería para nosotros, periodistas católicos, complicidad. (Editorial, N° 050, 1964)

b) “*La reunión más desconcertante de la historia*”

Antes de passar para o fechamento dessa parte do capítulo, ainda é necessário analisar mais um exemplo, oferecido pela Revista *Cruzada*, que pode ser inserido nessa tentativa de

demarcar as diversas maneiras pelas quais as *lutas por representações* passaram a ser objeto dos discursos que envolviam os conflitos internos do catolicismo argentino e de que forma a “questão comunista” passou a ser a tônica primordial desse tipo de publicação, configurando-se num discurso anticomunista por excelência.

O exemplo elencado a seguir não se tratou apenas de uma matéria, mas sim de uma edição completa, de dezembro de 1966, a qual propôs repercutir, com exclusividade, o I Congresso Latino Americano para o Apostolado dos Leigos, realizado em Mar del Plata, momentos antes da Conferência Episcopal Latino-americana – CELAM (de 7 a 9 de outubro de 1966), considerado pelo Grupo como a “Reunión mas desconcertante de la historia Religiosa de América Latina” (Editorial, N° 066, 1966).

O caminho analítico traçado até esse momento permite reconhecer que as transformações doutrinárias do catolicismo na década de 1960 passaram a ser objeto de constantes disputas, entre grupos considerados progressistas e tradicionalistas, sobre qual versão seria a “verdadeira” doutrina, a melhor aplicável, enfim, aquela que melhor responderia aos postulados advindos da alta cúpula católica.

Têm-se insistido em demonstrar, nesse sentido, que alguns dos setores que mais se configuraram como objeto-alvo dos tradicionalistas, vistos justamente como aqueles que levaram as transformações doutrinárias numa linha de ação que se embasava nos conceitos do ideário marxista, foram os quadros subalternos (mas não só) da hierarquia, como também os grupos pertencentes ao apostolado dos leigos.

Essa edição de *Cruzada*, então, se ocupou integralmente destes setores, explicitando todas as suas vinculações com o *modus operandi* comunista, ou, como definiu uma das chamadas “un congreso para el apostolado que promoví la lucha de clases”, ou seja, que promove as possibilidades para a implantação comunista (Editorial, N° 066, 1966).

Antes de apresentar a análise das questões internas e de conteúdo da edição, cabe trazer algumas considerações sobre a sua própria diagramação, tendo em vista que a forma com que foi organizada a publicação pode ser reveladora do esforço empreendido, pelo Grupo de editores, em bem sintonizar seus leitores e colaboradores sobre a periculosidade que representava os quadros leigos do catolicismo argentino, para toda a instituição, naquele contexto.

Desde o modelo de capa utilizado, é possível perceber que o tema do apostolado dos leigos e sua possível vinculação aos postulados marxistas mereceu um tratamento diferencial para o Grupo da Revista, tendo em vista que o formato que a capa da edição 066 (ver imagem

abaixo) foi apresentada possui alguns aspectos diferenciados quando comparados com outras edições.

Imagem 36 (*Cruzada*, dezembro de 1966)



Para se ter uma ideia, além do título ser escrito em “caixa alta” e em negrito: “*La reunión más desconcertante de la historia religiosa de América Latina*”, houveram mais três chamadas, cada uma dando uma tonalidade diferente para o assunto da edição. Na primeira, com certa neutralidade, foi apresentada a pauta: “*Reflexiones sobre las Conclusiones del I Congreso Latinoamericano para el Apostolado de los Laicos*”. Em seguida, na segunda, já dando mais ênfase ao tema e, de certa forma, quebrando com a neutralidade da primeira, foi apresentada uma primeira visão do Grupo em relação às deliberações do congresso: “*Criticas a la Iglesia y a la jerarquía; demolición de las estructuras sociales; supervaloración de lo económico*”. Por último, a terceira chamada se configurou em um pequeno texto introdutório e explicativo, o qual permite ao leitor compreender porque, de fato, o Congresso teria sido um verdadeiro escândalo para o Grupo de *Cruzada*. A passagem a seguir, retirada do texto introdutório, demonstra esse aspecto: “Una importante reunión que concito la expectativa del catolicismo latinoamericano, termina con una serie de “Conclusiones” ambiguas, cuando no francamente revolucionarias” (Editorial, N° 066, 1966).

Conforme já referido anteriormente, a edição, em sua integralidade, foi dedicada a repercutir a avaliação do Grupo em relação ao congresso. Isso também deve ser levado em conta para aferir a importância com que o tema foi tratado pelo Grupo. Nesse sentido, a

organização da edição foi posta de uma forma que contemplou, inicialmente, o editorial, o qual se encarregou de apresentar os pontos de vista generalizantes das deliberações dos leigos, especialmente as críticas que teriam sido proferidas “contra nuestra Santa Madre Iglesia, la Jerarquia Eclesiástica, y las clases tradicionales”. Nas páginas seguintes, foi exposto, de forma integral, o documento que resultou da reunião, denominado “Conclusiones”. Nesta parte, também fica evidente o tamanho do esforço da Revista pela forma como tratou a questão, uma vez que, nas sete divisões do documento, em diversas passagens, foram colocadas notas de comentários (*notas al pie*), que, conforme a própria editoria explicou, serviriam para facilitar ao leitor “[...] la comprensión del lenguaje a veces oscuro y confuso de los congresistas” (Editorial, Nº 066, 1966). Portanto, tratou-se de um modelo de atuação característico do grupo de *Cruzada*, qual seja, apresentar ao leitor as visões e as opiniões de seus adversários e, assim, imprimir, sobre elas, seus erros e suas deficiências, permitindo a realização de uma desqualificação mais objetiva.

Tratando da parte de conteúdo do editorial, desde as suas primeiras manifestações, é possível apreender que o principal fator de desacordo do Grupo de *Cruzada* com as “Conclusiones” se localizou precisamente no entendimento de que estas se travestiam das mesmas características de qualquer pauta resultante de um congresso genuinamente marxista. Nesse sentido, foram apresentadas aquelas que seriam, aos olhos dos editores, as principais resoluções do Congresso, que podem ser expostas, resumidamente, na seguinte ordem: 1) a situação miserável da América Latina, vista enquanto uma consequência do egoísmo de grandes proprietários de terras; 2) as oligarquias mantidas com apoio do capital estrangeiro, permitindo, assim, um modelo de exploração colonial; 3) frente a essa realidade, a atitude conformista da hierarquia eclesiástica; 4) a Igreja vista enquanto uma instituição que compactuaria com a manutenção do *status quo* social e político; e, por último, 5) a visão de que as instituições eclesiásticas serviriam preferencialmente às classes ricas.

Essas cinco possibilidades de entendimento deram suporte para os editores da Revista demarcarem a vinculação do Congresso com o ideário marxista, mesmo que esse não tenha sido explicitado nas “Conclusiones”. Cabia ao Grupo o esclarecimento e a contraposição de uma visão que não somente ia de encontro com a doutrina da Igreja Católica, como referido no texto, mas também incitava uma reforma estrutural que atingisse, especialmente, a autoridade do clero em relação aos grupos do apostolado dos leigos, ações consideradas de índole revolucionária com vistas à cooperação na implantação comunista:

Claro está que este objetivo no se enuncia de un modo explícito en el documento. Pero se deja entrever en el espíritu que sopla en todas sus páginas, y, sobre todo, en su sistemática omisión respecto de un punto capital: en toda la América Latina se mueve una verdadera orquestación artificial en favor de reformas socialistas y confiscatorias, deseadas por el comunismo internacional. El congreso [...] debería manifestar también su repudio al reformismo socialista y confiscatorio condenado por la doctrina católica. Pues de lo contrario estaría llevando agua para el molino comunista. Sin embargo, el documento no deja traslucir en momento alguno la necesaria oposición al peor enemigo de la religión y de la civilización cristiana. (Editorial, N° 066, 1966).

Na segunda parte da edição, na qual o texto do documento “Conclusiones” foi publicado na íntegra, com suas sete partes (Panel económico social, Panel cultural, Panel Cívico, Nueva visión de la misión del laico, La Iglesia en el mundo de hoy, El apostolado, manifestación de la vida de gracia, Panel religioso apostólico), os editores de *Cruzada* emprenderam suas opiniões através das notas explicativas, dando continuidade às questões mencionadas no editorial, buscando, com isso, “evitar que alguien pudiera considerar que ese resumen – editorial – se aparta del texto original de las Conclusiones” (Editorial, N° 066, 1966).

Na parte do documento que tratou do “Panel económico social”, foram utilizadas nada mais nada menos do que vinte notas, tendo o somatório de seu conteúdo uma dimensão gráfica quase superior ao documento principal. A nota de número vinte, mais extensa, tratou de fazer um resumo das técnicas utilizadas, pelos leigos participantes do congreso, na construção do documento, caracterizando suas práticas numa estreita identificação com aquelas de viés “izquierdista”:

Estas notas ponen en evidencia la técnica seguida en todo el documento: [...] formulaciones doctrinarias imprecisas que saben fuertemente a izquierdismo, pero bastante fluidas como para que un lector desprevenido pueda adherir sin sospechar lo que contienen [...] el documento puede circular por amplias áreas en los medios católicos y en la burguesía, atrayendo las simpatías de los espíritus soñadores que se complacen en las generalizaciones sentimentales “generosas” de izquierdismo. (Editorial, N° 066, 1966).

Seguindo esse mesmo modelo, um comentário da segunda parte do documento (do “Panel cultural”) também explorou a questão da articulação do pensamento dos leigos com uma perspectiva revolucionária de viés marxista. Desta feita, o teor da contrariedade e objeção dos editores de *Cruzada* respondeu uma crítica contra o setor educacional do catolicismo, em que a Igreja estaria comprometida em sua eficácia em bem educar, na medida que pairava na instituição um “espírito” cada vez mais “retrógrado” em relação aos aspectos contemporâneos. Essa crítica foi considerada, pelos editores, como uma generalização

inaceitável, que revelava, entre outras questões, uma postura própria de ações anticlericais: “La nota revolucionaria aparece bien clara en la crítica a la acción educativa de la Iglesia. Crítica ésta que tal vez cabría a ciertas instituciones [...] pero no como es formulada en el panel” (Editorial, N° 066, 1966)..

Foi deste modo, então, que o restante do documento, em todas as partes restantes, passou pelo crivo analítico dos editores da Revista *Cruzada*. Tornar-se-ia repetitivo apresentar todas as objeções, contudo, cabe destacar, quase todas foram utilizadas para, de algum modo, desqualificar as deliberações do documento dos leigos, invariavelmente entendidas como uma série de afirmações que compactuariam com o ideário “revolucionário” marxista, sendo mais apropriados seus usos, assim entenderam os editores, em alguma reunião de cunho comunista. A passagem seguinte exemplifica o pensamento exposto: “Podría esperarse el lanzamiento de una tan ignominiosa insinuación de parte de un comunista o de un ateo recalcitrante de cualquier otra secta, pero jamás de parte de católicos laicos que se reúnen en un Congreso de Apostolado” (Editorial, N° 066, 1966).

4.2.2 A “heresia difusa” e o perigo comunista: A Revista *Catolicismo* em tempos de transformação doutrinária

Na Revista *Catolicismo*, uma extensa matéria de capa assinada por Cunha Alvarenga, datada de novembro de 1963, curiosamente intitulada de “*Equilibristas*”, pode ser considerado um primeiro exemplo, dentre aqueles que serão apresentados nesta subseção, que permite visualizar de que maneira se desenvolvia, no contexto brasileiro, um campo de disputas sobre a legitimidade inerente ao formato do desenvolvimento da doutrina da Igreja com base nos documentos pontifícios, especialmente das *Encíclicas Sociais* de João XXIII e das resoluções conciliares. Mais precisamente, permite identificar a disputa existente em descobrir em qual setor do catolicismo residiria a “autoridade” de ser o portador da verdadeira doutrina. Conseqüentemente, nesse jogo, as *representações*¹⁵⁷ anticomunistas, por parte dos grupos tradicionalistas, invariavelmente eram operacionalizadas, produziam significados e corroboravam para a arregimentação de um imaginário cada vez mais efetivo em suas proposições. O exemplo apresentado a seguir possui uma especificidade pertinente a ser ressaltada, na medida em que se trata de uma disputa que envolveu um setor do catolicismo que ocupa um espaço de atuação muito particular, os intelectuais católicos. José Zanca (2012, p. 114) explica essa particularidade:

¹⁵⁷ Sobre a noção de representações ver Introdução da tese.

distintos de otros laicos por su presencia destacada en la esfera pública o en la específica esfera católica, por su formación o por su posibilidades de jugar con un capital diferente en las luchas por la representación de lo religioso, eran también distintos al clero y la jerarquía porque no estaban atados – del todo – a su autoridad [...]

A matéria de Cunha Alvarenga se revestiu de considerações destinadas a contrapor um artigo, de autoria do intelectual católico Alceu Amoroso Lima (que na época usava do pseudônimo de Tristão de Athayde, reconhecido pelo Grupo como um representante da ala progressista do catolicismo)¹⁵⁸, publicado no jornal Folha de São Paulo, o qual se apropriou das Encíclicas Sociais de João XXIII como referência base de sua teoria. De acordo com esse intelectual, conforme trecho separado pelo autor da matéria (Alvarenga, Nº 155, 1963), não seria com a “contra-revolução” que se evitariam as revoluções, mas com todo um trabalho que antecederesse a causa destas, “[...] por isso é que a paz tem sido a nota dominante [...] e foi a glória do autor da *Mater et Magistra* e da *Pacem in Terris*”. Claramente, então, Alceu Amoroso Lima não só criticou o *modus operandi* dos grupos tradicionalistas, incluindo nesse bojo o próprio Grupo de *Catolicismo*, como, também, definiu que as suas práticas, ao mencionar as Encíclicas, contrariavam a doutrina social da Igreja. Esse foi, precisamente, o ponto de conflito, ou seja, uma visão que contrariava o modelo de doutrina defendida pela Revista *Catolicismo* e que, de algum modo, sinalizava para uma abertura ao comunismo.

Com a intenção de contra-argumentar as palavras de Alceu Amoroso Lima, Cunha Alvarenga organizou seu texto em três partes. Intituladas “*Distorção dos documentos pontifícios*”, “*O cardeal Mindszenty, estorvo a coexistência*” e “*A socialização e a Mater et Magistra*”¹⁵⁹, em cada uma dessas, e os títulos são bem indicativos disso, o autor explicitou em quais aspectos residiriam os equívocos do seu opositor e como estes acabavam repercutindo na relativização do problema comunista entre os católicos.

Na primeira parte, sobre a distorção dos textos de João XXIII, Alvarenga denunciou uma prática de Alceu Amoroso Lima, mas que poderia ser estendida a todos aqueles que eram identificados como progressistas, relacionada com a manobra de se colocar sob inspiração das Encíclicas a construção de uma base teórica da “renovada” postura política do catolicismo, excluindo, de forma “proposita”, aquelas que contrariavam essa suposta renovação:

¹⁵⁸Sobre a trajetória do intelectual católico Alceu Amoroso Lima, especialmente suas intervenções, a partir de suas colunas impressas na grande imprensa brasileira, no cenário católico e político da década de 1960, bem como se forjou sua imagem de católico progressista sintonizado com o *aggiornamento* do catolicismo naquele contexto, ver Costa (2006).

¹⁵⁹ Não será necessário analisar esta terceira parte da matéria tendo em vista que o tema da “socialização” já foi analisado no tópico anterior.

Não é de hoje que S. Sa insiste nessa posição superficial e unilateral em face do problema da Revolução e Contra Revolução, fazendo inauditos esforços para demonstrar que “o espírito das Encíclicas” do Santo Padre João XXIII vem em socorro de suas teses. Para isso procura fazer tábula rasa [...] dadas a lume pelo pranteado Pontífice e nos documentos dos Papas anteriores se apresenta como estorvo à sua quimérica revolucionária construção verbal. (Alvarenga, Nº 155, 1963)

Cabe destacar que o argumento defendido por Alceu Amoroso Lima ficou circunscrito na questão da oposição entre liberalismo e socialismo, vistos por ele enquanto processos que submergiram a partir de diferentes matrizes, defendendo que o liberalismo seria uma forma de combater o socialismo. Essa visão foi completamente recusada por Alvarenga que, assim como seus confrades de *Catolicismo*, enxergava no liberalismo uma porta aberta para a implantação socialista, ou seja, processos que respondiam ao mesmo fenômeno, a “Revolução”: “Liberalismo e socialismo são, portanto, duas faces do mesmo mistério de iniquidade, ou cabeças da mesma hidra da Revolução, ao contrário do que contém no frágil esquema do Sr. Tristão de Ataíde” (Alvarenga, Nº 155, 1963). Portanto, na visão de Cunha Alvarenga, o tom discordante entre essas duas concepções implicava muito mais do que simplesmente em uma forma de encarar os postulados teóricos dos documentos pontifícios, pois recaía justamente na problemática maior (e essencial) de como encarar o perigo comunista uma vez que, ao defender o liberalismo, conseqüentemente, se estaria favorecendo o comunismo:

Está na logica dos acontecimentos, portanto, que os regimes comunistas agora vigentes em varias partes do mundo continuem a obra dos regimes liberais e procurem sufocar as legítimas liberdades dessa Igreja que, fiel à sua missão, não pode calar-se diante da injustiça intrínseca do socialismo. (Alvarenga, Nº 155, 1963)

Cunha Alvarenga, após delimitar, nessa primeira parte, em quais aspectos residiriam as distorções dos documentos de João XXIII, tratou de exemplificar, na segunda parte, como essas distorções interferiam e influenciavam, de modo negativo, o processo de observação de realidades que diziam respeito à coexistência entre católicos e comunistas. Para isso, mais uma vez se reportou a um artigo de Alceu Amoroso Lima, também publicado na Folha de São Paulo, em que foram expostas opiniões sobre o caso do Cardeal Mindszenty e sua luta contra o regime comunista.

Antes de tratar especificamente dos motivos da querela que despertou essa resposta de Cunha Alvarenga, cabe abrir um parêntese para mencionar que, conforme apontou o primeiro capítulo, o tema (coexistência entre católicos e comunistas) invariavelmente era objeto de

muitas intervenções por parte dos articulistas da Revista *Catolicismo*, suscitando, inclusive, a publicação de uma das principais obras de Plínio Corrêa de Oliveira, a “Liberdade da Igreja no Estado Comunista”. Essas intervenções, muito corriqueiramente, vinham recheadas de uma densidade significativa de *representações* anticomunistas, as quais, indubitavelmente, implicavam no esforço de se tentar produzir um direcionamento do sentido interpretativo proposto pelo autor, valorizando sobremaneira a difusão das suas verdades. No caso da matéria em questão, o esforço de Cunha Alvarenga não foi diferente. A passagem abaixo, que explica a importância do caso do Cardeal Húngaro, pode exemplificar essa questão:

Submetido à farsa de um julgamento sacrilégio, em que foram empregados os métodos modernos de tortura conhecidos por lavagem do cérebro, o Primaz da Hungria foi a seguir condenado a prisão perpetua [...] o conflito entre Igreja e o Estado na Hungria é fruto da injustiça representada pelo comunismo, que atenta contra os preceitos mais fundamentais da lei natural. (Alvarenga, Nº 155, 1963)

Voltando para o centro específico do embate, para Alceu Amoroso Lima, conforme o trecho de seu artigo separado na matéria, seria o Cardeal Mindszenty o grande responsável pelo conflito entre a Igreja e o Estado na Hungria ao se refugiar na embaixada dos Estados Unidos, visão que entrava em rota de colisão com o Grupo de *Catolicismo*, que via no religioso um exemplo de católico engajado na luta contra comunismo. De outra parte, a matéria também reproduziu uma passagem de autoria da então jornalista Heloneida Studart¹⁶⁰ de que “a esperança geral dos católicos húngaros em ver restabelecida a paz religiosa em seu país, com o fim do velho regime de privilégios sociais que o feudalismo legara à Hungria e permaneceu até a Revolução”. Claramente, então, uma opinião que não só colocava a revolução comunista na Hungria como o processo que fomentou grandes melhoras do país, na questão da liberdade religiosa, como também valorizava sobremaneira o regime político praticado em contraponto com o seu anterior. Alvarenga (Nº 155, 1963) comentou essa parte: “Como veem os prezados leitores o Sr. Tristão de Ataíde admite que para os bons católicos húngaros o regime comunista não é um mal”.

Portanto, o exemplo demonstrado por Cunha Alvarenga permite apreender como se construía a visão de que os católicos progressistas, em suas práticas e na defesa de suas ideias, acabavam contribuindo para a relativização do “problema comunista”: “Por onde se vê que S. As. deseja que abramos as portas ao comunismo, numa operação a ser rigorosamente vigiada pelos agentes soviéticos [...] num intercâmbio que evidentemente só beneficiaria a propaganda vermelha” (Alvarenga, Nº 155, 1963). Através das posições equivocadas dos

¹⁶⁰ Sobre essa personagem, ver em <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista47.pdf>.

progressistas, as quais, conforme o caso de Alceu Amoroso Lima, buscavam fundamentação nos textos católicos, notadamente *Pacem in Terris* e *Mater et Magistra*, fomentavam, necessariamente, toda uma oposição que se transfigurava em denúncias da ampla vantagem que seria fornecida aos comunistas:

Acresce notar que diante da realidade contundente da Revolução no mundo moderno, S. As., como intelectual católico, é inexcusável: coloca-se numa incrível posição de negação dos fatos e, pior ainda, só tem elogios, velados ou abertos, para os vários setores através dos quais se desenvolve a Revolução, reservando apenas impropérios para aqueles que se entregam à imprescindível tarefa da Contra-Revolução. (Alvarenga, Nº 155, 1963)

Foram os exemplos como o de Alceu Amoroso Lima, naquele contexto de transformação do catolicismo mundial, que passaram a mobilizar, cada vez mais, a oposição dos setores tradicionalistas. Os progressistas passaram a ser encarados como membros de um movimento que, paulatinamente, aumentava o seu poder de influência entre os católicos, hierarquizados ou não. Aos olhos dos setores tradicionalistas, a partir das “confusões” geradas pelas Encíclicas de João XXIII, bem como o sinal de cada vez mais “progressismo” nas realizações do Concílio Vaticano II, o ambiente católico estava em perigo, suscetível à influência comunista. Era preciso uma reação conjunta e centralizada. Coube aos membros de *Catolicismo* o empreendimento dessa tarefa. Uma petição de iniciativa de D. Sigaud e D. Castro Mayer, assinada por 213 Padres Conciliares de 54 diferentes países¹⁶¹, foi entregue, em dezembro de 1963, na Secretaria de Estado da Santa Sé. A petição rogava que, para aquela que seria a próxima sessão conciliar (setembro de 1964), o comunismo, socialismo e o marxismo fossem novamente alvo de condenação explícita da Igreja Católica.¹⁶²

¹⁶¹ É preciso lembrar que D. Sigaud e D. Castro Mayer também foram autores de outra Petição, entregue em fevereiro de 1964, a qual teria sido assinada por aproximadamente 500 padres conciliares. Este documento solicitava que o Pontífice, também para aquela que seria a próxima sessão conciliar, consagrasse o mundo ao Imaculado Coração de Maria, e “de modo especial e explícito a Rússia e as demais nações dominadas pelos sectários do comunismo” (213 Padres, Nº 158, 1964). As duas petições juntamente com a obra de Plínio “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”, publicada em agosto de 63 e reeditada em maio de 64, foram consideradas, pelo editorial de fevereiro da Revista *Catolicismo*, “documentos providenciais”, o que denota o esforço empreendido pelo Grupo em estabelecer e difundir as representações anticomunistas no contexto de constante transformação do catolicismo: “No seu conjunto, os três documentos constituem, cada qual a seu modo, três episódios de inconfundível importância, na luta contemporânea contra o maior adversário do Santo Padre, da Igreja Católica e da Cristandade, isto é, o comunismo.”

¹⁶² Cabe destacar que Alceu Amoroso Lima, em sua coluna da Folha de São Paulo do dia 17 de janeiro de 1964, externou sua contrariedade com relação à Petição, afirmando que essa iniciativa desvirtuava totalmente o “espírito ecumênico”. Considerou que “condenar heresias” e “anatemizar regimes políticos” eram finalidades “visceralmente estranhas” ao novo momento do catolicismo. O articulista de *Catolicismo*, J. de Azeredo Santos (Nº 158, 1964), em sua coluna “Nova et Vetera” da edição de fevereiro, repercutiu o posicionamento de Amoroso Lima, denunciando seu posicionamento enquanto uma “clara manifestação de um ecumenismo em torno de posições equivocadas, em torno de erros declarados – que – preparam quantas almas podem para o fogo eterno”.

A Revista *Catolicismo* publicou, na edição de janeiro de 1964, a integralidade do documento¹⁶³. A extensa matéria foi intitulada “*Desfazendo manobras astuciosas de Moscou: duzentos Padres Conciliares pedem nova condenação do comunismo e do socialismo*” e contou, além da própria petição, com a opinião e informações do Grupo, como também trouxe, aos leitores, diversas “Repercussões na Imprensa Italiana”. Vangloriando-se por ser a “primeira folha no mundo a publicar a tradução, em idioma corrente, do texto integral dessa petição”, o editorial da Revista, nas informações preliminares, delimitou quais eram os propósitos da solicitação, que tiveram a ver, entre outras questões, com a “confusão” que estaria instaurada no ambiente católico:

A petição referente ao socialismo e ao comunismo, cujo o texto tem grande profundidade doutrinária, pois remonta em suas considerações até o igualitarismo e a Revolução Francesa, aponta a necessidade de nova condenação daqueles sistemas errôneos, nascida da política dúbia inaugurada pela Rússia soviética em face dos católicos, e da confusão lançada nos arraiais do Catolicismo pelos assim chamados esquerditas católicos. (Mayer, Sigaud, Nº 157, 1964)

Como foi possível verificar na seção anterior, a petição causou enorme repercussão no catolicismo, principalmente nos setores tradicionalistas que, conforme exemplo da Revista *Cruzada*, não se furtaram em difundir o documento aos seus pares, colaboradores e leitores. Diante disso, surge como tarefa primordial analisar o conteúdo da mesma e verificar em quais termos ela se estabelece enquanto um efeito dos embates e disputas internas do catolicismo naquele contexto, como também, até que ponto ela se qualifica enquanto promotora de novas visões e posicionamentos. Ou seja, a condenação ao comunismo, socialismo e marxismo, proposta na petição, não tratou de uma proposição que se ocuparia de questões mais amplas no espectro social e econômico em relação ao comunismo, mas seu objeto primeiro ficou circunscrito ao movimento interno da instituição, notadamente nas lutas pelos espaços de atuação de um modelo específico de catolicismo.

Parte-se do pressuposto, nesse sentido, que este documento pode ser entendido, ao mesmo tempo, como um ponto de chegada e um ponto difusor das proposições conflitantes daquele cenário. Cada vez mais os discursos sobre os progressistas, suas ações e suas ideias, assumiam a dianteira das vozes tradicionalistas, tendo como núcleo constituinte um arcabouço expressivo de *representações* anticomunistas.

A petição foi organizada em cinco partes. Iniciou com uma “Fundamentação”, depois foram apresentadas três justificativas ou razões “mais profundas” da necessidade do

¹⁶³ De acordo com o exposto na matéria, o texto da petição e uma cópia do LIEC teriam sido distribuídos para todos os Padres conciliares e para 450 jornalistas do mundo todo.

documento e, finalizando, foi explicitada a “Petição”, bem como uma “Conclusão”. Na “Fundamentação”, os autores demarcaram a importância do assunto para o momento pelo qual passava o catolicismo, especialmente com a realização do Concílio Ecumênico e sua proposição na “salvação das almas”. O fundamento primordial, portanto, residiria justamente nesse aspecto, ou seja, na salvação das almas dos católicos que viviam “sob o jugo comunista” ou aqueles que estariam na iminência de cair sob o mesmo jugo, uma vez que “o desígnio comunista de dominar todas as nações” era visto cada vez mais fortalecido. A visão, nesse sentido, era de que a Igreja necessitava demonstrar uma reação, pois muito de seus fiéis se encontravam em “numerosas regiões na iminência de cruel servidão e atroz perseguição” (Mayer, Sigaud, N°157, 1964).

Se a “fundamentação” recaiu sobre a questão da não liberdade dos católicos em países comunistas (ou em vias de), as três razões “mais profundas” propostas para justificar o documento trataram de esmiuçar onde, de fato, residiria a centralidade dos erros que permitiriam que a situação dos católicos chegasse aos termos apresentados. A primeira das razões apresentadas partiu de uma visão de que existiria, entre os fiéis católicos, cada vez mais propensão em aceitar a influência do marxismo e do comunismo, colocando em dúvida “os próprios fundamentos da ordem social cristã”, concebendo esta de acordo com os ditames dos comunistas.

Este “estado da arte” dos fiéis, segundo os autores da petição, estava se consubstanciando a partir de alguns erros e “desvios de espírito”. Um primeiro deles era o fato de se tornar senso comum, entre os católicos, a ideia de que a “igualdade entre os homens é que seria conforme ao Evangelho”. Essa ideia implicaria na seguinte situação: “as classes mais modestas têm estrito direito aos bens que devem ser considerados necessários [...] e, posto que elas têm direito, podem tomá-los pela força” (Mayer, Sigaud, N°157, 1964). Essa concepção recairia no segundo erro: a visão de que os membros hierarquizados do catolicismo deveriam renunciar a todas as riquezas, “conservando tão somente aquelas que fossem necessárias para manter estritamente a vida” (Mayer, Sigaud, N°157, 1964). Por fim, o terceiro e principal erro: Os dois primeiros erros seriam propagandeados pelos próprios membros do clero católico, os quais, “Propagando-se sob aparências de justiça e caridade, induzem numerosos fiéis a admitirem falsas doutrinas [...] criam um espírito infenso à ordem social católica e tendente ao igualitarismo social” (Mayer, Sigaud, N°157, 1964), ou, em outras palavras, tendente ao socialismo e comunismo.

A segunda razão apresentada para justificar a pertinência da petição teve a ver com o tema da “coexistência pacífica”, entendida como um “novo método” comunista empregado na

tarefa de conquistar corações e mentes, especialmente dos católicos. Essa nova metodologia estaria criando a ilusão “de uma certa evolução das nações comunistas, que [...] caminhariam para um tipo de sociedade que poderia ser tolerado e até desejado pelos católicos” (Mayer, Sigaud, Nº157, 1964). E, essa ilusão, necessariamente estaria enfraquecendo os bastiões de defesa da sociedade católica (ocidental) contra o comunismo, fazendo com que muitos católicos passassem a defender “que a chamada sociedade ocidental, por causa dos abusos do regime capitalista sob o qual vivem, é pior que a sociedade comunista” (Mayer, Sigaud, Nº157, 1964), aspecto que implicaria numa preferência ao regime marxista, visão essa estabelecida a partir do entendimento de que estaria em curso uma “geral infestação de ideias e mentalidade marxista”, situação mencionada como a terceira razão que justificaria a petição.

O tópico “Petição”, por seu turno, apresentou dois pontos específicos sobre os quais fosse determinada a elaboração e estudo de um esquema do Concílio. Antes, no entanto, é possível perceber o tom de cobrança do documento, quando foi mencionado que uma constituição doutrinária e pastoral a respeito do marxismo “[...] não criará o **mínimo** (grifo meu) obstáculo à ação da Santa Sé em prol da existência pacífica de todos os homens”. Essa cobrança é esclarecedora, de certo modo, para que se perceba o quanto o assunto se tornava primordial aos setores tradicionalistas. Os dois pontos, então, foram assim expostos:

- 1- Se exponha com grande clareza a doutrina social católica, e se denunciem os erros do marxismo, do socialismo e do comunismo, sob o aspecto filosófico, sociológico e econômico;
- 2- Sejam profligados aqueles erros e aquela mentalidade que preparam o espírito dos católicos para a aceitação do socialismo e do comunismo, e que os tornam propensos aos mesmos. (Mayer, Sigaud, Nº157, 1964)

As passagens supracitadas, que exemplificaram cada parte do documento de D. Sigaud e D. Castro Mayer, podem ser elucidativas da forma com que os grupos tradicionalistas enxergavam (e difundiam) a realidade do cenário católico daqueles anos. Estrategicamente, buscavam fortalecer o seu posicionamento anticomunista se reportando, como o exemplo demonstrou, para práticas concretas (além das discursivas) direcionadas para uma possível chancela (que, de fato, não houve) da mais alta autoridade católica e, assim, consequentemente, fortalecer as suas *representações*, o seu modo de qualificar e caracterizar o “inimigo” não só o externo, mas principalmente o interno, já infiltrado nas fileiras católicas e, portanto, mais perigoso.

É preciso considerar que, a rigor, essa forma de lutar, empreendida pelos prelados brasileiros (petições com vistas a estabelecer posições tradicionalistas e anticomunistas),

acabou sendo orquestrada muito em função de todo um modo de ver a realidade do catolicismo mundial, mas, principalmente, nacional. Uma realidade que, em se tratando da “infiltração” comunista, nada tinha de otimista. Muito pelo contrário, a visão que perpassava era de que estava em curso o “predomínio momentâneo de nossos inimigos”.

Essa visão de realidade, por diversos momentos, no mensário brasileiro, acabava sendo alvo (direta ou indiretamente) de profundos exames, todos em vistas a esclarecer seus leitores sobre o tão iminente perigo que assolava o catolicismo. Parece ter sido com essa intenção que, em março de 1965, a matéria de capa “*Elites católicas promovem sensualidade, luta de classes e subversão social*” (imagem abaixo), de autoria de Cunha Alvarenga, foi publicada. Desde as suas primeiras palavras, é possível identificar a visão negativa em relação ao catolicismo brasileiro, considerado em estado de “anomalia”, mesmo o país sendo aquele de maior população católica: “basta que lancemos um olhar pela realidade que nos cerca, de norte a sul do País, para verificar que não estamos, decididamente, em um mar de rosas, tanto do ponto de vista religioso e moral, quanto do ponto de vista social e político” (Alvarenga, Nº 171, 1965).

Imagem 37 (*Catolicismo*, março de 1965)



A matéria explicitou dois motivos primordiais que davam o teor dessa realidade. O primeiro motivo, sempre muito mencionado em diversas matérias, tratava da neutralidade política por parte de alguns católicos, vista como um grande trunfo a ser aproveitado pelos “inimigos” e considerada enquanto uma “neutralidade criminosa”: “diante dos males que nos

afligem, permanecem de braços cruzados, sem nada fazer, impressionantes contingentes de católicos [...] que deixam nas mãos dos agentes da dissolução a liderança intelectual, política e social do País” (Alvarenga, Nº 171, 1965). O outro motivo, considerado ainda “mais pernicioso”, esteve circunscrito ao “concurso que certas elites católicas prestam à causa da corrupção e da subversão social”. Apontar os episódios recentes dos movimentos de “certas elites” em “vários pontos do território nacional”, foi o objetivo maior da matéria.

Em número de três foram os episódios elencados na publicação. O aspecto em comum entre eles se localizou no fato de serem situações protagonizadas por grupos pertencentes (ou que haviam pertencido) ao apostolado leigo. No primeiro deles, a contrariedade da matéria foi direcionada para a publicação de dois romances que “tomaram de assalto certos ambientes católicos ávidos de novidades [...]”(Alvarenga, Nº 171, 1965). Tratou-se de uma publicação de um ex-aluno do Seminário de Viamão-RS, quando este ainda não havia sido consagrado sacerdote. Para o articulista de *Catolicismo* (Nº 171, 1965), os romances deveriam ser incluídos “na categoria dos escritos de que trata a Instrução ‘Inter Mala’”, ou seja, publicação do Santo Ofício que condenava as publicações consideradas com forte conteúdo sensual. O segundo episódio tratou da “confusão” promovida pelo jornal católico “Diário de Notícias”, da cidade de Ribeirão Preto. Para o articulista, esse jornal, dirigido por leigos, estaria, conforme bem destacava o subtítulo, promovendo “Luta de Classes através da Imprensa Católica”: “O que é no texto ‘identidade’? O que é ‘pobre’? Não esclarece o articulista, que não mostra nenhum receio do considerável proveito que os dizeres destes podem evidentemente tirar os comunistas” (Nº 171, 1965).

O terceiro dos episódios elencado merece um parágrafo à parte justamente por ter deflagrado um confronto aberto (visto no capítulo anterior) entre o Grupo de *Catolicismo* com o importante membro da hierarquia católica, D. Vicente Scherer, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre. Tratou, como está explícito de forma muito clara no subtítulo, sobre o “*Grupão Socialista das Fileiras da A. C.*”. Nesta parte, o articulista trouxe aos leitores da Revista a repercussão em torno de uma matéria, publicada em jornais de Porto Alegre, sobre um Inquérito Policial Militar (IPM) destinado a investigar “atividades subversivas do movimento político-estudantil denominado Ação Popular (AP)”. Além de emitir sua opinião, Cunha Alvarenga transcreveu boa parte da matéria em que o responsável pelo IMP, Coronel do Exército Ruy Gonçalves, dava seu parecer sobre a investigação: “O encarregado deste IPM é de parecer que a inclusão dos nomes de Sacerdotes e instituições religiosas neste IPM se deve essencialmente à participação de elementos da JUC, JEC e Ação Católica na AP” (Alvarenga, Nº 171, 1965).

Esse episódio, então, que foi considerado pelo autor como mais um “lamentável exemplo de concurso prestado à subversão social por parte de nossas elites católicas”, torna-se mais um exemplo que pode demonstrar onde estaria localizada, aos olhos dos tradicionalistas, a fragilidade dos católicos naquele contexto de profundas transformações institucionais. A cooperação entre católicos com os “agentes do mal” seria a causa principal dos males da sociedade brasileira (e ocidental) daqueles tempos: “São frutos de uma árvore má, de há muito plantada pelo inimigo [...] não surgiu de repente [...] no meio dos jovens católicos que hoje levam a cizânia socialista aos ambientes estudantis e operários. Foi preparada a longo prazo” (Alvarenga, Nº 171, 1965). Para o articulista de *Catolicismo*, a responsabilidade maior pela “infestação” marxista nas fileiras jovens dos católicos deveria recair nos intelectuais progressistas¹⁶⁴, mais uma vez, conforme as matérias vistas anteriormente, personificados na figura de Tristão de Ataíde, tornando-o culpado por “grande parte do que vem acontecendo de deletério na vida religiosa, moral, política e social do nosso País” (Alvarenga, Nº 171, 1965).¹⁶⁵

Mesmo que a onda “modernista” nas fileiras católicas já tenha sido objeto de constantes brados de alerta pela ala conservadora da instituição, no contexto de realização do Concílio Vaticano II, essa postura precisou ser recuperada e ressignificada, muito em função do “novo” elemento que passou a ditar parte das práticas progressistas: a teoria marxista. D. Castro Mayer, na “Lucida e Relevante” intervenção que propôs durante a realização da Congregação Geral do Concílio, em 23 de setembro de 1965, externou essa preocupação em forma de cobrança, por entender que o esquema conciliar proposto não mostrava de forma

¹⁶⁴ A questão dos intelectuais progressistas acabou sendo objeto de muitos artigos do articulista Cunha Alvarenga. Antes, durante e após a realização do Concílio, seu objetivo ao tratar do tema com tanta ênfase e continuidade pode ser resumido em denunciar e combater os “progressos do esquerdismo nos ambientes universitários e entre os jovens clérigos [...]”, como deixa clara a matéria publicada em novembro de 1966. Nesta matéria, apresentou, ao seu leitor, as “raízes gnósticas do chamado esquerdismo católico”, tratando da base teórica que sustentava e influenciava, a seu ver, os pensamentos dos intelectuais católicos do progressismo brasileiro, mais uma vez, personificados em Alceu Amoroso Lima e em toda a velha guarda, conforme referiu, do “Centro Dom Vital”. Tratou-se de um texto mais teórico, com uma carga de erudição bastante expressiva, que se reportou a autores como Nicolas Berdiaeff e Emmanuel Mounier e que buscou desqualificar o socialismo e o comunismo a partir das proposições de indivíduo de ambas as correntes (separação entre indivíduo e pessoa).

¹⁶⁵ O autor fez questão de lembrar “fatos marcantes e recentes” que comprovariam a atuação desse intelectual no sentido de “aluir a unidade católica diante da corrupção e da subversão social que vêm minando o Brasil”. Foram recuperados desde seus posicionamentos controversos sobre literatura (por fazer parte da Academia Brasileira de Letras), suas atitudes de apoio às publicações “esquerdistas” de alguns setores da imprensa católica, sua posição contrária a qualquer “manifestação de repúdio ao totalitarismo socialista”, sua posição de apoio por quando da visita do Marechal Tito (Yugoslávia), “perseguidor da Igreja”, ao Brasil, chegando, inclusive, a mencionar a sua campanha “contra o afastamento de conhecidos elementos esquerdistas que ocupavam cátedras universitárias [...]” no contexto pós-golpe de 1964. Todas essas situações foram recuperadas para concluir que: “[...] a força de nossos inimigos vem principalmente da indiferença ou neutralidade, quando não da colaboração, de forte contingente de nossas elites. E enquanto perdurar esse estado de coisas, será áspero e penoso o caminho a ser percorrido pelo povo brasileiro.” (Alvarenga, Nº 171, 1965)

suficiente “a conexão íntima existente entre o ateísmo marxista [...] e a estrutura econômica proposta por Karl Marx” (Mayer, N° 178-179, 1965). Para o prelado, o esquema estaria tratando o problema de modo implícito, portanto insuficiente. Essa insuficiência não produziria o efeito necessário em dissipar, de forma contundente, a influência marxista nos católicos. Eis a forma com que D. Castro Mayer enxergava e difundia o ambiente católico daquele contexto:

Nos tempos atuais, muitos, especialmente entre a juventude, julgam que o ateísmo marxista deve ser separado de sua doutrina econômica, de maneira que os próprios cristãos possam e mesmo devam, como dizem, interessar-se pela organização coletiva da produção e pela destruição da propriedade privada, ou seja, do domínio pessoal das riquezas. (Mayer, N° 178-179, 1965)

Se, por um lado, os setores tradicionalistas buscavam amparo e legitimidade para seus propósitos, organizando intervenções direcionadas para apreciações na esfera da alta cúpula católica, por outro, e até mesmo pela não obtenção de respostas conclusivas deste setor, a *luta pelas representações* contra o denominado “esquerdismo católico” também se realizava na esfera de atuação num âmbito mais restrito, principalmente nos setores do apostolado dos leigos, com ênfase na Ação Católica e suas reminiscências.

No capítulo seguinte, na parte em que será dedicada a repercutir o ambiente católico pré-golpe de 1964, presente no mensário brasileiro, será possível verificar que os quadros da Ação Católica (nesse caso específico AC de Belo Horizonte) já estariam sendo objeto de profundas intervenções e polêmicas que estiveram circunscritas na própria concepção e interpretação das renovações católicas. A matéria de abril de 1964, intitulada “*160 MIL BRASILEIROS PROCLAMAM: reformas de base importam mesmo numa questão de consciência*”, trouxe duas visões, dois modelos interpretativos daquela realidade católica. De um lado, setores da Ação Católica de Belo Horizonte e seu “manifesto” que não só mencionava apoio às Reformas de Base, como rechaçava a opinião dos católicos contrários, entendidos como vítimas de “grupos políticos extremados que procuram manipular o sentimento religioso do povo mineiro” (Ação Católica, N° 160, 1964). De outro lado, a visão de setores tradicionalistas reunida numa “interpelação”, a qual foi chancelada pelo grupo de *Catolicismo* (e da própria TFP) que viam, no posicionamento da AC, uma clara manifestação da influência marxista entre seus quadros. Tanto o “manifesto” da AC quanto a “interpelação” dos tradicionalistas, ambos publicados na íntegra na matéria, demarcam claramente que a disputa envolvia a legitimidade pelas proposições práticas do pensamento católico,

relacionadas, naquele contexto, com as questões políticas que giraram em torno da aprovação ou não das Reformas de Base propostas pelo governo de João Goulart.

O cenário político-religioso que foi projetado nessa matéria indica que, de um lado, alguns setores dos quadros da AC, que, com seu posicionamento de apoio às Reformas de Base – muitos deles baseados nos textos pontifícios, notadamente na Encíclica *Pacem in Terris* – eram vistos, pelos tradicionalistas, como aqueles que, invariavelmente, cooperavam com o aceleramento da propagação do socialismo e do comunismo. De outro, os grupos tradicionalistas que assumiam a missão de esclarecer os católicos (leigos e hierarquizados) sobre a periculosidade desse posicionamento e enquadrá-los como sendo contrários à “verdadeira” doutrina católica.

A partir do Golpe de 64, precisamente com a paulatina intensificação das medidas repressivas contra os grupos considerados de esquerda, os quadros da Ação Católica, especialmente os membros da Juventude Universitária Católica (JUC) que passaram a militar na Ação Popular (AP), tornaram-se objetos de investigação de diversos IPMs, muitos deles sendo alvo de notícias da grande imprensa, considerados sempre como um grande escândalo na instituição católica.¹⁶⁶

No decorrer desse contexto, a Revista *Catolicismo*, através de artigos e das próprias matérias das sessões fixas, invariavelmente recuperava essas situações como forma de apresentar, aos seus leitores e colaboradores, os desvios teóricos e práticos de alguns católicos que teriam se deixado influenciar pelo marxismo. Isso não foi diferente na extensa matéria de março de 1966, na qual o articulista Aloizio Augusto Barbosa Torres apresentou um longo estudo sobre a Ação Popular, organização considerada um “*Capítulo deplorável na História do Brasil Católico*”, como bem ficou exposto, com letras garrafais, o título da matéria. Entretanto, desta feita, não se tratava apenas de apresentar os desvios teóricos, mas, fundamentalmente, repercutir a intensificação prática das atividades desses grupos, qualificadas como um “namoro” com os comunistas que, de uma fase teórica “quando via, antes do 31 de Março, militantes da JEC e da JUC a defender a Revolução cubana, ou de mãos dadas com comunistas professos, a lutar pelas reformas de base [...]” (Torres, Nº 158, 1966), passaram a ações práticas, consideradas de ordem revolucionária:

Esta folha por diversas vezes denunciou os namoros com o socialismo da ala velha do Centro D. Vital – patriarcas do “esquerdismo católico” em nossa terra: suas simpatias pelas soluções socializantes, a indulgência caridosa para com os excessos

¹⁶⁶ Sobre o escândalo na grande imprensa de Porto Alegre envolvendo a instauração de um IPM para investigar os quadros da Ação Católica ver Bett (2014).

que a elas conduziam, e a fúria implacável contra os que se opunham a estas soluções. Os que lhe seguiam na mesma trilha não se contentaram com êste amor platônico. Procuraram realizar, no que diz respeito a teses, a ideais, à ação, um conúbio ilícito entre a doutrina social da Igreja e o socialismo. Assim nasceu o movimento da Ação Popular, tristemente celebrado pelos IPMs em que se vê hoje envolvido. (Torres, Nº 158, 1966)

Antes de analisar o conteúdo da matéria, e tendo em vista a especificidade dessa publicação, cabe salientar alguns aspectos sobre a forma com que foi apresentada a sua diagramação. Nesse sentido, começando pelo próprio título, além de ter sido exposto com letras garrafais, como já referido anteriormente, ocupando (na sua extensão) duas páginas do mensário, também permitia que, de início, o leitor tivesse a percepção, com bastante clareza, não somente sobre o tema proposto na matéria, mas, especialmente, sobre a abordagem escolhida pelo autor. Nesse sentido, corroborando com essa estratégia imposta no título, a extensão da matéria foi permeada por diversos subtítulos, que também, em conjunto, e desde uma primeira passada de olhos, permitiam ao leitor ter clara noção da intenção do percurso percorrido pelo autor na sua construção argumentativa. Os subtítulos foram publicados na seguinte ordem: “Ala nova: mais coerente, menos prudente”; “Rápido histórico da Ação Popular”; “JEC e JUC: pré-história da AP”; “Confusos nas palavras, claros nas atitudes”; “Coalizão com PCB conquista a UNE”; “Juventude que utiliza Cristo”, “A serviço da subversão castrista”; “Mais janguistas do que jango”; “A doutrina da AP: socialismo”; “Atividade subversiva multiforme”; “O problema não acabou no 31 de março”.

Observando as expressões utilizadas, em cada um desses subtítulos, é possível aferir aquilo que pode ter sido determinante para a consolidação da proposta do autor, ou seja, apresentar a crescente vinculação dos grupos pertencente ao apostolado dos leigos (principalmente a JEC e a JUC) com o marxismo, socialismo e comunismo. E, para isso, lançou mão das já tradicionais representações anticomunistas. Primeiramente, sobre a questão da intoxicação:

No estudo sucinto que faremos sôbre a evolução deste movimento que culminou com a AP, veremos tornar-se cada vez mais explícita nas posições e nas atividades de certos jucistas uma intoxicação pelo socialismo, que enquanto doutrina, quer enquanto mentalidade. (Torres, Nº 183, 1966)

Como costumeiramente difundido pelos setores tradicionalistas, todo o processo de “infiltração” comunista se dava a partir de um conjunto de ideias e teorias que nunca mostravam abertamente, de início, seus verdadeiros objetivos. A forma com que o autor definiu essa questão para o caso da AP não foi diferente. No seu modo de entender, que

corroborar com grande parte dos católicos tradicionalistas da época, a “intoxicação” comunista que atingiu AP se deu a partir de um “sistema concatenado e rudemente claro em seus objetivos”, uma vez que qualquer explicitação poderia sofrer um “desmascaramento prematuro”. Foi necessário lançar mão, então, desde o início da entidade, na sua fase “pré-histórica”, de uma “cortina de fumaça” ideológica. Daí, a difusão de uma consequência direta dessa forma de “infiltrar” do comunismo, qual seja, não só confundir os católicos, mas, decisivamente, como que um modo hipnotizante, levá-los, de maneira espontânea e acrítica, a aceitar e a praticar a “nova doutrina”: “Este regime de águas turvas fez com que rapazes bem intencionados, buscando nestas organizações o que seu título dizia, fossem envolvidos em iniciativas de subversão” (Torres, Nº 158, 1966).

A divulgação de todo esse processo de incorporação de novos adeptos (católicos) à causa marxista, naquele contexto, teve a ver, fundamentalmente, com aquilo que o capítulo já vem mencionado acerca da arregimentação de um modelo de construção anticomunista que buscou seu aporte nas “equivocadas” interpretações dos documentos pontifícios, bem como pelo novo “ambiente” católico proporcionado pela realização do Concílio Vaticano II, que suscitou, por assim dizer, um processo de divisão e cisão, dentro e fora da hierarquia, na forma de conhecer, difundir e praticar a doutrina social da Igreja Católica. A possibilidade de uma homogeneidade de pensamentos e ações se tornava utopia naquele contexto. Essa questão foi mencionada pelo articulista Aluizio Torres quando, para comprovar o seu argumento sobre a participação de membros da hierarquia (e não só de leigos) na responsabilidade pelo avanço da influência do ideário marxista no catolicismo, recuperou um texto publicado originalmente no jornal *Última Hora*, de Belo Horizonte, em novembro de 1961, no qual constava que:

O Pe Luiz Vegas, Assistente da Juventude Universitária Católica [de Belo Horizonte], disse que (...) a Encíclica [*Mater et Magistra*] traz um novo conceito de propriedade para a doutrina social da Igreja: o Papa não se limita a aconselhar a participação dos operários na administração das empresas. Diz que esta participação é de lei natural. (Torres, Nº 158, 1966)

A narrativa que o autor utilizou para desenvolver a historicidade da AP, como já referido acima, e os subtítulos utilizados na matéria demonstram isso, apresentou uma cronologia do desenvolvimento do grupo na sua estreita relação com a “intoxicação” socialista que passou a demarcar a sua forma de atuação. Não cabe aqui averiguar a veracidade dos apontamentos relacionados por Aloizio Torres, mas é de suma importância

que a análise se detenha em algumas de suas proposições, na medida em que elas permitem, a partir do conjunto de *representações* utilizadas, demarcar o quanto a “questão comunista” pesava em importância para os setores tradicionalistas a ponto de utilizá-la como eixo narrativo primordial na forma de construir uma identidade de seus oponentes.

Um primeiro aspecto a ser recuperado consiste em apresentar como o autor entendeu aquilo que considerou um “Rápido histórico da Ação Popular”. Mencionou, nesse sentido, que o movimento teve início através de iniciativas de membros da JEC e JUC, apresentando, inclusive, um trecho da obra “Cristianismo Hoje”, da autoria de Hebert José de Souza, que dava conta de provar seu argumento: “Alguns de nós começamos nosso aprendizado no movimento estudantil como elementos da Ação Católica [...] Era o germe de uma (...) revolução colocada no plano social [...] que não morreu na JEC, mas para muitos só deu fruto na JUC” (Torres, Nº 158, 1966). Esse movimento, considerado pelo autor como uma “atitude ofensiva e irritante para com a doutrina social da Igreja” somente rendeu frutos, segundo Torres, na medida em que a sua ideologia foi pouco explicitada. Foi escamoteada, sem apresentar seus verdadeiros propósitos para, somente depois de ter “tomado corpo de doutrina” e se radicalizado, é que passou de uma mera corrente de pensamento para se solidificar “num movimento estruturado, de âmbito nacional” (Torres, Nº 158, 1966).

O rápido desenvolvimento da entidade teve a ver, também, segundo o articulista de *Catolicismo*, com o aparecimento do Jornal “Ação Popular”, em 1962, o qual foi aparelhado, quase em sua totalidade, por elementos da JUC, e que, logo no seu surgimento foi “recebido com festas nos arraiais do ‘progressismo católico’”. Conforme a narrativa do autor, a entidade chegava ao ano de 1963 completamente estruturada, com uma organização em níveis nacional, regional e municipal. Torres fez questão de bem apresentar, minuciosamente, essa organização – e isso tem um significado a ser considerado, na medida em que construía a imagem de uma poderosa organização, com uma ação ampla e que atingia os níveis mais “distantes” da sociedade. Uma organização tão estruturada que, no ano de 1963, os “apistas já pregavam abertamente a cubanização do Brasil”:

O secretário Nacional, com sede no Rio de Janeiro, era o órgão executivo máximo, coadjuvado por um Comitê Nacional. A presidência desses órgãos cabia a um coordenador, sendo para esta função eleito o citado Hebert José de Souza. Uma coordenação Regional dirigia o movimento no âmbito de cada uma das oito regiões que se dividia o território nacional. No nível municipal havia um Conselho e uma Coordenação Executiva. Nestes, diversos níveis se enfeixavam oito setores: sindical-operário, camponês, setores populares de cultura popular [...] estudantil, e militar. (Torres, Nº 158, 1966)

Do desenvolvimento dessa complexa estrutura à atuação da entidade nos mais diferentes âmbitos da sociedade brasileira católica daquele contexto, o que mais alarmou o autor, nesse sentido, foi a rápida inserção de seus quadros no meio estudantil, notadamente em relação aos jucistas que estiveram na direção de várias organizações, especialmente nos DCEs, e a forma com que a “índole” revolucionária passou a ser o mote de atuação dessas agremiações: “no manifesto do DCE [...] em 1961, proclamava-se, em linguagem de luta de classes, que ‘operários urbanos’ e camponeses rurais se levantam em cada região [...] para conquistar seu lugar no [...] caminho histórico de um processo irreversível”. E, então, desde o processo embrionário da instituição, para o autor, já existiam a defesa de teses comunistas, as quais viriam a se intensificar e se tornar ainda mais explícitas a partir do momento que um jucista, Aldo Arantes, assumiu a presidência da União Nacional de Estudantes (UNE), em 1961, “numa escandalosa aliança entre elementos da JUC e comunistas”, algo que teria se repetido em 1962, quando outro militante da JUC, Vinícius Caldeira Brant, se uniu aos quadros do PCB criando o nome de “Grupão” (Torres, Nº 158, 1966).

Uma vez inserida no meio estudantil e atuando em “parceria” com os comunistas, a radicalização da AP não tardaria a se efetivar, até mesmo porque, o seu programa de atuação passou, cada vez mais, a ser visto e difundido como que perfeitamente adaptado ao “esquema clássico de guerra revolucionária comunista”, o qual foi apresentado nas seguintes etapas: “1º cristalização (ou conscientização); 2º estruturação; 3º militarização” (Torres, Nº 158, 1966). Mas, toda essa estrutura, ponderou o autor, não teria tomado um grande vulto se não fossem uma organização eficiente e “o apoio de forças políticas”, mas, fundamentalmente “a benção de alguns eclesiásticos”. O autor separou diversos exemplos políticos onde que era possível observar o processo de radicalização dos quadros da AP. O caso mais emblemático, sem dúvida, se concentrou no apoio da entidade às Reformas de Base, momento em que “a agitação pedagógica e comunizante” do governo deposto em 1964 teria encontrado, no jornal Ação Popular, um local ideal para a “pregação das reformas agrária, urbana [...] nos termos mais declaradamente socialistas e confiscatórios [...]” (Torres, Nº 158, 1966).

Para o autor, o problema ainda era muito presente, mesmo passados quase dois anos da deposição de João Goulart. A desconfiança em torno dessa permanência era alimentada por alguns acontecimentos, entre eles, o autor citou o exemplo das eleições, em 1965, dos DCEs do Rio Grande do Sul, onde destacou o expressivo número de votos que o candidato “esquerdista” obteve de uma considerável parcela dos estudantes do “Seminário de Viamão”. Além disso, essa permanência estava ligada com outra questão bem específica, a saber, o desconhecimento dos católicos, sobretudo representantes da hierarquia, em relação ao

escândalo que envolvia os quadros leigos do catolicismo: “Relembrar tudo isso agora é de grande utilidade. Consta-nos que, por motivos vários, nem todos os eminentes representantes da Hierarquia Brasileira chegaram ao conhecimento de muito desses fatos” (Torres, Nº 158, 1966). A gravidade desse problema residia, de acordo com Torres, exatamente na vulnerabilidade que esse desconhecimento produzia na Instituição em relação à defesa anticomunista: “Portanto é de se temer que bons católicos, hoje em dia, possam, a fortiori, desconhecer o problema”. Sem sombra de dúvidas, a polêmica, repercutida em *Catolicismo*, que envolveu o Arcebispo D. Vicente Scherer e o IPM de membros da AC sob sua responsabilidade, acusados de “subversão”, acabou influenciando na construção dessa matéria.

Como se pode perceber até aqui, após a publicação da *Pacem in Terris* e em meio às decisões conciliares, os setores tradicionalistas propuseram algumas ações na tentativa de amparar e legitimar suas concepções de mundo e de religião, seja na forma de intervenções direcionadas à alta cúpula católica reunida no Concílio, seja opondo e combatendo o denominado “esquerdismo católico”, especialmente na esfera de atuação do setores do apostolado dos leigos, com ênfase na Ação Católica e suas reminiscências, tendo a AP uma dedicação em especial.

De outra parte, após o Concílio Ecumênico ter chegado ao fim, é notório o esforço dos setores tradicionalistas em dar continuidade às suas ações, empreendendo continuadas investidas no sentido de conquistar espaço no campo das *lutas por representações* nas questões inerentes às interpretações das decisões conciliares, tendo como alvo aqueles representantes da ala “modernista” da Igreja, fundamentalmente aqueles que eram vistos enquanto preconizadores da “infiltração modernista” que, entre seus corolários mais imediatos, assim entendiam os tradicionalistas, repercutia no enfraquecimento da defesa contra o comunismo.

O exemplo desse tipo de investida pode ser encontrado na Carta Pastoral de D. Castro Mayer, publicada na Revista *Catolicismo* nas edições de maio e junho de 1966, em que procurou explanar sobre as “considerações a propósito da aplicação dos documentos promulgados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II”. Se o alvo de ataque desse tipo de investida se concentrava nos modernistas, por outro lado, o alcance desse tipo de documento (Carta Pastoral) também deve ser levado em conta. Os editores da Revista *Catolicismo*, ciente dessa importância, imprimiram “em primeira mão”, a totalidade do documento que, em função de sua extensão, acabou sendo dividido em duas partes, sendo a segunda publicada na edição de junho. O destaque dado para a importância da publicação da Carta Pastoral de D.

Castro Mayer, na Revista *Catolicismo*, indica o quanto o documento se tornava um referencial aos setores tradicionalistas:

Catolicismo tem a honra de estampar em suas páginas, em primeira mão, uma nova Carta Pastoral de nosso amado Bispo Diocesano. O documento que hoje damos a lume é mais um elo de ouro, a somar-se aos que anteriormente S. Excia Revma. Publicou sobre o II Concílio para instrução de seu rebanho; Patenteia assim, mais uma vez [...] todo o seu zelo por que os fieis desta Diocese aproveitem devidamente os ensinamentos do Concílio [...]. (Mayer, Nº 185-186, 1966)

D. Castro Mayer definiu o objetivo primeiro da publicação da Carta Pastoral, no próprio documento): “Não obstante, o término do Concílio nos convida a refletir sôbre sua natureza e finalidade, pois será assim fácil compreender os Documentos promulgados, sem incidir em interpretações errôneas e perigosas” (Mayer, Nº 185-186, 1966). Se antes e durante a realização do Concílio os setores tradicionalistas já haviam levantado a bandeira da desconfiança no tocante aos “desvios” interpretativos, especialmente aqueles provocados pelos setores que representavam os “modernistas”, após o término do Concílio essa desconfiança continuou a mobilizar as suas investidas.

Não estava em jogo somente as disputas por legitimidade nas questões religiosas de doutrina e pastoral, mas a própria prática de ser católico que acabava atingindo as questões sociais e políticas daquele contexto, que, como se sabe, no caso do Brasil, estava sob os primeiros momentos de um regime autoritário inaugurado em 1964. Por isso, a necessidade de alertar os fiéis (e também os leitores de *Catolicismo*) sobre “*Atual estratégia do inimigo*”, conforme ficou exposto no título de um dos tópicos do documento. Nessa parte, D. Castro Mayer enfatizou o quanto era necessário, para os fiéis, não perder de vista “os ardis com que age o inimigo”. Essa ação era vista como que, estrategicamente, minando a instituição internamente: “à semelhança das quintas colunas, é no interior que ele procura minar a resistência da Igreja”. Fazendo clara referência aos progressistas, D. Castro Mayer afirmou: “No caso atual, intenta fomentar largamente o programa traçado pelo Concílio, esvaziando-lhe, porém o conteúdo. É o que ele faz, enaltecendo uma adaptação dos fieis aos tempos presentes desligadas de sua imprescindível base”. Adiante, se reportando sobre uma alocução (de 18 de novembro de 1965) do Papa Paulo VI, a questão da “falsa interpretação” do Concílio foi recuperada, também fazendo eco aos usos dos progressistas: “[...] chama atenção sôbre a existência de uma falsa interpretação do Concílio, como se a Igreja tivesse renunciado à imutabilidade de sua doutrina, de sua estrutura fundamental, [...] para se lançar no mar revolto da evolução [...]” (Mayer, Nº 185-186, 1966).

É preciso considerar que a Carta Pastoral, em sua totalidade, não repercutiu única e exclusivamente as questões de fundo político e social, entretanto, algumas partes do documento de D. Castro Mayer podem demonstrar o quanto a sua iniciativa também esteve vinculada com as questões que ultrapassavam a órbita necessariamente religiosa, colocando-a em estreita ligação com as questões que giravam em torno da luta anticomunista. Uma dessas questões pode ser encontrada no tópico intitulado “Igreja militante”, no qual D. Castro Mayer identificou na importância que foi dada para o “arggionamento” e para as “adaptações aos tempos atuais”, uma clara manifestação da “presença do inimigo de Jesus Cristo, da Igreja, das almas”, ou seja, do próprio demônio:

A ação do Príncipe desse mundo, caríssimos filhos, não pensemos se tenha retraído em face da realização do Concílio Ecumênico. Antes, pelo contrário, vendo que a Igreja se arregimenta novamente, se lança à luta com maior ardor [...] torna-se mais perspicaz, mais astuto, redobra seus arditosos manejos para impedir o triunfo daquele que veio à terra para vencê-lo. (Mayer, Nº 185-186, 1966).

É bem verdade que a passagem acima não relacionou de forma direta o “príncipe desse mundo” com o comunismo, mas, valendo-se de todo um arcabouço de representações historicamente utilizadas (não só) pelos religiosos na configuração do “inimigo comunista”, não é difícil encontrar aquelas que costumeiramente produziram esse relacionamento (RODEGHERO, 1998, MOTTA, 2002). Mesmo assim, no decurso desse mesmo tópico, uma passagem deixou essa relação relativamente mais explícita, quando o autor relacionou as “vitórias de Lúcifer” estreitamente relacionadas com a “concepção materialista”, não exclusiva ao comunismo, é verdade, mas quase sempre demarcada através dele: “Podemos considerar com grande vitória de Lúcifer o ter conseguido que a sociedade atual o ignore: os fiéis por tibieza e apego as comodidades da vida, os demais por deixarem empolgar por uma concepção materialista de existência” (Mayer, Nº 185-186, 1966)..

Por outro lado, se em meio à Carta Pastoral é possível encontrar apenas insinuações sobre o “problema comunista” estar relacionado com o fim do Concílio e suas repercussões no ambiente católico, nos últimos tópicos do documento essa relação se tornou explícita. Os títulos desses tópicos podem dar uma ideia da forma como a questão era encarada pelo prelado e por outros representantes dos setores tradicionalistas: “A heresia difusa”; “Convergência entre a Heresia difusa e a mentalidade do homem atual”; “O papel dos modernistas na heresia difusa”. Antes de passar em revista os tópicos elencados, merece ser recuperado o desfecho dessa primeira parte do documento, uma vez que é ali que a problemática comunista foi explicitada, através de uma nota de rodapé, é bem verdade, mas

que permite impor significado em diversas representações utilizadas no corpo do texto. A nota de rodapé, então, trouxe as seguintes expressões sobre a “infiltração modernista na Igreja”:

A mesma tática é usada por aqueles que representam na Igreja a infiltração do espírito comunista. Assim, tivemos a necessidade de alertar nossos amados filhos [...] não se deixem embalar pelo Revmo. Pe Paul Eugène Charbonneau, que com seu livro “Cristianismo Sociedade e Revolução, enfraquece a defesa dos católicos contra o comunismo, extenuando a condenação lançada por Pio XI e reafirmada por Pio XII contra qualquer colaboração com os comunistas. (Mayer, Nº 185-186, 1966).

O alerta do documento, então, recaiu sobre a forma de “infiltração” da “heresia difusa” e a visão de que essa neutralizava a ação da Igreja. De uma heresia às claras, a nova tática passou a ser difusa (e essa mudança teve a ver com as transformações suscitadas no Concílio), ou seja, agia com vias a “infeccionar a parte sadia da Igreja”, com “astúcia”, não ostentando o “horrendo da face”, mas agia de forma dissimulada, sem se concretizar em proposições explícitas: “está subjacente e operante na maneira de ser do comum dos homens de hoje, e através da sociedade, infiltra-se nos meios católicos”. A força dessa nova “estratégia” residia justamente na sua característica em ser difusa, sendo “difícil precisá-la em contornos bem definidos que facultem desfechar sobre ela o argumento claro que convence a inteligência, e move a vontade a detestá-la” (Mayer, Nº 185-186, 1966).

5 CATOLICISMO E CRUZADA E O ANTICOMUNISMO NO CONTEXTO DOS GOLPES DE ESTADO NO BRASIL (1964) E ARGENTINA (1966)

Introdução

O capítulo propõe analisar a repercussão dos golpes de Estado da década de sessenta (1964, no Brasil e 1966, na Argentina) nas revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, especialmente tratando de compreender a forma com que o *discurso*¹⁶⁷ anticomunista esteve vinculado às matérias publicadas nos contextos (pré e pós-golpes) de rupturas institucionais. Grosso modo, buscar-se-á apreender quais os dispositivos e estratégias que foram utilizados para a construção da realidade política e social tanto no que tange a interpretação da realidade nacional (nós), quanto as interpretações da realidade do “outro”, e, nesse sentido, identificar apropriações utilizadas para demarcar modos de agir (positividades) como mecanismos de defesas evidenciando, nesse olhar (de “si” e para o “outro”), a demarcação dos problemas e possíveis vulnerabilidades internas para a “infiltração” comunista.

O esforço do capítulo será concentrado em apresentar as visões sobre os respectivos golpes de Estado possíveis de serem lidas nas Revistas católicas, buscando entender os posicionamentos em relação ao contexto político, as proposições de realidades construídas, bem como, e a partir disso, analisar o cenário de perspectivas para o futuro político e a importância dada ao comunismo nessas questões. Importa, nesse sentido, analisar os posicionamentos das Revistas nos processos crescentes de desestabilização dos governos depostos (João Goulart e Arturo Illia), a forma com que os golpes foram recepcionados e como foram construídos posicionamentos durante os governos autoritários, tendo como fio condutor da análise o sentido dado para a “questão comunista” em ambos os países.

No caso do golpe no Brasil, é possível apresentar a importância que a Revista argentina deu para esse momento político de uma forma clara e objetiva. Nesta parte, pretende-se compreender quais artifícios utilizados para a construção das *representações* e interpretações da realidade brasileira que podem ter sido articulados em nome da situação política argentina que, naquele momento, já vivenciava alguns processos conturbados e conflituosos.

Não será possível analisar a visão da Revista *Catolicismo* sobre o golpe de Estado argentino, nos mesmos termos que a sua coirmã católica, uma vez que o mensário brasileiro não se ocupou (com a mesma ênfase) dessa empreitada. Entretanto, a partir da análise das

¹⁶⁷ A noção teórica de *discurso* a ser utilizada está enquadrada nos preceitos desenvolvidos na Introdução da tese.

publicações de *Catolicismo* no período do golpe argentino, buscar-se-á interpretar os motivos desse “silêncio”, tendo em vista que era prática constante do mensário a publicação de matérias de cunho político, sem contar o fato de que a grande imprensa brasileira despendeu inúmeras páginas acerca do episódio, ou seja, o assunto foi pauta das principais notícias daquele contexto.¹⁶⁸

Ao atingir os objetivos expostos, o presente capítulo cumpre uma finalidade historiográfica de duplo sentido: em primeiro lugar, dar conta de estabelecer o “como” da manifestação anticomunista no período posterior aos golpes de Estado. As principais análises sobre o tema anticomunismo, especificamente da historiografia brasileira, não privilegiaram os momentos posteriores à ruptura institucional, sendo o “31 de março de 1964” encarado como um “ponto de chegada”¹⁶⁹. No caso argentino, o pouco que se falou sobre anticomunismo acabou localizado dentro de um componente a mais da história política do país, sem uma análise mais direcionada e específica.¹⁷⁰ Em segundo lugar, em que pese o crescente número de abordagens recentes sobre as respectivas TFPs¹⁷¹, a análise sobre a manifestação anticomunista no contexto dos golpes da década de 60 não recebeu o devido aprofundamento analítico, sendo, em alguns casos, tratada enquanto um componente a mais do espectro conservador do cenário político, sem apresentar especificidades que a aproxima ou distancia de outros grupos e entidades que pautaram atuação no anticomunismo.

Cabe frisar, de outra parte, que o capítulo está inserido dentro das problemáticas específicas da tese no intuito de apreender as estratégias discursivas anticomunistas colocadas em práticas pelos articulistas e editoriais das Revistas católicas. A proposta é lançar mão da noção de “reinvenção do comunismo” (ALBUQUERQUE, 2011)¹⁷² tendo como parâmetro os acontecimentos “golpes de Estado”. Disso resulta não se ter a pretensão de fornecer interpretações sobre os respectivos golpes. Trata-se, pois, de analisar as possíveis ressignificações dos discursos anticomunistas, entendidos sempre como acontecimentos, que emergiram (não só, mas especialmente) a partir da representatividade das respectivas quebras institucionais.

¹⁶⁸ Uma busca pelas páginas dos jornais da Grande Imprensa brasileira no contexto do golpe de Estado na Argentina em 1966 demonstra que o assunto se tornou pauta privilegiada nos diários. O Jornal porto-alegrense *Correio do Povo*, principal periódico do Estado do Rio Grande do Sul à época quase que diariamente publicava notícias acerca do ambiente político argentino, especialmente aquelas advindas através de agências internacionais. Sobre a Repercussão da “Revolução Argentina” nas páginas do *Correio do Povo* ver em Bett, 2013b.

¹⁶⁹ Ver em Motta (2002) e Rodeghero (2003).

¹⁷⁰ Ver em De Riz (2000), Taroncher (2005), Romero (2006)

¹⁷¹ Zanutto (2007), Caldeira (2009), Cersóximo (2012) Scirica (2010)

¹⁷² Conforme noção teórica desenvolvida na Introdução da tese.

Nessa perspectiva, cabe analisar o modo com que, nesse contexto, os discursos dos católicos tradicionalistas se apropriaram do objeto “comunismo” e o circunscreveram em suas bases teóricas, constantemente atualizando as suas possibilidades táticas e estratégicas, a partir da construção e potencialização de enunciados¹⁷³ específicos. Este ato operativo pretende estar de acordo com a possibilidade de projetar as relações de poder¹⁷⁴, nesse caso, localizadas e circunscritas, especificamente, àquilo que Foucault chamou de “nível molecular do exercício do poder” (Foucault, 1979, p. XIII) que não estão necessariamente ligadas às mudanças ocorridas no âmbito do Estado.

Assentar a análise do capítulo nessa base teórica permitirá desvelar uma das tecnologias de manifestação do poder a partir do *discurso* anticomunista, crucial para o contexto de profunda polarização política, conforme se apresentam os casos examinados: a vigilância *panóptica*: “Não uma vigilância que reconhecidamente se exerce de modo fragmentar e descontínuo; mas que é preciso ser vista pelos indivíduos que a ela estão expostos como contínua, perpétua, permanente [...]” (Foucault, 1979, p. XVIII). Segundo Foucault (2003, p. 103),

[...] o panoptismo é um dos traços característicos da nossa sociedade. É uma forma de poder que se exerce sobre os indivíduos em forma de vigilância individual e contínua, em forma de controle de punição e recompensa e em forma de correção, isto é, de formação e transformação dos indivíduos em função de certas normas.

A partir dessa definição, aponta-se um sutil deslocamento efetivado por Zygmunt Bauman (2001) da noção de panoptismo foucaultiana que é de sumo interesse para a análise: Não mais uma sociedade sendo vigiada pelo poder da “torre central”, ou por uma “força externa”, mas uma sociedade que se autodisciplina a partir dos muitos que vigiam “poucos” (aqueles, obviamente, que não obedecem aos padrões, às normas). A noção de panoptismo, nessa perspectiva, aponta que a vigilância sobre os “diferentes” ao mesmo tempo em que necessita de um registro contínuo (um constante “falar” sobre o comunismo e sobre os comunistas, suas práticas, suas ações), também produz um saber, uma carga pedagógica que

¹⁷³ Complementando o desenvolvimento teórico do domínio discursivo na ótica foucaultiana, a noção de enunciado está sendo entendida como a “unidade molecular” do discurso, a qual é sempre “uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço” (FOUCAULT, 1987, p. 99). Neste sentido, ainda de acordo com o autor (p.104), o referencial do enunciado “define as possibilidades de aparecimento e de delimitação do que dá a frase seu sentido, à proposição do seu valor de verdade”.

¹⁷⁴ Trata-se, conforme Michel Foucault (1979, p. 182), “de captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações, lá onde ele se torna capilar [...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício.”

se impõe como fomentadora e resultante de ações concretas nos processos de exclusão do “outro”, daquele entendido como o diferente, de fora, sempre ambivalente (BAUMAN, 1999) e, necessariamente, perigoso.

Como forma de melhor entender os posicionamento das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* em relação aos golpes de Estado década de 60, permitindo verificar possíveis ressignificações e deslocamentos do *discurso* anticomunista difundido antes e depois dos acontecimentos, dividiu-se a análise em seis momentos, cronologicamente diferenciados. Primeiramente o enfoque analítico recairá para a Revista *Catolicismo* e o Golpe de 64, incluindo a repercussão deste nas páginas da Revista *Cruzada*. Posteriormente, analisar-se-á a Revista *Cruzada* e o Golpe de 1966 e como este foi interpretado nas páginas da Revista *Catolicismo*. Os primeiros momentos serão desenvolvidos com o intuito de verificar como os mensários repercutiram a intensificação do clima político polarizado e como estavam projetando a periculosidade comunista, nos períodos imediatamente anteriores às deposições dos presidentes democráticos (janeiro a abril, para o caso da Revista *Catolicismo*; maio e junho para o caso da Revista *Cruzada*). Posteriormente será privilegiada a análise de como os golpes foram recebidos pelos mensários, tanto aquele ocorrido em seu país, quanto aquele ocorrido no país vizinho, permitindo, através de um olhar comparativo, verificar possíveis (des) continuidades em torno da construção e difusão do *discurso* anticomunista.

5.1 Revista *Catolicismo* e as tensões políticas no pré-golpe de 1964

O período compreendido entre janeiro a abril de 1964 é caracterizado pela historiografia como o momento em que as lutas políticas se acirraram de forma bastante intensa no Brasil¹⁷⁵. À medida que o Presidente João Goulart manifestava seu posicionamento político acenando para o abandono da sua política equilibrista, buscando uma reaproximação com os grupos de esquerda¹⁷⁶, o tema da “infiltração comunista” foi ganhando em relevância

¹⁷⁵ Carlos Fico (2014) chama atenção que uma grande campanha contra o presidente João Goulart foi patrocinada por diversos grupos nacionais (com apoio dos estados Unidos) desde o ano de 1961. Entretanto, Fico salienta que a partir de 1962 e 1963, essa campanha foi intensificada chegando em 1964 no seu auge. Por outro lado, o historiador esclarece um aspecto importante que deve ser levado em conta na compreensão desses eventos: é preciso separar a campanha da desestabilização e a conspiração para a derrubada de Jango. Nas suas palavras, “a desestabilização foi muito organizada; a conspiração que levou ao golpe foi difusa e resultou em ação militar que se desencadeou sem o conhecimento dos principais chefes militares” (Fico, 2014, p. 31).

¹⁷⁶ O ano de 1963 terminou com o governo de Goulart sem apoio da mídia e com a fratura política entre o PTB e o PSD. Já o início de 1964 seguiu no mesmo sentido negativo, com Goulart perdendo apoio de grupos empresariais e políticos além do controle de seu próprio partido, no qual a figura extremista de Brizola se avolumava. Foram essas circunstâncias que determinaram a sua inclinação aos partidos e organizações de esquerda. Entretanto, Ferreira e Gomes (2014, p. 217) salientam que essa não era sua única possibilidade de escolha, uma vez que “as estratégias das esquerdas já era, declaradamente, a do enfrentamento com as direitas”.

(MOTTA, 2002). Acentuaram-se as posturas radicais de grupos que se faziam repercutir em diversos setores, as quais colocavam o governo como um dos principais responsáveis pela onda de agitação comunista no país. O denominado “Comício das Reformas”, no dia 13 de março de 1964, o qual contou com uma ampla participação popular (aproximadamente 200 mil pessoas), pode ser considerado um divisor de águas no que tange às agitações públicas que proporcionaram a criação de um clima favorável à intervenção militar no governo¹⁷⁷. Alarmados com a ampla mobilização ocasionada pelo comício, a denominada “frente anticomunista”, que até então não estava completamente fechada, acabou ganhando novos simpatizantes, reunindo elites empresariais, militares, políticas, e também religiosas (MOTTA, 2002)¹⁷⁸. Esse período se caracterizou pelo surgimento de inúmeras manifestações anticomunistas organizadas por expressivos setores da sociedade, como, por exemplo, as “Marchas pela Família com Deus pela Liberdade”¹⁷⁹, realizada no dia 19 de março, em São Paulo, podendo ser consideradas o “Comício Central” dos conservadores, até mesmo pelo número expressivo de participantes (cerca de meio milhão de pessoas)¹⁸⁰.

Nesse período, a Revista *Catolicismo* publicou diversas matérias com a temática anticomunista, seguindo uma postura já tradicional de atuação, dando ênfase, especialmente, às possíveis implicações da Igreja Católica na luta anticomunista, tendo em vista o pleno andamento das seções do Concílio Vaticano II¹⁸¹. Entretanto, também é possível localizar matérias que privilegiaram as manifestações anticomunistas centradas em questões políticas,

Sobre o cenário de possibilidades de ação de Jango e suas possíveis consequências ver em Ferreira e Gomes, (2014, p. 238).

¹⁷⁷ A historiografia pertinente o tema confirma que o Comício foi um dos principais movimentos responsáveis pela unificação das direitas e o estabelecimento da visão de que era necessário um golpe de Estado contra Goulart. Nas Palavras de Ferreira e Gomes (2014, p. 240), “o anúncio do evento significou que o presidente se aliara a Brizola, Arraes, Prestes e ao movimento sindical mais radical para formar um governo exclusivo das esquerdas [...] O Comício da Central provocou a consolidação das mobilizações anticomunistas e acirrou a oposição contra Goulart”.

¹⁷⁸ É preciso destacar que o programa político-econômico de João Goulart, segundo Rapoport e Laufer (2000, p. 73), “não implicava novidade: inscrevia-se na corrente mundial dos movimentos nacionalistas-reformistas que buscavam colocar em prática as aspirações nacionais de desenvolvimento e independência, e que desde fins dos anos 1950 se encarnavam em países como o Egito, Irã e Iraque. Corrente que, na esfera mundial, começava a incitar o interesse político da estratégia soviética, na medida em que essas aspirações reformistas e independentistas afetaram os interesses das potências ‘ocidentais’ rivais”.

¹⁷⁹ Cabe lembrar que a realização das “Marchas pela Família” muito se deram em função da realização da denominada “Cruzada do Rosário pela Família”, liderada pelo padre Patrick Payton. As Cruzadas foram eventos realizados por todo o Brasil, especialmente no interregno de 1962 a 1964, que assim como as Marchas, ganharam um amplo apoio do catolicismo nacional e de grupos conservadores em geral.

¹⁸⁰ Solange de Deus Simões (1985, p. 15) explica que Comício Central acabou servindo para fomentar a reação dos grupos conservadores contra o governo. Isto porque o presidente, no seu discurso, além de fazer a defesa das reformas de base, ainda recriminou o uso da fé do povo na formação do pensamento anticomunista. Além disso, o presidente combateu o uso de símbolos católicos dizendo que os mesmos não poderiam ser usados contra a vontade do povo. Segundo a autora, o presidente, com estas atitudes “forneceu o pretexto e a força ideológica para a arregimentação popular final, conduzida por seus opositores” (1985, p. 93), pois estes encararam o pronunciamento como um suposto movimento de desagravo do rosário.

¹⁸¹ Ver terceiro capítulo da tese.

fazendo eco ao ambiente de agitação pelo qual passava o espectro político nacional. Na retrospectiva que pretendeu avaliar o ano de 1963, publicada na edição de janeiro de 1964 (Número 157), ficou estabelecida uma visão bastante negativa daquele presente, vinculada com possibilidades “sombrias” para o futuro: “[...] pode-se dizer que no Brasil, durante todo o ano de 1963, a civilização cristã bordejou abismos. Contudo, até o momento em que escrevemos, não caiu neles” (Editorial, Nº 157, 1964). Mesmo não mencionando diretamente quais seriam os “abismos”, é possível aferir, sem sombra de dúvidas, que o clima de agitação social e política estavam relacionados ao crescimento das “esquerdas”, principalmente a influência destas nos setores católicos. Essa será a tônica discursiva que permeará a Revista nesses primeiros meses de 1964.

É possível visualizar com maior nitidez esse clima de agitação, estreitamente relacionado à crescente manifestação comunista, na matéria de *Catolicismo* (edição 159, de março) que repercutiu a tentativa, por parte dos “Católicos Marianos Universitários”, de impedir a realização de um congresso da Central Única de Trabalhadores da América Latina – CUTAL, em janeiro, na cidade de Belo Horizonte, MG, qualificando esse como um “conclave marxista”.¹⁸² A possibilidade levantada para a realização do congresso em Belo Horizonte teria provocado extrema contrariedade na população e mobilizado ações para impedi-lo:

[...] provocou uma reação [...] que foi crescendo nos dias subseqüentes, até culminar com a campanha dos congregados marianos universitários, que em dois dias coletaram 30 mil assinaturas de belo-horizontinos para um memorial de repulsa contra a realização do Congresso [...] e em seguida foram a Brasília para entregar o documento ao presidente João Goulart (Machado, Universitários católicos enfrentam investida comunista. Nº 159, 1964).¹⁸³

A questão de números de assinaturas do memorial a ser entregue a João Goulart, 30 mil de acordo com o texto, merece uma atenção especial, principalmente pelo fato de ficar enfatizado que nove entre dez dos assinantes pertenciam à “classe média ou operária”. Para além da veracidade ou não desta informação, essa questão permite identificar a veiculação de

¹⁸²Os textos analisados desta edição são caracterizados como sendo de opinião. São baseados em acontecimentos específicos, especialmente sobre mobilizações anticomunistas. Provavelmente são textos construídos tendo como referência outras publicações (jornais, revistas) e também podem ter elementos oriundos de uma rede de informações entre os pares. Em uma palavra, é possível dizer que as matérias publicadas em *Catolicismo* são apropriações que estariam circulando na sociedade. Diferente do discurso jornalístico (ou discursos publicados em jornais como um todo) são textos que acabam não tendo uma preocupação com a instantaneidade de uma notícia ou matéria jornalística, mas são textos elaborados com um intervalo de tempo (por vezes dois meses, conforme o caso da manifestação em BH) entre o acontecimento e a publicação na revista, o que, de certa forma, denota uma oportunidade em ressignificar e reinventar o acontecimento de acordo com intenções específicas.

¹⁸³ Na revista, foram publicadas algumas imagens sobre o momento da coleta de assinaturas, da caravana realizada até Brasília e foi registrado o momento da entrega do abaixo-assinado, juntamente com uma imagem de “Nossa Senhora Aparecida” ao oficial de dia (militar do Exército) do Palácio do Planalto.

uma visão que, até mesmo os trabalhadores, enquanto principais “vítimas” do comunismo estariam repudiando qualquer tipo de investida dos “vermelhos”. Dentro dessa ideia, ficam ressaltados quais os aspectos que importavam para o autor, no sentido de desqualificar quaisquer intenções dos “comunistas”, quando colocou em evidência a ampla mobilização de “pessoas comuns” que aderiram às causas dos congregados Marianos:

[...] a tarefa dos congregados foi, de resto, facilitada por populares que, ao ver do que se tratava, se ofereciam para ajudar na montagem das bancas e se detinham junto a estas, exprimindo sua solidariedade e convencendo os transeuntes a assinarem. Um professor quis um exemplar do memorial para lê-lo aos seus alunos. Um sacerdote pediu uma lista para colher assinaturas entre seus paroquiano, numa cidade vizinha [...]. (Machado, Nº 159, 1964)

O como agir, ou melhor, como as pessoas de “bem” deveriam agir, também é um aspecto que merece atenção. Para além de um ato de repúdio, o texto transparece todo um ensinamento sobre quais seriam os deveres e ações daqueles sujeitos representantes de importantes setores da sociedade (exemplificados nos professores e sacerdotes) na luta contra a possibilidade de ação comunista. Além disso, a reação contra a realização do “ato comunista” é narrada de uma forma que imprime uma ideia de ampla mobilização, que repercutia nos mais diversos setores da sociedade, representando a realização do ato quase que como uma heresia, um pecado mortal, digno de ter a mesma carga negativa de uma grande tragédia:

[...] populares começaram a se agrupar diante do Palácio do Governo para exprimir o seu protesto. Alto-falantes percorriam as ruas protestando contra o Congresso. Manifestaram-se nesse mesmo sentido numerosos deputados, vereadores e líderes partidários, bem como organizações católicas e entidades representativas de todas as classes sociais e categorias profissionais. A Assembleia Legislativa, em recesso, foi convocada para tratar do assunto. A municipalidade decretou luto oficial na cidade durante os dias da realização do Congresso. Anunciou-se que nas Igrejas dobrariam os sinos a finados. (Machado, Nº 159, 1964)

O texto do memorial, publicado na íntegra em *Catolicismo*, além de reforçar os argumentos já mencionados na matéria do editorial, sobre a contrariedade dos católicos na realização do Congresso da CUTAL, tendo em vista a sua “índole comunista”, colocou o Presidente João Goulart no centro das atenções, na medida em que ele foi responsabilizado diretamente pelo Congresso, tendo em vista o seu “poder” de impedir a realização: “Não pode haver duvida para os brasileiros de que o regime comunista é incompatível com a Religião católica [...] por todas essas razões, Senhor Presidente, os abaixo assinados pedem que em nenhum recanto do Brasil este congresso se realize” (Congregados, Nº 159, 1964). Por outro

lado, o texto incidiu diretamente em algumas “falhas” do governo em relação ao perigo comunista, sugerindo a sua conivência com o comunismo por quando da visita do “ditador da Iugoslávia Josip Broz Tito”, em setembro de 1963. Baseado nesta visita e na conivência do Presidente, o texto enfatizou sua responsabilidade alertando para as consequências de uma reincidência: “Pedimos ao presidente da República que poupe ao País a dor e a indignação que suscitará a realização, em suas terras, de um congresso destinado a implantar a ideologia comunista em toda a América Latina” (Congregados, Nº 159, 1964).

A edição de abril de 1964 de *Catolicismo* também privilegiou publicações que giraram na órbita anticomunista. Entretanto, cabe destacar que essa edição repercutiu com maior intensidade as disputas políticas percebidas a partir do clima de enfrentamento entre setores católicos, e seus respectivos posicionamentos, acerca das ações governamentais. Em que pese a edição da Revista ser publicada no mês de abril, os textos fizeram referência aos acontecimentos ocorridos nos meses de fevereiro, principalmente, e março. Portanto, será possível perceber nas diversas passagens selecionadas o tom antigovernamental, sustentado, basicamente, em cima do “brizolismo” e das Reformas de Base de Jango¹⁸⁴, sempre caracterizadas pela imagem pessimista da realidade política observada: “*Catolicismo* publica hoje informes, documentação e comentários sobre um fato chamado a ter a maior importância no que diz respeito aos aspectos religiosos e morais, de tão alto alcance, da momentânea e dramática controvérsia referente às reformas de base” (Editorial, Nº 160, 1964).

A matéria mais extensa da revista (ocupando duas páginas inteiras) foi intitulada “160 MIL BRASILEIROS PROCLAMAM: reformas de base importam mesmo numa questão de consciência”. Utilizando termos como “reunião brizolo-reformista” e “famigerada esquerda do Partido Democrata Cristão”, o texto mostrou seu cartão de visitas em relação ao que as reformas de Jango representaram para o grupo de *Catolicismo*: “que têm o caráter pronunciadamente socialista e confiscatório, e que a aprovação delas é considerada pelos comunistas – com excelentes razões – como um grande passo para a bolchevização do País”. Ainda nesse texto introdutório, cabe destacar a caracterização de um “catolicismo anticomunista”, estando sempre presente na essência da população de Belo Horizonte. Obviamente que essa “estratégia” é resultante de uma disputa pela legitimidade frente aos católicos que estariam relativizando a condenação do comunismo e apoiando as Reformas de

¹⁸⁴ Desde o fim dos anos 1950 os trabalhistas (encabeçados por João Goulart) defendiam um conjunto de reformas econômicas, sociais e políticas que ficaram conhecidas como Reformas de Base. Previam, em seu conjunto, diversas reformas, a saber: bancária, fiscal, urbana, tributária, administrativa universitária e, a mais polêmica, reforma agrária. De acordo com Ferreira e Gomes (2014, p. 57), na ótica dos trabalhistas e das esquerdas, as reformas de base “permitiriam alterar as estruturas do país, garantindo o desenvolvimento econômico autônomo, livre da dependência estrangeira, e o estabelecimento da justiça social.”

Base. Na próxima passagem é possível verificar este aspecto. Com certa dose de dramaticidade, ao mencionar a seção de apoio às reformas, o autor argumentou:

O momento em que a sessão teria lugar era dos mais impróprios, pois o nobre sentimento anticomunista da população belo-horizontina ainda sofria o impacto dos recentes acontecimentos ligados ao congresso marxista da CUTAL [...] dir-se-ia mesmo que se tratava de um acinte (Editorial, Nº 160, 1964).

Para além de um discurso anticomunista essencialmente calcado nas questões éticas e morais da religião católica, é possível apreender claramente um esforço em representar as manifestações dos católicos como fazendo parte das obrigações cívicas da população. Portanto, essa confluência entre uma identificação católica com a ideia de nação, e ambas tendo uma essência anticomunista, caracteriza mais um movimento de construção da diferença perante aqueles considerados hereges (religiosidade) e inimigos (contra a nação). De acordo com a matéria, portanto, “o protesto transbordante de sinceridade e patriotismo da população tinha caráter fundamentalmente cívico. Eram brasileiros a tratar de um assunto que por sua natureza está no âmbito dos Poderes temporais e da vida civil do País” (Editorial, Nº 160, 1964).

De outra parte, também é possível verificar a projeção de um conjunto de estratégias discursivas anticomunistas que entraram na ordem do dia dos católicos de *Catolicismo*, quais sejam, imprimir formas de vigilância propondo quais deveriam ser as atitudes do “bom católico” perante o comunismo, entrelaçando, como já referido anteriormente, o discurso do “verdadeiro católico” com o discurso do “verdadeiro cidadão”: “É que, de um lado um católico que combate o comunismo, ainda que o faça em ato essencialmente cívico, leva consigo seu coração católico, e luta não só com a lealdade de seu patriotismo, mas com o fervor de sua fé” (Editorial, Nº 160, 1964). Essa interconexão discursiva foi amplamente utilizada para caracterizar a atitude dos católicos (verdadeiros ou “sadios” como salienta o texto) perante as Reformas de Base (socialista e confiscatória). O texto deixa bem explícito a sua intenção em demonstrar que além de existir um número de católicos apoiando as reformas “comunistas”, essa parcela estava contaminada, ou seja, já não estava em pleno estado de sanidade teológica e doutrinária¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Cabe destacar que a matéria trouxe uma passagem que louva calorosamente o pronunciamento de D. Jaime de Barros Câmara, arcebispo do RJ à época. Além de aplaudir o manifesto (do abaixo-assinado), se utilizou deste para dar legitimidade ao posicionamento da Revista: “Entre eles (aplausos calorosos), nenhum teve maior autoridade do que o pronunciamento de Sua Eminência o Cardeal-Arcebispo D. Jaime de Barros Câmara, que através do programa radiofônico ‘A voz do pastor’ aludia ao aspecto comunista do tentame brizolo-reformista [...]”.

5.1.1 “Uma bomba: não há questão de consciência?”

Foi a partir dos dizeres do título desta subseção que o texto da matéria passou a fazer menção sobre um pronunciamento da Ação Católica (AC) da Arquidiocese de Belo Horizonte, datado de 28 de fevereiro, assinado pelo Arcebispo D. João Rezende Costa. Conforme visto no decorrer da tese, a prática de projetar, nos textos das matérias, exatamente o conteúdo contra aquilo que iriam ser direcionadas as argumentações, era uma característica de algumas publicações de *Catolicismo*. Mais do que simplesmente buscar transmitir credibilidade ao seu leitor, essas matérias procuravam (re) apresentar os inimigos, seus pensamentos, suas ideias, suas argumentações, com uma carga pedagógica e didática sobre as suas contradições e, portanto, a sua periculosidade e falsidade. No caso do texto contra o pronunciamento da AC belo-horizontina, esse aspecto fica bem explícito, uma vez que o mesmo foi publicado na íntegra. Ao lado desse, *Catolicismo* enumerou diversos argumentos contra aquilo que considerou “uma bomba de fumaça” que poderia causar “perplexidade e confusão”. Merece pertinência a questão de quem poderia sofrer com a referida “bomba de fumaça”? Quem seriam os católicos, na visão do autor, que não estariam aptos a digerir e decifrar a mensagem da AC?¹⁸⁶ Certamente, essas questões podem ser demonstrativas de uma clara disputa inserida nas *lutas por representações*¹⁸⁷ que, naquele contexto, se estendiam para além dos assuntos religiosos. Nem todos os católicos, portanto, estavam intelectualmente preparados para opor, termo a termo, os argumentos da AC:

A grande maioria dos mineiros que leram a ‘Rerum Novarum’, a ‘Quadragesimo Anno’, e a ‘Mater et Magistra’, não sabem explicar como se pode negar que uma lei de reforma de base apresente aspectos morais, diante dos quais os católicos devem tomar posição precisamente como católicos. Negar a existência desses aspectos morais é cair em um amoralismo jurídico laicista que desde Leão XIII os papas vem condenando com invariável severidade (Editorial, Nº 160, 1964).

De outra parte, essa edição de *Catolicismo* demonstra claramente a forma de combate do grupo quando esteve em jogo disputas da ordem religiosa, doutrinária e política. O fato de colocar lado a lado e na íntegra, o manifesto da AC de Belo Horizonte, com a interpelação construída para opor o manifesto, indica uma forma quase agressiva de expor as suas argumentações. Muito mais fácil, prático e “seguro” seria apenas fazer menção ao documento, entretanto, trazendo o mesmo na íntegra, anuncia uma crença absoluta na sua própria verdade

¹⁸⁶ É preciso levantar a hipótese de que um dos grupos passíveis de serem “enredados” (além dos católicos em geral) pelo pronunciamento da AC se configura nos trabalhadores. Essa categoria é constantemente mencionada nos discursos de *Catolicismo*, sempre dando conta de desenvolver a ideia de que estes seriam os mais vulneráveis à penetração do ideário marxista.

¹⁸⁷ Ver na Introdução da tese sobre a noção de *lutas por representações*.

e, em consequência, na sua própria sustentação argumentativa. Para além desse ponto de vista, também é necessário levar em conta que os católicos de *Catolicismo* constantemente buscavam descrever de maneira muito clara a forma de atuar e de argumentar daqueles considerados comunistas. Nessa linha de análise, o texto publicado teve como objetivo justamente mostrar para os leitores e colaboradores essa “verdade” em relação à AC que sinalizava “claramente” a sua vinculação com o marxismo.

Não é demais lembrar, conforme visto no segundo capítulo, que o ano de 1963, no Brasil, presenciou o acirramento das disputas e embates entre os grupos católicos considerados progressistas e os conservadores por quando das constantes polêmicas que envolviam posicionamentos acerca das anunciadas Reformas de Base de João Goulart¹⁸⁸. Os grupos tradicionalistas, nesse contexto, ao se colocarem na posição de resistência às reformas, também se colocavam na posição de difusores dos erros e equívocos de tais medidas, chamando a atenção para os riscos que a população católica corria. Por isso, a necessidade da publicação desse documento, considerado “um corajoso leal esforço para romper a confusão que a bomba de fumaça da AC” havia causado. De acordo com a matéria, a interpelação contra a AC foi criada por iniciativa das “mais diversas classes sociais e categorias profissionais da capital mineira”, e que teve a cooperação da TFP para difundir o abaixo-assinado nos demais estados do Brasil (muito provavelmente através dos membros da Revista)¹⁸⁹.

Cabe destacar que a matéria mencionou alguns acontecimentos e dados sobre o processo de coleta de assinaturas¹⁹⁰: indivíduos teriam investido violentamente sobre algumas mesas coletoras e, por isso, houve a necessidade da presença da polícia. Trouxe, também, a informação que “desordeiros trazidos de alguns bairros por líderes brizolistas, aproximaram-se das bancas aos gritos de ‘Brizola!, Brizola’, atirando laranjas e pedras nos estudantes e operários que coligavam as assinaturas”. Do que consta na matéria, o confronto foi violento, tendo a polícia que intervir, inclusive, com bombas de efeito moral. Ainda, conforme a matéria, o referido confronto teria sido veiculado de maneira deturpada pela grande imprensa nacional, ou seja, ficou caracterizada certa diferença entre a versão dos fatos imposta pela

¹⁸⁸ As Encíclicas “sociais” de João XXIII e a realização do Concílio Vaticano II reforçaram as posições progressistas de alguns setores da Igreja Católica brasileira, incluindo alguns bispos integrantes da CNBB e os leigos da Ação Católica. Durante o governo de João Goulart, afirmam Ferreira e Gomes (2014, p. 71), a CNBB e a AC “assumiram posições francamente favoráveis às Reformas de Base”.

¹⁸⁹ Do abaixo-assinado foram destacadas as seguintes personalidades: General João Torres Pereira, Carlos Alberto de Paula Sales, médico; Januario Faria Campos, dentista; Aspesia Vieira Ayer professora; Decio Flavio Barbosa Freire, universitário; José Maurili Rocha Fiuza, estudante; Luiz Carlos Junqueira Fonseca, funcionário público; Hamilton Alves Soares, bancário; Dora Barbosa Cadaval, doméstica; e Geraldo Gomes Leal, operário.

¹⁹⁰ Teriam sido colhidas 10 mil assinaturas em um dia e, 50 mil no total, de acordo com a publicação.

matéria e aquela difundida pelos jornais: “estranhamente, porém, os fatos apareceram quase sempre deturpados, veiculando-se as notícias mais confusas e desencontradas”. Isso movimentou os autores da interpelação a redigirem uma nota aos jornais enfatizando que,

[...] contrariamente, pois, ao que noticiam os jornais de Minas Gerais e de outros Estados, as ocorrências da manhã do dia 12 não tiveram início por uma agressão dos jovens universitários encarregados da coleta de assinaturas, contra os membros da Ação católica. A agressão, quer por palavras, quer por atos, procedeu toda ela de elementos brizolistas, não tendo havido naquela ocasião qualquer incidente com a ação católica. (Editorial, Nº 160, 1964)

A partir da citação acima, fica estabelecido, então, que o noticiário da imprensa possivelmente explorou a situação como sendo parte de um confronto entre os universitários católicos e membros da AC, portanto, um confronto resultante das disputas internas do catolicismo. Pensar no motivo dessa defesa repentina da AC por parte do editorial de *Catolicismo* demonstra exatamente a visão do grupo sobre as questões políticas que movimentaram os primeiros meses de 1964, colocadas nos termos de um aproveitamento das forças governamentais (brizolistas) para instaurar a desordem e o conflito e favorecendo, assim, aos comunistas:

Não passa de exploração política brizolista a afirmação de que a interpelação à Ação Católica contém termos injuriosos ao Exmo Revmo. D. João Rezende Costa [...] basta ler a interpelação para se ter a convicção de que ela não tem qualquer consideração de ordem pessoal, tratando apenas de questões doutrinárias com respeito e elevação. (Editorial, Nº 160, 1964)

Ainda sobre a repercussão dos incidentes, é pertinente mencionar o modo como a matéria constantemente compreendeu os conflitos como sendo de responsabilidade dos brizolistas e sugestionou algum tipo de cooperação do governo mineiro em relação ao apoio a eles.

[...] no dia 14 de março, para só citar um fato, dois dias depois do conflito ocorrido em Belo Horizonte, vinte mazorqueiros aos gritos de “Brizola! Brizola” e comandados por um indivíduo não identificado que falava em espanhol, depredaram uma banca instalada no bairro Tijuca, rasgando todas as listas que encontraram. Minutos depois, um caminhão da limpeza pública chegava inesperadamente ao local e recolhia os fragmentos de madeira, faixas e listas que tinham ficado pelo chão. (Editorial, Nº 160, 1964)

Contra a imprensa nacional, especificamente contra os jornais “Última Hora”, de São Paulo, e a “imprensa conservadora de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte”, a matéria cobrou uma maior cobertura que desse ênfase à interpelação. *Catolicismo* considerou essa

imprensa “extremamente parca em publicar informações objetivas e simpáticas à interpelação, como também acolhedora para noticiários que favorecem de um ou outro modo o reformismo comuno-brizolista” (Editorial, Nº 160, 1964).

A partir dessas considerações sobre a matéria, parece ser necessário passar em revista, mesmo que sumariamente, as duas visões apresentadas: o pronunciamento da AC e a interpelação, organizada pela TFP, contra esta instituição. Essas duas perspectivas e essas duas interpretações do contexto religioso e político, do início de 1964, podem fornecer subsídios para que se possa tentar compreender alguma dimensão da disjunção entre esses grupos considerados progressistas – vistos como aqueles que estariam abrindo o caminho para o comunismo – e os grupos conservadores, representados pelos membros de *Catolicismo*, e verificar uma das facetas do cenário de intensas disputas que marcou esse contexto.

a) O pronunciamento da AC

A construção do pronunciamento da AC, o qual foi distribuído para a grande imprensa nacional e reproduzido em *Catolicismo*, acabou sendo uma consequência direta da repercussão dos acontecimentos por ocasião do comício das Reformas de Base, em Belo Horizonte, no qual “católicos” acabaram realizando protestos impedindo a realização do mesmo. Um primeiro aspecto, mencionado na parte introdutória, reportou à questão da qualificação dos católicos que protestavam contra as Reformas enquanto “grupos políticos extremados que procuram manipular o sentimento religioso do povo mineiro” (Ação Católica, Nº 160, 1964). O que estava em jogo, nessa discussão, era o apoio para as Reformas de Base, anunciadas por Jango, especialmente em relação à reforma agrária. Para os membros da AC, era um dever de todos os cristãos “apoiar ou de participar dos movimentos populares que visam a realização das mudanças estruturais” (Ação Católica, Nº 160, 1964), sinalizando um posicionamento antagônico à imposição do imperativo religioso no posicionamento político, defendido por *Catolicismo* e partidários. Ou seja, para a AC o verdadeiro sentimento cristão deveria se manifestar a partir da justiça social resultante das Reformas de Base, e não a religiosidade se sobrepusesse ao posicionamento político. Nesse sentido, na concepção da AC, os católicos que protestaram contra as Reformas estavam usando os sentimentos religiosos como instrumento de luta política, acusando-os de serem cooperadores do *status quo* das condições agrária e econômica do país. No trecho a seguir, esse aspecto é apresentado de forma muito clara:

Se nos é apontado o risco de, pelos empenhos de concretização de ideais de justiça fundada no Amor e na caridade, nos fazermos inocentes uteis de movimentos condenados pela Igreja, não menos presente e pernicioso é aquele de nos tornarmos instrumentos de quantos “receosos de perder as vantagens que possuem, tudo fazem para manter o status quo” (Ação Católica, Nº 160, 1964).¹⁹¹

Cabe destacar que toda a fundamentação do pronunciamento foi ancorada (assim anunciada) no documento da CNBB, de 30 de abril de 1963, no qual foram difundidas as prerrogativas da Encíclica *Pacem in Terris*, do Papa João XXIII. A principal das prerrogativas se concentrou na questão da terra, a qual preconizava, de acordo com a opinião da AC, que “a desapropriação por interesse social, não só não contraria em nada a Doutrina Social da Igreja, mas é uma das mais viáveis de realizar, na atual conjuntura brasileira, a função social da propriedade rural” (Ação Católica, Nº 160, 1964).

b) A interpelação à AC de Belo Horizonte

Por seu turno, a interpelação contra a AC foi dividida em quatro partes. Cada parte separou uma afirmação da manifestação da AC. Cada afirmação sofreu um protesto (“protestamos”) ou uma afirmação (“afirmamos”) e uma interpelação (“interpelamos”) que mais parecia uma espécie de desafio, algo que chamava a AC a dar uma contra resposta. Antes mesmo da apresentação das quatro partes, o manifesto foi composto por três parágrafos introdutórios, dando conta de sintonizar o leitor mais desavisado sobre as motivações de tal publicação. Cabe destacar, inicialmente, o modo como a AC foi *representada*:

Precisamente de onde a população montanhesa, tradicional e visceralmente católica, estava no direito de esperar apoio e estímulo, isto é, precisamente da Ação Católica, lhe veio uma saraivada de insinuações sofisticadas e capciosas, e até recriminações injuriosas. (Interpelação, Nº 160, 1964)

Além dessa *representação*, claramente depreciativa, coube ao manifesto, de certa forma, redirecionar o sentido do conflito, uma vez que o manifesto da AC não privilegiou ataques para a população católica de Belo Horizonte, mas foi explicitamente direcionado para os grupos (TFP, católicos universitários) que protestavam contra a realização do evento da CUTAL. Fica latente, então, essa tentativa de construir a polarização política desses grupos como situadas dentro de uma abrangência maior, com implicações em toda a “sociedade católica”. Essa manobra discursiva sugere um grau de determinação do *outro* que implicou

¹⁹¹ Desta passagem, também é preciso chamar atenção para a consciência manifestada, em relação aos riscos assumidos em função de seu posicionamento poder estar a “serviço” de “movimentos condenados pela Igreja”, algo que pode ser perfeitamente lido como comunismo.

em ampliar o espectro dos possíveis inimigos da nação, quase que invariavelmente absorvidos pelas *representações* anticomunistas, como ficou explícito na passagem a seguir, também do texto introdutório: “Participantes das manifestações nitidamente anticomunistas do dia 25 de fevereiro p.p., ou com elas entranhadamente solidários, sentimo-nos na obrigação de interpelar, em face de todo o Brasil, a Ação Católica de Belo Horizonte” (Interpelação, Nº 160, 1964).

Os pontos de interpelação se concentraram em tentar rebater as argumentações do manifesto da AC. Fundamentalmente, se concentram em intensificar as acusações da sua vinculação com o comunismo de maneira geral, mas concentrando as argumentações nos seguintes aspectos: servindo a interesses financeiros; qualificando a Juventude Universitária Católica (JUC) – grupo pertencente à AC – como conivente com deputados da “extrema esquerda” e sem “credenciais ideológicas” para se pronunciar.

Além disso, precisamente no terceiro tópico, a interpelação procurou rebater o argumento de que a AC em seu manifesto teria pautado as ideias na mensagem da CNBB. No entendimento apresentado na interpelação, a CNBB, ao transmitir a sua mensagem de apoio às Reformas de Base, não soube perceber as “intenções” do comunismo e do socialismo presentes nos deputados que estiveram na reunião do dia 25. Por isso, o manifesto exigia: “a Ação Católica de Belo Horizonte para que diga de público, e prove, que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil prestigia a reforma agrária confiscatória, socialista e anticristã.” (Interpelação, Nº 160, 1964).

Identificado em letras garrafais como o ponto crucial da interpelação, o quarto tópico tratou de questionar a existência da “questão de consciência” nas Reformas de Base, algo que, conforme visto anteriormente, foi rechaçado pela AC. O argumento da interpelação ficou restrito sobre o modo como os católicos deveriam se portar frente às discussões em torno do tema da propriedade privada: “À vista de qualquer projeto de reforma de base, o católico deve investigar se ela lesa o direito de propriedade. É uma questão que ele é obrigado a formular de si para si, a fim de evitar de solidarizar-se com um roubo.” (Interpelação, Nº 160, 1964).

É possível estabelecer, então, a partir dessas passagens, uma clareza com que os grupos católicos que assinaram a interpelação, bem como o grupo da revista que a apoiou e divulgou, forjaram o espectro religioso e político daquele março de 1964. De um lado, os grupos católicos, como a AC, que com seu posicionamento de apoio às Reformas de Base, invariavelmente vistos como aqueles que cooperavam com o andamento da propagação do socialismo e do comunismo. De outro, os grupos tradicionalistas que assumiam a missão de esclarecer os católicos, de maneira geral, sobre a periculosidade desse posicionamento.

Na visão dos autores da interpelação, era preciso “combater como um roubo as reformas confiscatórias e socialistas”. Essa defesa e, ao mesmo tempo, esse ataque fornecem um arcabouço de visões de mundo, que, em seu conjunto, procuravam advertir os leitores sobre a iminência do perigo comunista. Por isso, o apelo à necessidade de uma intervenção divina: “Que Nossa Senhora Aparecida, Rainha do Brasil, vele maternalmente por nosso País, pela Sagrada Hierarquia, à qual nos referimos com toda a veneração, como pelos fiéis, nossos queridos co-irmãos, nesta hora de confusão, de perigo e de dor”.

5.2 “Janguismo sem Jango”: O golpe de 1964 nas páginas da Revista *Catolicismo*

Quando da eclosão do golpe, no dia 31 de março de 1964, o ambiente e as condições para o evento estavam postos¹⁹². O último fato que marcou o acionar do gatilho para a quebra institucional se deu com a conhecida “revolta dos marinheiros”, e as medidas adotadas por João Goulart em relação ao episódio¹⁹³. O período que compreendeu da sua posse até a sua destituição foi caracterizado pela polaridade política que se fez presente em diversos setores e instituições, com destaque para alguns setores do catolicismo (MOTTA, 2002).

Ao passo que cresciam em números e intensidade as organizações de esquerda, muito em função do impacto da Revolução Cubana no continente, os grupos conservadores, com grande participação de parte do catolicismo nacional, se mobilizaram sob a ótica anticomunista, buscando, com isso, combater a tão temida *infiltração comunista*. Essa foi a tônica que demarcou o período do governo de João Goulart, o qual é considerado por Rodrigo Motta (2002) o “segundo grande surto anticomunista”¹⁹⁴ no cenário social e político brasileiro. Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes (2014, p. 14) lembram que o golpe que derrubou João Goulart foi amplamente apoiado por diversos setores da população das grandes capitais do país. Lembram, ainda, que a denominada “revolução” colocou sob sua bandeira

¹⁹² Compartilha-se a ideia de que o golpe de 1964 não pode ser entendido numa visão teleológica em que seu destino estaria sendo traçado dentro de acontecimentos específicos. Conforme Ferreira e Gomes (2014, p. 16) “O golpe civil e militar de 1964 não estava contido na profunda crise política que abalou o Brasil em 1961. Tal golpe tampouco estava contido na crise política de 1954 que resultou no suicídio de Getúlio Vargas [...] Os que vivenciaram o governo de Goulart não poderiam saber que o resultado das ações então empreendidas geraria um golpe, menos ainda com as características que tomou em seus desdobramentos”.

¹⁹³ O movimento se caracterizou pelo ato de indisciplina dos líderes da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, os quais realizaram uma Assembleia na sede dos Sindicatos dos Metalúrgicos. O ministro da Marinha, Sílvio Mota, ordenou que um contingente dos fuzileiros navais prendesse os líderes do movimento. Os marinheiros recusaram a obedecer e parte das tropas enviadas aderiu ao movimento. Depois de resolvido o impasse, o resultado desse ato foi o afastamento do ministro Sílvio Mota pelo Presidente João Goulart, sendo substituído pelo almirante Cândido Aragão, oficial com postura política esquerdista (MOTTA, 2002).

¹⁹⁴ O autor considera o período entre 1935 a 1937, contexto que marcou o episódio da Intentona Comunista, a “primeira grande onda anticomunista” a eclodir no Brasil. Portanto, as distinções entre as grandezas se estabelecem por suas periodicidades, não levando, necessariamente, em conta a intensidade das manifestações anticomunistas.

alguns valores como a defesa da ordem, da liberdade, da Constituição e da democracia contra um presidente considerado extremamente ameaçador e muito fraco em termos políticos e administrativos, concentrando em si esses elementos negativos, com o agravante de ser acusado de promover a comunização do Brasil.

Somente em maio de 1964 que a edição 161 da Revista *Catolicismo* chegava às bancas trazendo visões e opiniões sobre o ambiente político/social que culminou na destituição de Jango. A quase totalidade de matérias da edição fez menção direta ou indireta ao episódio, desde a matéria de capa, até a última matéria, publicada na contracapa da Revista. O fato de somente no mês de maio ter havido matérias sobre o golpe indica que o período de preparação da publicação durou, ao menos, trinta dias. Levando em conta esse intervalo de tempo, bem como o tema que foi privilegiado na edição, tem-se configurada certa disposição em publicar a opinião e a visão sobre os acontecimentos, estabelecendo, em cima desse “oportunismo”, novas considerações, não tão focalizadas no “calor do momento” (aos moldes da grande imprensa, por exemplo), o que pôde proporcionar um maior poder de organização e planejamento das matérias a serem publicadas.

A capa da edição trouxe a imagem de uma medalha de “Nossa Senhora dos Prazeres de Guadalupe”, considerada pelos editores uma das “invocações marianas de maior importância em nossa história.” A Santa em questão representa a expulsão dos holandeses, em 1648, do território nordestino, fato histórico que é considerado a marca institucional da fundação do Exército Brasileiro. De acordo com a matéria de *Catolicismo*, a vitória contra os holandeses representou o estancamento da forma com que o processo revolucionário¹⁹⁵ se manifestava na época, o protestantismo. Não foi sem propósito ou mera coincidência essa lembrança, uma vez que, na visão do grupo de *Catolicismo*, a revolução continuou a se expandir pelo mundo, sendo, na década de sessenta, sintetizada principalmente no marxismo-leninismo, “ateu, materialista e por isso mesmo visceralmente oposto à tradição hierárquica do ocidente”. Desta forma, o golpe de 1964 foi interpretado enquanto um movimento semelhante à expulsão dos holandeses, protestantes e hereges, pois era preciso agradecer à Santa pela “vitória alcançada contra os que recentemente tramavam a bolchevização do Brasil” (Editorial, Nº 161, 1964a).

¹⁹⁵ Conforme visto no primeiro capítulo, a noção de Revolução na concepção dos grupos tradicionalistas era entendida a partir do resultado do avanço do processo modernizante, que se iniciou com a Reforma Protestante e o Renascimento, teve um impulso significativo com a Revolução Francesa e, com uma carga simbólica mais significativa, a partir da Revolução Russa. O pensamento antimoderno do catolicismo foi influenciado por diversas linhas de reflexão, especialmente, o ultramontanismo (século XIX) e o integrista (século XX) e, segundo Caldeira (2009, p. 55) “respondia de maneira negativa ao mundo moderno e suas exigências [...] este pensamento teve grande repercussão entre muitos católicos [...]”, inclusive, complementando a reflexão do autor, na própria Argentina.

Também parece não ser sem propósito que a Revista trouxe em suas páginas uma edição ampliada do texto “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”¹⁹⁶, de autoria de Plínio Corrêa de Oliveira, a qual ocupou mais da metade do espaço da revista. Entende-se que, ao trazer esse estudo, dando ênfase para temas específicos, que faziam relação direta com questões políticas imbricadas no governo deposto, indica que os editores de *Catolicismo* não interpretaram a derrocada de Jango como um ato que consolidasse a luta contra a ameaça comunista. Além disso, a escolha da publicação implicou em uma advertência aos católicos (leigos ou hierarquizados) no que tange à manutenção de um estado de vigilância permanente sobre o comunismo (ou aquilo entendido enquanto tal), principalmente quando os principais assuntos separados para a reedição se concentraram na “coexistência” entre católicos e comunistas e na questão da propriedade privada¹⁹⁷, esta última fazendo clara referência às “Reformas de Base” do Governo de João Goulart. Na passagem em que o editorial comenta os propósitos da publicação, é possível visualizar essas questões:

Conclusão de soberana importância para consolidar na luta inexorável contra o comunismo – e os subprodutos deste, como sejam as reformas de base socialistas e confiscatórias – a unanimidade dos católicos brasileiros, o termo a que chega o estudo do Prof. Plínio Corrêa de Oliveira equivale a um ardente apelo a que, sob proteção de Nossa Senhora dos Guararapes, O Brasil derrote sempre no porvir a Revolução, como já a esmagou no século XVII. Publicamos, pois, este estudo como expressão do vivíssimo anelo de “Catolicismo” no sentido de que o país permaneça sempre infenso aos inimigos de Maria Santíssima. (Editorial, Nº 161, 1964a)

As outras matérias publicadas na edição 161 trouxeram um posicionamento mais direto e explícito dos membros da Revista em relação ao golpe militar. A partir de seus títulos, “*Janguismo sem Jango*” e “*A revolução anticomunista, glória do povo brasileiro*” (imagens abaixo), é possível identificar alguns aspectos referentes ao posicionamento político da Revista e à devida importância que foi dada pelos autores à deflagração do golpe, especialmente, levando em conta a possibilidade de divulgarem novas interpretações e reinvenções do acontecimento “golpe de 1964”.

¹⁹⁶ O texto original foi publicado em agosto de 1963, na edição de número 152, de *Catolicismo*. Plínio assim definiu a reedição: “essas ampliações foram introduzidas a pedido de amigos, ou para responder a objeções de adeptos da tese oposta à que o presente estudo propugna”.

¹⁹⁷ Escreveu o autor: “o claro conhecimento do princípio da propriedade privada, e o respeito desse princípio na prática, são absolutamente indispensáveis para a formação genuinamente cristã das almas”.

Imagem 38 (*Catolicismo*, maio de 1964)Imagem 39 (*Catolicismo*, maio de 1964)

Cabe, neste momento, em cima dessa apresentação inicial, analisar cada uma das matérias, suas interligações e o modo como proporcionaram uma difusão de *representações* no que tange ao “problema comunista” no país. Para tanto, a análise do tópico foi dividida em duas partes. A primeira trata de analisar alguns aspectos da reedição do texto de Plínio, especialmente aqueles que estariam em maior sintonia com as problemáticas vindas à tona, com maior força, a partir da deflagração do golpe. No segundo momento, propõe-se apresentar um esboço das possíveis interpretações do grupo de *Catolicismo* acerca da

realidade política do contexto, e como estas impulsionaram uma visão específica no que tange à luta anticomunista. Não é o propósito buscar uma visão homogênea e definitiva das opiniões de *Catolicismo* sobre o episódio, contudo, propõe-se levantar elementos que possibilitem o entendimento das estratégias utilizadas para a construção de uma realidade que, na ótica dos autores da revista, em última instância, tratou de imprimir a importância do combate ao comunismo.

5.2.1 A “*coexistência pacífica*” e as portas para a “infiltração” comunista

Já foi mencionado que a reedição do texto “A liberdade da Igreja no Estado Comunista” respondeu a uma função estratégica vinculada diretamente às necessidades do grupo de *Catolicismo* em reforçar o combate ao comunismo, tendo em vista a eclosão do movimento civil e militar que deflagrou o golpe de Estado de 1964. A partir dessa constatação de intenções, a qual foi confirmada pelo próprio editor da matéria, tem-se a necessidade de descortinar quais aspectos foram aprofundados e que implicaram na valorização da reedição enquanto mensagem oportuna para aquele momento.

Cabe mencionar, ainda, mais uma palavra inicial referente ao modo como o texto de Plínio, transformado em matéria da Revista, está sendo entendido neste estudo. Em primeiro lugar, entende-se que Plínio construiu sua argumentação baseada em alguns pilares determinados, quais sejam, na sua fé católica, em uma postura tradicional e integrista,¹⁹⁸ e o modo como esta possibilitou um olhar específico sobre a realidade social e político que estava inserido. Esta realidade esteve permeada por situações que colocavam à prova a sua combatividade frente ao mundo moderno, à secularização, à laicização, e, na ótica dos integristas (especialmente na década de 1960), a mais repugnante manifestação da modernidade: o comunismo. Seu propósito não era somente alertar os católicos sobre as táticas de “infiltração” do regime comunista, mas, também, alertar sobre um crescente número de simpatizantes da doutrina dentro do próprio catolicismo, conforme as suas próprias palavras destinadas a desenhar uma “conclusão prática” de seu texto:

¹⁹⁸ Recuperando o significado de integrismo, trabalhado no primeiro capítulo: “trata-se de uma corrente doutrinária do catolicismo que prima pela luta contra o mal que há cinco séculos destrói a Cristandade a Revolução, pela defesa incondicional e absoluta ao papado, e pelo estímulo a uma intervenção política ativa dos católicos nas instituições visando cristianizá-las” (Zanotto, 2007, p. 04). Para Zanotto (2001, p. 194), os integristas se caracterizam por serem “contrários a qualquer forma de modernismo – cultural, político, econômico, social –, a única solução aceitável seria um retorno à ordem social cristã, em especial, a uma ordem baseada na cristandade medieval do século XIII, quando a Igreja desempenhou um papel de ordenadora da sociedade e possuía influência em todos os âmbitos da comunidade fazendo prevalecer, assim, a tradição cristã em toda esfera social.”

Para aniquilar as vantagens que, no Ocidente, o comunismo já vem alcançando com seus acenos de uma certa distensão no terreno religioso e social, é importante esclarecer a opinião pública sobre o caráter intrínseca e necessariamente fraudulento da ‘liberdade por ele concedida à religião, e sobre a impossibilidade da coexistência pacífica de um regime comunista – ainda que moderado – com a Igreja Católica.(OLIVEIRA, A liberdade da Igreja no Estado Comunista, 1964)

Dando início à análise da matéria propriamente dita, desde o seu início tem-se uma pequena apresentação dos *fatos* que teriam mobilizado a construção do texto. Num total de três, estes *fatos* ficaram circunscritos, em primeiro lugar, nas relações dos governos comunistas com os católicos, dando conta, inclusive, de enfatizar e demonstrar alguns aspectos da “doutrina marxista”: “Segundo a doutrina marxista, toda religião é um mito que importa na ‘alienação do homem a um ente superior imaginário [...]’”.¹⁹⁹ Também, dentro desse primeiro ponto, foram explicitadas algumas táticas utilizadas pelos comunistas para subdeterminar a influência da religião na sociedade por eles dominadas, quais sejam, “manter em relação aos cultos ainda não supressos uma atitude de tolerância odienta [...] cerceamento contínuo de suas atividades [...]” (Oliveira, Nº 161, 1964), além de infiltrar as hierarquias eclesiásticas como forma de transformar “disfarçadamente” a religião em veículo do comunismo.

O segundo e o terceiro *fatos* possuem, entre si, uma interligação mais direta, pois ambos situam, de maneira geral, como os católicos deveriam agir frente à opressão comunista e, também, alertam sobre as “novas matizes” das atitudes de alguns governos comunistas (foram mencionados os governos da Rússia, Polônia e Iugoslávia) para com os católicos. Estes governos estariam conservando a adesão ao marxismo-leninismo, contudo, passariam a “admitir uma liberdade de culto mais amplo, e a conceder um trato sem violência e, de alguns pontos de vista, quase correto à religião” (Oliveira, Nº 161, 1964).

É a partir destes *fatos* e dessas problemáticas que o texto foi desenvolvido, tendo como o cerne central a licitude dos católicos em aceitar o “modus vivendi” do regime comunista. Para além dessa questão que, num primeiro momento, parece ficar restrita aos católicos inseridos na “cortina de ferro”, a grande preocupação é o modo como essa “tolerância” ao comunismo poderia repercutir nos católicos do ocidente. Ao conduzir a argumentação por esse prisma, o autor, de certa forma, apresentou um tipo de mensagem de alerta que pareceu

¹⁹⁹ Mais uma vez aponta-se para uma característica muito presente nos textos anticomunistas do grupo de *Catolicismo* , qual seja, trazer e utilizar o discurso do “outro” de uma forma que em si seja possível a sua desqualificação.

estar articulada com a conjuntura (não esquecendo que o texto original é de 1963) que desencadeou nos problemas nacionais que culminaram com o golpe de 1964:

[...] quaisquer que sejam os motivos táticos que determinem a aludida mudança de atitude de alguns governos comunistas em relação aos vários cultos, o fato é que a tolerância religiosa que atualmente praticam, e que sua propaganda anuncia de modo exagerado a todo mundo, já vem trazendo um benefício enorme: em face da alternativa que ela cria, as opiniões dos meios religiosos se vêm dividindo quanto à orientação a seguir, e com isto vai se rompendo o dique de oposição maciça contra o comunismo [...]. (Oliveira, Nº 161, 1964)

A principal fissura desse “dique” anticomunista, na opinião do autor, pareceu residir justamente no próprio catolicismo, concentrada, especificamente, nos grupos considerados “católicos de esquerda”, os quais seriam os responsáveis pela crescente debilidade das ações anticomunistas. Forjando um cenário hipotético extremo (guerra nuclear universal), o autor descarregou todo o seu pessimismo em relação às possíveis atitudes dos católicos ainda “livres” do ocidente:

[...] todos ou quase todos os países não sujeitos ainda ao jugo marxista, milhões de católicos, que ainda ontem morreriam de bom grado em exercícios regulares ou em guerrilhas, para evitar a implantação do comunismo em suas pátrias, ou para derrubar caso estivessem chegado a conquistar o poder, já hoje não sentem igual disposição. (Oliveira, Nº 161, 1964)

Os temas das “atitudes dos católicos ocidentais” bem como da “hecatombe nuclear” foram recuperados no decorrer da publicação quando o próprio autor estabeleceu as possíveis utilidades e potencialidades de seu estudo, respondendo a algumas alegações preliminares, formuladas por si mesmo. Uma dessas alegações foi direcionada no intuito de verificar a importância do estudo para o ocidente. Segundo Plínio, “mais vale prevenir um mal do que remediá-lo”. Ele se pergunta (e pergunta ao leitor) sobre qual o caminho a ser seguido tendo em vista as seguintes opções: “a guerra moderna, interna e externa, convencional e termonuclear, com todos seus horrores, ou a aceitação de um regime comunista?” (Oliveira, Nº 161, 1964). A resposta dada para a questão apresenta todo o sentimento de reprovação e repugna do autor em relação ao comunismo, mas também se configura num grande chamado aos católicos para lutarem contra a possibilidade de perder aquilo que proporcionava sentido às suas vidas:

[...] somente se se considerar que tal coexistência é impossível, e que a implantação do comunismo representa grave risco de extirpação completa ou quase completa da Fé em determinados povos, só então o mal menor será a aceitação da luta. Pois a

perda da Fé é um mal maior do que o perecimento de tudo quanto a guerra atômica pode exterminar. (Oliveira Nº 161, 1964)

Portanto, para não renunciar ao direito de professar a sua fé, os católicos deveriam combater as causas de um possível confronto nuclear entre o “ocidente” versus comunistas. As causas estavam localizadas justamente na “corrupção das ideias e dos costumes [...] a oposição cada vez mais frequente entre as leis positivas e a Lei de Deus”, ou seja, de acordo com Plínio, as causas estariam localizadas na inércia dos católicos em defender a propriedade e a família, em nome de uma coexistência com o comunismo: “Sacrificar uma ou outra (família e propriedade) para evitar a catástrofe [...] para viver num mundo transformado em uma imensa senzala de escravos atirados a uma promiscuidade animal”. (Oliveira, Nº 161, 1964)

Como é possível perceber, na passagem separada anteriormente, os argumentos de Plínio Corrêa acabam se destacando pelo modo apelativo e finalista com que desenham a realidade dentro de uma perspectiva imagética de profunda expansão comunista. Entende-se essa manobra enquanto uma estratégia que buscava, de certa forma, incutir um sentimento de medo e de pavor a fim de mobilizar ações. É preciso ressaltar que esse modelo de prática discursiva não foi acionado somente no contexto político de 64, o que, de certa forma, implica em relativizar o impacto do golpe sobre o grupo de *Catolicismo* na defesa da luta anticomunista. Entretanto, em que pese essa regularidade discursiva ter sido a tônica da Revista, entende-se que o próprio contexto político acabou reposicionando e ressignificando o *discurso* anticomunista, especialmente quando se observa as disputas políticas e ideológicas inseridas no ambiente católico²⁰⁰. Na passagem a seguir é possível verificar essa inflexão discursiva quando, após *representar* o comunismo como o maior mal de todos os males, o autor convocou os católicos para a ação, fazendo eco às justificativas de uma postura que não permitia o menor sinal de aproximação com o comunismo ou comunistas, aspecto muito debatido no contexto do golpe:

²⁰⁰ A historiografia mostra que, no quadro desenhado no contexto do golpe de 1964, é possível visualizar grupos de bispos que apoiaram as Reformas e um núcleo à direita que pregou, inclusive, uma resistência armada a qualquer reforma, sobretudo à reforma agrária. Beozzo (2005, p. 27) demonstra a disjunção interna do catolicismo brasileiro em 1964: “Quando aconteceu o golpe, a Igreja ficou um pouco paralisada. Como estava dividida internamente, não se pronunciou, nem no dia 31 de março, nem no dia seguinte, nem na semana seguinte. Só quatro semanas depois, houve uma reunião do Conselho Permanente da CNBB, que era formado pelos arcebispos, pelos cardeais e pela direção da CNBB, somando umas 28 pessoas. Eles discutiram, durante três dias, sobre os dois rascunhos de declarações e não chegaram a um acordo. Um rascunho havia sido redigido por Dom Sigaud, que era o arcebispo de Diamantina, dizendo que agradecia a Deus pela intervenção dos militares, que haviam salvo o País do comunismo. O outro foi redigido por Dom Helder Câmara e denunciava as prisões arbitrárias, a tortura e que estavam perseguindo os militantes da Igreja, prendendo-os injustificadamente.”

Ao longo de toda a História não há exemplo de pressão mais completa em seu conteúdo doutrinário [...] mais brutal em suas horas de ação violenta que a exercida pelos regimes comunistas [...] Num estado assim totalmente anticristão não há meio de evitar essa influência senão instruindo os fiéis sobre o que ele tem de ruim [...] a Igreja não pode, pois, aceitar uma liberdade que implique em renunciar sincera e efetivamente ao exercício, franco e eficiente, de sua função apologética. (Oliveira, Nº 161, 1964)

Conforme mencionado anteriormente, o texto de Plínio Corrêa de Oliveira se caracteriza por trazer diversas situações hipotéticas referentes ao cenário político e social decorrentes do entendimento de uma amplitude da coexistência pacífica entre comunismo e catolicismo. Por um lado, esse modelo discursivo implica em trazer ensinamentos sobre o comunismo, suas possibilidades táticas, estratégicas, sua doutrina e seu modo de expansão. Por outro lado, as situações hipotéticas também podem estar ancoradas no modo como o grupo de *Catolicismo* avaliava a postura dos católicos frente aos perigos de uma aproximação com o comunismo. Numa de suas “objeções”²⁰¹, por exemplo, Plínio Corrêa projeta aquilo que poderia ser um modo de entendimento (equivocado, a seu ver) sobre como lidar com o comunismo: “Sendo o comunismo tão antinatural. Tem uma existência necessariamente efêmera. Assim, a Igreja poderia aceitar um ‘modus vivendi’ com ele, apenas por algum tempo, até vê-lo cair de podre, ou pelo menos se atenuar”. (Oliveira, Nº 161, 1964) Contra esse modo de agir, contra esse pensamento presente em alguns católicos, o autor diferiu seu prognóstico informando o impacto desse modelo, que acarretaria em vantagens para o comunismo:

Pois se formariam novas gerações de católicos mal preparados, tíbios [...] com a mente e o coração encharcados de todos os erros do comunismo. Em suma, católicos na aparência e na superfície, comunistas nas camadas mais profundas e autênticas de sua mentalidade. (Oliveira, Nº 161, 1964)

Outra objeção aludida pelo autor disse respeito ao posicionamento dos Papas, especialmente João XXIII, acerca da relativização em relação à condenação ao comunismo. Conforme visto no capítulo anterior, este foi um tema que causou profundos debates dentro e fora do catolicismo, principalmente pelo modo com as chamadas Encíclicas Sociais (*Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*) acabaram sendo apropriadas pelas diversas correntes de

²⁰¹ O texto é composto por algumas objeções, as quais tiveram por função demonstrar os considerados principais erros dos católicos.

pensamento teológico e político²⁰². Ao se referir a João XXIII e seus escritos, Plínio afirmou: “o próprio pontífice, reafirmando na Encíclica ‘Mater et Magistra’ as condenações fulminadas por seus antecessores contra o comunismo, deixou bem claro que não pode haver uma desmobilização dos católicos em face deste erro [...]” (Oliveira, Nº 161, 1964). Para congregar um número maior de “provas” sobre uma opinião oficial da igreja em relação ao comunismo, Plínio também trouxe passagens do Papa Paulo VI e de artigos do “Osservatore Romano”. De outra parte, é preciso mencionar outra estratégia utilizada no esforço empreendido para desqualificar a visão que preconizava uma certa distensão dos pontífices em relação ao comunismo: trazer as próprias palavras dos comunistas, especialmente aquelas “assinadas” por altos representantes do governo soviético. Plínio trouxe ao leitor de *Catolicismo* várias dessas passagens publicadas em jornais brasileiros, nas quais teriam sido ressaltadas, por parte dos comunistas, impossibilidades de “uma trégua ideológica”. A partir delas concluiu: “nestas condições, é bem evidente que a Igreja militante não renunciou, e nem poderia renunciar, à liberdade essencial para lutar contra seu terrível adversário” (Oliveira, Nº 161, 1964b)

5.2.2 Revista *Catolicismo* e o golpe de 1964

No que diz respeito às visões/interpretações diretas e específicas, relacionadas ao golpe de 1964, *Catolicismo* publicou três matérias. Cada uma, a seu modo, tratou de apresentar diversas considerações sobre o tema do comunismo relacionado ao governo de João Goulart e àqueles considerados seus aliados. Esta seção do capítulo analisará as três matérias separadamente com o objetivo de dar maior visibilidade para o processo operacionalizado na construção discursiva. Entende-se que cada matéria, mesmo trazendo questões e argumentos que se aproximavam em vários aspectos, articulou e promoveu, no ato operativo da própria construção, diferentes realidades e formas de inserir a problemática comunista neste real.

“Janguismo sem Jango” foi o título da matéria que repercutiu a aprovação de um “substitutivo” (no dia sete de abril) sobre reforma agrária na Câmara Federal da época. Essa aprovação foi entendida como uma “rasteira” de autoria de “prosélitos da reforma agrária socialista que fazem parte da Câmara”. De acordo com o autor, o referido substitutivo acarretaria em um “grande passo no sentido de reduzir a lavoura brasileira a escrava do Estado, tal como acontece na URSS, em Cuba, etc.”, justamente no momento em que se

²⁰² Sobre uma das facetas (debate na grande imprensa) das disputas em torno do significado das Encíclicas, ver Bett (2011).

mostrou uma “magnífica e sadia reação nacional contra o comunismo” (EDITORIAL, Nº 161, 1964b), ou seja, o processo de derrocada de João Goulart da presidência.

A matéria trouxe para o debate o embasamento na obra “Reforma Agrária Questão de Consciência” (RA-QC), não somente como principal balizadora das ideias difundidas, mas também como exemplo de leitura calcada em princípios éticos e morais na questão do debate agrário. Constantemente evocada como modelo de estudo sobre o assunto, serviu de mote para seus autores²⁰³ na elaboração de um manifesto que acabou sendo entregue aos deputados e senadores do legislativo brasileiro. Antes de passar para a análise da matéria, cabe chamar atenção para a explanação de uma isenção político-partidária do manifesto, uma vontade, por parte dos autores, de se mostrarem neutros no debate, que, em última instância, fornece um caráter legitimador e “científico”, portanto a “verdade”, sobre o tema da reforma agrária:

O documento lembra, inicialmente, a condição de seus signatários, que, alheios às lutas partidárias e não tendo qualquer interesse pessoal a defender na questão agrária, visam tão somente, com seu novo pronunciamento, servir os princípios em prol dos quais publicaram, há três anos, o livro ‘Reforma agrária questão de consciência. (Editorial, Nº 161, 1964b)

Sobre o substitutivo, especificamente, os autores do manifesto afirmaram com veemência a sua periculosidade: “Ele instaura no Brasil uma ditadura agraria cem vezes mais férrea do que todos os regimes autoritários por que tem passado o País. Ele confere ao Presidente da República um poder discricionário sobre todos os fazendeiros [...]” (EDITORIAL, Nº 161, 1964b). Tendo como base esse quadro, de profunda oposição ao substitutivo, é preciso voltar os olhos da análise para uma tentativa de interpretar todas as inflexões discursivas impressas no texto em questão. Um primeiro aspecto a ser ressaltado é o fato dos autores do livro RA-QC e também do manifesto, entregue aos deputados e senadores, demonstrarem toda insatisfação quando se estava em jogo, pelo menos nas suas visões, os rumos políticos do país, especialmente se, nestes possíveis rumos, existissem quaisquer sinais de ameaça comunista.

De outra parte, cabe mencionar a própria relação entre o título da matéria e o seu conteúdo. Essa questão repercutiu diretamente na visão do grupo *Catolicismo* sobre o processo que culminou no golpe e na sua consequência não efetiva no que tange ao afastamento do perigo comunista. No próprio título (*Janguismo sem Jango*) é possível estabelecer um quadro que sinaliza que a “vitória militar” não representou uma total

²⁰³ Os então Bispos D. Castro Maier e D. Sigaud, Plínio Corrêa de Oliveira e o economista Luiz Mendonça de Freitas.

destruição da ameaça comunista, o que decorre em problematizar a visão de que grupos de direita e extrema-direita do cenário político se organizaram, como um bloco homogêneo, com o único propósito de derrubar João Goulart e que a questão comunista não passava de um engodo fabricado por estes para mobilizar a população. Na passagem a seguir, fica explicitada a visão de que o perigo estava presente, mesmo com Goulart deposto:

E, supremo paradoxo, é para pôr nas mãos do chefe de Estado tal soma de poderes que, aprovando tal projeto, confluíam os partidos políticos que acabam de derrubar o Sr João Goulart. Eles criaram uma ditadura econômico-social de sentido totalitário e janguista. Jango teria caído e o janguismo triunfado. (Editorial, Nº 161, 1964b)

Além desse aspecto, também parece pertinente salientar o próprio entendimento da representatividade do perigo que acabou não ficando concentrada apenas na figura do ex-presidente. Na visão difundida em *Catolicismo*, o perigo comunista foi redimensionado, demonstrando que além de Jango, o seu legado implicaria em uma constante vigilância, mesmo porque, conforme explanaram os autores do manifesto, o momento era de “suprema confusão, de grandes esperanças e não menores perigos para a nacionalidade” (Editorial, Nº 161, 1964b).

Fazendo fronteira com a matéria “Janguismo sem Jango”, outro texto foi publicado trazendo a reprodução das “oportunas declarações” de D. Sigaud direcionadas para o então vice-presidente, José Maria Alkmim. Essa declaração, de acordo com a matéria, acabou tendo uma ampla difusão na imprensa nacional e foi considerada pelo editor de “extrema importância” para o esclarecimento da população em relação aos riscos que o Brasil correu no processo de crise institucional: “parece essencial recolher o corajoso depoimento do Prelado, para abrir os olhos dos católicos que ainda não tenham aberto, sobre a verdadeira natureza e gravidade do perigo que o Brasil correu” (Sigaud, Nº 161, 1964).

O grande diferencial dessa matéria é perceptível a partir do modo como o discurso de D. Sigaud transmitiu uma opinião taxativa e direta em relação ao seu entendimento do processo que levou à derrocada de Jango: “realmente, o Governo que acaba de ser deposto estava preparando a entrega da Pátria à Rússia. Nós todos brasileiros víamos estarecidos esta suprema traição” (Sigaud, Nº 161, 1964). A postura apresentada por D. Sigaud, que imprimiu uma tonalidade argumentativa mais radical, pode ser compreendida justamente por ser um texto que já se sabia seu destino: ser difundido na grande imprensa nacional. É preciso considerar que o público a ser atingido pela mensagem se diferenciava (numérica e qualitativamente) em relação ao público leitor de *Catolicismo*. Daí, um texto que difundiu,

sem maiores elucubrações teóricas, a “verdadeira periculosidade” (grifos meus) e influência que o momento de instabilidade institucional repercutiu na questão comunista. Essa proposição pode ser percebida em todo o texto de D. Sigaud, mas a passagem a seguir exemplifica bem a questão: “e a perspectiva de vermos nossa Pátria escravizada e transformada em satélite da Rússia fazia ferver de indignação o nosso coração e significava para todos os legítimos brasileiros um brado de convocação às armas para a defesa da Pátria” (Sigaud, Nº 161, 1964).

Entrando em sintonia com as demais manifestações de *Catolicismo* sobre a interpretação da realidade daqueles momentos conturbados politicamente, o texto de D. Sigaud também versou sobre as temáticas caras aos católicos: a relação igreja/comunismo e a questão da reforma agrária. Sobre a relação da igreja/comunismo afirmou:

[...] não era somente a Patria que estava sendo vendida ao imperialismo soviético. Preparavam também para a igreja o calvário do seu martírio. Nós, brasileiros, filhos da Santa Igreja, víamos brasileiros desnaturados preparar os instrumentos com que a igreja ia ser martirizada. (Sigaud, Nº 161, 1964)

Sobre a questão da reforma agrária, também se reportou ao texto RA-QC imputando na questão da terra o principal meio para a propagação comunista. Inclusive, cabe destacar, o próprio editor da matéria chamou atenção do leitor sobre a inflexão proposta no texto de D. Sigaud: “Importa, além disso, notar estas palavras sabias sobre o nexos entre o agro reformismo confiscatório e os propósitos de bolchevização do Brasil”. Eis o argumento de D. Sigaud: “Sabíamos que a porta pela qual o comunismo queria entrar em nossa Patria era a reforma agrária confiscatória. Por isto decidimos impedir este tipo de reforma, e atacar todas as chamadas – ‘reformas de base’ janguistas.” (Sigaud, Nº 161, 1964)

O editor da matéria também repercutiu a opinião do Bispo de Campos com o objetivo de destacar a “essência” do movimento que derrocou João Goulart, Nessa passagem, o texto possibilita elencar mais alguns elementos que podem proporcionar uma melhor percepção da realidade apresentada na leitura da Revista, especialmente a difusão da ideia de que a derrocada de Goulart foi resultado de um projeto de uma “nação católica” (grifos meus). Se, como apontou *Catolicismo*, o movimento teve à frente figuras da projeção de cardeais do Rio de Janeiro e da Bahia (religiosos), do General Mourão, General Guedes e do Coronel José Geraldo (militares), José Maria Alkmim (político), a essência, o sentido e a sustentação do movimento se deu “com base em todas as camadas sociais, que bem representou a inexorável e fundamental repulsa do País ao comunismo em todos os seus aspectos [...]” (Sigaud, Nº

161, 1964). A difusão desse aspecto, congregando a ideia de “nação católica”, remonta aos primeiros movimentos católicos sustentados numa concepção ultramontana que, no início do século XX, assumiu uma face integrista, articulando a nação, o povo e a religião numa espécie de santíssima trindade, três partes em uma. Daí a sustentação de que o “reformismo confiscatório” de João Goulart não poderia se harmonizar com o “genuíno povo brasileiro”.

Por seu turno, a matéria que fechou a edição 161, intitulada “A revolução anticomunista, glória do povo brasileiro”, também tratou de externar a posição da revista, desta feita a partir do editorial. Nessa matéria, *Catolicismo* deixou claro que a derrocada de João Goulart acabou sendo uma consequência dos embates comunismo x anticomunismo. O comunismo encarnado no próprio Jango, nas suas reformas e em seus aliados e, o anticomunismo, estabelecido como pertencente à essência do povo brasileiro. Sobre João Goulart, aliás, o editorial foi incisivo na acusação da sua responsabilidade (direta ou indiretamente) e das suas intenções em, não somente abrir as portas para o comunismo, mas entregar o país aos comunistas. Se baseando nas notícias veiculadas pelos jornais do país, o editor afirmou: “o Sr. J. Goulart montara – ou ajudou a montar – no Brasil todo, um imenso dispositivo destinado a nos atirar ao comunismo”. O texto também procurou demonstrar as estratégias utilizadas para a implantação comunista, as quais partiam do governo destituído, que sinalizam a construção do comunismo enquanto uma força capaz de atrair suas “vítimas”: “Toda a sedução do ouro, do poder, da força, foi empregada para atrair as classes populares, especialmente os sargentos e os trabalhadores” (Editorial, A revolução anticomunista, glória do povo brasileiro, Nº 161, 1964c).

Construiu-se, portanto, a imagem dessa polarização, e que foram os anseios de uma população católica, que acabou mobilizando as autoridades constituídas: “Que alegria sentimos nestes dias, em sermos católicos e brasileiros. Pois nestes dias precisamente, se pôs a lume toda a fibra católica da Nação” (Editorial, Nº 161, 1964c). Nesta perspectiva, todo e qualquer sinal de um posicionamento que ferisse ou questionasse atributos inerentes à moral e ética católica prontamente eram qualificados como sendo motivado por concepções comunistas. A partir desse entendimento, a presença comunista no Estado e na sociedade ainda (depois do golpe) era motivo de inquietação por parte de *Catolicismo*.

A preocupação com o futuro do país determinou, de certa forma, uma cobrança direcionada ao novo governo para que a ameaça comunista fosse afastada de maneira definitiva. Ao saudar o “ilustre cabo de guerra Marechal Humberto Castelo Branco”, o editorial se pronunciou defendendo que a “limpeza” deveria ser o norte de atuação do novo presidente,

[...] sobre cujos ombros pesa a grave e nobre responsabilidade de levar a termo a tarefa do expurgo anticomunista [...] que Nossa Senhora Aparecida, Rainha do Brasil, o favoreça notadamente com as graças da sagacidade e de força necessárias para bem separar o joio do trigo, com vistas à grandeza genuína e cristã da Terra de Santa Cruz. (Editorial, Nº 161, 1964c)

Da mesma forma que cobrou uma atuação forte do futuro presidente, o editorial também defendeu que a nação devesse permanecer alerta e vigilante em relação aos “elementos cuja solidariedade com o esquerdismo, em dias de Jango, a preocupou”. Mais do que generalizar os “culpados” em torno do “esquerdismo”, *Catolicismo* indicou dois personagens pela sua postura em relação a Fidel Castro: “os ex-Ministros San Thiago Dantas e Afonso Arinos. Qual o brasileiro anticomunista que não censurou a atitude desses Srs. Em face do execrável tiranite Fidel Castro?” (Editorial, Nº 161, 1964c).

Além de demonstrar e identificar quem eram os comunistas, as suas práticas e estratégias, o editorial seguiu a argumentação no sentido de demonstrar quais deveriam ser as atitudes dos anticomunistas. Essa postura discursiva permitiu, de certa forma, apreender um modelo de atuação que, no sentido inverso, também preconizou um dispositivo de vigilância *panóptica*, que teve como consequência identificar e fazer aparecer aqueles que não se enquadravam em uma prática veementemente anticomunista. O próprio editorial questionou: “Mas, dirá alguém, em que consiste na prática uma conduta anti-socialista?”. Na resposta, a defesa daquilo que seria um modelo de atuação verdadeiramente anticomunista: “é opor uma resistência obstinada e total às reformas de base socialistas e anticristãs” (Editorial, Nº 161, 1964c). Portanto, qualquer pessoa que simpatizasse com as Reformas de Base, mesmo não tendo qualquer vinculação com o comunismo, obrigatoriamente, na perspectiva de *Catolicismo*, estaria atuando de maneira equivocada daquele considerado verdadeiro anticomunista, sendo, portanto, passível de ser acusado e identificado enquanto um colaborador do comunismo, quando, não raro, um próprio comunista.

Até aqui, a análise apresentou aquilo que pode ser considerada uma primeira interpretação do Grupo de *Catolicismo* acerca do processo político instaurado a partir da destituição de João Goulart, em 1964. É possível ressaltar alguns aspectos dessa interpretação, especialmente o modo como o Grupo construiu e divulgou uma estreita articulação entre o governo deposto e o perigo comunista, ao menos no período imediatamente posterior ao golpe. A forma com que *Catolicismo* interpretou o regime autoritário instaurado e como a questão comunista foi percebida ao longo desse novo cenário político são questões ainda em aberto. Do ponto de vista da edição de maio de 1964, é possível trabalhar com a hipótese de uma intensificação da postura anticomunista, fornecendo, juntamente com outros setores

tradicionalistas, as bases de legitimidade para o endurecimento do regime. Mas essa pode ser outra face desta história.

5.3 “Una revolución que nos afecta”: A Revista Cruzada e o golpe de 1964 no Brasil

A Revista *Cruzada* abriu a edição de abril de 1964 (número 048) com a matéria de capa intitulada “Brasil entre dos fuegos” (imagem abaixo), trazendo aos seus leitores, já no próprio título, aquilo que pode ser considerada uma singular interpretação dos acontecimentos do dia 31 de março, no Brasil. Neste sentido, o objetivo principal desta seção é compreender as formas através das quais o *discurso* anticomunista foi acionado nas matérias que trataram do golpe buscando, com isso – e para além de uma qualificação e caracterização discursiva –, apreender os artifícios utilizados para a construção das *representações* e das interpretações da realidade brasileira que podem ter sido articulados em nome da situação política argentina que, naquele momento, já vivenciava alguns processos conturbados e conflituosos.

Imagem 40 (*Cruzada*, abril de 1964)



De outra parte, também pretende-se apreender os dispositivos que foram utilizados para a construção da realidade política e social, nos termos dos católicos integristas, quando se teve em jogo uma realidade conflituosa do “outro” (brasileiros), caracterizada pelos embates comunistas *versus* anticomunistas, tratando de identificar, nesse olhar para “fora”, a demarcação dos problemas e vulnerabilidades internas em relação à “infiltração comunista”.

Antes de passar para a análise propriamente dita do editorial, e desta edição da Revista como um todo, é necessário chamar a atenção para algumas questões externas ao texto, mas que devem ser consideradas como pontos de partida. Em primeiro lugar, cabe destacar que a edição foi publicada ainda no mês de abril, o que sinaliza uma construção independente da sua congênere brasileira “*Catolicismo*”. Conforme visto anteriormente, as primeiras manifestações da Revista brasileira sobre o golpe militar foram publicadas somente na edição do mês de maio. Esse aspecto não significa, necessariamente, que os membros de *Cruzada* não absorveram informações dos membros de *Catolicismo*, principalmente sobre os acontecimentos que antecederam a derrocada de Goulart. Para além dessas possíveis interferências entre as revistas, o fato é que *Cruzada* divulgou uma interpretação que se diferenciou amplamente dos padrões opinativos dos mais diversos órgãos de imprensa²⁰⁴, inclusive da própria Revista *Catolicismo*.

Levando em conta este primeiro aspecto, é necessário levantar uma segunda questão, qual seja, o fato da manifestação de *Cruzada* poder estar relacionada, interligada e influenciada por todo um contexto político e social da própria Argentina daqueles anos sessenta. O contexto que marcou o golpe no Brasil coincide com o período em que Arturo Illia esteve à frente da presidência da Argentina (1963 a 1966)²⁰⁵. O anúncio, em janeiro de 1964, do *Plano de Lutas* da CGT demarca uma particularidade do governo de Illia que se caracterizou por uma oposição política que o acusava de ser conivente com os grupos de esquerda, particularmente com os peronistas, o que, necessariamente, suscitava o entendimento de que esta postura poderia abrir as portas para a “infiltração” comunista²⁰⁶. No campo da política econômica com a ênfase no mercado interno, nas políticas de distribuição, na proteção do capital nacional, nas resistências às imposições do FMI e a medida de anular os contratos de petróleo assinados no governo de Frondizzi²⁰⁷, não agradaram os setores

²⁰⁴ No mês de março de 1964, às vésperas da instauração do golpe no Brasil, a grande imprensa argentina acompanhou, informando e opinando, de forma bastante intensa, o agitado ambiente de crise institucional que havia se instaurado no Brasil. Periodicamente, o clima de animosidade entre as divergências políticas dos grupos que apoiavam o governo de João Goulart, e aqueles que formavam a oposição, se fazia presente nas páginas dos principais jornais de Buenos Aires, à época. Ver Bett (2009).

²⁰⁵ Conforme já apontado em outro trabalho (BETT, 2010), a presidência de Illia foi marcada por questões sociais e políticas herdadas da conjuntura pós-peronista (1955), e a conseqüente proscrição do partido na vida política argentina. De outra parte, o impacto da Revolução Cubana incidiu sobre a crescente mobilização das esquerdas, proporcionando uma nova configuração na forma de atuação e representatividade desse setor.

²⁰⁶ Além disso, o período de seu governo foi acompanhado por uma maciça propaganda antigovernamental difundida através de importantes revistas semanais (*Primera Plana* e *Confirmado*). As charges e caricaturas remetidas ao Presidente ilustram bem a forma como se buscava perpassar ao leitor a imagem de um governo sem capacidade de reação frente aos problemas nacionais (DE RIZ, 2000).

²⁰⁷ Os contratos com as companhias estrangeiras, das quais nove eram estadunidenses, foram rescindidos argumentando-se “vícios de forma”; foram questionados por não terem sido debatidos pelo Congresso nem acordados por licitação (RAPOPORT e LAUFER, 2000).

empresariais comprometidos com o capital estrangeiro²⁰⁸. Nesse sentido, os desenvolvimentistas e os liberais reagiam contra aquilo que consideravam ser estatismo e demagogia, preocupavam-se com os avanços dos sindicatos e a passividade do governo em relação a eles (ROMERO, 2006).

Ao olhar para a realidade brasileira e evidenciar todo um processo de embate entre comunistas e anticomunistas²⁰⁹ os membros de *Cruzada* colocaram em evidência problemáticas de cunho social e político, as quais, necessariamente, estavam na ordem do dia do cenário Argentino. Por isso, a hipótese a ser sustentada nesta parte do trabalho é que as *representações* anticomunistas construídas e difundidas na Revista *Cruzada* ultrapassavam o simples caráter informativo e jornalístico da realidade brasileira, mas também, ao avaliar e analisar os “outros”, esforçou-se em contribuir para colocar em alerta ou, ao menos, para que a sociedade argentina avaliasse o “perigo comunista” no próprio país.

5.3.1 O golpe de 1964 e a avaliação da Revista *Cruzada*

Já na primeira sessão do editorial, intitulada “Una Revolución que nos afecta”, *Cruzada* levantou dúvidas sobre o verdadeiro sentido do processo “revolucionário” que se instaurou no Brasil. Ao sugerir que seria necessário analisar o caráter da “sublevación”, a revista estabeleceu uma visão que não compartilhava um sentimento de euforia e alívio presentes em grande parte dos católicos e dos veículos de comunicações brasileiros.²¹⁰ Isso porque o entendimento do contexto histórico da época demarcava uma luta na qual de um lado concentrava-se a ordem cristã e de outro aqueles que queriam a sua destruição, incluídos nesse bojo, principalmente, os considerados representantes do ideário socialista/comunista: “creemos que el proceso que allí de desarrolla no es más que un episodio de una Revolución mucho más amplia [...]”(Editorial, N° 048, 1964a), ou seja, era necessário compreender o que se passou dentro de uma ótica “imparcial” e que levasse em conta o processo revolucionário (mundial) em curso, pois, na visão da Revista, os lados em confronto ainda não estavam bem definidos, causando uma certa confusão no entendimento do real sentido do processo:

Gente de la ‘derecha’ que se indigna por el derrocamiento de Goulart. Gente de izquierda que lo ve desplomarse con la mayor indiferencia [...] no son fáciles de

²⁰⁸ Rapoport e Laufer (2000) explicam que as políticas econômicas dos radicais do povo se enquadravam nos limites básicos herdados da intransigência radical e eram marcados pelas propostas econômicas nacionalistas em voga em muitos países do Terceiro Mundo.

²⁰⁹ Um dos principais argumentos para a derrocada de João Goulart se concentrou na sua possível convivência e ligação com os movimentos de esquerda, principalmente com os comunistas. (MOTTA, 2002)

²¹⁰ Sobre a repercussão dos católicos com relação ao golpe militar de 1964, ver Motta (2002), Rodeghero (2003) e Bett (2010).

discernir cuando no se tiene esa visión integral de la Revolución” (Editorial, N° 048, 1964a)

A visão da Revista sobre o presidente destituído, João Goulart, e a sua possível responsabilidade em abrir as portas para o comunismo, acabou apresentando as mesmas características, as mesmas representações e, praticamente, o mesmo conteúdo das manifestações de outros órgãos de imprensa e de outros grupos católicos. Em “Goulart y el comunismo”, segundo subtítulo da matéria, esse aspecto ficou bem claro:

La era de Goulart representa un fuerte impulso dado a la socialización del Brasil. Su programa de Reforma Agraria, la estatización de numerosos empresas industriales o de servicios, la sublevación incitada en las filas de las fuerzas armadas, la impunidad otorgada a los agitadores, la concesión de grandes poderes a los sindicatos, el establecimiento de estrechas relaciones con los países comunistas, la demagogia presidencial y la callada labor de sus asesores, de neta filiación marxista, no dejan dudas sobre el carácter de su gobierno y sobre el objetivo a que tendía. (Editorial, N° 048, 1964a).

Entretanto, o que se estabelece como um potencial diferenciador entre as perspectivas é o “local” de onde parte essa visão, é da singular posição de uma revista católica que está inserida no campo de *lutas por representações* (Chartier, 1991) que, em última instância, adquirem maior importância quando se tem por base a visão de todo um processo que fragiliza a ordem constitucional (e cristã) da Argentina. Isso implica em aceitar que muitas das *representações* difundidas por *Cruzada* poderiam ser inteligíveis não somente para os membros de *Cruzada* como, também, para os seus possíveis leitores. Necessariamente, questões como “estatização”, “sindicatos”, “sublevação das Forças Armadas” estavam na ordem do dia do cenário político argentino e, de certo modo, o desenho de uma estreita relação destes aspectos com o comunismo suscitou uma grande disposição pedagógica, no sentido de esclarecer possíveis caminhos facilitadores para a “infiltração” comunista.

Se a visão sobre Goulart acabou não tendo um marco diferenciador em relação aos outros veículos de comunicação à época, tanto da imprensa argentina quanto brasileira²¹¹, como também da própria Revista *Catolicismo*, a interpretação referente à postura dos opositores de Goulart recebeu um sentido que foi de encontro com algumas visões tanto da imprensa quanto do próprio catolicismo brasileiro, especialmente quando tratou sobre as ações do governador do então Estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro), Carlos Lacerda²¹².

²¹¹ Sobre a visão da grande imprensa argentina em relação ao golpe militar de 1964, ver Bett (2009) e Silveira (2012 e 2010).

²¹² Carlos Lacerda era líder de uma ala de extrema direita da UDN, partido que sempre fora, por excelência, antigetulista e antitrabalhista. Dentre essas características de seu partido, soma-se o fato de que os udenistas

Sobre esse político, que foi um dos principais líderes civis que conspirou contra Jango e apoiou o Golpe de 64, *Cruzada* imprimiu um posicionamento que o colocou enquanto um dos responsáveis e facilitadores da “infiltração” comunista, diferente apenas em questões práticas da postura de Goulart. Segundo a Revista, Lacerda teria combatido Jango apenas quando este pretendia fazer a “revolução” sobre a sua hegemonia:

Los políticos como Lacerda piensan más bien en una socialización progresiva [...] Es decir, el ‘líder’ político de la oposición a Goulart no es más que una nueva versión de éste, pero en ‘cámara lenta’ [...] Pero el final sería el mismo. (Editorial, Nº 048, 1964a)

Dentro da comparação entre as posturas de Jango e de Lacerda, *Cruzada* também deixou registrado quais as práticas demarcaram uma verdadeira oposição frente ao processo revolucionário em curso. Se o principal opositor reconhecido do governo João Goulart acabou sendo qualificado como uma face da mesma moeda deste, em termos de abertura para o comunismo, a “verdadeira” oposição teria sido colocada em prática e liderada pelos católicos “autênticos”, monsenhor Sigaud, monsenhor Castro Mayer e Plínio Correia de Oliveira, que teriam denunciado, em diversas manifestações, as Reformas de Base “socializantes” propostas pelo Governo Jango, fazendo com que “el verdadero carácter del gobierno” fosse colocado à tona. A campanha dos membros da Revista *Catolicismo* teria sido responsável pelo fornecimento da fundamentação doutrinária que arregimentou a resistência dos fazendeiros brasileiros e dos povos do interior “donde se conservan aún muchas tradiciones del ‘antiguo régimen’ y aún perdura un sólido sentido católico (Editorial, Nº 048, 1964a).²¹³

Para *Cruzada*, mesmo com a deflagração do golpe, somente uma oposição nos termos dos católicos da Revista *Catolicismo* poderia salvar o Brasil, uma vez que somente esta “pose la fundamentación necesaria para realizar una acción integralmente combativa de la Revolución y apta para reconstruir el orden cristiano bajo la inspiración de la Iglesia” (Editorial, Nº 048, 1964a). Ligada a essa ideia, estabeleceu-se uma concepção de um futuro em suspenso, no qual o sentido da destituição de Jango ainda não havia mostrado a sua

eram liberais e privatistas (defendiam a abertura do país ao capital estrangeiro e o alinhamento à política estadunidense), contra as reformas sociais, consideradas comunizantes. Lacerda era um dos personagens políticos mais reconhecidamente mais poderosos no que dizia respeito à desestabilização do regime constitucional do país. (FERREIRA e GOMES, 2014)

²¹³ Dessas passagens é possível apontar dois direcionamentos, os quais não serão explorados neste trabalho, mas que merecem uma pequena explanação: *Cruzada* e *Catolicismo* mais do que compartilharem de uma mesma visão de mundo, na qual o problema comunista se localizaria na “Revolução”, permitem estabelecer um dos principais setores de veiculação e disseminação do seu ideário, que indica, em consequência, a possibilidade de se perceber quais os setores que representavam maior fragilidade para o triunfo comunista: os setores ligados à terra.

verdadeira face. Daí, ambas as Revistas coincidiram na divulgação de certo pessimismo, ou, ao menos, em um otimismo mais moderado, se comparado com outros setores católicos.²¹⁴ Se a Revista *Catolicismo*, em meados de maio de 64, continuava chamando a atenção de seu leitor para possíveis sucessores de Jango (*janguismo sem Jango*) continuarem seu projeto, *Cruzada* entrou, de certo modo, nessa sintonia impondo, entretanto, a sua visão particular sobre o ocorrido:

La fuerza de la revolución es tan grande, que controla la tesis y la antítesis, controla la organización de Goulart e la oposición de Lacerda [...] nos tememos que el presente golpe militar responda a la ideología que podríamos llamar ‘socializante’ [...]. (Editorial, N° 048, 1964a)

Além de veicular uma interpretação com certa resistência e desconfiança no que diz com relação aos rumos da “revolução” no Brasil, a Revista argentina também criticou o processo em si, especialmente a sua deflagração. Esse é um aspecto bastante curioso e que demonstra o poder combativo do grupo no que diz respeito à sua atuação no cenário político, além de delimitar o seu radicalismo frente à possibilidade de um triunfo “socializante”. Para a Revista, então, “el triunfo de la sonada militar” não deveria proporcionar um único sentimento de alívio, uma vez que seria preferível “mantener esa fuerza militar hostil a Goulart en un estado de latencia a la espera de una mayor concentración del poder opositor en manos de la verdadera derecha” (Editorial, N° 048, 1964a).

Por outro lado, mas ainda dentro de uma perspectiva radicalizada, com vistas aos possíveis agravos provocados pela forma como se deu a destituição de Goulart, é possível destacar uma visão que revela, talvez, a maneira através da qual o grupo católico defendeu uma dose de violência, especialmente no modo peculiar pelo qual enxergou o combate à esquerda, deixando claro que a falta de um conflito armado no processo de destituição de Jango potencializou e revitalizou a esquerda brasileira, assim como os próprios políticos que, na visão da Revista, com esta eram próximos: “La falta de un combate armado ha dejado sin poder suficiente a los militares como para asestar a un golpe a fondo la secta revolucionaria” (Editorial, N° 048, 1964a). Portanto, estrategicamente, o golpe foi um equívoco, e a falta de uma “derecha triunfante” criou as condições para a futura vitória de uma “versión distinta del mismo fenómeno de Revolución universal, anticatólica, antitradicional e igualitaria” (Editorial, N° 048, 1964a). A debilidade da direita brasileira não teve condições de “esmagar”

²¹⁴ Ver Bett (2010).

o inimigo, por isso, a divulgação de um sentimento de completa incerteza em relação ao futuro político brasileiro:

[...] las victorias a medias pueden ser más peligrosas que las derrotas a medias. La izquierda brasileña ha conservado su organización [...] El infortunio unirá a la izquierda y la hará afilar las espadas y madurar mejor su próxima acometida. (Editorial, N° 048, 1964a)

Além de avaliar a atuação da “direita” brasileira e diagnosticar uma futura revitalização das “esquerdas”, a matéria da Revista também acabou por sentenciar as implicações deste processo em relação aos católicos, suscitando, com isso, uma maior clarificação no sentido de demonstrar uma das faces desse “rosto”, invariavelmente concentrado no termo generalizante “esquerdas”. Essa articulação dá a possibilidade de evidenciar um dos mecanismos inerentes à construção de *representações* anticomunistas do contexto estudado, que incidia diretamente na culpabilidade e na participação direta ou indireta de setores do catolicismo em relação à intensificação da “infiltração” comunista. Ao mencionar a difícil luta pela formação de uma verdadeira consciência católica no Brasil (de certa forma contrariando a própria visão de *Catolicismo* sobre a visão de uma essência católica brasileira responsável pela “glória” do afastamento de Goulart e dos comunistas), *Cruzada* demarcou, então, este aspecto:

El progresismo católico, en cambio, se sentirá más justificado al situarse, como es de irresistible tendencia, junto a la izquierda. Y la confusión aumentará junto con el debilitamiento de las resistencias del Brasil frente al avance del comunismo. (Editorial, N° 048, 1964a)

É preciso constar que o debate sobre o progressismo católico não foi uma exclusividade daqueles anos 60. Essa problemática acompanhou *pari passu* o desenvolvimento do catolicismo ao longo do século XX. Entretanto, de acordo com o que foi visto no terceiro capítulo, a partir das Encíclicas Sociais de João XXIII – e da própria realização do Concílio Vaticano II – a distância teórica e doutrinária entre os “progressistas” e os “conservadores” ou “tradicionalistas” aumentou e o embate ganhou nova roupagem, obviamente que inserido e influenciado pelas prerrogativas dos processos social e político da “Guerra Fria”²¹⁵.

²¹⁵ A partir do fim da Segunda Grande Guerra (1945) e do surgimento dos Estados Unidos e da União Soviética como duas superpotências econômicas e militares, o mundo presenciou a escalada de um conflito que girou em torno da disputa entre esses países acerca do aumento de suas áreas de influência(s), tanto política, ideológica como economicamente. Denominado “Guerra Fria”, o conflito se desenvolveu ao longo da segunda metade do

Outro aspecto a ser ressaltado é que as querelas entre tradicionalistas e progressistas também não eram restritas ao contexto brasileiro. Na Argentina, por exemplo, as posturas radicalizadas de ambos “os lados” desencadearam um alto nível de violência, especialmente quando comparadas com o cenário político-religioso do Brasil.²¹⁶ Deste modo, talvez seja pertinente a constatação de que o *discurso* anticomunista de *Cruzada*, em que pese fazer referência ao processo do golpe no Brasil, se apropriou de enunciados que também faziam sentido no contexto político do próprio país. A mensagem era muito clara: os católicos progressistas contribuíam direta ou indiretamente para a “infiltração” comunista.

Chegando até este ponto da análise, é possível estabelecer uma das respostas para as motivações que levaram à construção do curioso título do editorial da edição 048 de *Cruzada* “Una revolución que nos afecta”. Essa resposta, portanto, só pode ser definida tendo em vista os aspectos “em comum” das realidades brasileira e argentina visualizadas pelos editores da revista: Um governo conivente com as manifestações de esquerda, uma direita política que não respondia aos “verdadeiros” anseios de uma autêntica civilização cristã (católica) e, principalmente, o problema do “progressismo católico” e a visão da sua responsabilidade direta pela crescente “infiltração” comunista. Na próxima sessão do capítulo, pretende-se examinar como se deu a construção desse “inimigo” comum, que acabou se concentrando, principalmente, nos chamados católicos progressistas.

5.3.2 Os católicos progressistas e a “infiltração” comunista

A constatação de que o discurso da Revista também buscou interpelar (CELI PINTO, 1989) os seus possíveis leitores, dando conta de trazer questões observadas no contexto brasileiro, mas que faziam sentido para o contexto argentino, pode ser melhor compreendida quando se analisa as outras matérias publicadas na edição 048 de *Cruzada*. E, é claro, elas se complementam não apenas por estarem na mesma edição (o que também deve ser considerado), mas especialmente pelos pontos de entrelaçamentos de seus enunciados. Não é o objetivo aqui apresentar uma análise mais densa dessas matérias, mas tão somente demonstrar esse grau de complementariedade mútua tendo por base o assunto principal da edição, o golpe de Estado no Brasil.

século XX com constantes ameaças tanto do lado capitalista quanto do lado comunista no desencadear de um confronto nuclear. Segundo Rapoport e Laufer (2000, p. 69), “a Guerra Fria entre as superpotências e seus respectivos blocos constitui o marco de referência obrigatório para o estudo e a compreensão das relações econômicas e políticas internacionais da época”.

²¹⁶ Ver Verbitsky (2008).

A primeira delas, que fez fronteira na diagramação com a matéria sobre o golpe, foi intitulada “Sacerdotes para America Latina”. Tratou de um “problema muy serio” conforme definiu o autor, antes de afirmar que este problema havia piorado nos últimos 10 anos na Argentina (provavelmente o autor fez referência ao período conflitivo que se instaurou no período após a queda de Peron²¹⁷: “hemos caminado para atrás. Toda la educación pública ha pasado a manos marxistas, y esto por obra y gracia de católicos”, sentenciou Alberto Garcia Vieyra. É possível considerar este texto como sendo complementar da matéria principal, na medida em que traz, com mais exatidão, as principais características (negativas) dos católicos progressistas, deixando perpassar, também, algumas facetas dos conflitos existentes no cenário católico argentino:

Esa mentalidad siniestra no ama a la Iglesia; no sabe confesar la Fe [...] Ese catolicismo laicista, liberal, anti-teologal semi-comunizante, ritualista, y se llama ‘progresista’. El católico progresista tiene una manera muy singular de oponerse a aquél [integrista] [...] por oponerse al ‘integrismo’ apoya al comunismo; por oponerse al integrismo, mira con simpatía al liberalismo, la masonería, e todo lo que pueda contrariar la vida de la Iglesia. (Vieyra, N° 048, 1964)

Portanto, a periculosidade dos católicos progressistas não se resumia apenas na sua convivência com os comunistas, mas, também, fortalecia a maçonaria, os liberais, os protestantes, enfraquecendo a luta da Igreja Católica contra o mundo moderno. Aliás, seriam as aberturas ao mundo moderno, supostamente defendidas pelos progressistas, que intensificariam a “infiltração” comunista: “Las aperturas son para el comunismo, el laicismo, el evolucionismo, etc”. (Vieyra, N° 048, 1964)

Outra matéria publicada neste número de *Cruzada*, que forneceu potencialidade aos enunciados em relação ao perigo representado pelos católicos progressistas, a sua “mão estendida” e, em última instância, suas vinculações com o comunismo, trazendo essas questões para os leitores numa relação que remetia aos motivos do golpe no Brasil, foi a matéria intitulada “Un serio llamado de atención”. Tratou-se de uma transcrição do discurso do Cardeal Antônio Caggiano junto à Cúria Metropolitana de Buenos Aires no ato de celebração da procissão dos *católicos congregados*. A própria escolha dessa publicação, que se diferencia das demais por ser uma manifestação de um católico não pertencente ao grupo da Revista *Cruzada*, pode ser indicativo das intenções do editor em aproximar temáticas essenciais para aquele momento. Dito de outro modo é possível considerar que *Cruzada* também se apropriou de discursos que circulavam na sociedade argentina como forma de

²¹⁷ Ver Spinelli (2005).

compor uma base de legitimidade e reforço das suas opiniões. Para a Revista, a manifestação de Caggiano se configurou em uma oportuna repreensão para aqueles que compartilhavam com a ideia de uma postura de diálogo com os comunistas: “Se piensa que la iglesia ha cesado su beligerancia frente al comunismo”, protestou o prelado. Além disso, de acordo com a opinião de *Cruzada*, o discurso do Cardeal explicitou as ações dos verdadeiros católicos: “frente a los enemigos de dios [...] solo cabe el ardoroso combate y aplastamiento total. Cualquier tregua, cualquier pacto o concesión, será fatal”. (Caggiano, Nº 048, 1964)

Por seu turno, o discurso de Caggiano não somente incidiu diretamente na condenação de qualquer cooperação entre católicos e comunistas, demonstrando o “local” específico onde poderia haver fragilidades “el materialismo ateo necesita y busca el apoyo de los católicos en la propagación de los sistemas que pueden secundar sus propósitos de vencer las resistencias del pensamiento católico” (Caggiano, Nº 048, 1964), como advertiu os fiéis sobre o momento político da Argentina, dentro da ideia de uma visão de um presente degradado com vistas a um futuro sombrio e incerto:

[...] tengo el deber de preveniros que la revolución social presentada con todas las apariencias de una rápida solución para desterrar las injusticias sociales, en realidad es el último paso para la entrega del país al materialismo ateo, que es la forma de totalitarismo y la antítesis total del cristianismo. (Caggiano, Nº 048, 1964)

Outro ponto de apoio que *Cruzada* estabeleceu para consolidar e legitimar o seu entendimento em relação aos enunciados da periculosidade das posturas “progressistas” se concentrou na matéria que divulgou o texto da petição dos Bispos, de autoria dos prelados brasileiros D. Sigaud e D. Castro Mayer, destinada aos trabalhos do Concílio Vaticano II, que preconizou e restabeleceu a condenação (oficial) da Igreja ao comunismo. Além de trazer o texto na íntegra, *Cruzada* listou o número de assinantes da petição por cada país. Nove Bispos argentinos teriam assinado enquanto que, na Igreja brasileira, seria um total de cinquenta e três. O texto da petição é muito claro quando se procura entender as suas motivações e, conseqüentemente, as motivações da escolha de *Cruzada* para esta publicação:

Circulan entre católicos numerosos errores y estados de espíritu [...] y son difundidos por la propaganda bolchevique; ellos tornan propensos los espíritus a aceptar las doctrinas marxistas y la estructura social y económica del comunismo. (Editorial, Nº 048, 1964b)

O “progressismo” também foi assunto de uma matéria assinada por Cosme Beccar Varela. O seu texto se empenhou em demonstrar uma definição (ou definições) do que seria o

“progressismo”, como também insistiu em demonstrar a necessidade de uma constante oposição do “verdadeiro” catolicismo frente à disseminação progressista. Já foi advertido que não é o objetivo deste capítulo analisar profundamente as noções propostas por Cosme, contudo, em seu texto, é possível destacar o esforço de qualificação, caracterização e demonstração da atuação do que, no seu entendimento, se definia enquanto progressista:

Propiamente, la calificación de progresista se aplica a una forma de catolicismo que querrían implantar, frente a la Iglesia Católica, los que detentan el poder en algunos enfeudados a Rusia. Se llaman también progresistas a todos los demás intentos de componer cristianismo y comunismo [...].” (Varela, N° 048, 1964)

Neste caso, parece inevitável o questionamento das motivações dessa explícita “vontade de verdade” com relação aos sujeitos considerados progressistas. Se a ruína do Estado brasileiro repercutiu de forma tão singular para os editores de *Cruzada*, que visualizaram uma realidade brasileira “impregnada” pelas ramificações do comunismo internacional (tanto à direita quanto à esquerda do espectro político), e a responsabilidade maior do caos foi imputada não somente, mas especialmente, aos católicos “progressistas”, a tentativa de iluminar a prática progressista e, conseqüentemente, a identificação de seus atores surge como um imperativo, vinculado com o entendimento de realidade política e social do próprio país, mesmo que isso não tenha sido explanado diretamente. O que estes *discursos*, que intensificam uma estruturação da “verdade” sobre o progressismo e os progressistas parecem colocar em evidência, é justamente a possibilidade de construir bases de convencimento da importância de combater a escalada comunista travestida no progressismo, mesmo que isso signifique passar por cima da “caridade” dos católicos. Com o argumento de Cosme Varela, na passagem a seguir, é possível ter uma clara noção da representatividade negativa dos progressistas na visão dos membros de *Cruzada*:

[...] el progresismo es una posición que ataca directamente a la Fe, de un modo tanto más pérfido cuanto más sutil y vaporoso [...] Frente a un mal tan grave y profundo, no cabe la indiferencia o la neutralidad. Es necesario combatirlo con todas nuestras fuerzas. (Varela, N° 048, 1964)

Desenhando uma linha esquemática (limitada) pode-se dizer que o cerne da causa dos problemas da situação política do Brasil (e também na Argentina) se configurou na inadequada postura dos católicos, a qual se traduzia literalmente na propagação comunista. Levando em conta esse esquema, ainda fica em aberto um último ponto, uma última “cartada” de enunciados que possibilitasse cercar todas as variantes desse “real” construído pela

Revista. E é esse aspecto que foi tema de uma das últimas matérias: a explanação de todo um embasamento teórico acerca das motivações na condenação do comunismo pelos católicos. De autoria de Carlos Alberto Díaz Vélez, a matéria foi intitulada “Intrinsecamente Perverso”, ou seja, fazendo referência e reproduzindo a Encíclica *Divini Redemptoris*, do Papa Pio XI, publicada em 1937, na qual foram detalhados todos os pontos cruciais da condenação ao comunismo pela Igreja Católica. No comentário inicial, Vélez explica a pertinência de recuperar a referida Encíclica:

Intrínsecamente perverso. Así resume Pio XI el juicio de la Iglesia sobre el comunismo [...] los principios comunistas, sus métodos, los efectos de su aplicación y propagación mundial son estudiados por el sumo Pontífice, asistido por la virtud del Espíritu Santo. A lo largo de siete densos párrafos, el sistema comunista, la suma de todos sus errores (porque se trata de un conjunto cerrado de errores) es mostrado en su realidad completa. (Vélez, N° 048, 1964)

Após reproduzir os trechos da Encíclica nos quais foram destacadas as características (negativas) inerentes ao comunismo, o autor enfatiza o seu pessimismo mediante o real, que observa e constrói, muito em função da percepção de uma postura errônea dos próprios católicos, movendo, novamente, o eixo discursivo em direção aos “progressistas”, colocando neles a responsabilidade direta pelo avanço comunista:

Si se hubiera prestado oídos a ella (mensagem de Pio XI) [...] el avance comunista debía haber encontrado la resistencia [...] Pero todo esto ha sido en vano; desde entonces aquí el mismo método, la misma técnica, la misma insidia viene siendo utilizada con igual éxito para colonizar a decenas de países [...]. Y los cristianos siguen, hoy como entonces, prestándose al juego y a la colaboración. Hay como entonces, en muchos sectores católicos predomina la política de la mano tendida, el silencio cómplice y la ‘coexistencia pacífica’. (Vélez, N° 048, 1964)

Pretendeu-se demonstrar neste decurso analítico que toda a estruturação da edição de número 048 da Revista *Cruzada*, desde o editorial, publicado como matéria de capa, que versou especificamente sobre o golpe de 1964, passando pelas demais matérias, em que, como se pode observar, foram acionados dispositivos que demarcaram interligações de enunciados específicos, destacando o “como” do progressismo, todos esses aspectos acabou implicando muito além de uma simples interpretação do processo que levou à derrocada de João Goulart. Ao proporcionar visibilidade, identidade, representatividade para os enunciados vinculados ao perigo da “infiltração” comunista, as matérias da Revista articularam as condições necessárias para a proposição de uma realidade específica que, conforme já mencionado, foi construída com a interface do “caso” brasileiro. Neste sentido, é preciso deixar posto que essa prática

discursiva foi acionada muito em função de todo um arsenal teórico e doutrinário presentes desde o berço do catolicismo integrista do início do século XX, e que nos anos 60, em virtude do crescimento das posturas “modernizantes”, houve-se a necessidade de recuperar e se apropriar desse modelo. Na próxima sessão do capítulo, a proposta é apresentar a visão de *Cruzada* sobre a realidade conflituosa de seu próprio país, demarcada no contexto do golpe de junho de 1966, tendo como norte a análise da permanência ou não dos elementos apontados em 1964, especialmente no que tange à intensificação da luta anticomunista.

5.4 A Revista *Cruzada* e o ataque ao comunismo na Argentina

Após quatro meses sem publicar uma nova edição, alegando “dificuldades varias que nos obligaron a esa pausa forzada”, em maio de 1966, a Revista *Cruzada* trouxe aos seus leitores a edição de número 061. Neste contexto, o governo de Arturo Illia já vinha sofrendo uma profunda crise de legitimidade²¹⁸ e sendo vítima de uma campanha desestabilizadora que o caracterizava enquanto um governo débil, inoperante²¹⁹ e conivente com a “infiltração marxista” nos mais diversos setores governamentais²²⁰. Nesse sentido, alguns aspectos podem ser colocados como fatores de comparação acerca da crise política que culminou com a derrocada de João Goulart, no Brasil. Um primeiro aspecto pode ser constituído na acusação de um caráter “estatizante” de seu governo, principalmente se levado em conta a revisão dos contratos firmados com empresas de Petróleo, ainda no governo de Frondizzi. Outro aspecto se concentra na sua “inoperância” para com a repressão da classe trabalhadora que, ao longo do seu governo e por diversas vezes, paralisou a Argentina através de greves gerais. O ponto em comum desses aspectos, quando se observa a realidade brasileira e argentina, se concentra

²¹⁸ O primeiro fator de desestabilização por que passou Illia no seu governo pode ser remetido ao próprio processo eleitoral quando foi eleito com pouco mais que 25% dos votos. Para muitos, principalmente para os peronistas, a eleição do candidato da União Cívica Radical do Povo (UCRP) não representava legitimidade pelo motivo da proscrição do peronismo. Dessa forma, o novo presidente assumiu a presidência “hostilizado pela oposição sistemática da liderança sindical e da maioria parlamentar peronista e condicionado pela coexistência de contraditórias tendências conservadoras e populistas dentro do próprio radicalismo” (RAPOPORT e LAUFER, 2000, p. 82).

²¹⁹ Para Romero (2006) a presidência de Illia pode ser definida pelo “respeito às normas, pela decisão de não abusar dos poderes presidenciais e pela vontade de não exacerbar os conflitos e procurar que esses se acalmassem naturalmente”. Na concepção do historiador argentino, as críticas acerca da sua inoperância se concentraram nesse comportamento, aspecto que revela “o pouco apreço que havia na sociedade argentina pelas formas democráticas e institucionais”(p. 140).

²²⁰ O já conturbado ambiente político do governo de Illia, caracterizado por pressões que vinham tanto pela esquerda (Plano de lutas da CGT), quanto pelos setores de direita, alarmados com a crescente onda de subversão, recebeu outro duro golpe em fins de 1965, quando da saída do General Onganía do Comando do Exército. Com a decisão do presidente em manter a sua política externa, especialmente com relação em não subscrever as restrições a Cuba, não apoiar a guerra estadunidense contra o Vietnã, e, principalmente, em não enviar tropas para integrar a Força Interamericana na República Dominicana, fomentaram ondas de oposição nas próprias Forças Armadas, culminando com a saída de Onganía, já que os comandantes eram favoráveis à participação argentina na força de intervenção (RAPOPORT e LAUFER, 2000).

especificamente que essas (dês) ações invariavelmente eram percebidas como possíveis portas abertas para a “infiltração” comunista, quando não eram acusados de serem cooperadores do comunismo de um modo mais direto²²¹.

Em que pese o tema da “infiltração comunista” ter uma presença constante nos periódicos argentinos da época, inclusive na Revista *Cruzada*, a edição 061 não trouxe essa especificidade para seu leitor. Ao contrário, a reportagem que estampou a capa, intitulada “*Una ley socialista nos acerca al Comunismo*” (imagem abaixo), repercutiu uma situação de que o comunismo não era algo externo ao país, mas algo já presente e atuante, especialmente na câmara dos deputados.

Imagem 41(*Cruzada*, maio de 1966)



Essa matéria veiculou toda a contrariedade sobre a aprovação de uma lei que, na visão de *Cruzada*, apresentava “un carácter definitivamente demagógico y discriminatorio en favor del obrero [...] Es decir, se subvierte totalmente el orden legítimo que consiste en la superioridad jerárquica del patrono sobre el obrero.” O problema maior dessa lei não era a lei em si, mas especificamente o fato de que ela representava o “revelador de un proceso más profundo que se está cumpliendo en el país, y que termina en el socialismo” (Editorial, Nº 061, 1966).

²²¹ Segundo De Riz (2000, p. 35), pouco a pouco passou a ganhar aceitação nos grupos conservadores a concepção de que desalojar Illia do poder significaria desativar um grave risco de esquerdismo ou de populismo, encarnado no peronismo e em uma nova esquerda formada com a revalorização do peronismo através do impacto da revolução cubana.

O caráter generalizante acerca da presença comunista na Argentina, defendido por *Cruzada*, pode ser percebido no decorrer da matéria quando foi mencionado o posicionamento da opinião pública, segundo a qual, não estaria examinando o verdadeiro problema: “tampoco se hace cargo de un hecho que es fundamental en la táctica revolucionaria, a saber, que ésta, por medio de una propaganda verdaderamente diabólica intenta crear en los propietarios y patronos un ‘sentimiento de culpabilidad’” (Editorial, Nº 061, 1966), ou seja, na visão apresentada, a opinião pública não estaria se dando conta de que a produção de um conflito entre empregados e patrões seria uma tática comunista para minar as relações trabalhistas e, assim, deixar o terreno livre para a implantação do socialismo.

Um aspecto pertinente a ser ressaltado na matéria em questão, principalmente quando a referência comparativa é o caso brasileiro, se concentra na caracterização desses possíveis agentes responsáveis pela proximidade do comunismo na Argentina, que torna a manifestação anticomunista de *Cruzada* também restrita ao próprio país, vinculada a questões políticas específicas do cenário argentino. Ao mencionar sobre a inoperância dos deputados conservadores em conter a aprovação da lei, esse aspecto pode ser visto com maior clareza: “optaron – conservadores – por retirarse antes de la votación, ‘en medio de una infernal gritería de peronistas, justicialistas y Radicales del Pueblo [...] del diputados del PDC, del MID, UCRI, Socialistas y demás bancadas [...]’”. Quase todos os partidos políticos da Argentina daquele contexto foram representados como sendo responsáveis pela aproximação comunista no país, algo que rendeu a seguinte afirmação: “Ello significa que no hay diputados de la Nación sino solo de la clase obrera” (Editorial, Nº 061, 1966).

Também é pertinente o registro de outros pontos de aproximação, não necessariamente concentrados nos “agentes” do comunismo, mas, especificamente, com relação a algumas temáticas como, por exemplo, o caso dos sindicatos. De acordo com a interpretação de *Cruzada*, a nova lei “asegura eficazmente el poder de lós mismo – sindicatos – sobre lós obreros, y frente a los empresarios” fato que, invariavelmente representa uma vitória da “Revolução”, pois “conduce a una verdadera dictadura del proletariado, dictadura que, por ahora se ejerce de un modo difuso e implícito, pero con medidas como esta no cesa de afirmarse y de pasar cada vez más al acto” (Editorial, Nº 061, 1966). De outra parte, a passagem citada também permite ressaltar um aspecto bastante característico das manifestações anticomunistas de um modo geral, qual seja, a questão de incidir uma interpretação de um presente político e social completamente corrompido e na iminência de um “ataque” comunista. Estes fatores rendem a ganhar maiores significados nos momentos de

crises institucionais, como se pode observar nas manifestações da Revista *Catolicismo* no período pré-golpe de 1964, como também no caso da Revista *Cruzada*.

Não se trata de entender esse processo de um modo estritamente determinista dos respectivos golpes de Estado, num sentido linear e causal, mas implica salientar que a defesa destas visões de mundo estão inseridas em um jogo de embates que, a rigor, pertencem à ordem das *lutas por representações* (Chartier, 1991), as quais buscam, frente à possível presença do “inimigo”, constituir um “espírito de corpo” coeso para, desta forma, garantir força necessária para um possível enfrentamento. Em outras palavras, por mais que se encontrem diversas manifestações que dão conta de salientar uma degradação do presente político nos contextos que antecederam aos golpes do Brasil e da Argentina, o sentido e propósitos dessas manifestações são diferenciados, dando uma dinâmica própria para cada caso analisado. No caso argentino, a questão “peronista” é um exemplo bem pertinente que pode fornecer um sólido embasamento para essa singularidade. Nesta mesma matéria o editor trouxe um enunciado que só pode ser lido para o caso argentino, uma vez que o partido peronista, através de seus líderes, foi visto enquanto um dos principais meios de propagação comunista: “En nuestro número de agosto de 1965, interpelamos a los actuales dirigentes del peronismo para que explicaran sus coincidencias con el marxismo y sus discrepancias con la doctrina católica” (Editorial, Nº 061, 1966).

Voltando para a análise interna da matéria, cabe destacar o modo como *Cruzada* também articulou algumas questões que estavam na ordem do dia das disputas políticas numa perspectiva mais voltada para o cenário internacional. O tema da coexistência pacífica e os debates em torno da doutrina social católica são exemplos de questões que foram colocadas lado a lado com as implicações decorrentes da aprovação da nova lei trabalhista. De acordo com a matéria,

[...] en la medida en que se favorece al socialismo, esta reforma es contraria a la doctrina social católica, radicalmente opuesta a toda forma de marxismo. El sentido común y el amor a la patria, rechazan también un proceso que nos llevará al triunfo de la más blasfema e inhumana de todas las dictaduras: la dictadura de la secta comunista, cuyos horrores no pueden ocultar las más recientes invitaciones al diálogo y a la coexistencia. (Editorial, Nº 061, 1966)

Por seu turno, conforme já demonstrado no primeiro capítulo, algumas manifestações de *Cruzada* deixam de forma explícita a sua vinculação doutrinária com as ideias da Revista *Catolicismo*, especificamente através das publicações de Plínio Corrêa de Oliveira. Essas apropriações dão conta de sinalizar não somente aproximações teóricas, mas, principalmente,

aproximações da ordem de visão de mundo, de luta “contrarrevolucionária”. Este aspecto também é possível visualizar na matéria, notadamente na parte conclusiva, na qual o autor cita a sua inspiração, o livro “Revolução e Contra-revolução”, de Plínio Corrêa, e se apropria dos ensinamentos deste para estabelecer a sua interpretação do caso argentino:

[...] una Revolución multiseular está destruyendo, de un modo paulatino y coherente, los últimos restos de la antigua y gloriosa civilización católica. Esa Revolución [...] no se sacia jamás ni se saciará hasta no ver totalmente destruida la obra de Dios en la creación”. (Editorial, Nº 061, 1966)

Da mesma forma que a edição de 061 se constituiu numa ampla manifestação denunciativa da “comunização” dos deputados argentinos com relação à lei trabalhista, a edição Nº 062 conduziu nesse mesmo modelo, mas desta feita denunciando a “bolchevização” do campo (matéria de capa intitulada “*Hacia la Bolchevización del campo*”), justamente a partir de uma lei de arrendamentos rurais que tramitava pelo congresso argentino. A matéria de capa da edição (imagem abaixo) foi construída tendo como premissas iniciais a legitimidade da propriedade privada, dentro de um entendimento baseado na doutrina católica.

Imagem 42 (*Cruzada*, junho de 1966)



O interessante desse aspecto é que o embasamento ficou concentrado nas palavras de João XXIII, especificamente na Encíclica *Mater et Magistra*, documento que foi amplamente recepcionado pelos setores progressistas do catolicismo como uma crítica às desigualdades da posse de terras no mundo. Contudo, na visão do editorial, Joao XXIII, ao mencionar que “el

derecho de propiedad privada, se halla probado claramente por la autoridad del Santo Evangelio”, não somente justificava a legitimidade no direito de propriedade como tornava esse um direito “natural”. Sendo assim, uma lei que colocasse em questão essas prerrogativas “essenciais” da doutrina católica, segundo *Cruzada*, necessariamente, se colocava como um claro movimento de ação comunista, até mesmo porque, esse movimento, conforme representou a matéria, “considera como punto central de su doctrina, la abolición del derecho de propiedad privada”. Cabe destacar que parte da argumentação foi embasada na obra de Plínio, especificamente no estudo “Liberdade da Igreja no Estado Comunista”²²², notadamente na parte em que faz menção de que para os marxistas não importava tanto a perseguição aos cultos religiosos, mas sim a manutenção “de un sistema social y económico en el que no exista propiedad privada e individual [...]”(Editorial, N° 062, 1966a).

Tendo como a premissa inicial a negação do direito de propriedade privada e individual, de acordo com o editor da matéria, essa questão iria representar efetivamente o socialismo como uma tendência generalizada, ou seja, esse processo era entendido enquanto um sintoma da aceitação do ideário comunista, mas que este nem sempre era manifestada de maneira consciente. Reside nesse aspecto um dos principais temores para os membros de *Cruzada*: o fato de que as pessoas (na matéria, especificamente, políticos do congresso argentino) estariam, sem saber, manifestando certo “relaxamento” no que dizia respeito à vigilância anticomunista, que, ao cabo, “el triunfo de esta mentalidad significaría la preparación de la opinión y de las instituciones para el advenimiento del comunismo”. A nova lei de arrendamentos, que ainda seria votada pelo congresso, significaria claramente “un paso a más hacia el comunismo” (Editorial, N° 062, 1966a).

O caráter denunciativo dessa matéria acaba fazendo eco ao conjunto de outras disposições discursivas que interpretam a realidade política argentina sob o prisma de uma degradação que passa, necessariamente, pelo temor ao comunismo. Para além dessa interpretação cercada de argumentos do presente, é notória a construção do futuro que resultaria desse “ataque” comunista. No caso específico da aprovação da lei em votação, “el campo argentino estará constituido por una masa pulverizada e inerte de pequeños propietarios y de hombres sin tierra [...] por encima de ellos, un Estado poderoso, omnipresente e intervencionista, que en muy poco diferirá del Estado Socialista.” (Editorial, N° 062, 1966a).

²²² O editor deixou frisado que o referido estudo “fue aprobado por la Sagrada Congregación de Seminarios y Universidades, en carta del Cardenal Pizzardo”, indicando que, ao menos no lado argentino a aprovação de membros de hierarquia poderia representar legitimidade.

A partir dessa visão, que representa o comunismo enquanto uma força ativa, prestes a cercar cada vez mais o país argentino e destruir as suas instituições cristãs e católicas, *Cruzada* pede uma reação dos seus compatriotas. Nesse aspecto reside um elemento que é central na análise em decurso, qual seja, o de demonstrar que o comunismo adquiriu condições de possibilidades e de poder que foram construídas pelos *discursos* anticomunistas. Daí, a necessidade de buscar uma mobilização frente ao perigo representado:

Frente a esta amenaza, los argentinos amantes de su patria y enemigos del comunismo ateo y materialista, pueden y deben reaccionar. No solo quienes poseen tierras y serán los primeros perjudicados, sino también quienes no las poseen. Se trata aquí de una defensa de principio y no de intereses ni de partidos. (Editorial, N° 062, 1966a)

O final dessa citação permite um comentário: É sabido que os membros de editores da Revista *Cruzada* eram filhos de grandes proprietários de terra (SCIRICA, 2012). Certamente, esse número da revista, especialmente essa matéria sobre a questão da lei dos arrendamentos, serviu como forma de pressionar os congressistas para a possível aprovação da nova lei. Partindo daí, fica estabelecido que por trás dessa denúncia também estão os interesses específicos de manutenção da propriedade privada. Entretanto, esse interesse, cabe destacar, não está sendo encarado como tendo repercussão direta em uma “manipulação” da manifestação anticomunista, uma vez que esses grupos, dentro de uma visão católica integrista, acreditavam nessa aproximação comunista. Em uma palavra: O argumento aqui defendido é de que os interesses pela manutenção do *status quo* não serviam de parâmetro para uma possível manipulação de um “ataque” comunista, mas o inverso, ou seja, é a partir da crença desse perigo comunista que faz com que o grupo da Revista *Cruzada* lance suas “verdades” na arena política.

Outra matéria dessa edição também acabou repercutindo questões dos embates políticos que giravam em torno da questão agrária na Argentina. Desta feita, tratou-se de um extenso comunicado que aludiu sobre um documento publicado por dois deputados democratas progressistas (Thedy y José E. de Cara) que, na opinião do editor – mesmo com a pretensão de refutar uma nota apresentada pela Sociedade Rural Argentina – acaba expondo “conceptos favorables a la Reforma Agraria”. A questão não ficou restrita apenas à reforma agrária em si, mas no fato desta se estabelecer a partir de “la profunda influencia socialista y anticristiana que se oculta en el documento demo-progresista” (Editorial, N° 062, 1966b). Essa passagem merece uma pequena digressão, pois, trata-se de uma passagem que representa, claramente, o modo como a atuação comunista acabava sendo vista pelos autores

da matéria. O comunismo ocultava-se, agia na surdina, sem que fosse percebida sua presença. Por isso a necessidade de cada vez mais alertar a opinião pública sobre essas artimanhas e perceber, em atitudes e manifestações, como as defendidas pelos dois deputados, uma certa ingenuidade que, necessariamente, enfraquecia a defesa frente ao comunismo.

O aspecto mais curioso dessa matéria consiste no fato de que os referidos deputados estariam, na visão do editor, buscando embasamentos na “fachada” da “Aliança para o Progresso”²²³. Essa questão aponta para outro desdobramento analítico, qual seja, relativizar a importância desses órgãos internacionais na formatação de um comportamento anticomunista, além de, partindo desse primeiro, relativizar sobre uma solidariedade anticomunista do tipo homogênea. O que se torna bastante explícito é que grupos que se auto-intitulavam anticomunistas acabavam tendo divergências entre si, não somente nas concepções teóricas, mas, principalmente, no modo de agir. *Cruzada* prega, no mínimo, muita prudência, uma vez que estes órgãos foram encarados como simples pressões internacionais, dentro do jogo da guerra fria:

Si en el futuro, lo que Dios no permita, esas u otras presiones internacionales quisieran obligarnos a abandonar nuestros principios, para llevarnos al socialismo, nuestra respuesta no podría ser una complaciente y cobarde adhesión sino un valiente y decidido rechazado. (Editorial, N° 062, 1966b)

É preciso destacar que, constantemente, os *discursos* anticomunistas acabam se concentrando nas questões identitárias. Essa matéria estabelece o intento de demarcar como deveria se comportar um autêntico anticomunista, especialmente quando se tem, no horizonte do cenário político, uma interpretação de mundo que enxerga o comunismo sempre atuando disfarçadamente, ocultamente, se apoiando justamente naqueles que apenas vestem a “capa do anticomunismo”, portanto, sem enfrentar questões vitais para uma verdadeira oposição ao comunismo. Na passagem seguinte, esse aspecto pode ser melhor evidenciado:

[...] lamentamos ver a los señores Thedy y de Cara apoyar este agravio para nuestra Patria y para la conciencia católica de los argentinos. Pero nos vemos obligados a denunciarlo, para impedir que, so capa de anticomunismo, se quiera inducir a los

²²³ Em consequência da nova configuração (Pós Revolução Cubana) que marcava a presença do inimigo no continente, os Estados Unidos agiram no sentido de evitar que o exemplo cubano fosse reproduzido por outras nações. A “aliança para o progresso” surge nesse contexto. O governo dos Estados Unidos, “ciente” da gravidade dos problemas sociais e econômicos dos países latino-americanos, fator este considerado como a principal via de fomentação do ideário comunista, criou a referida aliança como forma de proporcionar o desenvolvimento da região. Contudo, essa política estadunidense exigia dos países a realização de reformas estruturais, o que acarretou uma considerável pressão sobre os países latino-americanos para que efetivassem medidas anticomunistas. (MOTTA, 2002)

propietarios a una entrega sin lucha en manos de la Revolución socialista, precursora del bolchevismo. (Editorial, Nº 062, 1966b)

Caracterizado como uma “*Calorosa recepción para las tesis contrarrevolucionarias*”, a edição de junho também repercutiu considerações sobre a caravana organizada e realizada pelo grupo no interior do país argentino. Para atender aos propósitos do capítulo em desenvolvimento cabe mencionar o destaque que foi dado por ocasião do grupo na cidade de Salta. É possível constatar que, em Salta, haviam ao menos dois órgãos de imprensa (El triunfo e El intransigente) que mantinham estreitos laços com os membros de *Cruzada*. Esse laço de solidariedade pode ser estabelecido quando são expostas na matéria as circunstâncias e, de certa forma, o grau de comprometimento mútuo: “Inmediatamente después de su legada fueron entrevistados nuestros colaboradores por los dos matutinos de la ciudad [...] quienes divulgaron ampliamente la actuación pública de *Cruzada* en ocasión de sus dos famosas interpelaciones” (Editorial, Nº 062, 1966c).²²⁴ A matéria também menciona diversos modos através dos quais os membros de *Cruzada* explanaram as suas teses contrarrevolucionárias inspiradas na obra de Plínio Corrêa, que vão desde entrevistas para periódicos (já mencionadas) conferências em Hotéis e convites para participar de programas de rádio e televisão.

Tendo por base o exposto, é necessário trazer algumas considerações que, neste capítulo, estarão relacionadas com a prática anticomunista no período imediatamente anterior à deflagração do golpe do dia 28 de junho. Uma primeira questão é se reportar ao modo como a presença comunista esteve vinculada a entidades e/ou grupos, especificamente ao peronismo e à democracia cristã. Na medida em que o texto se propõe a ressaltar (e recuperar, na medida em que as interpelações datam de agosto e novembro de 1965) as interpelações (tanto em relação aos peronistas quanto aos democratas cristão) é possível perceber o esforço de caracterizar (e repetir) a implicação desses grupos com a questão comunista. Não se pode esquecer, conforme esteve descrito no próprio texto, que as motivações dessa caravana se deram em função de repercutir as teses de Plínio sobre o modo como o comunismo estaria, naquele contexto, se apropriando de lacunas para a sua propagação. Daí a necessidade de alertar os compatriotas dos lugares onde o comunismo estaria conseguindo avançar na Argentina. Tem-se, então, uma sobreposição de enunciados que, conjuntamente, acabam estabelecendo uma das facetas do “como” do comunismo na Argentina, ou seja, o enunciado

²²⁴ As duas interpelações referidas dizem respeito ao pedido destinado ao Partido Democrata Cristão e aos então dirigentes do peronismo para que esclarecessem por escrito “sus posiciones favorables a la difusión del comunismo”, analisadas no segundo capítulo.

primeiro referente a “indefinição” dos peronistas e dos democratas cristãos juntamente com o segundo enunciado, que menciona o problema da “coexistência pacífica”:

Después de hablar sobre los fines de ‘Cruzada’, los cuatro integrantes de nuestra delegación tuvieron oportunidad de referirse a temas de gran actualidad durante la entrevista, tales como la imposibilidad de ‘coexistencia pacífica’ de la Iglesia con un régimen comunista, y los esfuerzos del comunismo para transbordar la opinión mundial mediante la utilización del falso diálogo [...]. (Editorial, N° 062, 1966c)

Em outra passagem da matéria, notadamente na que faz menção a um acalorado debate entre os membros de *Cruzada* e os democrata-cristãos, durante uma das conferências em Salta, também é possível acompanhar o esforço dos editores em estabelecer os membros do Partido Democrata Cristão enquanto responsáveis diretos pelo recrudescimento do comunismo na Argentina naqueles anos de 1960. O episódio foi descrito da seguinte maneira:

Al finalizar la conferencia, elementos de cúpula del partido Demócrata Cristiano local trataron vanamente de perturbar con preguntas tendenciosas que procuraban confundir al auditorio sobre la posición de la Iglesia en temas vitales como la propiedad privada, el comunismo y otros [...].(Editorial, N° 062, 1966c)

Conforme ficou registrado, o orador preferiu não responder às perguntas como forma de não “inflamar emociones”, entretanto, lembrou ao público assistente que o partido em questão ainda não havia respondido à interpelação de novembro de 1964 sobre a “reforma de la Empresa”. Esse comentário teria provocado fortes aplausos do público, interpretado enquanto uma manifestação de uma

[...] opinión sana y representativa de importantes sectores del país se declara categóricamente sostenedora de la verdad católica, y rechaza las corrientes pactantes con la bestia comunista, tal como es la democracia Cristiana, verdadero aparato de estrangulamiento de la natural reacción católica contra esta secta intrínsecamente perversa. (Editorial, N° 062, 1966c)

O episódio narrado acima, além de demarcar/denunciar uma das possibilidades de “infiltração” do comunismo na Argentina, conforme já salientado, também permite que sejam trazidas algumas considerações acerca da prática anticomunista nesse país, especialmente o modo e intensidade com que esteve presente nos debates inseridos no campo católico e político, aspecto que passou ao largo de uma análise mais apurada na historiografia argentina. Nesse sentido, é marcante o modo como o texto da matéria se encarregou de apresentar uma polaridade inerente ao sentido do debate, demarcando *representações* dos modos de agir dos anticomunistas como dos próprios comunistas: de um lado, os esclarecidos, os sadios, os

portadores da verdade católica (diga-se de passagem, caracterizados como representantes de “importantes setores” do país) contra os que pactuavam com o diabo, que pautavam sua atuação confundindo a mente dos católicos contra o comunismo.

Indo ao encontro do exposto acima, na passagem da matéria que alude à estadia do grupo de *Cruzada* em Tucumán, também é possível verificar a forma como os membros da Revista interpretavam os conflitos políticos invariavelmente à luz da problemática presença comunista. Conforme aponta a historiografia política da Argentina (Romero, 2006; Altamirano, 2007), a cidade de San Miguel de Tucumán, na década de 1960, foi um importante centro que concentrou a indústria açucareira e que se tornou um local constante de debates acerca das questões sociais e políticas dos trabalhadores argentinos. Não parece ser por acaso, portanto, a escolha dessa cidade como um dos locais que os membros de *Cruzada* privilegiaram para divulgar seu ideário. Com o objetivo de estudar o “problema azucarero” de perto e colher informações dos propagandistas locais da Revista, esses aspectos acabaram por delinear uma interpretação que colocou o comunismo no centro das atenções de todos os problemas:

[...] tornase claro a nuestros representantes que estaban frente a un ejemplo del ya muchas veces utilizado ‘falso dilema’ del comunismo, que trata de crear a través de la actuación de sus corrientes simpatizantes, un ‘grave problema’ para luego poder denunciar que es únicamente solucionable mediante la implantación lisa y llana del comunismo [...] Es evidente que el comunismo desea que se mantenga latente un foco de agitación social en el país, para sus fines oscuros en un futuro más o menos próximo. (Editorial, N° 062, 1966c)

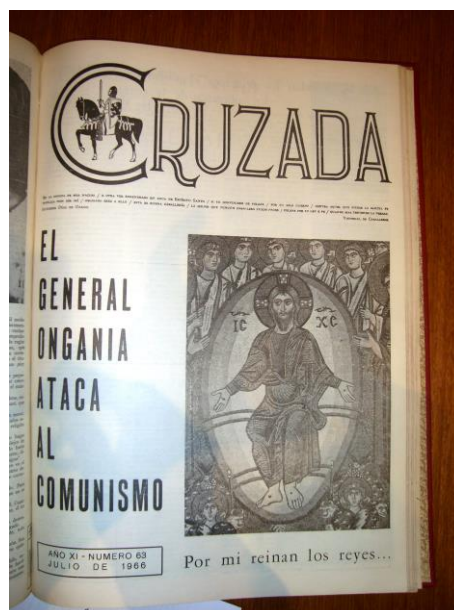
No final da matéria, o editor propôs um balanço das atividades do giro pelo interior dos quatro membros de *Cruzada*. Em que pese a demonstração de um balanço positivo, “Cuatro importantes ciudades visitadas, varias conferencias exitosas y muchos contactos y conversaciones particulares habían dejado un saldo sumamente favorable”, ficou latente e explícito (até mesmo pelas constantes menções ao PDC e ao Peronismo) que os embates estavam se agudizando em torno da problemática comunista, “[...] quedo perfectamente claro que un gran e importante baluarte de sana opinión católica de nuestro país no ha sido ‘transbordado’ por el comunismo y sus corrientes consanguíneas; y está desposto a luchar” (Editorial, N° 062, 1966c), ou seja, se essa parcela importante do catolicismo não “contaminada” pelas ideias malignas do comunismo estava disposta a lutar, significa necessariamente que o “inimigo” existia e eram reais as suas potencialidades, ao menos para os membros de *Cruzada*. Essa questão, em que pese não ser mencionada diretamente no texto, pode ser percebida na passagem que salienta qual deveria ser a forma da luta, que acaba

distinguindo um inimigo em potencial. Conforme a matéria, a luta deveria ser “conjuntamente con el apoyo de grandes movimientos congéneres brasileños y chilenos, para el advenimiento de aquel gran día en que, según prometió Nuestra Señora en Fátima, ‘por fin Mi Inmaculado Coración Triunfará’”, a qual deveria ser combativa, estreitando laços de amizades com as organizações congêneres do Brasil (*Catolicismo*) e Fíducia (Chile)²²⁵. Teria o governo militar, que assumiu a presidência através de um golpe de Estado, arrefecido o temor comunista de *Cruzada*, tendo em vista o combate aos comunistas ser prioridade nas ações governamentais, inclusive com a promulgação de leis anticomunistas?

5.5 A “Revolução Argentina” nas páginas de *Cruzada*

A capa da edição de número 063, da revista *Cruzada* (edição de julho de 1966), fornece uma boa indicação para entender o modo como o golpe de Estado do dia 28 de junho foi recepcionado por seus editores: um ataque (ou contra-ataque) contra o comunismo: “*El General Onganía ataca al Comunismo*”, é a expressão que dá título à edição, juntamente com uma imagem que traz Jesus Cristo encabeçando o provérbio bíblico: “Por mi reinan los reyes” e que tem, na segunda página, a continuação “por mi mandan los príncipes y gobiernan los soberanos de la tierra”. A capa da revista (imagem abaixo) com seus dizeres, portanto, aponta aquilo que, em última instância, significou a derrocada de Arturo Illia para os membros de *Cruzada*, ou seja, o resultado da justiça divina na luta contra o comunismo na Argentina.

²²⁵ Esse é mais um aspecto que corrobora com a assertiva (trabalhada no primeiro capítulo) que existiu uma aproximação entre os grupos que, necessariamente, se desencadeou em laços de solidariedades doutrinárias e políticas, com ênfase na questão anticomunista.

Imagem 43(*Cruzada*, julho de 1966)

José Maria Ghio (2007) salienta que, durante a presidência de Illia, voltou a aparecer com maior ênfase o fantasma da “infiltração marxista”, dando maior significado ao embate travado pela Igreja acerca dos temas do laicismo na educação, os quais eram vistos pelos setores conservadores do catolicismo enquanto processos resultantes da crescente onda de ateísmo, diretamente relacionada com a propagação do comunismo pelo mundo.

O crescente espectro conservador que unia diversos setores da sociedade argentina naquele contexto (Forças Armadas, Igreja Católica, Grupos católicos tradicionalistas, Imprensa, elites políticas e econômicas) proporcionou que, no dia 28 de junho de 1966, os comandantes das Forças Armadas da Argentina destituíssem Arturo Illia da presidência, a qual foi entregue ao ex-comandante do Exército, o Tenente General Juan Carlos Onganía. Diferente dos golpes militares que o precederam, o de 1966 não se tratou de destituir um governo em nome de uma saída eleitoral, mas efetivamente era preciso preencher o vazio autoritário do ex-presidente e fundar uma “Nova Argentina”, calcada nos pilares da “tradição ocidental e cristã”, portanto anticomunista e católica (DE RIZ, 2000).

Em cima do exposto, o objetivo principal desta seção é verificar como se deu a construção da ideia de que desalojar Illia do poder repercutiria diretamente na luta anticomunista. Em outras palavras, em quais aspectos a principal matéria da edição 063 acabou por decretando as verdades em relação à periculosidade comunista na Argentina e quais aspectos são possíveis de verificar a partir do acontecimento “golpe de Estado” que, de certo modo, instituíram novas perspectivas no cenário político do país, especialmente no que

tange ao modo como a ameaça comunista ou o próprio comunismo passou a ser visto depois do golpe?

O destaque que foi dado para a sua força enquanto doutrina é uma primeira questão a ser ressaltada no modo como o comunismo foi *representado* nesta matéria: “una secta político-filosófica’, dotada de una ‘mística’ o ‘anti-mística’ poderosa y utilizando un conocimiento acabado de técnicas revolucionarias, está trabajando incansablemente por la implantación de un sistema [...]”(Editorial, Nº 063, 1966). Desta sua força poderosa, resultaria na sua forma de atuação: “penetra por todas partes, influencia todos los ambientes y sabe sacar ventaja aún de las derrotas”. (Editorial, Nº 063, 1966). Este cartão de visitas apresentado já no início da matéria, em que pesem seus argumentos abrangentes e totalizadores, está cumprindo uma finalidade estratégica, qual seja: apresentar ao leitor que os perigos também estavam presentes na Argentina, especialmente em função de que, naquele contexto político, o país, na visão de *Cruzada*, vivia uma “aparente calma”, a qual poderia ofuscar a atuação comunista nas suas táticas de “primero debilitar y corromper, luego neutralizar y finalmente destruir” (Editorial, Nº 063, 1966). A atuação do comunismo estaria de acordo com uma “persuasión implícita y del trasbordo ideológico inadvertido”, ou seja, atuando sorrateiramente, insinuando, implantando “levemente” ideias socialistas, para depois de conquistar o espaço “luego radicalizando los conceptos, hasta que finalmente imponen una mentalidad claramente proclive al comunismo”. Para os editores de *Cruzada*, a tática comunista já estaria sendo colocada em prática na Argentina e deixaram isso claro apontando exatamente o “onde” e o “como”:

[...] no es sólo cuando los ejércitos comunistas están en la frontera que se corre peligro. Se corre peligro también, y gravísimo, cuando los comunistas y las ideas por ellos sugeridas, cuando los compañeros de ruta y sus proyectos reformistas están entre nosotros, actuando, viviendo y hasta decidiendo. (Editorial, Nº 063, 1966)

É preciso mencionar que essas primeiras considerações da matéria estão fazendo estreitas ligações com algumas ideias publicadas em seus números anteriores, especialmente tratando de apontar o “como” da atuação do comunismo no país através de projetos de leis considerados de cunho esquerdista. Contudo, na sequência do texto, resurge um aspecto dessa representatividade comunista que, até então, poucas vezes havia sido mencionado. A “novidade” consistiu em responsabilizar de maneira ainda mais contundente o presidente Illia

e a “tendência marxista” do seu governo²²⁶. Cabe, nesse sentido, uma pequena ressalva: o texto aponta a tendência marxista tanto “no” governo como também “do” governo, conforme explicitado no subtítulo da matéria. Essas questões podem ser averiguadas nas passagens em que são mencionadas a presença comunista tanto “no” governo: “*Cruzada* ha denunciado en varios números anteriores, leyes, ejemplos y situaciones producidos durante el gobierno de Arturo Illia, que muestran una clara tendencia hacia la izquierda”; como, de outra parte, a passagem seguinte demonstra aquilo que foi considerado enquanto uma tendência marxista “do” próprio governo: “una concepción social y económica que no respetaba debidamente las bases de la civilización cristiana, parecía presidir la conducta del anterior gobierno”. A tendência marxista no governo de Illia foi percebida quando este demonstrou a sua tolerância e/ou ineficiência em reprimir as agitações sociais: “Y en el campo de las relaciones sociales, se vía cómo la armonía de las clases era perturbada por la tolerancia de abusos como los cometidos durante el Plan de Lucha de la CGT, o como los que ha vivido la provincia de Tucumán” (Editorial, Nº 063, 1966).

Estes seriam, para *Cruzada*, argumentos mais do que comprovadores da esquerdização do governo, algo que era percebido como que agravando a cada dia, e que, necessariamente, comprometeria o futuro político, social e, principalmente, religioso da Argentina.

É nesta perspectiva que o golpe foi, neste momento inicial, interpretado pelos editores da Revista, ou seja, enquanto fomentador de um novo (positivo) cenário político em que o General Onganía necessariamente provocaria uma reordenação na luta anticomunista do país, especialmente no tocante aos temas separados na matéria acerca da declaração dos “princípios” políticos da “Revolución”: a defesa da civilização cristã, combate ao comunismo e proclamação do princípio de propriedade privada. Para *Cruzada*, os objetivos destacados se

²²⁶ A primeira referência encontrada na Revista *Cruzada* em que seu objetivo foi denunciar a “esquerdização” do governo argentino encabeçada por Arturo Illia data de julho de 1964, na matéria de capa intitulada “Gobierno: a La Izquierda del país”. Nessa matéria, o editorial da Revista tratou de demonstrar a tendência socialista do governo nos termos da economia e da política internacional. No caso da economia, o editorial apontou que “la propiedad privada ha sufrido rudos golpes con serie de decretos intervenido el mercado de cambios, con la ley de Abastecimientos y con las medidas tomadas en cumplimiento de dicha ley.”. Na matéria da política internacional, o problema residiu no apoio do governo ao Regime Cubano, ou seja, conforme visto no primeiro capítulo, a “questão cubana” foi um fator de intensas repercussões e serviu de aporte para promover a desestabilização dos governos democráticos, tanto na Argentina como no Brasil. Nessa questão, o editorial foi enfático: “‘Unidad de América’, ‘no intervención’, qué sentido tienen estos argumentos del gobierno al negarse a atacar a Cuba en los únicos modos en que le ofrece hoy a hacerlo? Unidad de América nada significa frente al comunismo ‘intrínsecamente perverso’ [...]”. Com base nessas constatações, a comparação com o antecessor de Illia tornou-se pertinente: “El Gobierno argentino ha hecho lo mismo que hizo el gobierno de Frondizi en Punta del Este. Ha acentuado con la misma injusticia, favoreciendo el comunismo eficazmente. Donde están los enérgicos anticomunistas de entonces? Han desaparecido. Al parecer, Ya no hay quien proteste por este atentado diplomático a nuestra tradición patria. Será porque hoy el gobierno es coherente y desarrolla una política socialista no solo en lo interior sino también en lo exterior?” (Editorial, Nº 051, 1964).

consubstanciariam em “elementos fundamentales de una política verdaderamente y eficazmente anticomunista [...] un programa de acción que tiene profundas resonancias en el pueblo argentino que, en su inmensa mayoría es anticomunista y católico” (Editorial, Nº 063, 1966).

Chama a atenção, nesta última citação, um aspecto que parece residir nos textos de *Cruzada* quando estes se referem à luta anticomunista de modo geral, qual seja, as suas constantes proposições de verdades, sempre generalizantes e totais, que demarcam uma essencialidade política (anticomunista) e religiosa (catolicismo) do povo argentino. É a visão e divulgação dessa essencialidade que nascem as principais articulações discursivas que delineiam um comunismo também essencialmente maléfico. Quando o povo argentino é caracterizado como sendo essencialmente anticomunista e católico, toda e qualquer forma de “desvio” acabava por ser encarada com uma forma de estabelecimento de uma configuração do comunismo. Estas ações, sempre camufladas, poderiam ser orquestradas até mesmo por quem estivesse acima de qualquer suspeita: “Y defendimos estos principios no sólo contra su negación abierta y frontal, sino también – y esto es lo principal – contra los ataques velados que recibe, aun de parte de personas o grupos que ostentan el sagrado nombre de cristianos” (Editorial, Nº 063, 1966).

Além de interpretar de um modo singular o sentido do golpe de Estado, a Revista *Cruzada* não mediu esforços em deixar explícito o seu apoio ao novo governo (“nuestra predica e esperanzas”), uma vez que o cenário argumentativo esteve pautado em uma coincidência de objetivos, entre os militares e o grupo de *Cruzada*, objetivos estes alicerçados principalmente na luta anticomunista. Cabe destacar que, nesta coincidência, *Cruzada* chamou para si a proeminência dessa luta anticomunista, demarcando o seu lugar exponencial no combate ao comunismo, imprimindo uma força de “verdade” e legitimidade nas suas constantes denúncias. O exemplo da passagem a seguir pode elucidar essa questão:

[...] los principios que destacamos de la declaración de objetivos políticos del General Onganía, han sido en todo momento defendidos y proclamados por ‘Cruzada’ [...] En gran medida, gracias a nuestra prédica, las tres Reformas (Agraria, Empresaria y Urbana) quedaron expuestas como lo que verdaderamente son: la antesala del comunismo. (Editorial, Nº 063, 1966)

É preciso destacar que, mesmo apoiando o novo governo de um modo intenso, *Cruzada*, desde essas primeiras manifestações, não se deixou empolgar em demasia em relação ao cenário político pós-golpe, tendo em vista os novos desafios que previa em relação à luta anticomunista. Esse é um aspecto que demarca certa proximidade de conduta com a sua

coirmã “*Catolicismo*” por quando do golpe de 1964. Essa postura necessariamente pode ser resultante do modo como o grupo acreditava na periculosidade do comunismo, mesmo estando o país sob um regime militar. “Ardua senda a percorrer”, é o modo como a matéria sentenciava o caminho na luta anticomunista. Além de ser um imperativo do novo governo inutilizar as “tramas que por cierto todavia tratarán de urdir”, era necessária uma ação completa e decisiva, tendo em vista o “tamanho” do inimigo a ser combatido:

El comunismo [...] no es apenas un adversario que de afuera para adentro trata de liquidar la civilización Cristiana. Esta última está trabajada por fermentos internos que, por si mismos, la van bolchevizando por etapas, a través de una lenta transformación de las ideas, de las costumbres y de las instituciones. Y esos fermentos están entrañados en las propias células de la sociedad occidental y no solo en los organismos que hacen proselitismo a sueldo de Moscú. (Editorial, N° 063, 1966)

Para que a luta anticomunista fosse efetiva naquele contexto, seria necessária uma política anticomunista determinada que, objetivamente, concorresse para “desintoxicar” o país. Essa desintoxicação deveria partir do poder público, portanto do recém instaurado governo militar, mas que devesse obter cooperação de toda a nação, a partir daquilo que *Cruzada* caracterizou como princípio da “subsidiariedade”, ou seja, uma ação partindo do Estado, mas com uma ampla motivação dos cidadãos (católicos) uma vez que o comunismo era caracterizado enquanto “la negación más completa de todo el orden social católico, negarlo y combatirlo es tan esencial como el arar un campo antes de sembrarlo” (Editorial, N° 063, 1966). Contudo, apenas uma atitude secular não poderia obter todas as garantias de uma extinção completa da ameaça comunista. Era preciso uma postura que respondesse às prerrogativas “essenciais” da nação católica que implicava, de acordo com *Cruzada*, em uma completa submissão e aceitação da soberania de Jesus Cristo por meio da “realeza” de Maria. Seria necessário, portanto, evocar e respeitar a hierarquia dos princípios morais sobre os técnicos, ou seja, a metafísica católica guiando a prática: “Será ese reconocimiento efectivo, en el espíritu y las leyes, en los ambientes y en las costumbres, en los medios y en los fines, lo que salvará nuestra Patria”. (Editorial, N° 063, 1966)

5.5.1 “*Hacia donde va la Argentina?*”

Passados três meses da instauração do golpe de Estado de junho de 1966, o grupo de editores da Revista *Cruzada* emitiu uma Solicitada em dois dos principais jornais da Argentina à época, o matutino *La Nación*, e o vespertino *La Razón*. Direcionada ao Ten Gen Onganía (presidente do país), o assunto da “carta abierta” girou em torno da luta

anticomunista. “Hacia donde va la Argentina?” foi a pergunta que norteou toda a manifestação. Ao contrário de outros grupos e entidades, que viam no atual governo um exemplo no que diz respeito às ações anticomunistas²²⁷, os editores de *Cruzada* demonstraram certa insatisfação pelo modo como Onganía estaria conduzindo o governo e o combate ao comunismo e cobraram publicamente (e explicitamente) novas atitudes.

Esa carta abierta fue dictada por el deseo de contribuir a la lucha contra esa verdadera ola revolucionaria de tendencia comunista que atraviesa el continente sudamericano, intentando fascinar a los pueblos con una hipnosis de destrucción, y cuyas banderas son ciertas palabras-talismán, como ‘cambio de estructuras’, ‘modernización’, ‘desarrollo’, ‘progreso’ e ‘igualdad’, entendidas, no en su sentido legítimo, sino en un sentido difusamente socialista [...]. (Editorial, Nº 065, 1966b)

Essa singular posição de *Cruzada*, destoando e confrontando, ainda nos primeiros meses do novo governo, de algumas das vozes políticas da Argentina é um bom indicativo para se pensar na vontade combativa da entidade, bem como no quanto o medo comunista permeava suas práticas.

Essas questões necessariamente ganham em relevância quando se é levado em conta que a solicitada foi direcionada para um governo de uma ditadura militar que, já em seus primeiros atos, se utilizou da repressão política como forma de demarcar a sua postura (DE RIZ, 2000). Conforme Luis Alberto Romero (2006) a primeira fase do novo governo se caracterizou por um choque autoritário. Dentre as principais medidas contidas no “Estatuto da Revolução” destaca-se a dissolução do Parlamento e dos partidos políticos, os ministérios foram reduzidos e a criação de uma espécie de Estado-maior da presidência, integrado pelos Conselhos de Segurança, Desenvolvimento Econômico e Ciência e Tecnologia. De outra parte, destaca o autor (2006, p. 161), “a repressão ao comunismo se estendeu a todas expressões do pensamento crítico, dissidentes ou apenas diferentes. O alvo principal foi a universidade, vista como o ambiente típico da infiltração, berço do comunismo [...]” Tudo isso, aos olhos de *Cruzada*, parecia pouco²²⁸.

Antes de partir para a análise propriamente dita da Solicitada de *Cruzada*, é preciso colocar algumas considerações. A solicitada foi publicada nos jornais no dia 27 de setembro de 1966, momento em que, de acordo com a sistemática das publicações da Revista, estaria

²²⁷ Ver Bett (2010).

²²⁸ Ainda segundo o autor (2006, P. 162), “a censura se estendeu às manifestações mais diferentes como as minissaias ou o cabelo comprido, expressões dos males que, segundo a Igreja, eram a ante-sala do comunismo [...] percebia-se que amplas camadas da sociedade concordavam com o diagnóstico dos militares e da Igreja sobre os perigos da modernização intelectual e sobre a necessidade de se usar a autoridade para extirpar os males”

sendo preparada uma nova edição (neste caso, a do mês de outubro). Coincidência, ou não, a edição do mês de outubro acabou não sendo publicada. Uma hipótese para a quebra na sequência mensal das publicações se configura na medida em que, possivelmente, o aporte financeiro que iria custear a edição teria sido direcionado para o pagamento da solicitada nos dois jornais de Buenos Aires. Essa hipótese pode ser melhor testada quando se verifica que o texto da solicitada acabou sendo publicado (na íntegra e na capa) da edição de número 065 (imagem abaixo), de novembro de 1966.

Imagem 44 (*Cruzada*, novembro de 1966)



Estas considerações interessam para a análise, uma vez que, em primeiro lugar, uma reedição do manifesto necessariamente seria lida e relida, reforçando, deste modo, o estabelecimento das proposições dos editores. Em segundo lugar, parece ter havido um componente estratégico na republicação da solicitada, qual seja, a aposta que, em virtude do aparecimento desta em jornais de grande circulação da Argentina, o próximo número da revista poderia ter uma maior procura.

Considerando o exposto acima, parece não ter sido sem propósito a publicação de uma matéria intitulada “Breve historia de ‘CRUZADA’ a modo de presentación”, na edição 065. Ou seja, uma verdadeira apresentação da Revista aos possíveis novos leitores²²⁹. Uma apresentação que, cabe destacar, incidiu diretamente nas principais ações do grupo por quando

²²⁹ Não haveria a necessidade de uma “apresentação”, caso não se trabalhasse com a hipótese de que novos leitores entrariam em contato com a Revista.

das constantes denúncias de “infiltração” comunista: “Cruzada es una revista de cultura editada por un grupo de jóvenes católicos, que se ha destacado en Buenos Aires por sucesivas actitudes tomadas ante importantes problemas de actualidad”. Na apresentação, os editores lembraram dos aspectos considerados mais importantes para fazer referência à realidade política argentina. De início, o destaque foi dado à “interpelación de los Demócrata Cristianos”, tendo por finalidade esclarecer as ambiguidades doutrinárias contidas no projeto da reforma empresarial que favorecia “el juego del marxismo creando confusión en torno a principios indudables e insustituibles del orden de la civilización Cristiana”. Também foi mencionada a interpelação realizada contra a CGT, especificamente em relação à atuação dos peronistas, reforçando a intenção em denunciar “las influencias marxistas leninistas y las contradicciones con la doctrina social católica”. A Campanha contra a reforma agrária foi outro fator privilegiado nesse pequeno histórico proposto, demarcando “los peligros de la Reforma Agraria Socialista que amenaza instalarse en toda Latinoamérica”. Por fim, também foram mencionadas as intenções da Solicitada direcionada ao Gen Onganía: “deseo de contribuir a la lucha contra esa verdadera ola revolucionaria de tendencia comunista que atraviesa al continente sudamericano”, além de demonstrar a atuação dos editores nas caravanas realizadas pelo interior do país. (Editorial, Nº 065, 1966c)

Outra questão que parece ter pertinência ser destacada nesse momento, e que faz interface direta com o componente estratégico da publicação, mencionado anteriormente, é o fato de uma das matérias da edição Nº 065 trazer aquilo que pode ser considerada uma divulgação de possíveis repercussões da Solicitada (lembrando que a mesma foi publicada em setembro no LR e LN) em questão. Intitulada “*El cambio de estructuras y el gobierno nacional*”, a matéria “reorientou” o leitor da revista ao recuperar os objetivos da publicação “expresando las esperanzas y aprensiones que el actual momento histórico de nuestra Patria inspira” e tratou de repercutir questões de um possível discurso do General Onganía, proferido no “5º Congreso de Ingeniería”, no qual, segundo a interpretação do editorial da Revista, o presidente teria mencionado e respondido indiretamente às inquietações expressas na solicitada: “Se trata, por lo tanto, de una respuesta implícita del Jefe del Estado a las preocupaciones expresadas por ‘Cruzada’ ante la cual nos sentimos obligados a hacer conocer nuestra posición” (Editorial, Nº 065, 1966b).

A análise desta matéria, de modo detalhado, será feita adiante, ainda nesta seção. Por hora, cabe destacar, mais uma vez, a disposição estratégica da revista em tentar imprimir o seu ideário e a sua visão acerca do contexto argentino, bem como destacar aquilo que pode ser considerada uma autopromoção de sua importância enquanto grupo de pressão política, uma

vez que pretendia inserir suas ideias dentro de um quadro de protagonismo em relação ao combate ao comunismo, objetivando, possivelmente, atingir um maior número de leitores e futuros adeptos de suas causas e, demonstrando para estes, um quadro que mereceria toda a atenção e vigilância por parte dos católicos (“autênticos”).

Partindo para as considerações sobre a edição 065 de *Cruzada*, merece ser destacada, como ponto de partida, o “contexto gráfico” (SOUSA, 2006) da capa: **“HACIA DONDE VA LA ARGENTINA? Carta abierta al presidente de la nación Teniente General Juan Carlos Onganía”**. Desta forma, com letras garrafais em negrito, o título da matéria principal foi publicado. Em que pese o apontamento dessa temática específica, a manifestação direcionou suas preocupações para além do país argentino, colocando a América do Sul como um espaço a ser defendido contra a ameaça comunista. “el comunismo ejerce sobre América del Sur una hipnosis de destrucción”. Isso se deveu ao entendimento de que “la marcha del conjunto de América del Sur [...] irá adonde América del Sur fuere, y también en parte, América del Sur irá adonde la Argentina vaya” (Editorial, Nº 065, 1966a). Aqui é necessário chamar atenção para a defesa explícita dessa solidariedade sul-americana no combate ao comunismo.

Não é demais lembrar que, desde 1964, o Brasil vivia sob um regime militar no qual uma de suas principais prerrogativas era o combate ao comunismo. O regime militar brasileiro poderia se concretizar como um exemplo a ser seguido. Contudo, não foi bem esse tipo de solidariedade defendida. A solidariedade preconizada na matéria teve a ver com o entendimento de que todas as nações sul-americanas estariam sofrendo as consequências das mesmas “fuerzas difusoras” do “espírito revolucionário”, o qual se consubstanciava no avançar comunista. O grande problema dessas forças recaía justamente na sua diversidade, resumidas na presença e no exemplo sempre ameaçadores de Cuba, no “utopismo” estabelecido pela “Aliança para o Progresso” e no “progressismo católico”: “que procura dar colorido religioso a esa ola revolucionaria, y que se irradia desde vários centros [...]” (Editorial, Nº 065, 1966a). A hipnose consequente das forças difusoras estaria levando as sociedades a perceberem suas situações como sendo insustentáveis, instigando mudanças e destruição do *status quo*, em direção ao comunismo:

[...] es a esto que se llama ‘reformismo’ [...] pues ‘reformar’ es modificar para conservar [...] esa hipnosis, a su vez, produce, en sus victimas el siguiente fenómeno subconsciente: se ese orden de cosas es el sumo mal, su extremo opuesto es el supremo bien [...] donde, en las entrañas de esas fuerzas actúan frecuentemente una tendencia hacia el comunismo. (Editorial, Nº 065, 1966a)

Além disso, a matéria aponta aquilo que pode ser considerado um “agravante” no processo de hipnose, ressaltado anteriormente, qual seja, a influência direta de alguns círculos católicos em sugerir que “la iglesia nada tiene que ver con la propiedad privada y que el acuerdo con el comunismo es una cosa posible” (Editorial, N° 065, 1966a). Foram essas ações que, na visão de *Cruzada*, estariam sustentando a base do processo de crise na América do Sul, que movimentava (e esse movimento era considerado negativo) trabalhadores e estudantes, setores considerados sensíveis à causa comunista. Mesmo que o Brasil estivesse vivendo uma ditadura que se esforçava em combater o comunismo, essa realidade não era suficiente para os editores de *Cruzada*, pois, tanto o Brasil quanto o Chile estavam cosentindo na formação de um ambiente revolucionário: “Chile, ya puesto en estado de Revolución social. Y la crisis del Nordeste del Brasil, amenazando lanzar a esa nación hermana en el mismo estado” (Editorial, N° 065, 1966a).

Se, por um lado, a “Carta Abierta” pode ser entendida enquanto um movimento de pressão contra o governo militar para intensificar a luta anticomunista, por outro, ela também oferece ao Gen Onganía e a todos os possíveis leitores da manifestação, um modelo de atuação que perpassa, necessariamente, pelo entendimento de uma concepção de nação calcada na tradição (católica): “La Argentina no es la Argentina de fachada, que representa las ‘inteligentzias’ [...] Es el espíritu argentino tal como se define en su coherencia con el pasado, con los modos de pensar de nuestros antepasados tomamos del cuño católico de nuestro origen” (Editorial, N° 065, 1966a). Seria essa “Argentina” que deveria ser levada em conta na forma de ações concretas do governo e, seria essa “Argentina”, com suas tradições e sua essência católica que, de algum modo, não estava sendo privilegiada na administração federal.

Ao trazer essas questões, o editorial estava apontando, de forma explícita, a ineficiência do governo militar no modo de atuação anticomunista, muito em função de toda uma expectativa que a sua ascensão gerou em diversos setores conservadores, inclusive no próprio Grupo de *Cruzada*: “El gobierno de V. E., Señor Presidente de la República, aparece en un momento en que la mayoría de los argentinos esperaba el surgimiento de un hombre que condujese a la Nación a la realización de se grande y honroso papel histórico” (Editorial, N° 065, 1966a). Entretanto, *Cruzada* parece ter sido a protagonista no questionamento da eficiência do Gen Onganía em satisfazer os anseios dos grupos conservadores, o que indica, de certa forma, um modo de ação independente que autoriza a chamar atenção para a heterogeneidade desses grupos. Ao caracterizar as dúvidas em relação às ações de Onganía como “sombras que amenazan una gran esperanza”, o editorial se posicionou:

La esperanza que fuera V. E. este hombre, iluminó los primeros días de su actuación pública [...] más, movidos por el deseo de que se confiére, venimos a decir respetuosamente a V. E. que una duda comienza a amortecer el entusiasmo de no pocos entre su admiradores. (Editorial, N° 065, 1966a).

É a partir da exposição das “dúvidas” que *Cruzada* aponta a sua inquietação referente aos rumos do governo e deixa perpassar um caráter autoritário no modo como preconizava a ação política. As “sobras ameaçadoras de esperanças” se estabeleceram na medida em que algumas das ações do governo deposto, Arturo Illia, ainda estavam em vigor no Governo de Onganía. Na verdade, *Cruzada* apresenta as mesmas reivindicações das primeiras manifestações pós-golpe de junho, com o “agravante” de que as mesmas, em função da constante repetição, já poderiam ter adquirido um status de verdade. Elas deixam claro o motivo da inquietação: “sorprendentemente mantiene en vigencia las leyes promulgadas por el gobierno Illia, como la ley de Transformación agraria, la ley de locaciones urbanas, la ley de despido, la ley de abastecimientos y otras de igual corte socialista” (Editorial, N° 065, 1966a). Do mesmo modo que apontou continuidades entre os dois governos, *Cruzada* também acusou o governo militar de não combater o comunismo nas suas novas medidas “[...] los principios enunciados en el Plan de Desarrollo y Seguridad omiten cualquier referencia a una política claramente anticomunista en función de los problemas actuales de nuestro continente” (Editorial, N° 065, 1966a).

As duas passagens acima dão conta de exemplificar a intensidade das cobranças em relação aos atos do regime militar, destacando a sua ineficiência no combate ao comunismo. Entretanto, o exemplo a seguir pode demonstrar, com melhor exatidão, a vontade combativa do grupo de *Cruzada*, na luta anticomunista, que não media as palavras para atacar o governo militar e sua responsabilidade em promover vantagens ao comunismo através de medidas equivocadas e não pautadas numa “verdadeira” e eficaz luta anticomunista. Este aspecto pode ser exemplificado no momento em que o editorial tratou sobre a “infiltração” marxista nas Universidades:

El gobierno de V. E. se declaro dispuesto a combatir la infiltración marxista en el país, uno de cuyos focos es la Universidad. Sin embargo, no se procedió de inmediato contra aquella, por lo que los elementos marxistas tuvieron amplia oportunidad para disponerse a enfrentar las medidas del Poder Público. Por fin, cuando se procedió se lo hizo en nombre de la paz y y ordene interno de las Universidades. Y en lugar da extirpar de ellas, con medidas eficientes, el cáncer comunista para que pudiesen continuar gozando sin inconvenientes de una merecida e indispensable autonomía, hizo precisamente lo contrario, no suprimiendo el cáncer comunista y suprimiendo virtualmente la tradición autonomía universitaria. Como consecuencia, se constituyó un frente único entre izquierdistas y partidarios de la

autonomía universitaria, con lo cual sólo fue el comunismo quien lueró. (Editorial, Nº 065, 1966a)

Neste momento da análise é preciso levantar algumas hipóteses sobre os motivos (além da já mencionada visão do avançar comunista sobre a América Latina e, em especial, sob a Argentina) que levaram os membros de *Cruzada* a interpelar o presidente da República nestes termos tão incisivos. É necessário perseguir essa questão tendo em vista a postura adotada pela Revista, tanto nas suas cobranças diretas ao presidente quanto, especialmente neste ponto, no modo como o alertavam (e a todos os possíveis leitores) acerca das crescentes inquietudes político-sociais resultantes da postura de seu governo. Nestes termos, ao mesmo tempo em que *Cruzada* cobrava atitudes firmes de Onganía contra o comunismo, também explicitava seu apoio e promovia caminhos para a resolução dos problemas. A partir dessa articulação, a passagem abaixo permite visualizar o contexto do debate político que o grupo estava inserido, bem como, a partir daí, o modo como os seus (possíveis) adversários foram *representados*. A Revista, neste sentido, imprimiu um sentido argumentativo que a oposição ao governo militar, fosse ela de qualquer ordem, necessariamente se tornava adversário dela própria e de toda sua representação do verdadeiro modelo de atuação anticomunista:

“[...] los partidarios de V. E. tienen motivo para perplejidad y aprensión. Y al mismo tiempo, sus adversarios encuentran ocasión de explotación política [...] ellos presentan injustamente a V. E. como instrumento de oligarquías egoístas, despóticas y sin aliento ideológico [...] Así, la confusión que en el interés del gobierno de V. E. aquí apuntamos, sólo puede favorecer a la demagogia, dando injusta verosimilitud a las calumnias que Ella se complace en diseminar”. (Editorial, Nº 065, 1966a)

Nesta primeira hipótese, então, configura-se a perspectiva de entender a manifestação de *Cruzada*, na intensidade apresentada, como uma mensagem de alerta ao presidente (e a todos os leitores que o apoiavam) sobre uma possível articulação da oposição (“esquerdistas”) contra o governo militar. De outra parte, uma segunda hipótese também surge em consonância com a primeira, na medida em que, para o grupo de *Cruzada*, alguns dos setores vitais da sociedade, nas palavras do autor “figuras de mayor realce en las esferas en que se promueve los valores del espíritu y de la cultura”, não estariam lendo a realidade corretamente e não percebiam a grande periculosidade que o governo do Gen Onganía e, conseqüentemente, toda a Nação argentina poderia estar submergindo:

[...] frente a esto, ‘Cruzada’ ha considerado un deber patriótico dirigirse a V. E. para señalar cual es su pensamiento. Creemos que estas cosas tendría que haber sido dichas por otros grupos u otras figuras [...] Pero ya que ellas infelizmente callan, aquí está nuestro pronunciamiento [...]. (Editorial, Nº 065, 1966a)

Em que pese esta segunda hipótese estar configurada a partir do apontamento de um relativo isolamento político e de ideário do grupo em relação a outros setores que apoiavam – ou não – a presidência e tudo aquilo que seu governo representava em termos do combate ao comunismo, *Cruzada* chama para si a responsabilidade de blindar o governo militar contra seus adversários, mesmo porque, de acordo com a matéria, o entendimento era que a Revista contava com amplo apoio da população argentina:

[...] estamos seguros de representar a una gran parte del pueblo argentino, especialmente de la juventud. Esa representatividad la hemos sentido en la simpatía y en el eco generalizado que suscitaron nuestras interpelaciones a la Democracia Cristiana y a la CGT peronista, no hace mucho. (Editorial, N° 065, 1966a)

A partir das hipóteses levantadas, é possível traçar alguns pontos conclusivos acerca do entendimento da postura da Revista em relação ao governo militar e, em consequência, apresentar as proposições de realidades possíveis de serem lidas. Como se pode observar, dois aspectos ficaram evidentes: em primeiro lugar, o entendimento de uma constante e perigosa reorganização dos grupos considerados representantes do ideário marxista. E, em segundo lugar, externava-se a ideia de uma “acomodação” dos setores da sociedade que não estariam enxergando esse avançar comunista, comprometendo sobremaneira os rumos traçados para a nação. Neste sentido, as críticas direcionadas à ineficiência do Gen Onganía, no combate ao comunismo, também podem ser lidas como críticas à sociedade argentina em geral, especialmente a partir do diagnóstico da falta de uma conduta moral digna de uma “nação católica” no caminho de sua grandeza:

“Es necesario y urgente que se elabore algo que sea un enunciado definido de un espíritu de una política en que la nación reconozca la imagen de su carácter [...] una Nación resulta de la unión de millones de almas en torno de un mismo ideal en la realización de una misma misión histórica universal” (Editorial, N° 065, 1966a).

Mesmo com um governo autoritário no mando político do país, para *Cruzada*, o momento ainda era de muita preocupação, e necessitava de uma “expresión leal y sincera del propio pensamiento, a fin de cooperar con el Excelentísimo Señor Presidente en la formulación de esa política de verdadera grandeza nacional” (Editorial, N° 065, 1966a).

A matéria anteriormente mencionada (*El cambio de estructuras y el gobierno nacional*) para demarcar a disposição estratégica de *Cruzada*, também pode fornecer subsídios para entender o esforço do corpo editorial em estabelecer o sentido da sua proposição de real, constantemente marcado pela ameaça comunista, entrando em pronta

sintonia com o conteúdo da solicitada de setembro. Conforme já ressaltado, a matéria se apoiou nas palavras que o General Onganía teria proferido em um discurso, datado de onze de outubro, para o “5º Congreso de Ingeniería”. Entretanto, cabe destacar, *Cruzada* não reproduziu as palavras do General, publicando apenas as avaliações do Grupo. E, são essas impressões ou esses diagnósticos, inscritos dentro de uma ideia de incerteza geral, que imprimiram um reforço do sentimento de apreensão apresentado por ocasião das primeiras manifestações acerca da destituição de Illia, bem como na própria solicitada de setembro. Considerando as palavras de Onganía “muy genéricas”, a matéria mostrou, inicialmente, os motivos das preocupações:

“[...]el Jefe del Estado habló con mucho énfasis del cambio de estructuras, la modernización y la transformación sustancial del país – expresiones que acostumbran ser entendidas en un sentido socialista e confiscatorio – insinuando el deseo de que ese proceso vaya tan rápido cuanto ‘la resistencia al cambio de las estructuras consolidadas’ lo permita. Tales manifestaciones causan justa alarma por la posible cabida que puedan dar a la acción de ciertos sectores de mentalidad socialista y de católicos progresistas, que no carecen de influencia ni de ubicación en el gobierno.” (Editorial, N° 065, 1966b)

Com relação às “esperanzas”, foi publicado o seguinte:

[...] el Teniente General Onganía, al referirse a esas reformas, no entro en ningún pormenor que pudiese ser distinguido como socialista y confiscatorio, dejando el campo abierto para que aquellas definiciones genéricas sean aplicadas sin perjuicio de los principios católicos, en especial, el derecho de propiedad privada, cuyo respeto “Cruzada” pidió [...] el reciente nombramiento de algunas figuras que siempre se caracterizaron por su posición en la lucha contra el comunismo [...] nos autorizan a abrigar la esperanza de que el sentido socialista y confiscatorio no se concrete en la acción de gobierno. (Editorial, N° 065, 1966b)

Como se percebe, nas duas passagens supracitadas, mais do que simplesmente ressaltar a dubiedade resultante da manifestação do General Onganía, no que concerne às ações que implicariam em algum tipo de facilidade para o comunismo, o texto explicita os setores que poderiam se apropriar dessas transformações (setores de mentalidade socialista e os católicos progressistas) como também, deixa em relevo os setores da sociedade que poderiam sofrer com as consequências dessas transformações, caracterizados como os defensores dos “princípios católicos” e da propriedade privada. O “em comum” dessa dupla interpretação (vantagens e desvantagens) se concentrou, necessariamente, na presença da ameaça comunista, sempre atuante, à espreita de qualquer abertura para a sua propagação. Por isso, a expressão de uma constante “expectativa vigilante” e o apelo à proteção divina: “que

Nuestra Señora de Luján, Patrona de la Patria, ilumine el camino de nuestra Nación”.

5.6 A Revista *Catolicismo* e o golpe de 1966 na Argentina

Conforme já mencionado na introdução deste capítulo, a Revista *Catolicismo* não oferece a possibilidade de analisar o modo como o golpe de 1966 foi recepcionado pelo seu grupo de editores, uma vez que não houve uma linha sequer tratando do assunto nas páginas da Revista brasileira. Em face a este “silêncio”, a presente seção buscará registrar algumas explicações, a título de hipóteses, para entender essa postura de *Catolicismo* e, a partir daí, trazer alguns elementos que possibilitem caracterizar o *modus operandi*, tanto da Revista brasileira quanto da Revista argentina e estabelecer alguns vetores demarcadores daquilo que pode ser considerado uma distinta forma de consideração de importância, relacionada entre os grupos de editores.

Examinando todas as edições de *Catolicismo* publicadas no ano de 1966, é possível encontrar apenas uma única matéria destinada ao país vizinho. Trata-se da publicação, na íntegra, da “Carta Aberta”, de autoria do Grupo de *Cruzada*. Esta matéria foi publicada no mês de novembro em *Catolicismo* e será analisada em seu pormenor adiante. Por hora, o esforço analítico será concentrado em levantar uma hipótese para compreender o silêncio em relação ao golpe que derrubou Arturo Illia: o grupo da Revista *Catolicismo* não mencionou questões sobre o processo político da Argentina tendo em vista outras prioridades de assuntos, inclusive, em virtude de polêmicas que envolviam diretamente a entidade. E, para entender os motivos daquilo que foi priorizado como publicação, é preciso passar em revista as principais matérias políticas publicadas durante todo o ano de 1966, buscando, com isso, absorver o grau de importância estabelecido por *Catolicismo* acerca das temáticas difundidas.

A partir do mês de abril, o confronto entre o grupo responsável pela edição da revista chilena *Fiducia* (coirmã de *Catolicismo* e *Cruzada*, que mais tarde – 1967 – fundaria a TFP no Chile) contra seus opositores (aliados do presidente Eduardo Frei Montalva) passou a ocupar lugar central nas matérias políticas de *Catolicismo* durante várias edições de 1966. O principal tema das matérias foi justamente a contrariedade do grupo em relação à proposta de Reforma Agrária do presidente chileno, a qual era entendida como “socialista e confiscatória”. Na primeira matéria, publicada em abril, intitulada “A reforma Agrária do Presidente Frei é socialista e confiscatória”, o articulista de *Catolicismo*, A.A. Borelli Machado, assim se reportou ao grupo chileno:

FIDUCIA, a combativa e prestigiosa revista católica de Santiago do Chile, fez publicar um ‘Manifesto à nação chilena sôbre o projeto de reforma agrária do presidente Frei’ que constitui uma vigorosa denúncia de atentado que essa propositura representará para o direito de propriedade, se convertida em lei. (Machado, Nº 184, 1966)

Sobre o conflito *Fiducia versus* aliados do Presidente Frei, *Catolicismo* publicou, ainda no mês de maio, a matéria “Fiducia enfrenta seus opositores”; em outubro “Porque fui expulso do Chile”, que tratou sobre a deportação do colaborador de *Catolicismo* Fabio Vidigal Xavier da Silveira, em função do mesmo ter se envolvido (aliado ao grupo Fiducia) nas questões políticas internas do país; e, em dezembro, uma última matéria intitulada “Fiducia não teme a violência”. Se somente for levado em conta que o grupo da Revista *Cruzada*, no ano de 1966, também se envolveu em diversas querelas com outros grupos argentinos (Democratas Cristãos e Peronistas), fica sem explicação essa prioridade dada ao cenário político chileno. Entretanto, uma explicação é possível na medida em que, aos olhos de *Catolicismo*, o sistema político chileno, a partir das propostas de reformas do presidente Frei (que era do Partido Democrata Cristão), representava um grau de periculosidade, no que tange ao processo de “cubanização” do país, muito mais elevado (“bolchevización Blanca”, conforme visto no segundo capítulo) do que as medidas governamentais do presidente Illia.

Além dessa questão exclusivamente chilena, *Catolicismo* também deu prioridade para outras temáticas que permearam suas páginas durante todo o ano de 1966. A partir de julho, conforme a análise empreendida no segundo capítulo, a TFP iniciou uma campanha antiodivorcista que rendeu muitas matérias, especialmente na difusão das ideias do grupo sobre o tema, bem como na difusão do processo de coletas de assinaturas. Essa campanha antiodivorcista, cabe mencionar, fomentou a polêmica envolvendo a TFP e a CNBB, tendo a edição de agosto publicado um extenso comunicado de defesa (três páginas inteiras), iniciado nos seguintes termos:

A Veneranda Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, publicou no dia 17 de junho [...] sobre o Código Civil [...] sobre a TFP [...] e sôbre o Movimento de Educação de Base (MEB) [...]. Com isto, ficou posta em difícil situação perante a opinião pública a TFP, não só porque um dos comunicados visava, de maneira severa e taxativa, esta entidade, como porque, em doloroso contraste, os outros dois referiam de modo ameno e benigno ao projeto de Código que subrepticiamente introduziu o divórcio em nossa legislação, e ao MEB, por muitos havido como comunistizante. (TFP, Nº 188, 1966)

Por seu turno, a edição 191, de novembro de 1966, reproduziu na íntegra e em versão traduzida para o português a “Carta Aberta” do grupo de *Cruzada* dirigida ao General

Onganía, publicada em setembro nos jornais argentinos e, em novembro, na Revista *Cruzada*. Antes da reprodução integral do texto, *Catolicismo* se permitiu algumas linhas de comentários sobre a solicitada em questão. Em primeiro lugar, foi dada ênfase para os aspectos que teriam motivado a publicação:

Os jovens católicos que editam em Buenos Aires a prestigiosa Revista Cruzada, preocupados com as indecisões e contradições do Govêrno revolucionário argentino, publicaram no dia 27 de setembro p. p. em dois dos mais importantes órgãos da imprensa diária portenha, La Nación e La Razón, uma lúcida e substancial carta aberta ao General Juan Carlos Onganía, na qual manifestam a perplexidade e as apreensões de muito dos que haviam saudado com esperança a sua ascensão ao poder.

Essa tomada de atitude pareceu necessária aos nossos confrades ante o inexplicável silêncio de outros grupos ou outras figuras de maior relevo nas esferas em que se promove os valores de espírito e da cultura ou se impulsionam as atividades empresariais, rurais e etc. (Cruzada, Nº 191, 1966).

Em segundo lugar, *Catolicismo* destacou os motivos para a “Carta Aberta” estar em suas páginas:

Catolicismo, ao reproduzir êste documento, tem em vista não apenas a atualidade que o tema apresenta para os leitores brasileiros, que acompanham com vivo interesse o que se passa naquela região irmã, mas também a conveniência de divulgar entre nós os elevados princípios enunciados na carta aberta, bem como as oportunas considerações de ordem histórica ali desenvolvidas. (Cruzada, Nr 191, 1966).

Mesmo não apontando diretamente quais seriam os “elevados princípios” que interessariam aos brasileiros, a partir da própria importância que foi dada para a publicação, que ocupou duas páginas de *Catolicismo*, passando pela própria tradução do texto – que necessariamente movimentou algum especialista para essa tarefa – até o próprio conteúdo da “Carta Aberta”, é permitido tecer algumas considerações, as quais podem permitir desvelar alguns componentes de interesse para a análise.

Em primeiro lugar, é preciso indagar sobre o mês da publicação da solicitada em *Catolicismo* que coincidiu com o mesmo mês de publicação na *Cruzada*. Se a solicitada foi publicada em setembro, por quais motivos *Catolicismo* separou o mês de novembro para a sua divulgação no Brasil? Qual seria o motivo dessa coincidência? Talvez, a impossibilidade financeira (hipótese levantada na seção anterior) de *Cruzada* em publicar a edição do mês de outubro seja a resposta para essas questões. Não caberia, portanto, a *Catolicismo* publicar algo “exclusivamente” de interesse argentino antes da própria Revista argentina. Se esta hipótese tem algum sentido de possibilidade de veracidade, ela implica em considerar a existência de

uma ampla articulação, entre o grupo brasileiro e o grupo argentino, que poderia resultar em importantes laços de sociabilidade doutrinária e, principalmente, para o caso desta pesquisa, em laços de sociabilidade política (aspecto que recebeu a devida consideração no primeiro capítulo da tese) com destaque à atuação anticomunista.

Por outro lado, o fato de *Catolicismo* ter externado (de modo nada conclusivo e muito impreciso) os motivos da publicação da “carta aberta”, justificando sua escolha por se tratar de “elevados princípios” que interessariam aos brasileiros, também permite algumas considerações. Na seção anterior, buscou-se demonstrar que o sentido da incisiva cobrança do grupo *Cruzada* ao General Onganía pode ter sido estabelecido a partir de uma visão que previu uma reorganização dos grupos considerados representantes do ideário marxista, bem como enfatizou aquilo que considerou enquanto uma “acomodação” de importante os setores da sociedade que não estariam atentos à presença comunista, algo que, no limite, poderia comprometer os rumos traçados para a “nação católica”. Se esta avaliação está correta, é possível adotar esse parâmetro de análise para entender que *Catolicismo* reproduziu a “Carta Aberta” de *Cruzada* com a mesma finalidade estratégica: mostrar aos brasileiros que o “esquerdismo” poderia se reorganizar e se fortalecer ao menor sinal de “afrouxamento” da vigilância anticomunista, especialmente entre o meio dos católicos, mesmo estando em vigor um regime militar que já demonstrava sua face repressiva²³⁰.

A matéria que fez fronteira com a diagramação da “Carta Aberta”, intitulada “Crise Universitária: TFP reage contra minoria esquerdista”, pode ser um exemplo desse entendimento, na medida em que reforça o sentimento de intensa atuação dos grupos “esquerdistas”. Não é mister do capítulo analisar em detalhes a matéria, mas apenas enfatizar que o texto repercutiu e narrou os enfrentamentos entre o grupo de “universitários da TFP” contra os “agitadores esquerdistas”, pertencentes a então extinta União Nacional de Estudantes, UNE, considerados proponentes de táticas revolucionárias. O confronto teria iniciado ainda no mês de setembro:

Após a malograda tentativa de realizar um congresso nacional em Belo Horizonte em fins de julho passado, elementos da extinta UNE, em conexão com a União Estadual de Estudantes, procuraram reunir em São Paulo um novo certame (que seria realizado no dia 7 de setembro), de caráter clandestino e subversivo. (Editorial, Nº 190, 1966)

Mas, com intensas repercussões em novembro:

²³⁰ Até o final de 1966 já haviam sido instaurados os quatro primeiros Atos Institucionais pelo governo militar.

Na última edição desta folha foi analisada a situação dos militantes universitários da Tradição Família e Propriedade nos primeiros dias de agitação estudantil de caráter esquerdista que constituiu o acontecimento predominante da política interna brasileira (Filho, Nº 191, 1966)

De outro modo, mas complementando a ideia anterior, cabe destacar que o *discurso* do “janguismo sem Jango”, explicitado ainda nos primeiros momentos pós-golpe de 1964, ainda repercutia de modo muito intenso em 1966, algo que denota mais um aspecto a ser considerado para entender a intenção de *Catolicismo* com a publicação da matéria da “Carta Aberta”. Uma longa matéria sobre a Ação Popular (“*Ação Popular, capítulo deplorável na História do Brasil Católico*”), publicada na edição 183, de março de 1966, reproduziu a mesma ideia de outrora: “infiltração” marxista entre os católicos. Desde os subtítulos “*Mais janguistas do que Jango*” e “*O problema não acabou em 31 de março*” fica evidenciado esse aspecto. Ao tratar sobre um grande número de votos provindos de seminários católicos para o “candidato esquerdista”, nas eleições do Diretório Estadual dos Estudantes do Rio Grande do Sul, a matéria insere e alerta para a problemática da revitalização das esquerdas: “Ademais seria ingenuidade achar que êsse grave problema se resolveu com o 31 de Março” (Torres, Nº 183, 1966).

Portanto, se por um lado, *Catolicismo* não repercutiu a deflagração do golpe argentino e deu prioridade e espaço para outras questões políticas que também estiveram circunscritas às problemáticas anticomunistas, por outro, ao repercutir a “Carta Aberta” dos editores de *Cruzada* e esta, conforme já referido, considerada um documento pertinente à realidade nacional, sinaliza, de certa forma, que a mesma reserva e prudência com que o grupo argentino visualizava o combate ao comunismo em seu país, também pode ser equivalente para a visão do grupo da revista brasileira. Neste sentido, para *Catolicismo*, mesmo o país sob um regime militar que se instaurou e agiu sob a prerrogativa de acabar com possibilidades de “infiltração” comunista, ainda era necessária uma completa, constante e efetiva vigilância acerca dos grupos considerados de “esquerda” (muitos destes com atuação entre os próprios católicos), que invariavelmente eram vistos em constante e perigosa reorganização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo do anticomunismo católico difundido pela Revista *Catolicismo* e pela Revista *Cruzada*, no contexto da década de 1960, permitiu explorar diversas facetas que compuseram o poderoso leque conservador daqueles anos marcados por profundas agitações políticas e sociais, inseridas tanto nos campos católico e político do Brasil e da Argentina. Neste sentido, é preciso considerar que as duas instituições focos da investigação representavam um importante segmento que se projetou enquanto componente fundamental na construção de uma realidade na qual o “perigo comunista” foi percebido cada vez mais presente e atuante na ordem do dia do cenário político e social dos dois países. A tese propôs, como objetivo primordial, apresentar como se deram as diversas investidas desses Grupos na conjugação da formatação do *imaginário* anticomunista, cuja influência foi de fundamental importância nos debates e disputas daqueles anos, demarcando e justificando algumas das ações de matriz conservadora e autoritária que se interpuseram no espectro político de ambos os países.

Contudo, o desenho do quadro acima só se tornou possível na medida em que as Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* investiram, de forma específica e contínua, em um conjunto de operações que orquestraram os fundamentos para a consolidação de uma *regularidade discursiva anticomunista* que, por diferentes maneiras, se apropriou do objeto comunismo, visualizando-o, esquadrihando-o, decodificando-o, enfim, foi preciso que o objeto comunismo entrasse na *ordem do discurso* dos mensários, sendo alvo de constantes imposições de verdades, estigmas e caracterizações totalizantes que o colocavam – e seus possíveis simpatizantes – do outro lado da fronteira identitária, em permanente exclusão.

Ao tomarem a palavra e se dedicarem a fazer do comunismo um objeto que necessitava ser esclarecido, decifrado, demonstrado e que fossem estabelecidas suas possibilidades, potencialidades e fragilidades, operacionalizadas através de inúmeras *representações*, os Grupos das Revistas católicas se autoproclamavam portadores de uma mensagem de salvação, ao mesmo tempo em que imprimiam um conjunto de operações que instigavam o alerta ao mais ínfimo sinal de presença (ou suposta presença) da manifestação, “infiltração”, propagação ou infecção comunista. Para a salvação, era preciso combater; para combater, era preciso saber identificar o inimigo: a vigilância manifesta no *discurso* anticomunista foi um imperativo naqueles anos sessenta.

Para possibilitar um melhor entendimento de que forma se deu a manifestação anticomunista projetada nos periódicos dos Grupos de *Catolicismo* e de *Cruzada*, ou, em outras palavras, para responder acerca do “como” anticomunista nos mensários, a tese foi dividida em quatro capítulos, cada qual apresentando um modelo, uma maneira de se visualizar a operacionalidade discursiva anticomunista.

Uma vez que a tese não foi desenvolvida, predominantemente, com base em uma sequência cronológica, buscou-se, no recorte analítico proposto, proporcionar um conjunto de possibilidades coerentes dentro de um movimento sincrônico, sem esquecer que, por vezes, o uso do diacrônico também se fez necessário. A escolha dessa formatação se deu quase que exclusivamente com base nas perguntas que demarcaram os objetivos específicos propostos a serem atingidos, bem como a partir da especificidade das próprias fontes de pesquisa constituídas por duas revistas, produzidas a partir de dois Grupos, difundidas em espaços distintos, mas “atravessadas” pela mesma problemática (anticomunismo), circunscrita em realidades de cunho político e religioso que, em alguns aspectos, apresentaram relativos graus de paridades.

A partir da estrutura analítica empreendida, diversos foram os resultados de pesquisa obtidos, os quais, em parte, serão retomados e/ou desenvolvidos neste espaço, tendo em vista a possibilidade de esclarecer alguns aspectos que, talvez pelo próprio modelo de narrativa escolhido, não puderam ser plenamente desenvolvidos ou relacionados com outras questões cujas vinculações contribuiriam sobremaneira ao entendimento de como se projetou a luta anticomunista a partir e através dos periódicos.

Iniciando a partir de uma premissa mais geral, o primeiro capítulo demonstrou que a base de sustentação teórica dos Grupos de *Cruzada* e de *Catolicismo*, centrada na perspectiva contrarrevolucionária e integrista, foi o combustível elementar que orquestrou toda uma característica combativa, sempre colocada à prova em diversas arenas políticas nas quais os periódicos se propuseram a atuar.

Como se pôde visualizar ao longo da tese, a dinâmica social, política e cultural da década de 1960 permitiu, entre outras questões, que o componente integrista e contrarrevolucionário dos grupos tradicionalistas fosse reconfigurado, tendo em vista a presença de um “novo” elemento – o comunismo – que, naquele contexto, ficou ainda mais “valorizado”, congregando diversos matizes que o colocaram como o grande inimigo a ser combativo. No cenário católico, especificamente, esses matizes foram estabelecidas por todas as discussões que giraram em torno das transformações teórico-doutrinária do catolicismo, cujo ápice foi atingido após as publicações das Encíclicas Sociais de João XXIII (1961 e

1963) e da realização do Concílio Vaticano II (1962-1965). No cenário político, por sua vez, o influxo do comunismo se deu com o impacto da denominada Revolução Cubana conjuntamente com a renovação e revalorização dos postulados marxistas, cada vez mais aceitos (inclusive por parte de alguns setores católicos) como alternativas na luta contra a miséria e opressão que caracterizavam o continente latino americano nos anos 1960. A imagem publicada na Revista *Catolicismo* demonstrando e enfatizando as “Fases da Revolução” (ver Imagem 9), trazendo a figura de *Che Guevara* como representante da última face, demonstrou claramente a formatação dessa “nova” frente de combate.

Tendo em vista a constatação de que o principal inimigo combatido pelos Grupos das Revistas *Catolicismo* e *Cruzada* foi o comunismo e tudo aquilo que a ele – direta ou indiretamente – fosse relacionado, o primeiro capítulo apresentou alguns aspectos que deram conta de demonstrar essa combatividade, especialmente aqueles relacionados à importância gráfica e à intensidade da presença anticomunista em ambos periódicos.

Os dados apresentados referentes à Revista *Catolicismo* (tabelas 1 e 2) demonstraram que, em todo o período analisado, houve um esforço contínuo da entidade para destacar a manifestação anticomunista, tanto na quantidade presente nas matérias de capa quanto na intensidade presente nas matérias em geral. Disso resultou uma importante constatação: a agenda anticomunista da Entidade não foi pautada necessariamente por conflitos-chaves e emblemáticos da política nacional, como se poderia supor em relação ao evento da denominada “Legalidade” ou até mesmo no processo de quebra institucional com o golpe de 1964 – eventos em que a “questão comunista” foi amplamente difundida. A lógica combativa do Grupo obedeceu outros preceitos, notadamente aqueles vinculados à ideia de que estaria em curso a *Revolução*, cujas querelas e instabilidades políticas apenas demonstravam suas facetas mais emergentes. Entretanto, cabe destacar, isso não significa que esses processos não repercutiram na Revista. Não só repercutiram como receberam as devidas prioridades.

A questão quantitativa da manifestação anticomunista presente em *Catolicismo* permitiu atestar uma regularidade independente de agitações políticas, indicando um *modus operandi* relativamente diferenciado de outros grupos católicos – inclusive membros da própria hierarquia eclesiástica – ao trazer para essas considerações alguns elementos do quarto capítulo, que analisou como a Revista se comportou em um desses momentos limites da política brasileira (golpe de 1964). Sendo assim, foi possível verificar aspectos da ordem qualitativa que também chamam a atenção para os devidos cuidados em efetuar generalizações, comumente realizadas, que colocam os mais diversos grupos católicos inseridos em uma mesma caixa conceitual – centrada basicamente no termo generalizante do

conservadorismo – deixando de lado todas as especificidades, diferenças e contradições inerentes a qualquer segmento social. Nesse sentido, o quarto capítulo, ao se dedicar a analisar os contextos pré e pós-golpe de 1964, demonstrou que a Revista brasileira privilegiou uma série de manifestações anticomunistas relacionadas ao ambiente político, ombreando com outros setores a difusão de um alerta acerca das perigosas aproximações do governo de Goulart com os grupos de esquerda. Contudo, desde a primeira edição, publicada após a destituição de Jango, os editores já chamavam a atenção para algumas permanências do regime deposto, a mais emblemática delas foi o “Janguismo sem Jango”, continuamente recuperada em outros contextos como forma de denunciar a presença comunista.

Já a análise das questões gráficas da Revista *Cruzada* demonstrou que o periódico argentino era relativamente de menor expressão se comparado com a sua congênere brasileira, tanto nos aspectos que diziam respeito à sua importância no cenário político do país, quanto à própria estrutura administrativa. Contudo, essas diferenças não repercutiram no caráter combativo do Grupo em relação à luta anticomunista. Pelo contrário – e os dados apresentados nas tabelas 3 e 4 atestam isso – *Cruzada*, em números proporcionais, superou *Catolicismo* na manifestação anticomunista, seja no número de matérias de capas (com a surpreendente porcentagem de 91% de conteúdo anticomunista) ou nas matérias em geral. Essa quantificação anticomunista também aponta para uma importante constatação, desta feita de cunho historiográfico: em que pese o silêncio referente ao tema na historiografia argentina, a manifestação anticomunista foi orquestrada de forma intensa, contínua e prioritária, o que revela um tema pouco explorado, ainda podendo ser objeto de diversas pesquisas.

Além disso, no quesito “regularidade discursiva”, *Cruzada*, assim como *Catolicismo*, também pautou sua agenda anticomunista para além das possíveis vinculações com a polaridade política que, na Argentina da década de 1960, desencadeou diversos e violentos processos. Os números levantados, em todas as edições disponíveis, comprovam que o anticomunismo manifestado pela Entidade não foi estabelecido necessariamente a partir de questões circunstanciais – determinado por situações, acontecimentos ou contextos específicos –, mas fazia parte de ações pautadas em toda uma concepção de mundo e religião, inseridas na luta contrarrevolucionária e integrista.

Ao se recuperar a análise da atuação do Grupo argentino em dois contextos diferenciados, é possível exemplificar esse *modus operandi* que se assemelhou ao empreendido por *Catolicismo*, mas se diferenciou sobremaneira da atuação política empreendida por outros grupos católicos. O primeiro exemplo que atestou a diferenciada forma de atuação da Revista *Cruzada* pode ser estabelecido com a interpretação e avaliação

que o Grupo difundiu acerca dos primeiros momentos da denominada “Revolução Argentina” – golpe de Estado que destituiu Arturo Illia e colocou o General Onganía na presidência do país. A “solicitada” intitulada “*Hacia donde va la Argentina*”, impressa nos principais jornais do país – publicada como um número especial da Revista – e direcionada para o governo autoritário do General Onganía, aponta para uma singular posição do Grupo que destoou de algumas vozes políticas da Argentina que viam, na figura de Onganía e nas suas ações governamentais, um exemplo de eficiência na luta anticomunista. A Revista *Cruzada* não somente apontou equívocos na política anticomunista do governo como criticou, de forma contundente, a sua ineficiência, agindo decisivamente como um grupo de pressão contra um regime autoritário, que pautou, desde suas primeiras medidas, suas ações na luta anticomunista. Verificou-se que a Revista argentina não mediu as palavras para atacar o governo militar e salientar a sua responsabilidade em promover vantagens ao comunismo através de medidas equivocadas e não pautadas em uma “verdadeira” e eficaz luta anticomunista, que ela (*Cruzada*), por sinal, acreditava poder oferecer.

O segundo exemplo que pode ser elencado remete à singular interpretação que o Grupo imprimiu na edição que se ocupou de analisar o golpe de 1964, no Brasil. Além de não compartilhar com o sentimento de euforia presente em alguns setores católicos e da imprensa brasileiros com a derrocada de Goulart – chamando a atenção para o fato de que o evento não passava de apenas mais um “capítulo” da *Revolução* – também chamou a atenção para a prudência necessária nas avaliações daqueles considerados vencedores e daqueles considerados vencidos. Nesse sentido, o exemplo da visão empreendida sobre Carlos Lacerda – caracterizando-o como a outra face da mesma moeda que pertencia João Goulart –, um dos atores políticos que mais conspirou para a derrocada de Jango, é paradigmático para compreender em quais termos se deu a lógica e disposição combativa do Grupo, coerentemente inserida nos postulados teóricos já mencionados.

Imprimir visão/interpretação da realidade e avaliar o perigo comunista de outros países (em especial Brasil, Argentina e Chile) foi prática constante dos Grupos de *Catolicismo* e *Cruzada*, evidenciando mais um fator a ser considerado dentre aqueles que podem ser demarcadores referentes a uma operacionalidade comum entre as duas Entidades. Nessa perspectiva, foi possível constatar que os periódicos pautaram suas ações a partir de uma semelhante base conceitual, tanto no aspecto da publicidade (periodicidade, sustentabilidade, gráfica) quanto nas questões teóricas, aproximando-se quantitativamente no destaque que foi dado para a divulgação da luta anticomunista.

A partir desse conjunto de evidências, que demonstram a aproximação entre as instituições, a pesquisa constatou que existiu uma influência recíproca, cujo resultado pôde ser visualizado também a partir da prática discursiva anticomunista. Tanto a publicação argentina quanto a publicação brasileira traziam constantemente notícias, matérias, comentários que ora enfocavam algum aspecto da entidade coirmã (ou da realidade do país vizinho, como no exemplo destacado acima) ora publicavam artigos da autoria de membros da Revista do outro país, fazendo dessa “sociabilidade” um meio privilegiado para a projeção de uma regularidade discursiva anticomunista. Foi o caso específico das constantes publicações dos estudos empreendidos por Plínio Corrêa de Oliveira – e de outros membros de *Catolicismo* – que ocuparam continuamente os espaços de *Cruzada* e de *Catolicismo*, sendo objetos de apropriações e avaliações da luta anticomunista manifestadas a partir dessas obras: “Revolução e Contrarrevolução em 30 dias” e “Reforma Agrária Questão de Consciência em 30 dias” – ou das colunas permanentes que se originaram a partir delas – que, invariavelmente, repercutiam e repetiam os mais diversos enunciados anticomunistas.

A publicação dos estudos “Revolução e Contrarrevolução” (1959), “Reforma Agrária Questão de Consciência” (1960), “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista” (1963), e “Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo” (1965) serviram de base para a consolidação daquilo que, na tese, foi chamado de “sociabilidade anticomunista” entre os Grupos de *Cruzada* e *Catolicismo*. Cada uma dessas obras, com seus conteúdos específicos, que giraram em torno (não somente, mas principalmente) da luta anticomunista, constantemente foram recuperadas e apropriadas, sendo difundidas em contextos específicos (como no caso da reedição de LIEC, no número que tratou do golpe de 1964, no Brasil), se tornaram importantes referências, serviram de embasamento para outras construções discursivas anticomunistas, engendraram práticas, imprimiram e regularam posicionamentos, normatizaram condutas e foram constantemente mencionadas em artigos e matérias, tanto por parte dos articulistas de *Cruzada* quanto por parte dos articulistas da própria *Catolicismo*.

As constantes trocas de experiências e os intercâmbios efetivados, evidenciados através das publicações referidas, são indícios que apontam para uma unificação de objetivos das Entidades no tocante à luta anticomunista. O que era reciprocamente oferecido entre um e outro periódico, não se resumia apenas a um modelo teórico de luta contra o comunismo, mas implicava, efetivamente, na legitimação de um saber e de um fazer que, por conseguinte, foram apropriados, ressignificados e constantemente praticados pelos mensários católicos.

De outra parte, a tese apontou para outra forma a partir da qual é possível evidenciar a regularidade discursiva anticomunista, não mais centrada nas contribuições mútuas, mas

especificamente presente nos projetos individuais, efetivados contra qualquer possível ameaça comunista. Através desse prisma analítico, ficou constatada uma relativa diferença operacional entre os Grupos de *Cruzada* e de *Catolicismo*, que pode ser um reflexo direto das próprias condições administrativas, consideravelmente mais desenvolvidas no mensário brasileiro do que no mensário argentino.

Tratou-se de perceber que, no caso da Revista *Catolicismo*, existiu um projeto relativamente orquestrado com fins a difundir, de modo sistemático, a luta anticomunista da Entidade. Além da presença das colunas fixas (“RCR em 30 dias”; “RAQC em 30 dias” e “Outras notas anti-socialistas”), que por sua própria especificidade atestam seu caráter contínuo, outros modelos de publicações foram projetados, notadamente os documentos oficiais – Cartas Pastorais – da autoria de D. Castro Mayer e D. Sigaud (respectivamente “*Os ardis da seita comunista*”, de julho de 1961, e “*Seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*”, de fevereiro de 1962), além do emblemático “Catecismo Anticomunista”, também da autoria de D. Sigaud, publicado em agosto de 1962. As Cartas Pastorais, em especial, devem ser colocadas em um patamar diferenciado das outras matérias da própria Revista *Catolicismo*, uma vez que, por se tratarem de documentos oficiais, distribuídos nas Dioceses de atuação dos prelados, acabavam atingindo um número de leitores consideravelmente superior daqueles exclusivos do periódico, além de apresentarem um conteúdo profundamente didático, de fácil compreensão que, desde os próprios subtítulos – de forma muito clara – já se tornava possível identificar qual era a sua mensagem fundamental.

Na Revista *Cruzada*, em contra partida, em que pese os números expressivos na projeção do anticomunismo e a forma constante com que este permeou pelas páginas do periódico, não foi possível constatar a mesma racionalização empreendida pela sua congênere brasileira, o que não implica em diminuir a importância das suas matérias no processo de construção de um conjunto de saberes específicos acerca do comunismo, ou, conforme foi mencionado no desenvolvimento da pesquisa, a formatação de um dispositivo de saber anticomunista.

Cabe destacar que o delineamento de uma verdadeira “pedagogia anticomunista” somente se tornou possível na medida em que a hipótese de uma *regularidade discursiva anticomunista* se tornou concreta, em ambos os periódicos. Nesse quesito, a tese se esforçou em oferecer um maior número de subsídios que pudessem explicar como os respectivos editoriais colocaram em prática, dentro dos seus projetos de divulgação anticomunista (menos ou mais racionalizados, como foi o caso de *Catolicismo*), todo um mecanismo que se propôs a

ensinar e esclarecer sobre as possibilidades do comunismo (como identificar sua aproximação ou “infiltração”, sua expansão, as armas que utilizava para convencer suas “vítimas” e a própria maneira de combatê-lo). Em cima desta questão foi possível constatar que *Cruzada e Catolicismo*, ao terem, em muitas situações, lançado mão do dispositivo de saber anticomunista mobilizadas por questões específicas e afeitas aos seus respectivos países, se apropriaram de algumas temáticas comuns, cuja operacionalidade se deu a partir de demarcações de situações da conjuntura política internacional, que, por seu turno, eram manipuladas para serem refletidas nos “problemas” políticos internos.

A tese demonstrou que os principais temas mobilizados pelas Revistas católicas (marxismo, a “questão cubana”, a “questão chilena”, a União Soviética e a expansão comunista no mundo) para a formatação do saber anticomunista, constantemente produziram e articularam as mais diversas *representações* que contribuía (os exemplos elencados para cada um desses temas puderam demonstrar isso) para a arregimentação de uma das facetas do *imaginário* anticomunista no Brasil e na Argentina.

Fazendo um balanço mais abrangente dos temas que os católicos se apropriaram para a difusão do saber anticomunista é possível elencar algumas das premissas básicas que regularam esse tipo de construção discursiva. Em relação ao marxismo, seu “problema” residia na sua capacidade de “infiltração”, cuja origem desta se dava no desconhecimento das pessoas acerca da própria “doutrina”. Em geral, o marxismo era entendido como a primeira frente de combate na conquista de consciências para a implantação definitiva do comunismo. Em diversas passagens, verificou-se que os articulistas das Revistas católicas investiram na demonstração de como se davam as ações pautadas no marxismo, em quais setores específicos estaria atuando (universidades, congressos e assembleias legislativas, imprensa, sindicatos, associações católicas), quais eram as formas mais efetivas para combatê-lo (apresentando medidas práticas, as quais, tanto no caso brasileiro quanto no caso argentino, puderam ser perfeitamente verificáveis por ocasião dos regimes instaurados respectivamente em 1964 e 1966), e, por fim, como identificar um agente ou simpatizante do marxismo.

A “questão cubana” também entrou na pauta dos discursos anticomunistas. Diversas foram as maneiras com que os articulistas das Revistas se utilizaram da experiência socialista da Ilha para demarcar um conjunto de ensinamentos que, por seu turno, deveriam estar na ordem do dia de todos os católicos como forma de prevenir e não permitir que essa experiência fosse repetida em outros países do continente latino americano.

O ponto primordial que mobilizou os discursos com ênfase nesse tema se deu a partir da aproximação – principalmente após a confirmação do alinhamento de Cuba com o

comunismo – sem precedentes com o “mundo comunista”, aspecto visto como um fator que comprometeria a segurança das nações “católicas e cristãs” do continente. A importância que *Cruzada* deu para essa questão pode ser medida pela quantidade de matérias de capa que repercutiram o tema. Em *Catolicismo*, por seu turno, o tema foi objeto de constantes investidas por parte de seus articulistas, ocupando, inclusive, lugar de destaque em um dos documentos mais emblemáticos publicado na Revista: A Carta Pastoral de D. Castro Mayer “*Prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista*”, publicada em julho de 1961.

Os articulistas de *Cruzada* e de *Catolicismo* precisaram falar sobre o caso cubano, esclarecer como “funcionou” a “comunização” de Cuba, divulgar qual foi o papel (omissão) dos católicos no processo, instruir sobre a prevenção, denunciar e alertar contra possíveis colaboradores e prováveis posicionamentos de neutralidade, aspectos que, em conjunto, implicavam em diagnosticar as fragilidades na resistência à expansão comunista nas Américas do Sul e Latina. A tese identificou que não foi de forma aleatória, portanto, que os saberes em torno da “questão cubana” foram recuperados e mobilizados em determinados contextos políticos, conforme atestam as avaliações dos Grupos católicos acerca das possíveis relações diplomáticas dos presidentes João Goulart e Arturo Illia com a Cuba socialista.

A partir da eleição do Democrata-Cristão Eduardo Frei Montalva à presidência do Chile, em 1964, a “questão chilena”, da mesma forma que a “questão cubana”, também passou a ser explorada pelos Grupos de *Catolicismo* e *Cruzada* enquanto mais um mecanismo que demarcava o quadro de possibilidades de aproximação do então chamado “perigo vermelho” para a América Latina. Essa eleição determinou que os grupos tradicionalistas investissem em um conjunto heterogêneo de discursos, cujas propostas fundamentais incidiam em apresentar o perigo comunista que poderia resultar da especificidade do caso chileno. Tratou-se de, continuamente, expor a “novidade” desta situação política que se consubstanciava em um aperfeiçoamento das táticas comunistas (aos olhos dos tradicionalistas): não mais a instauração do comunismo com o uso da violência, através de uma guerra revolucionária, mas, uma “comunização” pacífica, por vias democráticas.

A tese apontou que residiu neste aspecto todo um esforço empreendido pelos Grupos católicos em se apropriar da realidade chilena e apresentá-la aos seus leitores. Se a presença de uma nação socialista no continente (Cuba) já era fator de profundo temor, representando um perigo sem precedentes na questão da aproximação comunista, a “questão chilena” entrou para o mesmo rol de importância, com a diferença de que a atuação do “inimigo”, neste caso, se daria de forma silenciosa e pouco perceptível, portanto ainda mais perigosa e efetiva.

Em diversas matérias, os articulistas de ambos os periódicos assumiram a tarefa de esclarecer, ensinar e alertar seus compatriotas sobre essa nova tática comunista na conquista de seus objetivos. Além disso, desencadearam um conjunto de proposições que incidiam em identificar e combater qualquer possibilidade de apoio ou relativização desse perigo em setores dos respectivos países. Em outras palavras, a “questão chilena” foi projetada por *Catolicismo* e *Cruzada* como mais um mecanismo regular de manifestação anticomunista, fornecendo as bases de saber sobre essa modalidade de “comunização”, ao mesmo tempo em que demarcaram ações para uma efetiva resistência nesse processo.

Os textos que mencionaram o expansionismo soviético pelo mundo também foram inseridos nessa categoria de produção pedagógica anticomunista, ficando centralizada, como no caso da “questão chilena”, nas denúncias daquelas que seriam as novas táticas comunistas na propagação de seu poder de influência pelo mundo. A pesquisa identificou que, também para esse caso, as Revistas *Cruzada* e *Catolicismo* lançaram mão dos dispositivos de saber anticomunista, regularmente focalizando as ações políticas da União Soviética e a “realidade” dos países que viviam sob o regime comunista. Verificou-se que os articulistas buscavam alertar seus leitores a partir da demonstração da organização e eficácia do *modus operandi* comunista, ressaltando o contraste que existia no “ocidente” – desorganizado, sem ter a “verdadeira” noção da iminência do perigo comunista – caso fosse necessário lançar mão de um processo de resistência às investidas dos vermelhos. Nesse caso, foi possível evidenciar que recuperar a luta dos católicos que viviam em países comunistas – O Cardeal József Mindszenty, da Hungria, e o Cardeal Wyszynski, da Polônia –, demonstrando seus exemplos de resistência e de abnegação na luta contra a “escravidão comunista”, se tornou imprescindível naqueles anos 1960.

A difusão dessa “pedagogia anticomunista”, entretanto, não ficou resumida apenas às questões textuais. A pesquisa demonstrou, nesse sentido, que em muitas publicações, o “contexto gráfico” das matérias foi racionalmente orquestrado a fim de facilitar o entendimento daquele saber (ou daquela verdade) que era difundido. Dois exemplos, dos vários apresentados no decorrer do trabalho, podem ser bastante significativos para recuperar a influência direta da diagramação no modo com que as editoriais se propuseram a ensinar sobre um maior número de questões relativas ao comunismo.

No caso da Revista *Catolicismo*, a Carta Pastoral de D. Sigaud (“*Seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente*”), publicada como matéria de capa na edição 135, foi um texto que ocupou todas as páginas desta edição, cuidadosamente dividido em tópicos com títulos bastante claros, que apenas a partir destes já

seria possível identificar qual era o assunto tratado, além de ter sido projetado, lado a lado, temas específicos (a verdade, a moral, o ser, o direito, a ação), salientando as diferenças entre a visão marxista e a visão católica. É pertinente, nesse aspecto, repetir uma passagem desse documento que esclarece muito bem todas as questões que envolveram a disposição pedagógica anticomunista do Grupo brasileiro:

É necessário conhecer o modo de pensar dos nossos inimigos, para nos defendermos e para argumentar com eles [...] Se ignorarmos os fundamentos do pensamento comunista, como poderemos convencer estes pobres homens que estão no erro? Se ignorarmos a técnica de sua propaganda, como poderemos aliviar o significado real de suas iniciativas? (Sigaud, N° 135, 1962)

Já no caso da Revista *Cruzada*, a edição que publicou a “*Interpelación a los actuales dirigentes del peronismo*” também forneceu um exemplo paradigmático que pode demonstrar a forma didática com que os editores da Revista argentina se propuseram a explicar a correlação entre peronismo e marxismo e o modo como essa entrava em conflito com os postulados católicos. A estratégia expositiva dessa matéria foi consubstanciada a partir da confecção de um quadro esquemático que colocou, de forma sobreposta – e de fácil visualização – a visão peronista, a visão marxista e a visão católica sobre determinadas temáticas (Luchas de Clases, Cambio de Estructuras, Programa Revolucionario, Estatismo, Igualitarismo y Dictadura Sindical, Educación Materialista, Necesidad del Socialismo, Odio a la Tradición) cuidadosamente escolhidas, como podem atestar suas nomenclaturas. Além disso, ao fim de cada um dos tópicos, foi apresentado um resumo, também dentro do quadro esquemático, que recebeu a justificativa reproduzida abaixo, cujas intenções pedagógicas foram explicitadas:

El texto de esta interpelación es, sin duda extenso. Sin embargo era necesario poner a la luz lo que estaba oculto en las paginas de un documento también muy extenso; encontrar la línea ideológica en una exposición de apariencia analítica y técnica, para luego compararla con la ideología marxista y con la doctrina católica. Si la interpelación de “CRUZADA” debía tener la mínima seriedad que exige la gravedad del tema, tenía que ser forzosamente extensa. (Editorial, N° 058, 1965)

Este último exemplo também pode ser utilizado para recuperar as estratégias discursivas colocadas em prática pelos Grupos católicos quando estiveram envolvidos nos embates contra outros grupos ou entidades, oportunidades nas quais foi possível verificar a amplitude de utilização e operacionalização daquilo entendido como *dispositivo*

anticomunista, que se tornou mecanismo primordial na projeção das bases que sustentaram a demarcação – face objetiva – dos inimigos.

Conforme visto no primeiro capítulo, o comunismo se tornou objeto de uma regularidade discursiva, tanto em questões quantitativas quanto qualitativas, estas últimas, delineadas pela sociabilidade e pedagogia anticomunista. Em cima disso, foi possível concluir que a regularidade discursiva anticomunista foi formada por uma série de *discursos*, que, pela própria heterogeneidade, se apropriou dos mais diversos temas, enunciados e instituições. Quando os Grupos católicos se utilizaram de um ou mais elementos da regularidade discursiva anticomunista para intervir numa realidade de conflito contra outros grupos ocorreu a configuração e o acionamento do dispositivo anticomunista.

Com base no mapeamento dos principais e mais expressivos conflitos que existiram, no recorte delimitado pela pesquisa, entre o Grupo das Revistas contra aqueles que passaram a ser considerados seus inimigos, o segundo capítulo da tese apresentou as mais diversas situações nas quais se tornou imperativo a utilização do dispositivo anticomunista, cujo principal objetivo foi a concretização de fronteiras identitárias com vistas a criar condições de exclusão e desqualificação dos seus adversários, além de permitir clarificações, classificações e caracterizações dos grupos/sujeitos/partidos que deveriam permanecer do outro lado da fronteira – simbólica e/ou concreta – daqueles considerados autênticos católicos.

Cada um dos conflitos foi analisado individualmente tornando possível, desta forma, identificar, com maior quantidade de dados, toda a complexidade inerente às querelas que permearam as páginas dos periódicos. Verificou-se, nesse sentido, que cada situação motivou um tipo de investimento combativo que se inseria na dinâmica conflituosa que caracterizou a década de 1960, no Brasil e Argentina. Mesmo que os embates entre os grupos estivessem localizados e inseridos nas lógicas internas e específicas de cada país, foi possível constatar que o pano de fundo, em que foram assentadas suas determinações fundamentais, fazia parte de um contexto mais amplo de disputas políticas que se subdividia em diversas nuances específicas, sendo aquela inserida no campo de disputas entre as posturas e visões de mundo tradicionalistas e progressistas a que marcou decisivamente o ritmo das ações. Cada um dos eventos, com sua especificidade, desencadeou uma série de articulações discursivas empreendidas sob o prisma do *dispositivo* anticomunista que mobilizou diversos setores, engendrou práticas e corroborou no processo de demarcação dos “amigos” e “inimigos” do catolicismo.

O caso dos embates envolvendo os Grupos católicos contra membros do PDC, que no Brasil teve início em meados de 1962 – desenvolvido com maior intensidade ao longo de

1963 –, e, na Argentina, ocorrido a partir de novembro 1964, teve a ver, entre outras questões, com a diferente perspectiva de se perceber as transformações no âmbito do catolicismo e da política, em curso na década de 1960. Para os Grupos das Revistas, aventar com qualquer sinal de reformas estruturais, amplamente defendidas pela agenda da democracia cristã, nas questões “sagradas” aos setores tradicionalistas (reforma agrária – e seu correlato “propriedade privada” –, reforma urbana, reforma empresarial e outras) era sinal de uma interferência direta dos preceitos comunistas.

Essa questão pôde ser demonstrada quando o deputado do PDC brasileiro, André Montoro, defendeu publicamente um modelo de reforma agrária concentrado na perspectiva da denominada “3ª via”, contrariando (e criticando) o livro-base do assunto dos tradicionalistas (Reforma Agrária Questão de Consciência). Essa ação foi mais do que suficiente para que o deputado fosse interpelado pelo Grupo de *Catolicismo* que viu, em sua postura, a nítida manifestação daquelas ações empreendidas com vistas à instauração definitiva, por outros meios, do regime comunista.

Estas “novas” táticas foram apresentadas (e alertadas), de uma forma bastante criativa, pelos editores de *Cruzada* quando da publicação da edição que denunciou a “Bolchevización Blanca” como método “revolucionário” empreendido pelo PDC, que seguiu aquelas mesmas premissas já mencionadas na análise da “questão chilena” (também inserida na conjuntura das ações da democracia cristã): tratava-se da implantação comunista a partir de um conjunto de reformas empreendidas dentro do próprio sistema democrático vigente, pacífica em seus métodos, sorrateira, com meios dissimulados, e, por isso mesmo, altamente nociva, devendo o estado de alerta e de vigilância estar em toda plenitude.

A regularidade discursiva que se apropriou dos enunciados das ações e ideias do PDC ganhou em densidade principalmente em momentos centrais da vida política brasileira e argentina naqueles anos 1960. A partir de um conjunto de apropriações e ressignificações, seus efeitos de verdade foram mobilizados em diferentes conjunturas, tanto aquelas que disseram respeito à disjunção interna do catolicismo, quanto aquelas dos contextos das rupturas institucionais de 1964 e 1966. Pode-se dizer que também desses embates surgiu mais um elemento a congregar a base de sustentação de mais uma das facetas do imaginário anticomunista daqueles anos, composto pela apropriação e ressignificação das variações da “3ª via”, do “esquerdismo católico” e do “progressismo”.

Foram calcados na ideia da propagação do ideário progressista, e seu “anexo” mais temido – o comunismo –, que os Grupos de *Cruzada* e de *Catolicismo* mobilizaram suas frentes de combate contra outros periódicos católicos, vistos enquanto segmentos

responsáveis pela concentração, arregimentação e difusão do progressismo na década de sessenta. Para isso, operacionalizaram de forma intensa e constante o dispositivo anticomunista. Conforme já referido acima, a tese apontou que as divergências entre os periódicos católicos foram estabelecidas a partir do confronto de um conjunto de ideias inseridas nos debates estabelecidos em torno dos diversos modelos preconizados em relação às transformações do catolicismo naquele contexto (em meio à realização do Concílio Vaticano II).

A pesquisa apontou o quanto se tornou essencial alertar a sociedade católica, explicar a base de pensamento dos periódicos adversários, demonstrar quais os perigos que representavam naquele contexto, especialmente quando estes perigos tinham a ver diretamente com a propagação do ideário comunista, e como esse direcionamento e investimento contra os periódicos acabaram carregando consigo um arcabouço de novas *representações* referentes ao comunismo, suas possibilidades, estratégias e consequências.

No caso do embate envolvendo a Revista Critério foi possível constatar que as investidas partiram exclusivamente dos membros de *Cruzada*, cuja tática utilizada, na demarcação dos problemas do periódico adversário, consistiu em se apropriar de seus editoriais, decifrar e explicitar as suas articulações com movimentos que eram depositários do progressismo no cenário internacional (como a Revista católica francesa Informations Catholiques Internationales – ICI), cuja possibilidade de avanço comunista era iminente. Foi permanente, nesse caso, a prática de se demonstrar o caráter impuro do ideário “modernista” representado por Critério, na medida em que na ordem do dia deste pairava uma questão nebulosa acerca do preconizado “cambio de estructuras”. Nesse sentido, a incorporação, por parte dos articulistas de *Cruzada*, dos temas geralmente inscritos nas manifestações anticomunistas (“igualdade de classes” e “reforma agrária”), como chave de interpretação das transformações estruturais defendidas por Critério, se tornou um dos principais mecanismos de operacionalidade do dispositivo anticomunista. Através dele, Critério passou a figurar como uma publicação ilegítima no cenário católico, convertida, nas palavras de Cosme Beccar Varela, em um dos principais e perigosos inimigos do catolicismo naquele contexto.

Já o embate travado entre Plínio Corrêa de Oliveira (e a Revista *Catolicismo*) e o Sr. Z. Czajkowski, (e a Revista *Kierunki*) além de estar inserido no âmbito das discussões específicas do campo católico, também foi deflagrado com base na publicação do estudo “A liberdade da Igreja no Estado Comunista” e o modo como este se concentrou em criticar o ideário resultante da denominada “Coexistência Pacífica”, cujo principal problema, entre outros, residia na possibilidade desse modelo abrir novas portas de acesso comunista no

âmbito dos católicos, configuradas a partir da cooperação entre católicos e comunistas que viviam em países sob o regime.

A partir da publicação no periódico polonês de uma matéria que refutou, em diversos aspectos, a obra de Plínio, diversas “cartas-abertas” foram trocadas entre os líderes católicos, tendo o dispositivo anticomunista terreno fértil para estabelecer suas demarcações. Seguindo um modelo de atuação plenamente consolidado nos anos 1960, era de costume em *Catolicismo* a publicação integral dos textos dos seus adversários. Não foi diferente em relação a esse embate, o que permitiu apreender a diferença de perspectiva e de ideário entre os grupos em confronto. De um lado, os setores tradicionalistas defendendo que até vivenciar uma guerra nuclear seria mais digno do que viver sob o domínio comunista, e, de outro, aqueles setores vinculados com o ideário progressista que afirmavam a necessidade de reconhecer os valores e avanços sociais resultantes do regime socialista. Duas perspectivas, duas visões de mundo que, aos olhos dos tradicionalistas, se tornavam incompatíveis, principalmente pelo risco representado à fé católica.

O tipo de polaridade política demonstrado acima foi característico na década de 1960, sendo possível apreender sua dinâmica nos mais diversos eventos. Os embates dos grupos de *Cruzada* e de *Catolicismo* contra membros da Igreja Católica de seus países também estiveram inseridos, cada um em sua especificidade, na discussão mais abrangente acerca das diferentes perspectivas de se compreender o catolicismo, sua prática e doutrina, que irrompeu com grande intensidade no período analisado. A “origem” dos respectivos confrontos se deu em função dos pronunciamentos dos prelados contra posicionamentos político-teológico dos grupos católicos, os quais, por sua vez, partiram para o “contra-ataque” argumentativo, tendo a temática anticomunista permeando por ambas as publicações. Entretanto, deve ser destacada a postura política dos prelados: enquanto D. Vicente Scherer se caracterizava, naquele contexto, por uma postura tradicional, na qual se sobressaía seu profundo anticomunismo, D. Alberto Devoto pode ser considerado como pertencente ao grupo de católicos caracterizados como progressistas, participando, inclusive, na formação do grupo dos Sacerdotes para o Terceiro Mundo.

Ao se permitir adentrar na trama discursiva que foi estabelecida na confrontação dos Grupos das Revistas católicas versus Clérigos católicos, via demarcação da operacionalidade do dispositivo anticomunista, a tese permitiu verificar a complexidade que envolvia as práticas dos atores que transitaram entre as questões políticas e religiosas daquele contexto, evidenciando a necessidade de se reconhecer as limitações dos usos de chaves interpretativas generalizantes para se compreender a mecânica das ações efetuadas. De outra parte, esse

confronto permitiu verificar as possibilidades de apreender singularidades do modo como o perigo comunista foi encarado, em diferentes contextos, diferentes locais e por diferentes atores, tornando-se fundamentais para compreender parte do conflito político que se desencadeou no ambiente católico na década de 1960, tanto no Brasil como na Argentina.

Em si, o fato de grupos católicos entrarem em confronto com membros da alta hierarquia católica já se torna um indicativo da necessidade de se verificar os diferentes matizes e concepções que são inerentes ao campo católico. Isso pode ser ainda mais relevante, conforme a pesquisa constatou, quando se observa o caso que envolveu a querela entre D. Vicente Scherer e a Revista *Catolicismo*. Tratou-se de disputas e divergências entre dois segmentos que, a partir de um prisma generalizante – muitas vezes utilizados em algumas pesquisas –, poderiam ser inseridos na categoria “conservadores”, cuja análise não permitiria apontar os limites estabelecidos entre estes segmentos. Nesse sentido, por mais que D. Vicente Scherer, suas práticas e ideias possam ser consideradas de cunho estritamente anticomunistas e, por conseguinte, de matriz conservadora, isso não foi relevante quando suas ações práticas não atingiram as expectativas – também anticomunista e conservadora – do Grupo de *Catolicismo*.

Ainda dentro da perspectiva de tentar evitar generalizações de ordem conceitual na qualificação das ações dos Grupos católicos, uma questão relativa a esse embate permitiu constatar outra especificidade de atuação. Tanto o confronto entre *Cruzada* e D. Alberto Devoto (1967) quanto o de *Catolicismo* e D. Vicente Scherer (1965) foram desenvolvidos quando os respectivos países viviam em plena atmosfera dos regimes militares que, nos dois casos, se estabeleceram tendo como norte de atuação, entre outras prioridades, a luta anticomunista. A tese apontou que, ao contrário de outros grupos católicos e instituições em geral que, depois de efetivado os respectivos Golpes de Estado, arrefeceram a luta anticomunista – vendo no Regime instaurado uma garantia do afastamento do perigo –, *Catolicismo* e *Cruzada* continuaram imprimindo o mesmo ritmo verificado no contexto anterior. O quarto capítulo da tese, especificamente, demonstrou que, desde as primeiras edições dos periódicos publicadas depois de desferidas as quebras institucionais, os editores e articulistas foram enfáticos em suas recomendações de que era imperativo, naquele contexto, não diminuir a intensidade da luta anticomunista, além de ser necessário dar continuidade ao estado de constante vigilância e alerta, tendo em vista, ainda, a permanência atuante dos inimigos que, desta feita, poderiam atuar de forma ainda mais dissimulada. A avaliação que a Revista *Cruzada* imprimiu acerca do processo do Golpe de Estado de 1964 no Brasil, afirmando que, estrategicamente, a destituição de Goulart teria sido um erro, uma vez que isso

poderia repercutir diretamente no revigoreamento dos grupos de “esquerda” – tendo em vista a debilidade da “direita” e a falta de um combate armado que pudesse golpear definitivamente seus adversários – é paradigmática para perceber a representatividade do perigo comunista mesmo após a instauração de um Regime Militar.

Cabe destacar, por outro lado, que a representatividade do perigo comunista não era percebida apenas quando se estavam em pauta assuntos políticos, mas também algumas questões de cunho social foram determinantes para a mobilização dos setores tradicionalistas. O projeto de um novo Código Civil (1966) que, entre outras medidas, previa a regulamentação do divórcio, pode ser incluído no rol dessas questões. Até então, poucas situações haviam mobilizado o Grupo de *Catolicismo* com tamanha intensidade quanto o tema do divórcio. A campanha antidivorcista empreendida pela TFP foi matéria de capa em três edições seguidas, mobilizou a grande imprensa do país, colheu milhares de assinaturas de apoio e, de quebra, desencadeou o embate entre a TFP (e o Grupo de *Catolicismo*) contra a CNBB.

Com base na deflagração desse confronto, a tese apontou que duas narrativas puderam ser lidas, cuja sobreposição entre uma e outra pode explicar tamanho investimento empreendido pelo Grupo de *Catolicismo* contra a mais alta entidade católica do país. A primeira, que via na aprovação do novo código um golpe e afronta às tradições cristãs e, a segunda, que via a possibilidade de aprovação do divórcio como mais um indício da permanência do perigo comunista (inserido na ideia do “Janguismo sem Jango”) que ainda rondava a sociedade brasileira após 1964. Em suma, ficou evidenciado que o projeto seria uma afronta contra as tradições cristãs e repercutiria diretamente na desagregação da família, pois apresentava as mesmas concepções, os mesmos propósitos dos anseios comunistas.

A querela envolvendo *Catolicismo* e a CNBB contribuiu para aferir o entendimento de mais uma faceta do complexo leque de possibilidades que foi necessário para o desencadear do *dispositivo anticomunista* na década de 1960. Quem fosse partidário das resoluções do novo Código e se mostrasse contra a campanha antidivorcista empreendida pela TFP, necessariamente estaria promovendo os propósitos comunistas, necessariamente se mostraria como mais um cooperador do processo de destruição da instituição “família” e faria eco às estratégias marxistas no desenvolvimento da luta de classes.

Com base nestas questões, a pesquisa procurou explicitar o quanto era necessário, para os grupos tradicionalistas, demonstrar e esclarecer todas as possibilidades de “infiltração” e propagação comunista e, assim, alertar a sociedade para a iminência de suas novas conquistas,

mesmo que isso fosse praticado em meio a um contexto ditatorial e contra a mais expressiva Entidade católica do país.

A análise da querela que envolveu o Grupo da Revista *Cruzada* contra os dirigentes peronistas da CGT, desde o modelo de diagramação (já descrito) com que foi impresso na Revista, ofereceu mais uma possibilidade de se apreender como os grupos católicos concentravam seus esforços na necessidade de se mostrar, descrever, explicitar todas as possibilidades de “infiltração” comunista na sociedade.

Esse evento específico do contexto político argentino possibilitou aferir o quanto representou negativamente, nos setores tradicionalistas, o famoso “Plan de Lucha” dos trabalhadores argentinos, deflagrado a partir de janeiro de 1964, sob a liderança da CGT. Considerado como uma manobra que foi acionada com a finalidade de acirrar a “luta de classes” no país, tendo em vista a difusão de um conjunto de transformações estruturais, a entidade dos trabalhadores argentinos foi vista como mais um setor da sociedade que estaria em plena consonância com os postulados marxistas. A análise (estrutural e textual) das duas interpelações que foram publicadas em agosto de 1965, *Interpelación a los actuales dirigentes del peronismo* e *Interpelación a la CGT: es Marxista o Cristiana*, ofereceram a possibilidade de se verificar mais uma das possibilidades com que o perigo comunista passou a ser encarado na Argentina naquele contexto.

A leitura empreendida sob o prisma da inserção do dispositivo anticomunista verificou que os editores do periódico argentino assumiram para si a responsabilidade de orientar seus leitores – e os trabalhadores compatriotas – em relação àquela que seria a mais nova configuração do inimigo que, desta feita, estaria ocupando (e infiltrando) um dos mais importantes setores da sociedade, a classe trabalhadora, essencial para a concretização de seus métodos e objetivos maiores: a instauração definitiva do comunismo. Por isso, o esforço empreendido nas matérias se concentrou, basicamente, em identificar as semelhanças entre a atuação peronista e a atuação comunista e o modo como essa confluência se distanciava dos postulados católicos. O peronismo – um dos mais fortes e tradicionais movimentos políticos da Argentina – que se expressava através do programa difundido pela CGT estaria sendo contaminado e “magnetizado” pelos ideais marxistas, tornando-se incompatível com a doutrina católica.

Mais uma vez, torna-se pertinente ressaltar que os conflitos desencadeados na década de 1960 pelos Grupos de *Catolicismo* e de *Cruzada* contra aqueles Grupos/partidos/sujeitos considerados seus inimigos estiveram em estreito relacionamento com aquilo que se passava no âmbito das discussões teórico-doutrinárias suscitadas a partir de um conjunto de

transformações do catolicismo, cujo ápice conflitivo pode ser encontrado a partir das publicações das denominadas Encíclicas Sociais do Papa João XXIII (*Mater et Magistra*, em 1961, e a *Pacem in Terris*, em 1963) como, também, das resoluções do Concílio Vaticano II (1962-1965).

Com base nessa constatação, o terceiro capítulo da tese redirecionou o foco analítico para as questões internas do catolicismo, visando, com isso, apreender como o *discurso* anticomunista passou a ser incluído no rol das discussões que acompanharam o desenvolvimento das novas configurações do catolicismo na década de 1960. Foi possível evidenciar que as Revistas se colocaram em posição de resistência contra alguns “avanços”, especialmente aqueles que entendiam comprometer a estrutura hierárquica a tradicional da Igreja Católica Apostólica Romana.

Catolicismo e Cruzada participaram ativa e efetivamente das discussões inerentes aos postulados renovadores e entraram em conflito com outros católicos que defendiam posições antagônicas às suas. Imprimiram uma constante *luta por representações* como forma de demarcar a legitimidade das suas concepções e desqualificar aquelas dos seus adversários, colocando-lhes um conjunto de caracterizações que os tornavam promotores e facilitadores da “infiltração” comunista no âmbito do catolicismo. Em outras palavras, o capítulo evidenciou a configuração daquilo que foi denominado como *ethos anticomunista*, ou seja, a construção do *discurso* anticomunista tendo como matriz de apoio a agudização da divisão interna do catolicismo suscitada a partir do choque de interpretações das Encíclicas Sociais de João XXIII e das deliberações do Concílio Vaticano II.

Com a publicação da Encíclica *Mater et Magistra* e a forma através da qual seu conteúdo tornou pública algumas desavenças internas do catolicismo, justamente pelas inúmeras interpretações surgidas, os Grupos de *Catolicismo* e *Cruzada* também imprimiram as suas respectivas interpretações que, grosso modo, se estabeleceram em enfatizar que, ao contrário da visão empreendida por outros segmentos – qualificados como progressistas –, a Carta de João XXIII continha condenações ao socialismo e comunismo. Um tema, em especial, ganhou maior representatividade e todo um esforço concentrado no seu esclarecimento: as apropriações equivocadas da expressão “socialização”, justamente a partir da visão de que os setores “progressistas” estariam se apropriando dessa para promover articulação com o termo “socialismo” e, a partir disso, confundir as mentes dos católicos mais desavisados. A tese demonstrou que se tornou impositivo aos Grupos das Revistas, naquele contexto – mesmo defendendo que a carta de João XXIII condenava explicitamente ao comunismo –, recuperar os ensinamentos doutrinários dos pontífices mais afeitos aos ditames

tradicionalistas como forma de frear a incursão modernizante e, desta forma, lembrar aos fiéis a necessidade, conforme postulado outrora pelos pontífices, de se conter o avanço comunista, inclusive no próprio catolicismo.

De outra parte, também foi possível evidenciar que os efeitos da publicação da *Mater et Magistra* repercutiram diretamente nas disputas – entre setores considerados progressistas e aqueles considerados tradicionalistas – pela legitimidade de se praticar a “verdadeira” doutrina social da Igreja. O debate que girou em torno da construção da realidade político-social de ambos os países se tornou cada vez mais constante e intenso. Os exemplos analisados na Revista *Catolicismo* (debate entre Plínio Corrêa de Oliveira e o deputado democrata cristão Paulo de Tarso) e na Revista *Cruzada* (solicitada contra a Ação Católica do país) demonstraram claramente que as disputas em torno das polêmicas acerca dos postulados progressistas eram constantemente recuperadas nos mais diversos contextos – uma vez que essa “atualização” transcendia as questões puramente religiosas – e redimensionavam as disputas políticas e sociais. Um desses exemplos pode ser remetido à interpretação que a Revista *Cruzada* empreendeu acerca do processo do Golpe de Estado de 1964 no Brasil (aspecto que foi trabalhado no quarto capítulo), quando o conjunto de matérias publicadas foi permeado por enunciados que objetivaram demarcar a periculosidade do pensamento progressista, atribuído como um dos principais fatores de desagregação do cenário político brasileiro. A Revista visava, com isso, construir bases de convencimento da importância de combater a escalada comunista, a partir da leitura que identificava uma postura inadequada dos católicos.

A tônica conflituosa baseada nas divergências internas do catolicismo ganhou significativo impulso após a publicação da primeira Encíclica Social de João XXIII. O cenário se agravou e os debates se tornaram ainda mais acalorados a partir das primeiras resoluções do Concílio Vaticano II, bem como a partir da publicação da última Carta Encíclica deste Pontífice, a *Pacem in Terris*. A “questão comunista” foi o elemento em comum projetado a partir do acirramento das discussões pela legitimidade das visões de mundo entre os Grupos tradicionalistas e progressistas. Nesse sentido, a tese apontou que a construção do *discurso* anticomunista pelos Grupos de *Cruzada e de Catolicismo* se fundamentou em aspectos que, por vezes, estabeleciam estreita relação com a luta empreendida pelas instituições numa perspectiva mais abrangente. Na maioria das vezes, as relações foram obtidas a partir das recepções de questões que enfocavam o cenário católico e político restrito aos respectivos países. No caso do cenário brasileiro, por exemplo, o debate em torno das Reformas de Base,

bem como dos Inquéritos Policiais Militares daqueles envolvidos com a Ação Popular são exemplos paradigmáticos dessa localização.

Tendo em vista estes cenários, foi possível identificar que tanto no periódico brasileiro quanto no argentino, as *lutas por representações*, no tocante às transformações do catolicismo, faziam eco, especialmente, à identificação de uma crise doutrinária em curso. Nela, grande parte dos católicos era vista apresentando certa defasagem no reconhecimento dos postulados teóricos e práticos tradicionais da instituição, que, em conjunto, repercutiam diretamente na visão de uma crescente “infiltração” marxista, sempre efetivada de um modo oculto e sorrateiro, que atingia tanto os leigos quanto os quadros (subalternos, especialmente) da hierarquia eclesiástica. A *representação* que identificou o catolicismo enquanto um organismo “contaminado” por células cancerígenas (progressistas), que lutavam contra as células saudáveis (tradicionalistas) e disso sobressaía o oportunismo comunista em se infiltrar e conquistar (o organismo), é um exemplo consistente que demonstra como os grupos tradicionalistas enxergavam e difundiam a “infiltração” marxista na instituição católica.

Por outro lado, a tese identificou que na Revista *Catolicismo* o direcionamento do “fogo” tradicionalista também imprimiu constantes disputas contra os considerados intelectuais católicos – setor entendido pelos tradicionalistas como sendo a origem de onde se consubstanciava o ideário progressista –, reconhecidos pelo Grupo brasileiro como responsáveis diretos por influenciar – tanto na prática quanto na teoria – os católicos em geral. Neste sentido, as matérias dos periódicos, com muita ênfase e nos mais diversos contextos, acabaram por apresentar o como do progressismo, ou seja, a insistência em demonstrar, esclarecer, ensinar como os progressistas atuavam, em suas práticas discursivas e não discursivas, no processo de construção de legitimidade da sua cosmovisão católica, na busca por conquistar os corações e as mentes de um número cada vez maior de católicos.

As ações do setor do apostolado dos leigos (quadros da Ação Católica) e dos membros da “baixa” hierarquia (Padres e Seminaristas) foram utilizadas como um laboratório ideal para a arregimentação do discurso anticomunista. A crise de diálogo entre esses setores e a alta hierarquia tradicional fundamentou a apropriação do processo conflituoso enquanto uma profunda quebra hierárquica, estando, nesse sentido, a questão da indisciplina estreitamente relacionada com a mais pura manifestação das inspirações marxistas.

Com base no decurso analítico explorado no terceiro capítulo, foi possível atestar que o *discurso* anticomunista da Revista *Cruzada*, com base nas questões já mencionadas, foi formado por uma forte preeminência das *lutas por representações* que envolviam a legitimidade doutrinária do catolicismo, possibilitando apresentar-se como um importante

segmento de resistência às transformações em curso, na medida em que toda e qualquer abertura era vista como trazendo benefícios ao comunismo (“*Las aperturas son para el comunismo*”), consolidando e desenvolvendo, portanto, a arregimentação do *ethos anticomunista* no cenário político-social-religioso da Argentina.

Se na Revista Argentina esse processo se desenvolveu de uma forma praticamente restrita ao campo das *lutas por representações*, no caso do mensário brasileiro foi possível verificar que a resistência se manifestou também através desse mesmo processo, entretanto, agregando importantes realizações práticas, como o exemplo das petições empreendidas pelos Prelados Brasileiros, líderes do Grupo, em suas atuações no Concílio Vaticano II. Ao se reportar para a mais alta autoridade católica, esse modelo de atuação visava, sobretudo, fortalecer o posicionamento anticomunista de modo que, conseqüentemente, também fortalecia a forma de caracterizar o inimigo, especialmente aquele que se percebia já infiltrado nas fileiras católicas. Da mesma forma, as Cartas Pastorais, que após se tornarem objetos de matérias, também colaboraram no sentido de preencher, com as mais diversas *representações*, e de uma forma ainda mais “legítima”, o *discurso* anticomunista do Grupo brasileiro.

É pertinente destacar que essa forma de atuação apresentada pelos membros da Revista brasileira não significou, necessariamente, que se tratava de uma diferenciada maneira de enxergar a periculosidade comunista em relação ao modo empreendido pela Revista argentina, mas sim, se deveu à própria característica e organização do Grupo, com a presença e atuação de importantes Prelados (D. Sigaud e D. Castro Mayer), que atuavam de forma intensa também dentro da hierarquia. Com isso, constatou-se que a Revista brasileira articulou igualmente uma construção discursiva anticomunista envolvendo, com grande intensidade, uma operacionalidade circunscrita, majoritariamente, às *lutas por representações*. Tornou-se imperativo, naquele contexto de transformação prática e teórica do catolicismo, esse modelo de resistência na medida em que a “heresia difusa”, cada vez mais, conquistava os católicos, estabelecia uma neutralidade política que paralisava resistências e, com isso, propiciava a abertura do caminho para a consolidação do comunismo. Foi necessário, portanto, mobilizar um *contra-discurso*, que, assim como na Revista *Cruzada*, também consolidou e desenvolveu a arregimentação do *ethos anticomunista* no cenário político-social-religioso do Brasil.

O cenário descrito acima foi um dos componentes do quadro de profunda agitação política que caracterizou Brasil e Argentina nos contextos dos golpes de Estado (1964 e 1966). O quarto capítulo da tese permitiu verificar que não houve, no caso do Brasil, significativas mudanças na construção do discurso anticomunista após a ruptura institucional. A Revista *Catolicismo* interpretou a destituição de Goulart como mais um capítulo de um

processo maior de resistência à *Revolução*, cuja representação se deu com a mesma face contrarrevolucionária encontrada por quando da expulsão dos holandeses (protestantes e hereges) do território brasileiro (1648). De outra parte, o movimento golpista foi entendido como sendo a mais pura manifestação de repulsa da “nação católica” ao comunismo – e que foram os anseios dessa população católica que acabou mobilizando as autoridades constituídas –, encarnado, naquele contexto, especialmente nas Reformas de Base de Jango, consideradas como um grande passo para a “bolchevização” do país.

Desde o conteúdo da primeira edição publicada (em maio) – especificamente a reedição do “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista” –, que tratou com exclusividade do processo político de 1964, e levando em conta que ela foi preparada tendo as questões já definidas, lançada praticamente 30 dias após o evento, a derrubada de Jango não foi compreendida como um ato que consolidasse a luta anticomunista. Pelo contrário, conforme já enfatizado, a ideia do “Janguismo sem Jango”, que também pode ser lida como “comunismo sem Jango”, continuou presente nos textos de *Catolicismo* muito tempo depois da derrubada de Goulart.

Da mesma forma que sua coirmã *Catolicismo*, a Revista argentina, no contexto pré-Golpe de 1966, compartilhou e cooperou com diversos grupos no processo de desestabilização da ordem vigente, manifestando um continuado anticomunismo sob diversas tipologias. Enxergou no movimento golpista e nas medidas empreendidas pelo novo Regime – “a defesa da civilização cristã”, “combate ao comunismo” e “proclamação do princípio de propriedade privada” conforme exposto nos princípios políticos da “Revolução” – a verdadeira “manifestação divina” na luta anticomunista. Somente uma intervenção de “outro mundo” poderia fazer frente a um inimigo extremamente poderoso, cuja influência no governo deposto já estava plenamente estabelecida. Após a derrubada de Illia, a disposição anticomunista da Revista não arrefeceu. Tamanho era o poder dos comunistas, aos olhos dos editores de *Cruzada*, que, no primeiro sinal de enfraquecimento na luta anticomunista, empreendida pelo governo do regime militar, já era motivo para interrogar – publicamente – as autoridades “hacia donde vá la Argentina?”, reclamar de sua ineficiência e exigir maior efetividade – oferecendo, inclusive, modelos de atuação – no combate ao comunismo.

Com base no desenvolvimento da pesquisa, cujo foco analítico se concentrou no anticomunismo difundido pelas Revistas *Catolicismo* e *Cruzada*, na década de 1960, e levando em conta os resultados já mencionados, pode-se concluir que o comunismo se tornou um dos principais inimigos a ser combatido na década de 1960. Em um primeiro momento, uma conclusão aparentemente óbvia. Contudo, este trabalho defendeu que essa condição

tornou-se possível na medida em que todo um complexo operacional foi posto em funcionamento. Em primeiro lugar, foi necessário que o comunismo fosse regularmente objeto dos discursos, sendo constantemente reinventado, reatualizado, redimensionado em suas possibilidades táticas e estratégicas de “infiltração”, de acordo com acontecimentos e contextos específicos. A partir disso, foi necessário inserir a luta anticomunista em uma *regularidade discursiva* que, por sua natureza heterogênea, sustentou e promoveu práticas, normatizações e regulações que, no conjunto, interferiram em realidades objetivas por meio da produção e difusão de dispositivos discursivos (dispositivo anticomunista e dispositivo de saber). Todos os elementos de uma “pedagogia anticomunista”, por sua vez, colocados em evidência nos momentos de disjunção do campo católico (contexto das Encíclicas Sociais *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris* e realização do Concílio Vaticano II) em momentos de crise política (contexto dos Golpes de Estado da década de 1960), permitiram a arregimentação do *ethos anticomunista* através da inserção das *lutas por representações* como mecanismo fundamental da produção discursiva, que, a partir disso, desencadeou o funcionamento de uma das tecnologias de poder consubstanciada na *vigilância panóptica*, possível de ser visualizada em ações concretas nos processos de exclusões, contribuindo, ao fim e ao cabo, para a sustentação, desenvolvimento e operacionalidade das mais diversas facetas do *imaginário* anticomunista no Brasil e Argentina, na década de 1960.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. Entrevista. In **Revista de Teoria da História**. Ano 2, Número 5, Universidade Federal de Goiás, 2011.

_____. **História: a arte de inventar o passado - Ensaios de teoria da história**. 1. ed. Baurú: EDUSC, 2007.

ALMEIDA, Isabel de Moura. **Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás. Faculdade de História, 2010.

ALTAMIRANO, Carlos. **Bajo el signo de las massas**. Buenos Aires: Emecé, 2007.

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Presença, 1980.

ALVES, Márcio Moreira. **A igreja e a política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ANJOS, José Carlos. Bourdieu e Foucault: derivas de um espaço epistêmico. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.139-165, jan./dez. 2004.

ARMANI, Carlos Henrique. **Problemas de historicidade na História das Ideias**. In **História das Ideias: proposições, debates e perspectivas**. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação Social**. In Enciclopédia Einaudi.vol5. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985

BARROS, José D'Assunção. História comparada – um novo modo de ver e fazer a história. **Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, jun. 2007.

BEOZZO, José Oscar. **O Golpe dividiu a Igreja e a sociedade**. IHU, Ano I, n. 4. 2005.

BETT, Ianko. “A Revolução Vitoriosa e a derrota das forças comunistas”: D. Vicente Scherer e o anticomunismo na grande imprensa de Porto Alegre pós-golpe de 1964. In **Interações**, Belo Horizonte. 2014

_____. Grande Imprensa Argentina e o anticomunismo católico no pós-golpe militar de 1966. In **Revista Brasileira de História das Religiões**. V. V, 2013.

_____. **A Revolução Argentina e a questão comunista na grande imprensa de Porto Alegre**. Congresso Internacional de Estudos Ibero-Americanos, 2013, Porto Alegre. Dimensões do poder: história, política. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2013b.

_____. A Imprensa e a construção do anticomunismo católico: Brasil e Aergentina nos Golpes Militares da década de 60. In **Signos**, v. 33, 2012.

_____. **Igreja apreensiva ante infiltração comunista : Radicalização anticomunista católica no golpe militar de 1964.** In: XI Encontro Estadual de História História, Memória e Patrimônio, 2012, Rio Grande. XI Encontro Estadual de História História, Memória e Patrimônio. Porto Alegre: ANPUH, 2012b.

_____. **Facetas do anticomunismo católico na grande imprensa de Porto Alegre: D. Vicente Scherer e a infiltração comunista no Governo do RS.** In XXVI Simpósio Nacional de História, 2011, São Paulo. 2011.

_____. Concílio Vaticano II e o anticomunismo católico no Brasil e na Argentina. In **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1169-1196, dez. 2011

_____. **A (re)invenção do comunismo: discurso anticomunista católico nas grandes imprensas brasileira e argentina no contexto dos golpes militares de 1964 e 1966.** Dissertação (Mestrado em História), Unisinos. 2010.

_____. **Em nome do Pai: Participação da Igreja Católica na repressão política da Argentina (1955-1969).** História, Unisinos. Vol. 13 Nº 2 - maio/agosto de 2009.

BETT, Ianko. SCIRICA, Helena. **Catolicismo e Cruzada versus Igreja Católica: divergências políticas e o anticomunismo na década de 1960.** Inédito. 2014.

BEOZZO, José Oscar. **A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Puebla.** Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. O Golpe dividiu a Igreja e a sociedade. IHU, Ano I, n. 4. 2005.

BIANCHI, Susana. Catolicismo y peronismo: La religión como campo de conflicto (Argentina, 1945-1955). **Boletín Americanista**, Universidad de Barcelona, a. XXXIV, n. 44, 1994.

_____. **Catolicismo y peronismo: Religión e Política en la Argentina 1943-1955.** Tandil: Trama Editorial, 2001.

BONAZZI, Tiziano. Conservadorismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** 5. ed. v. I. Brasília, UnB, 2000.

BONET, Luciano. Anticomunismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política.** 5. ed. v. I. Brasília: UnB, 2000.

BORGES, Júlio de Azambuja. **Vizinhos em guarda: o anticomunismo no Brasil e na Argentina durante as ditaduras civil-militares.** Dissertação (Mestrado em História), Unisinos. 2010.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo brasileiro em época de transição.** São Paulo: Loyola, 1979.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** São Paulo: Unesp, 2002.

CAIMARI, Lila. **Perón y la iglesia católica.** Religión, Estado y Sociedad en la Argentina (1943-1955). Buenos Aires: Ariel, 1994.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 1988.

CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de São Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Introdução: uma opinião sobre as representações sociais**. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações: contribuição a um debate transdisciplinar*. Campinas: Papyrus, 2000.

CAVAROZZI, Marcelo. **Autoritarismo y democracia (1955-1983)**. Buenos Aires: CEAL, 1983.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de Representações Coletivas segundo Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 143-165, 2005.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. Bispos conservadores brasileiros no Concílio Vaticano II

(1962-1965): D. Geraldo de Proença Sigaud e D. Antônio de Castro Mayer. In **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 9, n. 24, p. 1010-1029, dez. 2011.

_____. **Os baluartes da tradição: a antimodernidade católica brasileira no Concílio Vaticano II**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião (PPCIR), Universidade Federal de Juiz de Fora. 2009

_____. O Influxo Ultramontano no Brasil e o Pensamento de Plínio Corrêa de Oliveira. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Religião (PPCIR), Universidade Federal de Juiz de Fora. 2005.

CERSÓZIMO, Facundo. Coincidencias y disidencias de los tradicionalistas católicos argentinos en torno a la Guerra de Malvinas. **Revista Cultura y Religión**, Vol. VI, Nº 1. 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

_____. **A história cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1998.

_____. Imagens. In: BURGUIÈRE, Andre (org.). **Dicionário das ciências históricas**. Rio de Janeiro: [s/e], 1993.

_____. **O mundo como representação**. Estudos Avançados 11 (5), 1991.

COELHO, Sandro Anselmo. Democracia Cristã e Populismo: Um marco histórico comparativo entre o Brasil e o Chile. In **Revista De Sociologia E Política** Nº 15: 67-82 NOV. 2000.

_____. O Partido Democrata Cristão: teores programáticos da terceira via brasileira (1945-1964). In **Revista Brasileira de História**. São Paulo. V. 3, Nº 46. 2003.

COSTA, Marcelo Timotheo da. Um Itinerário no Século: **Mudança, Disciplina e Ação em Alceu Amoroso Lima**. Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2006.

DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

DE RIZ, Liliana. **La política em suspenso (1966/1976)**. Buenos Aires: Paidós, 2000.

DIAS, Reginaldo Benedito. Da esquerda católica à esquerda revolucionária: a ação popular na história do catolicismo. In: **Revista Brasileira de História das Religiões** – Ano I, no. 1 – Dossiê Identidades Religiosas e História. 2008

DOCKHORN, Gilvan Veiga. **Quando a ordem é segurança e o progresso é desenvolvimento (1964-1974)**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

DUTRA, Eliane Regina de F. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos 30**. Belo Horizonte: UFRJ. 1997

ELMIR, Cláudio. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos de Estudo do PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n. 13, 1995.

_____. As armadilhas revisitadas: O jornal e a pesquisa histórica. Conferência de abertura do Colóquio **Fontes Periódicas**: imprensa política e cultural latino-americana. Inédito. 2007.

ESPIG. Márcia Janete. Ideologia, mentalidades e imaginário: cruzamentos e aproximações teóricas. In **Anos 90**. v. 6, n. 10, 1998.

FALCON, Francisco J. Calazans. **História e Representação**. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, Jurandir (orgs.). *Representações*: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papyrus, 2000.

FERREIRA, Jorge. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 149-182, 1997.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964 - o Golpe que Derrubou um Presidente , pôs fim ao regime democrático e Instituiu a ditadura**. Civilização Brasileira. 2014

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros**: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 1986.

FICO, Carlos. O Golpe de 1964: momentos decisivos. FGV. 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

_____. **A Verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2003.

_____. Soberania e disciplina. In: MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

_____. **História da sexualidade I – a vontade de saber**. 16. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

_____. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1971.

GHIO, José Maria. **La iglesia católica en la política argentina**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

GIORGI, Guido e MALLIMACI, Fortunato. Catolicismos, nacionalismos y comunitarismos en política social. Redes católicas en la creación del Ministerio de Bienestar Social de Argentina (1966-1970). **Revista Cultura y Religión**, Vol. VI, Nº 1. Junio del 2012.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. **Outras formas de enfrentar a ameaça comunista: os programas assistenciais do Exército brasileiro como estratégia de combate à guerra revolucionária (1964-1974)**, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Ano de obtenção: 2014.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

JÚNIOR, Alfredo Moreira da Silva. O integrismo católico brasileiro e sua influência na Diocese de Jacarezinho. In **Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH Maringá (PR)** v. 1, n. 3, 2009.

KASPER, Rafael. **Movendo as peças do tabuleiro: a atuação de D. Vicente Scherer à frente da Arquidiocese de Porto Alegre (1961-1981)**. Dissertação (Mestrado em História). Unisinos. 2012.

LIMA, Idalice Ribeiro Silva. **Comunistas em espaços de política na reconstrução democrática do Brasil**, Universidade de São Paulo. Tese. Ano de obtenção: 2007.

MAINGUENEAU, Dominique A Análise do Discurso e suas fronteiras. In **Matraga**, Rio de Janeiro, v.14, n.20, p.13-p.37, jan./jun. 2007

MARTINS, Marisângela. Problematizando o imaginário: limites e potencialidades de um conceito em construção - O imaginário da militância comunista em Porto Alegre (1945-47). **Labirinto**. Ano V Nº. 8, Julho-Dezembro 2005.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

MENDES, L. M. G. **American Dream e o Pesadelo Vermelho: Americanização e Anticomunismo nas páginas de O Cruzeiro (1947-1950)**, PUCSP. Ano de obtenção: 2011.

MIGNONE, Emílio. **Igreja e ditadura**. Porto Alegre: Tchê, 1987.

MORAES, Roque e GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí: Ed.Unijuí, 2007.

MORELLO, Gustavo. **Cristianismo y Revolución. Los orígenes intelectuales de la guerrilla Argentina**. Córdoba, [UCC]. 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.

MOURA, D. Odilão. **Idéias católicas no Brasil**: Direções do pensamento católico no Brasil no século XX. São Paulo: Convívio, 1978.

NOGUEIRA, Maristel Pereira. **O anticomunismo nos jornais: correio do povo, diário de notícias e última hora, uma perspectiva de análise**. Tese (Doutorado em História). PUCRS. 2009.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. **Liberdade na Igreja no Estado Comunista**. 1974.

_____. **Baldeação Ideológica Inadvertida e Diálogo**. 1974.

PASSOS, Mauro. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Local: Civilização Brasileira, 2003.

PATTIN, Sebastian. Trayectorias y sociabilidades del grupo Criterio. In IV Conferencia Nacional de Historia Social. II Encuentro de la Red Internacional de Historia Social – Córdoba, 2013.

PAULA, Christiane Jalles de. **Consagração e deslegitimação: Gustavo Corção na crônica brasileira**. In XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. UFPE, Recife - PE. 2007

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PINTO, Céli Regina. **Com a palavra o sr. presidente José Sarney: o discurso do plano cruzado**. São Paulo: Hucitel, 1989

PONZA, Pablo. El Concilio Vaticano II y el *ethos* revolucionario en la Argentina de los *sesenta-setenta*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Debates, 2008. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/index29443.html>.

RAPOPORT, Mario; LAUFER, Rubén. Os Estados Unidos diante do Brasil e da Argentina: os golpes militares da década de 1960. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 1, p. 69-98, 2000.

REICHEL, Heloísa Jochims. O “perigo vermelho” na América Latina e a grande imprensa durante os primeiros anos da Guerra Fria (1947-1955). **Diálogos**, DHI/UEM, v. 8, n. 1, p. 189-208, 2004.

REIS, José Carlos. **História & teoria: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

REVEL, Judith. **MICHEL FOUCAULT: Conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RODEGHERO, Carla Simone. **Capítulos da guerra fria: o anticomunismo brasileiro sob o olhar norte-americano (1945-1964)**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

_____. Confrontos no pós-guerra: o anticomunismo e as eleições de 1945 e 1947 em Porto Alegre. **História Hoje**, São Paulo, v. 3, p. 3-27, 2005.

_____. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul 1945-1964. 2. ed. Passo Fundo: UPF, 2003.

_____. A dinâmica da diferença: uma análise sobre o olhar norte-americano sobre o Brasil no início da década de 1960. **História, Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 4, n. 1, jul. 2003.

_____. **Memórias e avaliações: norte-americanos e católicos e a recepção do anticomunismo brasileiro entre 1945 e 1964**. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2002.

_____. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos estados Unidos e no Brasil nos anos da guerra fria. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-488, 2002.

_____. Rindo do inimigo: o riso e o combate católico ao comunismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, p. 129-152, 1999.

ROMERO, Luis Alberto. **História contemporânea da Argentina**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

RUDERER, Stephan. **Cruzada contra el comunismo. Tradición, Familia y Propiedad (TFP) en Chile y Argentina**. Sociedad y Religion N°38, Vol XXII. 2012.

SAMWAYS, Daniel Trevisan. **Inimigos imaginários, sentimentos reais: medo e paranoia no discurso anticomunista do Serviço Nacional de Informações (1970-1973)**, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. Ano de obtenção: 2014.

SANTOS Jr. J. G. **Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): um movimento ultramontano na Igreja Católica do Brasil?** Dissertação (Mestrado em Ciências das Religiões) PUC-SP. 2008.

SARLO, Beatriz. **La batalla de las ideas (1943-1973)**. Buenos Aires: Ariel Historia, 2001.

SCIRICA, Elena. **Grupos laicales tradicionalistas contra los sectores tercermundistas. Una aproximación a sus prácticas y estrategias de difusión**. In Actas eletrónicas del IV SIRCP. 2012.

_____. Visión religiosa y acción política. El caso de Ciudad Católica – Verbo en la Argentina de los años sesenta. In **PROHAL MONOGRÁFICO**, Revista del Programa de Historia de América Latina. Vol. 2. Primera Sección: Vitral Monográfico Nro. 2. Instituto Ravnani, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires. Buenos Aires, 2010.

SILVEIRA, Helder V. G. A notícia-acontecimento como face de uma ideologia da solução autoritária: a crise política no contexto do golpe de 1964 no Brasil segundo o diário argentino *Clarín*. In **Estudios Ibero-Americanos**, PUCRS, v. 38, n. 1, p. 81-99, jan./jun. 2012.

_____. **Marchan tropas sobre brasilia: o golpe de 1964 no Brasil apresentado à Argentina por La Nación**. In Anais do X Encontro Estadual de História-Anpuh. 2010.

SILVA, Carla Luciana. **Perigo vermelho e ilusão comunista**: configurações do anticomunismo brasileiro – da Aliança Liberal à Aliança Nacional Libertadora. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

SILVA, José Ramiro Alves da. **A legitimação da ordem autoritária: Gustavo Corção nas páginas do Correio do Povo (1964-1969)**. Dissertação de Mestrado. PUC. 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SIMÕES, Solange de Deus. **Deus, pátria e família. As mulheres no Golpe de 1964**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2ª ed. Porto, 2006.

SIRINELLI, Jean-François. “Os Intelectuais”. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

SPINELLI, Maria Estela. **Los vencedores vencidos: El antiperonismo y la revolución libertadora**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2005.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política**. Rio de Janeiro: Editora Arte Nova, 1975.

TEIXEIRA, Wagner da Silva. **Quando ensinar a ler virou subversão: a ditadura e o combate ao combate do analfabetismo**. In XVIII Encontro Regional da Anpuh-Mg; Mariana 2012.

TOURIS, Cláudia. **Catolicismo y cultura política en la Argentina. La “constelación tercermundista” (1955-1976)**. Tese. Universidade de Buenos Aires – UBA. Inédita. 2012.

_____. **Conflictos intraeclesiaísticos en la Iglesia argentina posconciliar (1964-1969)**. In *Los Avatares de la “nación católica”*. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2012b.

THEML, Neyde; BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. **História comparada: olhares plurais. Revista de História Comparada**, v. 1, n. 1, jun. 2007.

TERÁN, Oscar. **Nuestros años sesentas: La formación de la nueva izquierda intelectual en la Argentina**. Buenos Aires: Puntosur, 1991.

_____. **Ideas en el siglo: intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2004.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1999

VEIGA NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

VERBITSKY, Horacio. **La violencia evangelica**. Historia política da la Iglesia Católica. Tomo II. De Lonardi al Cordobazo (1955-1969). Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

VOGT, Débora Regina. **Contextualismo linguístico e estética da recepção: interligando caminhos na compreensão dos clássicos**. In *História das Ideias: proposições, debates e perspectivas*. Santa Cruz do Sul. EDUNISC, 2011.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução conceitual**. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org.). **Identidade e diferença**. Petrópolis: Vozes, 2000.

ZANCA, José A. **La nación católica en perspectiva: El humanismo cristiano y la secularización interna del catolicismo argentino.** In *Los Avatares de la "nación católica"*. 1ª ed. Buenos Aires: Biblos, 2012.

_____. **Los intelectuales católicos y el fin de la cristandad 1955-1966.** Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

ZANOTTO, Gizele. Paz de Cristo, no reino de Cristo : ideal teológico-político da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 16, p. 113-125, 2014.

_____. A atuação do movimento católico Tradição, Família e Propriedade (TFP) no cenário político-cultural argentino (1967-1983). **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. 20, p. 233-260, 2014b

_____. **A Guerra das Malvinas (1982) em perspectiva cristã: a interpretação tefepista do conflito bélico entre argentinos e ingleses.** In: *Anais das XVII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina*. Porto Alegre/RS: ACSRM, 2013

_____. **TFP - Tradição, Família e Propriedade: as idiossincrasias de um movimento católico (1960 – 1995).** Passo Fundo. Méritos, 2012.

_____. Normatizações, controle e disciplina: a TFP enquanto instituição total (1960-1995). **História** (São Paulo. Online), v. 29, p. 206-220, 2010.

_____. Profetismo na Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP): um estudo de caso. **Revista Brasileira de História das Religiões**, v. II, p. 62-77, 2008.

_____. **Tradição, Família e Propriedade (TFP): as idiossincrasias de um movimento católico (1960 – 1995).** Doutorado, Florianópolis, UFSC, 2007.

_____. Apologia da 'barbárie': A compreensão da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) sobre a neomissologia católica. **Histórica** (São Paulo. Online), São Paulo/SP, n.07, 2005

_____. **A luta anti agro-reformista de Plínio Corrêa de Oliveira. Dissertação** (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

_____. Plínio Corrêa de Oliveira e a TFP: um reacionário a serviço da contra-revolução. In **Esboços**. v. 9, n. 9. 2001.

WOLF, Mauro. **Teorias das comunicações de massa.** Martins Fontes, São Paulo. 2003.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa: algumas considerações metodológicas In **Projeto História. Revista do Programa de estudos pós-graduados de história.** v. 4 1985.

Fontes de pesquisa do 1º Capítulo

a) *Revista Catolicismo*:

ALVARENGA, Cunha. Equilibristas. In **Catolicismo**, Nº 155, novembro de 1963.

EDITORIAL, Revolução e Contra-Revolução em 30 dias, In **Catolicismo** Nº 111, março de 1960.

EDITORIAL. A Revolução anticomunista. Glória do povo brasileiro. In **Catolicismo**, Nº 161, maio de 1964c.

EDITORIAL, Repercussão Internacional de trabalho de colaboradores de *Catolicismo*. In **Catolicismo** Nº 156, dezembro de 1965.

MACHADO, AA. Borelli. Chile: 'Fiducia' interpela e Frei se Cala. In **Catolicismo**, Nº 151, julho de 1965.

MACHADO, Boreli A. A. TFP promove o lançamento publico do livro Baldeação Ideológica inadvertida e diálogo. In **Catolicismo**, Nº 183, março de 1966.

MAYER, D. Castro. Prevenindo os diocesanos contra os ardis da seita comunista. In **Catolicismo** Nº 127, julho de 1961.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A Revolução em 1960. In **Catolicismo** Nº 109, janeiro de 1960.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Revolução e Contra-Revolução em 30 dias, In **Catolicismo** Nº 111, março de 1960.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Obra Providencial com que 'Catolicismo' se solidariza inteiramente. In **Catolicismo** Nº 118, outubro de 1960.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Revolución y contrarevolución em 30 dias. In **Cruzada**, Nº 022, maio de 1961.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Revolução e Contra-Revolução em 30 dias. In **Catolicismo** Nº 126, junho de 1961.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A reforma Agrária: uma lei anticristã que se imporia a um país católico. In **Catolicismo** Nº 130, outubro de 1961.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. 50º aniversário da Revolução Bolchevista. In *Catolicismo*, Nº 203, novembro de 1967.

SIGAUD. D. Geraldo de Proença. Seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente. In **Catolicismo**, Nº 135, março de 1962.

SIGAUD. D. Geraldo de Proença. Catecismo anticomunista. In **Catolicismo**, Nº 140, agosto de 1962.

SILVEIRA. Fabio Vidigal Xavier da. “*Porque fui ‘expulso’ do Chile*”. In **Catolicismo**, Nº 190, outubro de 1966.

SILVEIRA. Fabio Vidigal Xavier da. *Frei, o Kerensky chileno*. In **Catolicismo**, Nº 197-198, junho de 1967.

SILVEIRA. Plínio Vidigal Xavier da. Revolução e contra-revolução em 30 dias. In **Catolicismo**, Nº 120, dezembro de 1960.

b) Revista *Cruzada*:

BRAVO. José Luis. No hay coexistência possible. In **Cruzada**, Nº 047, março de 1964.

BRAVO. José Luis. La Libertad de la Iglesia en el Estado Comunista: eco fidelíssimo de los documentos del supremo Magisterio. In **Cruzada**, Nº 056, abril de 1965.

BURINI, Ernesto. Reforma Agraria – falsa solución a un problema inexistente. In **Cruzada**, Nº 059, novembro de 1965.

EDITORIAL. Hibernoamerica: Outra Cuba?. In **Cruzada**, Nº 022, maio de 1960.

EDITORIAL. Marxismo. In **Cruzada**, Nº 019, julho de 1960.

EDITORIAL. No Prevaleceran. In **Cruzada**, Nº 20, agosto de 1960.

EDITORIAL. La entrega del ocidente. In **Cruzada**, Nº 23, junho de 1961.

EDITORIAL. Complicidad com el Regimen Cubano. In **Cruzada**, Nº 026, setembro de 1961.

EDITORIAL. Sintomas de un Gobierno. In **Cruzada**, Nº 044, outubro de 1963

EDITORIAL. Best Seller, In **Cruzada**, Nº 042, novembro de 1963.

EDITORIAL. La Libertad de la Iglesia en el estado comunista. In **Cruzada**, Nº 046, dezembro de 1963

EDITORIAL. Esperanzas y utopias. In **Cruzada**, Nº 047, março de 1964.

EDITORIAL. La Revolución Democrata Cristiana en Chile. In **Cruzada**, Nº 053, setembro de 1964.

EDITORIAL. Gran Interes Desperto el estudio sobre el dialogo. In **Cruzada**, Nº 061, maio de 1966.

EDITORIAL. Una ley Socialista nos acerca al Comunismo. In **Cruzada**, Nº 061, maio de 1966b.

EDITORIAL. Frei, o Kerensky chileno, In **Cruzada**, Nº 071, agosto-setembro de 1967.

EDITORIAL. Manifiesto de la Sociedad Argentina de Defensa de la Tradición Familia y Propiedad en el 50° Aniversario de la Revolución Comunista. In **Cruzada**, N° 072, noviembre-diezembro de 1967.

LABLANCA, Jorge Cruz. Como actua el comunismo. In **Cruzada**, N° 020, agosto de 1960.

PADILLA, Jose. Hispanidad y Revolución. In **Cruzada**, N° 020, agosto de 1960.

VARELA, Cosme Beccar. Kruschev en Paris. In. **Cruzada**, N° 17, abril de 1960

VARELA, Cosme Beccar. Revolución y Reforma Agraria En Brasil. In **Cruzada**, N° 040, junho de 1963.

TORRES, José Antonio Tost. El martirio de Chile. In **Cruzada**, N° 069, abril-maio de 1967.

Fontes de pesquisa do 2º Capítulo

a) Revista **Catolicismo**:

AÇÃO POPULAR e Ação Católica: Resposta de Catolicismo a uma carta do Exmo. Revmo. Sr Arcebispo de Porto Alegre. In **Catolicismo**, Nº 175, julho de 1965.

AS AMBIGUIDADES da terceira posição focalizadas numa resposta irresponsável. In **Catolicismo**, Nº 157, janeiro de 1964.

ALVARENGA, Cunha. 3ª Posição: É proibido perguntar, In **Catolicismo**, Nº 156, dezembro de 1963.

ALVARENGA, Cunha. O Grupo Pax e Informations Catholiques Internationales: Progressistas franceses em conluio com órgão da polícia secreta polonesa. In **Catolicismo**, Nº 164, agosto de 1964.

ALVARENGA, Cunha. Elites Católicas promovem sensualidade, luta de classes e subversão social. In **Catolicismo**, Nº 171, março de 1965.

A TFP ao Público: Respeitosa defesa em face de um comunicado da Veneranda Comissão Central da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Filial convite ao diálogo. In **Catolicismo**, Nº 188, agosto de 1966.

ATRÁS da Cortina de ferro. In **Catolicismo**, Nº 161, maio de 1964.

CONTINUA acesa a polêmica em torno de “A Liberdade da Igreja no Estado Comunista”. In **Catolicismo**, Nº 166, outubro de 1964.

CZAJKOWSKI, Zbigniew. Resposta à Carta aberta do Prof. Plinio Corrêa de Oliveira. In **Catolicismo**, Nº 170, fevereiro de 1965.

EDITORIAL, Para desvendar um enigma: Em que consiste a “3ª Posição”? In **Catolicismo**, Nº 154, outubro de 1963.

EDITORIAL. Murro brutal para responder a interpelação doutrinária: continua repercutindo a injustificada agressão. In **Catolicismo**, Nº 155, novembro de 1963.

EDITORIAL. TFP promove triunfal manifestação dos sentimentos antidivorcistas do povo brasileiro. In **Catolicismo**. Nº 187, julho de 1966.

JORNAL católico francês responde à carta aberta publicada em “Kierunki”. In **Catolicismo**, Nº 165, setembro de 1964

OLIVEIRA. Plinio Corrêa de. Carta Aberta para além da Cortina de Ferro. In **Catolicismo**, Nº 162, junho de 1964.

OLIVEIRA. Plinio Corrêa de. Diálogo, Coexistência e Hecatombe Termonuclear. In **Catolicismo**, Nº 170, fevereiro de 1965.

REFORMA Agraria Questão de Consciência em 30 dias. In **Catolicismo**, Nº 140, agosto de 1962.

SCHERER, D. Vicente. A carta do Exmo. Sr. D. Vicente Scherer. In **Catolicismo**, Nº 175, julho de 1965.

VITA, Giocondo Mario. A Terceira-Força Católica e seu Exotérico Princípio de Socialização. In **Catolicismo**, Nº 165, setembro de 1964.

b) Revista *Cruzada*:

BRAVO, Jorge Luis. *CGT Avanzada del comunismo*. In **Cruzada**, Nº 050, junho de 1964.

BRAVO, Jorge Luis; VARELA, Cosme Beccar. Bolchevización Blanca: Revolución Democrata Cristiana. In **Cruzada**, Nº 055, fevereiro de 1965.

BRAVO, Jorge Luis. La Carta que no publico "Esquiu". In **Cruzada**, Nº 055, fevereiro de 1965.

CARTAS. de los diputados del PDC y respuesta de los universitarios. In **Cruzada**, Nº 055, fevereiro de 1965

EDITORIAL, Carta Abierta al R. P. Mejia, Director de Criterio. In **Cruzada**, Nº 053, setembro de 1964.

EDITORIAL. Interpelación a los Diputados Demócratas Cristianos. In **Cruzada**, Nº 054, novembro de 1964.

EDITORIAL. Igual que los Modernistas 'Criterio' recurre a la táctica del ataque velado. In **Cruzada**, Nº 057, maio de 1965.

EDITORIAL. Interpelación a los actuales dirigentes del peronismo. In **Cruzada**, Nº 058, agosto de 1965.

EDITORIAL. Interpelación a la CGT: es Marxista o Cristiana. In **Cruzada**, Nº 058, agosto de 1965b.

EDITORIAL. El gran silencio del peronismo. In **Cruzada**, Nº 059, novembro de 1965.

EDITORIAL. Cierta nacionalismo nos ataca. In **Cruzada**, Nº 059, novembro de 1965b.

EDITORIAL. Repercusiones de una interpelación esclarecedora y triunfante. In **Cruzada**, Nº 059, novembro de 1965c.

RISTORINI, Federico. ICI y Criterio. In **Cruzada**, Nº 051, julho de 1964.

TEXTO de la carta de los 462 Universitarios. In **Cruzada**, Nº 055, fevereiro de 1965.

TFP. Respuesta al comunicado del Obispo de Goya contra la revista 'Cruzada' y la TFP. In **Cruzada**, Nº 070, junho-julho de 1967

VARELA, Cosme Beccar. Contra Critério. In **Cruzada**, Nº 047, março de 1964.

VEDIA, Enrique de. Los diputados del PDC no responden a las graves acusaciones. In **Cruzada**, N° 055, fevereiro de 1965.

Fontes de Pesquisa do 3º Capítulo

a) Revista *Catolicismo*:

AÇÃO CATÓLICA. O pronunciamento da AC. In **Catolicismo**, Nº 160, abril de 1964.

ALVARENGA, Cunha. Luta de Classes e Progressismo Católico. In **Catolicismo**, Nº 140, agosto de 1962.

ALVARENGA, Cunha. Equilibristas. In **Catolicismo**, Nº 155, novembro de 1963.

ALVARENGA, Cunha. Elites católicas promovem sensualidade, luta de classes e subversão social. In **Catolicismo**, Nº 171, março de 1965.

ALVARENGA, Cunha. Raízes gnósticas do chamado esquerdismo católico. In **Catolicismo**, Nº 191, novembro de 1966.

CAPITALISMO e Socialismo: Qual é a posição da Igreja?. In **Catolicismo**, Nº 132, dezembro de 1961.

EDITORIAL. Carta Encíclica do nosso Santíssimo Senhor João pela Divina Providência Papa XXIII. In **Catolicismo**, Nº 129, setembro de 1961.

LEFÈVRE, Luc J. *A Encíclica Pacem in Terris*. In **Catolicismo**, Nº 156, dezembro de 1963.

MAYER, D. Castro. Castidade, Humildade, Penitência. In **Catolicismo**, Nº 153, outubro de 1963.

MAYER, D. Castro, SIGAUD, D. Geraldo de Proença. *Desfazendo manobras astuciosas de Moscou: duzentos Padres Conciliares pedem nova condenação do comunismo e do socialismo*. In **Catolicismo**, Nº 157, janeiro de 1964.

MAYER, D. Castro. Lúcida e relevante intervenção do Bispo Diocesano no Concílio. In **Catolicismo**, Nº 178-179, outubro de 1965.

MAYER, D. Castro. Considerações a propósito da aplicação dos documentos promulgados pelo Concílio Ecumênico Vaticano II. In **Catolicismo**, Nº 185-186, maio/junho de 1966.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. A Proposito da Crise Brasileira: Um grande ideal e sua confrontação. In **Catolicismo**, Nº 130, outubro de 1961.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Socialização na Mater et Magistra. In **Diário de Notícias**, novembro de 1961.

OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Perspectiva do próximo Concílio. In **Catolicismo**, Nº 133, janeiro de 1962.

SANTOS, J. Azeredo. Mater et Magistra: Mais uma Encíclica mal interpretada. In **Catolicismo**, Nº 137, maio de 1962.

SANTOS, J. Azeredo dos. Nova et Vetera. In **Catolicismo**, Nº 158, fevereiro de 1964.

SIGAUD. D. Geraldo de Proença. Seita comunista, seus erros, sua ação revolucionária e os deveres dos católicos na hora presente. In **Catolicismo**, Nº 135, março de 1962.

SIGAUD. D. Geraldo de Proença. Catecismo anticomunista. In **Catolicismo**, Nº 140, agosto de 1962.

SIGAUD. D. Geraldo de Proença. Conferir o Evangelho com Pedro. In **Catolicismo**, Nº 142, outubro de 1962.

213 PADRES Conciliares de 54 países. In **Catolicismo**, Nº 158, fevereiro de 1964.

TORRES, Aloizio Augusto Barbosa. *Capítulo deplorável na História do Brasil Católico*. In **Catolicismo**, Nº 183, março 1966.

b) Revista *Cruzada*:

ATEISMO Pratico y Teorico. In **Cruzada**, Nº 041, julho de 1963.

BRAVO. José Luis. CGT, Avanzada del comunismo. In **Cruzada**, Nº 050, junho de 1964.

EDITORIAL. La Nueva Encíclica Mater et Magistra. In **Cruzada**, Nº 025, agosto de 1961

EDITORIAL. Doctrina Pontificia. In **Cruzada**, Nº 025, agosto de 1961b.

EDITORIAL. Doctrina Pontificia. In **Cruzada**, Nº 027, outubro de 1961.

EDITORIAL. Doctrina Pontificia. In **Cruzada**, Nº 028, novembro de 1961.

EDITORIAL. Crónica de um País que duerme. In **Cruzada**, Nº038, março de 1963.

EDITORIAL. Juan, Papa XXIII. In **Cruzada**, Nº041, julho de 1963.

EDITORIAL. Socialización: Problema de Semantica. In **Cruzada**, Nº 045, novembro de 1963.

EDITORIAL. Luz y Tinieblas. In **Cruzada**, Nº 045, novembro de 1963b.

EDITORIAL. Padres del progressismo. In **Cruzada**, Nº 047, março de 1964.

EDITORIAL. Escándalo en Córdoba. In **Cruzada**, Nº 050, junho de 1964.

EDITORIAL. Cual es la doctrina social de la Iglesia?. In **Cruzada**, Nº 059, novembro de 1965.

EDITORIAL. La reunión mas desconcertante de la história Religiosa de América Latina. In **Cruzada**, Nº 066, dezembro de 1966

FEDERICO, Ristorini. Prensa y crisis doctrinária. In **Cruzada**, Nº 044, outubro de 1963.

LA BLANCA, Jorge. La Encíclica sobre El Comunismo: Divini Redemptoris. In **Cruzada**, Nº 024, julho de 1961.

LA BLANCA, Jorge. La Encíclica sobre El Comunismo: Divini Redemptoris. In **Cruzada**, Nº 025, agosto de 1961.

MAYER, D. Castro, SIGAUD. D. Geraldo de Proença. 213 Obispos piden una definición conciliar. In **Cruzada**, N° 048, abril de 1964.

NO HAY Más que una Iglesia de Cristo. In **Clarín**, p. 20, 19 de maio de 1964.

PASTORAL en favor de la libertad de enseñanza en Córdoba, In **Clarín**, p. 22, 2 de abril de 1964.

SUGESTIVOS Conceptos de un Sacerdote Cordobés. In **Clarín**, p. 13, 15 de abril de 1964.

VARELA, Cosme Beccar. La parte exhortativa de la Encíclica Mater et Magistra. In **Cruzada**, N° 037, noviembre de 1962.

VARELA. Antigua e Nueva Voz Papal. In **Cruzada**, N° 040, junho de 1963.

VARELA, Cosme Beccar. *Socializacion o Socialismo*. In **Cruzada**, N° 046, dezembro de 1963.

VARELA, Cosme Beccar. El concilio no cambiara la doctrina. In **Cruzada**, N° 051, julho de 1964.

VELEZ, Carlos Alberto Dias. A las puertas de lo Concilio Ecomenico. In **Cruzada**, N° 031, abril de 1962.

VELEZ, Carlos Alberto Dias. Iglesia e Comunismo. In **Cruzada**, N° 045, noviembre de 1963

VIEYRA O. P., A Garcia. El Catolicismo Actual. In **Cruzada**, N° 044, outubro de 1963.

VIEYRA O. P., A Garcia. Sacerdotes para América Latina. In **Cruzada**, N° 048, abril de 1964.

VIGOROSO Espiritu Religioso. In **Clarín**, p. 31, 5 de abril de 1964.

Fontes de pesquisa do 4º capítulo

a) Revista *Catolicismo*:

AÇÃO CATÓLICA. O pronunciamento da AC. In *Catolicismo*, Nº 160, abril de 1964.

CRUZADA. “Cruzada” a Ongania: para onde vai o país? In *Catolicismo*, Nº 191, novembro de 1966.

CONGREGADOS. O texto do memorial ao Presidente. In *Catolicismo*, Nº 159, março de 1964.

EDITORIAL. Retrospecto do ano de 1963: atropelo desconexo dos fatos, In *Catolicismo* Nº 157, janeiro de 1964.

EDITORIAL. 160 mil brasileiros proclamam: reformas de base importam mesmo numa questão de consciência. In *Catolicismo*, Nº 160, abril de 1964.

EDITORIAL. O magistral estudo de Plínio Corrêa de Oliveira. In *Catolicismo*, Nº 161, maio de 1964a.

EDITORIAL. Janguismo sem Jango. In *Catolicismo*, Nº 161, maio de 1964b.

EDITORIAL. A Revolução anticomunista. Glória do povo brasileiro. In *Catolicismo*, Nº 161, maio de 1964c.

EDITORIAL. Militantes universitários da TFP alertam contra tática revolucionária. In *Catolicismo* Nº 190, setembro de 1966)

FILHO, Paulo Corrêa de Brito. Crise universitária: TFP reage contra minoria esquerdista. In *Catolicismo*, Nº 191, novembro de 1966.

INTERPELAÇÃO. A interpelação dos 160 mil. In *Catolicismo*, Nº 160, abril de 1964.

MACHADO. A. A. Borelli. Universitários católicos enfrentam investida comunista. In *Catolicismo*, Nº 159, março de 1964.

_____. A reforma Agrária do Presidente Frei é socialista e confiscatória. In *Catolicismo*, Nr 184, abril de 1966.

OLIVEIRA, A liberdade da Igreja no Estado Comunista. In *Catolicismo*, Nº 161. maio de 1964.

SIGAUD. D. Geraldo de Proença. Oportunas declarações de um prelado. In *Catolicismo*, Nº 161, maio de 1964.

TFP. A TFP ao Público. In *Catolicismo*, Nº 188, agosto de 1966.

TORRES, Aloizio Augusto Barbosa Torres. Ação Popular, capítulo deplorável na História do Brasil Católico. In *Catolicismo*. Nº 183, março de 1966)

b) Revista *Cruzada*:

CAGGIANO, Antônio. Um serio llamado de atención. In *Cruzada*, Nº 048, abril de 1964.

EDITORIAL. Brasil entre dos Fuegos. In *Cruzada*, Nº 048, abril de 1964a.

EDITORIAL. 213 obispos piden una definición Conciliar. In. *Cruzada*, Nº 048, abril de 1964b.

- EDITORIAL. Gobierno: a la Izquierda del País. In *Cruzada*, N° 051, julho de 1964.
- EDITORIAL. Una ley socialista nos acerca al Comunismo. In *Cruzada*, N° 061, maio de 1966.
- EDITORIAL. Hacia la Bolchevización del Campo. In *Cruzada*, N° 062, junho de 1966a.
- EDITORIAL. Refutación de una defensa de la reforma agrária. In *Cruzada*, N° 062, junho 1966b.
- EDITORIAL. Calorosa recepción para las tesis contrarrevolucionarias. In *Cruzada*, N° 062, junho de 1966c.
- EDITORIAL. El General Onganía ataca al Comunismo. In *Cruzada*, N° 063, julho de 1966.
- EDITORIAL. Hacia donde va la Argentina. In *Cruzada*, N° 065, novembro de 1966a.
- EDITORIAL. El cambio de estructuras y el gobierno nacional. In *Cruzada*, N° 065, novembro de 1966b.
- EDITORIAL. Breve historia de 'CRUZADA' a modo de presentación. In *Cruzada*, N° 065, novembro de 1966c.
- VARELA, Cosme Beccar. Rechazo del progresismo. In *Cruzada*, N° 048, abril de 1964.
- VÉLEZ, Carlos A. Diaz. Intrínsecamente perverso. In *Cruzada*, N° 048, abril de 1964.
- VIEYRA, O. P. Sacerdotes para América Latina. In *Cruzada*, N° 048, abril de 1964.

ANEXO I: Transcrição da entrevista com Dr. Cosme Beccar Varela

1- Quais os motivos que levaram o Sr a criar a revista Cruzada, em 1956?

El convencimiento de que los males políticos que sufrió la Argentina durante el régimen de Perón, desde 1945 hasta 1955 y también después de su providencial derrocamiento en 1955, se debían a que había un grave apartamiento de la doctrina social y política de la Iglesia Católica. Nos propusimos defender esa doctrina en el plano político, atacando en nuestra revista todos los errores del comunismo, del socialismo y del liberalismo, en especial contra el liberalismo llamado “católico”.

2- Quantos eram os membros do grupo de editores da revista?

Al principio, en 1956, éramos más o menos 10. Después, con el curso del tiempo y con la gran repercusión pública de la revista, llegamos a publicar un manifiesto contra la reforma empresaria propuesta por los demócrata cristianos, por ser contraria al derecho de propiedad privada, con la firma de 465 universitarios.

3- O Sr pode citar alguns nomes e as atividades que exerciam (empresários, bancários, industriais, advogados, militares)?

Los primeros integrantes del grupo eran Federico Ezcurra, Jorge Labanca, José Luis Bravo, Andrés de Asboth, Felix Dufourq y otros que no me acuerdo. Éramos todos jóvenes de menos de 20 años. No había empresarios ni militares.

4- Na época da criação da Cruzada, o Sr já conhecia a Revista Catolicismo e o grupo que fundaria, em 1960, a TFP brasileira?

No, ellos conocieron “Cruzada” en un viaje que hicieron a Buenos Aires algunos de sus integrantes y nos hicimos amigos. Eso fue en 1960, más o menos, o sea, 4 años después de la fundación de “Cruzada”.

5- A Cruzada sofreu influências da Revista Catolicismo? Quais aspectos?

La principal influencia fue personal del Dr. Plinio Correa de Oliveira a quien admiramos mucho por la claridad de sus ideas y por su militancia católica contrarrevolucionaria. Además, fue un gran maestro de cultura católica y de Historia.

6- Quem financiava a Cruzada?

“Cruzada” se vendía íntegramente en la calle y eso bastaba para pagar las ediciones. La plata inicial la aportamos los jóvenes fundadores.

7- Como era a forma de divulgação e propaganda da Cruzada?

Como dije antes, por la venta en la calle de los ejemplares. Esa venta la hacíamos nosotros mismos.

8- A que grupos (classe social, cultural, política) de leitores a Cruzada era direcionada?

A todas las clases sociales porque en todas ellas había católicos.

9- Quais eram os grupos ou instituições que Cruzada divergia em termos ideológicos na década de 1960?

Los liberales mal llamados “católicos”, los comunistas, socialistas, peronistas y todos los grupos de izquierda.

10- Como era sua relação pessoal com a hierarquia católica da Argentina?

Mientras Mons. Caggiano fue Arzobispo de Buenos Aires, muy buena. Después, con sus sucesores, mala o inexistente.

11- A revista Cruzada e seus editores tinham vínculos com a Igreja Católica?

Todos eramos fieles católicos que obedecíamos a la Jerarquía en aquello que era de su competencia.

12- Existiu algum conflito entre as ideias da Cruzada com as ideias da Igreja Católica argentina?

Como dije antes, a partir del tiempo de Mons. Aramburu, sucesor de Mons. Caggiano, la Jerarquía nos ignoraba o nos combatía.

13- Como se deu a criação da TFP argentina?

Cuando conocí la TFP brasileña y a su fundador, el Dr. Correa de Oliveira, consideré que era un grupo mucho mejor formado que el nuestro y creí conveniente proponer a mis amigos de “Cruzada” una unión de esfuerzos. Al principio, lo hacíamos bajo el nombre de “Cruzada”, después, alrededor de 1970, resolvimos fundar la TFP argentina.

14- Antes da fundação da TFP argentina, a revista Cruzada possuía vínculos com a TFP brasileira?

Los que ya dije, de unidades de ideales.

15- Como era o relacionamento entre os membros da TFP brasileira e a TFP argentina?

Muy bueno.

16- Como e com que frequência era a comunicação entre TFP brasileira e argentina?

Constante. Viajábamos todos los años a San Pablo para oír las conferencias del Dr. Plinio Correa de Oliveira y para ver a nuestros amigos de la TFP brasileña.

17- O Sr conheceu pessoalmente o Dr. Plínio Correia de Oliveira? Como era seu relacionamento com ele?

Lo conocí y admiré mucho. Mi relación con él fue excelente durante muchos años.

18- A atuação da TFP argentina era independente da atuação da TFP brasileira?

Sí. Pero pedíamos consejo al Dr. Plinio Correa de Oliveira cuya sabiduría contrarrevolucionaria no tenía parangón.

19- Existiram trocas de experiências e intercâmbios entre a TFP argentina e brasileira (congressos, palestras, viagens, etc)?

Sí. Continuamente.

20- Por que houve mudanças no nome da revista (Cruzada, TFP, El Pregón)?

El primer cambio, o sea, el abandono del nombre “Cruzada” para nuestra publicación, ya lo expliqué. El segundo cambio fué por razones prácticas. No teníamos plata para publicar una revista “tabloid” como era “Tradición, Familia, Propiedad” y empezamos a publicar el “Pregón de la TFP” de tamaño más reducido.

21- Até quando o Sr permaneceu à frente da TFP argentina?

Hasta Abril de 1990.

22- Quais os motivos que o levaram a sair da TFP?

Mis antiguos amigos se habían embarcado en otro tipo de actividad, más próxima a lo que podría considerarse un “instituto religioso”. Como yo objetaba ese cambio, resolvieron no reelegirme como Presidente de la TFP argentina y no considerarme de allí en adelante como un miembro aceptable de la TFP.

AUTORIZAÇÃO

Eu, COSME BECCAR VARELA, abaixo assinado, concedo a Ianko Bett, Doutorando do Programa de Pós Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), a entrevista que prestei no dia 19/9/2012, através de e-mail enviado no dia 19/9/2012, sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais de caráter histórico e documental. O Doutorando está autorizado a utilizar, divulgar e publicar, para fins de pesquisa, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, bem como permitir a terceiros o acesso ao mesmo para fins idênticos, segundo suas normas, com a única ressalva de sua integridade e indicação de fonte e autor.

Buenos Aires, 19 de Septiembre del 2012.

Cosme Beccar Varela

ANEXO II: Catecismo Anticomunista

I. O QUE É O COMUNISMO E O QUE ELE ENSINA

1. Que é o comunismo?

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx, e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade.

2. Qual é a doutrina que a seita comunista ensina?

A seita comunista ensina a doutrina do mais completo materialismo.

3. Que ensina o materialismo comunista a respeito de Deus?

O materialismo comunista ensina que Deus não existe, e que só existe a matéria.

4. Contenta-se a seita comunista em ensinar que não há Deus e que só existe a matéria?

A seita comunista dá grande importância a um materialismo prático, em que o homem não cogita se Deus existe ou não, mas procede, pensa e organiza sua vida sem se incomodar com Deus nem se lembrar dEle. Assim, aos poucos chega também ao materialismo teórico. O comunista verdadeiro é materialista teórico e prático, para poder levar seus prosélitos ao caminho aludido.

5. Que pensa a seita comunista a respeito da alma?

Para a seita comunista o homem é só matéria, e a alma não existe.

6. Que pensa a seita comunista a respeito da eternidade?

Para a seita comunista o homem desaparece totalmente após a morte. Não há Céu nem inferno, não há felicidade nem castigo depois desta vida.

7. Que pensa a seita comunista a respeito da natureza humana?

Para a seita comunista o homem é um simples animal; embora mais evoluído do que o boi e o macaco, não passa de animal.

8. Qual é a primeira consequência prática desta doutrina?

A primeira consequência prática deste materialismo é que o homem deve procurar sua felicidade somente nesta terra, e no gozo dos prazeres que a vida terrena oferece.

9. O homem, segundo o comunismo, depende de Deus e da sua lei?

Não. Uma vez que só há matéria, o homem não depende de Deus, que não existe; ele é supremo senhor de si mesmo.

II. ATITUDES DO COMUNISMO PERANTE A RELIGIÃO

10. A seita comunista dá importância à Religião?

Embora negue a existência de Deus, e afirme que a Religião é coisa quimérica, o comunismo dá grande importância ao fato de que existe a Religião no mundo, porque vê nela o seu maior inimigo. Lenine a chama de “ópio do povo”.

11. Por que a Religião é inimiga do comunismo?

A verdadeira Religião, que é a Religião Católica, é inimiga mortal do comunismo, porque ensina exatamente o contrário do que ele ensina, e inspira os fiéis a preferirem a morte às doutrinas e ao regime comunista.

12. Que faz o comunismo com a Religião?

Com a Religião Católica a luta do comunismo é de morte: só poderia cessar se chegasse a destruir em todo o mundo a Igreja verdadeira (o que é impossível). Quanto às outras religiões, a seita usa de duas táticas: quando sente que uma delas é um empecilho para a sua vitória, ataca-a; mas se vem a perceber que se pode servir de alguma religião para se propagar, ou mesmo para matá-la, então a tolera e até favorece na aparência, para a destruir mais radicalmente.

13. Para conquistar o poder, que faz a seita comunista com referência à Igreja Católica?

Para conquistar o poder, a seita comunista procede da seguinte maneira com relação à Igreja Católica:

a) Procura persuadir os católicos de que não há oposição entre os objetivos da seita e a doutrina da Igreja. Procura até apresentar as idéias comunistas como a realização da doutrina do Evangelho.

b) Procura criar uma corrente intitulada de “católicos progressistas”, “católicos socialistas” ou “católicos comunistas”, para desorientar e desunir os católicos.

c) Procura atirar as organizações católicas contra os outros adversários naturais do comunismo, como os proprietários, os militares, as autoridades constituídas, para dividir e destruir os que se opõem à conquista do poder pelo Partido Comunista.

d) Favorece as modas e costumes imorais para minar a família e portanto a civilização cristã da qual a família é viga mestra.

e) Mantém nas nações cristãs a sociedade em constante agitação, fomentando antagonismo entre as classes, as regiões do mesmo país, etc.

14. Depois de conquistado o poder, que faz a seita comunista com a Igreja Católica?

Sua tática com a Igreja Católica, depois de conquistado o poder, varia de acordo com as circunstâncias. Mas os passos da luta em geral são os seguintes:

- a) envolver os católicos nos movimentos promovidos pelo Partido Comunista;
- b) afastar os Bispos, Sacerdotes e Religiosos que resistem; se preciso, matá-los;
- c) liquidar os líderes católicos;
- d) separar a Igreja do país, da obediência ao Santo Padre.

15. Pode um católico colaborar com os movimentos comunistas?

A coisa que os comunistas mais desejam é que os católicos colaborem com eles. Quem começar a colaborar, terminará comunista. “Colaborou? Morreu!”

16. Se o comunismo ensinasse que Deus existe, e tolerasse a Religião, os católicos poderiam ser comunistas?

No dia em que o comunismo admitisse que Deus existe, e que ele é Senhor nosso, já não seria propriamente comunismo.

III. PONTOS BÁSICOS DA DIVERGÊNCIA ENTRE COMUNISMO E CATOLICISMO

17. Então a divergência entre a seita comunista e o Catolicismo se verifica só no campo religioso?

Não. Além do campo religioso, há muitos outros campos em que as divergências entre a seita comunista e o Catolicismo são irreduzíveis.

18. Em que outros pontos fundamentais existe esta divergência radical?

Esta divergência existe em todos os pontos. Mas ela é mais fundamental em relação à verdade e à moral, à família, à propriedade e à desigualdade social.

19. Que ensina o comunismo a respeito da verdade?

Ensina a Igreja que Deus criou o mundo e criou a alma humana, que é inteligente. A alma conhece a verdade das coisas. Ela afirma que uma coisa é idêntica a si mesma, dizendo o que é, é; o que não é, não é.

O comunismo ensina que não há verdade. Uma coisa pode ser e não ser, ao mesmo tempo. Uma coisa é ela e o contrário dela.

20. Então o comunismo não admite a verdade?

Não. Para o comunista não interessa que uma afirmação corresponda à realidade ou não. Para ele, “verdade” é o que ajuda a fazer a Revolução. A mesma afirmação pode ser hoje e amanhã, sucessivamente, “verdade” e “mentira”, de acordo com a conveniência do Partido.

Assim, houve tempo em que Stalin era um herói para a seita comunista. Hoje é um bandido declarado. Não há verdade objetiva.

21. Que outra grande divergência existe entre o comunismo e o Catolicismo?

O Catolicismo ensina que Deus é absolutamente santo. E por isto, as ações humanas que estão de acordo com Deus são boas; e as que vão contra a ordem que Ele estabeleceu são más.

O comunismo, que é materialista, ensina que não existe moral. Quando uma ação é útil ao Partido, é boa; quando prejudica o Partido, é má.

22. Dê um exemplo.

Para o católico as boas relações dos filhos com os pais constituem um bem.

Para o comunista, essas boas relações podem ser um bem, e podem ser um mal. Se os pais se opõem à Revolução, o filho deve odiá-los, denunciá-los, e, se for preciso, depor nos processos contra eles e até matá-los. Se os pais trabalham para a Revolução, o filho deve mostrar-lhes amor e colaborar com eles.

23. Poderia dar outro exemplo?

Outro exemplo seria o seguinte. Se o Brasil entrar em guerra contra a Rússia, o comunismo ensina que os brasileiros deverão trair sua Pátria, trabalhar para que os nossos soldados sejam derrotados e o Brasil dominado pelos soviéticos. Mas, se por desgraça o Brasil passar a aliado da Rússia, os brasileiros deverão mudar de orientação e lutar pela vitória do Brasil.

Em resumo: é bom o que ajuda a Revolução, é mau o que a combate ou prejudica.

24. O comunismo ensina a respeitar as famílias?

Como o homem é um animal, a família vale tanto como um casal de bichos. Por isto o comunismo ensina a dissolver as famílias, a violentar as mulheres dos povos que não são comunistas, e a respeitar as “famílias” dos que o são.

25. Que aconteceria às nossas famílias católicas se o comunismo dominasse o Brasil?

Os pais que resistissem à profanação do seu lar poderiam ser mortos; as filhas e esposas ficariam expostas à violação; as famílias perderiam suas propriedades e seriam arruinadas e destruídas.

26. O comunismo acha que o Direito é sagrado?

Como não admite a existência de Deus nem da alma, o comunismo não reconhece a dignidade do homem e nega que o Direito exista. Somente reconhece a força.

27. Pode dar um exemplo?

Se eu der um osso a um cão, este não adquire um direito ao osso. Posso lhe tirar o osso sem ferir nenhum direito. A razão é a seguinte: não tendo alma, o cão não é uma pessoa. Não sendo pessoa, não tem direito. Uma vez que para o comunismo o homem não é pessoa, e sim

animal, ele não tem direito. O Estado lhe dá o que quiser, e quando quiser lhe tira. O homem é menos que um escravo; é uma rês.

IV. A ESSÊNCIA DO HOMEM É SER TRABALHADOR

28. Qual é a definição do homem?

Para o católico: o homem é um animal racional, dotado de personalidade e de direitos.

Para o comunista: o homem é um animal trabalhador.

29. Qual é o papel do trabalho na vida?

Para o católico; o trabalho é meio de conseguir certos recursos que possibilitam ao homem gozar dos bens que Deus criou para ele. O trabalho existe para o homem.

Segundo o comunismo, o homem existe para o trabalho. O trabalho é o fim da vida.

30. Se o homem é um animal trabalhador, deve ele trabalhar sempre?

Para a seita comunista quem não trabalha não é homem. Quanto mais o homem trabalha, mais homem é. Assim, ele pode mudar a sua própria natureza, vivendo somente para o trabalho.

31. Então o homem não tem uma natureza estável, que Deus lhe deu?

Segundo a doutrina católica, tem. Deus constituiu a natureza humana imutável.

Para o comunista, uma lei universal levou a matéria até a forma humana. Esta forma está em evolução. É o homem que dá a si mesmo a sua natureza, mediante o trabalho. O homem é o criador de si próprio.

32. Quem deve, então, ser adorado?

Para o católico, Deus deve ser adorado, porque é o Criador do céu e da terra.

O comunista recusa adoração a Deus. Em vez de adorar ao Criador, ele adora o Estado comunista e totalitário.

V. A REVOLUÇÃO E A CRISTANDADE

33. Qual é para o comunismo o critério supremo da verdade, da moral e do direito?

O critério supremo da verdade, da moral e do direito é para o comunismo a ação revolucionária. Assim como para o católico o fim supremo é a vida eterna, para o comunista o fim supremo da vida é a Revolução.

34. Que é a Revolução?

Revolução, com maiúscula, é a rejeição de Deus, de Cristo, da Igreja, e de tudo o que deles provém; é a organização da vida humana somente segundo a razão humana e as paixões

humanas. Seu ideal é a Cidade do homem sem Deus, oposta à Cristandade e à ordem natural, que é a Cidade de Deus.

35. Que é a Cristandade?

Cristandade é a sociedade temporal organizada segundo Deus, isto é, de acordo com o direito natural e a palavra de Deus, revelada por Jesus Cristo, transmitida, interpretada e aplicada à vida pela Igreja Católica.

36. Quais são os fundamentos da Cristandade?

Os fundamentos da Cristandade são dois: o direito natural e a Revelação, trazida por Jesus Cristo e transmitida pela Igreja Católica.

VI. VIRTUDES QUE FUNDAMENTAM A CRISTANDE E PAIXÕES QUE MOVEM A REVOLUÇÃO

37. Sobre que virtudes se baseia a Cristandade?

A Cristandade se baseia principalmente sobre as seguintes virtudes: a fé, a castidade e a humildade.

38. Que paixões desordenadas são a mola da Revolução?

O orgulho, que rejeita a fé; a sensualidade que rejeita a castidade; a soberba, que rejeita a humildade, são as molas principais da Revolução.

39. Quais são as conseqüências destas paixões?

Do orgulho, que rejeita a fé, nasce a negação da vida eterna como fim da existência terrena, bem como a negação de Deus, e de Cristo como Senhor do homem.

Da sensualidade, que rejeita a castidade, nasce o desejo de gozar esta vida de todas as formas, e em conseqüência ela conduz ao desprezo e a dissolução da família.

E da soberba, que rejeita a humildade, nasce a revolta contra a autoridade divina e humana, e contra todas as limitações que o homem pode sofrer. De modo especial ela conduz ao igualitarismo, isto é, ao ideal comunista de uma sociedade sem classes.

40. Que se entende aí por classe social?

Classe social é um conjunto de pessoas — e suas respectivas famílias — cujas funções na sociedade são diversas, porém iguais em dignidade. Exemplo: advogados, médicos, engenheiros, fazendeiros, oficiais das Forças Armadas, apesar da diversidade de suas funções, constituem com suas famílias uma mesma classe social.

Todas as classes sociais são dignas, mas não iguais em dignidade. Por exemplo: o trabalho manual é digno e foi até exercido pelo Verbo Encarnado; todavia, a dignidade do trabalho intelectual é intrinsecamente maior: o espírito é mais do que a matéria.

41. A que título a família faz parte da classe social?

De acordo com a lei natural e a doutrina da Igreja, a família participa de algum modo, não só do patrimônio, como da dignidade, honra e consideração de seu chefe, com o qual forma um só todo e a cuja classe social pertence. Sendo inerente à família a transmissão aos filhos, não só do patrimônio dos pais, como também, de certo modo, da honra e consideração que se prende ao nome paterno, a presença da família na classe social dá a esta um certo caráter de continuidade hereditária.

42. Então uma pessoa não pode passar para uma classe a que não pertence a sua família?

Pode. Não se deve confundir classe social com casta. No regime pagão das castas existe entre estas uma barreira intransponível. Cada pessoa pertence necessariamente, por toda a vida, à casta em que nasceu. Isto, quaisquer que sejam suas ações, boas ou más. Na civilização cristã, não há castas impermeáveis, mas classes sociais permeáveis. Ou seja, a pessoa pertence à classe em que nasceu, mas pode elevar-se a outra se tiver um mérito saliente. Bem como pode decair, em razão de seu mau procedimento. Assim, o princípio da hereditariedade se harmoniza com o postulado da justiça.

O comunismo, ao invés, quer uma sociedade sem classes, em que todos sejam iguais, no que contraria o princípio natural da hereditariedade e as exigências da justiça.

VII. O PROLETÁRIOO É O ÚNICO HOMEM IDEAL, SEGUNDO O COMUNISMO

43. Se não há Direito, como pode, segundo os comunistas, existir a sociedade?

A sociedade, segundo os comunistas, existirá sem Direito: existirá pela força.

44. Em mãos de quem ficará a força na sociedade?

Aqueles que representam o homem mais perfeito hão de ter em suas mãos a força na sociedade.

45. Quem representa o homem mais perfeito, de acordo com o comunismo?

Segundo o comunismo, os proletários não tem nenhuma raiz que os prenda ao passado ou à sociedade presente, e portanto são os homens mais livres de limitações; são eles que, unidos, constituem a maior força revolucionária. Para a seita comunista o proletário é, pois, o homem mais perfeito. De fato, em sua mentalidade não existem os “entraves” e as “degenerescências” que ligam as outras classes à ordem social vigente. Por isso mesmo, a seita o considera como o instrumento ideal da Revolução.

46. Que devem fazer os proletários, de acordo com o comunismo?

De acordo com o comunismo, os proletários devem mover guerra às outras classes, e implantar a ditadura do proletariado, que pela violência exterminar a Igreja, o Clero, os nobres, os ricos, os proprietários, os que se realçam pela inteligência, todos os homens independentes, e assim destrua tudo o que se opõe à Revolução.

VIII. A LUTA DE CLASSES

47. Como se chama esta oposição entre os proletários e os demais cidadãos?

Esta oposição se chama luta de classes.

48. Esta luta durará muito?

Para os comunistas, esta luta não terminará senão quando no mundo inteiro só houver a classe dos proletários, isto é, dos trabalhadores que não têm nada de próprio.

IX. A PROPRIEDADE, A VIDA HUMANA E A ESCRAVIDÃO DO OPERARIADO

49. O indivíduo, no regime comunista, não pode possuir nada?

No regime comunista o indivíduo não é dono de nada. Tudo é do Estado.

50. O comunismo não admite por vezes o direito de propriedade?

Quando está no poder, o comunismo às vezes concede o uso de algum imóvel a um ou outro trabalhador. Mas não reconhece o direito de propriedade, pois pode tomar tudo a todos, quando quiser. O homem, no regime comunista, não tem sequer direito ao fruto do seu trabalho.

51. No regime comunista ninguém é, então, dono de nada?

No regime comunista ninguém é dono de nada: nem do dinheiro, nem da fábrica, nem do campo, nem da casa, nem da profissão, nem de si mesmo. Tudo é do Estado, tudo depende do Estado.

52. Então o regime comunista é de escravidão?

O regime comunista estabelece a mais completa escravidão, pois não reconhece ao homem nenhum direito.

53. O comunismo respeita a vida humana?

Não. Uma vez que o homem não passa de animal, o comunismo trata a vida humana como nós tratamos a dos bois. Se fôr preciso, mata-se. Assim, para dominar a Rússia foi preciso assassinar cerca de 20 milhões de russos, ou fuzilando-os, ou deixando-os morrer de fome. Nos campos de concentração da União Soviética, ao tempo de Stalin, calcula-se que havia 16 milhões de homens e mulheres de todas as categorias, padres, intelectuais, operários, que trabalhavam como escravos e acabaram morrendo de miséria. Para conquistar o poder, os

comunistas chineses assassinaram vários milhões de pessoas. Para dominar os católicos da Espanha, as milícias bolchevistas mataram onze Bispos e 16.852 Sacerdotes e Religiosos, bem como muitos milhares de pais de família.

54. No regime comunista, o operário pode se queixar, fazer greve, trocar de serviço?

Não. O Partido marca onde o operário deve trabalhar. Neste trabalho ele deve produzir o máximo. Não pode reclamar, e nem é bom pensar em greve, porque quem pensar vai para o degredo na Sibéria, para um campo de concentração ou para a forca. No regime comunista o operário não tem direito algum.

55. Os comunistas mantêm sempre os operários na miséria?

Até hoje a situação material dos operários em todos os países comunistas é em geral miserável. Todavia, a Rússia promete que no ano 2000 os trabalhadores russos terão a mesma situação que têm atualmente os seus colegas ocidentais. O comunismo não se interessa pelo bem-estar dos operários senão enquanto ele é útil para a Revolução, por isso, se os operários, obtido o bem-estar, começam a desobedecer, volta de novo a miséria. O comunismo trata os trabalhadores como reses, ou como escravos. O senhor de escravos dava-lhes comida porque lhe interessava que eles fossem fortes e saudáveis, para poderem trabalhar. Mas, se em dado momento parecer necessário às autoridades comunistas reduzir gravemente o padrão de vida da classe trabalhadora, em favor do desenvolvimento das indústrias do Estado ou do seu poderio militar, fá-lo-ão sem hesitação, pois para elas o operário é escravo e o escravo não tem direito.

56. Nos países não comunistas, o comunismo quer melhorar a situação dos operários?

Não. Nos países não comunistas o comunismo quer que os operários fiquem tão miseráveis, que cheguem ao desespero, e assim provoquem greves e desordens, as quais os comunistas aproveitarão para derrubar o governo legítimo e implantar a sua ditadura.

57. Nos países dominados pelos comunistas não há diferenças de riqueza e de classe social?

O comunismo promete abolir as diferenças de riqueza e de classe. Mas isto é contra a natureza humana. Destruindo a moral e o direito, o comunismo favorece um grupo de dirigentes e de membros do Partido, que dispõem de grandes riquezas e vivem com fartura e luxo em casas suntuosas, enquanto o operário em geral passa privações, e obrigado a trabalhar onde o Partido manda, tem para morar somente um quarto, onde se amontoam os pais, os filhos e todos os membros da família, sem cozinha, nem banheiro próprios. A diferença entre os que mandam e os outros é muito maior que entre os capitalistas e os operários.

X. O PAPEL DE SATANÁS

58. Quem inventou este regime?

Quem inventou este regime foi Satanás, que sabe que o melhor meio de levar os homens à perdição eterna é fazê-los rebelarem-se contra a ordem constituída por Deus.

59. Como que Satanás consegue adeptos para este regime?

Prometendo aos homens o paraíso na terra se eles renunciarem a Deus e ao Céu, Satanás consegue enganá-los como o fez a nossos primeiros pais, e o resultado é o inferno na terra e na eternidade.

XI. A VIOLÊNCIA E A LIBERDADE

60. Como se implanta o regime comunista?

O regime comunista é implantado, em geral, pela violência. Os comunistas procuram chegar ao poder de qualquer modo: por eleições, por pressão de tropas estrangeiras, por golpes armados. Uma vez no poder, destroem toda oposição, e implantam a ditadura, em nome do proletariado.

61. Então são os operários que passam a mandar?

Não. Os operários não mandam. Eles passam à situação de escravos, trabalham onde o governo os manda trabalhar, não podem se afastar dali; recebem o salário que o governo quer e, se reclamam, podem até ser fuzilados.

62. O comunismo admite direito à greve?

Nos países que quer dominar, o comunismo exige que a lei estabeleça o direito de greve; e organiza paredes para dismantelar a economia nacional. Mas, uma vez dominado o país, não tolera a greve em nenhuma hipótese, e sujeita o operário à mais tirânica escravidão.

63. É somente pela violência que o comunismo é implantado?

Em geral o comunismo é implantado pela violência; mas ele é preparado por muitas atitudes dos cristãos.

XII. O MATERIALISMO DO OCIDENTE PREPARA O CAMINHO DO COMUNISMO

64. Que atitudes dos cristãos preparam a vitória do comunismo?

Como o comunismo nasce do materialismo, da sensualidade e do orgulho, o materialismo prático dos cristãos que vivem como se não houvesse a eternidade cria o caldo de cultura em que o bacilo comunista prolifera.

65. Dê alguns exemplos destes materialistas práticos.

Posso dar os seguintes exemplos: quem só se preocupa com ganhar dinheiro; quem procura gozar dos prazeres da vida, embora lícitos, sem se interessar pela prática da oração e da penitência; quem se entrega ao jogo; quem frequenta lugares suspeitos; quem se veste com sensualidade, sem modéstia; quem dança as danças modernas; quem lê revistas obscenas ou sensuais; os freqüentadores do cinema e da televisão imorais; quem se desinteressa pela graça santificante, pecando como se não houvesse pecado.

XIII. A IGREJA E OS OPERÁRIOS

66. Que tem feito a Igreja pelos pobres e operários?

A Igreja, ao longo da História, aboliu a escravidão, defendeu os fracos e pobres, ensinou os ricos e poderosos a amparar os humildes, difundiu a justiça e a caridade. Organizou os trabalhadores em grandes sociedades chamadas corporações, que cuidavam de sua formação técnica, de sua prosperidade material, do bem espiritual deles e de sua família, lhes davam assistência na doença e cuidavam dos seus filhos em caso de morte. Estas associações sofreram um golpe de morte com a Revolução Francesa, mas duraram em muitos países até as agitações do ano de 1848; na Alemanha elas ainda existem.

67. Depois de 1848 a Igreja não fez mais nada pelos operários?

O individualismo introduzido pela Revolução Francesa destruiu as corporações católicas e deixou os operários entregues à própria sorte. Então a Igreja empreendeu um grande trabalho em favor deles, simultaneamente em três pontos.

68. Qual foi a primeira frente que a Igreja atacou?

A Igreja Católica procurou, de início, principalmente minorar a miséria das pessoas. Para este fim multiplicou as Santas Casas, os orfanatos, asilos para velhos, Oratórios festivos, creches, e obras de assistência social. Assim é que, para dar um exemplo, no Estado de São Paulo, atualmente, de cada cem instituições de caridade ou de assistência, oitenta são mantidas pela Igreja Católica. Os comunistas não mantêm nenhuma. As vinte restantes pertencem a outras igrejas, às organizações leigas e ao Poder público. Nos outros Estados do Brasil, a proporção de obras mantidas pela Igreja é ainda maior. E note-se que as instituições de caridade e assistência mantidas e dirigidas pela Igreja funcionam admiravelmente. Basta ver um hospital dirigido por Religiosas.

69. Qual foi a segunda frente que a Igreja atacou?

Enquanto fundava e organizava instituições de caridade e de assistência, a Igreja lutava para corrigir os defeitos da sociedade que geravam tanta miséria. Desde o Papa Pio IX, e principalmente no pontificado de Leão XIII, Ela insistiu com os ricos, os patrões, o Estado e

os trabalhadores para que se lembrassem da ordem social que Deus quer e Jesus Cristo fundou, e se aplicassem a melhorar as condições de vida do operário. Os Papas ensinaram que o trabalho não é mercadoria, e que o homem que trabalha tem direito a um salário nas seguintes condições: a) que lhe permita viver com dignidade; b) que dê para criar e educar os filhos; c) que possibilite ao trabalhador diligente e econômico formar um pecúlio que melhore a sua situação e lhe garanta o futuro.

70. Os ensinamentos dos Papas tiveram resultado?

Os ensinamentos dos Papas já modificaram completamente, em muitos países, a mentalidade dos patrões e dos operários, e melhoraram felizmente as condições destes últimos. Mas a Igreja continua a insistir, e o atual Pontífice, Sua Santidade o Papa João XXIII, publicou há pouco a Encíclica “Mater et Magistra”, em que ensina mais uma vez como os patrões devem tratar os trabalhadores, para que haja justiça, caridade e paz.

71. Qual foi a terceira frente em que a Igreja empreendeu o grande trabalho em favor dos operários?

A Igreja, enquanto atendia as misérias mais gritantes e imediatas, e ensinava aos patrões e operários como deviam ser as suas relações de acordo com a justiça e a caridade, promovia a organização destes e daqueles em associações, que se chamam corporações, círculos operários, etc. Estas organizações formam nos vários países grandes confederações, como na França a Confederação dos Trabalhadores Cristãos, na Itália a Associação Católica dos Trabalhadores Italianos, no Brasil a Confederação dos Círculos Operários etc.

72. Em que mais os Papas insistiram?

Os Papas insistiram em que os operários se unam, para juntos defenderem os seus direitos, respeitando, porém, os direitos dos patrões. Os Papas aconselham a estes que, na medida do possível, melhorem o salário e as condições dos trabalhadores, dando-lhes mais do que o estritamente justo.

73. Quais os Papas que mais se salientaram , na ação em favor dos direitos do operário, e da justiça e harmonia entre as classes sociais?

Todos os Papas se têm desvelado pela melhora da dura situação que começou para os operários com a Revolução Francesa. De um modo especial devem-se mencionar os seguintes Pontífices: Leão XIII, autor da Encíclica “Rerum Novarum”; Pio XI, autor da Encíclica “Quadragesimo Anno”; João XXIII, autor da Encíclica “Mater et Magistra”.

74. Que Papas se salientaram na luta contra o comunismo?

Todos os Papas, de Pio IX a João XXIII, tem condenado o comunismo. A Encíclica “Divini Redemptoris” de Pio XI trata especialmente do assunto, com grande, clareza e vigor.

Durante o pontificado de Pio XII, a Suprema Sagrada Congregação do Santo Ofício fulminou com a pena de excomunhão quem pertence ao Partido Comunista ou colabora com ele.

75. Quais as conseqüências práticas desta excomunhão?

Os membros do Partido Comunista e os que com ele colaboram não podem receber os Sacramentos nem ser padrinhos de batismo, confirmação e casamento, ficam privados de enterro religioso e sepultura eclesiástica, e não se pode celebrar em público missa em sufrágio de suas almas.

76. Os comunistas têm direito de divulgar suas doutrinas, de viva voz, ou pela imprensa, rádio e outros meios de propaganda?

Não. Segundo a doutrina católica o erro não tem direito de ser difundido. Cumpre ao Poder Público proibir-lhe a propaganda.

XIV. O SOCIALISMO

77. Haverá outro meio de preparar os homens para o comunismo?

Outro meio de preparar os homens para o comunismo é o socialismo.

78. Que vem a ser o socialismo?

O socialismo é o sistema que professa que todos os meios de produção, de transporte, o ensino, a assistência, toda a propriedade, devem pertencer ao Estado.

79. Para o socialismo, qual é o papel do indivíduo?

Para o socialismo o indivíduo é meio e não fim da sociedade. Por isto o Estado deve se ocupar de tudo, e cuidar do indivíduo em todos os setores, deixando a este somente aquilo que o Estado mesmo não pode fazer.

80. Neste caso, o socialismo é o mesmo que o comunismo?

Não. O fim de um e outro é o mesmo o estabelecimento de uma sociedade sem classes, a abolição da propriedade privada e da iniciativa privada, e a entrega ao Estado de todos os meios de produção. A diferença está em que o socialismo procura alcançar estes objetivos com meios brandos, usando da propaganda doutrinária e das eleições, enquanto que o comunismo prefere recorrer à violência. Os meios são diferentes, mas o fim é o mesmo. O socialismo é como uma rampa pela qual o mundo desliza suavemente da ordem natural e divina para o comunismo.

81. Há formas moderadas de socialismo?

Há formas moderadas de socialismo. Tais formas existem sempre que se exagera, em medida maior ou menor, a ação do Estado, em detrimento da iniciativa individual ou da propriedade privada.

82. Pode o católico ser socialista?

O católico não pode ser socialista, porque o socialismo contradiz a doutrina da Igreja, que estabelece o seguinte princípio: o Estado existe para realizar as tarefas de bem comum de que nem os indivíduos, nem as famílias, nem as sociedades intermediárias são capazes por si mesmos. Este princípio defendido pela Santa Igreja, e de modo especial pelo Santo Padre João XXIII na Encíclica “Mater et Magistra”, chama-se o “princípio da subsidiariedade”.

83. Que dizem os Papas sobre o socialismo moderado?

Os Papas dizem que, consistindo o socialismo, ainda que moderado, no exagero da ação estatal, é sempre condenado, porque incompatível com a justiça e a ordem natural estabelecida por Deus. Por isto disse Pio XI que o socialismo — mesmo quando moderado — “não pode conciliar-se com a doutrina católica” (Encíclica “Quadragesimo Anno”).

84. Que dizer então do chamado “socialismo cristão” ou “católico”?

O chamado “socialismo cristão” ou “socialismo católico” é uma aberração tão grande como se alguém falasse de um protestantismo católico ou de um círculo quadrado.

XV. A CONQUISTA DO POVO — AS ELITES E A MASSA

85. Qual a técnica que o comunismo usa para conquistar as elites?

A técnica usada pelo comunismo para conquistar as elites consiste em promover o convívio e a colaboração delas com núcleos da seita. Os comunistas aos poucos as vão levando a pensar à maneira materialista. Levam-nas primeiro a agir como materialistas, para terminarem pensando como materialistas.

Os comunistas usam também um processo de mudança da maneira de pensar, em geral sem discutir, que denominam de “lavagem cerebral”.

86. Que meios usa o comunismo para conquistar as massas?

Os grandes meios utilizados pelos comunistas para conquistar as massas são a revolta e as promessas. Pela revolta, o comunismo açula a classe operária contra os ricos. Pelas promessas desperta nos corações a inveja e a cobiça. Para conquistar as inteligências do povo usa da propaganda, menos para convencer do que para saturar os cérebros com as idéias que convêm ao Partido, e tirar as que lhe são contrárias. Ao Partido não interessa se a propaganda diz verdades ou mentiras: o que interessa é martelar até que a idéia pegue.

XVI. OS PONTOS MAIS VISADOS — A REFORMA AGRÁRIA

87. Quais são os pontos mais visados pela seita comunista em sua campanha para dominar um país?

Os pontos mais visados pela campanha comunista no primeiro período, que é o da destruição da sociedade católica, são os seguintes: direito de propriedade, forças armadas, pátria, família, e sobretudo a Religião. Para quebrar todas as resistências, procura-se encher o povo de ódio contra tudo isto.

88. Que reformas o comunismo apregoa, para dominar um país?

Para dominar um país o comunismo apregoa a necessidade de várias reformas. A primeira é a reforma agrária, depois vem a reforma urbana, a comercial e a industrial, todas elas de caráter mais ou menos acentuadamente expropriatório e socialista.

89. Em que consiste a reforma agrária que os comunistas querem?

Os comunistas, tomando por pretexto a situação não raras vezes lamentável do trabalhador rural, e a conveniência de favorecer-lhe o acesso à condição de proprietário, promovem o confisco das propriedades rurais grandes e médias. Desde que haja só propriedades pequenas, caem todas sob o controle absoluto do Estado.

90. De que maneira uma tal reforma agrária prepara a Revolução desejada pelo comunismo?

De tal reforma agrária o comunismo tira diversas vantagens:

- a) ela destrói as elites rurais, coluna indispensável da ordem social;
- b) cria uma grande desordem no campo, com lutas, violências, homicídios;
- c) daí nasce uma grande penúria e grande fome no campo e na cidade;
- d) assim se enfraquece a nação e se leva o povo ao desespero. Com isto as resistências anticomunistas ficam prejudicadas, e o Partido pode dar o golpe da Revolução.

91. A Igreja concorda com uma reforma agrária que viole o direito de propriedade?

A Igreja condena toda reforma agrária que não respeite como sagrado o direito da propriedade, seja do grande fazendeiro, como do pequeno sitiante. Em ambos os casos este direito é sagrado.

92. Que reforma agrária a Igreja abençoa?

A Igreja abençoa uma reforma agrária que atenda aos seguintes pontos fundamentais:

- a) respeito pela legítima propriedade, qualquer que seja o seu tamanho;
- b) fornecimento por parte do Estado, de assistência técnica, social e financeira ao lavrador;
- c) colonização da imensa reserva de terras inaproveitadas da União, Estados e Municípios;
- d) concessão de crédito aos grandes proprietários que queiram dividir e colonizar suas terras;
- e) concessão de crédito a juros baixos e prazo longo, para os agricultores que queiram adquirir terras, montar suas fazendas ou sítios;

- f) assistência religiosa e educacional aos homens do campo;
- g) facilitar a formação de cooperativas agrícolas, livres, de iniciativa particular;
- h) facilitar o armazenamento e transporte dos produtos da agricultura.

93. A Igreja proíbe a expropriação de uma gleba para fins sociais?

A Igreja admite a expropriação de uma gleba para fins sociais, mas com grandes cautelas:

- a) é preciso que se trate de alcançar um bem comum proporcionadamente grande, ou de afastar um mal proporcionadamente grande;
- b) é preciso que não haja outra solução que não seja dispor da gleba;
- c) é necessário que se tenha antes tentado, sem êxito, a aquisição amigável do imóvel;
- d) é necessário que o dono receba, no ato da desapropriação, e em dinheiro, o preço justo, correspondente ao valor real e atual do imóvel, seja esse valor grande ou pequeno.

94. Há casos especiais de desapropriação?

Sim. Por exemplo, se a finalidade da obra a ser executada em determinada gleba o exigir, o Estado poderá desapropriar, além desta, as glebas vizinhas, a fim de que a obra aproveite ao maior número de pessoas.

XVII. O IDEAL DO COMUNISMO: A SOCIEDADE SEM CLASSES; O IGUALITARISMO

95. Qual o ideal remoto da sociedade comunista?

A sociedade comunista ideal, diz a seita, será, depois dos horrores da ditadura do proletariado, uma sociedade sem classes nem proprietários, onde todos serão iguais, todos trabalharão, cada qual segundo as suas forças, e cada um receberá da sociedade tudo o de que precisar. Será este o paraíso na terra.

96. Este ideal corresponde à vontade de Deus?

Este ideal é oposto à vontade e aos planos de Deus em pontos essenciais:

- a) Deus não quer que este mundo seja um paraíso, e sim um lugar em que ao lado de puras alegrias nós encontremos grandes sofrimentos, e assim, carregando a nossa cruz, nos santifiquemos. Nosso paraíso nos espera na outra vida.
- b) Deus quer que cada indivíduo procure o seu bem-estar por seu esforço pessoal, amparado pelo Estado, mas não substituído por ele.
- c) Deus quer que entre os homens haja desigualdades, as famílias formem classes distintas, umas mais altas que as outras, sem hostilidade recíproca, com caridade, e sem exagerada diferença: não deve haver alguns miseráveis, e outros excessivamente ricos.

97. Deus quer então que haja pobres e ricos, nobres e plebeus?

Está de acordo com os planos de Deus que existam pobres e ricos, gente humilde e gente importante, mas baseada toda esta hierarquia na justiça e na caridade.

98. Qual a última causa da desigualdade entre os homens?

A última causa da desigualdade entre os homens é a sua liberdade. Dada a natural desigualdade de talentos e virtudes entre os homens, estes só podem ser mantidos num mesmo nível econômico mediante uma ditadura de ferro, que suprima toda liberdade e toda iniciativa.

99. Como se chama a tendência que leva o homem a odiar as diferenças sociais, a querer uma sociedade sem classes?

A tendência que leva a querer que todos sejam iguais e a odiar as diferenças de classe chama-se: igualitarismo.

100. Quais são os vícios que alimentam o igualitarismo?

Os vícios que alimentam o igualitarismo são:

- a) a inveja, que não tolera que o próximo seja melhor, ou mais sábio, ou mais rico;
- b) o orgulho, que não tolera ninguém acima de nós;
- c) a soberba, que não se conforma com os planos de Deus.

101. Que manda a justiça social?

A justiça social manda que o Estado providencie que cada família possa conseguir por seu trabalho o necessário para seu sustento, educação de seus filhos e formação de uma reserva para o futuro, de modo que haja o menor número possível de miseráveis, e os ricos não sejam demasiadamente ricos. Assim a sociedade será como uma pirâmide: com pessoas que vivem só de seu trabalho, pequenos proprietários, pessoas remediadas, ricos, e alguns muito ricos.

102. A justiça social manda que todos sejam iguais em fortuna e posição social?

Não. Que todos os indivíduos e famílias fossem iguais seria uma injustiça social, porque importaria na destruição da liberdade, da iniciativa privada e do direito dos filhos a herdar dos pais.

A boa sociedade católica e humana é desigual, hierarquizada.